

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	7
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	9
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	10
--	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	12
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	13
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	14
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	15
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	17
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	19
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	22
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	25
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	26
--	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	29
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	30
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	31
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	32
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	34
---	----

Notas Explicativas	243
--------------------	-----

Proposta de Orçamento de Capital	367
----------------------------------	-----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	368
--	-----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	371
---	-----

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	372
---	-----

Índice

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	374
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	375

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.288.843
Preferenciais	280.088
Total	1.568.931
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1	Ativo Total	137.399.524	130.477.399	132.477.627
1.01	Ativo Circulante	19.415.396	25.634.598	23.322.221
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.551.978	3.433.922	3.245.738
1.01.01.01	Caixa	7.384	21.630	18.202
1.01.01.02	Caixa Restrito	2.544.594	3.412.292	3.227.536
1.01.02	Aplicações Financeiras	6.026.365	7.740.051	6.787.137
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	6.026.365	7.740.051	6.787.137
1.01.02.01.03	Títulos e valores mobiliários	6.026.365	7.740.051	6.787.137
1.01.03	Contas a Receber	719.906	481.109	468.429
1.01.03.01	Clientes	719.906	481.109	468.429
1.01.04	Estoques	293	305	272
1.01.04.01	Almoxarifado	293	305	272
1.01.06	Tributos a Recuperar	456.725	519.200	807.150
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	456.725	519.200	807.150
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	9.660.129	13.460.011	12.013.495
1.01.08.03	Outros	9.660.129	13.460.011	12.013.495
1.01.08.03.01	Financiamentos e Empréstimos	2.275.301	5.937.323	5.120.734
1.01.08.03.03	Remuneração de participações societárias	5.028.731	4.720.491	3.592.503
1.01.08.03.04	Impostos e Contribuições Sociais	640.191	829.569	309.033
1.01.08.03.06	Direito de Ressarcimento	741.255	0	0
1.01.08.03.07	Ativos Mantidos para Venda	289.331	289.331	1.546.250
1.01.08.03.08	Instrumentos Financeiros	0	0	138
1.01.08.03.10	Diversos	685.320	1.683.297	1.444.837
1.02	Ativo Não Circulante	117.984.128	104.842.801	109.155.406
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	28.946.666	27.016.460	33.461.851
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	398.280	322.884	374.601
1.02.01.03.01	Títulos e valores mobiliários	398.280	322.884	374.601
1.02.01.07	Tributos Diferidos	3.365	2.781	0
1.02.01.07.01	Tributos a Recuperar	3.365	2.781	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	28.545.021	26.690.795	33.087.250
1.02.01.10.03	Ativo Financeiro - Concessões e Itaipu	428.865	1.103.034	1.905.607
1.02.01.10.04	Financiamentos e Empréstimos	8.180.605	11.197.073	18.282.460
1.02.01.10.05	Cauções e Depósitos Vinculados	6.393.647	4.676.895	4.168.575
1.02.01.10.06	Fundo de Descomissionamento	2.055.713	1.753.827	1.222.393
1.02.01.10.07	Adiantamentos para futuro aumento de Capital	3.932.463	1.223.108	774.468
1.02.01.10.08	Direito de Ressarcimento	5.529.316	5.583.447	5.382.834
1.02.01.10.09	Outros	2.024.412	1.153.411	1.350.913
1.02.02	Investimentos	88.740.622	77.538.694	75.418.090
1.02.02.01	Participações Societárias	88.740.622	77.538.694	75.418.090
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	6.916.199	6.485.663	5.887.886
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	77.682.208	66.640.812	65.138.507
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	2.367.676	2.400.308	2.421.218
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	1.774.539	2.011.911	1.970.479
1.02.03	Imobilizado	235.453	244.673	255.947
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	96.712	99.766	102.518
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	42.945	51.731	61.087
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	95.796	93.176	92.342
1.02.04	Intangível	61.387	42.974	19.518
1.02.04.01	Intangíveis	61.387	42.974	19.518
1.02.04.01.02	Outros	61.387	42.974	19.518

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2	Passivo Total	137.399.524	130.477.399	132.477.627
2.01	Passivo Circulante	14.220.185	16.304.717	13.450.971
2.01.02	Fornecedores	773.858	705.908	494.133
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	773.858	705.908	494.133
2.01.03	Obrigações Fiscais	259.336	335.432	201.516
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	259.336	335.432	201.516
2.01.03.01.02	Tributos a Recolher	259.336	335.432	201.516
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	5.317.951	7.991.789	5.799.897
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	4.111.495	7.963.365	5.759.164
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	3.819.007	4.223.020	5.258.223
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	292.488	3.740.345	500.941
2.01.04.02	Debêntures	1.198.683	20.829	33.159
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	7.773	7.595	7.574
2.01.05	Outras Obrigações	5.601.391	5.938.809	5.940.840
2.01.05.02	Outros	5.601.391	5.938.809	5.940.840
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.381.111	1.530.718	2.559.429
2.01.05.02.04	Empréstimo Compulsório	1.216.335	1.047.109	15.156
2.01.05.02.05	Adiantamento de Clientes	1.370.946	1.060.770	614.171
2.01.05.02.07	Obrigações de Ressarcimento	836.744	1.373.656	1.796.753
2.01.05.02.08	Benefício Pós- Emprego	0	0	14.875
2.01.05.02.09	Passivo financeiro - Concessão de serviços Públicos	578.626	647.214	703.114
2.01.05.02.11	Obrigações Estimadas	153.568	167.344	147.106
2.01.05.02.12	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	0	683
2.01.05.02.13	Diversos	64.061	111.998	89.553
2.01.06	Provisões	2.267.649	1.332.779	1.014.585
2.01.06.02	Outras Provisões	2.267.649	1.332.779	1.014.585
2.01.06.02.04	Provisões para Contingências	2.267.649	1.332.779	1.014.585
2.02	Passivo Não Circulante	47.058.135	40.694.375	48.324.612
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	19.335.520	20.062.414	27.582.106

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	12.473.165	14.973.256	22.515.109
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	5.187.482	8.024.050	14.775.200
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	7.285.683	6.949.206	7.739.909
2.02.01.02	Debêntures	6.821.795	5.040.825	5.011.069
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	40.560	48.333	55.928
2.02.02	Outras Obrigações	3.486.524	3.454.477	3.085.137
2.02.02.02	Outros	3.486.524	3.454.477	3.085.137
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	77.336	74.060	50.246
2.02.02.02.03	Empréstimo Compulsório	0	0	470.600
2.02.02.02.06	Benefício Pós-Emprego	885.455	1.131.997	822.512
2.02.02.02.10	Diversos	2.523.733	2.248.420	1.741.779
2.02.03	Tributos Diferidos	569.816	650.523	628.904
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	569.816	650.523	628.904
2.02.03.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social	569.816	650.523	628.904
2.02.04	Provisões	23.666.275	16.526.961	17.028.465
2.02.04.02	Outras Provisões	23.666.275	16.526.961	17.028.465
2.02.04.02.04	Provisões para Contingências	23.666.275	16.526.961	16.924.171
2.02.04.02.05	Provisões para Passivo a Descoberto em Controladas	0	0	104.294
2.03	Patrimônio Líquido	76.121.204	73.478.307	70.702.044
2.03.01	Capital Social Realizado	39.057.271	39.057.271	31.305.331
2.03.02	Reservas de Capital	13.867.170	13.867.170	21.619.110
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	3.384.310	3.384.310	3.384.310
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	0	7.751.940
2.03.02.07	Doações e Subvenções	7.077.354	7.077.354	7.077.354
2.03.02.08	Outras reservas de capital	3.405.506	3.405.506	3.405.506
2.03.04	Reservas de Lucros	30.890.165	28.908.054	23.887.181
2.03.04.01	Reserva Legal	1.968.511	1.686.204	1.369.270
2.03.04.02	Reserva Estatutária	18.381.991	15.502.459	12.269.728
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	10.539.663	9.427.502	7.956.294

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	0	2.291.889	2.291.889
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	201.752
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-7.693.402	-8.354.188	-6.311.330
2.03.08.01	Outros Resultados Abrangentes	-7.693.402	-8.354.188	-6.311.330

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.365.825	297.036	366.525
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.273.156	-175.124	-67.019
3.02.01	Energia comprada para revenda	-1.273.156	-175.124	-67.019
3.03	Resultado Bruto	92.669	121.912	299.506
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	6.688.820	6.375.473	7.187.158
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-13.162.674	-4.552.850	-1.759.370
3.04.02.01	Pessoal, material e serviços	-551.426	-657.204	-802.460
3.04.02.04	Depreciação e amortização - imobilizado e intangível	-11.852	-12.813	-13.386
3.04.02.05	Provisões operacionais	-12.254.011	-3.608.305	-714.233
3.04.02.06	Doações e contribuições	-87.399	-105.174	-117.058
3.04.02.08	Outras	-257.986	-169.354	-112.233
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.210.754	0	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	18.640.740	10.928.323	8.946.528
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	6.781.489	6.497.385	7.486.664
3.06	Resultado Financeiro	-1.135.348	-158.697	423.397
3.06.01	Receitas Financeiras	4.910.577	8.568.713	6.821.297
3.06.01.01	Receitas de juros, comissões e taxas	937.275	1.367.694	2.121.894
3.06.01.02	Receitas de aplicações financeiras	291.494	695.384	434.807
3.06.01.03	Acréscimo moratório sobre energia elétrica	69.273	1.525	2.306
3.06.01.04	Atualizações monetárias ativas	1.383.457	870.774	1.310.401
3.06.01.05	Variações cambiais ativas	1.788.917	5.253.760	2.608.820
3.06.01.06	Outras receitas financeiras	215.680	177.028	343.069
3.06.01.07	Receita De Juros Sobre Dividendos	224.481	202.548	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-6.045.925	-8.727.410	-6.397.900
3.06.02.01	Encargos de dívidas	-1.445.438	-1.700.741	-2.040.736
3.06.02.02	Encargos sobre recursos de acionistas	-3.276	-23.814	-230.850
3.06.02.03	Atualizações monetárias passivas	-1.482.606	-722.574	-604.613
3.06.02.04	Variações cambiais passivas	-2.095.356	-5.232.661	-2.506.625
3.06.02.05	Encargos de arrendamento mercantil	-4.859	-5.562	-6.230

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.06.02.06	Outras despesas financeiras	-1.014.390	-1.042.058	-1.008.846
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	5.646.141	6.338.688	7.910.061
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	5.646.141	6.338.688	7.910.061
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	0	0	3.284.975
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	0	0	3.284.975
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	5.646.141	6.338.688	11.195.036
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	3,5356	4,06469	8,11585
3.99.01.02	PNA	3,88647	4,47116	8,92792
3.99.01.03	PNB	3,88647	4,47116	8,92792
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	3,47545	4,00158	6,95772
3.99.02.02	PNA	3,82313	4,40177	7,65723
3.99.02.03	PNB	3,82313	4,40177	7,65467

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	5.646.141	6.338.688	11.195.036
4.02	Outros Resultados Abrangentes	660.786	-2.042.857	-722.662
4.02.01	Instrumentos financeiros ao valor Justo por meio de ORA	-237.372	63.584	577.419
4.02.02	IR/CSSL diferidos	80.706	-21.619	-196.322
4.02.03	Ajuste ganhos e perdas atuariais	211.030	-222.164	415.190
4.02.04	Ajustes acumulados de conversão	19.190	58.302	7.795
4.02.05	Participação no result. abrangente das subsidiarias, coligadas e sociedades de controle compartilhado	576.205	-1.915.719	-1.511.401
4.02.06	Ajuste de hedge de fluxo de caixa	0	279	-1.439
4.02.10	Participação no resultad abrangente das subsidiarias, coligadas e sociedades de controle compartilhado	11.027	-5.520	-13.904
4.03	Resultado Abrangente do Período	6.306.927	4.295.831	10.472.374

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	3.393.421	774.063	-2.858.939
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-1.534.820	-722.497	-1.070.624
6.01.01.01	Resultado antes do IR e da CSSL	5.646.141	6.338.688	7.910.061
6.01.01.02	Depreciação e amortização	11.852	12.812	13.386
6.01.01.03	Variações monetárias e cambiais líquidas	405.588	-371.847	-807.983
6.01.01.05	Encargos financeiros	291.817	362.423	155.922
6.01.01.06	Resultado de equivalência patrimonial	-18.640.740	-10.928.323	-8.946.528
6.01.01.16	Provisões (reversões) operacionais	12.254.011	3.608.305	815.507
6.01.01.17	Outras	-1.503.489	255.445	-210.989
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	4.105.722	958.856	-2.969.409
6.01.02.02	Títulos e valres mobiliários	1.638.290	-952.915	-2.752.895
6.01.02.03	Almoxarifado	12	-33	2
6.01.02.04	Ativo financeiro - Itaipu	605.581	746.673	601.224
6.01.02.05	Fornecedores	67.950	186.075	-14.636
6.01.02.06	Obrigações estimadas	-13.776	20.238	12.632
6.01.02.07	Adiantamentos	0	0	79.676
6.01.02.08	Passivos associados a ativos mantidos para venda	0	0	-2.860.610
6.01.02.09	Contas a receber	0	-1	0
6.01.02.10	Ativos mantidos para venda	0	317.440	2.751.082
6.01.02.11	Créditos com controladas - CCD	0	0	2.406.622
6.01.02.12	Contas a pagar com controladas	0	0	-2.866.810
6.01.02.13	Outros ativos e passivos operacionais	1.807.665	635.817	-348.200
6.01.02.14	Arrendamento	0	5.562	22.504
6.01.03	Outros	822.519	537.704	1.181.094
6.01.03.01	Pagamento de encargos financeiros	-1.328.795	-923.272	-1.636.833
6.01.03.03	Recebimentos de encargos financeiros	861.026	1.114.743	1.753.617
6.01.03.04	Pagamento de IR e CSSL	-172.502	-203.217	-257.052
6.01.03.05	Recebimento de remuneração de investimento em participações societárias	7.302.271	4.679.285	3.811.443
6.01.03.06	Pagamentos de previdência complementar	-21.595	-13.057	-30.140

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01.03.07	Pagamentos de Contingências judiciais	-3.355.498	-3.175.996	-1.702.671
6.01.03.08	Depósitos judiciais	-2.462.388	-940.782	-757.270
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	4.899.942	5.859.031	5.142.187
6.02.01	Concessão de empréstimo e financiamento	0	0	-627.871
6.02.02	Recebimento de empréstimos e financiamentos	7.581.413	6.224.747	5.744.255
6.02.03	Aquisição de ativo imobilizado	-2.621	-1.529	-197
6.02.04	Aquisição/aporte de capital em participação societária	-3.744	0	-55.560
6.02.05	Alienação de investimentos em participações societárias	0	939.479	985.292
6.02.06	Aquisição do ativo intangível	-18.424	-23.466	-6.088
6.02.07	Concessão de adiantamento para futuro aumento de capital	-2.656.682	-1.280.200	-897.644
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-8.307.609	-6.629.666	-2.312.446
6.03.01	Empréstimos e financiamentos obtidos /debentures obtidas	2.700.000	5.193.319	5.000.000
6.03.02	Pagamento de emprestimo e financiamentos principal	-7.181.654	-9.230.731	-9.712.469
6.03.03	Pagamento e remuneração aos acionistas	-3.813.501	-2.579.118	-1.219.194
6.03.04	Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital	0	0	3.660.215
6.03.06	Pagamento de arrendamentos financeiros	-12.454	-13.136	-40.998
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-14.246	3.428	-29.198
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	21.630	18.202	47.400
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	7.384	21.630	18.202

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	39.057.271	13.867.170	28.908.054	0	-8.354.188	73.478.307
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	39.057.271	13.867.170	28.908.054	0	-8.354.188	73.478.307
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-2.291.889	0	0	-2.291.889
5.04.08	Proposta dividendos adicionais pela AGO	0	0	-2.291.889	0	0	-2.291.889
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	5.614.958	660.786	6.275.744
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	5.646.141	0	5.646.141
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-31.183	660.786	629.603
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	19.190	19.190
5.05.02.06	Ajuste de Controladas/ Coligadas	0	0	0	-31.183	587.232	556.049
5.05.02.07	Instrumentos Financeiros ao Valor Justo por meio de ORA	0	0	0	0	-237.372	-237.372
5.05.02.08	IR/CS diferido s/ Outros resut. Abrangentes	0	0	0	0	80.706	80.706
5.05.02.09	Ajuste Benefício Pós Emprego	0	0	0	0	211.030	211.030
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	4.274.000	-5.614.958	0	-1.340.958
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	4.274.000	-4.274.000	0	0
5.06.04	Dividendos Propostos	0	0	0	-1.340.958	0	-1.340.958
5.07	Saldos Finais	39.057.271	13.867.170	30.890.165	0	-7.693.402	76.121.204

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	31.305.331	21.619.110	23.887.181	201.752	-6.311.330	70.702.044
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	31.305.331	21.619.110	23.887.181	201.752	-6.311.330	70.702.044
5.04	Transações de Capital com os Sócios	7.751.940	-7.751.940	0	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	7.751.940	-7.751.940	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	6.322.216	-2.042.858	4.279.358
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	6.338.688	0	6.338.688
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-16.472	-2.042.858	-2.059.330
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	279	279
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	58.302	58.302
5.05.02.06	Ajuste de Controladas / Coligadas	0	0	0	-16.472	-1.921.240	-1.937.712
5.05.02.07	IR/CS Diferido s/ Outros Resut. Abrangentes	0	0	0	0	-21.619	-21.619
5.05.02.08	Ajuste Benefício Pós Emprego	0	0	0	0	-222.164	-222.164
5.05.02.09	Instrumentos Financeiros ao Valor Justo por meio de ORA	0	0	0	0	63.584	63.584
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	5.020.873	-6.523.968	0	-1.503.095
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	5.020.873	-5.020.873	0	0
5.06.04	Dividendos Propostos	0	0	0	-1.507.139	0	-1.507.139
5.06.05	Remuneração aos Acionistas não Reclamado - Prescrito	0	0	0	4.044	0	4.044
5.07	Saldos Finais	39.057.271	13.867.170	28.908.054	0	-8.354.188	73.478.307

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	31.305.331	13.867.170	15.887.829	-296.156	-5.588.668	55.175.506
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	31.305.331	13.867.170	15.887.829	-296.156	-5.588.668	55.175.506
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	7.751.940	0	0	0	7.751.940
5.04.01	Aumentos de Capital	0	7.751.940	0	0	0	7.751.940
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	11.037.827	-722.662	10.315.165
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	11.195.036	0	11.195.036
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-157.209	-722.662	-879.871
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-1.439	-1.439
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	7.795	7.795
5.05.02.06	Ajuste de Controladas / Coligadas	0	0	0	-157.209	-1.525.305	-1.682.514
5.05.02.07	IR/CS Diferido s/ Outros Resut. Abrangentes	0	0	0	0	-196.322	-196.322
5.05.02.08	Ajuste Benefício Pós Emprego	0	0	0	0	415.190	415.190
5.05.02.09	Instrumentos Financeiros ao Valor Justo por meio de ORA	0	0	0	0	577.419	577.419
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	7.999.352	-10.539.919	0	-2.540.567
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	7.999.352	-7.999.352	0	0
5.06.04	Dividendos Propostos	0	0	0	-2.540.567	0	-2.540.567
5.07	Saldos Finais	31.305.331	21.619.110	23.887.181	201.752	-6.311.330	70.702.044

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.01	Receitas	2.848.420	268.353	439.040
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.637.666	268.353	439.040
7.01.02	Outras Receitas	1.210.754	0	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-13.998.595	-4.171.411	2.078.300
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-471.428	-387.982	-425.423
7.02.04	Outros	-13.527.167	-3.783.429	2.503.723
7.02.04.01	Energia Comprada para revenda	-1.273.156	-175.124	-67.019
7.02.04.02	Provisões Operacionais	-12.254.011	-3.608.305	2.570.742
7.03	Valor Adicionado Bruto	-11.150.175	-3.903.058	2.517.340
7.04	Retenções	-11.852	-12.813	-13.386
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-11.852	-12.813	-13.386
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-11.162.027	-3.915.871	2.503.954
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	20.378.943	13.520.702	15.767.825
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	18.640.740	10.928.323	8.946.528
7.06.02	Receitas Financeiras	1.738.203	2.592.379	6.821.297
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	9.216.916	9.604.831	18.271.779
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	9.216.916	9.604.831	18.271.779
7.08.01	Pessoal	326.349	417.369	468.882
7.08.01.04	Outros	326.349	417.369	468.882
7.08.01.04.01	Pessoal, encargos e honorários	285.796	417.369	446.081
7.08.01.04.02	Participação de empregados nos lucros	40.553	0	22.801
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	271.841	-28.683	72.515
7.08.02.01	Federais	271.841	-28.683	72.515
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.972.585	2.877.457	6.535.346
7.08.03.01	Juros	2.873.551	2.751.076	6.397.900
7.08.03.02	Aluguéis	11.635	21.207	20.388
7.08.03.03	Outras	87.399	105.174	117.058
7.08.03.03.01	Doações e contribuições	87.399	105.174	117.058
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	5.646.141	6.338.688	11.195.036

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.08.04.02	Dividendos	1.340.958	0	2.540.567
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	4.305.183	6.338.688	8.654.469

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1	Ativo Total	188.303.069	178.966.449	178.622.483
1.01	Ativo Circulante	39.744.996	44.822.437	41.473.656
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.737.253	3.859.969	3.562.843
1.01.01.01	Caixa	192.659	286.607	335.307
1.01.01.02	Caixa Restrito	2.544.594	3.573.362	3.227.536
1.01.02	Aplicações Financeiras	15.640.776	13.670.058	10.426.370
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	15.640.776	13.670.058	10.426.370
1.01.02.01.03	Títulos e valores mobiliários	15.640.776	13.670.058	10.426.370
1.01.03	Contas a Receber	5.094.976	5.971.657	5.281.333
1.01.03.01	Clientes	5.094.976	5.971.657	5.281.333
1.01.04	Estoques	1.115.468	938.331	1.010.651
1.01.04.01	Almoxarifado	627.573	509.991	471.824
1.01.04.02	Estoque de combustível nuclear	487.895	428.340	538.827
1.01.06	Tributos a Recuperar	755.906	833.960	1.474.662
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	755.906	833.960	1.474.662
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	14.400.617	19.548.462	19.717.797
1.01.08.03	Outros	14.400.617	19.548.462	19.717.797
1.01.08.03.01	Financiamentos e Empréstimos	1.251.766	4.748.661	3.473.393
1.01.08.03.02	Ativo Contratual Transmissão	7.356.356	10.364.908	7.812.756
1.01.08.03.03	Remuneração de Participações Societárias	443.142	675.510	299.899
1.01.08.03.04	Direito de Ressarcimento	768.848	4.684	48.458
1.01.08.03.05	Impostos e Contribuições Sociais	1.487.777	1.292.750	2.382.899
1.01.08.03.07	Instrumentos Financeiros Derivativos	690.333	317.443	140.543
1.01.08.03.09	Ativos Mantidos para Venda	387.690	289.331	3.543.519
1.01.08.03.10	Diversos	2.014.705	1.855.175	2.016.330
1.02	Ativo Não Circulante	148.558.073	134.144.012	137.148.827
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	82.550.135	71.606.085	73.987.747
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	1.093.476	692.536	407.071
1.02.01.03.01	Títulos e Valores Mobiliários	1.093.476	692.536	407.071

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1.02.01.04	Contas a Receber	993.080	1.061.899	285.351
1.02.01.04.01	Clientes	993.080	1.061.899	285.351
1.02.01.05	Estoques	1.490.820	1.264.780	840.550
1.02.01.05.02	Estoque de Combustível Nuclear	1.490.820	1.264.780	840.550
1.02.01.07	Tributos Diferidos	1.950.245	2.498.939	1.068.273
1.02.01.07.01	Tributos a Recuperar	449.258	430.045	420.370
1.02.01.07.03	Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.500.987	2.068.894	647.903
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	77.022.514	66.087.931	71.386.502
1.02.01.10.03	Ativo financeiro - Concessões e Itaipu	2.601.027	3.199.751	3.983.519
1.02.01.10.04	Financiamentos e Empréstimos	4.591.761	6.176.238	10.803.423
1.02.01.10.05	Cauções e Depósitos Vinculados	8.247.485	6.752.865	6.891.416
1.02.01.10.06	Fundo de Descomissionamento	2.055.713	1.753.827	1.222.393
1.02.01.10.07	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	0	1.541	181.257
1.02.01.10.08	Instrumentos Financeiros Derivativos	653.022	310.100	151.315
1.02.01.10.09	Direito de Ressarcimento	5.627.386	5.583.447	5.415.547
1.02.01.10.10	Ativo Contratual Transmissão	52.158.612	41.023.616	41.696.467
1.02.01.10.12	Outros	1.087.508	1.286.546	1.041.165
1.02.02	Investimentos	27.647.781	29.089.522	29.013.254
1.02.02.01	Participações Societárias	27.647.781	29.089.522	29.013.254
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	7.312.163	6.819.170	6.202.977
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	18.457.009	20.177.073	20.753.287
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	1.878.609	2.093.279	2.056.990
1.02.03	Imobilizado	33.367.981	32.662.912	33.315.874
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	19.348.097	18.904.597	20.978.723
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	1.044.304	1.107.704	1.255.295
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	12.975.580	12.650.611	11.081.856
1.02.04	Intangível	4.992.176	785.493	831.952
1.02.04.01	Intangíveis	4.992.176	785.493	831.952
1.02.04.01.02	Outros	4.992.176	785.493	831.952

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2	Passivo Total	188.303.069	178.966.449	178.622.483
2.01	Passivo Circulante	23.883.372	27.389.974	26.341.171
2.01.02	Fornecedores	4.031.532	3.904.051	3.095.469
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	4.031.532	3.904.051	3.095.469
2.01.03	Obrigações Fiscais	824.109	1.513.477	4.108.390
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	824.109	1.513.477	4.108.390
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	19.624	319.435	2.532.732
2.01.03.01.02	Tributos a Recolher	804.485	1.194.042	1.575.658
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	8.444.527	11.628.072	7.934.644
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	6.480.743	11.312.340	7.636.633
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	6.102.722	7.492.285	7.104.794
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	378.021	3.820.055	531.839
2.01.04.02	Debêntures	1.754.010	98.411	78.527
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	209.774	217.321	219.484
2.01.05	Outras Obrigações	8.147.174	8.621.812	8.478.472
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	10.517	40.196	3.913
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	10.517	40.196	3.913
2.01.05.02	Outros	8.136.657	8.581.616	8.474.559
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.406.891	1.547.158	2.575.216
2.01.05.02.04	Empréstimo compulsório	1.216.335	1.047.109	15.156
2.01.05.02.05	Adiantamento de clientes	1.460.455	1.134.845	683.602
2.01.05.02.07	Obrigações de ressarcimento	859.003	1.618.508	1.796.753
2.01.05.02.08	Previdência complementar	233.304	192.209	161.773
2.01.05.02.09	Encargos Setoriais	542.913	586.845	627.611
2.01.05.02.11	Instrumentos financeiros derivativos	0	0	683
2.01.05.02.12	Passivo financeiro - Concessões de Serviços Públicos	578.626	647.214	703.114
2.01.05.02.14	Obrigações estimadas	1.602.947	1.454.148	1.331.257
2.01.05.02.15	Diversos	236.183	353.580	579.394
2.01.06	Provisões	2.267.649	1.722.562	1.031.488

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2.01.06.02	Outras Provisões	2.267.649	1.722.562	1.031.488
2.01.06.02.04	Provisões para contingências	2.267.649	1.722.562	1.031.488
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	168.381	0	1.692.708
2.01.07.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda	168.381	0	1.692.708
2.01.07.01.01	Passivos associados a ativos mantidos para venda	168.381	0	1.692.708
2.02	Passivo Não Circulante	88.002.933	77.825.181	81.122.047
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	36.474.602	36.427.155	41.172.186
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	25.984.511	27.544.337	34.303.730
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	18.042.990	19.905.700	26.229.116
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	7.941.521	7.638.637	8.074.614
2.02.01.02	Debêntures	9.796.381	8.046.945	5.880.751
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	693.710	835.873	987.705
2.02.02	Outras Obrigações	12.172.244	13.398.523	11.301.357
2.02.02.02	Outros	12.172.244	13.398.523	11.301.357
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	77.336	74.060	50.246
2.02.02.02.03	Empréstimo compulsório	0	0	470.600
2.02.02.02.06	Benefício Pós Emprego	5.851.502	6.824.632	4.826.088
2.02.02.02.07	Adiantamento de clientes	186.348	290.870	369.262
2.02.02.02.08	Concessões a pagar - Uso do Bem Público	81.655	65.954	68.555
2.02.02.02.09	Instrumentos financeiros derivativos	0	10.014	5.000
2.02.02.02.11	Fornecedor	16.555	16.556	18.143
2.02.02.02.12	Obrigações de ressarcimento	0	22.259	0
2.02.02.02.13	Encargos Setoriais	649.341	744.442	730.303
2.02.02.02.14	Contratos onerosos	428.164	414.705	361.934
2.02.02.02.15	Obrigações para desmobilização de ativos	3.268.301	3.040.011	3.129.379
2.02.02.02.17	Outros	1.613.042	1.895.020	1.271.847
2.02.03	Tributos Diferidos	7.505.349	3.887.234	4.433.566
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	7.505.349	3.887.234	4.433.566
2.02.03.01.01	Tributos a recolher	260.612	182.179	239.959

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2.02.03.01.02	Imposto de renda e contribuição social	7.244.737	3.705.055	4.193.607
2.02.04	Provisões	31.850.738	24.112.269	24.214.938
2.02.04.02	Outras Provisões	31.850.738	24.112.269	24.214.938
2.02.04.02.04	Provisões contingências	31.142.222	24.108.078	24.214.938
2.02.04.02.06	Provisões para passivos a descoberto em controladas	708.516	4.191	0
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	76.416.764	73.751.294	71.159.265
2.03.01	Capital Social Realizado	39.057.271	39.057.271	31.305.331
2.03.02	Reservas de Capital	13.867.170	13.867.170	21.619.110
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	3.384.310	3.384.310	3.384.310
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	0	7.751.940
2.03.02.07	Doações e subvenções	7.077.355	7.077.354	7.077.355
2.03.02.08	Outras reservas	3.405.505	3.405.506	3.405.505
2.03.04	Reservas de Lucros	30.890.165	28.908.054	23.887.181
2.03.04.01	Reserva Legal	1.968.511	1.686.204	1.369.270
2.03.04.02	Reserva Estatutária	18.381.991	15.502.459	12.269.728
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	10.539.663	9.427.502	7.956.294
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	0	2.291.889	2.291.889
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	201.752
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-7.693.402	-8.354.188	-6.311.330
2.03.08.01	Outros Resultados Abrangentes	-7.693.402	-8.354.188	-6.311.330
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	295.560	272.987	457.221

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	37.616.241	29.080.513	29.714.264
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-11.961.049	-13.427.020	-13.758.855
3.02.01	Energia comprada para revenda	5.932	-2.400.358	-2.162.318
3.02.02	Encargos sobre uso da rede elétrica	-2.461.443	-2.500.315	-2.265.358
3.02.03	Combustível para produção de energia elétrica	-2.338.395	-2.092.135	-2.107.161
3.02.04	Construção	-1.395.066	-966.443	-915.117
3.02.05	Pessoal, Material e Serviço	-3.528.181	-3.309.522	-4.512.513
3.02.06	Depreciação	-1.639.879	-1.637.730	-1.559.314
3.02.07	Amortização	-268.669	-59.275	-66.079
3.02.08	Provisões operacionais	177.482	-302.563	60.055
3.02.09	Outros	-512.830	-158.679	-231.050
3.03	Resultado Bruto	25.655.192	15.653.493	15.955.409
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-12.604.497	-7.029.201	-6.288.837
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-20.541.541	-12.944.576	-7.354.623
3.04.02.01	Pessoal, Material, Serviço	-3.998.259	-3.669.866	-3.765.774
3.04.02.07	Depreciação	-147.561	-133.912	-147.824
3.04.02.08	Amortização	-25.350	-31.952	-34.212
3.04.02.09	Provisões operacionais	-15.070.521	-7.070.988	-2.065.863
3.04.02.10	Doações e contribuições	0	0	-156.166
3.04.02.11	Plano de readequação do quadro de pessoal	-164.696	-167.408	0
3.04.02.13	Outros	-1.135.154	-1.870.450	-1.184.784
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	6.069.498	4.244.472	24.715
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.867.546	1.670.903	1.041.071
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	13.050.695	8.624.292	9.666.572
3.06	Resultado Financeiro	-2.056.339	-1.671.646	-2.448.786
3.06.01	Receitas Financeiras	6.438.719	9.130.523	6.291.594
3.06.01.01	Receitas de juros, comissões e taxas	692.767	863.828	876.212
3.06.01.02	Receitas de aplicações financeiras	637.001	972.602	763.016
3.06.01.03	Acréscimo moratório sobre energia elétrica	325.943	341.672	252.112

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.06.01.04	Atualizações monetárias ativas	1.690.933	1.161.004	1.205.941
3.06.01.05	Variações cambiais ativas	1.729.815	5.115.712	2.662.259
3.06.01.08	Ganhos com Derivativos	879.553	332.017	0
3.06.01.09	Outras receitas financeiras	482.707	343.688	532.054
3.06.02	Despesas Financeiras	-8.495.058	-10.802.169	-8.740.380
3.06.02.01	Encargos de dívidas	-2.740.371	-2.853.532	-3.247.747
3.06.02.02	Encargos de arrendamento mercantil	-449.295	-367.234	-340.819
3.06.02.03	Encargos sobre recursos de acionistas	-3.826	-81.766	-271.130
3.06.02.04	Atualizações monetárias passivas	-1.852.581	-877.628	-788.982
3.06.02.05	Variações cambiais passivas	-2.133.384	-5.659.849	-2.627.251
3.06.02.07	Perdas com derivativos	-153.727	0	-56.613
3.06.02.08	Outras despesas financeiras	-1.161.874	-962.160	-1.407.838
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	10.994.356	6.952.646	7.217.786
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-5.280.723	-565.333	630.659
3.08.01	Corrente	-1.457.752	-2.418.461	-2.664.975
3.08.02	Diferido	-3.822.971	1.853.128	3.295.634
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	5.713.633	6.387.313	7.848.445
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	0	0	3.284.975
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	0	0	3.284.975
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	5.713.633	6.387.313	11.133.420
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	5.646.141	6.338.688	11.195.037
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	67.492	48.625	-61.617
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	3,5356	4,06469	8,11585
3.99.01.02	PNA	3,88647	4,47116	8,92792
3.99.01.03	PNB	3,88647	4,47116	8,92792
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	3,47545	4,00158	6,95772

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.99.02.02	PNA	3,82313	4,40177	7,65723
3.99.02.03	PNB	3,82313	4,40174	7,65467

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	5.713.633	6.387.313	11.133.420
4.02	Outros Resultados Abrangentes	660.786	-2.042.857	-722.663
4.02.01	Instrumentos financeiros ao valor Justo por meio de ORA	-243.443	67.593	597.222
4.02.02	IR/CSSL diferidos	79.621	-20.417	-201.704
4.02.03	Ajustes ganhos e perdas atuariais	1.154.355	-2.304.304	-2.075.470
4.02.04	IR/CSSL diferidos	-359.964	161.210	964.837
4.02.05	Ajustes acumulados de conversão	30.180	90.061	12.824
4.02.07	Ajuste de hedge de fluxo de caixa	0	279	-1.439
4.02.11	Participação no resultado abrangente das coligadas e entidades com controle compartilhado	37	-37.279	-18.933
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	6.374.419	4.344.456	10.410.757
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	6.306.927	4.295.831	10.472.374
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	67.492	48.625	-61.617

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	8.230.605	5.127.361	-86.327
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	4.465.680	1.432.572	4.966.640
6.01.01.01	Resultado antes do IR e daCSSL	10.994.356	6.952.646	7.217.786
6.01.01.02	Depreciação e amortização	2.081.459	1.862.869	1.807.429
6.01.01.03	Variações monetárias e cambiais líquidas	565.217	260.761	-451.967
6.01.01.05	Encargos financeiros	2.515.854	2.438.704	2.983.484
6.01.01.07	Resultado de equivalência patrimonial	-1.867.546	-1.670.903	-1.041.071
6.01.01.08	Receita contratual - Transmissão	-17.450.333	-12.247.523	-5.857.486
6.01.01.09	Provisões (reversões) operacionais	14.893.039	7.373.552	2.107.082
6.01.01.10	Ressarcimento GSF	-4.265.889	0	0
6.01.01.11	Remensurações regulatórias - Contratos de Transmissão	-4.858.744	-4.228.338	0
6.01.01.12	Receita de construção	-82.205	-37.800	-797.250
6.01.01.14	Resultado na alienação de participações societárias	0	0	-24.715
6.01.01.17	Participação de acionistas não controladores	0	-73.699	-70.772
6.01.01.19	Instrumentos financeiros - derivativos	-725.826	-332.017	56.613
6.01.01.20	Outras	2.666.298	1.134.320	-962.493
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	374.294	-3.016.793	-4.456.384
6.01.02.01	Contas a receber	1.705.583	-1.454.193	-1.390.270
6.01.02.02	Títulos e valores mobiliários	-2.511.670	-3.580.871	-4.050.412
6.01.02.03	Direito de Ressarcimento	-22.909	76.487	792.306
6.01.02.04	Almoxarifado	-719.144	-38.167	-91.532
6.01.02.05	Estoque de combustível nuclear	-285.595	-313.743	-40.329
6.01.02.06	Ativo financeiro -Itaipu	605.581	746.673	601.224
6.01.02.07	Ativos mantidos para venda	0	2.314.709	10.863.548
6.01.02.08	Risco Hidrológico	1.787	41.243	114.915
6.01.02.09	Fornecedores	99.527	781.295	-203.044
6.01.02.10	Adiantamento	0	-73.748	5.762
6.01.02.11	Arrendamento	0	402.881	-316.152
6.01.02.12	Obrigações estimadas	233.086	94.915	-193.728

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01.02.13	Obrigações de ressarcimento	0	267.111	0
6.01.02.14	Encargos setoriais	-82.459	-26.627	-16.639
6.01.02.15	Passivos associados a ativos mantidos para venda	0	-1.661.335	-8.602.259
6.01.02.16	Outros ativos e passivos operacionais	1.350.507	-593.423	-1.929.774
6.01.03	Outros	3.390.631	6.711.582	-596.583
6.01.03.01	Pagamento de encargos financeiros	-2.545.474	-1.701.076	-3.650.619
6.01.03.03	Recebimento de Receita Anual Permitida	14.832.701	14.596.560	7.369.192
6.01.03.05	Recebimento de encargos financeiros	567.736	662.713	1.114.465
6.01.03.06	Pagamento IR e CSSL	-2.483.129	-3.537.980	-3.384.888
6.01.03.08	Recebto. de remuneração de investimento em part.societárias	2.175.585	1.195.566	1.007.575
6.01.03.09	Pagamento de previdência complementar	-418.059	-305.292	-258.519
6.01.03.10	Pagamento de contingências judiciais	-6.228.610	-3.247.582	-1.792.631
6.01.03.11	Depósitos judiciais	-2.510.119	-951.327	-621.161
6.01.03.12	Caixa líquido proveniente das (usados nas) atividades operacionais das operações descontinuadas	0	0	-379.997
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	123.987	1.512.909	3.270.027
6.02.01	Concessão de empréstimo e financiamentos	0	0	-40.040
6.02.02	Recebimento de empréstimo e financiamentos	4.834.033	4.138.002	4.904.413
6.02.04	Aquisição de ativo imobilizado	-2.573.439	-2.254.786	-1.954.652
6.02.05	Aquisição de ativo intangível	-118.805	-142.003	-65.550
6.02.07	Aquisição/aporte de capital em participações societárias	-274.354	-68.169	-418.016
6.02.08	Concessão de adiantamento para futuro aumento de capital	0	-6.780	-124.032
6.02.09	Alienação de investimentos em participações societárias	0	941.779	1.017.292
6.02.11	Outros	-1.743.448	-1.095.134	-55.725
6.02.12	Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividadesde investimento das operações descontinuadas	0	0	6.337
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-8.448.540	-6.688.970	-3.390.681
6.03.01	Empréstimos e financiamentos obtidos / debentures obitdas	4.828.697	9.157.888	6.779.312
6.03.02	Pagamento de empréstimo e financiamento principal	-8.429.427	-12.613.613	-12.463.148
6.03.03	Pagamento e remuneração aos acionistas	-3.747.606	-2.593.945	-1.183.146
6.03.04	Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital	0	0	3.660.215

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.03.06	Pagamento de arrendamentos financeiros	-600.470	-556.876	-547.226
6.03.07	Outros	-499.734	-82.424	-51.412
6.03.08	Caixa líquido proveniente das (usado nas)atividadesde investimento das operações descontinuadas	0	0	414.724
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-93.948	-48.700	-206.981
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	286.607	335.307	583.352
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	192.659	286.607	376.371

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	39.057.271	13.867.170	28.908.054	0	-8.354.188	73.478.307	272.987	73.751.294
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	39.057.271	13.867.170	28.908.054	0	-8.354.188	73.478.307	272.987	73.751.294
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-2.291.889	0	0	-2.291.889	0	-2.291.889
5.04.08	Proposta dividendos adicionais pela AGO	0	0	-2.291.889	0	0	-2.291.889	0	-2.291.889
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	5.614.958	660.786	6.275.744	22.573	6.298.317
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	5.646.141	0	5.646.141	67.492	5.713.633
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-31.183	660.786	629.603	-44.919	584.684
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	19.190	19.190	0	19.190
5.05.02.06	Ajuste de Controladas/ Coligadas	0	0	0	-31.183	587.232	556.049	-44.919	511.130
5.05.02.07	Instrumentos Financeiros ao Valor Justo por meio de ORA	0	0	0	0	-237.372	-237.372	0	-237.372
5.05.02.08	IR/CS diferido s/ Outros resut. Abrangentes	0	0	0	0	80.706	80.706	0	80.706
5.05.02.09	Ajuste Benefício pós-emprego	0	0	0	0	211.030	211.030	0	211.030
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	4.274.000	-5.614.958	0	-1.340.958	0	-1.340.958
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	4.274.000	-4.274.000	0	0	0	0
5.06.04	Dividendos Propostos	0	0	0	-1.340.958	0	-1.340.958	0	-1.340.958
5.07	Saldos Finais	39.057.271	13.867.170	30.890.165	0	-7.693.402	76.121.204	295.560	76.416.764

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	31.305.331	21.619.110	23.887.181	201.752	-6.311.330	70.702.044	457.221	71.159.265
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	31.305.331	21.619.110	23.887.181	201.752	-6.311.330	70.702.044	457.221	71.159.265
5.04	Transações de Capital com os Sócios	7.751.940	-7.751.940	0	0	0	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	7.751.940	-7.751.940	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	6.322.216	-2.042.858	4.279.358	-184.234	4.095.124
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	6.338.688	0	6.338.688	48.625	6.387.313
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-16.472	-2.042.858	-2.059.330	-232.859	-2.292.189
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	279	279	0	279
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	58.302	58.302	0	58.302
5.05.02.06	Ajuste de Controladas / Coligadas	0	0	0	-16.472	-1.921.240	-1.937.712	-232.859	-2.170.571
5.05.02.07	IR/CS Diferido s/ Outros Resut. Abrangentes	0	0	0	0	-21.619	-21.619	0	-21.619
5.05.02.08	Ajuste Benefício Pós Emprego	0	0	0	0	-222.164	-222.164	0	-222.164
5.05.02.09	Instrumentos Financeiros ao Valor Justo por meio de ORA	0	0	0	0	63.584	63.584	0	63.584
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	5.020.873	-6.523.968	0	-1.503.095	0	-1.503.095
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	5.020.873	-5.020.873	0	0	0	0
5.06.04	Dividendos Propostos	0	0	0	-1.507.139	0	-1.507.139	0	-1.507.139
5.06.05	Remuneração aos Acionistas não Reclamado - Prescrito	0	0	0	4.044	0	4.044	0	4.044
5.07	Saldos Finais	39.057.271	13.867.170	28.908.054	0	-8.354.188	73.478.307	272.987	73.751.294

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	31.305.331	13.867.170	15.887.829	-296.156	-5.588.668	55.175.506	504.395	55.679.901
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	31.305.331	13.867.170	15.887.829	-296.156	-5.588.668	55.175.506	504.395	55.679.901
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	7.751.940	0	0	0	7.751.940	0	7.751.940
5.04.01	Aumentos de Capital	0	7.751.940	0	0	0	7.751.940	0	7.751.940
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	11.037.827	-722.662	10.315.165	-47.174	10.267.991
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	11.195.036	0	11.195.036	-61.617	11.133.419
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-157.209	-722.662	-879.871	14.443	-865.428
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-1.439	-1.439	0	-1.439
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	7.795	7.795	0	7.795
5.05.02.06	Ajuste de Controladas / Coligadas	0	0	0	-157.209	-1.525.305	-1.682.514	14.443	-1.668.071
5.05.02.07	IR/CS Diferido s/ Outros Resut. Abrangentes	0	0	0	0	-196.322	-196.322	0	-196.322
5.05.02.08	Ajuste Benefício Pós Emprego	0	0	0	0	415.190	415.190	0	415.190
5.05.02.09	Instrumentos Financeiros ao Valor Justo por meio de ORA	0	0	0	0	577.419	577.419	0	577.419
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	7.999.352	-10.539.919	0	-2.540.567	0	-2.540.567
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	7.999.352	-7.999.352	0	0	0	0
5.06.04	Dividendos Propostos	0	0	0	-2.540.567	0	-2.540.567	0	-2.540.567
5.07	Saldos Finais	31.305.331	21.619.110	23.887.181	201.752	-6.311.330	70.702.044	457.221	71.159.265

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.01	Receitas	49.695.483	38.651.704	38.099.923
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	47.671.549	38.640.567	37.035.997
7.01.02	Outras Receitas	2.023.934	11.137	1.063.926
7.01.02.01	Receita de Construção	1.618.045	816.002	795.988
7.01.02.02	PCLD - Consumidores e Revendedores	-804.865	-804.865	267.938
7.01.02.03	Outras receitas e despesas operacionais	1.210.754	0	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-24.027.361	-18.671.608	-11.793.841
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-7.606.724	-7.610.429	-7.807.914
7.02.04	Outros	-16.420.637	-11.061.179	-3.985.927
7.02.04.02	Energia comprada para revenda	5.932	-2.400.358	-3.610.455
7.02.04.03	Combustível para produção de energia elétrica	-2.338.395	-2.092.135	-2.132.559
7.02.04.04	Provisões Operacionais	-14.088.174	-6.568.686	1.757.087
7.03	Valor Adicionado Bruto	25.668.122	19.980.096	26.306.082
7.04	Retenções	-2.081.459	-1.862.869	-1.807.429
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.081.459	-1.862.869	-1.807.429
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	23.586.663	18.117.227	24.498.653
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	4.731.790	4.824.220	7.451.720
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.867.546	1.670.903	1.041.071
7.06.02	Receitas Financeiras	2.864.244	3.137.183	6.385.934
7.06.03	Outros	0	16.134	24.715
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	28.318.453	22.941.447	31.950.373
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	28.318.453	22.941.447	31.950.373
7.08.01	Pessoal	5.273.044	4.742.852	5.397.485
7.08.01.04	Outros	5.273.044	4.742.852	5.397.485
7.08.01.04.01	Pessoal, Encargos e honorários	4.973.395	4.520.641	4.840.977
7.08.01.04.03	Plano de aposentadoria e pensão	299.649	222.211	556.508
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	10.073.043	4.880.303	4.157.598
7.08.02.01	Federais	8.938.675	3.875.792	2.969.518
7.08.02.02	Estaduais	1.124.432	995.304	1.178.644

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.08.02.03	Municipais	9.936	9.207	9.436
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	5.236.444	5.098.231	9.438.152
7.08.03.01	Juros	4.920.583	4.808.829	9.172.121
7.08.03.02	Aluguéis	151.165	121.994	109.780
7.08.03.03	Outras	164.696	167.408	156.251
7.08.03.03.01	Doações e contribuições	164.696	167.408	156.251
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	5.713.633	6.387.313	11.133.420
7.08.04.02	Dividendos	1.340.958	0	2.540.567
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	4.305.183	6.338.688	8.654.469
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	67.492	48.625	-61.616
7.08.05.01	Encargos setoriais	2.022.289	1.832.748	1.823.718



Relatório de Administração & Demonstrações Financeiras 2021



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório de Administração & Demonstrações Financeiras 2021

**Sumário**

1. Mensagem da Administração	3
2. Perfil da Eletrobras e Planejamento Estratégico	5
3. Panorama Econômico Setorial	13
4. Aspectos Operacionais e Regulatórios	13
5. Cepel e Investimento em P&D + I	27
6. Principais Aspectos ESG	28
7. Programas de Governo	46
8. Mercado de Capitais	52
9. Destaque do Resultado	56
10. Serviços de Auditoria Externa	66
11. Empréstimo Compulsório	66
12. Balanço Social 2021	68
13. Pareceres e Demonstrações Financeiras	71

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório de Administração & Demonstrações Financeiras 2021



1. Mensagem da Administração

Próxima de completar 60 anos, a Eletrobras registra, ao longo de sua existência, anos que podem ser classificados como históricos, considerando suas conquistas e a superação de desafios. E 2021 não foi diferente. Suas seis décadas de história reúnem marcos importantes e, este relato traz os resultados alcançados no último ciclo e, sobretudo, os nossos planos para realizar ainda mais.

Em um contexto de pandemia que lamentavelmente ainda está presente no cenário mundial, a Eletrobras mais uma vez demonstrou sua relevância para a sociedade brasileira, seja pelo fornecimento ininterrupto de energia elétrica no período, seja pela doação, logo no primeiro mês do ano, de cilindros de oxigênio ao estado do Amazonas, que passava por um momento crítico de enfrentamento da covid-19. Internamente, a companhia consolidou a maturidade de sua gestão e a efetividade de seus processos, mantendo percentual expressivo de seus empregados em teletrabalho, com foco na saúde e na segurança de seus colaboradores.



Rodrigo Limp

Presidente da Eletrobras

Os avanços no projeto de capitalização da Eletrobras estão entre os grandes marcos de 2021 e que nos permitirão, nos próximos anos, relatar resultados cada vez mais significativos. Esta é uma transformação que possibilitará que a companhia mantenha seu protagonismo no setor elétrico, seguindo como líder em transmissão e geração de energia, fazendo jus à grandiosidade de sua história, com estrutura e gestão no nível dos maiores players mundiais do setor.

O Plano Estratégico das Empresas Eletrobras 2020-2035, considerando o cenário de capitalização da empresa, prevê investimentos superiores a R\$ 12 bilhões ao ano. O valor considera a descotização das usinas prorrogadas pela Lei 12.783/2013 e a celebração de novos contratos de concessão de geração de energia elétrica de produtor independente

O Plano Estratégico é desdobrado no Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG), atualizado anualmente, com horizonte de cinco anos. O PDNG 2021-2025, baseado na excelência operacional e na disciplina financeira, norteou os resultados alcançados no ano. Teve continuidade o processo de racionalização das participações em Sociedades de Propósito Específico e evidenciou-se a sinergia operacional, econômico-financeira e societária entre as empresas Eletrobras por meio da reestruturação societária entre Eletronorte e Amazonas GT. Também foram dados importantes passos para viabilizar a conclusão de Angra 3, empreendimento de fundamental importância para a segurança energética do Sistema Interligado Nacional.

Lançado em dezembro de 2021, o novo Plano Diretor de Negócios e Gestão, referente ao período de 2022 a 2026, contempla a visão da capitalização da empresa e prevê um volume de investimentos de R\$ 48,3 bilhões. O aumento de investimentos permitirá à companhia voltar a crescer nos negócios de geração e transmissão, sempre mantendo a disciplina financeira. Assim, a fim de se preparar para o novo cenário, a Eletrobras traz no novo plano duas iniciativas estratégicas relativas à comercialização de energia.

Em sua trajetória, a Eletrobras reforça que tão importante quanto se preparar para o novo é ser protagonista do novo, criando e buscando formas diferentes de atuação, em alinhamento com seu propósito, visão e valores. Em 2021, em parceria com o BNDES, a Eletrobras registrou,

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório de Administração & Demonstrações Financeiras 2021



junto à ONU, o pacto energético “Descarbonização da matriz elétrica dos sistemas isolados da Amazônia substituindo geração a diesel por energia limpa, renovável e acessível”, em que sustentabilidade e inovação caminham juntas, evidenciando a relevância dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para a estratégia da Eletrobras.

Signatária do Pacto Global, a Eletrobras se orgulha de ter seus constantes esforços reconhecidos pelo mercado, como atestam a melhoria das notas da companhia no *Carbon Disclosure Project* (CDP) e o selo bronze no *Yearbook* da S&P, publicação que reúne as empresas que mais se destacaram na gestão da sustentabilidade. O ano de 2021 marcou o lançamento de um ambicioso programa de educação corporativa para os colaboradores, voltado para a sustentabilidade empresarial e o fortalecimento da liderança.

Além disso, seguimos priorizando o engajamento dos stakeholders e a transparência, tema pelo qual a empresa obteve diversas conquistas, como o Selo Empresa Pró-Ética, concedido pela Controladoria Geral da União (CGU); o nível mais alto de aderência a boas práticas de compliance, avaliado pelo Programa Nacional de Prevenção à Corrupção, Tribunal de Contas da União (TCU); a nota máxima da certificação IG-SEST, de excelência em governança corporativa; e o Troféu Transparência, concedido pela ANEFAC/FIPECAFI às empresas com melhores práticas em informações contábeis disponibilizadas ao mercado.

Em um ano afetado pela crise hídrica, a Eletrobras deu sua fundamental contribuição, com o elevado desempenho de seus empreendimentos, gerando, transmitindo energia e transformando as vidas de milhões de brasileiros. Registramos nossos agradecimentos à dedicação e à excelência do corpo técnico das Empresas Eletrobras, com nossa respeitosa homenagem aos colaboradores que faleceram em razão da pandemia.

Agradecemos, ainda, a cada um dos nossos acionistas e demais stakeholders pela parceria e reconhecimento nesses 60 anos de existência. É essa confiança que legitima nossos passos, pois sabemos que um amanhã promissor se faz com equilíbrio ambiental, social, econômico e de governança. O futuro do Brasil e do setor elétrico pode contar com toda a energia da Eletrobras.



Ruy Flaks Schneider

Presidente do Conselho de Administração

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório de Administração & Demonstrações Financeiras 2021



2. Perfil da Eletrobras e Planejamento Estratégico

2.1 A Eletrobras

No dia 25 de abril de 1961, o então presidente Jânio da Silva Quadros assinou a Lei 3.890-A, autorizando a União Federal a constituir a Eletrobras. A instalação da empresa ocorreu oficialmente no dia 11 de junho de 1962, sendo Eletrobras uma empresa de capital aberto, que tem como acionista majoritário o Governo Federal.

Somos líderes em geração de energia elétrica no Brasil, com participação de cerca de 1/3 do total da capacidade instalada do país, maior empresa brasileira de transmissão de energia elétrica, sendo responsáveis por cerca de metade das linhas com tensão maior ou igual a 230 kV no país. Além disso Participamos de programas de governo com foco em eficiência energética, universalização do acesso à eletricidade e incentivo a fontes alternativas de energia.

Destaca-se que, em julho de 2021, foi publicada a Lei nº 14.182/2021, decorrente do Projeto de Lei de Conversão PLV nº 7/2021 e da Medida Provisória nº 1.031/2021, que trata da desestatização da Eletrobras.

O modelo de desestatização prevê que o processo se dará pelo aumento do capital social, por meio de subscrição pública de ações ordinárias com renúncia do direito de subscrição pela União e segregação de ativos que não poderão ser privatizados, como a controlada Eletronuclear e a participação acionária de Itaipu Binacional. Esses ativos, assim como programas de governos geridos atualmente pela Eletrobras, serão transferidos para a Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. – ENBpar, criada especificamente para este fim, caso a desestatização seja concluída. Maiores detalhes do processo de capitalização poderão ser verificados no Capítulo de Panorama Econômico Social.

Em 2022, a Eletrobras completará 60 anos, seis décadas investindo na energia limpa e renovável que abastece o país.

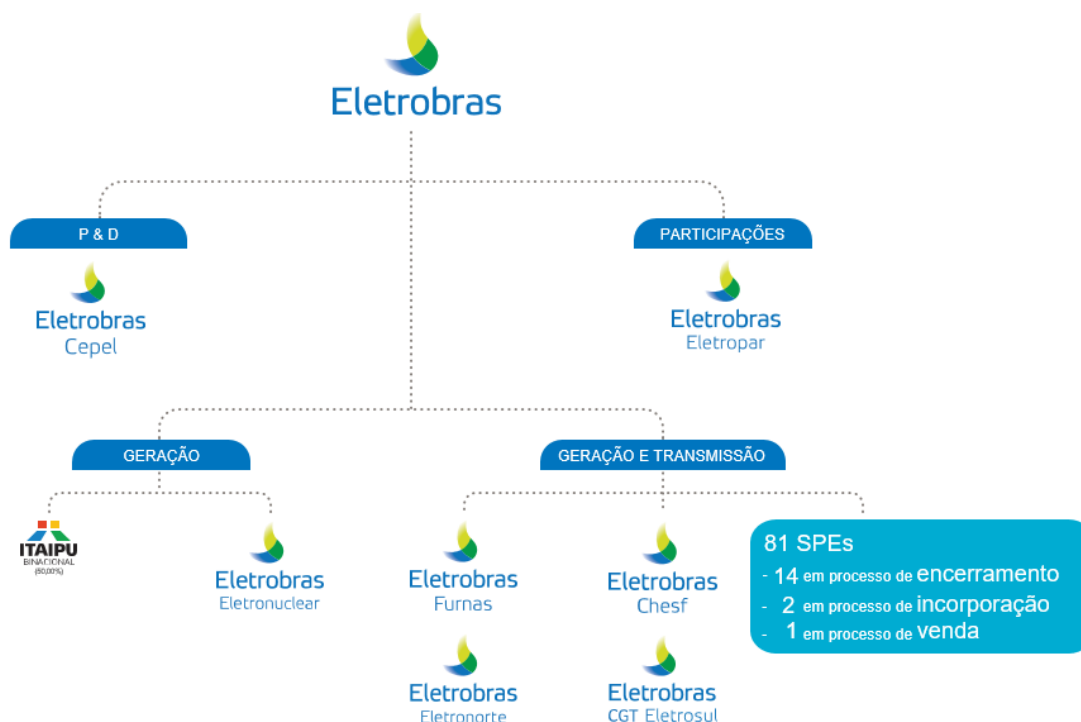
2.2 Estrutura Societária

A estrutura societária das Empresas Eletrobras e investidas, em 31 de dezembro de 2021, era formada pela Holding e por seis controladas, sendo cinco operacionais, 50% da participação de Itaipu Nacional, o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel) e a empresa de Participações Eletropar. A Eletrobras possui, ainda, participação acionária em 81 Sociedades de Propósito Específico (SPEs) no Brasil — sendo 60 de geração, 18 de transmissão e 3 de serviços —; em duas geradoras de energia no exterior — a Rouar e a Inambari —; e em 25 empresas coligadas.

Figura 1 – Estrutura Societária 2021

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório de Administração & Demonstrações Financeiras 2021



Sociedades de Propósito Específico

De acordo com as diretrizes do seu planejamento estratégico, a Eletrobras buscou, nos últimos anos, a racionalização da carteira de participações societárias. Dentre as operações já realizadas, 13 ocorreram no ano de 2021. Com isto, a Eletrobras encerrou o exercício de 2021 com um total de 81 SPEs, ou seja, uma redução de 97 SPEs em relação a dezembro de 2016.

O Projeto de Racionalização das SPEs terá continuidade com o Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG) 2022-2026, por ser um projeto estratégico e prioritário. Das 81 SPEs, uma está em processo de venda, 2 em processo de incorporação e 14 em processo de encerramento. Com tais operações, a Companhia prevê a redução de mais 17 sociedades em 2022, esperando encerrar o ano com 64 SPEs.

Eventos Societários

Além do enxugamento das SPEs, ao longo de 2021, temos os seguintes destaques:

- Incorporação, em março de 2021, pela Chesf das SPEs do Complexo Eólico Pindaí I, II e III, após a compra da totalidade das ações pertencentes à Sequoia Capital Ltda, ocorrida em janeiro de 2021, pelo valor de R\$ 20,6 milhões.
- Consolidação da participação societária da Eletrobras na Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-T) e na Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica (CEEE-G), após a cisão parcial da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT).
- Diluição da participação da Eletrobras na CEEE-D, de 32,65% para 4,62%., em julho de 2021, dado que a companhia não acompanhou o aumento de capital.
- Incorporação da SPE Fronteira Oeste Transmissora de Energia S.A. – FOTE pela CGT Eletrosul, em agosto de 2021.
- Venda pela Eletronorte da SPE Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. – NBTE para a Leovac Participações S.A., pelo montante de R\$ 740,4 milhões, em setembro de 2021.
- Venda de ações da Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA, detidas pela Eletrobras, para a Equatorial Participações e Investimentos II S.A, em novembro de 2021.
- Compra da totalidade das ações, pertencentes à Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-T), da SPE Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. (TSLE),

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório de Administração & Demonstrações Financeiras 2021



pela CGT-Eletrosul, pelo valor de R\$ 217,5 milhões, passando esta a deter 100% do capital da SPE, em novembro de 2021.

2.3 Investimentos Realizados

O total dos investimentos realizados pelas Empresas Eletrobras, exceto Eletropar, em 2021, foi de R\$ 4.678 milhões, o que corresponde a 57% do orçamento do ano. Deste total, R\$ 4.059 milhões correspondem a investimentos corporativos e R\$ 619 milhões em projetos feitos em parcerias. Os recursos foram distribuídos nos seguintes segmentos: R\$ 2.287 milhões em Geração, R\$ 1.863 milhões em Transmissão e R\$ 528 milhões em outros (Infraestrutura e Qualidade Ambiental). Comparado a 2020, observa-se um acréscimo de 27 % no total do investimento corporativo no segmento de Geração e um acréscimo de 77 % no segmento de Transmissão.

As realizações de 2021 estão em conformidade com o limite legal estabelecido pelo Plano de Dispêndios Globais, pela Portaria Ministério da Economia 13.997/2021e pela Lei 14.144/2021.

**Investimentos Realizados**

(Em R\$ milhões)

Investimento (Corporativo + Parcerias)	Orçado 2021	% 2021	Realizado 2021	Realizado 2020	Realizado 2019
Geração	5.065	45%	2.287	1.802	2.049
Implantação Corporativa	2.917	43%	1.258	1.082	703
Ampliação Corporativa	256	95%	244	222	190
Manutenção	1.138	59%	674	424	487
Expansão SPEs	754	15%	111	74	669
Transmissão	2.497	75%	1.863	1.051	1.068
Implantação Corporativa	15	6%	1	14	3
Ampliação e Reforços e Melhorias	1.488	78%	1.163	631	691
Manutenção	315	61%	191	366	203
Expansão SPEs	678	75%	508	40	171
Outros⁽¹⁾	684	77%	528	269	211
TOTAL	8.245	57%	4.678	3.122	3.328

Outros: Infraestrutura, Qualidade Ambiental

Destaques em 2021**Geração: investimentos de R\$ 2.287 milhões**

- Usina Nuclear Angra-3, da Eletronuclear: R\$ 1.240 milhões realizados, representando 44% do total orçado para 2021, referente à retomada das obras, com recursos provenientes de aportes da Eletrobras Holding. O maior destaque é a finalização do processo licitatório para a contratação de empresa para retomada da obra civil e parte da montagem eletromecânica, iniciativa que integra o plano de aceleração do caminho crítico da usina.
- Usina Termelétrica Santa Cruz, de Furnas: R\$ 187 milhões, com realização de 100% de seu orçamento previsto para 2021. O orçamento anual foi utilizado para a execução da implantação do Ciclo Combinado da Usina Termoelétrica de Santa Cruz.
- Ampliação da Capacidade de Geração da Usina Hidrelétrica de Curuá-Una (PA), da Eletronorte: R\$ 53 milhões realizados, que representam 82% do orçamento anual. O que impediu a realização em sua totalidade foram os aspectos ligados à pandemia COVID-19, como atrasos na entrega de equipamentos e em atividades contratuais.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório de Administração & Demonstrações Financeiras 2021



- Implantação Parque de Geração de Energia Eólica Casa Nova, da Chesf: R\$ 14 milhões realizados, sendo 79% do orçamento anual. Os recursos foram utilizados principalmente para a conclusão das obras e implantação do parque eólico Casa Nova I-A (27MW).
- Manutenção do Sistema de Geração da Chesf: R\$ 162 milhões realizados, 91% do valor orçado em 2021. Os investimentos foram feitos na modernização e digitalização da UHE de Sobradinho, UHE Paulo Afonso, e diversos projetos em várias usinas da Chesf.
- SPEs – As principais realizações em 2021 foram a aquisição de participação do parque eólico Complexo Pindaí, pela Chesf, num total de R\$ 21 milhões, e a aquisição de participação na UHE Serra do Facão, por Furnas, num total de R\$ 31 milhões, ambos em linha com o valor planejado para o ano.

Frustrações na geração: R\$ 2.778 milhões não investidos

Do total frustrado em geração, R\$ 2.135 milhões referem-se a investimentos corporativos, sendo que os mais relevantes são:

Usina Nuclear Angra-3 que representa 74% de toda frustração deste grupo equivalente a R\$ 1.573 milhões, em razão de problemas associados à pandemia que atrasaram processos licitatórios, assinaturas de contratos e o ritmo da execução dos serviços de terceiros (empreiteiros) já contratados. Adicionalmente ocorreram alterações no cronograma de liberação de recursos financeiros para o projeto.

Usinas de Angra 1 e 2: frustração de R\$ 256 milhões, sendo explicada por dificuldades no mercado de fornecedores, demora no fornecimento de cotações, falta de matérias primas, e morosidade na entrega de equipamentos e componentes importados, bem como priorização das atividades de manutenção operacional.

Em manutenção de Geração podemos citar diversas razões para a não realização de 41% do orçamento anual, como atrasos dos fornecedores, problemas com equipamentos importados, atrasos em processos licitatórios, dentre outros.

UTE Mauá Eletronorte – empreendimento incorporado da Amazonas GT. A frustração de R\$ 92 milhões deu-se por motivo de postergação de contrato de manutenção de térmicas para 2022.

Usina de Candiota, da CGT Eletrosul: frustração de R\$ 56 milhões ocasionada pela não execução das atividades de manutenção anual da usina, a pedido do ONS, em função da crise hídrica.

Em relação às SPES, total de R\$ 643 milhões de frustrações têm como destaques:

- Teles Pires Participações (Furnas e CGT Eletrosul): os aportes previstos tinham a finalidade de cobrir as despesas com pagamento das debêntures da SPE Teles Pires. Do total orçado para 2021, nessa SPE, não foram realizados R\$ 65 milhões.
- Chapada do Piauí da Holding: a previsão de aportes em 2021, num total de R\$ 63 milhões tinha o objetivo de quitar débitos da SPE relacionados ao ressarcimento de energia não gerada. Com a ausência de cálculos da ANEEL, não foram necessários os aportes.
- Brasil Ventos: aportes feitos por Furnas à sua controlada Brasil Ventos num total de R\$ 21 milhões, para cumprimento de obrigações com despesas administrativas, pagamento de distratos com fornecedores, entre outros. Não foram utilizados R\$ 69 milhões para esta finalidade devido à distribuição de capital de sua subsidiária Fortim e devido à postergação do início do projeto da eólica de Itaguaçu da Bahia.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório de Administração & Demonstrações Financeiras 2021



No orçamento de Furnas para 2021, havia um total de R\$ 406 milhões planejados para aquisição de participações em SPEs que não ocorreram no período devido, em parte, a processo arbitral em andamento.

Transmissão: investimentos de R\$ 1.863 milhões

Os investimentos em Ampliação e Reforços e Melhorias corresponderam 62% do Investimento Corporativo no segmento, com maiores destaques para:

CHESF realizou R\$ 106 milhões em Ampliação do Sistema de Transmissão, cujas principais obras em andamento são os empreendimentos LT São Luiz II/ São Luiz III; LT Paraíso Açú C3; LT Pau Ferro/Santa Rita C1; LT Mossoro/Açú C2 e LT Banabuiú/ Russas 230K C2.

Em Reforços e Melhorias, foi atingido um percentual de realização de 77% com investimentos de R\$ 1.057 milhões, sendo a maior realização da Chesf, num total de R\$ 610 milhões (87%) distribuídos em diversos projetos que resultaram em mais de 2.500 obras executadas, como por exemplo revitalizações de linhas de transmissão, melhorias em sistemas de proteção, automação e telecomunicações etc.

Em manutenção de transmissão Furnas realizou R\$ 127 milhões (55%) e Eletronorte com R\$ 58 milhões (70%).

Em SPES, destacamos a CGT Eletrosul que efetivou a aquisição de participação da CEEE, nas SPEs TSLE e FOTE, para a incorporação dos ativos, num total de R\$ 301 milhões. Foi também efetivado um aporte para a liquidação de debêntures da TSLE num total de R\$ 196 milhões, não previstos.

Frustrações na TRANSMISSÃO: R\$ 634 milhões não investidos

Do total frustrado no segmento de transmissão, R\$ 463 milhões referem-se a investimentos corporativos, com destaques para:

Reforços e Melhorias da Eletronorte com frustração de R\$ 98 milhões (41% do orçado), devido a problemas enfrentados nas SEs Coxipó, Jauru e Presidente Dutra com atraso na fabricação, embarque e transporte de equipamentos, além de problemas de comissionamento. Alguns projetos avançaram devido, principalmente, a autorizações céleres da ANEEL como, por exemplo, SEs Ribeiro Gonçalves e Lucas do Rio Verde.

A Chesf frustrou R\$ 93 milhões dos R\$ 703 milhões planejados para 2021 em Reforços e Melhorias devidos aos efeitos da pandemia resultando em atrasos no fornecimento e elevações de preço de matéria prima.

Reforços e Melhorias de Furnas foram frustrados R\$ 76 milhões dos R\$ 177 milhões planejados para 2021 devido a atraso na emissão de licenças ambientais, falta de interessados em determinadas licitações, atrasos em processos licitatórios, contingenciamento pelo reperfilamento da RBSE, dentre outros.

Em Ampliação do Sistema de Transmissão da CGT Eletrosul houve frustração de R\$ 55 milhões explicada, principalmente, pela antecipação na aquisição de equipamentos e energização de subestações no ano anterior, aliado a atrasos no processo de autorização de novas ampliações e às dificuldades enfrentadas com alguns fornecedores. A não utilização de 46% do orçamento anual não incorreu em prejuízo ao atendimento do cronograma da ANEEL.

Em relação às SPES, temos a frustração de R\$ 36 milhões na Transnorte Transmissora de Energia (TNE), cujo orçamento era de R\$ 46 milhões. O aporte foi inferior ao previsto devido ao

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório de Administração & Demonstrações Financeiras 2021



atraso na emissão de licença de instalação pelo Ibama, ocorrida somente ao final do terceiro trimestre de 2021.

Furnas tinha previsto um orçamento de R\$ 294 milhões para aquisições de novos empreendimentos de transmissão, que não se concretizaram devido ao não avanço em acordos societários.

Ambiental

No segmento Ambiental do Investimento Corporativo podemos destacar a realização de 100% do orçamento de R\$ 144 milhões da Eletronorte destinados aos Programas "Plano de Inserção Regional da UTE Tucuruí (PIRTUC) e "Plano de Inserção Regional a Jusante da UHE Tucuruí – PIRJURS".

Fontes dos investimentos de 2021

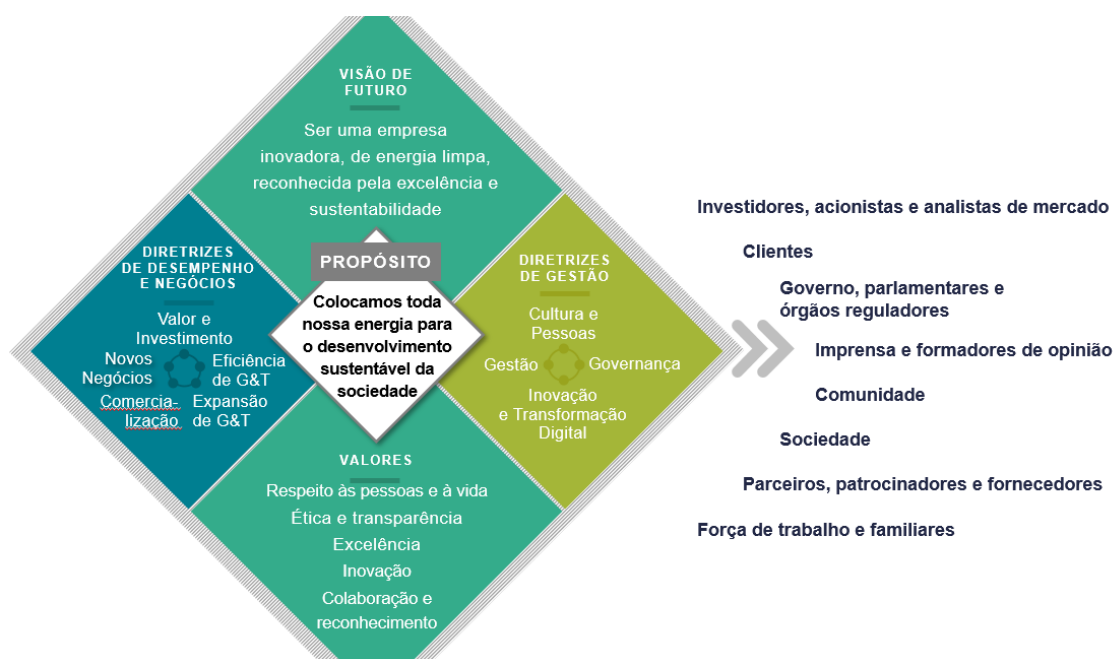
Do total das fontes dos investimentos corporativos, R\$ 2.189 milhões ou 53,9% são de fontes próprias. Os R\$ 1.870 milhões ou os 46,1% restantes têm como fonte terceiros. Desses recursos, R\$ 1.240 milhões (30,5%) foram captados pela Holding por meio das debêntures e aportados na Eletronuclear para Angra 3 e R\$ 630 milhões (15,5%) captados por Furnas.

2.4 Planejamento Estratégico

A estratégia empresarial da Eletrobras foi desenvolvida tendo como princípio a Sustentabilidade, premissa que determina as diretrizes da empresa, transversal a toda a sua estratégia e aos demais processos da Companhia e nossa maneira de fazer negócios.

A nova Identidade Empresarial da Companhia foi definida com a aprovação do Plano Estratégico para o período 2020-2035. O Posicionamento atual da Eletrobras pode ser descrito de maneira sucinta pela figura abaixo:

Figura 2 – Estratégia 2020-2035



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório de Administração & Demonstrações Financeiras 2021



Em dezembro de 2021, o Conselho de Administração da Eletrobras aprovou o Plano Diretor de Negócios e Gestão para o período de 2022 a 2026 (PDNG 2022-2026), sendo este um desdobramento do Plano Estratégico 2020-2035 e uma atualização natural do PDNG 2021-2025.

O PDNG 2022-2026, além de reafirmar a identidade empresarial da Companhia (Propósito, Visão e Valores), se apresenta como desdobramento do Plano Estratégico, com horizonte de cinco anos, que define os projetos a serem desenvolvidos pelas nossas empresas, visando ao alcance dos objetivos estratégicos voltados para o crescimento e modernização sustentável da Eletrobras e alinhados às novas tendências do setor de energia.

Cabe ressaltar que o PDNG 2022-2026 contempla a Capitalização da Empresa, conforme a Lei 14.182/2021, a Resolução 15/2021 do CNPE (Conselho Nacional de Política Energética), que trata do benefício econômico da capitalização, e a Resolução nº 203/2021, do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI), que trata da modelagem da desestatização da Eletrobras. Após a confecção do PDNG 2022-2026, foram editadas as Resoluções 30/2021 do CNPE e 221/2021 do CPPI, que alteraram as Resoluções 15 e 203, respectivamente.

O PDNG 2022-2026 desdobra as Diretrizes Estratégicas (acima mencionadas) em Objetivos Estratégicos aos quais estão vinculadas iniciativas estratégicas que serão desenvolvidas ao longo do período para viabilizar o alcance da estratégia do Plano.

A figura abaixo apresenta o investimento total previsto para o quinquênio:

Corporativo	2022	2023	2024	2025	2026	2022-2026 (R\$ mil)
Geração	1.612.097	4.715.004	5.229.234	3.601.342	2.722.985	17.880.662
Ampliação	748.935	3.356.180	4.102.359	2.427.068	1.873.736	12.508.277
Manutenção	863.162	1.358.825	1.126.875	1.174.274	849.249	5.372.385
Transmissão	2.225.221	3.808.356	4.834.072	4.060.324	5.030.239	19.958.213
Ampliação	229.813	277.600	1.064.738	1.784.237	2.934.041	6.290.429
Reforços e melhorias	1.174.778	2.848.149	3.362.973	1.958.251	1.978.370	11.322.521
Manutenção	820.630	682.608	406.361	317.835	117.828	2.345.263
Outros (I +A)	473.676	348.996	332.220	312.206	299.649	1.766.747
Total corporativo	4.310.993	8.872.357	10.395.527	7.973.872	8.052.874	39.605.622
SPE						
	919.991	2.878.001	2.399.730	1.471.960	1.061.915	8.731.596
Geração	818.868	1.751.645	1.582.642	1.206.595	796.320	6.156.069
Transmissão	86.448	1.111.443	801.950	250.000	250.000	2.499.840
Outros	14.675	14.914	15.138	15.365	15.595	75.687
Total	5.230.984	11.750.358	12.795.256	9.445.832	9.114.788	48.337.218

(I+A): Infraestrutura e ambiental.

Obs: Os investimentos a serem realizados pela Eletronuclear não estão contidos nessa tabela em razão da expectativa de capitalização da Eletrobras.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório de Administração & Demonstrações Financeiras 2021

Para o período de 2022 a 2026 estão previstos no Plano de Negócios da Companhia investimentos da ordem de R\$ 48,3 bilhões, um aumento de 17,5% em relação ao quinquênio 2021-2025.

As fontes de recursos do PDNG 2022-2026 têm previsão de serem oriundas de recursos próprios (50,32%) e recursos de terceiros (49,68%).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório de Administração & Demonstrações Financeiras 2021



3. Panorama Econômico Setorial

O Produto Interno Bruto (PIB) do país avançou em 2021 e encerrou o ano com crescimento de 4,6%, recuperando as perdas de 2020, quando a economia brasileira encolheu devido à pandemia do coronavírus, afetando a atividade dos diferentes setores.

Já a inflação, medida pela variação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), encerrou 2021 em 10,06%, sendo os preços dos combustíveis a maior influência. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), essa foi a maior taxa acumulada no ano desde 2015, encerrado em 10,67%.

Segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o consumo do setor de energia elétrica atingiu 500.209 GWh até dezembro de 2021, o que representa um aumento de 5,2% em comparação com 2020, acompanhando o aumento do PIB. Todas as classes apresentaram aumento no consumo, mas a classe industrial teve o maior aumento, de 9,2% em comparação ao consumo de 2020. Já a classe residencial apresentou o menor aumento, sendo de 1,8% em comparação a 2020.

4. Aspectos Operacionais e Regulatórios

4.1 Geração

Capacidade Instalada

Em 31/12/2021, a Eletrobras atingiu a capacidade instalada de 50.515 MW em empreendimentos de Geração, o que representa 28% dos 181.498,08 MW instalados no Brasil. Do total da Eletrobras, 61% são compostos de empreendimentos de propriedade integral das Empresas Eletrobras, 23% de empreendimentos realizados por meio de SPs e 16% de empreendimentos em propriedade compartilhada, incluindo metade da capacidade de Itaipu Binacional (7.000 MW). Caso a desestatização seja efetivada, a capacidade instalada atual da Eletrobras será reduzida em 8.990 MW, referente à segregação de Eletronuclear e Itaipu Binacional, que não são ativos privatizáveis.

Aproximadamente 97% da capacidade instalada total da Eletrobras provêm de fontes com baixa emissão de gases de efeito estufa (GEE), contribuindo de forma decisiva para que a matriz elétrica brasileira seja uma das mais limpas e renováveis do mundo. Cerca de 92% correspondiam à fonte por hidrelétricas, 4% por fonte nuclear, 3% por fontes térmicas, 1% por fontes eólicas e menos que 1 % por fonte solar.

Em 31/12/2021, do total de capacidade instalada alavancada em empreendimentos com baixa emissão de GEE no Brasil, 51% ou 70,3 GW pertenciam à Eletrobras.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório de Administração & Demonstrações Financeiras 2021



Usinas das Empresas Eletrobras e suas subsidiárias em Operação no Brasil em 31/12/2021



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório de Administração & Demonstrações Financeiras 2021



Capacidade Instalada por Fonte e Número de Usinas que Possuem Participação das Empresas Eletrobras

Tipo	Hidráulica		Térmica		Nuclear		Eólica		Solar		Total	
	MW Alavancado	Usinas	MW Alavancado	Usinas	MW Alavancado	Usinas	MW Alavancado	Usinas	MW Alavancado	Usinas	MW Alavancado	Usinas
Corporativos não renovados	10.870,45	12	1.519,23	10	1.990,00	2	336,10	20	0,93	1	14.716,72	45
Corporativos renovados pela Lei no 13.182/2015	3.132,30	2	-	-	-	-	-	-	-	-	3.132,30	2
Corporativos sob regime de O&M Lei 12.783/2013	13.117,33	18	-	-	-	-	-	-	-	-	13.117,33	18
Propriedade Compartilhada	15.848,14	4	-	-	-	-	-	-	-	-	15.848,14	4
SPE	23.558,25	12	-	-	-	-	618,70	23	-	-	24.176,95	35
SPE em Regime O&M Lei 12.783/13	807,50	1	-	-	-	-	-	-	-	-	807,50	1
Total Geral	67.333,97	49	1.519,23	10	1.990,00	2	954,80	43	0,93	1	71.798,93	105

A coluna "MW Alavancado" considera 100% da capacidade instalada das usinas que possuam acionistas minoritários, notadamente em SPEs.

Evolução Física no Sistema

Aggregações - Destaca-se que, em 2021, teve início da operação da UHE Jaguari (27,6MW) por Furnas, a partir de 1º de janeiro de 2021, em atendimento à Portaria MME nº 409, de 13 de novembro de 2020. As usinas da Amazonas GT foram incorporadas à Eletronorte a partir do 3T21, sem alteração do consolidado, pois já pertenciam às Empresas Eletrobras. Por fim, cerca de 3 MW são referentes a entrada em operação de duas UGs da EOL Casa Nova IA.

Além disso, foram incorporadas às empresas Eletrobras o restante da participação societária da Chesf nos 11 parques Eólicos do Complexo Pindaí I, II e III, alterando o total da capacidade em 3 MW.

Desagregações - Foram desativadas as UTEs Santana, Santana II e Santa Rita da Eletronorte em maio/2021, conforme prazo estabelecido pela Portaria MME nº 406/2020, para atendimento emergencial ao Amapá. A UTE Senador Arnon Afonso Farias de Melo não está sendo considerada na capacidade instalada da Eletronorte dado que se encontra cedida à Roraima Energia S.A., sucessora da Boa Vista Energia S.A., por meio de contrato de comodato.



Evolução Física por Empresa Eletrobras

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório de Administração & Demonstrações Financeiras 2021



Empresa	Corporativos não renovados (a)	Corporativos renovados pela Lei 13.182/2015 (b)	Corporativos sob Regime de O&M (c)	Propriedade Compartilhada (d)	SPE (e)	SPE sob Regime de O&M (f)	(Em MW)	
							Total (a+b+c+d+e+f)	Resultado Líquido 2021
Eletrobras Holding	-	-	-	-	1.869,94	-	1.869,94	-
Eletronorte	9.826,03	-	78,00	-	2.406,78	-	12.310,81	844,89
Chesf	1.015,40	1.050,30	8.394,73	-	2.642,94	-	13.103,37	5,76
Furnas	1.237,20	2.082,00	4.644,60	764,87	3.067,96	402,94	12.199,56	37,25
Eletronuclear	1.990,00	-	-	-	-	-	1.990,00	-
CGT Eletrosul	648,08	-	-	177,94	1.215,51	-	2.041,53	-
Itaipu Binacional	-	-	-	7.000,00	-	-	7.000,00	-
Amazonas GT	-	-	-	-	-	-	-	1.020,88
TOTAL	14.716,72	3.132,30	13.117,33	7.942,80	11.203,12	402,94	50.515,21	-132,98

Energia Gerada e Vendida

As Empresas Eletrobras geraram, em 2021, um total de 178.812 GWh, considerando a proporção da sua participação no capital investido, e incluindo cotas, o que representou uma redução de 8,4% em relação a 2020, conforme verificado na tabela a seguir:

**Energia Gerada**

Empresas Eletrobras	(Em GWh)		
	2021	2020	Variação (%)
Eletrobras	5.254,61	6.240,63	-15,8%
Itaipu Binacional	33.184,63	38.191,00	-13,1%
Eletronorte (1)	44.383,78	36.486,34	21,6%
Chesf	35.034,87	43.983,52	-20,3%
Furnas	35.396,40	43.985,38	-19,5%
Eletronuclear	13.461,67	12.866,46	4,6%
CGT Eletrosul	9.252,90	7.499,58	23,4%
Amazonas GT (1)	2.842,81	5.930,32	-52,1%
Total Eletrobras	178.811,66	195.183,23	-8,4%

(1) A energia gerada pela Amazonas GT, em 2021, é referente ao acumulado até o 2T21. A partir do 3T21 está consolidada na Eletronorte.

Variações positivas: Destacamos a Eletronorte, com a incorporação das usinas da Amazonas GT a partir do 3T21. Na Eletronuclear, a usina de Angra 2 destacou-se pela boa performance de geração de energia. Destaca-se também o recorde de geração média anual da UTE Candiota III da CGT Eletrosul, superando o recorde anterior que era do ano de 2013.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório de Administração & Demonstrações Financeiras 2021



Variações negativas: As reduções mais significativas nas empresas Eletrobras Holding, Itaipu, Chesf e Furnas podem ser explicadas pelo ano hidrológico de 2021 de baixas afluências nos reservatórios das usinas hidrelétricas. A redução na Amazonas GT pode ser explicada pela transferência das usinas para a Eletronorte a partir do 3T21, conforme informado acima.

No que se refere à energia vendida, foram vendidos 191,9 TWH em 2021, redução de 6,4% em comparação ao ano anterior, embora com preços médios maiores, auferindo maiores receitas de comercialização de energia elétrica.

Expansão em Geração

Em busca de novas oportunidades de negócios, as Empresas Eletrobras participam de estudos e projetos de usinas hidrelétricas, diretamente ou em parceria. Em 2021, apenas os estudos de viabilidade somavam cerca de 17,17 GW de capacidade instalada de Geração, enquanto os estudos de inventário representavam 3,77 GW e os de projetos básicos correspondiam a 0,27 GW.

Comercialização de Itaipu

A Lei 10.438/2002 determinou que a Eletrobras fosse o Agente Comercializador de Energia de Itaipu. Nesta condição, dos 65.022 GWh previstos em 2021, a empresa repassou para as concessionárias das Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, 49.156 GWh de energia vinculada à potência contratada, correspondendo a um faturamento de aproximadamente US\$ 3,54 bilhões. A potência contratada refere-se à parte mensal que cabe à Eletrobras do total da potência de Itaipu disponível para contratação. A energia não vinculada à potência contratada, adquirida pela Eletrobras, foi de 1,042 GWh.

Durante o ano de 2019, foram negociados entre a Eletrobras, a paraguaia *Administración Nacional de Electricidad* (Ande) e Itaipu, os termos para contratação dos serviços de eletricidade da Itaipu para o período de 2019 a 2022. Em 13 de dezembro de 2019, foi assinada, entre as partes, a Carta Compromisso, que estabelece os valores de suprimentos de potência e energia a serem faturados no período de 2019 a 2022.

A tarifa da Itaipu Binacional, estabelecida nos contratos entre a paraguaia Ande e a Eletrobras, por força do Tratado e seus Anexos, é calculada, anualmente, com base em seu custo, que é composto, basicamente, pelos componentes: Dívida, Encargos do Anexo C e Despesas de Exploração. Para o ano de 2020, a tarifa foi estabelecida em US\$ 22,60 por kW de potência mensal contratada. O repasse da Potência Contratada às empresas de distribuição cotistas da Comercialização de Itaipu, conforme estabelecido no Artigo 3º da Lei 5.899/73, teve sua tarifa para o ano de 2021 estabelecida pela Resolução Aneel 2812/2020, em US\$ 28,07 por kW.

Caso a desestatização ocorra, a aquisição da totalidade dos serviços de eletricidade da Itaipu Binacional e a sua comercialização será transferida a outro agente indicado pela União.

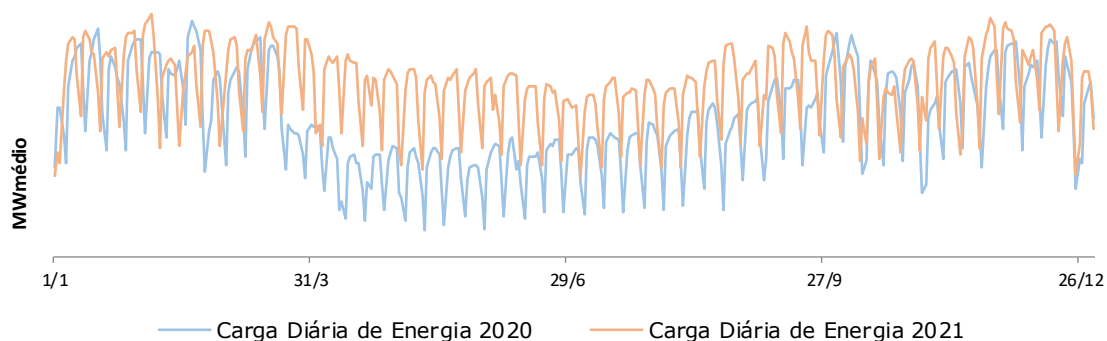
A Geração durante a Pandemia

Considerando a pandemia do COVID-19, não houve impacto significativo no mercado de energia em 2021, mantendo-se estável com consumo médio de energia aumentando 4,1% e a carga de energia com aumento de 8% de 2020 a 2021. Somente nos meses de outubro e dezembro, o consumo médio de energia foi menor quando comparado a 2020.

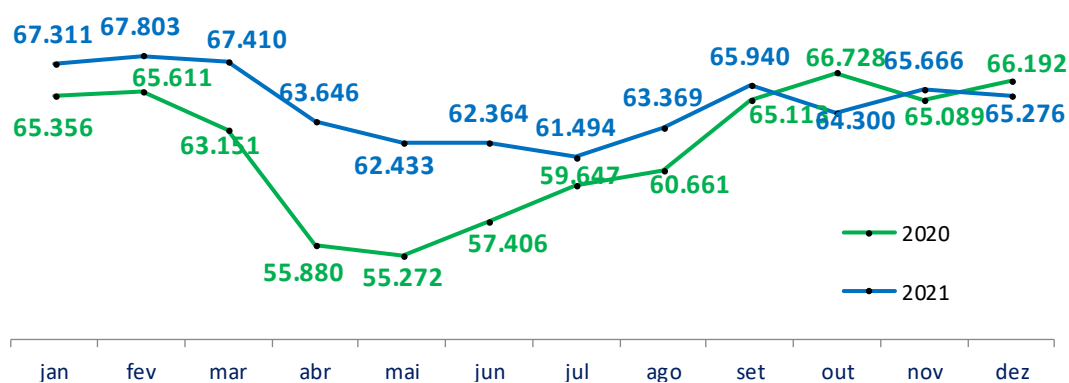
Carga Diária no Brasil 2021-2020

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório de Administração & Demonstrações Financeiras 2021



Fonte: ONS

Consumo de Energia Elétrica Mensal em 2021 vs. 2020

Fonte: CCEE

A operação dos ativos de Geração das Empresas Eletrobras ocorreu normalmente desde o início da pandemia, mesmo considerando os impactos da covid-19. Diversas medidas foram adotadas de forma a garantir a segurança e a continuidade dos serviços, além de elaboração de protocolos relacionados à operação e manutenção dos ativos. O planejamento das manutenções previstas para 2021 foi revisado, sendo realizados os serviços necessários para garantir o desempenho e confiabilidade dos equipamentos.

Com relação à inadimplência, não houve em 2021 registros significativos nos contratos existentes no ACR, no ACL, nas cotas de garantia física, Itaipu, Proinfa e nuclear. Cabe mencionar que, no ambiente regulado, foram adotadas medidas de solução sistêmica pelo MME e a Aneel, como a criação da "Conta Covid" permitindo maior capacidade de pagamento por parte das empresas distribuidoras de energia.

Portanto, ainda que a pandemia do Covid-19 tenha trazido impactos negativos para o mercado de energia, não houve efeitos relevantes nos negócios de comercialização de energia elétrica das Empresas Eletrobras visto que os resultados ficaram dentro do planejado.

4.2 Transmissão

Em 31 de dezembro de 2021, a malha de Linhas de Transmissão (LTs) das Empresas Eletrobras e investidas atingiu um total de 74.087,27 km, sendo 9.408,29 km corporativas não renovadas; 57.148,77 km corporativas sob Regime de O&M, renovadas pela Lei 12.783/13; e 7.530,21 km correspondem à proporção de suas participações acionárias em empreendimentos realizados pela Companhia por meio de SPEs. Considerando apenas as linhas com nível de tensão igual ou maior que 230 kV, a Eletrobras é responsável por 68.357,77 km, o que representa 40,6% do total de Linhas de Transmissão do Brasil nas referidas tensões.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório de Administração & Demonstrações Financeiras 2021



O mapa a seguir apresenta as principais Linhas de Transmissão do sistema elétrico brasileiro existentes até 2021, destacando os empreendimentos pertencentes às Empresas Eletrobras, os empreendimentos das Empresas Eletrobras em parceria e de outras empresas.

Figura 3 - Mapa da Localização das Linhas de Transmissão de Energia Elétrica no Brasil



Linhas de Transmissão e Subestações em 2021

Empresas Eletrobras	Corporativas			SPES		Total km (a+b+c)	Alavancado pela Eletrobras (d)	Totais Total Alavancado (a+b+d)
	Corporativas não renovadas em km (a)	Renovadas pela Lei 12.783/13 em km (b)	Subestações	SPE - Participação Eletrobras km (c)	Subestações			
Chesf	2.580,42	19.221,50	120	1.768,15	3	23569,50	3.608,46	25.410,37
Eletrobras	0	0	0	0	1	0	0	0
Eletronorte	2.270,85	8.828,18	52	1.044,89	2	12143,92	2.132,44	13.231,47
CGT	2.810,93	9.143,19	46	467,00	1	12421,12	467,00	12.421,12
Eletrosul	1.746,10	19.955,90	55	4.250,17	11	25952,17	8.937,36	30.639,36
TOTAL Eletrobras	9.408,29	57.148,77	274	7.530,21	16	74086,70	15.145,26	81.701,75

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório de Administração & Demonstrações Financeiras 2021



* Alavancado pela Eletrobras: entende-se pelo total que a Eletrobras contribuiu ao sistema brasileiro, ou seja, refere-se ao total de linhas ou subestações dos projetos que a Eletrobras tem alguma participação, através de SPE, sem considerar apenas a proporção de sua participação acionária.

Parcela Variável das Empresas Eletrobras

% PV da RAP	2021	2020	2019
Anual	2,10%	1,84%	2,28%

Em 2021, os descontos de Parcela Variável (PV) apresentaram um pequeno aumento do comprometimento das Receitas Anuais Permitidas (RAP), em relação a 2020. Porém, o resultado ainda é melhor do que 2019. Este resultado reflete a redução de receita ocorrida a partir de julho/21 devido à entrada de um novo ciclo e também reflete as melhorias no processo de gestão das manutenções programadas e no menor número de desligamentos programados no período.

Evolução Física em Transmissão**Corporativas:**

Em 2021 houve um total de 383,17 km de agregações corporativas, com destaque para 306,29 km na Chesf, 53,07km na CGT Eletrosul e 23,8 km em Furnas, conforme tabela a seguir:

Agregações	Extensão (Km)	Empresa
LT 230 kV PAU FERRO /SANTA RITA II C-1 PE/PB	84,84	Chesf
seccionamento da LT 230 kV JARDIM /FAFEN C-1 SE	0,4	Chesf
LT 230 kV MOSSORO II /ACU II C-2 RN	71,3	Chesf
seccionamento da LT 230 kV P.AFONSO III /ANGELIM C-1 AL/PE	41,23	Chesf
seccionamento da LT 230 kV BANABUIU /MOSSORO II C-2 CE/RN	8,8	Chesf
LT 230 kV SAO LUIS II /SAO LUIS III C-2 MA	34,28	Chesf
seccionamento da LT 230 kV MOSSORO II /ACU II C-1 RN	6,53	Chesf
seccionamento da LT 230 kV MOSSORO II /ACU II C-2 RN	11,01	Chesf
seccionamento da LT 230 kV FUNIL /ITAPEBI C-2 BA	47,9	Chesf
seccionamento da LT 230 kV MONTE CLARO /GARIBALDI 1 C-1 RS	3,8	CGT Eletrosul
seccionamento da LT 230 kV LONDRINA ESU/APUCARANA C-1 PR	7,58	CGT Eletrosul
seccionamento da LT 230 kV VAREIA/PONTA GROSSA NORTE C-1 PR	4,43	CGT Eletrosul
LT 230 kV FOZ DO CHAPECO /PINHALZINHO 2 C-2 SC	37,26	CGT Eletrosul
seccionamento da LT 345 kV ADRIANOPOLIS /JACAREPAGUA C-2 RJ	23,8	Furnas
Subtotal	383,17	

Por outro lado, foram observadas desagregações num total de 875,75 km sendo cerca de 390 km devido à saída da Amazonas GT do segmento de transmissão. transferências onerosas de circuitos classificados como Demais Instalações de Transmissão- DITs para distribuidoras, conforme tabela a seguir:

Desagregações Corporativas	Extensão (Km)	Empresa
seccionamento da LT 230 kV PERITORO /COELHO NETO C-1 MA	-2,7	Eletronorte
seccionamento da LT 230 kV LONDRINA ESU /ASSIS C-1 PR/SP	-0,31	CGT Eletrosul
LT 138 kV TUCURUI VILA /CAMETA C-1 PA	-214,2	Eletronorte
LT 230 kV CRIST. ROCHA /LECHUGA C-1 AM	-5,44	Amazonas GT
LT 230 kV JORGE TEIXEIRA /MAUA III C-2 AM	-13,73	Amazonas GT
LT 230 kV JORGE TEIXEIRA /MAUA III C-1 AM	-13,73	Amazonas GT
LT 230 kV LECHUGA /MANAUS C-2 AM	-19,7	Amazonas GT

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório de Administração & Demonstrações Financeiras 2021

LT 230 kV LECHUGA /MANAUS C-1 AM	-19,73	Amazonas GT
LT 230 kV PRES FIGUEIREDO /RL (UHE BALBINA / CRIST. ROCHA) C-1 AM	-0,12	Amazonas GT
LT 230 kV UHE BALBINA /CRIST. ROCHA C-1 AM	-154,89	Amazonas GT
LT 230 kV UHE BALBINA /LECHUGA C-1 AM	-159,29	Amazonas GT
Balbina – Balbina – Circuito 1	-0,59	Amazonas GT
Balbina – Balbina – Circuito 2	-0,64	Amazonas GT
Balbina – Balbina – Circuito 3	-0,64	Amazonas GT
Balbina – Balbina – Circuito 4	-0,68	Amazonas GT
Balbina – Balbina – Circuito 5	-0,68	Amazonas GT
LT 138 kV SANTA CRUZ /BRISAMAR C-2 RJ	-13	Furnas
LT 132 kV CV URUGUAIANA /PASO DE LOS LIBRES C-1 RS	-12,5	CGT Eletrosul
LT 230 KV URUGUAIANA 5/CONVERSORA DE URUGUAIANA RS	-0,1	CGT Eletrosul
LT 138 kV IMBITUBA /J.LACERDA-A C-1 SC	-45,7	CGT Eletrosul
LT 138 kV IMBITUBA /PAL.PINHEIRA C-1 SC	-50,8	CGT Eletrosul
LT 138 kV PAL.PINHEIRA /PALHOCA ESU C-1 SC	-38	CGT Eletrosul
LT 138 kV PALHOCA ESU /J.LACERDA-A C-1 SC	-108,6	CGT Eletrosul
Subtotal	-875,75	

SPEs:

Em 2021, houve a aquisição pela CGT-Eletrosul da participação de 49% da CEEE-T na SPE Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. (TSLE), equivalente a 228,83 km de LTs, passando a CGT-Eletrosul a deter 100% da participação, no 4T21.

Ainda em 2021, em função da aquisição integral e posterior incorporação da SPE Fronteira Oeste Transmissora de Energia S.A. (FOTE) e da venda da participação de 49% na SPE Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. (NBTE) foram desagregados um total de 5.058,8 km de linhas de transmissão envolvendo SPEs. Ressalta-se que 72,5 km de linhas de transmissão referente a FOTE passaram a ser contabilizadas nos ativos corporativos.



Total de Energização de Transmissão

	Corporativo (a)	Corporativo sob Regime de O&M (b)	SPEs – Participação Eletrobras (c)*	(Em Km) Total de Evolução Física Eletrobras (a+b+c)
Chesf	201,43	140,86	-	140,86
Eletronorte	-	-	-	-
CGT Eletrosul	41,06	12,01	-	12,01
Furnas	-	23,80	-	23,80
Eletrobras Holding	-	-	-	-
TOTAL	242,49	140,67	0,00	140,67

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório de Administração & Demonstrações Financeiras 2021



*Participação proporcional ao capital investido pelas Empresas Eletrobras no empreendimento.

A Transmissão durante a Pandemia

Em 2021, na operação da transmissão continuaram em vigor os protocolos e ações das empresas Eletrobras para o enfrentamento da pandemia de COVID-19 definidos em 2020, sendo atualizados sempre que necessário. Desta forma foi possível continuar operando o sistema Eletrobras nos mais altos graus de qualidade, sem impacto perceptível no desempenho das instalações. Além disso, semanalmente os diretores de operação das empresas Eletrobras, sob a coordenação dos diretores de transmissão e geração se reúnem para a avaliação e definições de ações quanto ao enfrentamento aos efeitos da pandemia na Operação de forma dinâmica analisando o panorama da pandemia em todas as regiões onde existem ativos das empresas Eletrobras.

4.3 Operações no Exterior

A empresa permanece atuando para fortalecer as relações com agentes locais e com organismos multilaterais de fomento para o desenvolvimento de seus projetos internacionais. Dentre as diretrizes estratégicas estabelecidas no PDNG 2022-2026, destaca-se a de "Consolidar a liderança em G&T, com foco em energia limpa". Esta diretriz desdobra-se na iniciativa estratégica de "elaborar um Plano de Expansão da Geração atualizável com objetivo de longo prazo (10-15 anos) desdobrado em metas anuais de expansão por tecnologia de geração (incluindo novas tecnologias e negócios), região geográfica, e estágio de maturidade dos projetos (*Greenfield e Brownfield*)".

Neste contexto, destacam-se os seguintes avanços:

- Bolívia — Estudo de Inventário Hidrelétrico Binacional, em parte da bacia do rio Madeira, pela empresa *WorleyParsons Engenharia Ltda.* A avaliação do potencial energético na fronteira entre Brasil e Bolívia foi contratada, em conjunto, pela Eletrobras, *Empresa Nacional de Electricidad Bolivia (ENDE)* e *Banco de Desarrollo de América Latina (CAF)*. A conclusão do estudo está prevista para meados de 2022.
- Bolívia — Estudos para a Interconexão Elétrica Brasil-Bolívia, realizado conjuntamente por Eletrobras, ENDE e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que contrataram um consórcio de empresas formado pela *MRC Consultants and Advisors*, *SIGLA* e *Universidad Pontificia Comillas*. A conclusão dos estudos está prevista para o primeiro semestre de 2022.
- Uruguai — manutenção da parceria estratégica com a estatal uruguaia *Administración Nacional de Usinas y Trasmisiones Eléctricas (UTE)*, visando promover a geração de energia de fontes renováveis, exemplificada no desenvolvimento e operação conjunta no Parque Eólico *Artilleros (65 MW)*.

No âmbito da promoção da integração elétrica regional, vale ressaltar os estudos relacionados à viabilidade do Projeto Arco Norte, um sistema de transmissão de aproximadamente 1.900 km de extensão que prevê a transferência da energia a ser gerada por novos empreendimentos de geração, entre Brasil, Guiana, Suriname e Guiana Francesa. Para 2022, são esperados andamentos dos estudos de inventário hidrelétrico na Guiana e Suriname.

No que tange à comercialização internacional de energia, a Portaria MME 418/2019 autorizou a Eletrobras a exportar energia para os mercados argentino e uruguaio e viabilizou a estruturação contratual da primeira operação de exportação do Brasil para o Uruguai. A empresa atua também como um dos agentes comercializadores responsáveis pela importação de energia da estatal uruguaia UTE no âmbito da Portaria MME 339/2018.

A Eletrobras segue atuando junto ao Comitê Brasileiro da Comissão de Integração Energética Regional (Bracier), o que possibilitou à empresa acesso a informações técnicas atuais referentes ao setor elétrico de quase toda a América Latina e contatos nas empresas e entidades da região.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório de Administração & Demonstrações Financeiras 2021



A Companhia é também membro-fundador da *Global Energy Interconnection Development and Cooperation Organization* (Geidco), uma organização que tem como objetivo a promoção de um sistema global de interconexão elétrica para suprimento da demanda de energia com fontes limpas e renováveis, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável da humanidade.

Destaca-se, desde 2020, a participação da Eletrobras no Centro para a Quarta Revolução Industrial no Brasil (C4IR Brasil), que é fruto de uma parceria público-privada entre o Fórum Econômico Mundial, o Governo Federal, o Governo do Estado de São Paulo e a iniciativa privada. A Companhia é uma das fundadoras junto com a Abimed, AstraZeneca, Bracell, Facebook e Qualcomm. O centro é o primeiro desse tipo no país e terá como foco Inteligência Artificial e Aprendizado de Máquina, Internet das Coisas e Transformação Urbana e Política de Dados.

4.4 Aspectos Regulatórios

Capitalização

O ano de 2021 foi marcado pela aprovação legislativa da Desestatização da Eletrobras e preparação dos estudos necessários à sua efetivação.

Em 12 de julho de 2021, foi promulgada a Lei nº 14.182 ("Lei 14.182"), a qual determinou a desestatização da Eletrobras ("Desestatização"). A Desestatização, se concluída, será implementada na modalidade de aumento de capital social da Eletrobras, por meio da subscrição pública de novas ações ordinárias, no Brasil e no exterior, de emissão da Eletrobras ("Oferta Primária") e renúncia do direito de preferência pela União e, poderá ser acompanhada da alienação de ações de emissão da Eletrobras de titularidade da União ou da titularidade de empresas por ela controladas, direta ou indiretamente, para garantir que a participação do Governo seja diluída para no máximo 45% como definido na Resolução do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos ("CPPI") 203 ("Resolução CPPI 203") e 221 ("Resolução CPPI 221"), por meio de uma oferta pública secundária de ações, conforme permitido pelo art. 1º, parágrafo 2º, da Lei 14.182 ("Oferta Secundária").

Em sendo efetivada a Desestatização, nos termos da Lei 14.182, a União está autorizada a conceder a outorga de novas concessões de geração de energia elétrica, aos contratos previstos no art. 2º da referida Lei, pelo prazo de 30 (trinta) anos, contado da data de assinatura dos novos contratos.

Nos termos da Resolução do Conselho Nacional de Política Energética ("CNPE") nº 15/2021 ("Resolução CNPE 15/2021"), revisada pela Resolução CNPE nº 30/2021, que estabelece o valor adicionado pelos novos contratos de concessão de geração de energia elétrica, o regime contratual das nossas concessões de geração prorrogadas através de Lei nº 12.783/13, será alterado para a modalidade de produção independente de energia e será aplicado a regra de transição econômico-financeira para a desconstrução de energia elétrica contratada no regime de cotas. Conforme a Resolução CNPE 15/2021, o percentual de descotização será de 20% a.a. (vinte por cento por ano), a partir de 1º de janeiro de 2023, totalizando 5 anos para a concretização total e estabelecimento integral do regime de produção independente para as usinas cotistas. Ressalta-se que as usinas hidrelétricas de Tucuruí, Curuá-Una e Mascarenhas de Moraes terão disponibilidade de livre comercialização de toda energia a partir da assinatura dos novos contratos de concessão e não sofrerão aplicação da regra de transição das suas modalidades contratuais. Por fim, no caso das UHs Sobradinho e Itumbiara, o livre dispor de energia deverá respeitar as regras estabelecidas na Lei nº 11.943, de 28 de maio de 2009, e na Lei nº 13.182, de 3 de novembro de 2015.

A Lei 14.182 prevê, em seu art. 3º, inciso I, que a Desestatização fica condicionada à reestruturação societária para manter a Eletronuclear sob o controle da União, direta ou indiretamente, tendo em vista os preceitos constitucionais que determinam que a exploração de atividades nucleares constitui monopólio da União (art. 21, XXIII, e art. 177, V, da Constituição Federal). De igual forma, a Lei 14.182 estabelece como condição da Desestatização que também será transferida para o controle, direto ou indireto da União, a participação detida pela Eletrobras na Itaipu Binacional.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório de Administração & Demonstrações Financeiras 2021



Nesse sentido, o Decreto nº 10.791, de 19 de setembro de 2021, criou a Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. ("ENBPar"), empresa pública detida exclusivamente pela União que manterá o controle da Eletronuclear e, também, a participação brasileira em Itaipu Binacional.

A ENBPar também assumirá e administrará as obrigações relativas aos contratos do Proinfra, conforme determina a Lei 14.182.

A Lei 14.182 estabelece também como condição à Desestatização a alteração do estatuto social da Eletrobras para: a) vedar que qualquer acionista ou grupo de acionistas exerça votos em número superior a 10% (dez por cento) da quantidade de ações em que se dividir o capital votante da Eletrobras; b) vedar a realização de acordos de acionistas para o exercício de direito de voto, exceto para a formação de blocos com número de votos inferior ao limite de que trata a alínea 'a' deste inciso; e c) criar ação preferencial de classe especial, de propriedade exclusiva da União, nos termos do § 7º do art. 17 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que dará o poder de veto nas deliberações sociais relacionadas às matérias de que trata os itens 'a' e 'b'.

Além disso, o art. 3º § 1º da Lei 14.182 dispôs, expressamente, que o CPPI, criado pela Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, no uso da competência de que trata o inciso II do caput do art. 6º da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, poderá estabelecer condições adicionais às previstas no caput deste artigo para aprovação pela assembleia geral extraordinária da Eletrobras para a sua Desestatização, sem, contudo, alterar os princípios estabelecidos nesta Lei.

O detalhamento da modalidade operacional, ajustes e condições para a Desestatização foi aprovado pelo CPPI, por meio da Resolução CPPI 203. Em 30 de dezembro de 2021, o CPPI emitiu a Resolução CPPI 221, a qual revisou a Resolução CPPI 203 e estabeleceu procedimentos adicionais para a Desestatização e para a realização da Oferta.

Em 15 de fevereiro de 2022, no âmbito do processo TC 008.845/2018-2, houve aprovação pelo plenário do Tribunal de Contas da União ("TCU"), do voto do ministro relator Aroldo Cedraz, acerca da avaliação do cálculo do valor adicionado com os novos contratos de concessões de energia elétrica, a que alude a Lei 14.182 e a consequente definição do valor do bônus de outorga.

Em 22 de fevereiro de 2022, os acionistas reunidos em Assembleia Geral Extraordinária aprovaram por maioria, com abstenção de voto pela União, as condições estabelecidas atualmente para a Desestatização. Contudo, a conclusão do processo de Desestatização depende de aprovação de toda a modelagem pelo TCU, o que ainda não ocorreu e, também da efetivação da Oferta nos termos aprovados pelo CPPI.

Regulação em Geração

Em 2 de agosto de 2021, como resultado da Audiência Pública nº 03/2019, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 942/2021, alterando a Resolução Normativa ANEEL nº 596/2013, que estabelece os critérios e procedimentos para cálculo da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, de aproveitamentos hidrelétricos nos termos do art. 2º do Decreto nº 7.850/2012. Esta nova regulamentação estabelece a metodologia de valoração das indenizações residuais, referentes à diferença do projeto básico e projeto executivo, e prazo de entrega dos Relatórios de Avaliação que serão entregues por Chesf, Furnas e Eletronorte.

A ANEEL realizará processo administrativo-fiscalizatório para avaliar as informações apresentadas nestes relatórios e, somente após a finalização deste processo, serão conhecidos e homologados os referidos valores. Ressalta-se, ainda, não existir definição quanto ao ressarcimento efetivo, que deve ser concluído através de decisão e reconhecimento do Poder Concedente, através de ato legal por ele exarado.

Inclusive, a forma de desconto dos valores referentes aos investimentos destinados a melhorias (GAGmelhorias), rubrica que compõe a Receita Anual de Geração (RAG) das usinas hidrelétricas em regime de cotas, ocorridas no ciclo anterior de concessão de geração dos valores dessa

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório de Administração & Demonstrações Financeiras 2021



parcela de indenização, não foi regulamentada ainda. A previsão disto acontecer é no momento de revisão da metodologia da RAG, a ocorrer em 2023, conforme descrito no Voto do Diretor ANEEL Efrain Pereira da Cruz, relator da matéria que instrui a finalização da Audiência Pública nº 03/2019 e homologação da REN nº 942/2021.

Entretanto, caso seja executada a Desestatização da Eletrobras, nos termos do §7º, do art. 2º, da Resolução CNPE nº 15/2021, os concessionários signatários dos novos contratos não terão direito às indenizações remanescentes.

Conforme ACÓRDÃO nº 3.176/2021 (doc. do Processo TCU TC 008.845/2018-2), existe a possibilidade do Tribunal de Contas da União (TCU) recomendar novos ajustes que poderão refletir em alterações da minuta contratual, assim como, nova revisão da Resolução nº 15/2021, conforme estabelecido no Art. 3º-B da Resolução nº 30/2021.

Quanto à compensação indenizatória pela cobrança indevida de riscos não hidrológicos, via extensão do prazo das outorgas, como direito a ser incorporado às concessões e autorizações de geração, ou seja, repactuação GSF para ressarcimento aos geradores hidrelétricos do MRE por "perdas de receita" oriundas de eventos "de outras naturezas que não os riscos hidrológicos", a ANEEL, em 2021, emitiu decisão final sobre o tema, resolvendo o problema regulatório e instruiu comandos à CCEE para efetivar e operacionalizar os cálculos. A homologação da metodologia de cálculo foi fundamentada pelo disposto na Resolução Normativa nº 895/2020. Assim, o recurso de Eletrobras Furnas, questionando a base temporal da abrangência da Resolução Normativa nº 895/2020, que restringia o cálculo de valores do GSF para os anos de 2016 em diante foi deferido com base no texto da própria Lei nº 14.052/2020, que estendeu às usinas que repactuaram em 2015 a possibilidade de incluir os anos de 2013, 2014 e 2015 para efeitos de cálculo dos valores de compensação de GSF.

Em razão disso, a ANEEL editou a Resolução Normativa nº 930/2021, tornando possível que a CCEE recalculasse os valores relacionados ao GSF para as usinas hidrelétricas que tivessem direito a receber montantes entre os anos de 2013 e 2015. Ocorre que o Tribunal de Contas da União (TCU) questionou a ANEEL quanto à adequação de sua decisão refletida na Resolução Normativa nº 930/2021. Esta interação entre a ANEEL e o TCU postergou a decisão da ANEEL, mas não impediu sua completa finalização. Numa primeira etapa, a ANEEL homologou os cálculos do GSF para as usinas hidrelétricas não impactadas pela REN 930/2021 através da Resolução Homologatória nº 2.919/2021 e, posteriormente, na última etapa foi homologada a Resolução Homologatória nº 2.932/2021, com os cálculos dos valores complementares do GSF. Estes valores foram incorporados na modelagem econômico-financeira adotada como base metodológica da Resolução CNPE nº 15/2021, posteriormente modificada pela Resolução CNPE nº 30/2021, para a obtenção dos valores adicionados pelos dos novos contratos de concessão e cálculo da bonificação de outorga para a privatização da Eletrobras, conforme dispõe a Lei nº 14.182/2021.

Regulação em Transmissão

Os contratos de concessão de transmissão contemplam reajustes anuais para a aplicação de índice de correção monetária à RAP, sendo que tal processo considera, ainda, eventuais ajustes que devam ser realizados, como, por exemplo, a entrada em operação de novas instalações e a correção de eventuais erros. Não houve revisão tarifária periódica dos contratos das empresas Eletrobras em 2021, tendo havido, nesse exercício, apenas reajuste, que consiste na aplicação de índice de correção monetária previsto no contrato de concessão e na aplicação de eventuais parcelas de ajuste.

A RAP das empresas Eletrobras após o reajuste aplicado em 2021 é:

Empresa	RAP Ciclo 2021-2022* (ReH 2.959/2021) Ref. Jun.2021	RAP Ciclo 2020-2021* (ReH 2.725/2020) Ref. Jun/2020	Variação
Furnas	4.411.442.225,89	6.066.419.535,47	-27,28%
Chesf	3.602.183.535,89	4.438.019.714,59	-18,83%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório de Administração & Demonstrações Financeiras 2021



Eletronorte	2.228.637.681,30	2.698.387.525,73	-17,41%
CGT Eletrosul	1.195.408.059,80	1.383.299.486,51	-13,58%
Eletrobras	11.437.671.502,87	14.586.126.262,30**	-21,59%

A redução em relação ao ciclo anterior foi impactada principalmente pelo reperfilamento do componente financeiro da RBSE. A decisão da Agência por esse reperfilamento prevê uma redução da curva de pagamento para os ciclos 2021/2022 e 2022/2023 e um aumento no fluxo de pagamentos nos ciclos após 2023, estendendo tais parcelas até o ciclo 2027/2028, preservando, entretanto, a remuneração pelo WACC.

Dentre os assuntos de maior relevância para esse segmento que foram discutidos no ano de 2021, destacam-se: (i) captura de ganhos de eficiência operacional e Fator X; (ii) compartilhamento de instalações de transmissão; e (iii) aprimoramentos para o regramento de reforços e melhorias.

Especificamente sobre a captura de ganhos de eficiência e Fator X, foram instauradas a Tomada de Subsídios ANEEL nº 003/2021 e a CP 64/2021. Embora a proposta da ANEEL seja de manutenção em 0% da captura de ganho de produtividade das transmissoras licitadas, para o Fator X há proposição de aplicação de captura de 0,8% sobre os custos de O&M das concessões prorrogadas, a partir de 2023.

Adicionalmente, foi aberta pela ANEEL a 2ª Fase da Consulta Pública ANEEL nº 30/2020, relativa à avaliação e aprimoramento da regulamentação associada a reforços e melhorias em instalações de transmissão de energia elétrica. As propostas da ANEEL consistem principalmente em: (i) aprimorar a proposta de conceitos de reforços e melhorias; (ii) passar a estabelecer as receitas associadas aos reforços de pequeno porte no processo de revisão quinquenal; e (iii) aprimorar a proposta de reavaliação condicional de escopo dos reforços de grande porte após a entrada em operação comercial.

A respeito do compartilhamento de instalações de Transmissão, a ANEEL instaurou a Tomada de Subsídios nº 12/2021, em que os principais temas discutidos versaram sobre: (i) a adequação dos comandos regulatórios atuais acerca do compartilhamento de instalações; (ii) ressarcimentos devido a necessidades de verificação de conformidade e modificações nas instalações em decorrência de conexão de outros agentes; e (iii) disposições sobre compartilhamentos múltiplos.

Embora no ano de 2021 tenha sido introduzido um grande número de inovações legislativas para o setor elétrico, estas se dirigiram prioritariamente ao segmento de geração de energia, como a retirada de subsídios para fontes antes incentivadas, pela Lei nº 14.120/2021 e a introdução do mercado de reserva de capacidade pela Lei nº 14.182/2021, não tendo havido modificações trazidas especificamente para o segmento de transmissão. Entretanto, cabe destacar a introdução da Resolução Normativa ANEEL Nº 929/2021, que regulou a transferência de recursos não comprometidos dos programas de Pesquisa e Desenvolvimento e de Eficiência Energética para a Conta de Desenvolvimento Energético, face ao potencial de afetar estudos para inovação também nesse segmento. A norma detalha as condições estabelecidas na Lei 14.120/2021 (resultante da MP 998) para o aporte de recursos à CDE. O repasse vale para o período de 1º de setembro de 2020 a 31 de dezembro de 2025, considerando o saldo de recursos não contratados dos dois programas (passivo) até 1º de setembro de 2020, além dos valores correntes, que entrarão entre setembro de 2020 e dezembro de 2025.

Destaca-se também a autorização pela ANEEL, em novembro de 2021, do primeiro projeto no país de armazenamento de energia em larga escala na rede de transmissão, a ser instalado em 2022 na região do litoral sul paulista. Serão utilizadas baterias de lítio a fim de garantir a demanda máxima da região, que é da ordem de 400 MW, e evitar a aplicação de sistemas que necessitem de geração a diesel. Embora tal projeto não tenha aplicação direta para a Eletrobras, pode vir a se tornar um paradigma para o segmento de transmissão.

Além desse evento, destaca-se que por meio da Resolução Homologatória nº 2.935/2021, a ANEEL finalizou a fiscalização do laudo de avaliação da Base de Remuneração Regulatória – BRR da Companhia Hidrelétrica do São Francisco - Chesf, referente ao Contrato nº 061/2001, prorrogado nos termos da Lei nº 12.783/13 e que estava auferindo valores provisórios de receita.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório de Administração & Demonstrações Financeiras 2021

**5. Cepel e Investimento em P&D + I**

Fundado em 1974 pelas empresas Eletrobras, o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica é uma associação civil de direito privado sem fins lucrativos.

Destaca-se que, em 2021, foram desenvolvidos mais de 70 projetos de P&D+I para as empresas Eletrobras, além de serviços tecnológicos, licenciamento de programas e realização de ensaios, que, em conjunto, corresponderam a uma aplicação de R\$ 169,9 milhões. Esse total representou 76% do ingresso de recursos no CEPEL, sendo que a diferença foi provida por contribuição dos demais associados, da comercialização de produtos e serviços tecnológicos e de projetos com parceiros). Cerca de 47% da contribuição das empresas Eletrobras, equivalente a R\$ 80,7 milhões, foram integralizados pela holding. Na tabela a seguir detalha-se a distribuição desses recursos por área de atuação.

Áreas de Atuação	R\$ mil	%
Sistemas eletroenergéticos	36.837	21,7%
Equipamentos elétricos e sistemas inteligentes	31.883	18,8%
Automação, supervisão e controle de sistemas	28.655	16,9%
Transição energética, meio ambiente e sustentabilidade	23.919	14,1%
Tecnologias em gestão de ativos	18.781	11,0%
Eficiência energética e certificação	15.362	9,0%
Materiais e mecatrônica	14.503	8,5%
Total Geral	169.940	100,0%

Na área de sistemas eletroenergéticos, que compreende o conjunto de programas voltados para planejamento e operação energética e da rede elétrica de uso generalizado no setor elétrico brasileiro, destacam-se os avanços que resultaram na incorporação de novas funcionalidades, com aumento de desempenho e integração a outras ferramentas computacionais, além de proposição de novas metodologias. Destacam-se também avanços no sistema ECOMERC, aplicado à comercialização de energia elétrica, utilizado pelas empresas Eletrobras para prospecção de preços de energia no mercado de curto prazo.

Outras ações que merecem ser citadas:

- estudos visando à introdução de linhas de transmissão em ultra alta tensão inédita no país (1.000 kVca), aproveitando a infraestrutura laboratorial singular que o CEPEL dispõe;
- inspeções técnicas e serviços tecnológicos de apoio às empresas Eletrobras, destacando-se a atuação junto à Eletronuclear durante a parada de manutenção da Usina de Angra I;
- controle e acompanhamento de parâmetros físico-químicos de materiais e equipamentos do sistema operado pelas empresas Eletrobras;
- desenvolvimento de metodologia inovadora para inspeção de fundações de linhas de transmissão sem necessidade de escavação;
- acreditação junto ao Inmetro dos ensaios de desempenho e de resistência de isolamento em condições secas e úmidas em módulos fotovoltaicos.
- inauguração do laboratório de "Smart Grids", possibilitando desenvolver pesquisas e avaliar de modo experimental os requisitos de conexão para a integração otimizada de recursos energéticos distribuídos.
- avanços nas áreas de Automação, Supervisão e Controle, transição energética, Tecnologias em Gestão de Ativos

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório de Administração & Demonstrações Financeiras 2021



6. Principais Aspectos ESG

6.1 Gestão Ambiental (Environmental)

Atualmente, três elementos principais norteiam o sistema de Gestão Ambiental da Eletrobras: a Política Ambiental, o Comitê de Meio Ambiente das Empresas Eletrobras e o Sistema de Indicadores de Gestão da Sustentabilidade Empresarial (Sistema IGS - Dimensão Ambiental).



Em 2021, produzimos uma *webserie* e um *hot site* educativos sobre a Política Ambiental das Empresas Eletrobras que apresenta de forma didática os quatro grandes temas estabelecidos em nossa política (água, biodiversidade, mudanças climáticas e comunidades). Totalmente construída em 3D, a série traz também exemplos de como as ações da política ocorrem na prática por meio de projetos de sucesso implementados por nossas empresas.

Sistema IGS

O Sistema de Indicadores de Gestão da Sustentabilidade Empresarial – Dimensão Ambiental (Sistema IGS) coleta informações sobre o desempenho ambiental das empresas por meio de indicadores e variáveis cujos protocolos são constantemente verificados e atualizados pelas equipes técnicas, além de serem dados parametrizados, rastreáveis e auditáveis.

No início de cada ano as empresas realizam a materialidade, conferindo as variáveis que se serão monitoradas em cada uma de suas unidades cadastradas no sistema. Ao final de 2021, a dimensão ambiental contava com: 267 indicadores de desempenho, 450 variáveis, 357 usuários e cerca de 190 unidades cadastradas.

Além do IGS, as Empresas Eletrobras possuem certificações ISO 14.001 nas operações da UHE Tucuruí, da UHE Samuel e da UHE Coaracy Nunes, da Eletronorte. Nas usinas termelétricas de Furnas, localizadas no Estado do Rio de Janeiro, são realizadas auditorias externas para atendimento à Lei Estadual 1.898/1991.

Destaques em 2021

1. *Carbon Disclosure Project (CDP)*: elevou a classificação da Eletrobras no questionário "Segurança Hídrica" de A- para A, o mais alto concedido pela aquela instituição, e que coloca a empresa em sua "A List".
2. A classificação da Eletrobras na dimensão Mudanças Climáticas foi B, ficando acima da média regional da América do Sul (C) e do setor de Geração Renovável (C).
3. *ICO2 B3: Índice Carbono da bolsa de valores (ICO2 B3)*. A adesão da companhia ao *ICO2* demonstra o comprometimento com a transparência de suas emissões e antecipa a visão de como está se preparando para uma economia de baixo carbono.
4. Lançamento do primeiro Edital de Projetos Socioambientais das Empresas Eletrobras com o objetivo de apoiar projetos que contribuam para a conservação da biodiversidade, dos recursos e para o desenvolvimento sustentável nas regiões onde as empresas estão implantadas. Em 2022, serão apoiados 10 projetos, sendo 2 pela Holding.

Ações e Projetos Ambientais

Em continuidade ao Programa Sustentabilidade 4.0, criado em 2019, que tem como objetivo o desenvolvimento de ações e projetos estratégicos para a Eletrobras, foram mantidas ações do ano anterior, além dos destaques abaixo:

- Projetos pilotos relacionados ao ciclo de vida em empreendimentos de diferentes tipologias das Empresas Eletrobras. Foram escolhidas 4 operações e um processo para realização de pegada de carbono e pegada hídrica.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório de Administração & Demonstrações Financeiras 2021



- Finalizada em 2021 a Proposta de diretrizes para elaboração de planos de ação para cumprimento das metas de redução de emissões de gases de efeito estufa e de redução do consumo de energia elétrica, de combustíveis fósseis e de água.
- Lançamento do Edital de Projetos Socioambientais das Empresas Eletrobras.
- Ações de redução de consumo de água, incluindo reúso.

Destaca-se que, em 2021, a Eletrobras passou a adotar um processo de *Due Diligence Ambiental* com o objetivo de conhecer a atuação dos fornecedores em relação às questões ambientais e boas práticas; identificar adesão aos normativos e práticas das Empresas Eletrobras, em especial à Política Ambiental, o Código de Conduta Ética e Integridade e o Guia de Conduta para Fornecedores e incentivar a adoção de práticas ambientalmente adequadas em sua cadeia de suprimentos.

Proteção da Biodiversidade

Em 2021, foram renovados os compromissos junto ao Compromisso Empresarial Brasileiro para a Biodiversidade que tem como objetivo enfatizar a importância da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos para as empresas, além de termos aderido a 100% das metas.

A Eletrobras também é signatária da iniciativa da *Business for Nature* denominada *Call to Action*, que tem como objetivo o desenvolvimento de ações coletivas visando reverter a perda de natureza até 2030.

Relacionamento com os stakeholders

As empresas Eletrobras utilizam as diretrizes definidas em suas Políticas corporativas, destacando-se a Ambiental, de Sustentabilidade, de Responsabilidade Social e de Comunicação e Engajamento com Públicos de Interesse, além de orientações específicas que consideram os modos de vida e as culturas dos territórios para onde suas operações são planejadas e implantadas.

As diretrizes da Política Ambiental dispõem que as empresas Eletrobras procurem desenvolver projetos com menor impacto sobre as comunidades locais, visando diminuir o contingente de população a ser deslocado fisicamente.

A hierarquia da mitigação dos impactos sociais e ambientais é adotada em todos os estudos e projetos realizados pelas empresas Eletrobras, desde a instituição das Resoluções do Conama em 1986. As medidas propostas nos procedimentos de licenciamento ambiental expressam claramente o compromisso de atuar de forma preventiva na busca de soluções de engenharia que causem o menor impacto sobre pessoas e sobre o meio ambiente, em todas as etapas dos empreendimentos - planejamento, implantação e operação.

No âmbito do Comitê de Meio Ambiente, os representantes das empresas Eletrobras continuaram a se reunir em 2021 nos grupos de trabalho: educação ambiental, população atingida e assuntos indígenas, promovendo diálogos sobre a licença social e educação ambiental com foco em comunidades atingidas.

A Eletrobras, em parceria com a estatal boliviana *Empresa Nacional de Electricidad* (Ende), desenvolve, desde 2018, as ações do Programa de Comunicação e Interação Social (PCS), no âmbito dos Estudos de Inventário Hidrelétrico Binacional do Rio Madeira, na fronteira entre o Brasil e a Bolívia. O programa tem como objetivo estabelecer uma comunicação transparente e desenvolver ações que possibilitem o diálogo com as comunidades da área de estudo. O atendimento ao público vem sendo realizado pelos canais de "fale conosco" disponibilizados nos sites da Eletrobras e da Ende.

6.2 Gestão Social (Social)

6.2.1 Responsabilidade Social

Em 2021, foi dada continuidade ao Projeto Engajamento dos Stakeholders da Cadeia de Valor para Sensibilizar sobre o Tema Direitos Humanos, integrante do Programa Sustentabilidade 4.0

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório de Administração & Demonstrações Financeiras 2021



e do Programa de Reputação e Engajamento. O projeto tem por objetivo a promoção de ações de capacitação, sensibilização e avaliação de riscos relacionadas ao tema Direitos Humanos junto aos públicos de relacionamento das empresas Eletrobras, que contemplam os públicos internos e externos, incluindo as comunidades que vivem em territórios onde atua, e cadeia de valor. Teve destaque a conquista das empresas Eletrobras, pela primeira vez, da certificação do Programa Na Mão Certa como reconhecimento do trabalho desenvolvido no enfrentamento à violência sexual de crianças e adolescentes.

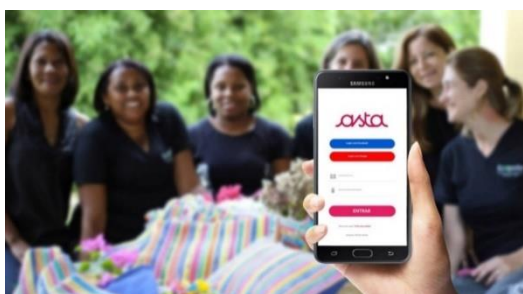
As ações propostas no projeto de Direitos Humanos são desenvolvidas pelo Subcomitê de Direitos Humanos, integrante do Comitê Integrado de Comunicação das Empresas Eletrobras. Juntas, as empresas planejam e executam as ações. Periodicamente são realizados encontros de alinhamento e acompanhamento do projeto, que, em sua segunda fase, possui 7 subprojetos com os seguintes destaques em 2021:

1. **Avaliação de impacto dos negócios sobre Direitos Humanos nas relações com a comunidade local**
2. **Avaliação de riscos de Direitos Humanos (*due diligence*) de fornecedores de nível 1**
3. **Avaliação de riscos de Direitos Humanos (*due diligence*) de *joint ventures*/SPEs** - como resultado foi recomendado à Norte Energia a contratação de uma avaliação de impacto de Direitos Humanos (AIDH) independente para validar a observância de todos os procedimentos de engajamento e compromissos com comunidades pactuados e a pactuar pela empresa; planos de mitigação, ainda em elaboração, para a STN e Brasil Ventos, de modo a contribuir com o controle dos riscos em Direitos Humanos em 2022.
4. **Ações de divulgação sobre temas de direitos humanos para os públicos de relacionamento da Eletrobras**
5. **Combate à exploração sexual de crianças e adolescentes:** todas as empresas Eletrobras foram certificadas pelo Programa Na Mão Certa.
6. **Treinamento de colaboradores em Direitos Humanos**
7. **Certificação do sistema de gestão de responsabilidade social:** avaliação que antecede a busca pela certificação na Norma SA8000.

Projetos Sociais

Os projetos Sociais Nutrindo o Saber e o Ateliê Escola de Lutheria Teixeira de Freitas - Programa Neojiba, informados em 2020, tiveram atraso no cronograma e os projetos continuaram seu desenvolvimento em 2021.

Escola de Negócios - Treinamento Empreendedor para Artesãs e Costureiras do Rio de Janeiro: visa potencializar o empreendedorismo de 60 artesãs e costureiras vinculadas a projetos e instituições parceiras da Eletrobras e a inclusão de mulheres residentes nos bairros do Centro, Zona Portuária e entorno destas áreas.



Além de capacitação online, o projeto, celebrado no final de 2021, mas com início efetivo em 2022, incluirá a criação de círculos das artesãs de modo a estimular a troca de experiências e possíveis negócios; consultoria de criação e design de produtos; e organização de vendas, via redes sociais. Valor investido: R\$ 248,3 mil.

Fonte: Instituto Asta. Turma de 2018 da Escola de Negócios.

Socioambientais

Em setembro de 2021, foi lançado o 1º Edital de Projetos Socioambientais das empresas Eletrobras, já mencionado nesse documento. O Edital está alinhado às Políticas de Responsabilidade Social, Ambiental e de Sustentabilidade das Empresas Eletrobras; ao Compromisso Empresarial Brasileiro para a Biodiversidade e ao Compromisso Empresarial Brasileiro para a Segurança Hídrica, dos quais a Eletrobras é signatária, e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODSs da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas - ONU, em particular os ODS 10-Redução das desigualdades, 13-Ação contra mudança Global do

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório de Administração & Demonstrações Financeiras 2021



Clima; 14-Vida na água; 15- Vida terrestre e suas respectivas metas. Foram recebidas 180 inscrições e selecionados 10 projetos, sendo 2 deles apoiados pela Eletrobras.

Projeto Formiga Verde

O projeto une conservação ambiental e impacto social no Morro da Formiga, região norte da cidade do Rio de Janeiro e busca capacitar e sensibilizar crianças, jovens e adultos sobre problemas socioambientais locais e possíveis soluções ecológicas. Serão 650 pessoas beneficiadas com ações de educação ambiental, incluindo 300 alunos da Escola Municipal Jornalista Brito Broca e contribuição para a formação da equipe da escola em educação ambiental para a infância, além da capacitação de 300 moradores em tecnologias sociais e formação de 3 agentes ambientais para manejo da área de reflorestamento. Valor investido: R\$ 429,6 mil. Fonte: Instituto de Permacultura Lab, aluno na horta do projeto.



Projeto Alimergia Continuidade



O projeto já implantou 379 agroflorestas, plantou mais de 200 mil mudas de espécies nativas, e desenvolveu amplo trabalho de educação ambiental com mais de 4 mil pessoas. O objetivo é dar continuidade às ações do Centro Territorial de Cooperação e Educação Ambiental combinando recomposição florestal de áreas degradadas com espécies nativas, aumento da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos, promovendo práticas agrícolas, pecuárias e florestais de baixo carbono. Cerca de 300 pessoas serão beneficiadas com as ações do projeto, incluindo famílias de agricultores rurais da localidade. Valor investido: R\$ 435 mil.

Fonte: arquivo Cooperbio

Projeto Kayapó

Eletrobras deu continuidade a sua participação no projeto com comunidades indígenas Kayapó do médio rio Xingu, sul do Pará, contemplando cerca de 1.500 indígenas e 10 aldeias. Os principais resultados são: o fortalecimento institucional das associações indígenas executoras, a fiscalização e a proteção das terras indígenas envolvidas, o fomento a atividades econômicas sustentáveis, e a valorização cultural da etnia Kayapó. Os projetos são financiados pela Norte Energia, com um investimento total de R\$ 11 milhões de 2018 a 2023, cabendo à Eletrobras o acompanhamento e a gestão do relacionamento com as comunidades, em uma região de interesse estratégico para os negócios da empresa na bacia do rio Xingu. Em razão da pandemia, muitas das atividades previstas do projeto foram suspensas, e o foco recaiu sobre ações de apoio e prevenção à Covid-19, buscando priorizar máximo isolamento das comunidades em suas aldeias. Os Kayapó estão sendo vacinados e conscientizados por meio das campanhas do Instituto Kabu e Floresta Protegida sobre a importância da vacina.



A Eletrobras também manteve seu Programa de Coleta Seletiva, o qual reciclou 82,5kg de materiais em 2021 e também continuou com o Programa Eletrobras Voluntariado, para o qual

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório de Administração & Demonstrações Financeiras 2021



foram dedicadas 324 horas de trabalho voluntário. Desse total de horas voluntárias, 170 horas ocorreram dentro do horário de expediente e 154 fora desse horário.

Comitê de Gênero, Raça e Diversidade

Há 16 anos, a Eletrobras participa dos trabalhos do Comitê de Gênero, Raça e Diversidade do Ministério de Minas e Energia e Entidades Vinculadas (Cogemev).

Em 2021, a Holding, Cepel, CGT Eletrosul, Chesf, Eletronuclear, Furnas e Itaipu receberam o Selo da 6ª edição do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, conferido pela Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres (SNPM) do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.



Além disso, em 2021, a Eletrobras recebeu o Selo *Bloomberg Gender-Equality Index 2021* como reconhecimento dos compromissos e práticas em prol da equidade de gênero. Em 2022, houve a renovação do selo pela Bloomberg, dessa vez para todas as Empresas Eletrobras, além do Cepel e Itaipu, o que ratifica a atuação das empresas no tema.

Patrocínios

Foi lançado o 8º Edital Cultural das Empresas Eletrobras 2021, onde foram aprovados projetos do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), nas áreas de Arte Cênicas, Patrimônio Cultural Material e Imaterial, Música e Museus e Memória. O edital contou com a participação de cinco Empresas Eletrobras: Holding, Furnas, Chesf e Eletronorte. O programa foi lançado com investimento no valor de até R\$ 9 milhões.

Patrocínios Incentivados do Edital Cultural contratados em 2021

Empresa Contratante	Projeto	Contratado	Valor contratado (R\$)
Eletrobras	O admirável sertão de zé ramalho (suplente)	Os Javalis selvagens comunicação e produção Eireli	300.000
Eletrobras	A cor púrpura	Estamos aqui produções artísticas Ltda.	300.000
Eletrobras	Memórias de uma manicure	Bonecas quebradas	200.000
Chesf	Caminhos de São Saruê	Afonso Oliveira Produções Culturais	195.000
Chesf	Preta de Ébano	Zucca Produções	185.000
Chesf	A.N.J.O.S.	Alvaro Barcellos	185.000
Chesf	Vamos Comprar um Poeta Camaleão	Produções Culturais ME	185.000
Chesf	O Diário de Capitu	Trupe Produções Artísticas & Marketing Ltda.	185.000
Chesf	XXIV Virtuosi Virtuosi	Sociedade Artistica	195.000
Chesf	Guitarrassa Conspiradoria	projetos e Produções Ltda	450.000
Chesf	Concertos em Igrejas Históricas de Salvador	Estúdio Centro	450.000
Chesf	Panela do Jazz – Festival de Música Instrumental do Poço da Panela	Pro4 Promoção e Eventos Ltda. ME	195.000
Chesf	Orquestra Criança Cidadã - Plano Anual de Atividades	Orquestra Criança Cidadã	350.000
Chesf	Hammond Grooves & Artistas PE	AZVDO Produções	185.000
Chesf	Projeto Patrimônios do Brasil	Lucca Cultura e Tecnologia Ltda. ME	195.000
Furnas	Grupo Corpo	Instituto Cultural Corpo	800.000

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório de Administração & Demonstrações Financeiras 2021



Furnas	Museus e Memória Plano Anual de Atividades MAM Rio Janeiro	Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro	1.400.000
Furnas	Museu de Sant'Ana – Plano Plurianual de Manutenção	Instituto Cultural Flávio Gutierrez	380.000
Furnas	Plano Bianual de Atividades do Instituto Baccarelli	Instituto Baccarelli	250.000
Furnas	Bourbon Festival Paraty 2022	Mississippi Produções	400.000
Furnas	Meu Primeiro Festival	Instituto Dell'Arte	400.000
Furnas	Banda Filarmônica Vale do Sapucaí -	Ricardo Rosental de Carvalho	160.000
Furnas	Plano Anual para Manutenção das Atividades do Instituto Ciranda	Instituto Ciranda - Música e Cidadania	350.000
Furnas	Orquestra Sinfônica Aprendiz	OSA Muriqui Cultural LTDA-ME	199.000
Total			8.094.000

Além dos projetos selecionados pelo Edital Cultural, a holding contratou, por escolha direta, o projeto incentivado, "Ler- Salão Carioca do Livro", da base montagens e serviços promocionais Ltda, no valor de 250.000,00, realizado em novembro na cidade do Rio de Janeiro.



Programa de Patrocínio Socioesportivo das Empresas Eletrobras 2021



As empresas Eletrobras holding, CGT Eletrosul, Chesf, Eletronorte e Furnas, visando a atuar nos mercados de energia de forma integrada, rentável e sustentável, e a investir no fomento ao esporte, em julho lançaram o edital do Programa de patrocínios Socioesportivo das Empresas Eletrobras 2021. O programa foi lançado com investimento no valor de até R\$ 3.888.000,00.

Patrocínios Incentivados do Edital socioesportivo contratados em 2021

Empresa contratante	Projeto	Contratado	Valor contratado (R\$)
Eletrobras	Pulsar – Ano II	Instituto Incluir	200.000
Eletrobras	Projeto Social Kerigma Jiu Jitsu	Instituto Kerigma	100.000
Eletrobras	Torneios da Natação de Mato Grosso do Sul em 2022	Federação de Desportos Aquáticos de MS	38.000
CGT Eletrosul	Torneios da Natação de Mato Grosso do Sul em 2022	Federação de Desportos Aquáticos de MS	13.372
Chesf	Nadando na Frente - Fortaleza	Instituto de Esportes	250.000
Chesf	Futebol pela Igualdade	Instituto Esporte Mais - IEMais	200.000

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório de Administração & Demonstrações Financeiras 2021



Chesf	Windsurf Olímpico Pernambucano	Federação Pernambucana de Vela	200.000
Chesf	Xadrez na Escola	Clube de Xadrez Camelens	150.000
Chesf	Projeto Guerreiros do Amanhã	Instituto Edu Mariano	100.000
Chesf	Fazer o Impossível Tornar-se Possível	Associação Paraibana dos Deficientes Visuais	100.000
Furnas	Pulsar – Ano II	Instituto Incluir	199.999
Furnas	Flamengo Olímpico IV - Aquáticos e Artísticos	Clube de Regatas do Flamengo	400.000
Furnas	Futsal Feminino como Forma de Empoderamento	Associação Desportiva de Futsal do DF	397.528
Furnas	Excelência no Esporte V	Olympico Club	385.000
Furnas	Jogo Aberto Caju 6	Fundação Gol de Letra	271.663
Furnas	Projeto Praia - Atletas Inteligentes	Instituto Jackie Silva	75.079
Furnas	AUVB Formando Campeões	Associação Uberlandense de Voleibol	198.500

Patrocínios Não Incentivados

Ainda em 2021, foram contratados os projetos selecionados pelo Edital de Eventos do Setor Elétrico de 2021, projetos de relevância técnico-científica que fomentam o desenvolvimento tecnológico das empresas envolvidas e a troca de experiências nas diversas áreas do negócio em que atuam. O edital contou com a participação de cinco Empresas Eletrobras: Holding, Furnas, Chesf, Eletronuclear e Eletronorte e foi lançado com investimento no valor de até R\$ 1.330.000,00.

Patrocínios de Eventos do Edital do Setor Elétrico contratados em 2021

Empresa contratante	Projeto	Contratado	Valor contratado (R\$)
Eletrobras	4º Seminário: o futuro do setor elétrico brasileiro: desafios e oportunidades	Fundação comitê de gestão empresarial - Funcoge	16.000,00
Eletrobras	XV STPC – seminário técnico de proteção e controle	Comitê nacional brasileiro de produção e transmissão de energia elétrica - CIGRE-Brasil	17.000,00
Eletrobras			

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório de Administração & Demonstrações Financeiras 2021



Empresa contratante	Projeto	Contratado	Valor contratado (R\$)
Eletrobras	Brazil wind power	Informa markets	40.000,00
Eletrobras	18º congresso brasileiro de eficiência energética - COBEE	Abesco	60.000,00
Eletrobras	12º Congresso de licenciamento e gestão Socioambiental no setor elétrico - LASE	Cortex Americas organização de feira e eventos Ltda.	30.000,00
Eletrobras	11º Seminário Nacional de Segurança e Saúde do Setor Elétrico Brasileiro - Sense	Fundação comitê de gestão empresarial - Funcoge	36.000,00
Eletrobras	2º Congresso Brasileiro do Hidrogênio	Associação brasileira de pesquisa, desenvolvimento e inovação do hidrogênio - ABH2	16.000,00
Eletrobras	9º Seminário nacional de auditoria interna, compliance e gestão de riscos do setor energético - Audite	Fundação comitê de gestão empresarial - Funcoge	19.000,00
Eletrobras	XXVI Seminário nacional de produção e transmissão de energia elétrica - SNPTEE	Comitê nacional brasileiro de produção e transmissão de energia elétrica - CIGRE-Brasil	100.000,00
Eletrobras	XV Simpósio de especialistas em planejamento da operação e expansão elétrica - Sepope	Comitê nacional brasileiro de produção e transmissão de energia elétrica - CIGRE-Brasil	50.000,00
Eletrobras	1º Congresso de financiamento de projetos no setor elétrico	Viex (Cortex Américas – Organização de Feiras e Eventos Ltda.)	16.000,00
Eletronorte	XXVI SNPTE (Cigré)	Comitê nacional brasileiro de produção e transmissão de energia elétrica - CIGRE-Brasil	120.000,00
Eletronorte	9º SUPRE- Simpósio de Suprimentos e Logística das Empresas do Setor Energético	Fundação Comitê de Gestão Empresarial	19.000,00
Eletronorte	XXII Seminário Nacional de Grande Barragens- SNGB	Comitê Brasileiro de Barragens	19.000,00
Eletronorte	8º EGAESE-Encontro de Gestão de Ativos para Empresas do Setor Elétrico	SB Eventos	25.000,00
Eletronorte	11º SENSE- Seminário Nacional de Segurança e Saúde do Setor Elétrico Brasileiro	Fundação Comitê de Gestão Empresarial	15.000,00
Eletronorte	12º LASE- Congresso de Licenciamento e Gestão Socioambiental no Setor Elétrico- VIEX	VIEX	22.000,00
Eletronorte	9º AUDITE-Seminário Nacional de Auditoria Interna, compliance e gestão de risco do Setor Elétrico	Selecionado Fundação Comitê de Gestão Empresarial	15.000,00
Eletronorte	21º Seminário Econômico- financeiro e	Fundação Comitê de Gestão Empresarial	15.000,00

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório de Administração & Demonstrações Financeiras 2021



Empresa contratante	Projeto	Contratado	Valor contratado (R\$)
	de regulação do setor elétrico brasileiro- Sepef		
Chesf	XXVI Seminário nacional de produção e transmissão de energia elétrica - SNPTEE	Comitê nacional brasileiro de produção e transmissão de energia elétrica - CIGRE-Brasil	50.000,00
Chesf	9º SUPRE- Simpósio de Suprimentos e Logística das Empresas do Setor Energético	Fundação Comitê de Gestão Empresarial	20.000,00
Chesf	XXII Seminário Nacional de Grande Barragens- SNGB	Comitê Brasileiro de Barragens	30.000,00
Chesf	8º EGAESE-Encontro de Gestão de Ativos para Empresas do Setor Elétrico	SB Eventos	25.000,00
Chesf	360 Solar - Conectando a Energia Fotovoltaica com o Futuro	Elekt Innovations Ltda	25.000,00
Eletronuclear	NT2E - Nuclear Trade and Technology Exchange 2021	Associação Brasileira para Desenvolvimento de Atividades Nucleares - ABDAN	61.000,00
Eletronuclear	International Nuclear Atlantic Conference - INAC 2021	Associação Brasileira de Energia Nuclear	50.000,00
Furnas	9º SUPRE- Simpósio de Suprimentos e Logística das Empresas do Setor Energético	Fundação Comitê de Gestão Empresarial	17.000,00
Furnas	XXII Seminário Nacional de Grande Barragens- SNGB	Comitê Brasileiro de Barragens	19.000,00
Furnas	360 Solar - Conectando a Energia Fotovoltaica com o Futuro	Elekt Innovations Ltda	18.000,00
Furnas	Fits cidades inteligentes e sustentáveis 2021 - fórum global de inovação e tecnologia em sustentabilidade	Acta Diurna Marketing, Comunicação E Eventos Ltda.	80.000,00
Furnas	Workshop de Empreendedorismo e Inovação em Energia	Viex	35.000,00
Furnas	18º Congresso Nacional de Meio Ambiente de Poços de Caldas	G. S. C. Eventos Especiais	15.000,00
Furnas	XV Sepope - Simpósio de Especialistas em Planejamento da Operação e Expansão Elétrica	Cigré-Brasil	30.000,00
Furnas	Rio Innovation Week	Base Eventos	60.000,00
TOTAL			1.185.000,00

Ademais, foram contratados pela Holding dois projetos por escolha direta: editorial do Livro 50 anos Cigré-Brasil e Práticas Empresariais em Direitos Humanos, num total de R\$ 80 mil.

INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS DA ELETROBRAS HOLDING

Classificação: Pública

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório de Administração & Demonstrações Financeiras 2021



Indicadores Sociais Externos: Valores Repassados		Holding	
		2021	2020
1	Projetos e Ações Sociais		
1.1	Geração de Trabalho e Renda	165.400	230.110
1.2	Meio Ambiente	567.152	-
Subtotal Projetos e Ações Sociais		732.552	230.110
2	Doação para situação emergencial ou de calamidade pública	-	2.500.000
Subtotal de doações		-	25.000.000
3.1	Investimento na mobilização de voluntários	-	9.213
3.2	Investimentos no apoio a atividades do voluntariado	10300	5.600
3.3	Tempo do empregado investido no voluntariado	12.362	6.872
Subtotal Voluntariado		22.663	21.685
4.1	Patrocínios Esportivos Não Incentivados	-	-
4.2	Patrocínios Esportivos Incentivados (Lei de Incentivo ao Esporte)	538.000	-
Subtotal Patrocínios Esportivos		538.000	-
4.3	Patrocínios Culturais Incentivados (Lei Rouanet)	1.050.000	1.000.000
4.4	Patrocínios Institucionais (Não Incentivados)	132.700	512.910
Subtotal Patrocínios Incentivados e Não Incentivados (4.1 ao 4.4)		1.720.700	1.512.910
Total de investimentos repassados		2.475.915	4.264.705

Publicidade e Comunicação

Realizamos ao longo do ano duas campanhas publicitárias de abrangência nacional para o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel) ambas produzidas com recursos do 3º Plano de Aplicação de Recursos do Procel (PAR Procel) que, com base na Lei 13.280/2016, destina recursos à conscientização sobre o uso eficiente de energia. No segundo semestre, em face da crise hídrica vigente no país, veiculamos a "Campanha Procel Fica a Dica" com objetivo de conscientizar a população quanto ao uso racional e eficiente de energia elétrica.

Investimentos em Publicidade e Comunicação

Produto	2021	2020
Publicidade Institucional Eletrobras	28.722.881,18	1.616.314,77
Publicidade Oficial (Legal)	807.884,23	3.716.181,86*
Comunicação Institucional (incluindo Comunicação interna)		649.976,32
TOTAL		5.982.472,95

*4.735.742,08. Este valor, anteriormente informado no Relatório de Administração 2020 como investimento em Publicidade Oficial (Legal), foi retificado.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório de Administração & Demonstrações Financeiras 2021



6.2.2 Gestão de Pessoas

As empresas Eletrobras encerraram o ano de 2021 com 12.126 empregados efetivos (excluindo a parte brasileira de Itaipu), contra 12.527 empregados em 2020, o que representou uma redução de 3,2% do quadro efetivo. A redução do quadro deve-se, principalmente, às demissões sem justa causa previstas no acordo coletivo de trabalho e às extinções decorrentes da emenda constitucional nº 103 de 2019. Desse total, 34,83% estavam nos segmentos administrativo e 65,17% no operacional.

Empresa	Norte		Nordeste		Centro-Oeste		Sul		Sudeste		Expatriado	Total Geral (1)
	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.		
Cepel	-	-	-	-	-	-	-	-	64	197	-	261
CGT	-	-	-	-	2	28	204	1.105	-	-	-	1.339
Eletrosul	-	-	553	2.531	-	-	-	-	-	-	-	3.084
Chesf	-	-	-	-	3	12	-	-	231	422	1	669
Holding	161	1.121	17	177	236	586	-	-	2	27	-	2.327
Eletronorte	-	-	-	-	-	-	-	-	318	1.323	-	1.641
Eletronuclear	-	6	-	-	41	302	4	88	465	1.896	-	2.802
Furnas	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	3
Eletrópar	161	1.127	570	2.708	282	928	208	1.193	1.083	3.865	1	12.126
Total	161	1.127	570	2.708	282	928	208	1.193	1.083	3.865	1	12.126
Itaipu	-	-	-	-	1	-	255	1.051	-	-	-	1.307
Total com Itaipu	161	1.127	570	2.708	283	928	463	2.244	1.083	3.865	1	13.433

(1) Total referente ao quadro efetivo das Empresas Eletrobras e o Cepel, composto pelos seguintes vínculos: empregados próprios na empresa, requisitados e anistiados na empresa. Não estão incluídos os empregados cedidos para fora das Empresas Eletrobras e os que estão em licença sem vencimentos e aposentados por invalidez. Da dos de Itaipu são separados por não ser empresa consolidada nas Empresas Eletrobras.

Admissões – Em 2021, foram efetuadas 85 admissões nas Empresas Eletrobras e 73 admissões por Itaipu, totalizando 158 admissões. De todas as admissões, 4 foram por concurso na Eletronuclear e os demais, em sua maioria, por reintegração judicial em Furnas, Chesf e Eletronorte.

Rotatividade nas Empresas Eletrobras – O índice de rotatividade das Empresas Eletrobras foi de 2,28%, um aumento 1,75 p.p. em comparação ao divulgado em 2020. A variação no indicador se deve ao aumento das demissões.

Índice de Rotatividade	2021	2020	2019
Total Empresas Eletrobras	2,28%	0,53%	0,33%
Itaipu	4,50%	3,73%	3,73%

Perfil dos Colaboradores Eletrobras

O quadro de empregados das Empresas Eletrobras é composto por 19% de mulheres e 81% de homens. Nas funções gratificadas, 22% são ocupadas por mulheres e 78% por homens. No que se refere à escolaridade, 6.646 empregados possuem nível superior, sendo que destes há 1.189 pós-graduados, 440 com Mestrado e 91 com Doutorado.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório de Administração & Demonstrações Financeiras 2021



Categorias	Fundamental			Médio			Superior			Total
	Fem.	Masc.	Total	Fem.	Masc.	Total	Fem.	Masc.	Total	
Raça										
Branca	8	210	218	544	2.943	3.487	962	2.643	3.605	7.310
Parda	20	329	349	282	1.920	2.202	246	762	1.008	3.559
Negra	-	45	45	46	395	441	51	125	176	662
Amarela	1	7	8	5	55	60	17	42	59	127
Indígena	1	9	10	3	23	26	4	6	10	46
Não Informado	2	12	14	59	164	223	53	132	185	422
Total Geral	32	612	644	939	5.500	6.439	1.333	3.710	5.043	12.126
Tempo de Serviço										
De 00 a 05	1	26	27	91	230	321	76	180	256	604
De 06 a 10	1	20	21	91	656	747	216	570	786	1.554
De 11 a 15	7	106	113	279	1.458	1.737	581	1.329	1.910	3.760
De 16 a 20	2	95	97	173	1.253	1.426	330	968	1.298	2.821
De 21 a 25	-	57	57	34	560	594	25	144	169	820
De 26 a 30	-	7	7	1	79	80	2	11	13	100
De 31 a 35	13	198	211	183	692	875	60	303	363	1.449
Mais de 35	8	103	111	87	572	659	43	205	248	1.018
Total Geral	32	612	644	939	5.500	6.439	1.333	3.710	5.043	12.126
Nível Hierárquico										
Função de Assessoria	-	-	-	4	7	11	40	83	123	134
Nível Superintendência	-	-	-	-	3	3	27	101	128	131
Nível Departamento	-	1	1	2	21	23	116	298	414	438
Nível Divisão	-	-	-	8	57	65	40	215	255	320
Supervisão	-	-	-	5	31	36	10	59	69	105
Sem função	32	611	643	920	5.381	6.301	1.100	2.954	4.054	10.998
Total Geral	32	612	644	939	5.500	6.439	1.333	3.710	5.043	12.126
Escolaridade										
Fundamental	10	272	282	2	65	67	-	-	-	349
Ensino Médio	13	291	304	606	4.215	4.821	1	5	6	5.131
Nível superior	6	43	49	273	1.015	1.288	945	2.644	3.589	4.926
Pós Graduação	3	6	9	50	182	232	267	681	948	1.189
Mestrado	-	-	-	8	23	31	99	310	409	440
Doutorado	-	-	-	-	-	-	21	70	91	91
Total Geral	32	612	644	939	5.500	6.439	1.333	3.710	5.043	12.126

Treinamento e Desenvolvimento

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório de Administração & Demonstrações Financeiras 2021



Em 2021, o investimento total em ações educacionais das empresas Eletrobras foi de R\$ 20 milhões, representando aumento de 61,5% em comparação aos R\$ 12,3 milhões de 2020. A oferta de capacitação permitiu maior acessibilidade em diversos meios, tanto em dispositivos de mesa (desktops, notebooks) quanto móveis (celulares e tablets). O destaque foi a aprovação do Plano de Educação Corporativa das Empresas Eletrobras (PEC) da Unise (Universidade das empresas Eletrobras) para o ciclo 2021/2022, com o mapeamento e priorização das competências gerais, específicas críticas, gerenciais e de cultura e valores para desenvolvimento contínuo dos empregados, em atendimento às estratégias empresariais.

Ações	Investimento (R\$)	Quantidade de Ações	Participantes	Participações	Carga Horária
Pós-Graduação Stricto Sensu	528.802	19	28	28	6.137
Pós-Graduação Lato Sensu	1.499.939	67	213	214	16.805
Demais Ações Educacionais	16.907.024	3.850	12.230	82.834	650.294
Congressos e Seminários	696.114	270	1.642	2.061	18.622
Cursos de Idiomas	258.925	9	141	565	5.002
Viagens e Hospedagens	536.156	n/a	n/a	n/a	n/a
Total	20.426.960	4.215	-	85.702	696.861
Horas treinadas por Quadro Efetivo					51,9
Investimento por Quadro Efetivo					1.521

Ainda na perspectiva para 2022, serão desenvolvidas as iniciativas de gestão do conhecimento, otimização da previdência privada e do benefício de assistência à saúde, bem como a implantação de um novo Plano de Carreira e Remuneração e um Sistema de Gestão de Desempenho.

Previdência e Assistência à Saúde

Em 2021, a Eletrobras continuou atuando na mitigação dos riscos atuariais dos planos de previdência complementar e na melhoria de desempenho das entidades fechadas de previdência complementar que patrocina. Nesse exercício, novos planos de Contribuição Definida (sem risco atuarial) foram criados com o patrocínio das empresas Eletrobras, assim como ocorreu o fechamento de planos com risco atuarial (BD e CV). Na Eletrobras Holding, houve a abertura de processo de migração dos planos de risco para o novo plano CD puro.

O benefício de assistência à saúde foi negociado em Acordo Coletivo de Trabalho resultando na alteração do percentual de custeio patrocinadora/participantes; alteração de regras para inclusão de dependentes; maior padronização dos benefícios oferecidos pelas empresas, entre outros.

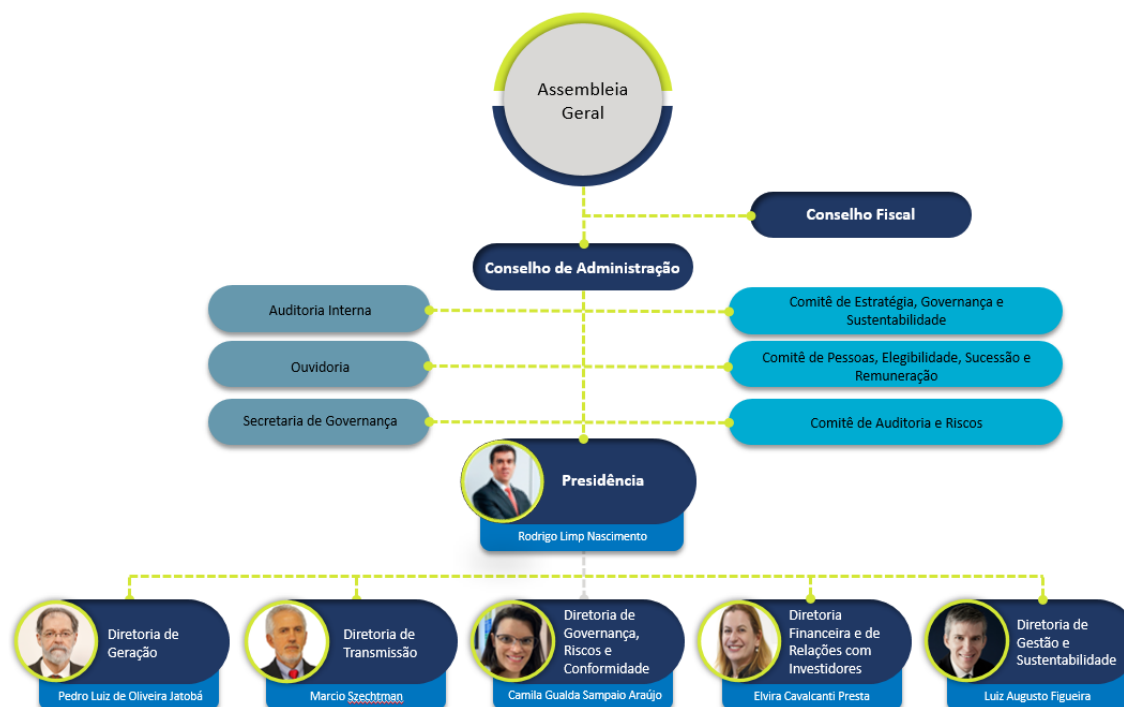
Fundos de Seguridade e Outros Planos Sociais	Modalidade Benefício Definido (BD)	Modalidade de Contribuição Definida (CD)	Apólice de Seguro de Vida em Grupo para os empregados e assistidos	Plano de Saúde de autogestão
Beneficiários ativos (em unidades)				
Eletrobras	49	583	492	2.441
Eletronuclear	1.419	19	1.600	5.852
Eletronorte	24	2.260	2.496	10.221
Furnas	407	2.310	2.181	11.628

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório de Administração & Demonstrações Financeiras 2021



CGT Eletrosul	439	865	1.509	5.133
Cepel	21	231	253	990
Chesf	9	3.118	1.675	9.922
Total	2.368	9.386	10.206	46.187
Itaipu	1.287	N.A	1.340	8.470

6.3 Gestão da Governança**6.3.1 Governança Corporativa****Assembleias Gerais de Acionistas**

Em 2021, foi realizada 1 (uma) Assembleia Geral Ordinária (AGO) e 1 (uma) Assembleia Geral Extraordinária (AGE). A 180ª AGE da Eletrobras tratou da reforma integral do estatuto social da Companhia visando adaptação ao Novo Estatuto Padrão estabelecido pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – (“SEST”) conforme Ofício Circular SEI nº1387/2020/ME.

Conselho de Administração

Composto por 11 membros, o Conselho de Administração (CA) da Eletrobras se reuniu 36 (trinta e seis) vezes no exercício social de 2021, tendo discutido, dentre diversos outros temas, os seguintes assuntos de destaque:

1. Revisão e/ou aprovação de normativos importantes, tais como: (i) Política de Comercialização de Energia das Empresas Eletrobras e instituição dos Comitês de Estratégia e de Monitoramento de Comercialização de Energia das Empresas Eletrobras; (ii) Política de Segurança da Informação das Empresas Eletrobras – 3ª edição; (iii) Política de Regulação das empresas Eletrobras, (iv) Política de Segurança

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório de Administração & Demonstrações Financeiras 2021



- de Barragens das Empresas Eletrobras – edição 2.0, (v) Política de Auditoria das empresas Eletrobras – edição 2.0, (vi) Política de Transações com Partes Relacionadas das Empresas Eletrobras, edição 4.0; (vii) Regulamento de Indicação de Representantes em Conselhos e Diretorias das Empresas Eletrobras – edição 2.0;
2. Aprovação da operação de incorporação da Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. - Amazonas GT pela subsidiária Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte;
 3. Aprovação de diretrizes para realização de investimento em projetos de geração por parte de controladas;
 4. Aprovação de novo benefício de assistência à saúde unificado para os colaboradores das Empresas Eletrobras;
 5. Aprovação da nova Estrutura Organizacional Conceitual estratégica e padronizada das áreas de Comercialização de Energia da Eletrobras Holding e das empresas Eletrobras;
 6. Acompanhamento periódico dos pontos de atenção e status das atividades afetas ao processo de desestatização da Eletrobras, à luz da Lei n.º 14.182, de 12 de julho de 2021;
 7. Aprovação de matérias de *standstill* a fim de preservar o caixa da Holding e das controladas no período da pandemia.
 8. Aprovação de medidas contempladas no Projeto de Racionalização de participações acionárias das empresas Eletrobras em coligadas e SPES;
 9. Acompanhamento do projeto de estruturação da UTN Angra 3 em linha com a modelagem de desestatização do CPPI e visando a resguardar o Plano de Aceleração do Caminho Crítico da referida usina.
 10. Acompanhamento do processo de sucessão do Presidente da Eletrobras;
 11. Revisão da Matriz de Riscos da Eletrobras Holding e Abordagem Prática de Appetite a Riscos das Empresas Eletrobras – ciclo 2022.
 12. Análise dos resultados do PDNG 2020-2024.
 13. Aprovação do PDNG 2022-2026.

O CA possui seu próprio regimento interno, o qual foi atualizado em março de 2021, em especial, para fins de adequação ao atual Estatuto Social da Eletrobras.

O CA da Eletrobras é assessorado por três comitês previstos em seu Estatuto Social:

Comitê de Auditoria e Riscos (CAE): se reuniu 72 vezes em 2021 e os principais assuntos abordados pelo CAE foram: análise e acompanhamento dos controles internos; sistema de gestão de riscos; relatórios da ouvidoria; auditoria interna e contabilidade. Incluem-se temas como as demonstrações financeiras, análise de operações financeiras, monitoramento de investimentos (Capex), acompanhamento do passivo de empréstimo compulsório, dentre outras atribuições previstas pela Lei 13.303/16 e pela CVM.

Membros do CAE em 31.12.21

Membros	1o Mandato	2o Mandato	Percentual de Presença
Jerônimo Antunes (Coordenador)	17.05.2021 até 17.05.2023	N/A	100%
Luiz Carlos Nannini	11.05.2020 até 11.05.2022	N/A	96%
Luís Henrique Bassi Almeida	22.02.2019 até 22.02.2021	22.02.2021 a 22.02.2023	99%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório de Administração & Demonstrações Financeiras 2021



Membros	1o Mandato	2o Mandato	Percentual de Presença
Felipe Villela Dias	28.05.2019 até 28.05.2021	28.05.2021 até 28.05.2023	88%
Daniel Alves Ferreira	01.06.2019 até 01.06.2021	01.06.2021 até 01.06.2023	97%

Comitê Estatutário de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração (CPES): se reuniu 15 vezes em 2021 e os principais assuntos abordados foram: orientação para o programa de Remuneração Variável Anual (RVA) e indicadores e metas atrelados à gestão de pessoas, proposta de Participação no Resultado, indicação de administradores nas empresas Eletrobras, elaboração do Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG), sob enfoque de gestão de pessoas, avaliação de desempenho dos órgãos de administração da Eletrobras, inclusive mediante análise de metodologia e celebração de ACTs.

Membros do CPES (1) em 31.12.21

Membros	1º Mandato	2º Mandato	Percentual de Presença
Marcelo de Siqueira Freitas – (Coordenador)	29.04.2019 até 27.04.2021	27.04.2021 até 27.04.2023	100%
Ruy Flaks Schneider	29.04.2019 até 27.04.2021	27.04.2021 até 27.04.2023	100%
Ana Silvia Corso Matte	27.04.2021 até 27.04.2023	N/A	100%

(1) Nomenclatura do comitê alterada na AGE 180ª realizada em 28/01/2021.

Comitê Estatutário de Estratégia, Governança e Sustentabilidade –(CEGS): se reuniu 15 vezes e os principais assuntos abordados foram: Planejamento Estratégico, Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG), sob enfoque de indicadores, metas e iniciativas estratégicos; acompanhamento de iniciativas para aprimoramento da governança corporativa e sustentabilidade da companhia, incluindo estratégia para participação nos índices: *Dow Jones Sustainability Index*, Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), IG-SEST – certificação das empresas estatais federais, monitoramento dos principais investimentos em obras/projetos em andamento, acompanhamento da formação da carteira de projetos e projetos estratégicos; e monitoramento da estratégia de comercialização de energia.

Membros do CEGS em 31.12.21

Membros	1º. Mandato	2º. Mandato	Percentual de Presença
Bruno Eustáquio Ferreira Castro de Carvalho (Coordenador)	29.04.2019 até 27.04.2021	27.04.2021 até 27.04.2023	100%
Carlos Eduardo Rodrigues Ferreira	27.04.2021 até 27.04.2023	N/A	100%
Armando Casado de Araújo	27.04.2021 até 27.04.2023	N/A	86%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório de Administração & Demonstrações Financeiras 2021

**Conselho Fiscal (CF)**

O CF da Eletrobras é composto de 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral com prazo de atuação de 2 anos, permitidas, no máximo, 2 (duas) reconduções consecutivas. Em 2021, o Conselho Fiscal realizou 15 reuniões, entre ordinárias, mensalmente, e extraordinárias, seguindo o Estatuto Social e as regras para seu funcionamento, definidas no Regimento Interno.

Conselho Fiscal	Mandato	Participação %
Domingos Romeu Andreatta	Da AGO/2021 (27/04) a AGO/2023	100
Rafael Rezende Brigolini	Da AGO/2021 (27/04) a AGO/2023	100
Thaís Marcia Fernandes Matano Lacerda	Da AGO/2021 (27/04) a AGO/2023	100
Carlos Eduardo Teixeira Taveiros	Da AGO/2021 (27/04) a AGO/2023	100
Antonio Emílio Freire	Da AGO/2021 (27/04) a AGO/2023	100

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva da Eletrobras (DEE) é formada por um presidente e de até 06(seis) diretores eleitos pelo Conselho de Administração, com prazo de gestão unificado de 2 (dois) anos, sendo permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas, como previsto na Lei das Estatais (Lei 13.303/2016). A DEE realizou 81 reuniões em 2021.

Membros do Diretoria Executiva em 31.12.21

Diretoria Executiva	Diretoria Executiva	Mandato atual	Participação nas reuniões %
Presidência (1)	Rodrigo Limp Nascimento	30/04/2021 a 26/07/2021	100
		27/07/2021 a 26/07/2023	100
Diretora de Governança, Riscos e Conformidade	Camila Gualda Sampaio Araújo	27/07/2021 a 26/07/2023	100
Diretoria Financeira e de Relações com Investidores	Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta	27/07/2021 a 26/07/2023	100
Diretoria de Geração	Pedro Luiz de Oliveira Jatobá	27/07/2021 a 26/07/2023	100
Diretoria de Gestão e Sustentabilidade	Luiz Augusto Pereira de Andrade Figueira	27/07/2021 a 26/07/2023	100
Diretoria de Transmissão	Marcio Szechtman	27/07/2021 a 26/07/2023	100

(1) No dia 24 de janeiro de 2021, o então presidente, Wilson Ferreira Junior renunciou ao cargo de presidente da Companhia, e permaneceu até o dia 15 de março de 2021. Elvira Cavalcanti Presta foi designada pelo Conselho de Administração da companhia para exercer interina e cumulativamente, a partir 16 de março de 2021, o cargo de presidente até que atual presidente Rodrigo Limp fosse eleito e tomasse posse.

REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório de Administração & Demonstrações Financeiras 2021



Remuneração Realizada dos Administradores, Conselheiros Fiscais e Comitê de Auditoria e Riscos

Remuneração	2021	INSS 2021	Total 2021	2020	2019
Conselho de Administração	489.995,11	58.937,14	548.932,25	582.336,02	597.351,44
Conselho Fiscal	326.421,60	30.357,15	356.778,75	327.690,95	358.410,82
Diretoria Executiva	6.443.744,91	993.288,81	7.437.033,72	6.310.871,99	5.707.520,05
Comitê de Auditoria e Riscos (1)	1.902.676,40	380.535,51	2.283.211,91	2.177.886,47	1.694,564,52

(1) Alteração de 04 membros em 2019 para 05 em 2020 no CAE.

6.3.2 Prêmios e Reconhecimentos

- **Prêmio Líderes da Energia 2021 – Eletrobras:** nesta primeira edição, a empresa foi vencedora na categoria Governança Corporativa. Grupo Mídia
- **A List do Carbon Disclosure Project (CDP) – Eletrobras holding:** Listada entre as empresas líderes globais em transparência e ação ambiental, a companhia alcançou o conceito máximo. *Carbon Disclosure Project (CDP)*
- **Selo Empresa Pró-Ética 2020-2021- Eletrobras holding, Furnas e Eletronorte:** Reconhecimento do compromisso da alta administração das empresas com o programa de integridade, as políticas e procedimentos de *compliance*. Controladoria Geral da União (CGU)
- **Certificação IG-SEST – Eletrobras holding, CGT Eletrosul e Eletronorte:** Nível 1 (Excelência), a nota máxima, e as empresas Eletrobras CGT Eletrosul e Eletronorte, o Nível 2. Ministério da Economia
- **Melhores e Maiores 2021 – Eletrobras:** 26ª posição no ranking geral das 627 maiores companhias de capital aberto ou com dados públicos do país, por ordem de faturamento. Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IbmeC) e Revista Exame
- **Empresas mais transparentes em sustentabilidade 2021 – Eletrobras:** Listada entre as 14 empresas brasileiras mais transparentes em sustentabilidade em estudo do conselho consultivo no Brasil da *Global Reporting Initiative (GRI)*, publicado por Valor Econômico
- **500 mais influentes da América Latina – Rodrigo Limp:** listado entre as personalidades mais influentes da América Latina pela criação de valor em seus segmentos de atuação e impulsionamento do crescimento da região. Bloomberg Línea
- **Melhores empresas do Brasil 2021 – Eletrobras:** em 23º lugar no ranking geral. No segmento Energia, conquistamos as posições: 3ª geral; 3ª em visão de futuro; 4ª em governança corporativa; 5ª em pessoas; 6ª em inovação; 7ª em desempenho financeiro; e 11º em sustentabilidade. Época Negócios, com a coordenação da Fundação Dom Cabral
- **Selo Ouro do Programa Brasileiro GHG Protocol – Furnas:** Pela nona vez, a empresa recebeu a certificação que reconhece a transparência de empresas nas informações do inventário de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE). Programa Brasileiro *GHG Protocol (PBGHG)*, com a coordenação da Fundação Getúlio Vargas (FGV)
- **Nível mais alto de aderência a boas práticas de compliance – Eletrobras holding, Furnas, Chesf, CGT Eletrosul e Eletronorte:** Programa Nacional de Prevenção à Corrupção, Tribunal de Contas da União (TCU)
- **Empresas mais transparentes – Eletrobras:** Pela primeira vez, a empresa recebeu o Troféu Transparência, tendo sido a empresa destaque em 2021, na categoria Empresas com receita líquida acima de R\$ 8 bilhões, que distingue as companhias que têm as melhores práticas de transparência em informações contábeis. Associação Nacional de Executivos (Anefac), com análise técnica da Fundação Instituto de

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório de Administração & Demonstrações Financeiras 2021



- Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi) da Universidade de São Paulo (USP)
- **Empresa Amiga da Criança – Furnas.** Fundação Abrinq
 - **Pacto Empresarial Contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Brasileiras – Empresas Eletrobras.** Programa Na Mão Certa
 - **Marcas que mais se fortaleceram 2021 – Eletrobras:** 3º no ranking de marcas, considerando os pilares reputação, inovação, custo-benefício, relacionamento emocional, recomendação e qualidade. Brand Finance
 - **Best Crisis Management Amid Covid-19 – Eletrobras:** 1º lugar no ranking de melhores gerenciadores de crise frente à covid-19 no 2021 *Latin American Executive Team*, categoria "Electric & Other Utilities - SellSide". *Institutional Investor*
 - **Best CFO Overall – Elvira Cavalcanti Presta:** 1º lugar no ranking de melhores diretores Financeiros do 2021 *Latin American Executive Team*, categoria "Electric & Other Utilities - SellSide". *Institutional Investor*
 - **Best IR Professional – Paula Prado:** 1º lugar no ranking de melhores profissionais de Relações com Investidores do 2021 *Latin American Executive Team*, categoria "Electric & Other Utilities - SellSide". *Institutional Investor*
 - **Best IR Program – Eletrobras:** 2º lugar no ranking de melhores programas de Relações com Investidores do 2021 *Latin American Executive Team*, categoria "Electric & Other Utilities - SellSide". *Institutional Investor*
 - **Best IR Team – Eletrobras:** 2º lugar no ranking de melhores equipes de Relações com Investidores do 2021 *Latin American Executive Team*, categoria "Electric & Other Utilities - SellSide". *Institutional Investor*
 - **Best ESG Disclosure – Eletrobras:** 2º lugar no ranking de melhores em Divulgação ESG do 2021 *Latin American Executive Team*, categoria "Electric & Other Utilities - SellSide". *Institutional Investor*
 - **Best Winners Index – Eletrobras:** 4º lugar no ranking geral dos melhores no 2021 *Latin American Executive Team*, categoria "Electric & Other Utilities - SellSide". *Institutional Investor*
 - **11ª executiva financeira mais admirada pelos pares em 2021 – Elvira Cavalcanti Presta.** Anuário Análise Editorial
 - **Selo Pró-Equidade 2021 – Eletrobras holding, Furnas, Eletronuclear, Cepel, Chesf, CGT Eletrosul e Itaipu Binacional.** Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos
 - **Digital Governance Awards 2021 – Eletrobras Furnas e Eletronorte.** *Atlas Governance.*
 - **The Sustainability Yearbook 2021 – Eletrobras:** selo bronze no Prêmio Global de Sustentabilidade da *Standard & Poors*, organizadora do *Dow Jones Sustainability Index (DJSI)*. *Standard & Poor's*
 - **Gender-Equality Index 2021 – Eletrobras.** *Bloomberg*
 - **Ranking Merco Empresas**
 - 80º lugar geral, 1º lugar entre as empresas do setor elétrico
 - 92º lugar entre as empresas de melhor governança e responsabilidade

7. Programas de Governo**Proinfa**

O PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica, criado em 26 de abril de 2002 pela Lei nº. 10.438 e regulamentado através do Decreto 5.025/04, teve seu processo de implantação iniciado pela Eletrobras em 2004.

Adicionou ao Sistema Interligado Nacional um total de 131 novos empreendimentos, divididos em 60 PCHs (1.159,24 MW), 52 eólicas (1.282,52 MW) e 19 térmicas a biomassa (533,34 MW), totalizando uma capacidade instalada de 2.975,10 MW. Desde a entrada em operação

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório de Administração & Demonstrações Financeiras 2021



do primeiro empreendimento em fevereiro de 2006 até o final de 2021, a contribuição do PROINFA para o sistema em termos de volume de energia gerada foi de aproximadamente 124,7 milhões de MWh. Em 2021, o programa gerou 8,9 milhões de MWh com um custeio de R\$ 4,04 bilhões.

Conforme estabelecido no Decreto 5.025/04, a regulamentação do Programa previu não acarretar vantagens ou prejuízos econômicos e financeiros à Eletrobras. Para que isso se verifique, são elaborados Planos Anuais do Proinfa (PAP) onde se calcula o montante de energia, bem como os custos de sua aquisição, que acrescidos dos custos administrativos, financeiros e tributários da Eletrobras, são rateados entre os consumidores do sistema interligado.

O Plano Anual do PROINFA para o ano de 2022 (PAP-2022) foi homologado pela ANEEL através da Resolução Homologatória Nº 2.995 de 14 de dezembro de 2021, que estabeleceu as quotas de energia e de custeio do Programa para este ano. O montante a ser rateado é de 11.202.147 MWh, com um custo previsto de R\$ 6,38 bilhões.

Fontes	Total de empreendimentos em operação no ano de 2021		Total de empreendimentos em operação no ano de 2020	
	Empreendimentos	Potência (MW)	Empreendimentos	Potência (MW)
PCH	60	1.159,24	60	1.159,24
Eólica	52	1.282,52	52	1.282,52
Biomassa	19	533,34	19	533,34
Outras Fontes	-	-	-	-
TOTAL	131	2.975,10	131	2.975,10

Procel

Somente no ano de 2021 a equipe técnica do Procel monitorou mais de 50 processos previstos nos Planos de Aplicação de Recursos em execução, com projetos plurianuais de eficiência energética que resultaram em diversos instrumentos jurídicos como contratos de prestação de serviço, convênios e termos de cooperação técnica. Destaca-se também a elaboração do 4º Plano de Aplicação de Recursos do Procel, em conjunto com os demais membros do Grupo Coordenador de Conservação de Energia – GCCE, que faz parte da governança do Procel prevista na Lei 13.280/2016. Nessa edição, estão previstos investimentos de até R\$ 257 milhões com recursos da conta Procel.

A seguir, apresenta-se um breve relato dos principais projetos desenvolvidos em 2021 em cada segmento:

➤ Iluminação Pública (Reluz):

O Procel Reluz, através de uma chamada pública de projetos, selecionou projetos de eficiência energética em iluminação pública, com tecnologia LED, com diferentes modelagens. O objetivo é permitir uma análise comparativa entre os modelos, de modo a verificar quais possuem potencial para se tornarem viáveis e replicáveis à variedade dos municípios brasileiros. Ao final da Chamada foram selecionados 99 municípios, com um investimento total previsto ao longo dos anos de 2022 e 2023 da ordem de R\$ 65 milhões.

Além da Chamada Pública, foram celebrados dois convênios de cooperação técnica relacionados ao tema iluminação pública. Um com a Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP para aplicação de conceitos de “Smart City” e implementação de projeto piloto utilizando a iluminação pública como ferramenta principal. O outro convênio foi celebrado com o Centro de Excelência em Energia do Acre – CEEAC, atualmente conhecido como eAmazônia,

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório de Administração & Demonstrações Financeiras 2021



que tem o objetivo de capacitar prefeituras e outros desenvolvedores de projetos em eficiência energética em iluminação pública na Amazônia Legal.

➤ Edificações:

Nesse segmento destaca-se o início do Projeto “Esplanada Eficiente” com investimentos de R\$ 100 milhões. O projeto divide-se em duas vertentes. A primeira vertente será executada por meio de uma chamada pública aberta em 2021 para selecionar aproximadamente 40 projetos de “retrofit” em prédios públicos. A segunda vertente, mais conhecida como “Esplanada Solar”, prevê a implantação de painéis fotovoltaicos em até 9 prédios anexos da Esplanada dos Ministérios com capacidade instalada total de mais de 3 MWp. Além da instalação dos painéis, o projeto prevê a implementação de um Sistema de Gestão de Energia, com ações de eficiência energética de zero e baixo custo nos prédios dos Ministérios envolvidos.

➤ Indústria:

Em 2021, este segmento foi contemplado com diversos estudos inovadores em sistemas térmicos e motrizes com a participação de empresas de consultoria especializadas contratadas pelo Procel. Porém, o principal destaque foi a retomada de um projeto em parceria com a Confederação Nacional da Indústria – CNI, mais conhecido como “Aliança”. Nessa edição do Aliança, o Procel investirá R\$ 10 milhões em 24 indústrias energointensivas para desenvolvimento de projetos de eficiência energética que vão melhorar a produtividade e otimizar o consumo de energia nas instalações de uma forma geral. Além dos investimentos do Procel, as indústrias envolvidas assinarão acordos voluntários se comprometendo a alocar recursos próprios nas ações propostas, além de implementar sistemas de gestão energética que garantam a perenidade das ações.

➤ Educação:

Com o objetivo de desenvolver uma nova metodologia educacional em eficiência energética voltada para os alunos do ensino básico, em 2021, foi contratada uma empresa especializada para desenvolver uma série de produtos, usando principalmente o ambiente digital. Essa metodologia será integrada ao “Procel nas Escolas” que já reúne conteúdos atualizados voltados para os alunos do ensino fundamental I e II, tornando a estratégia de atuação do Procel no segmento educacional ainda mais abrangente. Ressalta-se que todo conteúdo do Procel nas Escolas é distribuído de forma gratuita às Secretarias de Educação e é amplamente utilizado pelas empresas distribuidoras de energia elétrica nos seus respectivos Programas de Eficiência Energética que são regulados pela ANEEL. Trata-se, portanto, de uma relevante iniciativa que contribui com o desenvolvimento do setor elétrico e de uma sociedade mais consciente quanto ao uso da energia.

➤ Selo Procel:

A certificação de produtos sempre foi um mecanismo bastante reconhecido pelos consumidores de produtos elétricos no mundo inteiro. Nesse sentido, o Selo Procel se destaca no setor elétrico como sendo o principal Programa de certificação voluntária no país com mais de 40 tipos de produtos certificados e uma ampla rede de laboratórios credenciados. E para manter o sucesso e a credibilidade do Selo Procel, em 2021, o Programa reforçou o trabalho de acompanhamento de mercado que já vinha sendo realizado nos últimos anos. Essa iniciativa prevê a coleta de produtos nos pontos de venda para que seus índices de eficiência sejam avaliados nos laboratórios e garantam os mesmos níveis de consumo previstos no momento da concessão do Selo Procel.

E pensando no futuro do Selo Procel, foi contratada uma empresa que vai propor uma revisão metodológica e um reposicionamento da certificação com base nas melhores práticas internacionais. Além disso, em 2021, foi iniciado o processo de contratação de uma plataforma *Blockchain* para que o Selo possa prover uma série de serviços digitais a todos os seus Stakeholders, desde o fabricante do produto ao consumidor.

➤ Marketing:

Em 2021, com apoio da equipe de Comunicação da Eletrobras, foram realizadas duas campanhas publicitárias do Procel, utilizando as principais mídias, com destaque para as veiculações nos canais de TV aberta e fechada. A primeira mostrou 5 casos reais de

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório de Administração & Demonstrações Financeiras 2021



implementação de projetos do Procel com depoimentos de parceiros do Programa. O principal desafio dessa campanha se deu na etapa de produção, na qual foi necessário seguir rigorosos protocolos de segurança em decorrência da pandemia do Covid-19. A segunda campanha publicitária do Procel contou com a participação direta do MME, enquanto coordenador do Procel, para que o conteúdo se alinhasse a outras campanhas do governo que mobilizaram a população para questão da escassez hídrica e energética. Ao todo, foram investidos quase R\$ 30 milhões nas campanhas publicitárias que cumpriram o seu papel social de mobilizar a população para práticas mais conscientes de consumo de energia, além de prestar contas à sociedade dos principais trabalhos executados pelo Programa.

➤ Ações estruturantes:

Com o advento da Lei 13.280/2016 e a implementação dos Planos de Aplicação de Recursos do Procel (PAR Procel), foi criado um portfólio de projetos estruturantes que contribuem simultaneamente com diversos segmentos e promovem uma transformação do mercado de eficiência energética. As ações estruturantes vão desde as chamadas de inovação para aceleração de start ups e empresas de inovação com produtos para o mercado de eficiência energética até estudos de indicadores de performance para o setor. Em 2021, a ação estruturante que mais se destacou foi a criação de um Programa de Garantias, em parceria com o BNDES, voltado para os agentes financeiros que oferecem linhas de crédito para projetos de eficiência energética. Esse programa de garantias, também conhecido como FGEnergia, vai contar com um aporte do Procel de R\$ 45 milhões e pretende ampliar o acesso a crédito correspondente a 7 vezes esse valor. Essa iniciativa também melhora a percepção de risco por parte do agente financeiro para projetos de eficiência energética e será uma referência para que o Programa de Garantias possa incorporar outras fontes de recurso, além do Procel, e fazer com que o FGEnergia seja ampliado pelo BNDES no futuro.

Luz para Todos

O Programa Luz para Todos, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia (MME), é operacionalizado pela Eletrobras, responsável pela gestão dos contratos e o acompanhamento da execução dos conjuntos de obras de eletrificação rural.

De 2004 até 2021, os recursos para o Programa Luz para Todos totalizaram R\$ 29,96 bilhões, sendo R\$ 21,76 bilhões (73%) referentes aos recursos setoriais: Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e Reserva Global de Reversão (RGR). Desde 2004, já foram liberados R\$ 17,65 bilhões em recursos da CDE e RGR (81% dos recursos disponíveis), dos quais R\$ 0,45 bilhão em 2021, originado de recursos da CDE.

Desde 2004, já foram realizadas mais de 3,5 milhões de ligações, o que corresponde a 16,9 milhões de pessoas beneficiadas no meio rural brasileiro.

Considerando apenas os contratos operacionalizados pela Eletrobras, foram informados em 2021, 7.153 projetos, com o atendimento de 35.116 unidades consumidoras. Desde 2004, são 566.564 projetos informados, resultando no atendimento de 3.177.253 unidades consumidoras no meio rural brasileiro, distribuídos por 5.438 municípios, assim como a construção de mais de 863 mil km de redes elétricas de distribuição em alta e baixa tensão, a implantação de 8,99 milhões de postes, a instalação de 1,22 milhão de transformadores e a implantação de 7.099 sistemas fotovoltaicos individuais e 19 sistemas fotovoltaicos coletivos.



Recursos Setoriais do Programa Luz para Todos de 2004 a 2021

(i)

Região	RECURSOS SETORIAIS (Em R\$ milhões)					
	Contratados			Liberados		
	CDE	RGR	CDE+RGR	CDE	RGR	CDE+RGR
Norte	6.665,33	318,29	6.983,62	4.913,40	284,30	5.197,70
Nordeste	9.095,12	941,94	10.037,06	7.715,84	837,42	8.553,26
Centro-Oeste	1.269,78	575,60	1.845,38	1.025,52	526,96	1.552,48
Sudeste	858,13	1.174,51	2.032,64	740,92	942,98	1.683,90
Sul	346,24	511,90	858,14	280,25	387,26	667,51
Brasil	18.234,60	3.522,24	21.756,84	14.675,93	2.978,92	17.654,85

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório de Administração & Demonstrações Financeiras 2021

**Nº. de Ligações do Programa Luz para Todos, por Região, até 31/12/2021**

(ii)

Região	Contratadas entre os Agentes Executores (*) e a Eletrobras	Informadas pelos Agentes Executores à Eletrobras
Norte	805.831	695.308
Nordeste	1.683.469	1.636.981
Centro-Oeste	238.856	234.430
Sudeste	429.048	425.241
Sul	184.783	185.293
Brasil	3.341.987	3.177.253

(*) Os Agentes Executores são as concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica e as cooperativas de eletrificação rural.

O Programa Luz para Todos, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, entre 2004 e 2021 recebeu recursos totalizando 29,96 milhões, sendo 73% desde valor referentes a Conta de Desenvolvimento Energético e Reserva Global de Reversão. Esses recursos beneficiaram mais de 16,9 milhões de pessoas no meio rural.

O cenário pandêmico, em 2021, restringiu o ritmo de execução das obras, impactando a quantidade de novas unidades e prorrogando prazos.

Mais Luz para a Amazônia – MLA

O Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica na Amazônia Legal – Mais Luz para a Amazônia (MLA), coordenado pelo Ministério de Minas e Energia (MME), foi criado pelo Decreto 10.221, de 5 de fevereiro de 2020, com o intuito de minimizar as dificuldades vividas pelas famílias residentes nas regiões remotas da Amazônia Legal e que dificilmente seriam atendidas por extensão de redes convencionais.

O MLA tem sua vigência até 31 de dezembro de 2022, com possibilidade de prorrogação até a conclusão da universalização do acesso à energia elétrica nas regiões remotas dos nove estados que integram a Amazônia Legal. Em seu papel de operacionalizadora do MLA, a Eletrobras é responsável pela análise técnica e orçamentária dos programas de obras propostos pelos agentes executores, gestão dos contratos de operacionalização e o acompanhamento da execução física das obras. Os recursos financeiros necessários ao desenvolvimento do MLA vêm de agentes do setor elétrico e da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Os atendimentos do MLA são realizados por meio de geração de energia elétrica a partir de fontes limpas e renováveis, visando o desenvolvimento das comunidades, em sua maioria, ribeirinhas, indígenas e quilombolas. A chegada da eletricidade diminui a vulnerabilidade social e econômica, fortalecendo o exercício da cidadania, o bem-estar e a dignidade para a vida dessa população. As metas iniciais do Governo Federal para o MLA, preveem beneficiar cerca de 220 mil famílias localizadas nas regiões remotas da Amazônia Legal.

Desde o início do Programa Mais Luz para a Amazônia 1.556 unidades consumidoras foram beneficiadas com serviços de energia elétrica, sendo 1.451 ligações realizadas em 2021. Os recursos para o Programa totalizaram R\$ 459,66 milhões, sendo R\$ 413,69 milhões (90%) referentes aos recursos da CDE. Já foram liberados R\$ 124,11 milhões (30% dos recursos disponíveis), sendo R\$ 108,59 milhões em 2021.

BUSA

Existem, atualmente, 1.994 bens da União cadastrados no Sistema Informatizado de Gestão dos Bens da União sob Administração da Eletrobras (SIGBUSA) que estão vinculados à concessão de empresas do setor de energia elétrica. Destes, 1.897 são bens servíveis à prestação do serviço de energia elétrica, sendo que 1.872 estão em operação e 25 encontram-se desativados; e 67 são bens inservíveis ou não utilizáveis para a prestação do serviço de energia elétrica. Outros 23 bens foram alienados e 7 bens estão em posse da Secretaria de



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório de Administração & Demonstrações Financeiras 2021

Patrimônio da União (SPU). A Aneel, por meio do Despacho 1.227, de 30 de abril de 2020, anuiu previamente à alienação dos 67 bens considerados inservíveis ou não utilizáveis para a prestação do serviço de energia elétrica.

A Medida Provisória 998/2020, convertida na Lei 14.120/21, determinou que os custos administrativos, financeiros e tributários incorridos pela Eletrobras, desde 1 de maio de 2017, com o registro, a conservação e a gestão dos bens BUSA e instalações, deverão ser ressarcidos com recursos da Conta RGR. Sendo assim, até este momento a Eletrobras recebeu o valor de R\$ 13.127.738,46 referente ao período de maio de 2017 a junho de 2021.

Em 16 de dezembro de 2021, a ANEEL publicou, no Diário Oficial da União, a abertura da Consulta Pública nº 084/2021, com prazo para contribuições até 31 de janeiro de 2022, para regulamentação do art. 3º da Lei nº 14.120/21 referente à alienação a concessionários, permissionários ou autorizados do setor elétrico ou transferência à gestão da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União do Ministério da Economia – SPU/ME de bens da União sob administração da Eletrobras - BUSA encampados e desapropriados com recursos da Reserva Global de Reversão – RGR.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório de Administração & Demonstrações Financeiras 2021

**8. Mercado de Capitais****Desempenho das ações**

O capital social da Eletrobras, em 31 de dezembro de 2021, totalizava R\$ 39,057 bilhões, representado por 1.568.930.910 ações, sendo 1.288.842.596 ações ordinárias e 280.088.314 ações preferenciais.

**Composição Acionária da Eletrobras em 31/12/2021**

Acionistas	Ordinárias	%	Preferencial. "A"	%	Preferencial. "B"	%	Total	%
Acionista Controlador								
União Federal	667,888,884	51.82	0	0.00	494	0.00	667,889,378	42.57
BNDESpar	141,757,951	11.00	0	0.00	18,691,102	6.68	160,449,053	10.23
BNDES	74,545,264	5.78	0	0.00	18,262,671	6.52	92,807,935	5.92
FND	45,621,589	3.54	0	0.00	0	0.00	45,621,589	2.91
FGHAB	1,000,000	0.08	0	0.00	0	0.00	1,000,000	0.06
Outros	358,028,908	27.78	146,920	100	242,987,127	86.80	601,162,955	38.31
Demais Acionistas								
Cust. CLBC								
Residente	187,430,365	14.54	83,512	56.84	140,131,240	50.06	327,645,117	20.88
Não Residente	118,452,220	9.19	1	0.00	86,130,684	30.77	204,582,905	13.04
Programa ADR	52,065,112	4.04	0	0.00	5,340,887	1.91	57,405,999	3.66
Demais								
Residente	80,965	0.01	20,929	14.25	9,348,108	3.34	9,450,002	0.60
Não Residente	246	0.00	27	0.02	213	0.00	486	0.00
TOTAL	1,288,842,596	100	146,920	100	279,941,394	100%	1,568,930,910	100

A Eletrobras negocia ações ordinárias e preferencias na Brasil, Bolsa, Balcão (B3 S.A.) sob o código "ELET3" para as ações ordinárias e as ações preferenciais classe "B" e classe "A", sob os *tickers* "ELET6" e "ELET5", respectivamente. Na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE), as ações são transacionadas por meio do Programa de ADR nível II, sob os *tickers* "EBR" e "EBR-B". Na Bolsa de Valores de Madri (Latibex), a negociação é feita pelo Programa Latibex, sob os *tickers* "XELTO" e "XELTB".

**Programa Nível 1 B3 S.A – Brasil, Bolsa, Balcão**

Preço e Volume	(R\$) ELET3 B3 (Ações ON)	(R\$) ELET6 B3 (Ações ON)	(pts.) IBOV B3 (Índice)	(pts.) IEE B3 (Índice)
Cotação de Fechamento em 31/12/2021	33,41	33,01	104.822,44	76.305,03
Máxima em 2021	47,57	47,42	130.776,27	85.292,62
Média em 2021	36,53	36,60	116.890,86	79.338,37
Mínima em 2021	25,39	26,36	100.774,57	72.997,56

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório de Administração & Demonstrações Financeiras 2021

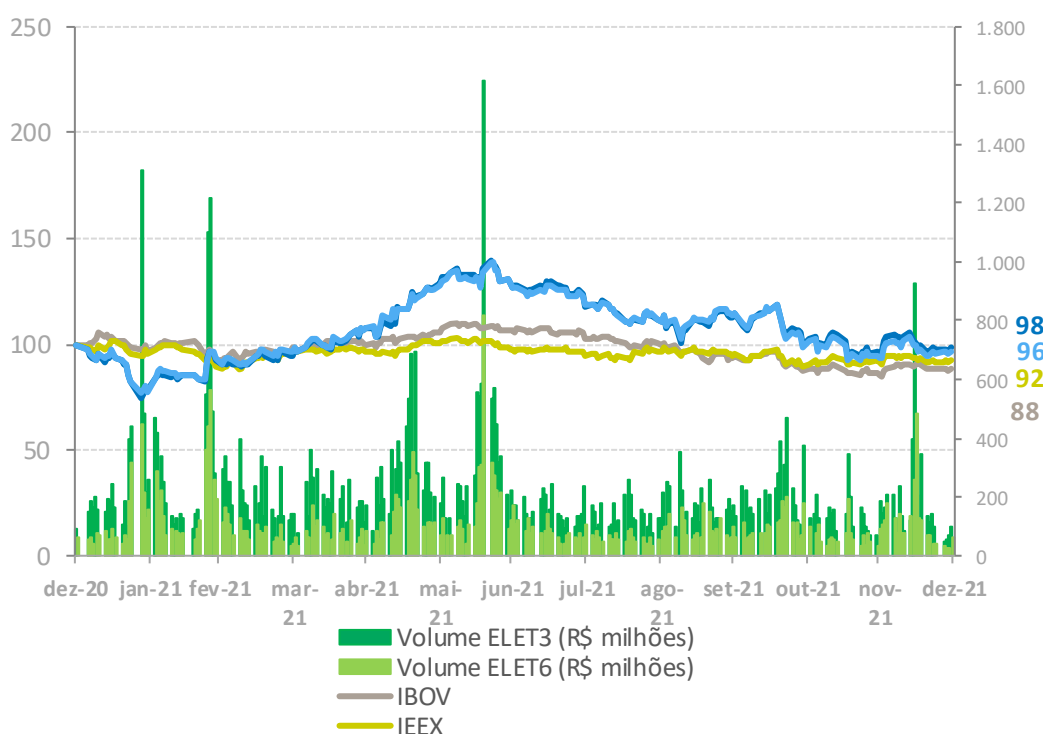


Preço e Volume	(R\$) ELET3 B3 (Ações ON)	(R\$) ELET6 B3 (Ações ON)	(pts.) IBOV B3 (Índice)	(pts.) IEE B3 (Índice)
Variação em 2021	-	-	-11,93%	-7,90%
Volume Médio Diário Negociado em 2021 (milhões de ações)	6,3	3,0	-	-
Volume Médio Diário Negociado em 2021 (R\$ milhões)	229,9	110,6	-	-
Valor de Mercado em 31/12/2021*			R\$ 52,3 bilhões	

*Por questão de liquidez, está sendo considerada para a PNA a mesma cotação da Pref. B

**Comportamento Ações da Eletrobras na B3 S.A. 2021**

Gráfico 1



Número índice 31/12/2021 = 100 e valores ex-dividendo.

Fonte: AE Broadcast

Notícias na mídia relacionadas à privatização provocaram aumento significativo no volume negociado das ações, em especial, nos meses de janeiro, fevereiro, junho e setembro.

**Programa de ADR Nível II na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE) em 2021**

Preço e Volume	NYSE EBR	NYSE EBR-B
Cotação de Fechamento em 31/12/2021	6,09	6,00
Máxima em 2021	9,44	9,43
Média em 2021	6,80	6,79
Mínima em 2021	4,61	4,89

(Em US\$)

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório de Administração & Demonstrações Financeiras 2021

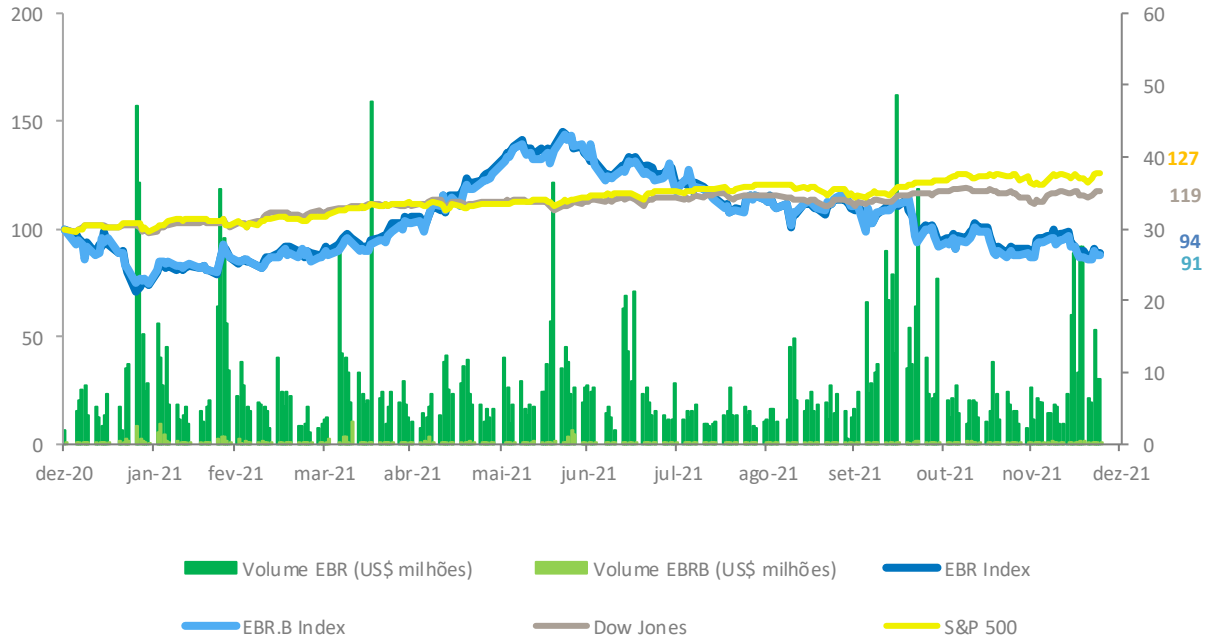


Preço e Volume	NYSE EBR	NYSE EBR-B
Variação em 2021	-6,5%	-8,5%
Volume Médio Diário Negociado em 2021 (milhares de ações)	1.251,9	32,6
Volume Médio Diário Negociado em 2021 (milhões US\$)	8,3	0,2



Comportamento das ADRs Nível II na NYSE em 2021

Gráfico 2



Número índice 31/12/2021 = 100 e valores ex-dividendo.

Fonte: AE Broadcast

Programa Latibex – Bolsa de Valores de Madrid em 2021

Preço e Volume

	LATIBEX XELTO	LATIBEX XELTB
Cotação de Fechamento em 31/12/2021	5,25	5,00
Máxima em 2021	7,75	7,80
Média em 2021	5,69	5,80
Mínima em 2021	4,20	4,30
Variação em 2021	-6,2%	-10,7%
Volume Médio Diário Negociado em 2021 (milhares de ações)	1,2	0,3
Volume Médio Diário Negociado em 2021 (milhares de Euros)	7,4	1,6

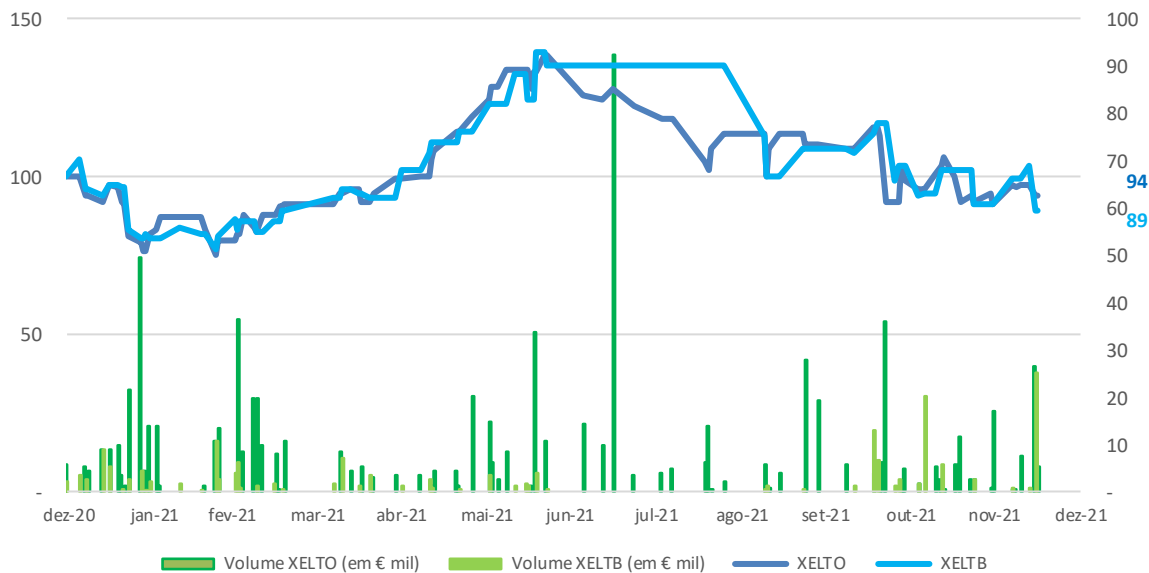


Comportamento das Ações na Bolsa de Valores de Madri em 2021

Gráfico 3

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório de Administração & Demonstrações Financeiras 2021



Número índice 31/12/2021 = 100 e valores ex-dividendo.
 Fonte: AE Broadcast

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório de Administração & Demonstrações Financeiras 2021

**9. Destaque do Resultado**

A Eletrobras apresentou, em 2021, um lucro líquido consolidado de R\$ 5.714 milhões, 11% inferior aos R\$ 6.387 milhões obtidos em 2020.

Essa variação se deve, principalmente, pela Repactuação do Risco hidrológico, no montante de R\$4.266 milhões, decorrente da resolução Aneel nº 2.932 e 2.919/21/21, que homologou a extensão dos prazos de outorgas de diversas usinas Hidrelétricas da Eletrobras, às provisões relacionadas ao empréstimo compulsório, com reconhecimento de uma provisão, líquida de reversão, no montante aproximado de R\$ 10.897 milhões, conforme melhores detalhamentos no capítulo seguinte e pelo reperfilamento do componente financeiro da Rede Básica Sistema Existente - RBSE, prevendo uma redução da curva de pagamento desses valores para os ciclos 2021/2022 e 2022/2023 e um aumento no fluxo de pagamentos nos ciclos após 2023, preservando, no entanto, a remuneração pelo custo de capital próprio – Ke. Maiores detalhes, vide nota 17 das demonstrações financeiras de 2021.

A Receita Operacional Líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 37.616 milhões, o que apresentou um aumento 29 % em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro 2020, quando correspondeu ao montante de R\$ 29.081 milhões, impactada pelos aumentos das receitas de geração e transmissão conforme explicações abaixo. O EBITDA em 2021 foi de R\$ 15.132 milhões, um aumento de 56% quando comparado com os R\$ 10.487 milhões de 2020.

Resultado Consolidado 2020-2021 (R\$ milhões)

DRE	2021	2020
Receita de Geração	26.055	22.270
Receita de Transmissão	17.450	12.248
Outras Receitas	926	711
Receita Bruta	44.431	35.228
Deduções da Receita	-6.815	-6.148
Receita Operacional Líquida	37.616	29.081
Energia revenda, rede, combustível e construção	-6.189	-7.959
Pessoal, Material, Serviços e Outros	-9.339	-9.176
Depreciação e Amortização	-2.081	-1.863
Provisões Operacionais	-14.893	-7.374
	5.114	2.709
Participações societárias	1.868	1.671
Remensurações regulatórias - Contratos de Transmissão	4.859	4.228
Outras Receitas e Despesas	1.211	16
	13.051	8.624
Resultado Financeiro	-2.056	-1.672
Resultado antes do imposto	10.994	6.953
Imposto de Renda e Contribuição Social	-5.281	-565
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	5.714	6.387

Receita Operacional Consolidada 2021-2020 (R\$ milhões)

Receita Operacional – Geração	2021	2020	%
Receitas de Geração			
Suprimento	15.261	14.426	6%
Fornecimento	3.335	2.661	25%
CCEE	3.090	1.176	163%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório de Administração & Demonstrações Financeiras 2021



Receita Operacional – Geração	2021	2020	%
Receita de operação e manutenção	4.220	3.982	6%
Receita de construção de Usinas	82	38	116%
Repasse Itaipu	66	-14	-571%
Receitas de Geração	26.055	22.270	17%

Geração**Destaques:**

A Receita do segmento de Geração de energia apresentou aumento de 17% em 2021, cerca de R\$ 3.784 milhões comparado ao ano de 2020, influenciado, principalmente, pela variação da CCEE de R\$ 1.914 milhões, sendo R\$ 1.222 milhões na Holding, relacionado à importação de energia do Uruguai, correspondendo a 1,116 GWh. Aumento de R\$ 836 milhões em suprimento com destaque para Furnas, com aumento de R\$ 360 milhões devido a: (i) aumento de 81 GWh de energia negociada no ACL Suprimento, reajuste de preços dos contratos ACR quantidade (IPCA, R\$ 43 milhões); (iii) aumento na receita variável total da Usina Térmica de Santa Cruz no período de R\$ 244 milhões apenas nesta rubrica. Na CGT Eletrosul, houve aumento de R\$ 277 milhões devido ao incremento de R\$ 240 milhões na receita ACR, sendo R\$ 91,9 milhões relativo à provisão de ressarcimento por inflexibilidade ocorrido em 2020, sem ocorrência em 2021; redução no ressarcimento por indisponibilidade no período, aumento de R\$ 50,2 milhões na receita variável desta usina; aumento de 6,1% nos preços dos contratos de venda deste ambiente. Na Eletronorte, destaca-se o aumento de R\$ 1.452 milhões na receita das Usinas, incorporadas pela Eletronorte, em 2021, além de aumento médio de 14% dos Preços Contratuais atrelados ao IGPM, e aumento nas UTEs do Interior ocasionado pelo reajuste anual dos preços corrigidos por IPCA. Em fornecimento, na Eletronorte houve também aumento com destaque para faturamento da Albras em R\$ 510 milhões, devido ao reajuste do preço base e nas variações dos parâmetros utilizados para o cálculo do preço final de venda: preço do Alumínio, Dólar e encargos setoriais.

Transmissão**Receita Operacional de Transmissão (R\$ milhões)**

Receita Operacional de Transmissão	2021	2020	%
Receitas de Transmissão			
Receita de operação e manutenção - Linhas Renovadas	4.877	4.691	4%
Receita de operação e manutenção	1.091	752	45%
Receita de Construção	1.536	778	97%
Receita Contratual – Transmissão	9.947	6.026	65%
Receita Operacional de Transmissão	17.450	12.248	42%

Destaques

O crescimento foi influenciado, principalmente, por: (i) aumento na receita contratual, que teve aumento dos indexadores de correção dos contratos com atualização baseada no IPCA, que variou de 4,3% em 2020 para 9,63% em 2021; (ii) variação do saldo do ativo contratual em razão dos ajustes decorrentes das revisões tarifárias consolidadas conforme Resolução ANEEL 2895/2021; e (iii) reestimativas de evolução de execução dos empreendimentos de transmissão em curso e (iv) reconhecimento de RAP pela Aneel de empreendimento concluído, em especial, contrato 062 de Furnas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório de Administração & Demonstrações Financeiras 2021

Outras Receitas



Outras Receitas

(Em R\$ milhões)

Receita Operacional	2021	2020	%
Outras Receitas	926	711	30%

Destaques Outras Receitas

O aumento observado foi influenciado, em especial, pela Eletronorte, dado aumento em receitas num total de R\$ 118 milhões relacionados a receitas CDE, Proinfra, arrendamentos e alugueis e serviços de multimídia; Aumento de R\$ 45 milhões em Furnas, com destaque para receita de prestação de serviços de operação, comunicação.

Custos e Despesas Operacionais

Custos e Despesas Operacionais – R\$ milhões

Custos e Despesas Operacionais	2021	2020	%
Energia comprada para revenda	6	-2.400	-100%
Encargos sobre uso da rede elétrica	-2.461	-2.500	-2%
Combustível p/ prod. de energia elétrica	-2.338	-2.092	12%
Construção	-1.395	-966	44%
Pessoal, Material, Serviços e Outros	-9.339	-9.176	1%
Depreciação e Amortização	-2.081	-1.863	12%
Provisões Operacionais	-14.893	-7.374	89%
Custos e Despesas Operacionais Totais	-32.503	-26.372	23%

Destaques

O aumento de 23% deve-se, principalmente, ao aumento de R\$ 1.273 milhões em energia comprada do Uruguai pela Holding, em razão da necessidade de manutenção dos volumes hídricos das principais bacias hidrográficas que compõem o SIN, resultando no despacho de aproximadamente 1.64 GWh. Além disso destaca-se a Repactuação do Risco hidrológico, decorrente da resolução nº 2.932/21 que homologou o prazo de extensão da outorga das usinas Hidrelétricas – contabilizada como redutor da conta energia comprada para revenda no valor de R\$ 4.266 milhões, evento ocorrido no 3T21. Para fins de melhor compreensão, segue abertura energia comprada para revenda:

	2021	2020
Energia comprada para revenda	- 4.260	- 2.400
Recuperação de custos - adesão ao risco hidrológico	4.266	-

Na conta de combustível, destaca-se acréscimo no despacho da usina térmica de Santa Cruz, que apresentou em 2020 uma geração de 939.548 MWh e no mesmo período de 2021, uma geração de 1.746.734 MWh em Furnas e na CGT houve recorde de geração de energia da UTE Candiota III no ano de 2021.

Pessoal, Material, Serviços e Outro – R\$ milhões

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório de Administração & Demonstrações Financeiras 2021



Pessoal, Material, Serviços e Outros	2021	2020	%
Pessoal	-5.194	-4.743	10%
Material	-303	-274	11%
Serviços	-1.950	-1.963	-1%
Outros	-1.813	-2.197	-18%
PMSO total	-9.339	-9.176	2%

Destaques Pessoal

A variação na conta de pessoal, se deve, principalmente, ao aumento relacionado à aplicação do ACT 2020/2021 de 2,4% e ACT 2021/2022 de 6,76%, que reflete também nos montantes de benefícios dos empregados. Além disso, houve adoção do Plano de Saúde pré-pago, em out/21 para algumas empresas, o que gerou concentração de despesas ao longo do último trimestre de 2021. Destaca-se, também, aumento do custo dos juros em função do passivo atuarial dos planos de benefícios CD e BD da Chesf em R\$ 87 milhões.

Destaques MSO

A conta de material não apresentou variação relevante. A Conta de serviços teve uma pequena redução, em especial, por diminuição em mão de obra contratada e aumento nas contas redutoras de crédito de Cofins e Pasep, de R\$ 56 milhões na Eletronorte, em função de reclassificação da ativação dos créditos de Pis/Cofins realizada em 2021, sem contrapartida em 2020. Essas variações positivas causam redução na realização do grupo. Esses fatores foram compensados pelo aumento de cerca de R\$ 106 milhões, na Eletronuclear, devido às paradas de usina, no valor de R\$ 133,5 milhões contra o custo de -R\$ 61,8 milhões em 2020.

Em "outros", observou-se uma redução de cerca de 18%, com destaque para redução de R\$ 745 milhões em Furnas, em especial, devido ao impacto ocorrido no 4T20 na rubrica Indenização, perdas e danos no valor de R\$ 496 milhões devido ao acordo judicial com a Light Serviços de Eletricidade S.A; acréscimo em perdas não operacionais no montante de R\$ 134 milhões, referentes à ação ajuizada pela CIEN Cia de Interconexão Energética com respectiva reversão desse valor na PCLD. Esse efeito foi parcialmente compensado pela baixa de elementos de combustível nuclear sem perspectiva de utilização futura no valor de -R\$ 252,3 milhões, sem contrapartida no 4T20, devido a localização de oxidações nas varetas de combustível, durante o processo de parada da usina de Angra 2 para manutenção e reabastecimento.

Consolidado das Provisões Operacionais – R\$ milhões

Provisões Operacionais	2021	2020	%
Contingências	-13.047	-4.188	212%
(Provisão)/Reversão para perdas em investimentos	-21	-680	-97%
Provisão para Implantação de Ações - Empréstimo Compulsório	-108	-345	-69%
PECLD - Financiamentos e empréstimos	-639	-139	359%
PECLD - Consumidores e revendedores	110	-805	-114%
Provisão Aneel - CCC	-499	-64	685%
Provisão para passivo a descoberto (f)	-706	0	-
Garantias	26	12	110%
Contratos onerosos	16	-89	-118%
Usina Candiota III - Inflexibilidade	-10	-51	-80%
Usina Candiota III - Carvão	-	-76	-100%
Provisão para redução de estoques de Combustíveis (g)	-126	-	-100%
Parcela de ajuste RAP	-	-224	-
GAG melhoria	-29	-178	-84%
Impairment de ativos de longo prazo	475	-442	-208%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório de Administração & Demonstrações Financeiras 2021



Provisões Operacionais	2021	2020	%
Provisão para depósitos judiciais (j)	-234	-	-
Outras	-103	-106	-3%
Provisões/reversões Operacionais	-14.893	-7.374	102%

A conta de Provisões Operacionais apresentou variação de 102%, que se explica, principalmente, na contingência, por uma provisão no montante de R\$ 10.897 milhões referentes aos processos relacionados ao empréstimo compulsório. Destaca-se também o complemento de provisão do Fator K, no montante de R\$ 175 milhões, e adição na provisão, no montante de R\$ 249 milhões, relacionado aos demais processos de natureza cíveis, fiscais e trabalhistas. Para maiores detalhes, verificar nota 33 das demonstrações financeiras e Seção 11 deste Relatório da Administração.

Já a provisão de PECLD – empréstimos e financiamentos, refere-se, principalmente, aos contratos de serviço da dívida com a Amazonas Energia e a PECLD de consumidores e revendedores refere-se às reversões de provisão recebíveis da Roraima Energia S.A., da Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA e Amazonas Energia S.A.

Em relação à provisão Aneel, a variação refere-se ao complemento de provisão conforme notas técnicas da ANEEL nº 106/2021, 111/2021 e 152/2021, referente ao resultado do segundo período de fiscalização dos créditos de CCC assumidos das empresas Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S.A., Energisa Acre – Distribuidora de Energia S.A. e Roraima Energia S.A. no processo de privatização das distribuidoras.

Em dezembro de 2021, foi constituída provisão de R\$ 706 milhões relativo a passivo a descoberto de Santo Antônio Energia, conforme nota explicativa número 20.

Remensurações Regulatórias de Transmissão – R\$ milhões

Remensurações regulatórias - Contratos de Transmissão	2021	2020	%
	4.859	4.228	15%

Em setembro de 2021, houve a contabilização do reperfilamento do componente financeiro da RBSE. A decisão da ANEEL provocou redução na curva de pagamento dos valores relativos à revisão periódica das Receitas Anuais Permitidas - RAP associadas às instalações de transmissão para os ciclos 2021/2022 e 2022/2023 e aumento do fluxo de pagamentos nos ciclos posteriores a 2023, prorrogando tais parcelas até o ciclo 2027/2028, preservando, no entanto, a remuneração pelo custo de capital próprio – Ke. Maiores detalhes, vide nota 17 das Demonstrações Financeiras de 2021.

Participações Societárias – R\$ milhões

	2021	2020	%
Participações Societárias	1.868	1.671	12%

A conta de participações Societárias apresentou aumento de R\$ 197 milhões, ou 12%, principalmente devido a: (i) variação positiva no resultado de R\$ 244 milhões nos resultados da Interligação Elétrica do Madeira S.A. - IE Madeira (ii) também foi reconhecido variação positiva no resultado de R\$ 214 milhões nos resultados da Norte Energia S.A. – NESA. Esse impacto foi parcialmente compensado por: (iii) variação negativa no resultado de R\$ 171 milhões, na Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. - CTEEP de R\$ 967 milhões em 2021 comparado a R\$ 1.138 milhões de receita em 2020, e (iv) Santo Antônio Energia (-R\$ 697 milhões) – vide nota explicativa número 20

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório de Administração & Demonstrações Financeiras 2021

Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro líquido passou de uma despesa líquida de R\$ 1.672 milhões em 2020 para uma despesa líquida de R\$ 2.056 milhões em 2021, representando um aumento de R\$ 385 milhões. Essa variação deve-se, principalmente, ao resultado da variação monetária líquida, que foi negativa em R\$ 162 milhões em 2021 e positiva em R\$ 283 milhões em 2020. Também tiveram forte impacto no resultado financeiro a redução na receita de aplicações financeiras de R\$336 milhões devido, principalmente, à baixa rentabilidade em comparação ao ano de 2020; e os derivativos líquidos, que apresentaram aumento no montante de R\$ 394 milhões, influenciado pela variação positiva da cotação do alumínio na London Metal Exchange – LME, cotado em dólar, que é utilizado como referência para pagamento do prêmio previsto no contrato junto à Albras.

Outras Receitas e Despesas

Quando da realização da modelagem de venda das distribuidoras, somente os ativos imobilizados em serviço – AIS contidos no laudo de avaliação de ativos, na data base de fevereiro de 2017, foram utilizados no valuation da nova concessão de 30 anos. No entanto, na mesma data base, as distribuidoras da Eletrobras continham AIC, que não foram precificados. Dessa forma, o TCU determinou a inclusão, no Edital de Venda e no Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, de dispositivo que permitisse o compartilhamento com a Eletrobras de benefícios futuros do reconhecimento, pela ANEEL, desse AIC na Base de Remuneração Líquida das distribuidoras. Ficou assegurado à Eletrobras o direito a ser ressarcida no valor correspondente a 50% do saldo do AIC, existente na data-base de fevereiro de 2017, e reconhecido pela ANEEL na Base de Remuneração Regulatória Líquida - BRR das distribuidoras na primeira revisão tarifária após a desestatização. O reconhecimento do ressarcimento do AIC gerou um impacto positivo no resultado da Companhia de R\$ 589 milhões.

Ebitda Consolidado – R\$ milhões

	EBITDA	2021	2020	%
Resultado do Exercício		5.714	6.387	-10%
+ Provisão Imposto de Renda e Contribuição Social		5.281	565	921%
+ Resultado Financeiro		2.056	1.672	23%
+ Amortização e Depreciação		2.081	1.863	12%
= EBITDA		15.132	10.487	56%

Estrutura de Capital e Endividamento Consolidado



Dívida Bruta e Líquida em 2021

(Em R\$ milhões)

	31/12/2021
Dívida Bruta	44.016
(-) (Caixa e Equivalente de caixa + Títulos e Valores Mobiliários)	15.833
(-) Financiamentos a Receber	5.844
(-) Saldo líquido do Ativo Financeiro de Itaipu	698
Dívida Líquida	21.641

De acordo com o Decreto 9.022/2017, a Eletrobras não é garantidora da RGR tomada por terceiros, porém, é responsável pela gestão contratual dos contratos de financiamento com recursos da RGR celebrados até novembro de 2016, que deverão ser repassados à RGR, no prazo de até cinco dias, contados da data do pagamento efetivo pelo agente devedor. A partir de dezembro de 2020, a Administração da Companhia concluiu que os montantes a receber de empréstimos e financiamentos concedidos com recursos da RGR para terceiros não atendem mais a definição de ativo uma vez que a Companhia não possui mais o controle

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

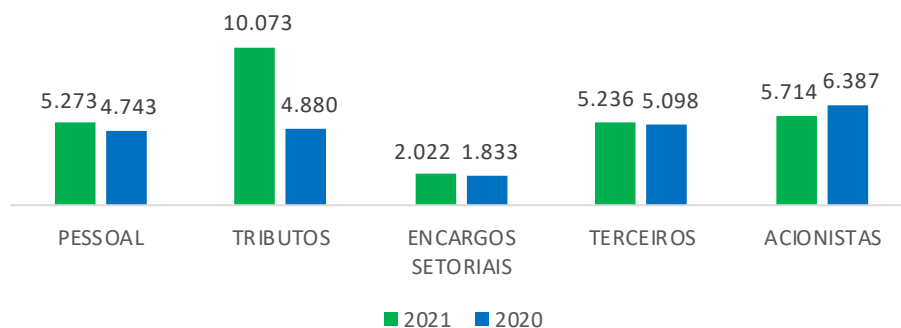
Relatório de Administração & Demonstrações Financeiras 2021



desses recebíveis e, por esse motivo, deixaram de ser reconhecidos. Em ato contínuo, os montantes repassados de recursos da RGR de responsabilidade de terceiros, e possuem contrapartida no ativo, também deixaram de ser reconhecidos pelo fato da Companhia não possuir mais uma obrigação presente pela totalidade da obrigação, atuando apenas como agente repassador não sendo tais recursos exigíveis da Eletrobras.

Demonstração do Valor Adicionado

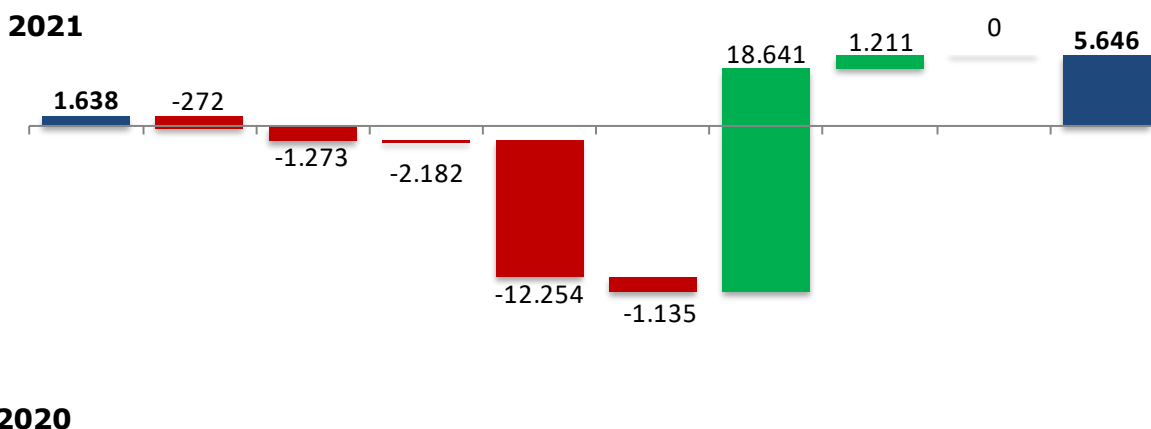
R\$ milhões

**Análise do Resultado da Controladora**

Em 2021, a Eletrobras Holding apresentou lucro líquido de R\$ 5.646 milhões, uma redução de 11% em comparação ao lucro líquido de R\$ 6.339 milhões registrado em 2020.

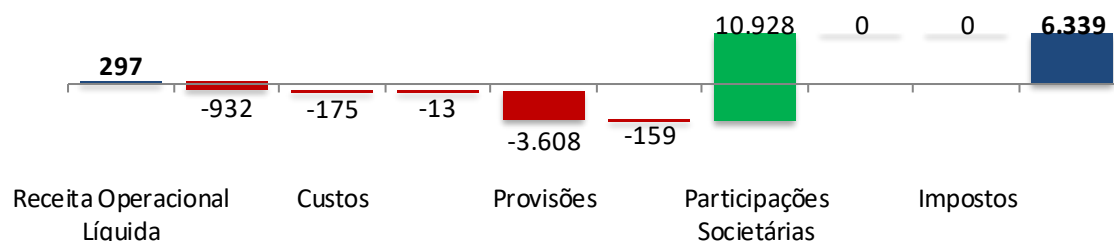
Esse resultado de 2021 foi decisivamente influenciado por: (i) Resultado de Participações Societárias, de R\$ 18.641 milhões, que teve aumento de R\$ 7.712 milhões, influenciado, principalmente pelo resultado das empresas controladas; e (ii) Contabilização de R\$ 589 milhões de Ativo imobilizado em curso, devido pelas empresas distribuidoras privatizadas, conforme previsto nos contratos de venda das referidas empresas, parcialmente compensado por (ii) Provisões Operacionais impactaram de forma negativa o resultado da Controladora em R\$ 12.254 milhões, em especial, devido à: (a) constituição em Contingências no valor de R\$ 10.902 milhões, sendo, R\$ 10.897 milhões relacionados ao empréstimo compulsório; (b) R\$ 580 milhões relacionado à provisão da Aneel referente a créditos de CCC e (c) PCLD – Financiamentos e empréstimos no valor de R\$ 639 milhões referente a dívida financeira devida pela distribuidora Amazonas Energia, (iii) Resultado Financeiro que apresentou piora de R\$ 978 milhões em 2021.

O gráfico a seguir apresenta um comparativo do resultado da Eletrobras holding entre 2021 e 2020.

Evolução do Resultado da Eletrobras Holding – R\$ milhões

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório de Administração & Demonstrações Financeiras 2021

**Participações Societárias da Controladora**

Em 2021, o resultado de Participações Societárias impactou, de forma positiva, o resultado da Companhia em R\$ 18.641 milhões, decorrente principalmente do resultado de: (ii) Equivalência Patrimonial dos investimentos em controladas e coligadas, com destaque para as controladas: Eletronorte, que gerou um resultado de participação societária, no montante de R\$ 7.418 milhões, um aumento de R\$ 5.266 milhões, a Chesf, que gerou um resultado de participação societária, no montante de R\$ 5.445 milhões, um aumento de R\$ 3.347 milhões, Furnas, que teve um resultado de participação societária de R\$ 4.064 milhões, um aumento de R\$ 1.507 milhões em comparação ao período anterior. O resultados das empresas controladas, foram impactados, em especial, pelo acordo do GSF à luz da lei 14.052/20 que prorrogou o prazo de outorga de diversas usinas hidroelétricas e pelo efeito do reperfilamento da RBSE. Esses eventos foram parcialmente compensados pela piora no resultado de equivalência da Eletronuclear em R\$ 638 milhões.

Provisões Operacionais da Controladora

Em 2021, as Provisões Operacionais impactaram de forma negativa o resultado da Controladora em R\$ 12.254 milhões, frente à provisão de R\$ 3.608 milhões em 2020.

Em contingências, foi registrado um montante de R\$ 10.902 milhões, sendo principalmente relacionados ao empréstimo compulsório de R\$ 10.897 milhões. Já a provisão da Aneel se refere a créditos de CCC no montante de R\$ 580 milhões e são um complemento de provisão conforme notas técnicas da ANEEL nº 106/2021, 111/2021 e 152/2021, referente ao resultado do segundo período de fiscalização dos créditos de CCC assumidos das empresas Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S.A., Energisa Acre - Distribuidora de Energia S.A. e Roraima Energia S.A. no processo de privatização das distribuidoras.

A provisão para PCLD no montante de R\$ 639 milhões refere-se, substancialmente, à provisão de R\$ 620 milhões, relacionada aos contratos de serviço da dívida, devido pela Amazonas Energia à Holding, em decorrência do processo de privatização da referida distribuidora.

Provisões Operacionais Controladora - R\$

Provisões Operacionais	2021	2020	%
Contingências (a)	(10.902)	(2.642)	313%
(Provisão)/Reversão para perdas em investimentos	(67)	(514)	-87%
Provisão para Implantação de Ações - Empréstimo Compulsório (b)	(108)	(345)	-69%
PECLD - Financiamentos e empréstimos (c)	(639)	(139)	359%
PECLD - Consumidores e revendedores (d)	-	-	0%
Provisão ANEEL - CCC (e)	(580)	(64)	814%
Passivo a descoberto em controladas	-	119	-100%
Garantias	26	12	110%
Contratos onerosos	-	-	0%
Usina Candiota III - Inflexibilidade	-	-	0%
Usina Candiota III - Carvão	-	-	0%
Parcela de ajuste RAP (f)	-	-	0%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório de Administração & Demonstrações Financeiras 2021



Provisões Operacionais	2021	2020	%
Provisão para redução de estoques de Combustíveis (g)	-	-	0%
GAG melhoria	-	-	0%
Impairment de ativos de longo prazo (h)	-	-	0%
Outras	16	(36)	-145%
Provisões/reversões Operacionais	(12.254)	(3.608)	240%

Resultado Financeiro da Controladora

Em 2021, o Resultado Financeiro impactou de forma negativa o resultado da Controladora em R\$ 1.135 milhões, apresentando uma redução em relação ao resultado financeiro negativo de 2020 de R\$ 159 milhões, impactado, em especial, pela redução de R\$ 834 milhões, nas receitas de juros e aplicações financeiras, variação negativa nas atualizações monetárias líquidas em 450 milhões devido à reclassificação da variação monetária dos dividendos das controladoras e da variação negativa nas atualizações cambiais líquidas em R\$ 328 milhões, dado que em 2021 tivemos uma redução dos saldos de financiamento a receber de Itaipu, na ordem de US\$ 680 milhões e no ativo regulatório de Itaipu no valor de US\$ 147 milhões. Por outro lado, a redução da dívida foi de aproximadamente US\$ 706 milhões, já considerando o efeito do bônus em outubro de 2021, conforme demonstrado a seguir:

Resultado Financeiro Controladora – R\$ milhões

RESULTADO FINANCEIRO	2021	2020	%
Receitas Financeiras			
Receitas de juros, comissões e taxas	937	1.368	-31%
Receita de aplicações financeiras	291	695	-58%
Acréscimo moratório sobre energia elétrica	69	2	3364%
Atualizações monetárias líquidas	-99	351	-128%
Variações cambiais líquidas	-306	21	-1559%
Outras receitas financeiras	440	177	149%
Despesas Financeiras			
Encargos de dívidas	-1.446	-1.701	-15%
Encargos de arrendamento mercantil	-5	-6	-17%
Encargos sobre recursos de acionistas	-3	-24	-88%
Outras despesas financeiras	-1.014	-1.042	-3%
Total	-1.135	-159	614%

Remuneração aos Acionistas

Pelas Demonstrações Financeiras Anuais, completas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro, a Companhia apurou Lucro Líquido da Controladora de R\$ 5.641 milhões. Assim, a destinação dos resultados referente ao exercício de 2021 e lucros acumulados foi proposta pela administração, conforme detalhado no Fato Relevante divulgado em 19 de março de 2021, e se encontra descrito a seguir:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório de Administração & Demonstrações Financeiras 2021

Destinação dos Resultados

Saldo Total a Destinar após Dividendos Obrigatórios		(R\$ mil)
	Saldo Total a Distribuir	3.991.692
	(-) Reserva Estatutária de Investimento (50% LL de 2021)	(2.823.071)
	(-) Reserva Estatutária de Estudos e Projetos (1% LL de 2021)	(56.461)
	(-) Retenção de Lucros (Art.196 LSA – Orçamento de capital)	(1.112.161)
Saldo final		



Distribuição de Dividendos

Classe	Total (R\$ mil)	R\$/Ação
Ações preferenciais classe A	292.596,41	1,99153557854615
Ações preferenciais classe B	418.134.934,03	1,49365168208243
Ações ordinárias	922.530.957,06	0,71578248571496
Total	1.340.958.487,50	

Farão jus aos dividendos a serem declarados na 62ª Assembleia Geral Ordinária, caso aprovados, aqueles acionistas que forem titulares de ações ordinárias preferenciais das Classes A e B, de emissão da Companhia na data da realização da referida Assembleia Geral que os deliberará.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório de Administração & Demonstrações Financeiras 2021

**10. Serviços de Auditoria Externa**

Em 2021, todas as Empresas Eletrobras tiveram como Auditor Independente exclusivo a PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PWC"), exceto a Itaipu Binacional que foi auditada pela KPMG Auditores Independentes.

Em cumprimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que no último exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, os auditores independentes da Companhia exerceram, após seu engajamento como auditores independentes da Companhia, tão somente os serviços contratados de auditoria contábil externa.

Na Eletrobras, o Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário tem a responsabilidade de supervisionar as atividades dos auditores independentes e avaliar sua independência, a qualidade dos serviços prestados, a adequação de tais serviços às necessidades de todas as empresas Eletrobras e a adequação dos honorários.

Remuneração dos Auditores Externos Independentes em 2021

Empresas Eletrobras	2021	2020	2019
PWC (R\$)	22.933.680,26	24.589.172,77	13.416.666,62
KPMG Assessores LTDA (R\$)	-	16.000,00	784.551,45
KPMG Auditores Independentes (R\$)	414.500,00	2.390.535,00	4.994.695,10
TOTAL	23.348.180,26	26.995.707,77	19.195.913,17
Itaipu Binacional	2021	2020	2019
PWC (R\$)	306.942,80	-	-
KPMG Auditores Independentes (R\$)	558.193,86	489.590,05	564.924,45
TOTAL	865.136,66	489.590,05	564.924,45

11. Empréstimo Compulsório**Provisão de Contingências Judiciais de Empréstimo Compulsório**

Existe um contencioso judicial expressivo envolvendo a Companhia, no qual o maior número de ações tem por objeto impugnar os critérios de atualização monetária dos créditos escriturais do Empréstimo Compulsório sobre o consumo de energia elétrica, determinados pela legislação que rege o Empréstimo Compulsório e aplicada pela Companhia, e a aplicação dos expurgos inflacionários decorrentes de planos econômicos implantados no Brasil.

Os créditos do Empréstimo Compulsório foram substancialmente pagos pela Companhia por intermédio de conversões em ações realizadas através de assembleias de acionistas, em 20 de abril de 1988, 26 de abril de 1990, 28 de abril de 2005 e 30 de abril de 2008, respectivamente.

A divergência sobre os critérios de atualização monetária dos referidos créditos foi levada ao do Superior Tribunal de Justiça - STJ, tendo a questão de mérito sido decidida por aquela Corte, através de recursos repetitivos consubstanciados nos Recursos Especial 1.003.955/RS e Recurso Especial 1.028.592/RS e Embargos de Divergência em Recurso especial 826.809/RS. Após o julgamento e publicação da decisão colegiada sobre o tema repetitivo pelo STJ, a Companhia entende que mesma solução deve ser aplicada aos demais processos que tiverem teses idênticas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório de Administração & Demonstrações Financeiras 2021



A matéria, entretanto, é atualmente objeto de recursos junto ao Supremo Tribunal Federal - STF, que se encontram pendentes de julgamento.

A despeito da questão ter sido submetida ao STF, face aos precedentes do STJ, as demandas ajuizadas têm tido seu curso normal e, por conseguinte, vêm ocorrendo diversas condenações ao pagamento de diferenças de correção monetária e dos juros remuneratórios de 6% ao ano, este último como reflexo das diferenças de correção monetária. Em decorrência das mesmas e de laudos periciais e de contadoria judiciais emitidos em desfavor da Companhia, a Eletrobras tem sido alvo de execuções, sendo que há dissenso com os autores quanto à forma de apuração do valor devido, em especial no que se refere à aplicação dos juros remuneratórios de 6% a.a. após a Assembleia Geral de conversão desses créditos em ações e o prazo quinquenal para cobrança dos referidos juros.

Em novembro de 2021, a Companhia revisitou seus critérios e premissas de classificação de risco e revisou suas estimativas relacionados aos processos do empréstimo compulsório, baseado nos recentes julgados, especialmente ao da 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça - STJ, de 22 de junho de 2021, no Agravo Interno no Recurso Especial nº 1.734.115/PR e às recentes homologações de laudos desfavoráveis no exercício de 2021. Consequentemente, no terceiro trimestre de 2021, foi reconhecida uma provisão, líquida de reversão, no montante de R\$ 9.058,7 milhões referente aos processos do empréstimo compulsório

A Eletrobras, no âmbito desses processos, tem registrado provisões referentes a: (i) diferença de principal decorrente de critério de correção monetária, (ii) juros remuneratórios reflexos; e (iii) aplicação de juros moratórios (substancialmente a taxa SELIC).

R\$ mil	31/12/2021	31/12/2020
Principal	6.403.710	5.860.592
Correção dos juros pagos	47.316	-
Juros remuneratórios	4.748.235	1.875.942
Juros moratórios	13.116.760	9.444.919
Honorários advocatícios	747.994	-
Outras verbas	646.213	271.716
Total	25.710.228	17.453.169

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi reconhecida uma provisão, líquida de reversão, no montante aproximado de R\$ 10.897 milhões, perfazendo um montante total de R\$ 25.710,2 milhões, referente aos processos do empréstimo compulsório. Para maiores detalhes, vide nota explicativa número 34.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório de Administração & Demonstrações Financeiras 2021



12. Balanço Social 2021

Informações de Natureza Social e Ambiental				
<i>(valores expressos em milhares de reais)</i>	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
I. Recursos Humanos				
a. Remuneração	2021	2020	2021	2020
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	R\$ 252.316	R\$ 249.625	R\$ 4.123.391	R\$ 3.888.054
- Empregados	R\$ 243.320	R\$ 240.588	R\$ 4.090.496	R\$ 3.857.178
- Administradores	R\$ 7.700	R\$ 6.735	R\$ 31.599	R\$ 28.574
Relação entre a maior e a menor remuneração:				
- Empregados	13,11	13,76	-	-
- Administradores	1,05	1,05	-	-
b. Benefícios Concedidos	2021	2020	2021	2020
Encargos Sociais	R\$ 66.581	R\$ 62.382	R\$ 792.683	R\$ 939.796
Alimentação	R\$ 12.079	R\$ 11.545	R\$ 215.887	R\$ 195.599
Transporte	R\$ 3	R\$ 169	R\$ 25.976	R\$ 22.200
Previdência Privada	R\$ 19.150	R\$ 17.099	R\$ 252.736	R\$ 250.716
Saúde	R\$ 23.896	R\$ 21.985	R\$ 467.951	R\$ 401.324
Segurança e Medicina do Trabalho	R\$ 10.435	R\$ 4.789	R\$ 21.204	R\$ 16.838
Educação ou Auxílio-creche	R\$ 3.099	R\$ 2.987	R\$ 55.151	R\$ 63.442
Cultura	R\$ -	R\$ -	R\$ 833	R\$ 1.180
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	R\$ 1.477	R\$ 2.137	R\$ 30.670	R\$ 15.792
Outros	R\$ 13.161	R\$ 28.312	R\$ 334.897	R\$ 460.488
Total	R\$ 149.882	R\$ 151.406	R\$ 2.197.989	R\$ 2.367.376
c. Composição do Corpo Funcional	2021	2020	2021	2020
Nº de empregados no final do exercício	669	690	12.018	12.435
Nº de admissões	0	1	37	34
Nº de demissões	25	55	468	513
Nº de estagiários no final do exercício	98	99	508	595
Nº de empregados portadores de necessidade especiais no final do exercício	9	8	452	475
Nº de empregados por sexo:				
- Masculino	435	454	9.741	10.092
- Feminino	234	236	2.277	2.343
Nº de empregados por faixa etária:				

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório de Administração & Demonstrações Financeiras 2021



- Menores de 18 anos	0	0	0	0
- De 18 a 35 anos	9	23	668	926
- De 36 a 60 anos	613	612	9.774	9.942
- Acima de 60 anos	47	55	1.576	1.567
Nº de empregados por nível de escolaridade:				
- Analfabetos	0	0	0	0
- Com ensino fundamental	7	0	518	385
- Com ensino médio	38	66	1.337	1.076
- Com ensino técnico	9	0	3.354	3.630
- Com ensino superior	314	322	3.605	4.717
- Pós-graduados	301	302	2.012	2.627
Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo:				
- Masculino	62%	64%	-	-
- Feminino	38%	36%	-	-
d. Contingências e Passivos Trabalhistas	2021	2020	2021	2020
Nº de processos trabalhistas movidos contra a entidade	1.534	1.288	4.172	7.394
Nº de processos trabalhistas julgados procedentes	27	313	1.286	1.253
Nº de processos trabalhistas julgados improcedentes	125	1.071	1.158	1.740
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça	R\$ 11.252	R\$ 21.308	R\$ 101.384	R\$ 168.838
II. Interação da Entidade com o Ambiente Externo				
2.1. Relacionamento com a Comunidade	2021	2020	2021	2020
Totais dos investimentos em:				
Educação	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Cultura	R\$ -	R\$ 230	R\$ 13.420	R\$ 17.064
Saúde e Infraestrutura	R\$ 1.050	R\$ 1.513	R\$ 11.738	R\$ 2.690
Esporte e Lazer	R\$ -	R\$ -	R\$ 41.584	R\$ 75.242
Alimentação	R\$ 538	R\$ -	R\$ 4.641	R\$ 1.003
Geração de Trabalho e Renda	R\$ -	R\$ -	R\$ 157	R\$ 375
Reassentamento de Famílias	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Outros	R\$ 165	R\$ -	R\$ 3.074	R\$ 2.634
Total dos investimentos	R\$ 1.753	R\$ 1.743	R\$ 74.614	R\$ 99.008
Tributos (excluídos encargos sociais)	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	R\$ -	R\$ -	R\$ 4.750.020	R\$ 6.310.854
Total de Relacionamento com a Comunidade	R\$ 1.753	R\$ 1.743	R\$ 4.824.634	R\$ 6.409.862
2.2. Interação com os Fornecedores				
Critérios de responsabilidade social utilizados para a seleção de seus fornecedores:				

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório de Administração & Demonstrações Financeiras 2021



Em todos os editais de licitação, a empresa proponente apresentam as seguintes declarações:

DECLARA, sob as penas da lei que:

1.1. Para fins do disposto no inciso V, do artigo 27, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

1.2. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV, do artigo 1º, e no inciso III, do artigo 5º, da Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988.

1.3. Não está sob os efeitos de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei nº 9.605/98 – Lei de Crimes Ambientais.

2. DECLARA, outrossim, conhecer e comprometer-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o Código de Ética das Empresas ELETROBRAS. Não permitindo principalmente, a prática ou a manutenção de discriminação limitativa ao acesso na relação de emprego, ou negativa com relação a sexo, origem, raça, cor, condição física, religião, estado civil, idade, situação familiar ou estado gravídico;

Quando da apresentação da proposta, o proponente deverá apresentar também: prova de regularidade com a Seguridade Social (CND), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF) e com a Justiça do Trabalho (CNDT).

Caso o proponente deixe de apresentar quaisquer dos documentos mencionados acima, sua proposta é desclassificada.

O fornecedor é fiscalizado quanto ao cumprimento da legislação trabalhista e previdenciária, tendo de demonstrar situação regular no cumprimento dos encargos sociais e trabalhistas instituídos por lei, por meio da apresentação das provas de regularidade fiscal e trabalhista, relativas à Seguridade Social, Justiça do Trabalho e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), nos atos da habilitação, da adjudicação e durante a vigência do referido instrumento contratual.

Algumas companhias inseriram em seus contratos cláusulas de responsabilidade socioambiental com o intuito de compartilhar o compromisso com o desenvolvimento sustentável do país.

Ressaltamos ainda que, de acordo com a Norma ABNT NBR 16001:2012, um dos dispositivos que moldaram o escopo do "Balanço Social", respeitamos em nosso critério todos os onze temas da boa prática de responsabilidade social:

- boas práticas de governança;
- combate à pirataria, sonegação, fraude e corrupção;
- práticas leais de concorrência;
- direitos da criança e do adolescente, incluindo o combate ao trabalho infantil;
- direitos do trabalhador, incluindo o de livre associação, de negociação, a remuneração justa e benefícios básicos, bem como o combate ao trabalho forçado;
- promoção da diversidade e combate à discriminação (por exemplo: cultural, de gênero, de raça/etnia, idade, pessoa com deficiência);
- compromisso com o desenvolvimento profissional;
- promoção da saúde e segurança;
- promoção de padrões sustentáveis de desenvolvimento, produção, distribuição e consumo, contemplando fornecedores, prestadores de serviço, entre outros;
- proteção ao meio ambiente e aos direitos das gerações futuras;
- ações sociais de interesse público.

III. Interação com o Meio Ambiente

3.1. Investimentos	2021	2020	2021	2020
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	R\$ 1.635	R\$ -	R\$ 74.949	R\$ 61.722
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	R\$ -	R\$ -	R\$ 62.998	R\$ 65.338
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade	R\$ -	R\$ -	R\$ 41	R\$ 206
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.622	R\$ 2.475
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais	R\$ 567	R\$ 2.566	R\$ 124.102	R\$ 136.965
Total dos investimentos	2.203	2.566	264.713	266.706
3.2. Passivo Ambiental	2021	2020	2021	2020

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório de Administração & Demonstrações Financeiras 2021

Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativas e/ou judicialmente	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 24
Passivos e contingências ambientais	R\$ -	R\$ -	R\$ 937.537	R\$ 1.164.789
Total dos passivos ambientais	0	0	937.537	1.164.813
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade	7	0	113	64
IV. Outras Informações				
4.1 - Informações financeiras	2021	2020	2021	2020
Receita Operacional Líquida (ROL)	R\$ 1.365.825	R\$ 297.036	R\$ 37.616.241	R\$ 29.080.513
Resultado Operacional (RO)	R\$ 5.646.141	R\$ 6.338.688	R\$ 10.994.356	R\$ 6.952.646

13. Pareceres e Demonstrações Financeiras

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

***Centrais Elétricas
Brasileiras S.A. -
Eletrobras***

***Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2021
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente **Relatório da Administração/Comentário do Desempenho** **sobre as demonstrações financeiras** **individuais e consolidadas**

Aos Administradores e Acionistas
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras e da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

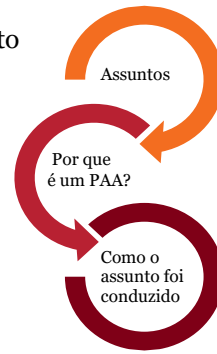
Situação operacional das empresas controladas em conjunto

Conforme mencionado nas Notas 20.3 e 20.7 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as controladas em conjunto Madeira Energia S.A., Norte Energia S.A., Teles Pires Participações S.A., Enerpeixe S.A. e Energia Sustentável do Brasil S.A. apresentam excesso de passivos sobre ativos circulantes em 31 de dezembro de 2021. As circunstâncias das controladas em conjunto demonstram a necessidade de manutenção do suporte financeiro por parte de terceiros, da Companhia e/ou demais acionistas, havendo circunstâncias específicas em que estão previstas obrigações dos sócios estabelecidas em acordos de acionistas. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Avaliação do valor recuperável do ativo imobilizado (Notas 21 e 23) e dos investimentos em coligadas e controladas em conjunto (Nota 20)

Os relevantes saldos do ativo imobilizado consolidados são compostos, principalmente, pelos custos de construção de usinas de geração hidroelétricas, termoeletrica e nuclear, para os quais uma provisão para redução ao valor recuperável pode ser necessária sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indicarem que seu valor contábil pode não ser recuperável.

A avaliação de recuperabilidade é realizada com base em projeções de fluxos de caixa futuros esperados de cada unidade geradora de caixa - UGC à qual os saldos se relacionam.

As projeções de fluxo de caixa foram preparadas com base no plano de negócios aprovado pela administração e consideram premissas relacionadas aos resultados das atividades de cada UGC, bem como outras premissas que subsidiam essas projeções.

Adicionalmente a Companhia e suas controladas possuem saldos relevantes em investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, para os quais também é feita uma avaliação de valor recuperável com base nas projeções de fluxo de caixa descontados para os respectivos investimentos. Adicionalmente, para os casos em que o saldo contábil da participação é reduzido a zero é feita uma provisão para perdas adicionais nos casos em que a Companhia possui obrigação legal.

A utilização de diferentes premissas poderia modificar significativamente os valores recuperáveis apurados pela Companhia e por suas controladas para o ativo imobilizado e os investimentos. Além dos fatores citados acima, e considerando as deficiências de controles identificadas, foi necessário executar testes adicionais a fim de avaliar a integridade e a precisão das informações geradas internamente. Por essa razão, consideramos essa área como foco em nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e a avaliação do ambiente de controles internos dos processos de mensuração do valor recuperável dos investimentos e do ativo imobilizado da Companhia.

Avaliamos a governança em torno desse processo, incluindo a aprovação dos orçamentos utilizados nesse cálculo.

Avaliamos a razoabilidade das principais premissas operacionais e financeiras utilizadas pela administração, a coerência lógica e aritmética das projeções e envolvemos nossos especialistas em projeções financeiras para revisão da taxa de desconto e do modelo de fluxo de caixa descontado.

Adicionalmente, comparamos as projeções anteriores com os resultados auferidos, bem como verificamos os registros contábeis relacionados com a constituição e/ou reversão de perdas do valor recuperável dos ativos.

Efetuamos leitura das divulgações efetuadas nas notas explicativas.

Avaliamos a existência e mensuração das obrigações legais nos casos em que a Companhia constitui provisão para perdas adicionais para os investimentos em coligadas cujo saldo contábil de participação é reduzido a zero.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração na mensuração do valor recuperável dos ativos são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidos.

Porque é um PAA**Como o assunto foi conduzido em
nossa auditoria**

**Mensuração do ativo contratual de
transmissão (Nota 17)**

O ativo contratual de transmissão refere-se ao direito da Companhia à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão. A mensuração desse ativo requer o exercício de julgamento significativo por parte da administração sobre o cumprimento das obrigações de performance satisfeitas ao longo do tempo.

Adicionalmente, por se tratar de ativos de longo prazo, a determinação das margens de lucro esperadas em relação às obrigações de performance e a identificação das taxas de remuneração, que representam o componente financeiro embutido nos fluxos de recebimentos futuros, também requerem o uso de julgamento significativo por parte da administração e afetam a mensuração do valor presente com base nos fluxos de caixa futuro.

Consideramos essa área como foco de auditoria pois a utilização de diferentes premissas e sua revisão a partir das melhores práticas no mercado pode modificar significativamente o valor do ativo mensurado pela Companhia.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do ambiente de controles internos relacionados com o processo de mensuração do ativo contratual de concessões das linhas de transmissão de energia elétrica.

Efetuamos a leitura dos contratos de concessão e respectivos aditivos (quando aplicável) e discutimos com a administração os principais aspectos, entre eles os componentes variáveis do preço do contrato.

Efetuamos teste de consistência dos dados informados da Receita Anual Permitida ("RAP") nos controles auxiliares com os dados constantes nos contratos de transmissão.

Adicionalmente, avaliamos as premissas relevantes relacionadas aos fluxos financeiros dos respectivos contratos, tais como: (i) definição da taxa de remuneração utilizada; e (ii) margem do contrato.

Consideramos que as premissas e critérios adotados pela administração são consistentes com as divulgações em notas explicativas e as informações obtidas em nossos trabalhos.

Porque é um PAA**Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

Contingências cíveis, trabalhistas e fiscais (Nota 34)

A Companhia e suas controladas são partes passivas em processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e fiscal originados no curso normal dos negócios.

A determinação do valor das provisões e das demais divulgações requeridas, bem como a classificação das probabilidades de perda, exigem julgamento significativo da Companhia e de suas controladas, sendo reavaliados periodicamente conforme o andamento dos processos, nas diversas instâncias judiciais, e da jurisprudência aplicável.

Devido à complexidade e incertezas relacionadas aos aspectos legais e constitucionais envolvidos em temas cíveis, trabalhistas e fiscais e a seus possíveis impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, bem como os testes adicionais necessários em decorrência das deficiências de controles internos identificadas, consideramos essa como uma área de foco na nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e avaliação do ambiente de controles internos relacionados à identificação, avaliação, mensuração e divulgação das provisões.

Obtivemos confirmação de assessores jurídicos, internos e externos, que patrocinam as causas da Companhia e suas controladas, para obtenção dos dados relacionados à avaliação do prognóstico, completude das informações e adequação do valor da provisão constituída ou do valor divulgado.

Avaliamos, ainda, a governança em torno desse processo e a experiência dos assessores jurídicos internos e externos envolvidos nas ações.

Para determinadas causas, com o apoio dos nossos especialistas, obtivemos as opiniões legais dos consultores jurídicos internos e externos, com o objetivo de avaliar a razoabilidade dos prognósticos determinados pelos advogados patronais das respectivas causas, bem como a argumentação e a existência de jurisprudências.

Por fim, efetuamos leitura das divulgações apresentadas em nota explicativa.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração para a determinação das provisões são razoáveis e consistentes com as divulgações efetuadas e os dados e informações obtidos.

Benefício pós emprego (Nota 33)

Em 31 de dezembro de 2021, as obrigações atuariais relacionadas aos planos de benefícios pós emprego patrocinados pela Companhia e suas controladas, líquidas dos ativos do plano, totalizam R\$ 6.085 milhões.

A Companhia e suas controladas possuem planos vitalícios de benefício pós emprego, concedidos a funcionários e ex-funcionários, relativos substancialmente a complemento previdenciário. Os planos possuem características de "benefício definido", "contribuição variável" e "benefício saldado", os quais geram passivos relevantes, líquidos dos ativos do plano. Os cálculos das obrigações são efetuados com suporte de atuário independente e consideram premissas atuariais que incluem taxa de desconto, aumento salarial esperado, mortalidade, entre outros, aplicada sobre a base de assistidos total dos referidos planos.

Devido ao fato de se tratarem de valores relevantes e que envolvem alto grau de

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) o entendimento e avaliação do ambiente de controles internos relacionados à identificação dos benefícios pós-emprego, (ii) testes, em base amostral, da consistência dos dados dos participantes que foram utilizados pelo atuário responsável pelo cálculo atuarial de 2021; (iii) a avaliação dos principais critérios para a determinação da reserva individual de participantes selecionados e; (iv) a avaliação das hipóteses atuariais e premissas adotadas pelo atuário, tais como: tábua de mortalidade, taxa de desconto e aumento salarial esperado.

Os procedimentos foram executados com a assistência de nossos especialistas atuariais e incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração na mensuração dos

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Julgamento pela Administração na definição das premissas envolvidas na mensuração das obrigações atuariais dos planos, bem como os testes adicionais necessários em decorrência das deficiências de controles internos identificadas, consideramos este assunto relevante para nossa auditoria.

Benefícios pós emprego são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidos.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalho.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2022

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Guilherme Naves Valle
Contador CRC 1MG070614/O-5

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(em milhares de Reais)

ATIVO	NOTA	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020 (Reclassificado)
CIRCULANTE					
Caixa e equivalente de caixa	6	7.384	21.630	192.659	286.607
Caixa restrito	7	2.544.594	3.412.292	2.544.594	3.573.362
Títulos e valores mobiliários	8	6.026.365	7.740.051	15.640.776	13.670.058
Clientes	10	719.906	481.109	5.094.976	5.971.657
Ativo contratual transmissão	17	-	-	7.356.356	10.364.908
Financiamentos e empréstimos	11	2.275.301	5.937.323	1.251.766	4.748.661
Remuneração de participações societárias	12	5.028.731	4.720.491	443.142	675.510
Tributos a recuperar	13	456.725	519.200	755.906	833.960
Imposto de renda e contribuição social	14	640.191	829.569	1.487.777	1.292.750
Direito de ressarcimento	15	741.255	-	768.848	4.684
Almoxarifado		293	305	627.573	509.991
Estoque de combustível nuclear	16	-	-	487.895	428.340
Instrumentos financeiros derivativos	44	-	-	690.333	317.443
Outros		685.320	1.683.297	2.014.705	1.855.175
		19.126.065	25.345.267	39.357.306	44.533.106
Ativos mantidos para venda	47	289.331	289.331	387.690	289.331
		19.415.396	25.634.598	39.744.996	44.822.437
NÃO CIRCULANTE					
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO					
Direito de ressarcimento	15	5.529.316	5.583.447	5.627.386	5.583.447
Financiamentos e empréstimos	11	8.180.605	11.197.073	4.591.761	6.176.238
Clientes	10	-	-	993.080	1.061.899
Títulos e valores mobiliários	8	398.280	322.884	1.093.476	692.536
Estoque de combustível nuclear	16	-	-	1.490.820	1.264.780
Tributos a recuperar	13	3.365	2.781	449.258	430.045
Imposto de renda e contribuição social diferido	14	-	-	1.500.987	2.068.894
Cauções e depósitos vinculados		6.393.647	4.676.895	8.247.485	6.752.865
Ativo contratual transmissão	17	-	-	52.158.612	41.023.616
Ativo financeiro - Concessões e Itaipu	18	428.865	1.103.034	2.601.027	3.199.751
Instrumentos financeiros derivativos	44	-	-	653.022	310.100
Adiantamentos para futuro aumento de capital	19	3.932.463	1.223.108	-	1.541
Fundo de descomissionamento	9	2.055.713	1.753.827	2.055.713	1.753.827
Outros		2.024.412	1.153.411	1.087.508	1.286.546
		28.946.666	27.016.460	82.550.135	71.606.085
INVESTIMENTOS	20				
Avaliados por equivalência patrimonial		86.966.083	75.526.783	25.769.172	26.996.243
Mantidos a valor justo		1.774.539	2.011.911	1.878.609	2.093.279
		88.740.622	77.538.694	27.647.781	29.089.522
IMOBILIZADO	21	235.453	244.673	33.367.981	32.662.912
INTANGÍVEL	22	61.387	42.974	4.992.176	785.493
		117.984.128	104.842.801	148.558.073	134.144.012
TOTAL DO ATIVO		137.399.524	130.477.399	188.303.069	178.966.449

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2021	31/12/2020 (Reclassificado)	31/12/2021	31/12/2020 (Reclassificado)
CIRCULANTE					
Financiamentos, empréstimos e debêntures	26	5.310.178	7.984.194	8.234.753	11.410.751
Empréstimo compulsório	28	1.216.335	1.047.109	1.216.335	1.047.109
Fornecedores	24	773.858	705.908	4.031.532	3.904.051
Adiantamentos	25	1.370.946	1.060.770	1.460.455	1.134.845
Tributos a recolher	29	259.336	335.432	804.485	1.194.042
Imposto de renda e contribuição social	14	-	-	19.624	319.435
Contratos onerosos	32	-	-	10.517	40.196
Remuneração aos acionistas	31	1.381.111	1.530.718	1.406.891	1.547.158
Passivo financeiro - Concessões e Itaipu	18	578.626	647.214	578.626	647.214
Obrigações estimadas	36	153.568	167.344	1.602.947	1.454.148
Obrigações de ressarcimento	15	836.744	1.373.656	859.003	1.618.508
Benefício pós-emprego	33	-	-	233.304	192.209
Provisões para contingências	34	2.267.649	1.332.779	2.267.649	1.722.562
Encargos setoriais	30	-	-	542.913	586.845
Arrendamentos	27	7.773	7.595	209.774	217.321
Outros		64.061	111.998	236.183	353.580
		14.220.185	16.304.717	23.714.991	27.389.974
Passivos associados a ativos mantidos para venda	47	-	-	168.381	-
		14.220.185	16.304.717	23.883.372	27.389.974
NÃO CIRCULANTE					
Financiamentos, empréstimos e debêntures	26	19.294.960	20.014.081	35.780.892	35.591.282
Fornecedores	24	-	-	16.555	16.556
Adiantamentos	25	-	-	186.348	290.870
Obrigações para desmobilização de ativos	35	-	-	3.268.301	3.040.011
Provisões para contingências	34	23.666.275	16.526.961	31.142.222	24.108.078
Benefício pós-emprego	33	885.455	1.131.997	5.851.502	6.824.632
Provisão para passivo a descoberto	20	-	-	708.516	4.191
Contratos onerosos	32	-	-	428.164	414.705
Obrigações de ressarcimento	15	-	-	-	22.259
Arrendamentos	27	40.560	48.333	693.710	835.873
Concessões a pagar - Uso do bem Público		-	-	81.655	65.954
Adiantamentos para futuro aumento de capital		77.336	74.060	77.336	74.060
Instrumentos financeiros derivativos	44	-	-	-	10.014
Encargos setoriais	30	-	-	649.341	744.442
Tributos a recolher	29	-	-	260.612	182.179
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	569.816	650.523	7.244.737	3.705.055
Outros		2.523.733	2.248.420	1.613.042	1.895.020
		47.058.135	40.694.375	88.002.933	77.825.181
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	38	39.057.271	39.057.271	39.057.271	39.057.271
Reservas de capital		13.867.170	13.867.170	13.867.170	13.867.170
Reservas de lucros		30.890.165	28.908.054	30.890.165	28.908.054
Outros resultados abrangentes acumulados		(7.693.402)	(8.354.188)	(7.693.402)	(8.354.188)
Participação de acionistas controladores		76.121.204	73.478.307	76.121.204	73.478.307
Participação de acionistas não controladores		-	-	295.560	272.987
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		76.121.204	73.478.307	76.416.764	73.751.294
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		137.399.524	130.477.399	188.303.069	178.966.449

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho
CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
 (em milhares de Reais)

	NOTA	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	40	1.365.825	297.036	37.616.241	29.080.513
Custos operacionais	41	(1.273.156)	(175.124)	(11.961.049)	(13.427.020)
RESULTADO BRUTO		92.669	121.912	25.655.192	15.653.493
Despesas operacionais	41	(13.162.674)	(4.552.850)	(20.541.541)	(12.944.576)
Remensurações regulatórias - Contratos de transmissão	17	-	-	4.858.744	4.228.338
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(13.070.005)	(4.430.938)	9.972.395	6.937.255
Resultado financeiro	42	(1.135.348)	(158.697)	(2.056.339)	(1.671.646)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS		(14.205.353)	(4.589.635)	7.916.056	5.265.609
Resultado das participações societárias	20	18.640.740	10.928.323	1.867.546	1.670.903
Outras receitas e despesas	43	1.210.754	-	1.210.754	16.134
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS TRIBUTOS		5.646.141	6.338.688	10.994.356	6.952.646
Imposto de renda e contribuição social correntes	14	-	-	(1.457.752)	(2.418.461)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	-	-	(3.822.971)	1.853.128
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		5.646.141	6.338.688	5.713.633	6.387.313
Parcela atribuída aos controladores		5.646.141	6.338.688	5.646.141	6.338.688
Parcela atribuída aos não controladores		-	-	67.492	48.625
RESULTADO POR AÇÃO	36				
Resultado por ação - básico (ON)		R\$3,54	R\$4,06	R\$3,54	R\$4,06
Resultado por ação - básico (PN)		R\$3,89	R\$4,47	R\$3,89	R\$4,47
Resultado por ação - diluído (ON)		R\$3,48	R\$4,00	R\$3,48	R\$4,00
Resultado por ação - diluído (PN)		R\$3,82	R\$4,40	R\$3,82	R\$4,40



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho ELETROBRAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(em milhares de Reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	5.646.141	6.338.688	5.713.633	6.387.313
Outros componentes do resultado abrangente				
Itens que não serão reclassificados para o resultado				
Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de ORA	(237.372)	63.584	(243.443)	67.593
IR / CSLL diferidos	80.706	(21.619)	79.621	(20.417)
Participação no resultado abrangente das subsidiárias, coligadas e sociedades de controle compartilhado	576.205	(1.915.719)	-	-
Ajuste ganhos e perdas atuariais	211.030	(222.164)	1.154.355	(2.304.304)
IR / CSLL diferidos	-	-	(359.964)	161.210
	<u>630.569</u>	<u>(2.095.918)</u>	<u>630.569</u>	<u>(2.095.918)</u>
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado				
Ajustes acumulados de conversão	19.190	58.302	30.180	90.061
Ajuste de hedge de fluxo de caixa	-	279	-	279
Participação no resultado abrangente das subsidiárias, coligadas e sociedades de controle compartilhado	11.027	(5.520)	37	(37.279)
	<u>30.217</u>	<u>53.061</u>	<u>30.217</u>	<u>53.061</u>
Outros componentes do resultado abrangente do período	660.786	(2.042.857)	660.786	(2.042.857)
Total do resultado abrangente do exercício	6.306.927	4.295.831	6.374.419	4.344.456
Parcela atribuída aos controladores			6.306.927	4.295.831
Parcela atribuída aos não controladores			67.492	48.625
			6.374.419	4.344.456

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(em milhares de Reais)

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

	RESERVAS DE LUCROS											PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONTROLADORA	PATRIMÔNIO LÍQUIDO NÃO CONTROLADORES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO
	CAPITAL SOCIAL	A FAC	RESERVAS DE CAPITAL	LEGAL	RETENÇÃO DE LUCROS	ESTATUTÁRIAS	RESERVA ESPECIAL DE DIVIDENDOS	ESTATUTÁRIAS - INVESTIMENTOS	LUCRO / PREJUÍZOS ACUMULADOS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES				
Em 31 de dezembro de 2019	31.305.331	7.751.940	13.867.170	1.369.270	7.956.294	289.977	2.291.889	11.979.751	201.752	(6.311.330)	70.702.044	457.221	71.159.265	
Aumento de Capital	7.751.940	(7.751.940)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	58.302	58.302	-	58.302	
Ajuste Benefício pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(222.164)	(222.164)	-	(222.164)	
Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de ORA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	63.584	63.584	-	63.584	
IR/CS diferido sobre outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(21.619)	(21.619)	-	(21.619)	
Ajuste de Controladas / Coligadas	-	-	-	-	-	-	-	-	(16.472)	(1.921.240)	(1.937.712)	(232.859)	(2.170.571)	
Instrumentos Financeiros - Hedge	-	-	-	-	-	-	-	-	-	279	279	-	279	
Remuneração aos Acionistas não Reclamado - Prescrito	-	-	-	-	-	-	-	-	4.044	-	4.044	-	4.044	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	6.338.688	-	6.338.688	48.625	6.387.313	
Constituição de reservas	-	-	-	316.934	1.471.208	63.387	-	3.169.344	(5.020.873)	-	-	-	-	
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.507.139)	-	(1.507.139)	-	(1.507.139)	
Em 31 de dezembro de 2020	39.057.271	-	13.867.170	1.686.204	9.427.502	353.364	2.291.889	15.149.095	-	(8.354.188)	73.478.307	272.987	73.751.294	
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19.190	19.190	-	19.190	
Ajuste Benefício pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	-	211.030	211.030	-	211.030	
Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de ORA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(237.372)	(237.372)	-	(237.372)	
IR/CS diferido sobre outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	80.706	80.706	-	80.706	
Ajuste de Controladas / Coligadas	-	-	-	-	-	-	-	-	(31.183)	587.232	556.049	(44.919)	511.130	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	5.646.141	-	5.646.141	67.492	5.713.633	
Constituição de reservas	-	-	-	282.307	1.112.161	56.461	-	2.823.071	(4.274.000)	-	-	-	-	
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.340.958)	-	(1.340.958)	-	(1.340.958)	
Aprovação do dividendo adicional pela AGO	-	-	-	-	-	-	(2.291.889)	-	-	-	(2.291.889)	-	(2.291.889)	
Em 31 de dezembro de 2021	39.057.271	-	13.867.170	1.968.511	10.539.663	409.825	-	17.972.166	-	(7.693.402)	76.121.204	295.560	76.416.764	



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(em milhares de Reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
RECEITAS (DESPESAS)				
Venda de mercadorias, produtos e serviços	1.637.666	268.353	47.671.549	38.640.567
Receita de construção	-	-	1.618.045	816.002
PCLD - Consumidores e Revendedores	-	-	(804.865)	(804.865)
Outras receitas e despesas operacionais	1.210.754	-	1.210.754	-
	<u>2.848.420</u>	<u>268.353</u>	<u>49.695.483</u>	<u>38.651.704</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Materiais, serviços e outros	(471.428)	(387.982)	(7.606.724)	(7.610.429)
Energia comprada para revenda	(1.273.156)	(175.124)	5.932	(2.400.358)
Combustível para produção de energia elétrica	-	-	(2.338.395)	(2.092.135)
Provisões/Reversões operacionais	(12.254.011)	(3.608.305)	(14.088.174)	(6.568.686)
	<u>(13.998.595)</u>	<u>(4.171.411)</u>	<u>(24.027.361)</u>	<u>(18.671.608)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>(11.150.175)</u>	<u>(3.903.058)</u>	<u>25.668.122</u>	<u>19.980.096</u>
RETENÇÕES				
Depreciação, amortização e exaustão	(11.852)	(12.813)	(2.081.459)	(1.862.869)
VALOR ADICIONADO (CONSUMIDO) LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	<u>(11.162.027)</u>	<u>(3.915.871)</u>	<u>23.586.663</u>	<u>18.117.227</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Participações societárias	18.640.740	10.928.323	1.867.546	1.670.903
Receitas financeiras	1.738.203	2.592.379	2.864.244	3.137.183
Alienação de participações societárias	-	-	-	16.134
	<u>20.378.943</u>	<u>13.520.702</u>	<u>4.731.790</u>	<u>4.824.220</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>9.216.916</u>	<u>9.604.831</u>	<u>28.318.453</u>	<u>22.941.447</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
PESSOAL				
Pessoal, encargos e honorários	285.796	417.369	4.973.395	4.520.641
Plano de aposentadoria e pensão	40.553	-	299.649	222.211
	<u>326.349</u>	<u>417.369</u>	<u>5.273.044</u>	<u>4.742.852</u>
TRIBUTOS				
Federal	271.841	(28.683)	8.938.675	3.875.792
Estadual	-	-	1.124.432	995.304
Municipal	-	-	9.936	9.207
	<u>271.841</u>	<u>(28.683)</u>	<u>10.073.043</u>	<u>4.880.303</u>
ENCARGOS SETORIAIS	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.022.289</u>	<u>1.832.748</u>
TERCEIROS				
Juros	2.873.551	2.751.076	4.920.583	4.808.829
Aluguéis	11.635	21.207	151.165	121.994
Outras	87.399	105.174	164.696	167.408
	<u>2.972.585</u>	<u>2.877.457</u>	<u>5.236.444</u>	<u>5.098.231</u>
ACIONISTAS				
Dividendos e juros sobre capital próprio	1.340.958	-	1.340.958	-
Participação de acionistas não controladores	-	-	67.492	48.625
Reservas	4.305.183	6.338.688	4.305.183	6.338.688
	<u>5.646.141</u>	<u>6.338.688</u>	<u>5.713.633</u>	<u>6.387.313</u>
	<u>9.216.916</u>	<u>9.604.831</u>	<u>28.318.453</u>	<u>22.941.447</u>

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Em milhares de reais)

NOTA	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	5.646.141	6.338.688	10.994.356	6.952.646
Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa gerado pelas operações:				
Depreciação e amortização	40	11.852	12.812	2.081.459
Variações cambiais e monetárias líquidas	41	405.588	(371.847)	565.217
Encargos financeiros	41	291.817	362.423	2.515.854
Resultado da equivalência patrimonial		(18.640.740)	(10.928.323)	(1.867.546)
Outras Receitas e Despesas		(1.210.754)	-	(1.210.754)
Receitas do ativo contratual - transmissão	17-39	-	-	(17.450.333)
Receita de construção - geração	39	-	-	(82.205)
Custo de construção - transmissão		-	-	1.312.861
Remensurações regulatórias - Contratos de Transmissão		-	-	(4.858.744)
Provisões (reversões) operacionais	40.1	12.254.011	3.608.305	14.893.039
Participação de acionistas não controladores		-	-	-
Ressarcimento GSF		-	-	(4.265.889)
Instrumentos financeiros - derivativos		-	-	(725.826)
Outras		(292.735)	255.443	2.564.191
		(7.180.961)	(7.061.187)	(6.528.676)
(Acréscimos)/decréscimos nos ativos operacionais				
Clientes		-	(1)	1.705.583
Títulos e valores mobiliários		1.638.290	(952.915)	(2.511.670)
Direito de ressarcimento		-	-	(22.909)
Almoxarifado		12	(33)	(719.144)
Estoque de combustível nuclear		-	-	(285.595)
Ativo financeiro - Itaipu	18	605.581	746.673	605.581
Ativos mantidos para venda	46	-	317.440	-
Risco Hidrológico		-	-	1.787
Outros		1.322.091	301.232	1.551.932
		3.565.974	412.396	325.565
Acréscimos/(decréscimos) nos passivos operacionais				
Fornecedores		67.950	186.075	99.527
Adiantamentos		-	-	-
Arrendamentos		-	5.562	-
Obrigações estimadas		(13.776)	20.238	233.086
Obrigações de ressarcimento		-	-	-
Encargos setoriais		-	-	(82.459)
Passivos associados a ativos mantidos para venda		-	-	(1.661.335)
Outros		485.574	334.585	(201.425)
		539.748	546.460	48.729
Pagamento de encargos financeiros		(1.328.795)	(923.272)	(2.545.474)
Recebimento da RAP e indenizações	17	-	-	14.832.701
Recebimento de encargos financeiros		861.026	1.114.743	567.736
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(172.502)	(203.217)	(2.483.129)
Recebimento de remuneração de investimentos em participações societárias		7.302.271	4.679.285	2.175.585
Pagamento de previdência complementar		(21.595)	(13.057)	(418.059)
Pagamento de contingências judiciais	33	(3.355.498)	(3.175.996)	(6.247.610)
Cauções e depósitos vinculados		(2.462.388)	(940.782)	(2.510.119)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	3.393.421	774.063	8.230.605	5.127.361
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Empréstimos e financiamentos obtidos e debentures obtidas		2.700.000	5.193.319	4.828.697
Pagamento de empréstimos e financiamentos e debentures - principal		(7.181.654)	(9.230.730)	(8.429.427)
Pagamento de remuneração aos acionistas		(3.813.501)	(2.579.118)	(3.747.606)
Pagamento de arrendamentos financeiros	26	(12.454)	(13.136)	(600.470)
Outros		-	-	(499.734)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(8.307.609)	(6.629.666)	(8.448.540)	(6.688.970)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Concessão de empréstimos e financiamentos		-	-	-
Recebimento de empréstimos e financiamentos		7.581.413	6.224.747	4.834.033
Aquisição de ativo imobilizado		(2.621)	(1.529)	(2.573.439)
Aquisição de ativo intangível		(18.424)	(23.466)	(118.805)
Infraestrutura da transmissão - ativo contratual		-	-	(1.299.710)
Aquisição/aporte de capital em participações societárias		(3.744)	-	(274.354)
Concessão de adiantamento para futuro aumento de capital		(2.656.682)	(1.280.200)	-
Alienação de investimentos em participações societárias		-	939.479	-
Outros		-	-	(443.738)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento	4.899.942	5.859.031	123.987	1.512.909
Acréscimo (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(14.246)	3.428	(93.948)	(48.700)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	21.630	18.202	286.607
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6	7.384	21.630	192.659
		(14.246)	3.428	(93.948)

Relatório da Administração/Comentário nho

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (“Eletrobras” ou “Controladora”) é uma companhia de capital aberto, com sede em Brasília - DF, registrada na Comissão de Valores Mobiliários – CVM e na *Securities and Exchange Commission* – SEC, com ações negociadas nas bolsas de valores de São Paulo - B3, Madri - LATIBEX e Nova York - NYSE. A Eletrobras é uma sociedade de economia mista controlada pela União Federal.

A Eletrobras exerce a função de *holding*, gerindo investimentos em participações societárias, detendo o controle acionário direto e indireto em empresas de geração e transmissão de energia elétrica (vide nota 4), e ainda detém o controle acionário da Eletrobras Participações S.A. – Eletropar (Em conjunto, “Companhia”) e participações diretas na Itaipu Binacional – Itaipu (nos termos do Tratado Internacional firmado entre os Governos do Brasil e do Paraguai) e na Rouar S.A., além de participações diretas e indiretas em 81 Sociedades de Propósito Específico – SPE.

A Eletrobras é autorizada, diretamente ou por meio de suas controladas, controladas em conjunto e coligadas, a associar-se, com ou sem aporte de recursos, para constituição de consórcios empresariais ou participação em sociedades, com ou sem poder de controle, no exterior, que se destinem direta ou indiretamente à exploração da produção ou transmissão ou distribuição de energia elétrica.

A Companhia atua como agente de comercialização de energia elétrica da Itaipu Binacional e dos agentes participantes do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA.

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração, em 18 de março de 2022.

Capitalização da Eletrobras

Em fevereiro de 2021, foi editada a Medida Provisória - MP nº 1.031/2021, que possibilitou o início dos estudos da modelagem da desestatização da Eletrobras, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, e trouxe algumas modificações em relação ao texto do Projeto de Lei de desestatização da Eletrobras nº 5.877/2019.

Em abril de 2021, foi editado o Decreto nº 10.670/2021, que dispõe sobre a qualificação da Eletrobras no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos – PPI e a sua inclusão no Programa Nacional de Desestatização – PND, para início dos estudos necessários à estruturação do processo de capitalização.

O Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos – CPPI, aprovou a Resolução nº 176/2021, que atribuiu à Eletrobras a emissão e oferta das ações, após a conversão em lei da Medida Provisória nº 1.031/2021. O BNDES é o responsável pela execução e acompanhamento do processo de capitalização até o seu encerramento, devendo prestar apoio à Eletrobras no que for necessário.

Em julho de 2021, foi publicada no Diário Oficial da União, a Lei nº 14.182/2021, decorrente do Projeto de Lei de Conversão - PLV nº 7/2021 e da Medida Provisória nº 1.031/2021, que trata da desestatização da Eletrobras.

O modelo de desestatização prevê que o processo se dará pelo aumento do capital social, por meio de subscrição pública de ações ordinárias com renúncia do direito de subscrição pela União.

Relatório da Administração/Comentário inho

Em outubro de 2021, o CPPI aprovou a Resolução nº 203/2021, com alterações promovidas pela Resolução nº 221/2021, que trata da modelagem de desestatização da Eletrobras. A referida resolução detalha os atos da reestruturação societária da Eletrobras a ser realizada para o processo de desestatização. Além disso, exige que, previamente à desestatização, sejam promovidas alterações no Estatuto Social da Eletrobras para incluir mecanismos para:

- a) vedar que qualquer acionista ou grupo de acionistas exerça votos em volume superior a dez por cento do capital votante;
- b) vedar a realização de acordos de acionistas para o exercício de direito de voto, exceto para a formação de blocos com volume inferior a dez por cento do capital votante;
- c) conversão de 1 ação preferencial de classe B de emissão da Eletrobras e de titularidade da União para a criação de 1 ação preferencial de classe especial, *Golden share*, que dará o poder de veto nas deliberações sociais relacionadas às matérias que visem a modificar o estatuto social da Eletrobras para alterar a limitação ao exercício do direito ao voto e à celebração de acordo de acionistas descritas nas alíneas (a) e (b) acima;
- d) estabelecer que qualquer acionista ou grupo de acionistas que ultrapasse, direta ou indiretamente, de forma consolidada, cinquenta por cento do capital votante e que não retorne a patamar inferior a tal percentual em até cento e vinte dias, realize Oferta Pública de Aquisição, por preço pelo menos duzentos por cento superior à maior cotação das ações ordinárias nos últimos quinhentos e quatro pregões, atualizada pela taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC;
- e) estabelecer que qualquer acionista ou grupo de acionistas que ultrapasse, direta ou indiretamente, de forma consolidada, trinta por cento do capital votante e que não retorne a patamar inferior a tal percentual em até cento e vinte dias, realize Oferta Pública de Aquisição, por preço pelo menos cem por cento superior à maior cotação das ações ordinárias nos últimos quinhentos e quatro pregões, atualizada pela taxa SELIC;
- f) estabelecer capital autorizado, nos termos do art. 168 da Lei nº 6.404, de 1976, permitindo aumentar o capital social da Eletrobras em valor, no mínimo, suficiente para perfazer o montante necessário à realização da Oferta Primária, considerando ainda a possibilidade de distribuição das Ações do Lote Suplementar e das Ações Adicionais;
- g) prever a ausência de direito de preferência dos acionistas para subscrição de valores mobiliários dentro do limite do capital autorizado, caso a colocação de tais valores mobiliários seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, nos termos do disposto no art. 172, *caput* e inciso I, da Lei nº 6.404, de 1976; e
- h) aprovar outros ajustes ao estatuto social da Eletrobras, para remover disposições relacionadas à sua condição de sociedade de economia mista e adaptá-lo à sua atuação após liquidação da Oferta.

A Lei nº 14.182/2021 prevê a concessão de novas outorgas de concessões de geração de energia elétrica sob titularidade ou controle, direto ou indireto, da Eletrobras, que:

- a) tenham sido prorrogadas nos termos do art. 1º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 (usinas "cotizadas");
- b) sejam alcançadas pelo disposto no inciso II do § 2º do art. 22 da Lei nº 11.943, de 28 de maio de 2009 (Sobradinho);
- c) sejam alcançadas pelo disposto no § 3º do art. 10 da Lei nº 13.182, de 3 de novembro de 2015 (Itumbiara);
- d) tenham sido outorgadas por meio do Contrato de Concessão nº 007/2004-ANEEL-Eletronorte (Tucuruí e Curuá-Una); e

Relatório da Administração/Comentário 2021

- e) tenham sido outorgadas por meio do Contrato de Concessão nº 004/2004-ANEEL-Furnas, especificamente para a Usina Hidrelétrica - UHE Mascarenhas de Moraes.

A desestatização também está condicionada à reestruturação societária para manter sob o controle, direto ou indireto da União, empresas, instalações e participações, detidas ou gerenciadas pela Eletrobras, especificamente Eletrobras Termonuclear S.A - Eletronuclear e Itaipu Binacional.

Em dezembro de 2021, por meio da Resolução nº 30/2021, que alterou a Resolução nº 15/2021, o Conselho Nacional de Política Energética - CNPE determinou o valor do benefício econômico dos novos contratos de concessão de geração de energia elétrica em R\$ 67.052.502 para 22 usinas hidrelétricas da Eletrobras atingidas pela Lei nº 14.182/2021.

Sendo concluído o processo de desestatização, do montante de R\$ 67.052.502 serão deduzidos os créditos de R\$ 2.906.499, relativos ao reembolso pelas despesas comprovadas com aquisição de combustível, incorridas até 30 de junho de 2017, pelas concessionárias que foram controladas pela Eletrobras e titulares das concessões de que trata o art. 4º-A da Lei nº 12.111/2009, que tenham sido comprovadas, porém não reembolsadas, por força das exigências de eficiência econômica e energética de que trata o § 12 do art. 3º da referida Lei.

Em relação ao saldo a pagar de benefício econômico, após a dedução acima mencionada, a Eletrobras dará como contraprestação o seguinte:

- a) pagamento de R\$ 25.379.080 à União, a título de bonificação pelas outorgas das 22 usinas hidrelétricas mencionadas acima, das quais 17 sairão do atual regime de cotas, que só remunera operação e manutenção, para o de produção independente de energia.
- b) pagamento de R\$ 71.082.282, correspondente ao valor presente de R\$ 32.073.002 à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, pelo período de vinte e cinco anos, conforme o cronograma estabelecido na Resolução CNPE nº 30/2021:

Pagamentos anuais à CDE	
Em 30 dias da assinatura dos novos contratos de concessão	5.000.000
2023	574.629
2024	1.149.257
2025	1.723.886
2026	2.298.514
2027	2.873.143
De 2028 a 2047 (20 anos)	2.873.143
Total	71.082.282

- c) aportes de recursos anuais, em 10 anos atualizados pelo Índice de Preços para o Consumidor Amplo - IPCA, ou por outro índice que vier a substituí-lo, para desenvolvimento de projetos que comporão: i) revitalização dos recursos hídricos das bacias hidrográficas na área de influência dos reservatórios das usinas hidrelétricas de Furnas, R\$ 230.000; ii) redução estrutural de custos de geração de energia na Amazônia Legal e navegabilidade dos Rios Madeira e Tocantins, R\$ 295.000; e iii) revitalização das Bacias do Rio São Francisco e do Rio Parnaíba, R\$ 350.000. Totalizando o montante anual de R\$ 875.000.

As contraprestações supracitadas se tornarão obrigação efetiva quando for concluído o processo de desestatização.

Relatório da Administração/Comentário inho

Em 15 de fevereiro de 2022, no âmbito do processo TC 008.845/2018-2, houve aprovação pelo plenário do Tribunal de Contas da União - TCU, acerca da avaliação do cálculo do valor adicionado com os novos contratos de concessões de energia elétrica, a que alude a Lei nº 14.182/2021, e a consequente definição do valor do bônus de outorga.

No que respeita à segregação de ativos que não poderão ser privatizados, a Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. – ENBpar foi criada para receber os ativos, os programas e contratos que não poderão ser mantidos na Eletrobras após a desestatização.

Em outubro de 2021, foi publicada, no Diário Oficial da União, a Portaria Normativa do Ministério de Minas e Energia - MME nº 556, que designa a ENBpar como órgão operacionalizador do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - “Luz Para Todos” e do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica na Amazônia Legal – “Mais Luz para a Amazônia”.

Além de responsável pelos programas citados, a ENBpar será a acionista controladora da Eletronuclear e receberá a participação atual da Eletrobras em Itaipu Binacional, nos termos da Lei nº 14.182/2021 e da Resolução nº 203, do CPPI, de outubro de 2021, posteriormente alterada pela Resolução nº 221/2021.

A Resolução CPPI nº 203/2021, com alterações promovidas pela Resolução nº 221/2021, prevê que a participação societária detida pela Eletrobras em Itaipu Binacional seja transferida para a ENBpar pela contraprestação de US\$ 233.253 (equivalentes a R\$ 1.212.148, valor este determinado na data base de 31 de dezembro de 2020), observadas a atualização do valor pela variação do dólar americano, dos mecanismos de correção monetária e de remuneração previstos no Tratado de Itaipu, além das demais diretrizes previstas na Resolução.

Além disso, define a forma da transferência do controle societário detido pela Eletrobras na Eletronuclear para a ENBpar, da seguinte forma:

- a) emissão, pela Eletronuclear, de 308.443.302.951 novas ações ordinárias, no valor total de R\$ 7.606.964, e 86.367.502.441 novas ações preferenciais, no valor total de R\$ 2.130.033 sendo que do valor total da emissão, R\$ 2.704.317 serão destinados à formação de reserva de capital a ser utilizada para o pagamento da totalidade dos dividendos prioritários acumulados das ações preferenciais de emissão da Eletronuclear;
- b) subscrição, pela Eletrobras, de 166.379.229.311 ações ordinárias e 86.326.103.046 ações preferenciais dentre aquelas referidas no item anterior, no valor total de R\$ 6.232.329, devendo a respectiva integralização ocorrer na data de liquidação da Oferta Pública Global, sendo:
 - R\$ 2.698.927, utilizando-se prioritariamente os créditos relativos aos dividendos prioritários acumulados contra a Eletronuclear;
 - R\$ 3.529.309, prioritariamente mediante a capitalização de adiantamentos para futuro aumento de capital realizados pela Eletrobras; e
 - o saldo remanescente, em moeda corrente nacional.
- c) cessão, pela Eletrobras à ENBPar, a título gratuito, do direito de preferência de subscrição de parte das ações emitidas conforme primeiro item acima, em volume equivalente a R\$ 3.500.000, correspondente a 141.916.224.437 ações ordinárias;
- d) exercício, pela ENBPar, do direito de preferência a ela cedido, devendo a integralização ocorrer na data da liquidação da Oferta Pública Global;
- e) declaração, pela Eletronuclear, da totalidade dos dividendos mínimos atribuídos às ações preferenciais, a serem pagos à conta de reserva de capital, acumulados até a realização da alteração estatutária prevista nesta modelagem, atualizados pela taxa SELIC desde a data do encerramento do exercício ao qual os dividendos em questão se referem;

Relatório da Administração/Comentário nho

- f) alteração do Estatuto Social da Eletronuclear, para, principalmente:
- modificar os direitos das ações preferenciais de emissão da Eletronuclear, extinguindo o direito a dividendos mínimos cumulativos e o direito de voto em deliberações relativas à modificação do Estatuto Social da Eletronuclear, e passando a conferir prioridade no reembolso de capital; e
 - incluir autorização para pagamento de dividendos aos acionistas preferencialistas com direitos a dividendos cumulativos à conta da reserva de capital de que trata o item imediatamente acima, nos termos do disposto no art. 17, § 6º, da Lei nº 6.404, de 1976.
- g) aprovação, pela Assembleia Geral da Eletronuclear, e adesão pela Eletrobras, do programa de conversão facultativa de ações ordinárias de sua emissão em ações preferenciais, à razão de 1:1, respeitado o limite previsto no §2º do art. 15 da Lei nº 6.404/1976, já considerando para este fim a efetivação da subscrição das ações ordinárias a serem emitidas neste processo de reestruturação; e
- h) celebração, entre a Eletrobras e a ENBPar, de acordo de investimentos prevendo, no mínimo, as obrigações das partes de:
- participarem na captação dos novos financiamentos para Angra 3 considerando as respectivas participações no capital social votante da Eletronuclear; e
 - realizarem atos, dentro de suas atribuições, para fins de subscrever novas emissões de ações da Eletronuclear, na forma a ser determinada pelo BNDES, considerando as respectivas participações no capital social votante da Eletronuclear.

Ressalta-se que a transferência do controle das investidas Eletronuclear e Itaipu Binacional está condicionada aos trâmites do processo de desestatização da Eletrobras, nos termos da Lei nº 14.182/2021 e da Resolução CPPI nº 203/2021, com as alterações da Resolução CPPI nº 221/2021.

Os investimentos na subsidiária Eletronuclear e em Itaipu Binacional não foram classificados no balanço patrimonial da Companhia, de 31 de dezembro de 2021, como Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda, pois, com base nas definições do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 31/IFRS 05 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, os critérios para a classificação desses ativos como mantido para venda não foram completamente atendidos, considerando sobretudo os aspectos a serem seguidos para a conclusão do processo de capitalização e que se encontram fora do controle da Companhia.

Em 22 de fevereiro de 2022, como parte do processo de desestatização, a Eletrobras realizou a 181ª Assembleia Geral Extraordinária de acionistas para deliberar sobre as matérias indicadas na Proposta da Administração, integrantes da ordem do dia, relativas à sua desestatização, à luz do disposto na Lei nº 14.182/2021 e nas Resoluções CPPI nº 203 e nº 221, ambas de 2021, sendo os 12 itens da ordem do dia aprovados pela maioria dos acionistas presentes e ressaltando que a União se absteve nas votações, conforme determinado na Lei nº 12.482/2021.

O TCU ainda analisará a modelagem e o formato da capitalização, que envolve ofertas de ações nas bolsas de valores do Brasil e do Estados Unidos. Esta etapa permitirá a sequência do processo de desestatização da Eletrobras.

COVID-19

A Eletrobras e suas Controladas mantêm acompanhamento diligente quanto à potencial materialização de impactos financeiros no que diz respeito à pandemia de COVID 19 sobre a sua capacidade de pagamento de seus compromissos financeiros.

Relatório da Administração/Comentário nho

A Companhia monitorou os potenciais impactos nos negócios de comercialização, firmados no Ambiente de Contratação Regulada - ACR e Ambiente de Contratação Livre - ACL, com o acompanhamento das comunicações de caso fortuito ou força maior; pedidos de renegociação; risco de crédito das contrapartes (capacidade de honrar os pagamentos assumidos pelos contratos) e inadimplência. Em 2020, foram realizadas renegociações em 3% dos contratos firmados no mercado livre, sem perda econômica para a Companhia. Com relação à inadimplência, em 2021, não houve registros significativos nos contratos existentes no ACR, no ACL, nas cotas de garantia física, Itaipu e PROINFA.

Em abril de 2021, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, buscando amortecer a pressão tarifária, em razão das estimativas de aumento médio de 15% nos processos tarifários de distribuição para o ano de 2021 e com alto risco de inadimplemento, decorrente da pandemia de COVID-19, optou pelo reperfilamento do componente financeiro da Rede Básica Sistema Existente - RBSE, prevendo uma redução da curva de pagamento desses valores para os ciclos 2021/2022 e 2022/2023 e um aumento no fluxo de pagamentos nos ciclos após 2023, estendendo tais parcelas até o ciclo 2027/2028, preservando, entretanto, a remuneração pelo *Weighted Average Cost of Capital* - WACC. Mais informações vide nota 17.

Jornada EESG - *Economic, Environmental, Social and Governance*

A Eletrobras vem adotando práticas sustentáveis e inovadoras desde a sua fundação, há quase 60 anos. A Companhia contribui substancialmente para fazer a Matriz Elétrica Brasileira ser uma das mais limpas do mundo, dispondo de uma capacidade instalada formada por 97% de fontes de baixa emissão de carbono. Há 16 anos a Eletrobras é signatária do Pacto Global das Nações Unidas, maior iniciativa universal de sustentabilidade empresarial, e prioriza 9 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS da Agenda 2030, tendo o seu compromisso reconhecido como *case* de sucesso pela Rede Brasil do Pacto Global.

Desde 2009 a Companhia emite anualmente seu inventário de gases de efeito estufa, seguindo metodologia do *Greenhouse Gas - GHG Protocol*. A Companhia investe em uma comunicação cada vez mais clara e objetiva sobre os temas relativos à sustentabilidade e estrutura seu *Framework* de Sustentabilidade em quatro pilares: Pessoas, Planeta, Prosperidade e Governança, com base nas iniciativas métricas do Capitalismo dos *Stakeholders*, liderada pelo *World Economic Forum*. Além do relatório anual, que atende aos padrões da *Global Reporting Initiative* - GRI e às diretrizes do *International Integrated Reporting Council* - IIRC, a Eletrobras elabora dois novos documentos a partir da materialidade da *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB) e das recomendações da *Task Force on Climate-Related Financial Disclosures* (TCFD).

A Eletrobras é um dos membros fundadores da *Global Alliance for Sustainable Energy*, que reúne os maiores *players* globais em energia sustentável, com o objetivo de promover a sustentabilidade junto à cadeia de valor, em especial nos temas EESG, nos princípios de economia circular e em modelos e soluções alinhados aos ODS da Agenda 2030. A Eletrobras implementou o Canal da Sustentabilidade, visando o aprimoramento do processo de gestão de demandas de *stakeholders* sobre temas EESG.

O Conselho de Administração aprovou, por meio do Plano Diretor de Negócios e Gestão, o Programa de Sustentabilidade 4.0, que é composto por 12 projetos ligados às dimensões social (Direitos Humanos e Alavancagem do Capital Humano), ambiental (Transição Energética, Meio Ambiente, Biodiversidade e Descarbonização dos Sistemas Isolados da Amazônia), de governança (Reputação e Engajamento, Gestão de Fornecedores, Aprimoramento de Práticas de Governança, EESG *Risks* e Agenda 2030) e econômico-financeira (Gestão Sustentável do Capital Financeiro, Certificação de Energia Limpa e Sinergia com a Indústria 4.0). O programa é resultado da análise de tendências e melhores práticas do mercado em relação à sustentabilidade empresarial e materializa os esforços da Companhia em atender as expectativas de todos os nossos *stakeholders*.

Com relação a eventos climáticos a Companhia encontra-se exposta aos efeitos na hidrologia, o que pode impactar na capacidade de geração, no preço de energia e na necessidade de compra de energia por fontes mais onerosas como usinas térmicas. O Brasil tem sido afetado por reduções em seu nível hidrológico devido a alterações climáticas, sendo que os níveis dos reservatórios que se encontravam abaixo da média em 2021 foram parcialmente reestabelecidos com o período de chuvas. Até o momento

Relatório da Administração/Comentário nho

essas alterações não trouxeram efeitos relevantes para a Companhia, sendo que em seus testes de impairment são estabelecidas condições de geração e preço compatíveis com os atuais níveis hidrológico e com os correspondentes reflexos nas tarifas e custos de energia. A Companhia continuará monitorando o impacto desses efeitos nas suas demonstrações financeiras.

NOTA 2 – DESTAQUES DE 2021

2.1. Reserva Especial

Em janeiro de 2021, foi deliberado o pagamento, a título de dividendos intermediários, do valor total de R\$ 2.291.889, à conta da reversão da integralidade do saldo da Reserva Especial de Dividendos Retidos. Maiores detalhes, vide nota 31.

2.2. Aprovação para pagamento de Dividendos

Em abril de 2021, foi aprovado para pagamento os dividendos no valor de R\$ 1.507.139 aos acionistas da Eletrobras titulares de ações preferenciais de classe "A" e classe "B" e de ações ordinárias. A Eletrobras realizou o pagamento dos dividendos relativos ao exercício de 2020 em agosto de 2021. Maiores detalhes, vide nota 31.

2.3. Emissão de Debêntures - Eletrobras

Em abril de 2021, ocorreu a liquidação e encerramento da oferta pública referente à sua 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 2 séries, da espécie quirografária para distribuição pública com esforços restritos, perfazendo o montante total de R\$ 2.700.000 na data de emissão. Maiores detalhes, vide nota 26.

2.4. Incorporação da Amazonas GT pela Eletronorte

Em julho de 2021, foi realizada a incorporação da Amazonas Geração e Transmissão S.A. – Amazonas GT pela controlada Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte. A referida operação está em linha com o Plano Diretor de Negócios e Gestão 2021-2025 – PDNG 2021-2025. Maiores detalhes, vide nota 20.

2.5. Captação de Furnas

Em julho de 2021, a Companhia realizou a captação de recursos no montante de R\$ 1.600.000, por sua controlada Furnas. Os recursos obtidos por meio desta captação foram destinados ao pagamento de dívidas mais onerosas presentes no balanço da Companhia e para o cumprimento do programa de investimentos do biênio 2021/2022. Maiores informações, vide nota 26.

2.6. Repactuação do risco hidrológico - GSF

Em agosto de 2021, a ANEEL realizou a homologação parcial dos prazos de extensão da outorga das usinas do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE. Na relação decorrente da homologação parcial efetivada na deliberação da ANEEL, constam 17 usinas/complexos hidrelétricos das empresas controladas da Eletrobras com direito à extensão de outorga com base na REN nº 895/2020, de um total de 27 usinas/complexos hidrelétricos. Em setembro de 2021, por meio da Resolução nº 2.932, a ANEEL homologou a extensão das outorgas das usinas/complexos hidrelétricos impactadas pela REN nº 930/2021. A Administração da Eletrobras aprovou a repactuação do risco hidrológico e formalizou a desistência das ações judiciais, cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE. Maiores detalhes, vide nota 3.

Relatório da Administração/Comentário nho

2.7. Emissão de debêntures – CGT Eletrosul

Em setembro de 2021, a Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil - CGT Eletrosul captou recursos por meio da realização da terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 2 séries, da espécie quirografária, perfazendo o montante total de R\$ 400.000 na data de emissão. Maiores detalhes, vide nota 26.

2.8. Reperfilamento da RBSE

Em setembro de 2021, houve a contabilização do reperfilamento do componente financeiro da RBSE. A decisão da ANEEL provocou redução na curva de pagamento dos valores relativos à revisão periódica das Receitas Anuais Permitidas - RAP associadas às instalações de transmissão para os ciclos 2021/2022 e 2022/2023 e aumento do fluxo de pagamentos nos ciclos posteriores a 2023, prorrogando tais parcelas até o ciclo 2027/2028, preservando, no entanto, a remuneração pelo custo de capital próprio - Ke. Maiores detalhes, vide nota 17.

2.9. Receitas Anuais Permitidas - RAP

Em setembro de 2021, a ANEEL finalizou a fiscalização do laudo de avaliação da Base de Remuneração Regulatória - BRR do Contrato nº 061/2001 da Companhia Hidrelétrica do São Francisco - Chesf. Com isso, foram homologados os valores definitivos da Revisão Periódica do ciclo 2018/2023. Com as alterações na BRR, a RAP revisada da Chesf neste contrato, na data-base de junho de 2018, foi alterada para R\$ 2.900.000 e a Parcela de Ajuste - PA referente à revisão foi alterada para R\$ 240.200, a vigorem até o ciclo 2022/2023, devidamente atualizadas. Maiores detalhes, vide na nota 17.

2.10. Fiscalização e processo dos benefícios da CCC

Em setembro de 2021, foi aprovado pela ANEEL o resultado final da fiscalização e reprocessamento mensal dos benefícios da Conta de Consumo de Combustíveis - CCC pagos a menor à Eletronorte (de 30 de julho de 2009 a 30 de junho de 2016) e pagos à Energisa Rondonia - Distribuidora de Energia S.A, Energisa Acre - Distribuidora de Energia S.A. e Roraima Energia S.A. (de julho de 2016 a abril de 2017). Com valores atualizados pelo IPCA para agosto de 2021, a Eletrobras irá receber da CCC o montante de R\$ 2.665.077 e a Eletronorte o montante de R\$ 116.273, ambos em 60 parcelas mensais atualizada pelo IPCA, com início de pagamento previsto no orçamento da CDE de 2022. Maiores detalhes, vide nota 15.

2.11. Ressarcimento do ativo imobilizado em curso (AIC)

Em setembro de 2021, o Conselho de Administração da Eletrobras deliberou pela aprovação do valor apurado do AIC ressarcível e celebrou o contrato com as distribuidoras da Energisa Acre, Amazonas Energia S.A. e Roraima Energia S.A.. Adicionalmente, em novembro de 2021, a Eletrobras celebrou o contrato de ressarcimento do AIC com as distribuidoras Amazonas Energia e Roraima Energia e seus novos controladores. O reconhecimento do ressarcimento do AIC gerou um impacto positivo no resultado da Companhia de R\$ 588.786. Maiores detalhes, vide nota 43.

2.12. Empréstimo Compulsório

Em novembro de 2021, a Eletrobras revisitou seus critérios e premissas de classificação de risco e revisou suas estimativas relacionados aos processos do empréstimo compulsório, baseado nos recentes julgados, especialmente ao da 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça - STJ, de 22 de junho de 2021, no Agravo Interno no Recurso Especial nº 1.734.115/PR e às recentes homologações de laudos desfavoráveis no exercício de 2021. Conseqüentemente, no exercício de 2021, foi reconhecida uma provisão, líquida de reversão, no montante de R\$ 10.896.956 referente aos processos do empréstimo compulsório. Maiores detalhes, vide nota 34.

Relatório da Administração/Comentário Anho

NOTA 3 - CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE ENERGIA ELÉTRICA

A Eletrobras, por meio das suas empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas, detém diversas concessões e autorizações de energia elétrica nos segmentos de geração e transmissão ou participações em SPEs que atuam nos respectivos segmentos, cujo detalhamento, capacidade instalada e prazos de vencimento estão listados a seguir:

I – Concessões e Autorizações de Geração

Contrato	Usinas Hidrelétricas (UHE)	Capacidade Instalada (MW)*	Localização	Ano
001/2010	Belo Monte	11.233	PA	2045
007/2004	Tucuruí (1)	8.535	PA	2026
002/2008	Jirau	3.750	RO	2043
001/2008	Santo Antônio	3.568	RO	2043
006/2004	Xingó (1)	3.162	SE / AL	2043
006/2004	Paulo Afonso IV (1)	2.462	BA	2043
004/2004	Itumbiara (1)	2.082	MG	2042
002/2011	Teles Pires	1.819	MT	2046
006/2004	Luiz Gonzaga (Itaparica) (1)	1.480	PE / BA	2043
004/2004	Marimbondo (1)	1.440	MG	2047
005/2004	Serra da Mesa (1)	1.275	TO	2044
004/2004	Furnas (1)	1.216	MG	2045
006/2004	Sobradinho (1)	1.050	BA	2059
004/2004	Luis Carlos Barreto de Carvalho (1)	1.050	SP	2045
005/1997	Luís Eduardo Magalhães	903	TO	2032
128/2001	Foz do Chapecó	855	RS	2036
003/2014	Três Irmãos	808	SP	2044
006/2004	Paulo Afonso III (1)	794	BA	2043
002/2014	São Manoel	736	PA	2049
130/2001	Peixe Angical	499	TO	2036
004/2004	Mascarenhas de Moraes (1) (2)	476	MG	2025
006/2004	Paulo Afonso II (1)	443	BA	2043
001/2014	Sinop	402	MT	2049
006/2004	Apolônio Sales (Moxotó) (1)	400	AL	2043
004/2004	Corumbá 1 (1)	375	GO	2044
004/2004	Porto Colômbia (1)	320	MG	2047
003/2006	Simplício (1)	306	MG	2043
002/2007	Dardanelos	261	MT	2042
002/2019	Balbina	250	AM	2027
006/2004	Boa Esperança (Castelo Branco) (1)	237	PI / MA	2043
005/2011	Samuel (1)	217	RO	2032
004/2004	Funil (1)	216	RJ	2045
129/2001	Serra do Facão	213	GO	2036
010/2000	Manso (1)	210	MT	2037
006/2004	Paulo Afonso I (1)	180	BA	2043
001/2007	Governador Jayme Canet Júnior (1)	178	PR	2046
001/2006	Baguari	140	MG	2041

Contrato	Usinas Hidrelétricas (UHE)	Capacidade Instalada (MW)*	Localização	Ano
007/2006	Retiro Baixo	82	MG	2041
002/2012	Coaracy Nunes	78	AP	2042
004/2006	Passo São João (1)	77	RS	2046
002/2006	Batalha (1)	53	MG	2043
092/2002	São Domingos (1)	48	MS	2039
007/2004	Curuá-Una (1)	30	PA	2044
006/2004	Funil (1)	30	BA	2043
003/2006	Anta	28	RJ	2041
006/2004	Pedra	20	BA	2042
006/2004	Curemas (1)	4	PB	2026

Contrato	Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH)	Capacidade Instalada (MW)*	Localização	Ano
374/2005	João Borges (1)	19	SC	2039
186/2004	Barra do Rio Chapéu (1)	15	SC	2038

Relatório da Administração/Comentário ano

Contrato	Centrais Geradoras Eólicas (EOL)	Capacidade Instalada (MW)*	Localização	Ano
007/2010	Casa Nova I (3) (4)	180	BA	2043
220/2014	Casa Nova II	33	BA	2049
746/2010	Cerro Chato I	30	RS	2045
747/2010	Cerro Chato II	30	RS	2045
748/2010	Cerro Chato III	30	RS	2045
Portaria MME nº 459/2012	FORTIM - Nossa Senhora de Fátima - Energia dos Ventos VI S. A. (5)	30	CE	2047
225/2014	Casa Nova III	28	BA	2049
388/2012	Caçara I	27	RN	2047
Portaria MME nº 458/2012	FORTIM - Jandaia - Energia dos Ventos VII S. A. (5)	27	CE	2047
68/2012	Ibirapuitã (6)	25	RS	2047
399/2012	Junco I	24	RN	2047
417/2012	Junco II	24	RN	2047
81/2012	Cerro Chato VI (6)	24	RS	2047
Portaria MME nº 409/2012	FORTIM - Jandaia I - Energia dos Ventos IX S. A. (5)	24	CE	2047
Portaria MME nº 446/2012	FORTIM - São Clemente - Energia dos Ventos VIII S. A. (5)	21	CE	2047
Portaria MME nº 432/2012	FORTIM - São Januário - Energia dos Ventos V S. A. (5)	21	CE	2047
418/2012	Caçara II	18	RN	2047
219/2014	Coqueirinho II	16	BA	2049
286/2014	Tamanduá Mirim II	16	BA	2049
141/2012	Cerro Chato V (6)	12	RS	2047
152/2014	Angical II	10	BA	2049
154/2014	Caititú II	10	BA	2049
174/2014	Carcará	10	BA	2049
176/2014	Corrupião III	10	BA	2049
177/2014	Caititú III	10	BA	2049
139/2012	Cerro Chato IV (6)	10	RS	2047
153/2014	Teiú II	8	BA	2049
103/2012	Cerro dos (6)	8	RS	2047
150/2014	Acauã	6	BA	2049
151/2014	Arapapá	4	BA	2049

Contrato	Parques Eólicos	Capacidade Instalada (MW)*	Localização	Ano
204/2014	Parque Eólico Coxilha Seca	30	RS	2049
210/2014	Parque Eólico Capão do Inglês	10	RS	2049
192/2014	Parque Eólico Galpões	8	RS	2049

Contrato	Usinas Termelétricas (UTE)	Capacidade Instalada (MW)*	Localização	Ano
Resolução Aneel 4950/2014	MAUÁ III	591	AM	2044
004/2004	Santa Cruz (8)	350	RJ	2026
Portaria MME nº 304/2008	Candiota III (Fase C)	350	RS	2041
207/2019	APARECIDA	166	AM	2030
Portaria MME nº 420/1989	Senador Arnon Afonso Farias de Mello (9)	86	RR	2019
004/2004	Campos (Roberto Silveira)	30	RJ	2027
Resolução Autorizativa 5.682/2016	Araguaia (10)	23	MT	2019
Resolução Aneel 6.883/2018	ANORI	5	AM	2030
Resolução Aneel 6.883/2018	CODAJÁS	5	AM	2030
Resolução Aneel 6.883/2018	CAAPIRANGA	2	AM	2030
Registro CEG: UTE.GN.AM.000092-2.02	Anamá	2	AM	2030

Contrato	Usinas Termonucleares (UTN)	Capacidade Instalada (MW)*	Localização	Ano
Portaria DNAEE Nº 315 de 31/07/97	Angra 3 (3)	1.405	RJ	-
Portaria DNAEE Nº 315 de 31/07/97	Angra 2	1.350	RJ	2040
Portaria DNAEE Nº 315 de 31/07/97	Angra 1 (7)	640	RJ	2024

- (1) O prazo está contemplando a extensão de outorga decorrente da repactuação do risco hidrológico (Lei nº 14.052/2020), homologada pelas Resoluções ANEEL 2.919/2021 e 2.932/2021. O aditamento do contrato de concessão, já com o novo prazo, será assinado tão logo os trâmites administrativos na ANEEL forem concluídos;
- (2) O 3º Termo aditivo ao contrato nº 004/2004 formalizou a extensão do prazo de vigência da concessão da UHE Mascarenhas de Moraes por 90 dias, alterando o termo final de 31 de outubro de 2023 para 29 de janeiro de 2024;

Relatório da Administração/Comentário nho

- (3) Empreendimentos ainda em implantação;
 - (4) O empreendimento denominado Casa Nova, foi subdividido em 7 parques eólicos (A à G). O empreendimento Casa Nova A se encontra em operação, com uma potência instalada de 27 MW, tendo sido aprovado através da Resolução autorizativa nº 7.907 de 18/06/2019, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, cujo vencimento da autorização se dará em 2054. Os demais 153 MW de potência fazem parte dos parques eólicos B à G que se encontram em construção, e estão em processo de aprovação junto a ANEEL;
 - (5) A controlada Furnas detém 100% de participação na Brasil Ventos e esta é acionista majoritária das Eólicas do Complexo Fortim;
 - (6) Empreendimento classificado como ativo mantido para venda, vide nota 47;
 - (7) A controlada Eletronuclear solicitou formalmente à Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN, em novembro de 2019, a extensão de vida útil da Usina Nuclear Angra I de 40 para 60 anos;
 - (8) A UTE de Santa Cruz continua operando com contrato de venda de energia até 2026 e aguardando definição do poder concedente com relação à renovação. Para maiores informações vide nota 3.1;
 - (9) A UTE Senador Arnon Afonso Farias de Mello outorgada à Boa Vista Energia S.A. por meio da Resolução nº427, de 1º de novembro de 2000 foi transferida para a Eletronorte de acordo com a Resolução Autorizativa 1018/2007. De acordo com o Parecer nº 00389/2019/PFANEEL/PGF/AGU de 04/09/2019, opina-se pela outorga de nova autorização dessa usina com prazo de 35 anos com início da contagem em 1º de novembro de 2000. A Superintendência de Concessões e Autorizações de Geração - SCG/ANEEL ainda não se manifestou oficialmente;
 - (10) Descontratação da usina em sua totalidade, autorizada pela Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 331 de 14/08/2018.
- (*) Não examinado pelos auditores independentes.

- *Generation Scaling Factor – GSF – Lei nº 14.052/2020*

Em setembro 2020, foi publicada a Lei nº 14.052/2020, que alterou a Lei nº 13.203/2015, estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico referente à parcela dos custos incorridos com o GSF, assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE desde 2012, com o agravamento da crise hídrica.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados usinas estruturantes, relacionados à diferença entre a garantia física outorgada na fase de motorização e os valores da agregação efetiva de cada unidade geradora motorizada ao Sistema Interligado Nacional – SIN, (ii) restrições ao escoamento da energia das usinas estruturantes em função de atraso na entrada em operação ou de entrada em operação em condição técnica insatisfatória das instalações de transmissão de energia elétrica destinadas e (iii) por geração termelétrica que exceder aquela por ordem de mérito e importação de energia elétrica sem garantia física. Referida compensação dar-se-á mediante a extensão da outorga, limitada a 7 anos, sem efeito imediato no caixa da Companhia, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela ANEEL.

Nome da Usina	Prazo de extensão da outorga em dias	Empresa
Governador Jayme Canet Junior (Antiga MAUÁ)	1789	CGT Eletrosul
Passo São João	1740	CGT Eletrosul
Barra do Rio Chapéu	1461	CGT Eletrosul
João Borges	1362	CGT Eletrosul
São Domingos	610	CGT Eletrosul
Sobradinho	2555	Chesf
Curemas	446	Chesf
Luiz Gonzaga (Itaparica)	126	Chesf
Xingó	126	Chesf
Boa Esperança (Castelo Branco)	122	Chesf
Complexo Paulo Afonso / Moxotó (UHEs Apolônio Sales (Moxotó), Paulo Afonso I, Paulo Afonso II, Paulo Afonso III e Paulo Afonso IV.	120	Chesf
Funil (Chesf)	44	Chesf
Curúá-Una	2313	Eletronorte
Samuel	1042	Eletronorte
Tucuruí	518	Eletronorte
Itumbiara	2555	Furnas
Serra da Mesa	2048	Furnas
Manso	943	Furnas
Simplicio	867	Furnas
Batalha (Antiga Paulista)	603	Furnas
Marechal Mascarenhas de Moraes (Antiga Peixoto)	366	Furnas
Funil (Furnas), Marimbondo	37	Furnas
Corumbá I, Estreito (LC Barreto de Carvalho), Porto Colômbia	34	Furnas
Furnas	33	Furnas

Relatório da Administração/Comentário nho

A ANEEL, por meio das resoluções nº 2.919/2021 e nº 2.932/2021, homologou a extensão das outorgas das usinas/complexos hidrelétricos. A relação acima demonstra as usinas/complexos hidrelétricos das empresas controladas (Chesf, CGT Eletrosul, Eletronorte e Furnas) com direito à extensão de outorga.

Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei nº 14.052/2020, os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE devem: (i) desistir da ação judicial, cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE, (ii) renunciar a qualquer alegação de direito sobre o qual se funda a ação e (iii) não ter repactuado o risco hidrológico para a respectiva parcela de energia.

A Administração da Eletrobras aprovou a repactuação do risco hidrológico e formalizou a desistência pela sua controlada Chesf das ações judiciais, cujo objeto era a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE. As demais controladas não possuíam ações judiciais. Vide nota 34.

Os valores apresentados pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE, que deram base às extensões de outorgas, foram registrados contabilmente de acordo com as determinações do CPC 04(R1) /IAS 38 - Ativo Intangível, em conjunto com o CPC 07/IAS 20 - Subvenção e Assistência Governamentais, mensurados a valor justo, com base nos parâmetros determinados pela regulamentação da ANEEL, considerando os fluxos futuros esperados nesse novo período de concessão, bem como os valores das compensações calculados pela CCEE. Vide notas 22 e 41.

Controladas	Cálculo da CCEE Impacto Financeiro
Eletronorte	3.029.305
Furnas	1.433.611
Chesf	628.674
CGT Eletrosul	81.592
	5.173.182
Perda	(907.293)
Total	4.265.889

Em razão da desistência do processo judicial no qual possuía em seu favor medida liminar que lhe garantia a neutralidade dos efeitos do rateio de liminares de outros agentes e dos efeitos do GSF, quando inferior a 95%, nas contabilizações no Mercado de Curto Prazo, a controlada Chesf efetuou, em 05 de agosto de 2021, o pagamento de R\$ 1.419.935, relativos aos valores retidos na CCEE. Tal pagamento não impactou o resultado de 2021, pois os créditos e os débitos com a CCEE estavam reconhecidos na contabilidade da Companhia.

Com exceção ao pagamento realizado pela Chesf, a repactuação do risco hidrológico não trouxe impactos imediatos para o caixa da Companhia. Os custos com o GSF, que geraram as extensões de outorgas, ocorreram em períodos passados e os benefícios econômicos auferidos fluirão para o caixa durante a extensão do prazo de concessão.

Relatório da Administração/Comentário nho

II – Concessões de Transmissão de Energia Elétrica

Contrato	Transmissoras	Extensão (KM)(1)	Participação	Localização	Ano	SE (2)
062/2001	Transmissão Rede Básica - Diversas instalações	20067	100%	RJ/SP/PR/MG/GO/TO/DF/ES/MT	2043	50
061/2001	Transmissão Rede Básica - Diversas instalações	19251	100%	PE/CE/SE/BA/AL/PI/MA/PB/RN	2042	96
058/2001	Transmissão Rede Básica - Diversas instalações	9253	100%	AC, MA, MT, PA, PI, RO, RR, TO	2043	56
057/2001	Transmissão Rede Básica - Diversas instalações	9236	100%	MP/PR/RS/SC/SP	2043	37
013/2009	SPE Interligação Elétrica do Madeira S.A.	4769	25%	RO/SP	2039	-
014/2014	LT Xingu/Estreito e Estações Conversoras junto às respectivas subestações	4152	25%	PA/TO/GO/MG	2044	-
015/2009	LT Coletora Porto Velho / Araraquara II	4859	25%	RO/SP	2039	2
014/2014	LT Xingu/Estreito	2092	25%	PA/TO/GO/MG	2044	2
021/2009	LT Jauru - Vilhena - Pimenta Bueno - Ji-Paraná - Ariquemes - Samuel - Porto Velho	979	100%	MT/RO	2039	7
007/2013	LT Barreiras II - Rio das Éguas; Luziânia; Pirapora 2	953	25%	BA/MG/GO	2043	-
004/2012	LT Nova Santa Rita - Camaquã 3; LT Camaquã 3- Quinta; LT Salto Santiago - Itá; LT Itá - Nova Santa Rita	785	100%	PR/RS/SC	2042	1
003/2012	LT Lechuga/Ecuador/Boa Vista	715	49%	RR/AM	2042	3
009/2009	LT Chapadão - Jataí C1 e C2; LT Barra dos Coqueiros - Quirinópolis C1; LT Palmeiras - Edéia C1	708	49%	MS/GO/MT	2039	5
034/2001	LT Ibiúna - Batéias	664	100%	SP/PR	2031	-
022/2011	LT Luis Gonzaga - Garanhuns; LT Garanhuns II- Campina Grande III; LT Garanhuns - Pau Ferro; LT Garanhuns - Angelim I	633	49%	AL/PE/PB	2041	2
005/2004	LT Teresina II - Sobral - Fortaleza	546	49%	PI/CE	2034	-
022/2009	LT Porto Velho - Abunã - Rio Branco - C2	488	100%	AC/RO	2039	3
002/2010	LT Rio Verde - Trindade; LT Trindade - Xavantes; LT Trindade - Carajás	479	49%	GO	2040	1
020/2012	LT Nova Santa Rita - Povo Novo; LT Povo Novo - Marmeleiro; LT Marmeleiro - Santa Vitória do Palmar	467	100%	RS	2042	3
004/2004	LT Salto Santiago (PR) - Ivaiporã (PR) - Cascavel D'Oeste (PR)	372	100%	PR	2034	-
010/2005	LT Campos Novos - Blumenau	359	100%	SC	2035	1
012/2007	LT Paraíso - Açú II; LT Picos - Tauá II	316	100%	PI/CE/RN	2037	-
019/2010	LT C. Mirim II - João Câmara II; LT Extremoz II - C. Mirim; LT Açú III - Açú II; LT Mossoró II - Açú III - 230 kV, C2; LT Paraíso - Açú II	311	100%	RN	2040	2
004/2013	LT Marimondo II - Assis	298	49%	SP/MG	2043	-
008/2011	LT Ceará-Mirim II- João Câmara II; LT Ceará-Mirim II - Campina Grande III; LT Ceará-Mirim II - Extremoz II; LT Campina Grande III - Campina Grande II	286	100%	RN/PB	2041	3
007/2014	LT Santo Ângelo-Maçambará; LT Pinhalzinho-Foz do Chapecó C1; LT Pinhalzinho-Foz do Chapecó C2	273	100%	RS/SC	2044	1
008/2010	LT Mesquita - Viana 2; LT Viana 2 - Viana	270	49%	MG/ES	2040	1
003/2006	LT Simplicio - Rocha Leão; LT Anta - Simplicio	264	100%	-	2041	-
005/2006	LT Campos Novos (SC) - Nova Santa Rita (RS)	257	100%	RS/SC	2036	-
004/2008	LT Presidente Médici - Santa Cruz	237	100%	RS	2038	-
018/2012	LT Ceará-Mirim II - Touros II; LT Mossoró II - Mossoró IV; LT Russas II - Banabuiu	210	100%	RN	2042	2
007/2005	LT Milagres - Tauá	208	100%	CE	2035	1
028/2009	LT Serra da Mesa - Niquelândia - Barro Alto	187	100%	GO	2039	-
003/2009	LT Bom Despacho 3 - Ouro Preto 2	180	100%	MG	2039	-
014/2013	LT Brasília Leste - Luziânia - C1 e C2; LT Brasília Geral - Brasília Sul - C3; LT Brasília Sul - Samambaia - C3	163	39%	GO/DF	2043	1
014/2008	LT Eunápolis - Teixeira de Freitas II	145	100%	BA	2038	1
018/2009	LT Eunápolis - Teixeira de Freitas II	145	100%	BA	2039	-
010/2000	LT Manso - Nobres; LT Manso - Nobres	136	100%	-	2035	-
019/2010	LT Paraíso - Açú II	123	100%	RN	2040	-
008/2005	LT Milagres - Coremas	120	100%	CE/PB	2035	-
020/2010	LT Bom Jesus da Lapa II - Igarorã II	115	100%	BA	2040	2

Relatório da Administração/Comentário nho

Contrato	Transmissoras	Extensão (KM)(1)	Participação	Localização	Ano	SE (2)
005/2008	LT Nossa Senhora do Socorro - Penedo	110	100%	SE/AL	2038	-
017/2009	LT Paulo Afonso III - Zebu II; LT Pau Ferro - Santa Rita II	96	100%	PE/PB/AL/RN	2039	3
001/2008	SPE Madeira Energia S.A. (1) (2)	95	43%	RO	2043	1
001/2009	LT Ribeiro Gonçalves - Balsas	95	100%	MA/PI	2039	2
006/2010	LT Mascarenhas - Linhares	95	100%	ES	2040	-
010/2007	LT Ibicoara - Brumado	95	100%	BA	2037	2
021/2010	LT Acaraú II-Sobral III	91	100%	CE	2040	1
006/2005	LT Campos - Macaé 3	90	100%	RJ	2035	-
002/2006	LT Batalha - Paracatu	85	100%	MG	2041	1
007/2006	LT Tijuco Preto - Itapeti - Nordeste	71	100%	SP	2036	1
003/2014	LT Barro Alto - Itapaci	69	50%	GO	2044	-
446/2012	SPE Brasil Ventos Energia S.A	69	100%	CE	2047	1
220/2014	LT Casa Nova II - Sobradinho - C1	67	100%	BA	2049	1
129/2001	SPE Serra do Facão Energia S.A.	66	49%	GO	2036	1
010/2011	LT Paraíso - Lagoa Nova II	65	100%	RN/CE	2041	2
009/2011	LT Morro do Chapéu II - Irecê	64	100%	BA	2041	1
019/2012	LT Igaporã II - Igaporã III; LT Igaporã III - Pindaí II	60	100%	BA	2042	2
ECE 554/2010	LT Candiota/Melo; LT Presidente Médici	60	100%	RS	2040	-
CCD-1101140002	LT São Domingos - Águas Claras	53	100%	MS	2039	-
014/2011	LT Xavantes - Pirineus C2	50	100%	GO	2041	-
006/2009	LT Pirapama II - Suape II - Suape III; LT Suape III - Suape II	49	100%	PE	2039	2
017/2011	LT Teresina II - Teresina III	46	100%	PI	2041	1
007/2006	SPE Retiro Baixo Energética S.A.	45	49%	MG	2041	1
005/2012	LT Jardim - Nossa Senhora do Socorro; LT Messias - Maceió II	41	100%	SE/AL/BA	2042	3
002/2014	SPE Empresa de Energia São Manoel	40	33%	PA	2049	1
012/2010	LT Monte Claro - Garibaldi	37	100%	RS	2040	-
007/2008	LT São Luís 2 - São Luís 3	36	100%	MA	2038	2
004/2010	LT São Luiz II - São Luiz III	34	100%	MA/CE	2040	5
014/2012	LT Lechuga - Jorge Teixeira, C3	30	100%	AM	2042	2
009/2010	LT Jorge Teixeira - Lechuga (ex-Cariri) - 230 kV	30	100%	AM	2040	2
CCT-1101130082	LT Cerro Chato - Livramento 2	25	100%	RS	2045	-
010/2009	LT Coletora Porto Velho - Porto Velho - C1 e C2 - 230kV	22	100%	RO	2039	2
130/2001	SPE Empresa de Energia São Manoel	20	40%	TO	2036	1
CCD-80100014	LT Barra do Rio Chapéu - Braço do Norte	19	100%	SC	2038	-
002/2011	SPE Teles Pires Participações S.A.	19	24%	MT/PA	2046	1
CCD-80111004	LT João Borges - Itararé	9	100%	SC	2039	-
128/2001	SPE Teles Pires Participações S.A.	6	40%	SC/RS	2036	-
001/2006	LT Marabá - Itacaiunas; LT Itacaiunas - Colinas; LT Itacaiunas - Carajás	3	15%	MG	2041	-
003/2011	SPE Caldas Novas Transmissão S.A.	-	50%	GO	2041	-
015/2009	SPE Interligação Elétrica do Madeira S.A.	-	25%	RO/SP	2039	-
007/2010	SE Camaçari IV - 500/230 kV	-	100%	BA	2040	1
013/2010	SE Arapiraca III - 230/69 kv	-	100%	AL	2040	1
014/2010	SE Pólo 230/69 kv	-	100%	BA	2040	1
017/2012	SE Mirueira II 230/69 kV; SE Jaboatão II 230/69 kv	-	100%	PE	2042	2
150/2014	SE GPEXPAN	-	100%	BA	2049	1
002/2009	SE Miranda II - 500/230 kV (450 MVA)	-	100%	MA	2039	1
012/2009	Estação Retificadora nº 01 CA/CC - 500/±600 kV - 3150 MW · Estação Inversora nº 01 CC/CA ±600/500 kV - 2950 MW	-	100%	RO, SP	2039	2

(1) Não examinado pelos auditores independentes; e

(2) Refere-se a quantidade de subestações.

3.1 - Concessões a indenizar

Indenizações pós Projeto Básico – modernização e melhorias

Geração Hidráulica:

A Lei nº 12.783/2013 garantiu o direito das concessionárias de geração e transmissão de energia elétrica, que prorrogaram suas concessões, à indenização pela parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, cujo valor seria atualizado até a data de seu efetivo pagamento à concessionária.

Em janeiro de 2019, a Diretoria da ANEEL decidiu pela instauração de Audiência Pública, nº 003/2019, a fim de colher subsídios e informações adicionais para aprimorar os critérios e procedimentos de cálculo dos investimentos em bens reversíveis não amortizados e não depreciados, realizados ao longo das concessões de geração, prorrogadas ou não, nos termos da Lei nº 12.783/2013. Adicionalmente no mês de outubro de 2019, a análise das contribuições à Audiência Pública nº 003/2019 foi publicada pela Nota Técnica nº096/2019-SRG-SFF-SCG/ANEEL.

Relatório da Administração/Comentário nho

Em julho de 2021, a ANEEL, por meio da resolução nº 942/2021 estabeleceu os critérios e procedimentos de cálculo para indenização dos investimentos em bens reversíveis não amortizados ou não depreciados de concessões prorrogadas ou não, nos termos da Lei nº 12.783/2013, mas sem mencionar a forma de pagamento.

Conforme resolução ANEEL nº 942/2021, as concessionárias deverão comprovar a realização dos investimentos vinculados a bens reversíveis de que trata o art. 3º da referida Resolução até 365 dias após a publicação desta Resolução, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da ANEEL.

A Eletrobras mantém os ativos registrados pelo valor histórico, saldo de dezembro de 2012, cujos valores representam um montante total de R\$ 1.483.540, relacionados abaixo. Maiores detalhes, vide nota 18.

Modernizações e Melhorias	
Paulo Afonso I	92.612
Paulo Afonso II	107.093
Paulo Afonso III	66.259
Paulo Afonso IV	20.832
Apolônio Sales	38.250
Luiz Gonzaga	28.174
Xingó	15.150
Boa Esperança	98.759
Pedra	8.067
Funil	12.626
UHE Furnas	514.825
UHE Estreito	480.893
	<u>1.483.540</u>

Geração Térmica:

A UTE Santa Cruz é uma concessão conforme contrato nº 004/2004. Embora sua concessão tenha vencido em 2015, como não houve ainda manifestação do Poder Concedente sobre sua prorrogação nos termos da Lei nº 12.783/2013 e do Decreto nº 9.187/2017, ela permanece vigente até que haja a referida manifestação. Em 31 de dezembro de 2021 o valor líquido do ativo UTE Santa Cruz é de R\$ 1.174.576 conforme abaixo:

UTE Santa Cruz	
Valor 31 de dezembro de 2021	1.457.038
(-) Redução ao valor recuperável (<i>impairment</i>)	(282.462)
Valor contábil líquido	<u>1.174.576</u>

NOTA 4 – BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

4.1- Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem as demonstrações financeiras individuais da controladora, identificadas como Controladora, e as demonstrações financeiras consolidadas, identificadas como Consolidado, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - IFRSs emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações expedidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela CVM, e as disposições contidas na legislação societária brasileira. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Eletrobras.

Relatório da Administração/Comentário ano

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da Controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas e o patrimônio líquido e resultado da Controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

4.2 – Base de preparação e mensuração

A preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração, no processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia, as quais são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações. Aquelas transações, divulgações ou saldos que requerem maior nível de julgamento, que possuem maior complexidade e para as quais premissas e estimativas são significativas, estão divulgadas na nota 5.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas na data das transações e o valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação.

4.3 - Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Eletrobras. As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais arredondadas para o número mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4.4 – Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, com exceção da implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas a seguir.

4.4.1 - Adoção de novas normas e interpretações

A Companhia não identificou impactos quanto às aplicações das alterações e novas interpretações às IFRSs e aos CPCs emitidos pelo IASB e pelo CPC, respectivamente as quais são divulgados a seguir:

Revisão de Pronunciamento Técnico nº	Normas revisadas	Alteração	Aplicável a partir de
17	CPC 48/IFRS 9; CPC 38/IAS 39; CPC 40/IFRS 7; CPC 11/IFRS 4; e CPC 06(R2)/IFRS 16	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (<i>LIBOR</i>). Esta alteração na norma inclui exceções temporárias aos requerimentos atuais da contabilidade de hedge para neutralizar os efeitos das incertezas causadas pela reforma da taxa de juros referenciais (<i>LIBOR</i>). Esta alteração não gerou impacto relevante nas demonstrações financeiras consolidadas.	01/01/2021
18	CPC 06 (R2)/IFRS 16	O arrendatário deve aplicar o Benefício Relacionado à Covid-19 Concedido em Contratos de Arrendamento, reconhecendo o efeito cumulativo da aplicação inicial como um ajuste no saldo inicial dos lucros acumulados no início do período em que o arrendatário aplicar a revisão pela primeira vez. O arrendatário não precisa divulgar a informação requerida pelo item 28 (f) do CPC 23/IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Esta alteração na norma inclui exceções temporárias aos requerimentos atuais da contabilidade de hedge para neutralizar os efeitos das incertezas causadas pela reforma da taxa de juros referenciais (<i>LIBOR</i>). Esta alteração não gerou impacto relevante nas demonstrações financeiras consolidadas.	01/01/2021

Relatório da Administração/Comentário Anho

4.4.2- Novas normas e interpretações ainda não vigentes

A partir de 1º janeiro de 2022, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais a Companhia não realizou a adoção antecipada e está acompanhando as discussões. Até o momento a Companhia não espera impactos significativos quando da adoção destas normas.

Revisão de Pronunciamento Técnico nº	Normas revisadas	Alteração	Aplicável a partir de
19	CPC 27/IAS 16	As alterações proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso, isto é, recursos para trazer o ativo ao local e na condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração.	01/01/2022
19	CPC 25/IAS 37	As alterações especificam que o 'custo de cumprimento' do contrato compreende os 'custos diretamente relacionados ao contrato'. As alterações são aplicáveis a contratos para os quais a entidade ainda não cumpriu todas as suas obrigações no início do período anual no qual a entidade aplica as alterações pela primeira vez.	01/01/2022
19	CPC 15/IFRS 3	As alterações fazem a IFRS 3 se referir à Estrutura Conceitual de 2018 em vez da Estrutura de 1989. Além disso, incluem a exigência de que, para obrigações dentro do escopo da IAS 37, o comprador aplica a IAS 37 para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados.	01/01/2022
19	CPC 37/IFRS 1	As alterações indicam que a controlada que usa a isenção do item D16(a) pode escolher, em suas demonstrações contábeis, mensurar as diferenças acumuladas de conversão para todas as operações no exterior no valor contábil que seria incluído na demonstração consolidada da controladora, caso nenhum ajuste seja feito para os procedimentos de consolidação e para os efeitos da combinação de negócios na qual a controladora adquiriu a controlada.	01/01/2022
19	CPC 48/IFRS 9	As alterações esclarecem que ao determinar as taxas pagas líquidas de taxas recebidas, o devedor inclui apenas taxas pagas ou recebidas entre o devedor e o credor, incluindo taxas pagas ou recebidas pelo devedor ou pelo credor em nome do outro.	01/01/2022

4.5 - Bases de consolidação e investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas

Nas demonstrações financeiras individuais, as demonstrações financeiras das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto, assim como das coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidas pelo seu valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da Companhia no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para as demonstrações financeiras consolidadas as controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é detido pela Companhia e a consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas, controladas em conjunto e coligadas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas adotadas pela Companhia.

As controladas, controladas em conjunto e coligadas estão substancialmente domiciliadas no Brasil.

a) Controladas

O controle é determinado quando a entidade está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com outra entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas.

Todas as transações, saldos, receitas, custos e despesas entre as controladas da Companhia são completamente eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas.

Relatório da Administração/Comentário nho

	31/12/2021		31/12/2020	
	Participação		Participação	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Controladas				
Eletronuclear	99,95%	-	99,95%	-
CGT Eletrosul	99,89%	-	99,89%	-
Chesf	99,58%	-	99,58%	-
Furnas	99,56%	-	99,56%	-
Eletronorte	99,66%	-	99,66%	-
Eletropar	83,71%	-	83,71%	-
Brasil Ventos Energia S.A.	-	99,56%	-	99,56%
Transenergia Goiás S.A.	-	99,56%	-	99,44%
Amazonas GT (a)	-	-	-	99,48%
Livramento Holding S.A. (b)	-	78,00%	-	78,00%
Operações em conjunto (consórcios)				
Consórcio Energético Cruzeiro do Sul	-	49,00%	-	49,00%
Complexo Eólico Pindaí I (c)				
Angical 2 Energia S.A.	-	-	-	99,96%
Caititu 2 Energia S.A.	-	-	-	99,96%
Caititu 3 Energia S.A.	-	-	-	99,96%
Carcará Energia S.A.	-	-	-	99,96%
Corrupião 3 Energia S.A.	-	-	-	99,96%
Teiú 2 Energia S.A.	-	-	-	99,95%
Acauã Energia S.A.	-	-	-	99,93%
Arapapá Energia S.A.	-	-	-	99,90%
Complexo Eólico Pindaí II (c)				
Coqueirinho 2 Energia S.A.	-	-	-	99,98%
Papagaio Energia S.A.	-	-	-	99,96%
Complexo Eólico Pindaí III (c)				
Tamanduá Mirim 2 Energia S.A.	-	-	-	83,01%

(a) Em julho de 2021, houve a incorporação da Amazonas GT pela Eletronorte;

(b) Empresa classificada como mantida para venda, vide nota 47; e

(c) Em março de 2021, houve a incorporação das SPEs dos Complexos Eólicos Pindaí I, II e III pela Chesf.

A controlada CGT Eletrosul possui uma operação em conjunto, decorrente de uma participação de 49% no Consórcio Cruzeiro do Sul, que opera a UHE Governador Jayme Canet Junior, em Telêmaco Borba/Ortigueira (PR), em operação comercial desde 2012, pelo prazo de 30 anos. A CGT Eletrosul (e a Eletrobras, nas suas demonstrações consolidadas) tem direito a uma participação proporcional nas receitas e assume uma parcela proporcional das despesas da operação em conjunto.

b) Investimentos em coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre os quais a Companhia tem influência significativa, e que não se configura como uma controlada nem em uma controlada em conjunto.

c) Controladas em conjunto

Negócio em conjunto é aquele em que duas ou mais partes têm o controle conjunto estabelecido contratualmente, podendo ser classificado como uma operação em conjunto ou um empreendimento controlado em conjunto, dependendo dos direitos e obrigações das partes.

4.6 - Demonstração do valor adicionado - DVA

A legislação societária brasileira exige para as companhias abertas à elaboração da DVA e sua divulgação como parte integrante do conjunto das demonstrações financeiras. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08. O IFRS não exige a apresentação desta demonstração.

Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas.

Relatório da Administração/Comentário nho

NOTA 5 – ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

Na aplicação das políticas contábeis, a Administração da Eletrobras deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações nas notas explicativas.

As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Ainda que estas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Administração da e de suas controladas, a materialização sobre o valor contábil de receitas, despesas, ativos e passivos são inerentemente incertas, por decorrer do uso de julgamento. Como consequência, a Companhia pode sofrer efeitos em decorrência de imprecisão nestas estimativas e julgamentos que sejam substanciais em períodos futuros, que podem ter efeito material adverso na sua condição financeira, no resultado de suas atividades e/ou nos seus fluxos de caixa.

A seguir, são apresentadas as principais premissas das estimativas contábeis avaliadas como as mais críticas pela Administração da Eletrobras e de suas controladas, a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza utilizadas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos nos próximos exercícios:

5.1 - Ativo e passivo fiscais diferidos

As estimativas de lucro tributável futuro, base para a análise de realização de ativos fiscais diferidos líquidos, são baseadas nos orçamentos anuais e no plano estratégico, ambos revisados periodicamente e no histórico de lucratividade. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido (Nota 14.2).

5.2 - Provisão para redução do valor recuperável de ativos de longa duração

A Administração da Eletrobras considera premissas e dados técnicos para elaboração do teste de determinação de recuperação de ativos. Nesta prática são aplicadas premissas, baseadas na experiência histórica na gestão do ativo, conjunto de ativos ou unidade geradora de caixa, e práticas de avaliação comumente utilizadas no mercado. Tais premissas podem, eventualmente, não se verificarem no futuro, inclusive quanto à vida útil econômica estimada. Atualmente, a vida útil adotada pela Companhia está de acordo com as práticas determinadas pela ANEEL, aplicáveis sobre os ativos vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica, que podem variar em decorrência da análise periódica do prazo de vida útil econômica de bens, em vigor.

Diversos eventos incertos também compõem as premissas utilizadas pela Companhia, dentre elas: as tarifas futuras para compra e venda de energia elétrica; data de entrada em operação de empreendimentos em construção; a taxa de crescimento da atividade econômica no país; e disponibilidade de recursos hídricos; além daquelas inerentes ao fim dos prazos de concessão de serviços públicos de energia elétrica, em especial quanto ao valor de sua reversão ao final do prazo de concessão. Neste ponto, foi adotada a premissa de que a indenização está contratualmente prevista.

5.3 - Provisão para desmobilização de ativos

A Companhia reconhece provisão para obrigações com a desativação de ativos relativos às suas usinas termoeletricas. Para determinar o valor da provisão, premissas e estimativas são feitas em relação às taxas de desconto, ao custo estimado para a desativação e remoção de todas as usinas dos locais e à época esperada dos referidos custos (Nota 35). A estimativa dos custos é baseada nos requerimentos legais, regulatórios e ambientais para a desativação e remoção de todas as usinas em conjunto assim como os preços de produtos e serviços a serem utilizados no final da vida útil.

Relatório da Administração/Comentário nho

5.4 - Obrigações atuariais

As obrigações atuariais registradas são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes com base na expectativa de vida do participante, idade média de aposentadoria e inflação. Contudo, os resultados reais futuros dos benefícios podem ser diferentes daqueles existentes e registrados contabilmente (Nota 33).

5.5 - Provisões e passivos contingentes

As provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis são reconhecidas quando há obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, cuja liquidação seja provável e que seja possível estimarem os valores de forma confiável, com base na avaliação da Administração e dos assessores jurídicos internos e externos. Os valores provisionados são registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos referidos processos judiciais. Riscos contingentes com expectativa de perda possível são divulgados pela Administração, não sendo constituída provisão. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis (Nota 34).

5.6 - Provisão para Perda Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD

A Companhia adotou a abordagem simplificada e calcula a perda esperada, com base na expectativa de risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida útil do instrumento financeiro de acordo com o IFRS 9, que estabeleceu uma matriz de cálculo com base nas taxas de perda esperadas das contrapartes.

Considera-se um ativo financeiro inadimplente quando: (i) é improvável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito com a Companhia sem recorrer a ações como a garantia (se houver); ou (ii) o ativo financeiro expirou de acordo com as regras atuais. Vide notas 10 e 11.

5.7 - Avaliação de instrumentos financeiros

A Administração da Eletrobras utiliza técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros, como fluxos futuros contratuais esperados, prazos de recebimentos destes fluxos e taxas de desconto. A nota 44 apresenta as informações sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas. A Administração da Eletrobras e suas controladas acreditam que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

5.8 - Contratos onerosos

A Companhia e as controladas utilizam-se de premissas relacionadas aos custos e benefícios econômicos de cada contrato para a determinação da existência ou não de um contrato oneroso. No caso de compromissos de longo prazo como compra e venda de energia, uma das estimativas críticas na determinação do montante de provisão para a venda futura do contrato é o Preço de Liquidação de Diferenças - PLD considerado nos fluxos de caixa, sendo que a Companhia utiliza como base o PLD médio histórico aprovado pela Administração da Eletrobras como premissa para o cálculo da provisão do contrato oneroso, assim como a taxa de desconto utilizada para os fluxos de caixa. Os valores reais do PLD e/ou dos elementos considerados dentro da taxa de desconto ao longo dos anos podem ser superiores ou inferiores aos das premissas utilizadas pela Companhia. Adicionalmente, a Companhia avalia se há contratos onerosos em concessões onde o atual custo esperado para a operação e manutenção não é coberto integralmente pelas receitas (Nota 32).

Relatório da Administração/Comentário nho

5.9 - Avaliação dos ativos contratuais de transmissão

Os ativos de transmissão da Companhia são tratados no escopo do CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente e classificados como ativos de contrato. Todas as concessões de transmissão da Eletrobras e suas controladas estão classificadas dentro do modelo de ativo contratual, conforme CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual (Nota 17) se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo Contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido.

O valor do ativo contratual da Eletrobras e suas controladas é formado substancialmente por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação e são revisitados a cada Revisão Tarifária Periódica - RTP.

A Administração da Eletrobras utilizou as seguintes principais premissas para avaliar os ativos contratuais de transmissão:

- A RAP estipulada no contrato de concessão (*Bid* leilão ou renovação da concessão);
- Curva de investimento previsto anexado ao contrato de concessão, taxa de depreciação considerada no contrato de concessão;
- Taxa de retorno implícita do contrato obtida após a precificação das margens pelo fluxo de RAP esperado no momento da renovação ou celebração contratual em comparação ao fluxo de investimento esperado ou realizado;
- Atribuição de margens a partir do WACC da Eletrobras com acréscimo de risco por componente de operação e construção; e
- Inclusão da Parcela Variável - PV como critério de risco baseado no histórico apurado.

5.10 - Estimativa da taxa incremental de arrendamentos

Os arrendamentos vigentes não possuem sua taxa de juros implícita prontamente identificável, motivo pelo qual a Companhia considera a taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos de arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao tomar empréstimos, por prazo semelhante, para obter os recursos necessários para a aquisição de ativos com valores similares ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A Companhia obtém as taxas específicas que abrangem o prazo remanescente de cada contrato. Como não é possível determinar a taxa de juros implícita no arrendamento, a Companhia estima o custo de financiamento do arrendatário para determinação da taxa de desconto dos arrendamentos, (Nota 27).

5.11 – Determinação da vida útil dos ativos

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A Companhia considera que a vida útil estimada de cada ativo é semelhante às taxas de depreciação determinadas pela ANEEL, as quais são tidas pelo mercado como aceitáveis por expressar adequadamente o tempo de vida útil dos bens.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

5.12 – Determinação de controle

Em algumas circunstâncias julgamento é exigido para determinar se, depois de considerar todos os fatores relevantes, a Companhia possui controle, controle conjunto ou influência significativa sobre uma entidade.

Relatório da Administração/Comentário Anho

5.13 – Repactuação dos custos de risco hidrológico

Os ativos intangíveis relacionados a repactuação do risco hidrológico foram reconhecidos a valor justo pelas controladas da Companhia. O valor justo foi determinado com base nos parâmetros determinados pela regulamentação da ANEEL e os valores das compensações calculados pela CCEE. Os direitos de extensão foram reconhecimentos em contrapartida da rubrica "Custos operacionais – Repactuação do risco hidrológico". A amortização é reconhecida pelo método linear até o final do prazo de concessão, ajustado com a extensão a partir da data de repactuação.

NOTA 6 – CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e Bancos	6.035	21.623	85.608	124.139
Aplicações Financeiras (a)	1.349	7	107.051	162.468
Total	7.384	21.630	192.659	286.607

(a) As aplicações financeiras são de liquidez imediata, substancialmente com remuneração CDI/SELIC. Nenhum título público encontra-se classificado como caixa e equivalentes de caixa.

Prática contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses.

Os saldos considerados como equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de liquidez imediata, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e à gestão de caixa da Companhia.

NOTA 7 – CAIXA RESTRITO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Comercialização - Itaipu (a)	1.038.270	1.314.234	1.038.270	1.314.234
Comercialização - PROINFA (b)	1.041.481	1.471.908	1.041.481	1.471.908
PROCEL	433.268	495.260	433.268	495.260
Conta Garantia - SPEs (c)	-	100.000	-	100.000
Recursos da RGR	31.575	30.890	31.575	30.890
Convênio Itaipu (d)	-	-	-	161.070
Total	2.544.594	3.412.292	2.544.594	3.573.362

(a) Comercialização – Itaipu

A base tarifária e os termos de comercialização estarão vigentes até 2023, quando então deverão ser revistos pelas Altas Partes, que são os Estados Brasileiro e Paraguai. A tarifa de Itaipu é uma tarifa "por custo de serviço" e foi estabelecida de forma preponderante a permitir o pagamento do serviço da dívida e a manter os seus gastos de operação e manutenção. Maiores detalhes, vide nota 18.

(b) Comercialização – PROINFA

O PROINFA, instituído pela Lei nº 10.438/2002, e suas alterações, tem como objetivo a diversificação da matriz energética brasileira com a utilização de fontes renováveis de energia, mediante o aproveitamento econômico dos insumos disponíveis e das tecnologias aplicáveis. As concessionárias de transmissão pagam à Companhia o valor de energia em quotas, equivalente ao custo correspondente à participação dos consumidores cativos, dos consumidores livres e dos autoprodutores conectados às suas instalações. As operações relativas à compra e venda de energia no âmbito do PROINFA não afetam o resultado da Companhia. Maiores detalhes, vide nota 40.

Relatório da Administração/Comentário nho

(c) Conta Garantia – SPEs

Com a venda do Complexo Eólico Hermenegildo, alienada em 2020, não se faz mais necessário aportar tal garantia, ocasionando uma redução no saldo da referida rubrica.

(d) Convênio Itaipu

Em dezembro de 2020, foi celebrado um convênio de cooperação técnica e financeira entre Furnas e Itaipu Binacional, cujo objeto é a revitalização do sistema de corrente contínua de Furnas dedicado à Usina Hidrelétrica de Itaipu. Em janeiro de 2021 este saldo foi transferido para títulos e valores mobiliários, vide nota 8.

Prática contábil

O caixa restrito é composto por aplicações financeiras mensuradas ao valor justo, sendo os recursos arrecadados pelos respectivos fundos que são utilizados exclusivamente para atender às suas disposições regulamentares não estando disponíveis para a Companhia.

NOTA 8 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em atendimento a Resolução nº 3.284 do Banco Central do Brasil, as aplicações das disponibilidades oriundas de receitas próprias das empresas públicas e das sociedades de economia mista, integrantes da Administração Federal Indireta, somente podem ser efetuadas em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal – CEF e pelo Banco do Brasil S.A. Logo, a Companhia aplica seus recursos nos fundos extramercados lastreados em títulos públicos substancialmente de vencimento de longo prazo, cuja utilização contempla tanto o programa de investimento corporativo no curto prazo como também, a manutenção do caixa operacional da Companhia.

Em 1º de março de 2022 a referida Resolução foi revogada por meio da Resolução nº 4.986 do Conselho Monetário Nacional – CMN, entretanto a Companhia ainda mantém seus investimentos nas mesmas instituições financeiras.

Os montantes classificados como circulante atendem os critérios exigidos no CPC 26/IAS 01 – Apresentação das Demonstrações Contábeis uma vez que sua realização é esperada no decurso normal do ciclo operacional da Companhia, portanto a Companhia reclassificou os montantes referentes ao Fundo de Energia do Sudeste e Centro-Oeste - FESC e Fundo de Energia do Nordeste - FEN anteriormente apresentados no circulante, para o não circulante, tendo em vista que não há a expectativa de utilização dos mesmos no curto prazo de acordo com suas respectivas restrições de investimento.

O detalhamento dos títulos e valores mobiliários, nos fundos nos quais a Companhia aplica seus recursos, se dá como se segue:

Relatório da Administração/Comentário nho

Títulos	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020 (Reclassificado)
Circulante				
Letra do Tesouro Nacional *	5.407.449	6.206.587	9.823.486	8.697.929
Nota do Tesouro Nacional - série F *	49.842	1.230.849	143.768	1.727.775
Letra Financeira do Tesouro Nacional *	-	-	690.470	100.928
Títulos de Renda Fixa *	-	-	3.182.447	1.995.010
Operações Compromissadas	569.074	302.615	1.489.807	641.878
Outros	-	-	145.227	506.538
Títulos Restritos				
Convênio Itaipu (a)	-	-	165.571	-
	6.026.365	7.740.051	15.640.776	13.670.058
Não Circulante				
Partes Beneficiárias (b)	393.747	320.299	393.747	320.299
Fundo de Energia do Sudeste e Centro-Oeste (c)	-	-	554.123	253.731
Fundo de Energia do Nordeste (d)	-	-	140.705	115.569
Outros	4.533	2.585	4.901	2.937
	398.280	322.884	1.093.476	692.536
Total	6.424.645	8.062.935	16.734.252	14.362.594

(*) Títulos com indexador Prefixado.

(a) Convênio Itaipu

Em dezembro de 2020, foi celebrado um convênio de cooperação técnica e financeira entre Furnas e Itaipu Binacional, cujo objetivo é a cooperação para desenvolvimento conjunto do projeto denominado "Revitalização do Sistema HVDC de Furnas Associado à UHE Itaipu" que consiste na modernização de equipamentos na estação conversora em Foz do Iguaçu. A modernização do sistema de transmissão associado à UHE Itaipu, se encontra no Plano Decenal de Expansão de energia – PDE 2030, aprovado pela Portaria Normativa MME nº 2, de 25 de fevereiro de 2021.

(b) Partes Beneficiárias

Títulos adquiridos em decorrência da reestruturação do investimento da Companhia na controlada INVESTCO S.A. Estes ativos garantem rendimentos anuais equivalentes a 10% do lucro das empresas Lajeado Energia S.A., Paulista Lajeado Energia S.A. e CEB Lajeado Energia S.A., pagos juntamente com os dividendos, e serão resgatados no vencimento previsto para outubro de 2032, mediante sua conversão em ações preferenciais do capital social das referidas empresas. Esses títulos são ajustados a valor presente.

(c) Fundo de Energia do Sudeste e Centro-Oeste – FESC

Fundo setorial, criado pela MP nº 677/2015, convertida em Lei nº 13.182/2015, de 03 de novembro de 2015, com o objetivo de prover recursos para suprir as empresas eletrointensivas do Centro-Oeste e do Sudeste, o FESC permite que Furnas negocie energia elétrica a preços competitivos com as indústrias de ferroliga, de silício metálico, ou de magnésio, com ampliação dos investimentos em energia elétrica, especialmente nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste. Furnas usará os recursos deste fundo para a aquisição/formação destas SPEs podendo sua participação acionária ser de até 49% do capital próprio dessas sociedades.

(d) Fundo de Energia do Nordeste – FEN

Fundo setorial, criado pela MP nº 677/2015, convertida em Lei nº 13.182/2015, de 03 de novembro de 2015. Os recursos revertidos para o fundo são calculados pela diferença entre o preço pago pelos grandes consumidores à Chesf e o custo de geração da energia, nos termos da legislação, com o objetivo de prover recursos para a implantação de empreendimentos de energia elétrica na Região Nordeste do Brasil, por meio de SPEs. A Chesf usará os recursos deste fundo para a aquisição/formação destas SPEs podendo sua participação acionária ser de até 49% do capital próprio dessas sociedades.

Relatório da Administração/Comentário nho

Prática contábil

Os títulos e valores mobiliários da Companhia são inicialmente mensurados a valor justo e, posteriormente, mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado por se tratarem substancialmente de investimentos em títulos públicos federais brasileiros, em conformidade com a Resolução nº 3.284 do Banco Central do Brasil.

NOTA 9 – FUNDO PARA DESCOMISSIONAMENTO

O descomissionamento de usinas nucleares constitui-se de um conjunto de medidas tomadas para retirar de serviço, com segurança, uma instalação nuclear, reduzindo a radioatividade residual a níveis que permitam liberar o local para uso restrito ou irrestrito. Para permitir a inclusão dos custos a serem incorridos com o descomissionamento das Usinas Angra 1 e 2, foi constituído contabilmente uma obrigação para desmobilização de ativos, com base em estudos técnicos elaborados pela Companhia, conforme nota 35.

Anualmente, a Eletrobras estabelece o montante a ser recolhido ao fundo financeiro para o descomissionamento das Usinas Angra 1 e Angra 2, considerando como base de cálculo, a parcela considerada pela ANEEL, na receita fixa das mencionadas usinas. Para o exercício de 2021, o valor depositado foi de R\$ 186.781 (R\$ 184.960 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

O mencionado fundo é mantido com o Banco do Brasil, através de um fundo de investimento extramercado de longo prazo, exclusivo para acumular os recursos destinados a custear as atividades de descomissionamento. A titularidade deste fundo pertence à Eletrobras, conforme determinado pelo CNPE.

A seguir, demonstramos o detalhamento de carteira do mencionado fundo:

	CONTROLADORA / CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020
Títulos públicos	1.990.189	1.593.736
Op. Compromissadas	74.551	165.359
Dólar comercial futuro	(9.068)	(5.303)
Outros	41	35
Total	2.055.713	1.753.827

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o fundo para descomissionamento apresenta acréscimo financeiro de R\$ 78.680 (R\$ 405.281 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020), em função da carteira do Fundo Financeiro para descomissionamento conter título público vinculado à variação da moeda dólar norte-americano.

Prática contábil

A Companhia considera o fundo para descomissionamento como um ativo financeiro mensurado a valor justo por meio do resultado, no qual os ganhos e perdas financeiras são reconhecidos na rubrica do resultado financeiro, uma vez que a carteira deste fundo contém títulos públicos vinculados à variação do dólar norte-americano. Além disso, os rendimentos financeiros, incorridos ao longo do exercício, estão sujeitos à devida tributação do imposto de renda na fonte.

Relatório da Administração/Comentário nho

NOTA 10 – CLIENTES

	CONSOLIDADO					31/12/2020
	31/12/2021					
	A vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos + de 90 dias	Créditos Renegociados	Total	Total
Circulante						
Suprimento/Fornecimento de Energia (a)	2.365.930	118.645	286.721	22.685	2.793.981	3.317.936
Energia Elétrica de Curto Prazo - CCEE (b)	220.541	76.671	1.950	-	299.162	1.872.261
Uso da Rede Elétrica (c)	795.792	30.302	34.892	-	860.986	844.587
Conexão/Disponibilização ao Sistema de Transmissão PROINFA	386.248	13.197	111.927	-	511.372	757.967
Parcelamento (-) PECLD (d)	524.939	-	-	-	524.939	336.692
	22.739	28.438	-	582.574	633.751	112.212
	(122.676)	(24.948)	(263.613)	(117.978)	(529.215)	(1.269.998)
	4.193.513	242.305	171.877	487.281	5.094.976	5.971.657
Não Circulante						
Suprimento/Fornecimento de Energia (a)	-	-	9.548	1.825.119	1.834.667	2.129.202
Energia Elétrica de Curto Prazo - CCEE (b)	-	-	293.560	-	293.560	293.560
Uso da Rede Elétrica (c)	-	-	4.348	-	4.348	4.348
(-) PECLD (d)	-	-	(307.456)	(832.039)	(1.139.495)	(1.365.211)
	-	-	-	993.080	993.080	1.061.899
Total Clientes	4.193.513	242.305	171.877	1.480.361	6.088.056	7.033.556

(a) Suprimento/Fornecimento de Energia

Créditos a receber decorrentes da venda de energia no Ambiente de Contratação Regulada – ACR e no Ambiente de Contratação Livre – ACL.

Em julho de 2021, a controlada Eletronorte celebrou o 4º Instrumento de Confissão de Dívidas – ICD, cujo objeto é a repactuação da dívida da Amazonas Energia S.A. junto à Eletronorte referente às faturas de Operação e Manutenção - O&M e Potência dos contratos dos Produtores Independentes de Energia - PIEs, localizados na capital de Manaus, vencidos entre novembro de 2020 a julho de 2021. O valor pactuado foi de R\$ 808.750 sendo as condições da pactuação: carência de 12 meses de juros e principal encerrando em 30 de junho de 2022, prazo de amortização de 60 meses, taxa de Certificado de Depósito Interbancário - CDI +2,75% a.a., com vinculação, em garantia, de recebimento de créditos estimados de Sobrecontratação e Mercado de Curto Prazo nos montantes de aproximadamente R\$ 73.000 e R\$ 80.000, respectivamente, que vierem a ser recebidos pela Amazonas Energia S.A. e também com garantia equivalente a uma prestação. O saldo a receber referente aos ICD com a Amazonas Energia S.A. em 31 de dezembro de 2021 corresponde a R\$ 1.713.807.

(b) Energia Elétrica de Curto prazo – CCEE

Créditos a receber decorrentes da liquidação das diferenças entre os montantes de energia elétrica contratados e os montantes de geração ou consumo efetivamente verificados e atribuídos aos respectivos agentes da CCEE.

Em agosto de 2021, a controlada Chesf realizou o pagamento na CCEE do valor de R\$ 1.419.935, sendo este composto por um débito de R\$ 1.824.795 menos um crédito de R\$ 404.860 em virtude do GSF. Adicionalmente, houve o registro da baixa definitiva no valor de R\$ 790.126 em função do resultado da análise da situação de créditos vencidos de longa data.

(c) Uso de Rede Elétrica

Créditos a receber decorrentes do uso da rede de transmissão pelos usuários conectados à rede.

(d) Provisão para Perda Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD

As controladas constituem e mantêm provisões a partir de análise dos valores constantes das contas a receber vencidas e a vencer, analisando o histórico de perdas e a expectativa da Companhia com relação a perdas esperadas sobre os créditos, cujo montante é considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas esperadas na realização desses ativos a vencer e vencidos.

Relatório da Administração/Comentário nho

As movimentações na provisão nos exercícios de 12 meses findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são as seguintes:

CONSOLIDADO		
Saldo inicial em 31 de dezembro 2020 e 2019	2.635.209	1.928.072
(+) Constituição	619.232	994.167
(-) Reversão	(738.732)	(189.302)
(-) Baixa	(855.403)	(97.728)
Transferências	8.404	-
Saldo final em 31 de dezembro 2021 e 2020	1.668.710	2.635.209

Em maio de 2021, a controlada Eletronorte assinou com a Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA, o Acordo de Renegociação de Dívidas - ARD, cujo objeto foi a novação da dívida da CEA junto a Eletronorte com a finalidade de: (i) viabilizar o recebimento dos créditos pela Eletronorte em função da atual situação econômica e financeira da CEA; e (ii) auxiliar a viabilização do processo de licitação da concessão de distribuição de energia elétrica associada à transferência de controle da Distribuidora, conforme regulado pela Lei n.º 12.783/2013, pelo Decreto nº 9.192/2017, e pelas condições aprovadas pela Portaria Interministerial nº 2, de 08 de março 2021, emitida em conjunto pelo Ministério de Minas e Energia e Ministério da Economia. Uma das condições de eficácia do referido ARD foi a desestatização da CEA ocorrida em junho de 2021, conforme estabelecido na Lei nº 14.120/2021.

A distribuidora Roraima Energia S.A., antes de ser privatizada, possuía dívidas renegociadas e não pagas com Eletronorte que foram objeto de instrumento de reconhecimento e parcelamento de dívida firmado em fevereiro de 2019, no valor de R\$ 540.583. Durante o período de carência, a devedora manteve adimplência dos juros sobre o principal, não sendo verificado nenhum atraso. Com o fim desse período, iniciou-se o pagamento das parcelas de juros acrescidos de amortização e, até o presente momento, não foi observado inadimplemento.

A controlada Eletronorte, considerando a análise de crédito, capacidade financeiras da contraparte e o histórico de adimplência no pagamento da dívida renegociada, seguindo a política de provisão para crédito de liquidação duvidosa, reverteu provisão para crédito de liquidação duvidosa no montante de R\$ 520.757 com a Roraima Energia S.A e o montante de R\$ 134.129 da Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA.

Em dezembro de 2021 a Eletronorte alterou o risco do cliente Amazonas Energia tendo em vista a recente inadimplência da mesma em relação aos débitos vencidos e não pagos e reconheceu uma provisão adicional de R\$ 450.223. O total provisionado como PECLD da Amazonas Energia em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 916.353.

A controlada Chesf registrou uma baixa no valor de R\$ 790.126 em função do resultado da análise da situação de créditos vencidos de longa data. Este registro não afetará o andamento dos processos relacionados às cobranças judiciais em curso.

A constituição, reversão e baixa da provisão foram registradas no resultado do exercício como despesas operacionais, vide nota 41.1.

Prática contábil

As contas a receber de clientes são contabilizadas com base no regime de competência, reconhecidas inicialmente pelo preço da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado menos a provisão para PECLD.

A Companhia adotou a abordagem simplificada para cálculo da perda estimada em crédito, conforme mencionado na nota 5.6.

A apuração da PECLD é realizada com base em dois critérios, e mensurada dos dois o maior:

- Análise individual por cliente e tempo de relacionamento:

Relatório da Administração/Comentário Anho

Clientes com mais de dois anos de relacionamento: *Aging list* individualizado por cliente, ou seja, histórico de faturamento versus recebimento considerando um cenário de 2 anos sendo o percentual de inadimplência aplicado no saldo total do contas a receber deste cliente;

Clientes entre 1 ano e 2 anos de relacionamento: *Aging list* individualizado por cliente, ou seja, histórico de faturamento versus recebimento considerando um cenário de tempo de relacionamento (entre 1 e 2 anos) sendo o percentual de inadimplência aplicado no saldo total do contas a receber deste cliente; e

Clientes com menos de 1 ano: *Aging list* médio da carteira integral de clientes. Histórico de faturamento de toda carteira versus recebimento integral considerando cenário de 2 anos sendo o percentual de inadimplência aplicado no saldo do novo cliente.

- Análise por fatura vencida:

Provisionamento do saldo da fatura vencida entre 90 e 119 dias, provisão de 50% da fatura; vencida entre de 120 e 179 dias, acréscimo de 25% na provisão; e vencido há mais de 180 dias, acréscimo de 25% na provisão totalizando 100% da fatura e provisionamento das demais faturas, independente do prazo. Em relação aos créditos renegociados, a Companhia realiza o provisionamento de 100% do saldo do cliente a partir do vencimento de qualquer fatura renegociada e a reversão dos saldos ocorre a partir da adimplência de 3 faturas consecutivas.

Com base na avaliação de perda estimada de clientes adimplentes, as contas a receber são normalmente liquidadas em um período de até 45 dias, motivo pelo qual os valores contábeis representam substancialmente os valores justos nas datas de encerramento contábil. Desta forma, esse grupo de clientes não possuem índice de inadimplência relevante ou significativo que justificassem o provisionamento de risco individual.

Os valores são baixados da provisão e reconhecidos como perda definitiva quando não há mais expectativa de recuperação dos recursos.

Os créditos renegociados são recalculados com base nos fluxos de caixa renegociados, descontados pela taxa de juros efetiva original dos contratos ou pelas taxas de juros revisadas. As diferenças entre os créditos originais e os créditos recalculados são reconhecidos no resultado.

NOTA 11 – FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS A RECEBER

	Taxa Média		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Eletronorte (a)	6,73	5,54	2.072.281	503.913	-	-
CGT Eletrosul	5,76	4,00	1.277.658	1.260.147	-	-
Eletronuclear	5,00	5,00	651.276	715.486	-	-
Fumas	5,83	5,61	611.165	1.459.009	-	-
Amazonas GT (a)	-	3,20	-	2.270.943	-	-
Amazonas Energia S.A.	7,59	5,78	4.009.587	3.998.324	4.009.587	3.998.324
Itaipu Binacional (b)	5,43	6,93	688.884	4.200.471	688.884	4.200.471
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	5,69	3,45	1.135.749	1.505.961	1.135.749	1.505.962
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A	5,34	3,75	687.679	1.008.052	687.679	1.008.052
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	6,29	2,50	411.595	571.127	411.595	571.127
Roraima Energia S.A.	7,02	2,22	143.896	147.764	143.896	147.764
Outras	-	-	154.476	248.201	154.477	248.201
(-) PECLD	-	-	(1.388.340)	(755.002)	(1.388.340)	(755.002)
Total			10.455.906	17.134.396	5.843.527	10.924.899
Principal			2.234.352	5.849.243	1.232.745	4.696.162
Encargos			40.949	88.080	19.021	52.499
Circulante			2.275.301	5.937.323	1.251.766	4.748.661
Não Circulante			8.180.605	11.197.073	4.591.761	6.176.238
Total			10.455.906	17.134.396	5.843.527	10.924.899

(a) A Amazonas GT foi incorporada pela Eletronorte em julho de 2021.

(b) A redução no saldo devedor está diretamente relacionada à amortização no valor de R\$ 3.637.681.

Relatório da Administração/Comentário nho

Os financiamentos e empréstimos concedidos são efetuados com recursos próprios da Companhia e de recursos externos captados através de agências internacionais de desenvolvimento, instituições financeiras e decorrentes do lançamento de títulos nos mercados financeiros nacional e internacional.

Todos os financiamentos e empréstimos concedidos estão respaldados por contratos formais firmados com as mutuárias. Quanto ao montante, cerca de 60% dos recebíveis deverão ser amortizados nos próximos cinco anos, em sua maioria em parcelas mensais, sendo a taxa média de juros ponderada pelo saldo da carteira, de 7,90% ao ano.

A Controladora é credora de um empréstimo com Itaipu Binacional com cláusula de atualização cambial que representa 11% do total da carteira consolidada (38% em 31 de dezembro de 2020). Os demais financiamentos e empréstimos preveem atualização com base em índices de IGP-M e IPCA.

11.1 - Provisão para Perda Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD Empréstimos a receber

As movimentações na provisão dos financiamentos e empréstimos concedidos da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são as seguintes:

CONTROLADORA / CONSOLIDADO		
Saldo inicial em 31 de dezembro 2020 e 2019	755.002	632.643
(+) Complemento	633.338	335.762
(-) Reversões	-	(213.403)
Saldo final em 31 de dezembro 2021 e 2020	1.388.340	755.002

A provisão realizada no exercício de 2021 refere-se principalmente à inadimplência da Amazonas Energia relacionada a primeira parcela dos contratos de serviço da dívida vencida em dezembro de 2021. Diante desta inadimplência e avaliando o histórico dessas negociações, a Eletrobras realizou uma provisão adicional no montante total de R\$ 620.089, totalizando R\$ 1.255.761.

Tal volume de provisão é julgado suficiente pela Administração da Eletrobras para fazer face a perdas esperadas nestes ativos, com base em análise do comportamento da carteira.

Prática Contábil

A companhia reconhece inicialmente os financiamentos e empréstimos a receber a valor justo, subsequentemente mensurados a custo amortizado, com pagamentos fixos ou determináveis e taxa média de juros, ponderada pelo saldo da carteira. O valor contábil destes ativos financeiros é reduzido por uma conta redutora de perda esperada de crédito para liquidação duvidosa. A constituição e a reversão da PECLD são registradas no resultado do exercício como Provisões Operacionais.

Relatório da Administração/Comentário Anho

NOTA 12 – REMUNERAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Os valores apresentados referem-se a dividendos e juros sobre o capital próprio a receber, líquidos de Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, quando aplicável, decorrente de investimentos de caráter permanente mantidos pela Companhia.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Circulante				
Controladas				
Eletronorte	2.471.778	1.405.170	-	-
Chesf	1.293.289	1.799.293	-	-
Fumas	984.621	508.472	-	-
CGT Eletrosul	69.143	470.903	-	-
Eletropar	5.116	8.997	-	-
Coligadas				
Lajeado Energia S.A.	101.318	100.280	101.318	100.280
Interligação Elétrica do Madeira S.A. - IE Madeira	-	-	60.238	2.859
Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. - CTEEP	40.431	195.155	40.431	198.359
Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. - BMTE	-	-	37.964	34.121
Manaus Construtora LTDA	-	-	23.298	23.298
Energética Águas da Pedra S.A. - EAPSA	-	-	21.854	14.034
Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica - CEEE-G	18.522	-	18.522	-
CEB Lajeado S.A.	17.267	12.147	17.267	12.147
Interligação Elétrica Garanhuns S.A. - IE Garanhuns	-	-	14.453	8.055
Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.	-	-	13.560	-
Goiás Transmissão S.A.	-	-	10.594	8.146
MGE Transmissão S.A.	-	-	10.498	5.616
Sistema de Transmissão Nordeste S.A. - STN	-	-	9.428	-
Retiro Baixo Energética S.A.	-	-	7.072	3.858
Paulista Lajeado Energia S.A.	5.371	15.202	5.371	15.202
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	-	-	4.997	6.163
Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T	4.064	-	4.064	-
Transenergia São Paulo S.A.	-	-	2.691	14.760
Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE	-	92.172	-	95.639
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	-	72.155	-	72.155
Enerpeixe S.A.	-	-	-	11.653
Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. - TSLE	-	-	-	4.153
Outros	17.811	40.545	39.522	45.012
Total	5.028.731	4.720.491	443.142	675.510

Prática contábil

Este grupo de contas destina-se à contabilização, dos créditos referentes a dividendos e juros sobre capital próprio, provenientes dos investimentos de acordo com a nota 20. Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro.

NOTA 13 – TRIBUTOS A RECUPERAR

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo circulante				
IRRF	453.927	512.074	518.797	729.591
PIS/COFINS a recuperar	2.798	7.126	191.934	38.571
Contribuição Social	-	-	-	29.365
ICMS a recuperar	-	-	30.290	6.540
Outros	-	-	14.885	29.893
	456.725	519.200	755.906	833.960
Ativo não circulante				
IR/CS	3.365	2.781	180.193	186.791
PIS/COFINS a recuperar	-	-	183.772	180.903
ICMS a recuperar	-	-	64.706	39.694
Outros	-	-	20.587	22.657
	3.365	2.781	449.258	430.045
Total	460.090	521.981	1.205.164	1.264.005

Relatório da Administração/Comentário ano

NOTA 14 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

14.1 - Imposto de renda e contribuição social corrente

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo circulante				
Antecipações/ Saldo negativo de IRPJ e CSLL	640.191	829.569	1.487.777	1.292.750
Passivo circulante				
Imposto de Renda corrente	-	-	35	232.716
Contribuição Social corrente	-	-	19.589	86.719
	-	-	19.624	319.435

14.2 - Imposto de renda e contribuição social diferidos

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo não circulante				
IRPJ e CSLL Diferidos	-	-	1.500.987	2.068.894
Passivo não circulante				
IRPJ e CSLL Diferidos	569.816	650.523	7.244.737	3.705.055

14.3 - Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Impostos diferidos por controladas					
	31/12/2021			31/12/2020		
	Ativo	Passivo	Efeito Líquido ativo (passivo)	Ativo	Passivo	Efeito Líquido ativo (passivo)
Ativo diferido						
Eletronorte	-	-	-	2.000.596	(1.718.093)	282.503
CGT Eletrosul	2.946.137	(1.445.150)	1.500.987	2.853.789	(1.213.385)	1.640.404
Chesf	-	-	-	1.848.014	(1.702.027)	145.987
Total	2.946.137	(1.445.150)	1.500.987	6.702.399	(4.633.505)	2.068.894
Passivo diferido						
Eletronorte	-	(569.816)	(569.816)	-	(650.523)	(650.523)
Chesf	1.754.433	(2.424.625)	(670.192)	-	-	-
Furnas	2.324.090	(6.459.602)	(4.135.512)	2.159.704	(5.203.825)	(3.044.121)
Eletronorte	-	(9.805)	(9.805)	-	(10.411)	(10.411)
Eletronorte	1.374.181	(3.233.593)	(1.859.412)	-	-	-
Eletronuclear	549.705	(549.705)	-	827.493	(827.493)	-
Total	6.002.409	(13.247.146)	(7.244.737)	2.987.197	(6.692.252)	(3.705.055)
Total	8.948.546	(14.692.296)		9.689.596	(11.325.757)	

Destaca-se a alteração do saldo líquido apresentado pela controlada Eletronorte no valor de R\$ 1.859.412 (passivo), em 31 de dezembro de 2021 (Ativo no valor de R\$ 282.503, em 31 de dezembro de 2020). Tal alteração ocorreu em virtude, principalmente, do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSSL diferidos sobre as reversões de PECLD, na ordem de R\$ 535.366 (redução do ativo) e o IRPJ e CSSL diferidos sobre o resultado das extensões das outorgas das concessões (GSF) de Tucuruí, Samuel e Curuá-Una no valor total de R\$ 971.778 (aumento do passivo).

Relatório da Administração/Comentário nho

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Tributos diferidos ativos				
Provisões Operacionais	-	-	1.015.144	2.642.799
Créd. Tributário s/ Prejuízo Fiscal e Base Negativa	-	-	2.052.298	2.182.759
Provisão para Contingências	-	-	2.370.870	2.176.195
Provisão de créditos de liquidação duvidosa	-	-	1.075.818	1.238.181
Ajuste da Lei 11.638/2007- RTT (IFRS)	-	-	348.481	657.891
Provisão para perdas em investimentos	-	-	234.400	161.127
Impairment	-	-	1.535.144	157.121
Outros	-	-	316.391	473.523
Total Ativo	-	-	8.948.546	9.689.596
Tributos diferidos passivos				
Ativo de contrato	-	-	10.104.705	8.822.661
Repactuação do Risco Hidrológico	-	-	1.344.845	-
AVP sobre Desmobilização de Ativo	-	-	416.620	789.109
Ajuste da Lei 11.638/2007- RTT (IFRS)	-	-	844.659	156.764
Instrumentos Financeiros VJORA	569.816	650.523	569.816	650.523
Ajustes CPC 47	-	-	296.528	157.236
Depreciação acelerada	-	-	273.826	247.127
Outros	-	-	841.297	502.337
Total Passivo	569.816	650.523	14.692.296	11.325.757
Tributos diferidos passivos, líquidos	569.816	650.523	5.743.750	1.636.161

Os montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras são resultantes de nossa melhor estimativa dos lucros tributáveis futuros, sendo a base do valor registrado formada pelas diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social de cada entidade.

A Companhia possui tributos diferidos (líquidos) derivados de diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, cuja realização esperada por exercício futuro é como segue:

	Eletrobras	CGT Eletrosul	Furnas	Chesf	Eletropar	Eletronorte	Total
2022	(189.939)	209.010	(597.571)	(4.005)	(3.268)	(40.124)	(625.897)
2023	(189.939)	176.711	(908.112)	(4.005)	(3.268)	(39.199)	(967.812)
2024	(189.938)	165.540	(998.503)	(13.292)	(3.269)	(98.902)	(1.138.364)
2025	-	27.157	(1.056.357)	(13.407)	-	(189.648)	(1.232.255)
Após 2025	-	922.569	(574.969)	(635.483)	-	(1.491.539)	(1.779.422)
Total	(569.816)	1.500.987	(4.135.512)	(670.192)	(9.805)	(1.859.412)	(5.743.750)

Adicionalmente, a Eletrobras e sua controlada Eletronuclear não apresentam perspectiva de lucro tributável futuro e, desta forma, os créditos tributários diferidos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não registrados nas demonstrações financeiras somam o valor de R\$ 3.565.988 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 2.926.448 em 31 de dezembro de 2020).

	31/12/2021	31/12/2020
Eletrobras	3.205.305	2.470.549
Eletronuclear	360.683	352.817
Amazonas GT (a)	-	103.082
Total	3.565.988	2.926.448

(a) A Amazonas GT foi incorporada pela Eletronorte em julho de 2021.

Além dos créditos tributários diferidos não reconhecidos, derivados de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, conforme demonstrado acima, a Controladora possui em seus livros fiscais diferenças temporárias ativas, que caso existissem os pressupostos para reconhecimento contábil, gerariam ativo fiscal diferido no montante de R\$ 11.204.268, em 31 de dezembro de 2021, cuja composição é apresentada a seguir:

Relatório da Administração/Comentário nho

Ativo Fiscal Diferido sobre diferenças temporárias não reconhecido	31/12/2021
Contingências	9.791.418
Provisão atuarial	255.238
PECLD	459.523
Variação cambial passiva	216.209
Outros	481.880
Total	11.204.268

14.4 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
	IRPJ/CSLL		IRPJ/CSLL	
Resultado operacional antes dos tributos	5.646.141	6.338.688	10.994.356	6.952.646
Total do IRPJ e CSLL calculado às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(1.919.688)	(2.155.154)	(3.738.081)	(2.363.900)
Efeitos de adições e exclusões:				
Tributos diferidos não reconhecidos/baixados (a)	(8.333.715)	(2.914.589)	(9.336.783)	(2.541.696)
Variação Cambial	(136.397)	169.228	(136.397)	169.228
Equivalência patrimonial	6.337.852	3.562.531	722.018	568.107
Provisões	4.166.364	1.226.823	5.721.293	826.380
Receita financeira - Ativo de Contrato	-	-	689.880	272.654
Receita de Dividendos	48.435	12.455	322.696	456.147
Constituição de tributo diferido sobre prejuízo fiscal/base negativa	-	-	13.525	1.698.017
Constituição/Reversão de Créditos Tributários	-	-	(887.365)	11.682
Incentivos Fiscais (b)	-	-	732.541	924.200
Doações	(4.377)	(4.408)	(17.830)	(17.889)
Repactuação Risco Hidrológico	-	-	1.317.411	-
Demais adições e exclusões permanentes	(158.474)	103.114	(683.631)	(568.263)
Total da despesa de IRPJ e CSLL	-	-	(5.280.723)	(565.333)
Alíquota efetiva	0,00%	0,00%	48,03%	8,13%

(a) Tributos diferidos ativos não reconhecidos / baixados

São compostos por diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de CSLL apurados no exercício, cujos benefícios tributários não foram reconhecidos devido à ausência de projeção de lucros tributários futuros.

(b) Incentivos Fiscais

A Medida Provisória nº 2.199/14 de 24 de agosto de 2001, alterada pela Lei nº 11.196/2005, possibilita que as empresas situadas nas regiões de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE e da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, que possuam empreendimentos no setor de infraestrutura, considerado em ato do Poder Executivo, um dos setores prioritários para o desenvolvimento regional, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de instalação, ampliação, modernização ou diversificação.

Nesse contexto, a SUDENE e a SUDAM, por meio de laudos constitutivos, reconheceram o direito à redução de 75% do imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis, calculados sobre o lucro da exploração nas atividades de geração e transmissão de energia elétrica, cujo montante de benefício apurado até 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 678.853 (R\$ 669.204 em 31 de dezembro de 2020).

Relatório da Administração/Comentário 2021

14.5 - Imposto de renda e contribuição social reconhecidos em outros resultados abrangentes

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ajuste ganhos e perdas atuariais	-	-	(359.964)	161.210
Remensuração do valor justo de instrumentos financeiros por meio de ORA	80.706	(21.619)	79.621	(20.417)
Total do imposto de renda e da contribuição social reconhecidos em outros resultados abrangentes	80.706	(21.619)	(280.343)	140.793

Prática Contábil

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício compreendem os tributos corrente e diferido. Os tributos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o tributo também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda - IRPJ, corrente e diferido, é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando-se a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável do exercício.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças ente as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja sendo disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas e sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço, quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, tributos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

NOTA 15 – DIREITOS E OBRIGAÇÕES DE RESSARCIMENTO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Conta de consumo de combustíveis - CCC (a)	6.027.912	7.046.002	6.153.575	7.050.686
Provisão CCC - PECLD (b)	(340.063)	(1.462.555)	(340.063)	(1.462.555)
Ressarcimento do ativo imobilizado em curso - AIC (c)	582.722	-	582.722	-
Total de direito de ressarcimento	6.270.571	5.583.447	6.396.234	5.588.131
Desvio de Angra 2 (d)	-	-	22.259	267.111
PROINFA (e)	836.744	1.373.656	836.744	1.373.656
Total de obrigação de ressarcimento	836.744	1.373.656	859.003	1.640.767

Relatório da Administração/Comentário nho

(a) Conta de Consumo de Combustível - CCC

Créditos que representam o direito de reembolso da Conta de Consumo de Combustível, relativos aos custos de geração de energia elétrica nos sistemas isolados, incluindo os custos relativos à contratação de energia e de potência associada à geração própria para atendimento ao serviço público de energia elétrica, aos encargos e impostos do setor elétrico e, ainda, aos investimentos realizados. A Companhia registra provisões com base na expectativa de recebimento, considerando os critérios de avaliação das fiscalizações de asseguarção realizadas pela ANEEL.

Em setembro de 2021, foi aprovado pela ANEEL o resultado final da fiscalização e reprocessamento mensal dos benefícios da CCC pagos a menor no montante de R\$ 116.273 à Eletronorte (de 30 de julho de 2009 a 30 de junho de 2016) e pagos à Energisa Rondonia - Distribuidora de Energia S.A., Energisa Acre - Distribuidora de Energia S.A. e Roraima Energia S.A. (de julho de 2016 a abril de 2017). Foram aprovados os montantes de (i) R\$ 806.574 de crédito da Energisa Rondonia - Distribuidora de Energia S.A. com a CCC a ser recebido pela Eletrobras; (ii) R\$ 97.529 negativo da Energisa Acre - Distribuidora de Energia S.A. referente a uma dívida da Eletrobras com a CCC e (iii) R\$ 29.688 pago a maior à Roraima Energia S.A. sendo necessária a devolução desse valor à CCC pela Eletrobras. Os montantes referem-se à posição em abril de 2021, e estão em linha com o resultado das Notas Técnicas nº 106/2021, 111/2021 e 152/2021, respectivamente. Além disso, foi aprovado crédito no valor histórico de R\$ 21.289 do processo de fiscalização da Roraima Energia S.A., relativo ao período de julho de 2009 a junho de 2017, o qual será utilizado para abater o valor de outorga das novas concessões de geração no processo de capitalização da Eletrobras.

O valor do direito de ressarcimento da Controladora de R\$ 6.270.571 é composto por (i) R\$ 3.364.072 relacionado ao resultado final da fiscalização e reprocessamento mensal dos benefícios da CCC pagos a menor às distribuidoras supracitadas e (ii) R\$ 2.906.499, relativo às despesas comprovadas com aquisição de combustíveis não reembolsados pela CCC, decorrentes das exigências de eficiência econômica e energética. Este último será abatido do valor da outorga, conforme previsto na Lei nº 14.182/2021. Vide nota 1.

A Eletrobras e a Eletronorte receberão os valores supracitados em 60 parcelas mensais atualizadas pelo IPCA, com início de pagamento a partir de janeiro de 2022.

(b) Provisão CCC - PECLD

O saldo acima refere-se à emissão das notas técnicas ANEEL nº 106/2021, 111/2021 e 152/2021 que dispõem sobre o resultado do segundo período de fiscalização (julho de 2016 a abril de 2017) dos créditos de CCC assumidos das empresas Energisa Rondonia - Distribuidora de Energia S.A., Energisa Acre - Distribuidora de Energia S.A. e Roraima Energia S.A. no processo de privatização das distribuidoras. A movimentação no exercício deve-se substancialmente à baixa de provisão.

(c) Ressarcimento do ativo imobilizado em curso - AIC

O TCU determinou a inclusão, no Edital de Venda e no Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, de dispositivo que permitisse o compartilhamento com a Eletrobras de benefícios futuros do reconhecimento, pela ANEEL, do AIC na Base de Remuneração Líquida das distribuidoras, eu não haviam sido considerados no *valuation*. Dessa maneira, ficou assegurado à Eletrobras o direito a ser ressarcida no valor correspondente a 50% do saldo do AIC, existente na data-base de fevereiro de 2017, e reconhecido pela ANEEL na Base de Remuneração Regulatória Líquida das distribuidoras na primeira revisão tarifária após a desestatização. Maiores informações, vide nota 43.

(d) Desvio de Angra 2

O saldo de desvio negativo decorre pelo fato da energia fornecida ter sido menor que a energia garantida para os exercícios de 2021 e 2020. Corresponde à quantidade de energia entregue a menor, valorada ao maior valor entre o PLD médio do ano de referência e a tarifa homologada pela ANEEL na REN nº 2.661/2019.

Relatório da Administração/Comentário Anho

(e) PROINFA

As operações de comercialização de energia elétrica no âmbito PROINFA geraram um saldo líquido negativo de R\$ 536.912 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 546.134 positivo no exercício findo em 31 de dezembro de 2020), não produzindo efeito no lucro líquido do exercício da Companhia, sendo este valor incluído na rubrica Obrigações de Ressarcimento.

Prática contábil

Os direitos e obrigações de ressarcimento são mensurados a custo amortizado, e os juros e variações monetárias sobre os valores reconhecidos como direitos e obrigações de ressarcimento são registrados na rubrica de resultado financeiro, apropriados de acordo com a competência. A perda esperada para crédito de liquidação duvidosa é reconhecida quando o crédito vencido é julgado de difícil recebimento, desde que tenham sido esgotados todos os recursos legais de que a Companhia possa se valer.

NOTA 16 – ESTOQUE DE COMBUSTÍVEL NUCLEAR

Abaixo, está apresentada a composição do estoque de combustível nuclear destinado à operação da UTN Angra 1 e UTN Angra 2:

	CONSOLIDADO						31/12/2021
	31/12/2020	Consumo	Adição	Baixa	Transferências	Crédito fiscal	
Circulante							
Elementos prontos	428.340	-	-	-	59.555	-	487.895
	428.340	-	-	-	59.555	-	487.895
Não circulante							
Elementos prontos	657.083	(448.673)	-	(252.354)	760.059	1.271	717.386
Concentrado de urânio	220.135	-	266.230	-	(224.613)	-	261.752
Em curso - combustível nuclear	387.562	-	719.121	-	(595.001)	-	511.682
	1.264.780	(448.673)	985.351	(252.354)	(59.555)	1.271	1.490.820
Total	1.693.120	(448.673)	985.351	(252.354)	-	1.271	1.978.715

a) Formação do combustível nuclear

Na etapa inicial são adquiridos o minério de urânio e os serviços necessários à sua fabricação, e classificados contabilmente no ativo não circulante, nas contas de estoque de concentrado de urânio e serviço em curso - combustível nuclear, respectivamente. Depois de concluído o processo de fabricação, tem-se o elemento de combustível nuclear pronto (Elementos prontos), cujo valor é classificado em dois grupos contábeis: no ativo circulante, é registrada a parcela relativa à previsão do consumo para os próximos 12 meses e, no não circulante, a parcela restante.

b) Parada Angra 2

Em junho de 2020, durante as inspeções realizadas na parada para manutenção e reabastecimento de combustível nuclear na Usina Angra 2, foi detectada, nos elementos combustíveis do lote R carregados no último ciclo de operação, uma oxidação superficial inesperada. Para viabilizar o retorno da operação da Usina Angra 2 no menor tempo possível e seguindo todos os protocolos de segurança, a Eletronuclear substituiu todos os 52 elementos combustíveis.

Em junho de 2021, durante a parada de Angra 2, verificou-se que os elementos combustíveis do lote S carregados na última parada da usina, apresentavam oxidações semelhantes ao ocorrido nos elementos combustíveis do lote R, na parada efetuada no ano de 2020.

Vale destacar que esses eventos, em nenhum momento, comprometeram a segurança e o desempenho da Usina Angra 2, que operou continuamente.

Em dezembro de 2021, foi efetuada a contabilização da baixa dos elementos combustíveis da usina Angra 2, com base nos relatórios técnico-econômico dos Elementos Combustíveis elaborados pela Companhia.

Relatório da Administração/Comentário nho

Prática contábil

Os materiais em estoque de combustível são classificados no ativo circulante e realizável a longo prazo, de acordo com o prazo efetivo de consumo. Além de estarem registrados ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado líquido de realização. Composto pelo concentrado de urânio em estoque, os serviços correspondentes e os elementos de combustível nuclear utilizados nas usinas termonucleares Angra I e Angra II.

NOTA 17 – ATIVO CONTRATUAL DE TRANSMISSÃO

As concessões de transmissão da Eletrobras e suas controladas estão classificadas dentro do modelo de ativo contratual, conforme CPC 47/ IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente.

O ativo contratual se origina à medida que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do período de construção do empreendimento, com o recebimento do fluxo de caixa condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção.

O saldo do ativo contratual corresponde aos valores presentes das obrigações de performance de construção já concluídas e ainda não faturados pelo poder concedente. As taxas de descontos utilizadas, estabelecidas no início de cada projeto, são de aproximadamente, em média, 8,07% ao ano, para os contratos renovados e 7,66% para os licitados.

Os valores das obrigações de performance são formados pelos custos de construção mais as margens definidas pela companhia no início dos projetos, ajustadas, anualmente, em função da eficiência ou ineficiência na execução dos empreendimentos de transmissão de energia elétrica.

Em 2021, a companhia obteve margem de construção de 16,98%, com receita de construção da transmissão de R\$ 1.535.840 e custo de construção de R\$ 1.312.861.

Os saldos dos contratos são atualizados substancialmente pelo IPCA, exceto para os contratos 004/2004, 010/2005, 005/2005, 006/2005 e 034/2001, que são atualizados pelo IGPM.

A movimentação destes ativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é como segue:

	Furnas	Chesf	Eletronorte	CGT Eletrosul (a)	Eletrosul (a)	Amazonas GT (b)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	21.097.461	14.970.373	9.157.650	-	4.088.251	195.488	49.509.223
Incorporação	-	-	204.980	4.088.251	(4.088.251)	(204.980)	-
Receita de construção	253.938	326.476	71.871	125.917	-	-	778.202
Receita financeira	2.186.759	970.400	797.024	324.937	-	2.593	4.281.713
Atualização monetária	576.064	469.441	417.313	281.683	-	-	1.744.501
Remensurações regulatórias - Transmissão	2.104.183	476.529	971.325	676.301	-	-	4.228.338
Amortização	(4.174.036)	(2.736.095)	(1.527.371)	(722.850)	-	6.899	(9.153.453)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	22.044.369	14.477.124	10.092.792	4.774.239	-	-	51.388.524
Aquisição do controle de investida (c)	-	-	-	1.022.102	-	-	1.022.102
Receita de construção	764.804	519.125	116.786	135.125	-	-	1.535.840
Receita financeira	1.831.758	1.252.513	799.995	623.172	-	-	4.507.438
Atualização monetária	2.406.815	1.669.778	1.036.480	326.115	-	-	5.439.188
Remensurações regulatórias - Transmissão	1.364.564	2.942.521	312.819	238.840	-	-	4.858.744
Baixas e Transferências (d)	-	-	(241.241)	(53.240)	-	-	(294.481)
Amortização	(3.917.892)	(2.732.905)	(1.510.376)	(781.214)	-	-	(8.942.387)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	24.494.418	18.128.156	10.607.255	6.285.139	-	-	59.514.968

(a) A CGTEE incorporou a Eletrosul e alterou a sua denominação social para CGT Eletrosul em 2020;

(b) A controlada Eletronorte adquiriu as ações da Amazonas GT em 2020, posteriormente em julho de 2021 houve a incorporação;

(c) Em 2021, foi realizada a aquisição de 100% do controle da Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. - TSLE pela CGT Eletrosul ;e

(d) A baixa refere-se principalmente ao encerramento do contrato de concessão de transmissão da incorporada Amazonas GT, a qual foi indenizada no valor de R\$ 239.300.

Relatório da Administração/Comentário Anho

Em 2020, através da resolução homologatória nº 2.725/2021, a ANEEL estabeleceu as novas RAP para o ciclo 2020-2021, incluindo as receitas correspondentes à RTP de 21 concessões da Companhia. Desta forma, a Companhia, considerando as novas receitas anuais permitidas para os contratos que sofreram RTP, mensurou e registrou os efeitos advindos desta revisão no montante de R\$ 4.228.338 nas receitas no exercício de 2020.

Em 2021, o ativo contratual de transmissão aumentou de forma relevante, em razão, principalmente, do acréscimo da receita financeira, impulsionado pela elevação dos índices de inflação, do acréscimo da receita de construção no período e da remensuração do ativo da concessão referente à RBSE:

A elevação da receita de construção em 2021 se deve, principalmente, às reestimativas de evolução de execução dos empreendimentos de transmissão em curso e às autorizações da ANEEL, realizadas no período, de RAPs para empreendimentos de transmissão concluídos.

A variação do ativo relativo à RBSE se deu em função, basicamente, do seguinte:

- Reperfilamento do componente financeiro da RBSE, aprovado pela ANEEL em abril de 2021. A decisão provocou redução na curva de pagamento dos valores relativos à revisão periódica das RAPs associadas às instalações de transmissão para os ciclos 2021/2022 e 2022/2023 e aumento do fluxo de pagamentos nos ciclos posteriores a 2023, prorrogando tais parcelas até o ciclo 2027/2028, preservando, no entanto, a remuneração pelo custo de capital próprio – Ke para a RBSE;
- Reconhecimento complementar do Ke. Em 2020, a ANEEL homologou apenas a correção pelo IPCA dos montantes da RBSE não pagos entre 2017 e 2020, decorrentes da liminar da ABRACE. No ciclo 2021/2022, atendendo pedido das Transmissoras, a ANEEL reconheceu, além da correção pelo IPCA, a remuneração desse montante pelo Ke; e
- Finalização da fiscalização do laudo de avaliação da BRR do Contrato nº 061/2001 da Chesf. Com isso, foram homologados os valores definitivos da Revisão Periódica do ciclo 2018/2023 da RAP, mediante a publicação da Resolução Homologatória nº 2.935/2021.

O Fluxo, não descontado, do recebimento da RBSE antes e após o reperfilamento, do reconhecimento complementar do KE e da fiscalização da Chesf:

a) Antes do reperfilamento:

Ciclos	CGT Eletrosul	Chesf	Eletronorte	Fumas	Total
21-22	596.864	2.878.312	1.377.853	4.454.977	9.308.006
22-23	596.864	2.878.312	1.377.853	4.454.977	9.308.006
23-24	371.405	1.435.953	886.948	3.346.026	6.040.332
24-25	371.405	1.435.953	886.948	3.346.026	6.040.332
25-26	58.220	-	217.539	1.037.805	1.313.564
26-27	58.220	-	217.539	1.037.805	1.313.564
27-28	58.220	-	217.539	1.037.805	1.313.564
Total	2.111.198	8.628.530	5.182.219	18.715.421	34.637.368

b) Após o reperfilamento:

Ciclos	CGT Eletrosul	Chesf	Eletronorte	Fumas	Total
21-22	348.483	1.730.040	840.549	2.590.286	5.509.358
22-23	402.467	1.976.338	955.493	2.984.048	6.318.346
23-24	429.533	2.301.922	1.010.851	3.770.926	7.513.232
24-25	429.533	2.301.922	1.010.851	3.770.926	7.513.232
25-26	429.533	2.301.922	1.010.851	3.770.926	7.513.232
26-27	429.533	2.301.922	1.010.851	3.770.926	7.513.232
27-28	429.533	2.301.922	1.010.851	3.770.926	7.513.232
Total	2.898.615	15.215.988	6.850.297	24.428.964	49.393.864

Relatório da Administração/Comentário nho

As alterações dos fluxos de recebíveis da RBSE impactaram o resultado da companhia, na rubrica Remensurações Regulatórias - Contratos de Transmissão, em R\$ 4.858.744. Além dos valores da RBSE, a ANEEL, em julho de 2021, por meio da Resolução nº 2.895/2021, homologou os valores das RAPs para o ciclo 2021/2022:

Empresas Eletrobras	RAPs homologados
Chesf	1.675.244
CGT Eletrosul	877.862
Eletronorte	1.311.073
Furnas	1.800.862
Total	5.665.041

Prática contábil

De acordo com os contratos de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas obrigações de desempenho, a transmissora de energia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e, em contrapartida, recebe a RAP durante a vigência do contrato. A RAP recebida no exercício remunera a atividade de operação e manutenção e amortiza os investimentos feitos na infraestrutura de transmissão. Quando previsto no contrato de concessão, a transmissora tem direito ao recebimento de indenização decorrente de eventuais investimentos não depreciados/amortizados ao final do contrato.

O direito de recebimento das contraprestações originadas pela execução das atividades de construção, operação e manutenção não dependem somente da passagem do tempo, mas sim da disponibilização completa da estrutura de transmissão, como mencionado anteriormente, com isso, as contraprestações da transmissão da Companhia são classificadas como ativos contratuais.

As principais premissas para mensuração do ativo contratual da transmissão seguem abaixo sumarizadas:

- Receita prevista;
- Taxa de depreciação considerada no contrato de concessão;
- Previsão de indenização de eventual saldo residual após o encerramento do prazo contratual da concessão;
- Projeção de custos de construção;
- Projeção de custos de operação e manutenção;
- Taxa de desconto implícita, obtida após a projeção do fluxo de construção, operação e manutenção, a precificação das margens e a projeção do fluxo de recebíveis (RAPs + Indenização) no momento da celebração contratual;
- Identificação das margens. As margens identificadas refletem a estratégia definida pela Companhia para cada concessão, e variam em função de vários fatores de negócio; e
- Parcela variável – PV, utilizada como critério de risco na formação das margens consideradas na precificação das atividades de construção, operação e manutenção.

Relatório da Administração/Comentário nho

NOTA 18 – ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

A Companhia possui contratos de concessão e autorizações no segmento de geração, firmados com o Poder Concedente (União), por períodos que variam entre 20 anos e 35 anos, sendo que todos os contratos possuem semelhanças em termos de direitos e obrigações do concessionário e do poder concedente. Os prazos das principais concessões estão descritos na nota 3.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo Não Circulante				
Concessões de Geração Indenizáveis (a)	-	-	2.172.162	2.096.717
Ativo Financeiro Itaipu (b)	428.865	1.103.034	428.865	1.103.034
Total Ativo Financeiro	428.865	1.103.034	2.601.027	3.199.751
Passivo Circulante				
Passivo Financeiro Itaipu (b)	(578.626)	(647.214)	(578.626)	(647.214)
Total Passivo Financeiro	(578.626)	(647.214)	(578.626)	(647.214)

(a) Concessões de Geração Indenizáveis

Em julho de 2021, a ANEEL estabeleceu os critérios e procedimentos de cálculo para indenização dos investimentos em bens reversíveis não amortizados ou não depreciados de concessões prorrogadas ou não, nos termos da Lei nº 12.783/2013. Decidiu ainda, em sua 25ª Reunião Pública Ordinária de Diretoria de 2021, realizada em 13 de julho de 2021, alterar o texto da REN 596/2013. Nesse sentido, os aproveitamentos hidroelétricos das controladas contemplados na análise para recebimento de indenização complementar são:

- Chesf: Xingó, Paulo Afonso I, II, III e IV, Apolônio Sales (Moxotó), Luiz Gonzaga (Itaparica), Boa Esperança, Pedra e Funil, com potência total instalada de 9.208,5 MW;
- Furnas: Corumbá, Funil, Furnas, Luiz Carlos de Barreto de Carvalho, Marimondo e Porto Colômbia, com potência total instalada de 4.617 MW; e
- Eletronorte: Coaracy Nunes, com potência instalada de 78 MW.

A Companhia esclarece que os valores anteriormente divulgados deverão ser recalculados à luz das novas condições estabelecidas pela revisão da Resolução Normativa nº 596/2013, alterada pela Resolução Normativa nº 942/2021, de 13 de julho de 2021. Assim, inicia-se o processo de avaliação documental comprobatória, a ser executado pela ANEEL, para a homologação dos valores efetivos das indenizações de geração com prazo de 365 dias após a publicação da Resolução Normativa nº 942/2021, vide nota 3.1. Os pleitos da companhia para as indenizações superam os valores atualmente registrados contabilmente.

Vale destacar que os aproveitamentos hidroelétricos das controladas contemplados na análise para o recebimento de indenização complementar acima citados não tiveram suas respectivas potências (MW) auditadas.

(b) Ativo (Passivo) Financeiro de Itaipu

	CONTROLADORA / CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020
Ativo / Passivo Circulante		
Contas a Receber	3.665.620	3.921.488
Direito de Ressarcimento	2.837.610	2.608.840
Fornecedores de Energia - Itaipu	(3.213.830)	(3.314.717)
Obrigações de ressarcimento	(3.868.026)	(3.862.825)
	(578.626)	(647.214)
Ativo / Passivo não circulante		
Contas a Receber	406.085	656.177
Direito de Ressarcimento	306.339	1.891.004
Obrigações de ressarcimento	(283.559)	(1.444.147)
	428.865	1.103.034
Total	(149.761)	455.820

Relatório da Administração/Comentário nho

Os efeitos da constituição do ativo financeiro Itaipu estão inseridos acima e detalhados a seguir:

- Fator de ajuste

Os saldos decorrentes do fator de ajuste de Itaipu Binacional, inseridos nas rubricas de Ativo e Passivo Financeiros estão apresentados na tabela a seguir:

	31/12/2021		31/12/2020	
	R\$	US\$	R\$	US\$
Ativo regulatório - Ativo circulante	2.837.610	508.487	2.608.839	502.018
Ativo regulatório - Ativo não circulante	306.339	54.895	1.891.004	363.885
Total do ativo	3.143.949	563.382	4.499.843	865.903
Obrigação de ressarcimento - União - Passivo circulante	(2.162.803)	(387.564)	(1.639.568)	(315.502)
Obrigação de ressarcimento - União - Passivo não circulante	(283.559)	(50.812)	(1.444.147)	(277.897)
Total do passivo	(2.446.362)	(438.376)	(3.083.715)	(593.399)
Ativo financeiro líquido	697.587	125.006	1.416.128	272.504
Taxa Adotada:				
		31/12/2021	31/12/2020	
USD		5,58	5,20	

O passivo da Companhia será repassado ao Tesouro Nacional até 2023, como decorrência da operação de cessão de crédito realizada entre a Companhia e o Tesouro Nacional em 1999.

Tais valores serão realizados mediante a sua inclusão na tarifa de repasse a ser praticada até 2023.

- Comercialização de energia elétrica de Itaipu

A operação de comercialização não impacta o resultado da Companhia, sendo que nos termos da atual regulamentação o resultado negativo representa um direito incondicional de recebimento e, se positivo, uma obrigação efetiva.

Em 31 de dezembro de 2021, a atividade foi superavitária em R\$ 756.443 (superavitária em R\$ 632.656 em 31 de dezembro de 2020), sendo a obrigação decorrente considerada como parte da rubrica de passivo financeiro.

Prática contábil

A Companhia reconhece um ativo financeiro quando recebe em caixa ou outro ativo financeiro, do poder concedente, em troca da construção ou melhoria, operação e manutenção do ativo do setor público por um período especificado de tempo.

Os ativos com origem nos contratos de concessão do segmento de transmissão da RBSE são mensurados ao valor justo por meio do resultado de acordo com as disposições do CPC 48/IFRS 09.

Dentre os contratos de concessão, enquadram-se como ativos financeiros indenizáveis os contratos de geração, a comercialização da energia elétrica de Itaipu e os contratos de transmissão da RBSE remunerados pela RAP. Os demais contratos de transmissão são enquadrados como ativos contratuais.

Concessões e autorizações de Geração

- a) Geração hidráulica e térmica – A partir de 1º de janeiro de 2013, as concessões atingidas diretamente pela Lei 12.783/2013, até então fora do escopo do ICPC 01/IFRIC 12, passam a fazer parte do escopo de tais normativos, considerando a alteração no regime de preço, passando a ser tarifa regulada para essas concessões; e

Relatório da Administração/Comentário

b) Geração nuclear – Possui um sistema de tarifação específico, por ser uma autorização e não uma concessão. E não está no escopo do IFRIC 12 por se tratar de ativos próprios sem previsão de reversão ao período de operação. Ao final do período de operação os ativos devem ser descomissionados.

Itaipu Binacional

É regida por um Tratado Binacional de 1973 em que foram estabelecidas as condições tarifárias, sendo a base de formação da tarifa determinada exclusivamente para cobrir as despesas e o serviço da dívida dessa Companhia.

A base tarifária e os termos de comercialização estarão vigentes até 2023, o que corresponde à parte significativa da vida-útil da planta, quando então a base tarifária e os termos de comercialização deverão ser revistos pelas Altas Partes, que são os Estados Brasileiro e Paraguai. A tarifa de Itaipu é uma tarifa “por custo de serviço” e foi estabelecida de forma preponderante a permitir o pagamento do serviço da dívida, que tem vencimento final em 2023, e a manter os seus gastos de operação e manutenção. De acordo com o Tratado, compete à Companhia atuar como agente na comercialização da energia de Itaipu destinada ao mercado brasileiro.

NOTA 19 – ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

A Eletrobras e suas controladas apresentam no ativo não circulante, valores correspondentes a Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFAC nas seguintes investidas, conforme movimentação abaixo:

CONTROLADORA					
	Eletronuclear	CGT Eletrosul (a)	Furnas	Eletrosul (a)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	700.000	-	61.705	12.763	774.468
Incorporação	-	12.763	-	(12.763)	-
Adições	1.202.180	132.119	-	-	1.334.299
Capitalizações	(850.000)	-	-	-	(850.000)
Atualização monetária	16.742	-	1.699	-	18.441
Devolução	-	(54.100)	-	-	(54.100)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.068.922	90.782	63.404	-	1.223.108
Adições	2.447.464	300.000	-	-	2.747.464
Atualização monetária	49.861	-	2.812	-	52.673
Devolução	-	(90.782)	-	-	(90.782)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.566.247	300.000	66.216	-	3.932.463

(a) A Eletrosul foi incorporada pela CGT Eletrosul (nova denominação da CGTEE) em 2020.

Em julho de 2020, o Conselho de Administração da Eletrobras aprovou o Plano de Aceleração da Linha Crítica do empreendimento de Angra 3, que prevê o aporte na Eletronuclear, por meio de AFAC para viabilizar a retomada das obras de construção da Usina de Angra 3.

A liberação da terceira tranche, no montante de R\$ 850.000 ocorreu em março de 2021. Em setembro de 2021, ocorreu o desembolso da quarta parcela no valor de R\$ 180.000. No quarto trimestre ocorreu a liberação do valor restante previsto para o ano de 2021, totalizando o montante de R\$ 2.447.464. Foram liberados os seguintes valores nas respectivas datas: R\$ 300.000 em outubro de 2021, R\$ 265.000 em novembro de 2021 e R\$ 852.464 em dezembro de 2021.

Prática contábil

Adiantamentos de recursos concedidos a controladas e destinados a aporte de capital são concedidos em caráter irrevogável. São classificados como ativo não circulante quando a totalidade das condições de capitalização, principalmente tipo e quantidade de ações ainda não foram definidas e são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequente atualizados pelo indexador estabelecido contratualmente.

Relatório da Administração/Comentário inho

20.1 - Provisões para perdas em investimentos

A Companhia estima o valor recuperável de seus investimentos nas Coligadas com base em seu valor para o acionista, calculado a partir do fluxo de caixa descontado, ou seu valor de mercado, dos dois o maior, de acordo com o CPC 01/IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, para os casos em que tenha havido alguma transação sob condições de mercado para alguma SPE.

As premissas utilizadas consideram a melhor estimativa da Administração da Eletrobras sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como em dados históricos das SPEs. As principais premissas são descritas a seguir:

- Crescimento compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira;
- Taxa de desconto ao ano (após os impostos*) específica para cada SPE, respeitando a estrutura de capital e custo da dívida de cada uma, utilizando o WACC, valendo-se dos mesmos parâmetros, com exceção a estrutura de capital e custo da dívida, utilizados para o cálculo das taxas de desconto dos ativos corporativos mencionadas em maiores detalhes na nota 23;
- Receitas projetadas de acordo com os contratos, sem previsão de prorrogação da concessão/autorização; e
- Despesas considerando o Plano de Negócios de cada investida e os valores históricos realizados.

* O uso de taxas de desconto pós-impostos, na determinação dos valores em uso, não resultaria em valores recuperáveis materialmente diferentes caso taxas antes dos impostos fossem utilizadas.

O saldo das provisões para perda de investimentos é demonstrado a seguir:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020
Energia Sustentável do Brasil S.A. - ESBR	309.617	432.250
Interligação Elétrica do Madeira S.A. - IE Madeira	310.411	210.091
Companhia Energética Sinop S.A. - SINOP	354.900	218.280
Empresa de Energia São Manoel S.A.	177.516	197.467
Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.	73.868	124.623
Transnorte Energia S.A.	133.058	108.937
Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. - BMTE	-	111.374
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. - NBTE (a)	-	78.000
Interligação Elétrica Garanhuns S.A. - IE Garanhuns	-	38.069
Madeira Energia S.A. - MESA	-	66.372
Fronteira Oeste Transmissora de Energia S.A. - FOTE (b)	-	23.881
Outros	7.294	2.531
	1.366.664	1.611.875

(a) Em setembro de 2021 foi realizada a venda conjunta das ações da NBTE pela controlada Eletronorte para a Leovac Participações S.A.; e
(b) A FOTE foi incorporada pela CGT Eletrosul, em agosto de 2021.

20.1.1 - Norte Energia S.A. - NESA

O Pronunciamento Técnico CPC 01/IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, determina que um ativo deve ser registrado por valor que não exceda o montante a ser recuperado pelo uso ou pela venda desse ativo e define o valor recuperável como o maior valor entre o valor justo líquido de despesas de venda de um ativo ou de unidade geradora de caixa e o seu valor em uso.

O valor justo, de acordo com o CPC 46/IFRS 13 – Mensuração do Valor Justo, é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. Já o valor em uso, de acordo com o próprio CPC 01/IAS 36, é o valor presente de fluxos de caixa futuros esperados que devem advir de um ativo ou de unidade geradora de caixa.

O valor em uso, conforme o próprio nome sugere, representa o valor esperado pela companhia (visão interna) decorrente do desempenho do ativo ao longo da sua vida útil. Já o valor justo corresponde a mensuração do montante a ser recebido no caso da venda deste ativo (visão externa). A Companhia estima o valor recuperável de seus ativos imobilizados e intangíveis com base em valor em uso. O valor em uso é avaliado com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Relatório da Administração/Comentário nho

Conforme previsão normativa, a Companhia deve avaliar ao fim de cada período de reporte, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a Companhia deve estimar o valor recuperável do ativo.

A Companhia estimou o valor em uso da sua participação de 49,98% na NESA, resultando no valor recuperável de R\$ 8.124.808 (R\$ 16.256.118 para 100% da NESA), valor superior ao valor contábil registrado de R\$ 6.384.303.

A Companhia realizou o teste de recuperabilidade da NESA considerando premissas específicas tais como, informações de comercialização de energia e custo de capital. As premissas utilizadas visam a melhor estimativa da Administração a respeito das tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas e internas de informações como dados históricos das unidades geradoras de caixa.

20.2 – Provisão para passivo a descoberto

Arbitragem da Madeira Energia S.A. - MESA

A controlada Furnas possui 43,06% do capital social da MESA, controladora integral da Santo Antonio Energia - SAESA.

Em 16 de março de 2022 foi disponibilizada, pela Câmara de Arbitragem do Mercado, decisão em pedidos de esclarecimentos no âmbito do Procedimento Arbitral nº 115/2018 que determinou a devolução de aporte de capital feito pelos acionistas nessa investida. Nessa arbitragem, os acionistas CEMIG e SAAG buscam a anulação da Assembleia Geral Extraordinária da MESA, de 28 de agosto de 2018, realizada para capitalização da MESA como passo necessário ao reperfilamento das dívidas da SAESA junto ao BNDES e bancos repassadores, firmado em dezembro daquele ano.

Furnas, na qualidade de parte da referida arbitragem, analisa as medidas necessárias a serem adotadas para resguardo e proteção de seus interesses e de sua investida, sempre com respeito aos contratos, garantias, obrigações e compromissos firmados junto aos stakeholders de MESA e SAESA. Essa decisão arbitral não acarreta em efeitos contábeis para a Eletrobras.

Arbitragem da Santo Antonio Energia S.A. - SAESA

Adicionalmente há uma segunda arbitragem da investida que deu ganho de causa ao consórcio construtor relacionado a determinados pleitos requeridos pela investida, sendo o resultado dessa arbitragem publicado em 07 de fevereiro de 2022. Atualmente o cumprimento da sentença apresenta os seguintes estágios:

- Foi protocolado pela SAESA, em 09 de março de 2022, pedido de esclarecimentos acerca de determinados pontos da sentença, inclusive relativos a aspectos pecuniários. Somente após apreciação deste pedido e de possíveis esclarecimentos a serem solicitados pelas outras partes envolvidas a sentença se tornará definitiva, apta a produzir efeitos e com a efetiva definição dos valores a serem eventualmente devidos pela SAESA;
- Parte dos pedidos foram deferidos, assim como alguns dos pedidos do Consórcio Construtor Santo Antônio ("CCSA") e, conforme o caso, de seus consorciados em face da SAESA, tendo, inclusive, o tribunal arbitral declarado inicialmente a ineficácia do instrumento intitulado "Termos e Condições", que embasava o reconhecimento, pela SAESA, dos "Dispêndios Reembolsáveis", conforme nota explicativa de suas demonstrações financeiras.

Além da procedência em relação aos pedidos do CCSA, dos quais a SAESA discorda veementemente, já provisionados nas suas demonstrações financeiras sob as rubricas "Cauções em Garantia" no valor de R\$ 769.897 e "Outras Provisões" no valor de R\$ 492.017, foram deferidos outros pleitos com valor adicional estimado em R\$ 226.000 a pagar;

Relatório da Administração/Comentário nho

- c) De acordo com os contratos de financiamento firmados pela SAESA com o BNDES e contratos de financiamento mediante repasse de recursos do BNDES, os valores a que a SAESA eventualmente vier a ser condenada deverão ser pagos conforme procedimentos definidos nos respectivos contratos de financiamentos.

A SAESA reiterou que permanece avaliando os impactos do Procedimento Arbitral, o qual ainda se encontra em andamento e que, portanto, segue revestido de confidencialidade.

Investimento MESA

Com base nas informações supramencionadas e considerando o CPC 24/IAS 10 - Evento Subsequente no qual cita que ocorrendo eventos favoráveis ou desfavoráveis à companhia (Furnas e Eletrobras) após o encerramento do período contábil a que se referem às demonstrações financeiras até a data da sua aprovação para emissão, referidos eventos deverão ser informados em nota explicativa de eventos subsequentes e/ou as demonstrações financeiras deverão ser ajustadas para refletir os impactos contábeis destes eventos, a Companhia efetuou os ajustes necessários de forma a refletir os resultados preliminares da referida sentença arbitral.

Para fins do ajuste, a Companhia considerou os desembolsos futuros estimados pela SAESA referentes ao procedimento arbitral e seus reflexos na perspectiva de sócio investidor efetuando o ajuste no investimento societário da MESA, que excedeu sua participação na investida, logo, sendo representado pela nulidade do investimento.

Adicionalmente, considerando que os contratos de financiamento firmados pela SAESA, bem como os contratos de suporte de insuficiências dos quais os acionistas são signatários preveem expressamente que os sócios seriam obrigados a aportar na SAESA para fazer frente à dívida do Procedimento arbitral. Portanto, Furnas reconheceu a provisão para passivo a descoberto no montante de R\$ 705.864 referente ao valor de futuro aporte na proporção da sua participação na investida como obrigação legal, nos termos do CPC 18 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.

20.3 - Mutação dos investimentos

Segue abaixo a movimentação dos investimentos mais relevantes da Companhia:

Controladas, coligadas e controladas em conjunto	CONTROLADORA						Saldo em 31/12/2021
	Saldo em 31/12/2020	Outros Resultados Abrangentes	Aumento / Redução de Capital	Ajustes de investidas	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Equivalência patrimonial	
Furnas	23.721.704	586.469	-	-	(1.668.703)	4.064.320	26.703.790
Chesf	16.250.487	159.939	-	-	(1.293.289)	5.445.437	20.562.574
Eletronorte (a)	15.113.339	(24.394)	-	-	(2.970.076)	7.417.512	19.536.381
CGT Eletrosul (b)	7.884.123	80.811	-	-	(69.143)	236.828	8.132.619
Eletronuclear	3.500.657	(401.870)	-	-	-	(529.990)	2.568.797
Norte Energia S.A. - NESA	1.980.979	-	-	-	-	(64.921)	1.916.058
Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. - CTEEP	4.235.422	(3.898)	9.082	-	(829.990)	947.279	4.357.895
Rouar S.A.	128.315	10.990	(5.338)	-	(5.099)	5.396	134.264
Lajeado Energia S.A.	90.340	175	-	-	(126.889)	135.890	99.516
CEB Lajeado S.A.	67.956	18	-	-	(25.769)	31.955	74.160
Paulista Lajeado Energia S.A.	38.056	-	-	-	(19.502)	19.371	37.925
Luziania-Niquelandia Transmissora S.A.	31.179	-	-	-	(5.348)	12.489	38.320
Outros	2.484.226	198.607	-	(31.739)	(334.419)	487.109	2.803.784
Total de Investimentos	75.526.783	606.847	3.744	(31.739)	(7.348.227)	18.208.675	86.966.083

(a) A Eletronorte incorporou a Amazonas GT em julho de 2021.

(b) A CGT Eletrosul incorporou a FOTE, em agosto de 2021 e adquiriu o controle da TSLE em novembro de 2021.

Relatório da Administração/Comentário



Controladas, coligadas e controladas em conjunto	CONTROLADORA									
	Saldo em 31/12/2019 (Reapresentado)	Ganhos de capital	Outros Resultados Abrangentes	Capitalização de AFAC	Incorporação	Ajustes de investidas	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Equivalência patrimonial	Transferência acionária	Saldo em 31/12/2020
Furnas	21.527.047	-	521.627	-	-	-	(884.126)	2.557.156	-	23.721.704
Chesf	17.616.086	-	(1.665.228)	-	-	-	(1.799.293)	2.098.922	-	16.250.487
Eletrosul (a)	6.070.596	-	-	-	(6.070.596)	-	-	-	-	-
Eletronorte (b)	17.443.316	-	(96.741)	-	-	-	(1.274.158)	2.151.607	(3.110.685)	15.113.339
CGT Eletrosul (a)	333.505	43.401	(15.251)	-	6.070.596	-	(430.233)	1.882.105	-	7.884.123
Eletronuclear	2.000.283	-	(493.980)	1.885.778	-	-	-	108.576	-	3.500.657
Eletropar	147.674	-	(6.060)	-	-	-	(8.997)	37.885	-	170.502
Norte Energia S.A. - NESA	2.110.038	-	-	-	-	-	-	(129.059)	-	1.980.979
Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. - CTEEP	3.613.866	-	(90.454)	-	-	-	(405.271)	1.117.281	-	4.235.422
Rouar S.A.	109.643	-	31.760	-	-	-	(18.622)	5.534	-	128.315
Lajeado Energia S.A.	67.230	-	13	-	-	-	(73.496)	96.593	-	90.340
CEB Lajeado S.A.	63.047	-	4	-	-	-	(19.139)	24.044	-	67.956
Paulista Lajeado Energia S.A.	29.967	-	-	-	-	-	-	8.089	-	38.056
Outros	2.315.313	-	(113.563)	-	-	(3.256)	(372.889)	519.298	-	2.344.903
Total de Investimentos	73.447.611	43.401	(1.927.873)	1.885.778	-	(3.256)	(5.286.223)	10.478.031	(3.110.685)	75.526.783

(a) A Eletrosul foi incorporada pela CGT Eletrosul (nova denominação da CGTEE) em 2020.

(b) O controle da Amazonas GT foi transferido para a controlada Eletronorte em 2020.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Controladas, coligadas e controladas em conjunto	CONSOLIDADO									
	Saldo em 31/12/2019 (Reapresentado)	Integralização de capital	Baixa	Outros Resultados Abrangentes	Capitalização de AFAC	Ajustes de investidas	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Equivalência patrimonial	Provisão para Perda	Saldo em 31/12/2020
Norte Energia S.A. - NESA	7.030.651	-	-	-	-	-	-	(430.025)	-	6.600.626
Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. - CTEEP	3.681.099	-	-	(92.138)	-	-	(412.819)	1.138.140	-	4.314.282
Energia Sustentável do Brasil S.A. - ESBR	2.840.844	-	-	-	144.400	-	-	(123.695)	389.026	3.250.575
Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. - BMTE	1.574.228	-	-	-	-	32.482	(17.124)	144.195	(31.062)	1.702.719
Interligação Elétrica do Madeira S.A. - IE Madeira	1.567.055	-	-	-	-	(279)	(5.717)	24.071	(210.091)	1.375.039
Madeira Energia S.A. - MESA	1.518.931	-	-	-	-	-	-	(622.438)	9.796	906.289
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. - NBTE	920.276	-	-	-	-	(29.443)	(87.579)	70.033	(78.000)	795.287
Teles Pires Participações S.A. - TPP	753.865	28.490	-	-	-	-	-	(35.535)	-	746.820
Companhia Energética Sinop S.A. - SINOP	503.010	-	-	-	-	-	-	69.953	(17.180)	555.783
Empresa de Energia São Manoel S.A.	528.412	-	-	-	-	-	-	(25.260)	(68.773)	434.379
Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.	570.803	39.322	-	-	-	-	-	48.665	(124.623)	534.167
Chapecoense Geração S.A.	409.864	-	-	-	-	-	(148.310)	112.186	-	373.740
Interligação Elétrica Garanhuns S.A. - IE Garanhuns	318.267	-	-	-	-	-	(26.977)	36.913	(3.329)	324.874
Enerpeixe S.A.	254.272	-	-	-	-	-	(35.175)	46.614	-	265.711
Energética Águas da Pedra S.A. - EAPSA	233.604	-	-	-	-	-	(48.248)	59.088	-	244.444
Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. - TSLE	150.375	-	-	-	-	-	-	21.258	-	171.632
Sistema de Transmissão Nordeste S.A. - STN	177.158	-	-	-	-	-	(28.934)	69.637	-	217.861
Goiás Transmissão S.A.	204.859	-	-	-	-	-	(2.358)	9.930	-	212.431
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	153.725	-	-	-	-	-	(6.139)	25.848	-	173.434
Rouar S.A.	109.643	-	-	31.760	-	-	(18.622)	5.534	-	128.315
Transnorte Energia S.A.	39.973	-	-	-	-	-	-	(343)	(14.132)	25.498
MGE Transmissão S.A.	139.176	-	-	-	-	-	-	(2.028)	-	137.148
Transenergia Renovável S.A.	116.471	-	-	-	-	(1)	(9.992)	9.917	-	116.395
Retiro Baixo Energética S.A.	144.796	-	-	-	-	-	(3.858)	16.245	-	157.183
Triangulo Mineiro Transmissora de Energia S.A.	112.865	-	-	-	-	-	(1.470)	15.259	-	126.654
Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.	60.305	357	-	-	-	-	-	3.357	-	64.019
Lajeado Energia S.A.	67.230	-	-	13	-	-	(73.496)	96.593	-	90.340
CEB Lajeado S.A.	63.047	-	-	4	-	-	(19.139)	24.044	-	67.956
Paulista Lajeado Energia S.A.	29.967	-	-	-	-	-	-	8.089	-	38.056
Outros	2.681.493	-	(2.941)	(116.331)	63.315	133.951	(416.536)	519.252	(17.617)	2.844.586
Total de Investimentos	26.956.264	68.169	(2.941)	(176.692)	207.715	136.710	(1.362.493)	1.335.498	(165.985)	26.996.243

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



20.4 - Resumo das informações dos principais empreendimentos controlados em conjunto e coligadas

Balço Patrimonial	31/12/2021									
	Percentual de participação	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Total do Ativo	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio líquido	Total do passivo	Receita Operacional Líquida	Lucro/(Prejuízo) Líquido
Controladas em conjunto										
Norte Energia S.A. - NESA	49,98%	1.489.913	41.641.146	43.131.059	1.678.941	28.705.845	12.746.273	43.131.059	4.836.435	(432.814)
Energia Sustentável do Brasil S.A. - ESBR	40,00%	567.089	19.816.570	20.383.659	730.876	10.639.673	9.013.110	20.383.659	2.783.506	(193.955)
Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. - BMTE	49,50%	1.073.113	7.438.788	8.511.901	546.168	4.098.559	3.867.174	8.511.901	896.974	326.221
Interligação Elétrica do Madeira S.A. - IE Madeira	49,50%	928.778	6.088.383	7.017.161	610.022	2.896.130	3.511.009	7.017.161	920.715	546.746
Teles Pires Participações S.A. - TPP	49,72%	207.346	4.706.886	4.914.232	293.823	3.005.205	1.615.204	4.914.232	833.258	9.487
Madeira Energia S.A. - MESA	43,00%	927.739	23.286.096	24.213.835	2.309.383	20.412.415	1.492.037	24.213.835	3.757.969	(12.386)
Companhia Energética Sinop S.A. - SINOP	49,00%	192.906	2.785.496	2.978.402	93.089	1.448.258	1.437.055	2.978.402	279.338	(142.665)
Empresa de Energia São Manoel S.A.	33,00%	236.782	3.596.547	3.833.329	191.359	1.824.900	1.817.070	3.833.329	344.337	(73.793)
Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.	50,00%	710.119	2.758.854	3.468.973	123.884	1.925.948	1.419.141	3.468.973	426.573	126.094
Chapecoense Geração S.A.	40,00%	491.037	2.760.867	3.251.904	441.471	1.674.787	1.135.646	3.251.904	1.068.277	435.951
Interligação Elétrica Garanhuns S.A. - IE Garanhuns	49,00%	136.381	1.099.741	1.236.122	79.764	313.284	843.074	1.236.122	185.026	132.028
Enerpeixe S.A.	40,00%	136.118	1.730.856	1.866.974	210.085	991.116	665.773	1.866.974	421.390	(2.817)
Coligadas										
Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. - CTEEP	35,08%	3.747.849	25.228.890	28.976.739	1.229.194	12.954.810	14.792.735	28.976.739	5.534.129	3.037.808

Balço Patrimonial	31/12/2020									
	Percentual de participação	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Total do Ativo	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio líquido	Total do passivo	Receita Operacional Líquida	Lucro/(Prejuízo) Líquido
Controladas em conjunto										
Norte Energia S.A. - NESA	49,98%	1.796.877	42.691.891	44.488.768	1.957.228	29.357.442	13.174.098	44.488.768	4.402.647	(860.393)
Energia Sustentável do Brasil S.A. - ESBR	40,00%	989.250	20.088.832	21.078.082	978.648	10.892.330	9.207.104	21.078.082	2.676.045	(309.195)
Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. - BMTE	49,00%	963.497	7.198.219	8.161.716	500.544	4.047.209	3.613.963	8.161.716	833.619	294.278
Interligação Elétrica do Madeira S.A. - IE Madeira	49,00%	868.642	5.789.039	6.657.681	382.701	3.031.839	3.243.141	6.657.681	595.799	49.125
Teles Pires Participações S.A. - TPP	49,72%	274.020	4.918.375	5.192.395	316.956	3.347.957	1.527.482	5.192.395	792.973	(72.291)
Madeira Energia S.A. - MESA	43,00%	945.143	21.369.986	22.315.129	1.149.935	18.906.101	2.259.093	22.315.129	3.200.238	(1.445.667)
Companhia Energética Sinop S.A. - SINOP	49,00%	258.879	2.702.367	2.961.246	87.748	1.437.924	1.435.574	2.961.246	269.647	(105.647)
Empresa de Energia São Manoel S.A.	33,00%	193.508	3.723.477	3.916.985	210.909	1.815.213	1.890.863	3.916.985	360.656	(80.474)
Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.	50,00%	366.390	2.565.115	2.931.505	158.351	1.452.934	1.320.220	2.931.505	364.070	96.994
Chapecoense Geração S.A.	40,00%	265.107	2.624.982	2.890.089	371.413	1.584.327	934.349	2.890.089	935.862	280.465
Interligação Elétrica Garanhuns S.A. - IE Garanhuns	49,00%	113.222	1.008.012	1.121.234	71.093	309.438	740.703	1.121.234	114.343	75.331
Enerpeixe S.A.	40,00%	476.575	1.758.817	2.235.392	793.861	777.254	664.277	2.235.392	303.132	116.532
Coligadas										
Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. - CTEEP	36,05%	5.507.858	19.084.500	24.592.358	1.372.497	9.094.419	14.125.442	24.592.358	3.696.428	3.382.650

Relatório da Administração/Comentário nho

20.5 - Valor de mercado das coligadas que possuem cotação em bolsa de valores

Empresas de capital aberto	Participação	Valor Justo (a)	
		31/12/2021	31/12/2020
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial			
Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. - CTEEP	35,80%	5.775.156	6.521.147
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	33,55%	2.238.434	2.624.872
Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT	32,66%	-	1.634.744
Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T	32,65%	1.180.812	-
Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE	40,44%	1.095.497	1.087.136
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D	4,62%	152.108	316.343

(a) Baseado na cotação das ações na data-base.

Em março de 2020, a Administração da CEEE-GT recebeu do Estado do Rio Grande do Sul, a notificação referente à intenção de realizar o processo de cisão parcial da então denominada Companhia, segregando os segmentos de Geração e Transmissão. Em abril de 2021, foram preenchidas as condições precedentes com a respectiva eficácia da cisão.

20.6 - Ações em garantia

Tendo em vista que a Companhia possui diversos processos no âmbito do Poder Judiciário, onde figura como ré (vide nota 34), são oferecidos em garantia, nos recursos dessas ações judiciais, participações societárias, conforme abaixo:

CONTROLADORA			
31/12/2021			
Participações societárias	Valor do Investimento	Percentual de bloqueio	Investimento bloqueado
Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. - CTEEP	4.357.895	99,88%	4.352.715
AES Tietê Energia S.A	333.932	99,13%	331.026
Energisa Holding	354.279	59,55%	210.960
Companhia Energética do Ceará - COELCE	254.664	26,27%	66.906
Companhia Energética de São Paulo - CESP	224.090	96,85%	217.040
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A - CELESC	281.924	53,92%	152.015
Companhia Energética de Brasília - CEB	23.650	100,00%	23.650
Equatorial Energia Pará	117.671	100,00%	117.671
Neoenergia Pernambuco	31.941	100,00%	31.941
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S.A.	32.400	100,00%	32.400
Outros	2.346.703	Entre 78,1% e 100%	1.769.736
Total	8.359.149		7.306.060

20.7 - Capital Circulante Líquido de Controladas e Coligadas

Controladas

a) Eletronuclear – tem por principal objetivo a construção e operação de usinas nucleares e a realização de serviços de engenharia e correlatos no estado do Rio de Janeiro. A controlada apresenta em 31 de dezembro de 2021 um capital circulante líquido positivo de R\$ 17.957 (R\$ 512.826 negativo em 31 de dezembro de 2020).

Coligadas

b) A Companhia também detém participações, através de suas controladas, nas SPEs Madeira Energia S.A., Norte Energia S.A., Teles Pires Participações S.A., Enerpeixe S.A. e Energia Sustentável do Brasil S.A., que apresentaram em 31 de dezembro de 2021 capital circulante líquido negativo de R\$1.381.644, R\$ 189.028, R\$ 86.477, R\$ 73.967 e R\$ 163.787, respectivamente (R\$ 204.792, R\$ 160.351, R\$ 42.936 e R\$ 317.286 negativos e R\$ 10.544 positivo, respectivamente, em 31 de dezembro de 2020). Adicionalmente foram consideradas provisões para os casos em que a Companhia possui obrigação legal nas investidas que estão com investimento reduzido a zero.

Prática contábil

A Companhia avalia seus investimentos pelo método de custo quando não possui influência significativa, e pelo método de equivalência patrimonial, quando detém o poder de influência nas decisões das suas investidas.

Relatório da Administração/Comentário Anho

No método do custo, inicialmente o reconhecimento é realizado pelo custo, avaliado pelo seu valor justo e em casos de recebimento de dividendos, este é lançado diretamente na receita. No método de equivalência patrimonial, inicialmente o reconhecimento é realizado pelo custo, anualmente atualizado conforme patrimônio líquido da investida proporcionalmente ao percentual da Eletrobras e em caso de recebimento de dividendos é realizado crédito no ativo na conta de investimentos.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem informações da Eletrobras, e das suas controladas, operações controladas em conjunto e entidades estruturadas consolidadas.

As empresas subsidiárias e controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir, utilizando práticas contábeis consistentes às adotadas pela Companhia. As transações e saldos entre as empresas da Companhia, incluindo lucro não realizado oriundo dessas transações, são eliminados no processo de consolidação.

Tal controle é obtido quando a Eletrobras possui:

- i) poder sobre a investida;
- ii) exposição ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- iii) a capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos.

NOTA 21 – IMOBILIZADO

Os itens do ativo imobilizado referem-se substancialmente à infraestrutura para geração de energia elétrica de concessões não prorrogadas e ativos corporativos. As adições de valor mais expressivo são referentes às controladas Eletronuclear e Furnas.

A seguir demonstramos a movimentação do imobilizado:

CONSOLIDADO							
	Saldo em 31/12/2020	Adição / Constituição	Baixas / Reversões	Depreciação	Transferências	Transferências Mantidas para venda/Incorporação (a)	Saldo em 31/12/2021
Imobilizado em serviço							
Barragens, reservatórios e adutoras	6.689.554	-	-	(305.483)	28.924	-	6.412.995
Edificações, obras civis e benfeitorias	3.124.535	3.447	-	(193.055)	(32.865)	(16.897)	2.885.165
Máquinas e equipamentos	11.928.760	67.914	(179.523)	(1.160.899)	1.692.395	(122.841)	12.225.806
Outros	218.452	23.832	13.851	(16.567)	39.391	12	278.971
Provisão para valor recuperável dos ativos (Impairment)	(3.056.704)	(262.738)	738.730	-	102.110	23.762	(2.454.840)
	18.904.597	(167.545)	573.058	(1.676.004)	1.829.955	(115.964)	19.348.097
Imobilizado em curso (b)	17.159.375	2.432.269	(271.206)	-	(1.729.474)	(106.620)	17.484.344
Provisão para valor recuperável dos ativos (Impairment) (c)	(4.508.764)	-	-	-	-	-	(4.508.764)
	12.650.611	2.432.269	(271.206)	-	(1.729.474)	(106.620)	12.975.580
Direito de Uso							
Imobilizado em serviço							
Edificações, obras civis e benfeitorias	156.901	45.823	2.903	(34.673)	(323)	-	170.631
Máquinas e equipamentos	946.935	-	(43)	(84.911)	(4)	-	861.977
Outros	3.868	7.778	-	(256)	306	-	11.696
	1.107.704	53.601	2.860	(119.840)	(21)	-	1.044.304
Total	32.662.912	2.318.325	304.712	(1.795.844)	100.460	(222.584)	33.367.981

- (a) Em abril de 2021 a CGT Eletrosul classificou os ativos e passivos da SPE Livramento Holding S.A. como mantidos para venda. Em agosto de 2021 incorporou a FOTE e em novembro de 2021 adquiriu 100% do controle da TSLE.
- (b) Em 31 de dezembro de 2021, do valor total do imobilizado em curso de R\$ 17.484.344, o montante de R\$ 14.600.060 refere-se ao empreendimento Angra 3 (R\$ 13.266.022 em 31 de dezembro de 2020).
- (c) Em 31 de dezembro de 2021, o valor de R\$ 4.508.764 do impairment sobre o imobilizado em curso refere-se ao empreendimento Angra 3 (R\$ 4.508.764 em 31 de dezembro de 2020).

Relatório da Administração/Comentário



	Saldo em 31/12/2019	Adição / Constituição	Baixas / Reversões	Depreciação	Transferências	Saldo em 31/12/2020
Imobilizado em serviço						
Barragens, reservatórios e adutoras	6.931.726	94.218	(37.741)	(377.395)	78.746	6.689.554
Edificações, obras civis e benfeitorias	3.282.430	2.367	(3.999)	(190.430)	34.167	3.124.535
Máquinas e equipamentos	13.067.839	879	(583.797)	(1.076.178)	520.017	11.928.760
Outros	340.105	(152.414)	(2.573)	(32.161)	65.495	218.452
Provisão para valor recuperável dos ativos (<i>Impairment</i>)	(2.643.377)	(913.916)	704.865	-	(204.276)	(3.056.704)
	20.978.723	(968.866)	76.755	(1.676.164)	494.149	18.904.597
Imobilizado em curso (a)	15.794.896	2.283.860	(254.330)	-	(665.051)	17.159.375
Provisão para valor recuperável dos ativos (<i>Impairment</i>) (b)	(4.713.040)	-	-	-	204.276	(4.508.764)
	11.081.856	2.283.860	(254.330)	-	(460.775)	12.650.611
Direito de Uso						
Imobilizado em serviço						
Edificações, obras civis e benfeitorias	219.192	99	(18.840)	(43.550)	-	156.901
Máquinas e equipamentos	1.031.839	2.363	(14.424)	(72.843)	-	946.935
Outros	4.264	93	-	(489)	-	3.868
	1.255.295	2.555	(33.264)	(116.882)	-	1.107.704
Total	33.315.874	1.317.549	(210.839)	(1.793.046)	33.374	32.662.912

(a) Em 31 de dezembro de 2020, do valor total do imobilizado em curso, o montante de R\$ 13.266.022 refere-se ao empreendimento Angra 3 (R\$ 12.012.251 em 31 de dezembro de 2019).

(b) Em 31 de dezembro de 2020, o valor de R\$ 4.508.764 do *impairment* sobre o imobilizado em curso refere-se ao empreendimento Angra 3 (R\$ 4.508.764 em 31 de dezembro de 2019).

Taxa média de depreciação e custo histórico:

	CONSOLIDADO							
	31/12/2021				31/12/2020			
	Taxa média de depreciação a.a.	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Taxa média de depreciação a.a.	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Imobilizado em serviço								
Barragens, reservatórios e adutoras	2,18%	15.418.627	(9.005.632)	6.412.995	2,16%	15.389.704	(8.700.150)	6.689.554
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,57%	8.214.167	(5.329.002)	2.885.165	2,67%	8.265.536	(5.141.001)	3.124.535
Máquinas e equipamentos	4,38%	42.054.751	(29.828.944)	12.225.807	4,06%	40.448.965	(28.520.205)	11.928.760
Outros (a)	5,30%	742.900	(463.929)	278.971	5,14%	1.180.992	(962.540)	218.452
		66.430.445	(44.627.507)	21.802.938		65.285.197	(43.323.896)	21.961.301
Imobilizado em curso		17.484.344	-	17.484.344		17.159.375	-	17.159.375
Direito de Uso		17.484.344	-	17.484.344		17.159.375	-	17.159.375
Imobilizado em serviço								
Edificações, obras civis e benfeitorias	10,97%	239.806	(69.175)	170.631	13,71%	252.640	(95.739)	156.901
Máquinas e equipamentos	3,87%	1.858.559	(996.582)	861.977	4,45%	1.858.606	(911.671)	946.935
Outros (a)	2,40%	13.997	(2.301)	11.696	2,28%	4.455	(587)	3.868
		2.112.362	(1.068.058)	1.044.304		2.115.701	(1.007.997)	1.107.704
Total		86.027.150	(45.695.565)	40.331.586		84.560.273	(44.331.893)	40.228.380

(a) O valor é composto, substancialmente, por terrenos, veículos e móveis e utensílios e obrigações especiais.

Cabe mencionar que os valores apresentados na tabela acima estão brutos da provisão ou seja, não contemplam a provisão para *impairment*. Informações sobre o *impairment* podem ser observadas em maiores detalhes na nota 23.

Prática contábil

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuídos à aquisição dos ativos, e também inclui, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido.

Os itens do ativo imobilizado referem-se substancialmente à infraestrutura para geração de energia elétrica de concessões não prorrogadas e ativos corporativos.

A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso e em operação. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A Companhia considera que a vida útil estimada de cada ativo é semelhante às taxas de depreciação determinadas pela ANEEL, as quais são tidas pelo mercado como aceitáveis por expressar adequadamente o tempo de vida útil dos bens.

Relatório da Administração/Comentário nho

Os ativos de Direito de Uso são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

NOTA 22 – INTANGÍVEL

	CONSOLIDADO				
	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2021
Vinculados à Concessão - Geração	428.861	4.046.941	575	(3.533)	4.472.844
Em serviço	405.153	4.021.800	575	(3.297)	4.424.231
Custo	287.179	8.715	(295)	10.468	306.067
Amortização acumulada	(15.697)	(251.785)	-	(13.765)	(281.247)
Provisão p/ valor recuperável dos ativos (<i>Impairment</i>)	(872)	(1.019)	870	-	(1.021)
Repactuação do Risco Hidrológico (a)	134.543	4.265.889	-	-	4.400.432
Em curso	23.708	25.141	-	(236)	48.613
Custo	23.708	25.141	-	(236)	48.613
Vinculados à Concessão - Transmissão	2.092	-	-	-	2.092
Em serviço - Custo	791	-	-	-	791
Em curso - Custo	1.301	-	-	-	1.301
Não Vinculados à Concessão (Outros Intangíveis) - Administração	354.540	107.137	50.407	5.156	517.240
Em serviço	8.658	20.288	50.981	58.294	138.221
Custo	1.027.678	62.514	(2.525)	(172.966)	914.701
Amortização acumulada	(702.732)	(42.226)	-	37.549	(707.409)
Provisão p/ valor recuperável dos ativos (<i>Impairment</i>)	(316.288)	-	53.506	193.711	(69.071)
Em curso	345.882	86.849	(574)	(53.138)	379.019
Custo	345.882	86.849	(574)	(53.138)	379.019
Total	785.493	4.154.078	50.982	1.623	4.992.176

	CONSOLIDADO				
	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2020
Vinculados à Concessão - Geração	466.556	(318)	(36.186)	(1.191)	428.861
Em serviço	444.414	(7.888)	(30.182)	(1.191)	405.153
Custo	301.982	7.999	(7.414)	(15.388)	287.179
Amortização acumulada	(14.450)	(15.444)	-	14.197	(15.697)
Provisão p/ valor recuperável dos ativos (<i>Impairment</i>)	(6.439)	(443)	6.010	-	(872)
Repactuação do Risco Hidrológico (a)	163.321	-	(28.778)	-	134.543
Em curso	22.142	7.570	(6.004)	-	23.708
Custo	22.142	7.570	(6.004)	-	23.708
Vinculados à Concessão - Transmissão	2.092	-	-	-	2.092
Em serviço - Custo	791	-	-	-	791
Em curso - Custo	1.301	-	-	-	1.301
Não Vinculados à Concessão (Outros Intangíveis) - Administração	349.714	84.854	(48.477)	(31.551)	354.540
Em serviço	95.793	(40.274)	(48.477)	1.616	8.658
Custo	1.053.351	6.721	(48.477)	16.083	1.027.678
Amortização acumulada	(641.270)	(46.995)	-	(14.467)	(702.732)
Provisão p/ valor recuperável dos ativos (<i>Impairment</i>)	(316.288)	-	-	-	(316.288)
Em curso	253.921	125.128	-	(33.167)	345.882
Custo	306.852	125.128	-	(33.167)	398.813
Outros	(52.931)	-	-	-	(52.931)
Total	818.362	84.536	(84.663)	(32.742)	785.493

(a) Repactuação do Risco Hidrológico

Com a aprovação da Lei nº 14.052/2020, foram registrados no ativo intangível, em conformidade com o CPC 04/IAS 38 - Ativo Intangível, o valor de R\$ 4.265.889, decorrente da extensão do prazo de concessão das usinas/complexos hidrelétricos objeto das resoluções ANEEL nº 2.919/2021 e 2.932/2021. Maiores informações, vide nota 3.

Relatório da Administração/Comentário nho

Prática contábil

Ativos intangíveis, com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzidos das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Os custos relacionados à repactuação do risco hidrológico (GSF) foram reconhecidos com base no CPC 04/IAS 38 (parágrafo 44) e também sob a ótica da compra de intangível por concessão governamental (*government grant*), em conjunto com a norma CPC 07/IAS 20 – Subvenções Governamentais (parágrafo 23), uma vez que tal acordo pode ser considerado, por analogia, a uma concessão de subvenção governamental, representada por um intangível recebido como parte do acordo de repactuação do risco hidrológico. Adicionalmente, o ativo intangível foi reconhecido a valor justo considerando a melhor estimativa, com base nos parâmetros determinados pela regulamentação da ANEEL e os valores das compensações calculados pela CCEE. A amortização é reconhecida pelo método linear até o final do prazo de concessão, ajustado com a extensão a partir da repactuação do risco hidrológico.

NOTA 23 – VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS DE LONGO PRAZO

O Pronunciamento Técnico CPC 01/IAS 36 - Redução ao valor recuperável de ativos, determina que um ativo deve ser registrado por valor que não exceda o montante a ser recuperado pelo uso ou pela venda desse ativo.

O Pronunciamento define o Valor Recuperável como o maior valor entre o valor justo líquido de despesas de venda de um ativo ou de unidade geradora de caixa e o seu Valor em Uso. O Valor Justo, de acordo com o CPC 46/IFRS 13 – Mensuração do Valor Justo, é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. Já o Valor em Uso, de acordo com o próprio CPC 01/IAS 36, é o valor presente de fluxos de caixa futuros esperados que devem advir de um ativo ou de unidade geradora de caixa. O valor em uso, conforme o próprio nome sugere, representa o valor esperado pela companhia (visão interna) decorrente do desempenho do ativo ao longo da sua vida útil. Já o valor justo corresponde a mensuração do montante a ser recebido no caso da venda deste ativo (visão externa). A Companhia estima o valor recuperável de seus ativos imobilizados e intangíveis com base em valor em uso, que é mensurado com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

As premissas utilizadas consideram a melhor estimativa da Administração da Eletrobras sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos das unidades geradoras de caixa.

Foram consideradas as principais premissas definidas a seguir:

- Crescimento compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira;
- Taxa de desconto ao ano, após os impostos, específica para os segmentos testados: 4,70% para geração não renovada, 4,68% para geração renovada, (6,11% para geração não renovada, 6,14% para geração renovada em 2020), levando em consideração o custo médio ponderado de capital;
- A taxa de desconto ao ano, antes dos impostos, para os empreendimentos corporativos testados varia entre 4,44% e 16,48%;
- Receitas projetadas de acordo com os contratos, sem previsão de prorrogação da concessão/autorização;
- Despesas segregadas por unidade geradora de caixa, projetadas com base no PDNG para 5 anos e consistentes com o plano para os demais anos, até o final das concessões e sem considerar renovações/prorrogações futuras; e
- A Companhia tratou cada um dos contratos de seus respectivos empreendimentos como unidades geradoras de caixa independentes.

Relatório da Administração/Comentário Anho

Seguem abaixo as posições de *impairment* no exercício:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Geração	Administração	Total	Geração	Administração	Total
Imobilizado	6.963.604	-	6.963.604	7.565.468	-	7.565.468
Intangível	1.021	69.071	70.092	872	316.288	317.160
Total	6.964.625	69.071	7.033.696	7.566.340	316.288	7.882.628

A movimentação das provisões é como segue:

Geração

Unidade Geradora de Caixa	31/12/2020	Adições	Reversões	Baixas	Transferências	31/12/2021
UTN Angra 3	4.508.764	-	-	-	-	4.508.764
UTE Candiota	796.045	258.261	-	-	-	1.054.306
UTE Santa Cruz	402.769	-	(123.390)	-	-	279.379
Candiota Fase B	321.020	-	(15.242)	-	-	305.778
UHE Batalha	298.058	-	(149.105)	-	-	148.953
Casa Nova I	292.763	-	(35.184)	-	-	257.579
Livramento (a)	126.294	-	(422)	-	(125.872)	-
Complexo Eólico Pindaí	100.428	-	(100.428)	-	-	-
UHE Samuel	98.804	-	(98.804)	-	-	-
UTE Coaracy Nunes	71.007	-	-	-	-	71.007
PCH João Borges	42.103	-	(42.103)	-	-	-
UTE Mauá Bloco 4	49.372	-	-	-	-	49.372
UTE Aparecida Óleo	46.258	-	-	-	-	46.258
Eólica Coxilha Seca	27.462	-	(26.198)	-	-	1.264
UTE Mauá Bloco 1	41.040	-	-	-	-	41.040
UHE Passo São João	34.987	-	(34.987)	-	-	-
Casa Nova II	49.154	-	(49.154)	-	-	-
PCH Rio Chapéu	32.752	-	(32.752)	-	-	-
Casa Nova III	25.730	-	(25.730)	-	-	-
Outros	201.530	5.496	(5.664)	(437)	-	200.925
Total	7.566.340	263.757	(739.163)	(437)	(125.872)	6.964.625

(a) A SPE Livramento foi classificada como ativo mantido para venda.

Unidade Geradora de Caixa	31/12/2019	Adições	Reversões	Baixas	31/12/2020
UTN Angra 3	4.508.764	-	-	-	4.508.764
UTE Candiota	184.629	611.416	-	-	796.045
UTE Santa Cruz	618.569	-	(215.800)	-	402.769
Candiota Fase B	342.114	-	(21.094)	-	321.020
UHE Batalha	376.680	-	(78.622)	-	298.058
Casa Nova I	345.893	-	(53.130)	-	292.763
Livramento	117.866	8.428	-	-	126.294
Complexo Eólico Pindaí I	-	99.263	-	-	99.263
UHE Samuel	87.603	11.201	-	-	98.804
UTE Coaracy Nunes	71.007	-	-	-	71.007
UTE Camaçari	224.032	-	-	(224.032)	-
UTE Mauá Bloco 4	49.372	-	-	-	49.372
UTE Aparecida Óleo	46.258	-	-	-	46.258
UTE Mauá Bloco 1	41.040	-	-	-	41.040
UHE Passo São João	34.750	-	-	-	34.750
Casa Nova II	16.492	32.662	-	-	49.154
PCH Santo Cristo	14.148	-	-	(14.148)	-
Casa Nova III	-	25.730	-	-	25.730
Outros	283.639	21.610	-	-	305.249
Total	7.362.856	810.310	(368.646)	(238.180)	7.566.340

Relatório da Administração/Comentário Anho

Abaixo, destacamos os principais impactos decorrentes da avaliação do valor recuperável pela Companhia em dezembro de 2021:

- UTN Angra 3

A Lei nº 14.120/21, estabeleceu as condições gerais para estruturação do empreendimento Angra 3, garantindo ao projeto uma tarifa que assegure a sua viabilidade econômico-financeira, sendo este um marco relevante para conclusão do projeto. Ademais, a Resolução do CNPE 23/21, definiu parâmetros para cálculo da tarifa de equilíbrio pelo BNDES, dentre os quais a data base, 30 de junho de 2020, e o custo de capital próprio real de 8,88% ao ano para remuneração do capital investido.

Além dos pontos acima mencionados, em dezembro de 2021 a Tractebel, empresa contratada pelo BNDES para a análise do Capex remanescente e cronograma, em seu relatório preliminar, ainda em fase de análise pela Eletronuclear, indicou um aumento de R\$ 2.239.000 do Capex em relação ao considerado no teste de *impairment* do exercício de 2020, e a data prevista de entrada em operação passou para novembro de 2027.

A despeito dos significativos avanços acima mencionados, para a realização do teste de recuperabilidade em dezembro de 2021, apesar de todos os parâmetros para o cálculo da tarifa de equilíbrio do projeto estarem disponíveis, a tarifa não é definida pela Companhia, sendo de responsabilidade do CNPE. Portanto, ainda resta pendente a homologação tarifária, que é de grande relevância para a estruturação do projeto.

A fundamentação da manutenção do saldo provisionado de *impairment* no montante de R\$ 4.508.764 é derivada substancialmente da carência da homologação da tarifa do empreendimento, sendo considerada a tarifa de referência aprovada em 2018 atualizada pela inflação.

Ao longo do ano de 2021, foram realizadas atividades relacionadas ao caminho crítico da obra com destaque para seleção de fornecedores para reinício das obras civis, bem como a efetivação de aportes de recursos pela Eletrobras na controlada Eletronuclear no montante de R\$ 2.447.464, vide nota 19.

Em fevereiro de 2022, a Companhia assinou o contrato de prestação de serviços que permite a retomada das obras da Usina Nuclear de Angra 3, no âmbito do Plano de Aceleração do Caminho Crítico entre a Eletronuclear e o consórcio formado por Ferreira Guedes, Matricial e ADtranz. Entre as principais medidas que constam no Plano está a conclusão da superestrutura de concreto do edifício do reator de Angra 3.

- UTE Candiota III

Redução do valor recuperável da unidade geradora de caixa Usina Candiota, no montante de R\$ 276.235, devido a não comercialização de adicional de garantia física no mercado de curto prazo.

- Redução da taxa de desconto

Redução do custo médio ponderado de capital – WACC impactado tanto pelo menor custo do capital de terceiros como do capital próprio.

Administração

Intangível - Administração	31/12/2020	Baixas	Reversões	Transferência	31/12/2021
Ágio de rentabilidade Futura - Livramento (a)	233.989	-	(40.278)	(193.711)	-
Outros	82.299	(13.228)	-	-	69.071
Total	316.288	(13.228)	(40.278)	(193.711)	69.071

(a) A SPE Livramento foi classificada como ativo mantido para venda.

Relatório da Administração/Comentário nho

- Unidades Geradoras de Caixa – UGCs que não apresentam provisão para *impairment*

As UGCs que não tiveram *impairment* têm um valor recuperável superior ao valor contábil do ativo imobilizado. Além disso, a Companhia realizou uma análise de sensibilidade aumentando a taxa de desconto em 5% e 10%, para avaliação do risco de *impairment* para cada UGC. Apenas a PCH João Borges da CGT Eletrosul apresentou risco de *impairment*, de R\$ 307 para a variação de +5% da taxa e R\$ 2.032 para a variação de +10%.

Prática contábil

A Companhia avalia periodicamente se há alguma indicação de que seus ativos não financeiros (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs) tenham sofrido alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente por uma taxa que reflete uma avaliação atual de mercado e/ou custo de oportunidade da Companhia, do valor da moeda no tempo e dos riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros foi efetuada.

NOTA 24 – FORNECEDORES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Circulante				
Bens, Materiais e Serviços	63.840	83.077	2.602.086	2.612.668
Energia Comprada para Revenda	710.018	622.831	1.381.544	1.275.170
CCEE - Energia de curto prazo	-	-	47.902	16.213
	<u>773.858</u>	<u>705.908</u>	<u>4.031.532</u>	<u>3.904.051</u>
Não circulante				
Bens, Materiais e Serviços	-	-	16.555	16.556
	-	-	16.555	16.556
Total	<u>773.858</u>	<u>705.908</u>	<u>4.048.087</u>	<u>3.920.607</u>

Prática contábil

A rubrica de fornecedores é mensurada a custo amortizado, sendo os passivos baixados mediante a liquidação do título e as variações monetárias são reconhecidas no resultado financeiro. A Companhia reconhece nesta rubrica as obrigações relacionadas com encargos de uso da rede elétrica, suprimento de energia elétrica, compras de energia elétrica para revenda e compras de bens, mercadorias e de serviços. Além disso, também são reconhecidas as compras de energia elétrica no âmbito da CCEE.

NOTA 25 – ADIANTAMENTOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Circulante				
PROINFA (a)	1.043.978	667.126	1.043.978	667.126
PROCEL (b)	326.968	393.644	326.968	393.644
ALBRAS (c)	-	-	89.509	74.075
	<u>1.370.946</u>	<u>1.060.770</u>	<u>1.460.455</u>	<u>1.134.845</u>
Não Circulante				
ALBRAS (c)	-	-	186.348	290.870
	-	-	186.348	290.870
Total	<u>1.370.946</u>	<u>1.060.770</u>	<u>1.646.803</u>	<u>1.425.715</u>

Relatório da Administração/Comentário nho

(a) PROINFA

O recebimento antecipado das quotas do PROINFA se destina às necessidades de pagamento estabelecidas contratualmente entre a Eletrobras e os empreendedores. As quotas de custeio e as de energia elétrica são resultantes do rateio do custo e da energia elétrica gerada no âmbito do PROINFA. Conforme resolução homologatória nº 2.995/2021 da ANEEL o valor do rateio do PROINFA foi de R\$ 14,13/MWh em dezembro de 2021 (R\$ 9,32/MWh em dezembro de 2020). Além disso, as operações no âmbito do PROINFA não afetam o resultado da Eletrobras.

(b) Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL

Programa do governo federal com o objetivo de aumentar eficiência dos bens e consumos de energia. A Eletrobras atua como agente executor do PROCEL, por meio de contratos, convênios, termos de operação e acordos de cooperação. O recebimento antecipado dos recursos e sua utilização estão condicionados à aprovação do Plano de Aplicação de Recursos Anual (PAR), o qual dispõe das propostas de projetos em eficiência energética e demais dispêndios a serem aplicados no âmbito do programa. Tais projetos são programados e orçados no PAR e ficam condicionados à sua efetiva contratação e realização. Portanto, os recursos financeiros são recebidos de acordo a programação estabelecida e lançados ao resultado do programa na medida da sua efetiva execução. Além disso, as operações no âmbito do PROCEL não afetam o resultado da Eletrobras.

(c) Alumínio Brasileiro S.A. - ALBRAS

Em 2004 a controlada Eletronorte participou do leilão de compra de energia elétrica realizado pelo consumidor industrial ALBRAS, para um período de 20 anos. A ALBRAS efetuou a compra antecipada de créditos de energia elétrica, com pagamento antecipado, a ser amortizado durante o período de fornecimento, em parcelas mensais expressas em MW médios, de acordo com a tarifa vigente no mês de faturamento.

NOTA 26 – EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

A composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures devidos pela Eletrobras e suas controladas é divulgada a seguir:

	31/12/2021					
	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	Taxa Média	Circulante	Não Circulante	Taxa Média	Circulante	Não Circulante
Moeda Estrangeira						
Banco Mundial	2,41%	149.904	148.214	2,41%	149.904	148.214
Banco Interamericano de Desenvolvimento	-	-	-	1,22%	42.349	379.147
Kreditanstalt fur Wiederaufbau - KfW	2,69%	22.239	265.948	4,77%	65.423	542.639
		172.143	414.162		257.676	1.070.000
Moeda Nacional						
RGR Devolução	5,00%	250.802	1.003.208	5,00%	250.802	1.003.208
RGR Controladas	5,00%	83.275	602.157	5,00%	83.275	602.157
RGR CCEE	5,00%	11.187	-	5,00%	11.187	-
BNDES	-	-	-	5,63%	458.015	4.668.486
Caixa Econômica Federal	10,93%	329.989	11.169	8,22%	806.317	3.072.622
Banco do Brasil	10,93%	527.983	17.871	6,92%	957.151	1.079.149
Bradesco (a)	-	-	-	7,18%	265.124	1.077.681
Petrobras	1,91%	2.199.910	3.327.920	1,91%	2.199.910	3.327.920
BR Distribuidora	2,21%	21.941	31.908	2,21%	21.941	31.908
State Grid	-	-	-	5,01%	91.196	647.597
Itaú	-	-	-	9,15%	4.017	500.000
Banco do Nordeste do Brasil	-	-	-	7,18%	66.187	987.810
BASA	-	-	-	8,52%	12.425	344.624
Cigás	-	393.920	193.249	-	393.920	193.249
Outras Instituições Financeiras	-	-	-	6,51%	481.255	506.579
		3.819.007	5.187.482		6.102.722	18.042.990

Relatório da Administração/Comentário nho

Captação Eletrobras

Em abril de 2021, foi realizada a sua 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, de 2.700.000 Debêntures, sendo: (i) 1.200.000 Debêntures da primeira série; e (ii) 1.500.000 Debêntures da segunda série observado que a emissão das Debêntures da Segunda Série foi realizada nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.431/2011.

Captação Furnas

Em julho de 2021, a Companhia realizou a captação de recursos no montante de R\$ 1.600.000, por sua controlada Furnas, por meio de 4 operações junto às seguintes instituições: (i) Banco da Amazônia – BASA no valor de R\$ 200.000 e prazo de pagamento em 5 anos; (ii) Banco Itaú no valor de R\$ 500.000 e prazo de pagamento em 5 anos; (iii) Banco do Brasil no valor de R\$ 600.000 e prazo de pagamento em 7 anos e (iv) Banco Bradesco no valor de R\$ 300.000 e prazo de pagamento em 7 anos.

Os recursos obtidos por meio destas captações serão destinados ao pagamento de dívidas mais onerosas hoje presentes no balanço da companhia e para o cumprimento do programa de investimentos do biênio 2021/2022.

Debêntures CGT Eletrosul

Em setembro de 2021, ocorreu o encerramento da oferta pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, de debêntures emitidas pela controlada CGT Eletrosul. Foram subscritas e integralizadas 400.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com valor nominal unitário de R\$ 1, perfazendo o montante total de R\$ 400.000 na data de emissão, sendo (i) R\$ 185.000 na primeira série, nos termos da Lei nº 12.431/2011, caracterizada como “debêntures verdes”, com prazo de vencimento de 8 anos contados a partir da data de emissão, e (ii) R\$ 215.000 na segunda série com prazo de vencimento de 3 anos.

Os recursos líquidos captados pela CGT Eletrosul por meio da Emissão das Debêntures da Primeira Série serão utilizados para alavancagem de Projetos de Investimento em Reforços de Transmissão e os recursos líquidos captados por meio das Debêntures da Segunda Série serão utilizados para reforço de caixa para utilização no curso ordinário dos negócios da Companhia.

Pagamento dos bonds

Em outubro de 2021, a Companhia efetuou o pagamento, dentro da data de vencimento, dos *bonds* emitidos em 2011 no montante de USD 643.691 equivalente a R\$ 3.583.234, convertido pela taxa de câmbio da data do pagamento.

26.1 - Movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures

A movimentação apresentada a seguir compreende os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
Saldo inicial em 31 de dezembro 2020 e 2019	27.998.275	33.318.501	47.002.033	47.899.641
Captação	2.700.000	5.193.319	4.828.697	9.154.852
Juros, encargos, Variações monetária e cambial incorridos	2.391.849	3.906.850	2.936.377	5.367.794
Juros Pagos	(1.327.451)	(1.275.296)	(2.545.458)	(2.074.848)
Amortização do Principal	(7.181.654)	(12.140.166)	(8.429.427)	(12.144.481)
Custos de transação apropriado	-	-	(13.825)	(22.146)
Transferência	-	-	213.129	(173.846)
Desreconhecimento RGR	24.119	(1.004.933)	24.119	(1.004.933)
Saldo final em 31 de dezembro 2021 e 2020	24.605.138	27.998.275	44.015.645	47.002.033

Relatório da Administração/Comentário nho

A parcela dos empréstimos, financiamentos e debêntures tem seu vencimento assim programado:

	2022	2023	2024	2025	2026	2027	Após 2027	Total
Controladora	5.310.176	2.187.441	4.309.679	3.240.658	2.531.527	332.272	6.693.385	24.605.138
Consolidado	8.234.752	4.785.443	6.657.723	4.681.094	4.204.094	1.739.095	13.713.444	44.015.645

26.2 – Garantias

A Companhia participa, na qualidade de interveniente garantidora, de diversos empreendimentos de suas investidas controladas e não controladas. A exposição total em garantias é composta pelas garantias fornecidas para coligadas e empreendimentos controlados em conjunto no montante de R\$ 29.935.666 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 30.575.673 em 31 de dezembro de 2020), apresentadas no quadro abaixo:

Garantidora	Modalidade	Empreendimento	Saldo Devedor Garantido em 31/12/2021	Término da Garantia
Eletrobras	SPE	UHE Belo Monte	13.813.246	2042
Eletrobras	SPE	UHE Santo Antônio	5.351.448	2040
Eletrobras	SPE	UHE Jirau	3.240.577	2034
Eletrobras	SPE	UHE Teles Pires	1.128.600	2038
Furnas	SPE	UHE Santo Antônio	1.015.977	2038
Eletrobras	SPE	UHE Santo Antônio	926.256	2024
Eletrobras	SPE	UHE Jirau	887.438	2035
Furnas	SPE	Empreendimentos de Transmissão - Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.	754.187	2041
Eletrobras	SPE	UHE Sinop	556.612	2038
Eletrobras	SPE	UHE São Manoel	525.607	2038
Eletrobras	Corporativo	Amazonas Energia (a)	491.016	2026
Eletrobras	SPE	UHE Teles Pires	267.751	2032
Eletrobras	SPE	UHE Santo Antônio	226.390	2030
Eletrobras	SPE	UHE Santo Antônio	153.342	2022
Furnas	SPE	Empreendimentos de Transmissão - Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.	116.209	2030
Furnas	SPE	UHE São Manoel	108.557	2033
Eletrobras	SPE	Empreendimentos Eólicos - Chapada do Piauí II Holding S.A.	77.700	2032
Eletrobras	SPE	Empreendimentos de Transmissão - Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	75.548	2028
Chesf	SPE	UHE Sinop	72.836	2032
Eletronorte	SPE	UHE Sinop	72.836	2032
Eletrobras	SPE	Empreendimentos Eólicos - Chapada do Piauí I Holding S.A.	70.230	2032
Eletrobras	SPE	Empreendimentos de Transmissão - Caldas Novas Transmissão S.A.	3.303	2028
Garantias empresas não controladas			29.935.666	

- (a) Instrumento particular oriundo de processos judiciais cuja origem é anterior à privatização e desverticalização da Amazonas Energia S.A., com vistas ao equacionamento de dívidas anteriores em que a Eletrobras é parte dada sua condição de garantidora.

As garantias fornecidas para as investidas controladas são apresentadas de forma segregada por já constarem seus saldos registrados em financiamentos e empréstimos a pagar.

O montante garantido para as controladas de R\$ 12.645.279, em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 15.324.770 em 31 de dezembro de 2020) é apresentado no quadro abaixo.

Relatório da Administração/Comentário



EMPRESAS CONTROLADAS

Garantidora	Modalidade	Empreendimento	Saldo Devedor Garantido em 31/12/2021	Término da Garantia
Eletrobras	Corporativo	Angra III	3.366.852	2036
Eletronuclear	Corporativo	Angra III	3.013.276	2038
Eletrobras	Corporativo	Emissão de Debêntures - Furnas	919.045	2029
Eletrobras	Corporativo	Belo Monte Transmissora de Energia	738.793	2029
Eletrobras	Corporativo	Diversos - Furnas	462.780	2023
Eletrobras	Corporativo	Emissão de Debêntures - Furnas	455.608	2024
Furnas	Corporativo	Modernização da UHE Furnas e UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho	421.495	2031
Eletrobras	Corporativo	UHE Simplício	355.323	2026
CGT Eletrosul	SPE	Transmissora Sul Litorânea de Energia	350.537	2029
Eletrobras	Corporativo	Complexo Eólico Livramento - Entorno II	322.351	2028
Eletrobras	Corporativo	Projetos Corporativos de Transmissão	243.027	2034
Eletrobras	Corporativo	Projetos Corporativos Chesf	237.915	2029
Eletrobras	Corporativo	Reforço à Estrutura de Capital de Giro	185.717	2024
Eletrobras	Corporativo	UHE Mauá	163.333	2028
Eletrobras	Corporativo	Linha Verde Transmissora	156.283	2033
Eletrobras	Corporativo	Eólicas Casa Nova II e III	155.676	2031
Eletrobras	Corporativo	Plano de Investimentos 2012 - 2014	151.704	2029
Eletrobras	Corporativo	Financiamento Corporativo	104.851	2023
Eletrobras	Corporativo	Transmissora Sul Brasileira de Energia	121.415	2028
Eletrobras	Corporativo	UHE São Domingos	110.038	2028
Chesf	Corporativo	Transmissora Delmiro Gouveia	102.598	2032
Eletrobras	Corporativo	Projetos Corporativos Chesf	95.121	2029
Eletrobras	Corporativo	UHE Batalha	78.042	2025
Eletrobras	Corporativo	UHE Passo de São João	75.932	2026
Eletrobras	Corporativo	Projetos Corporativos CGT Eletrosul	55.823	2023
Eletrobras	Corporativo	Projetos de Inovação	45.254	2023
Chesf	Corporativo	Transmissora Delmiro Gouveia	48.224	2031
Eletrobras	Corporativo	Projetos Corporativos CGT Eletrosul	28.607	2022
Eletrobras	Corporativo	UHE Baguari	19.839	2026
Eletrobras	Corporativo	RS Energia	18.260	2027
CGT Eletrosul	Corporativo	Ampliação do Sistema Sul de Transmissão	18.368	2029
CGT Eletrosul	Corporativo	Interligação Brasil x Uruguai	13.787	2029
Eletrobras	Corporativo	RS Energia	9.405	2027
Garantias empresas controladas			12.645.279	

26.3 - Movimentação de Provisão para Garantias

A movimentação das garantias nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram as seguintes:

CONSOLIDADO		
Saldo inicial em 31 de dezembro 2021 e 2020	459.004	463.776
Adições de Garantias	14.869	25.556
Atualizações (a)	(14.408)	15.197
Baixas	(33.656)	(45.525)
Saldo final em 31 de dezembro 2021 e 2020	425.809	459.004

(a) Na atualização consta a redução do saldo devedor em decorrência dos pagamentos de empréstimos e financiamentos.

26.4 - Obrigações Assumidas - Covenants

A Companhia possui cláusulas de *covenants* em alguns de seus contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures. Os principais *covenants* são referentes a: atendimento de certos índices financeiros (Dívida Líquida sobre EBITDA, Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD, entre outros), existência de garantias corporativas, requisitos para alteração de controle societário, conformidade às licenças e autorizações necessárias e limitação à venda significativa de ativos. A Companhia identificou a ocorrência de evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2021, referente à UHE São Manoel e às SPEs Chapadas do Piauí I e II, que não atingiram o nível mínimo do ICSD superior a 1,2.

Relatório da Administração/Comentário nho

a) UHE São Manoel:

A UHE São Manoel possui dívidas com o BNDES, além da 4ª emissão de debêntures, com saldos respectivos em dezembro de 2021 de R\$ 1.580.000 e R\$ 325.000, com garantia da Eletrobras e Furnas, respectivamente, correspondente à participação acionária da controlada nesta SPE de 33,33%.

Em face da adesão por esta UHE no último trimestre de 2021 ao programa de *Standstill* promovido pelo BNDES, como uma das medidas emergenciais de enfrentamento aos impactos financeiros da crise hídrica, foi mitigado risco de ocorrência de inadimplemento contratual pelo não cumprimento do ICSD.

No que concerne à emissão de debentures, o não cumprimento do *covenant* não incorre em vencimento da dívida, uma vez que pelo regramento do contrato é permitido o descumprimento deste indicador por 3 anos consecutivos ou 4 intercalados sem que haja decretação de vencimento antecipado, sendo relevante observar neste contexto que não ocorreu descumprimento no ano de 2020.

De modo então a cumprir com as obrigações/compensações relativas a este descumprimento e manter-se adimplente às obrigações contratuais, a SPE terá somente que, nos termos da Escritura de Emissão, efetuar a complementação financeira da Conta Reserva de Complementação do ICSD em montante suficiente para compensar o não atendimento do indicador. Atualmente há previsão de que a aplicação dos montantes financeiros necessários na referida conta será feito com recursos exclusivos do caixa da própria UHE, sem contar, portanto, com suporte dos acionistas e/ou garantidores.

b) SPE Chapada do Piauí I:

A SPE Chapada do Piauí I solicitou previamente *waiver* ao BNDES pelo descumprimento do ICSD em 2021, obtendo também manifestação similar ao obtido para a SPE Chapada do Piauí II. O saldo devedor desta SPE com o BNDES é de R\$ 471.000 em dezembro de 2021.

Adicionalmente, esta SPE possui uma emissão de debêntures com saldo apurado em dezembro de 2021 de R\$ 103.000. Ambos os instrumentos financeiros possuem garantia da Eletrobras correspondente a 25% da proporção da participação acionária da Eletrobras na SPE (49%), em um total de R\$ 70.230.

Observa-se que, nos termos da escritura de emissão, é preconizado que em face do não atingimento do indicador, será necessário a realização de uma assembleia de debenturistas para deliberar sobre o tema. Um ponto importante a notar é que o fato de não ter sido atingido o ICSD não gera necessariamente vencimento antecipado do contrato.

c) SPE Chapada do Piauí II:

A SPE Chapada do Piauí II possui como seu único credor o BNDES, cujo saldo devedor ao final de dezembro de 2021 foi de R\$ 396.000, dos quais 40% da proporção da participação acionária na SPE (49%) são garantidos pela Eletrobras, ou seja, R\$ 77.700. Destaca-se que, após solicitação prévia efetuada pela SPE, o BNDES absteve-se formalmente em condição resolutiva quanto à declaração de vencimento pelo não atendimento do indicador.

Prática contábil

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos inicialmente pelo valor justo menos os custos de transação diretamente atribuíveis, e subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. Quando os seus termos contratuais são modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do exercício. Quando tal modificação for substancial, o financiamento original é extinto e reconhecido um novo passivo financeiro, com impacto no resultado do exercício.

Relatório da Administração/Comentário Anho

Contrato com garantia financeira consiste em contratos que requerem que o emitente efetue pagamentos especificados a fim de reembolsar o detentor por perda que incorrer devido ao fato de o devedor especificado não efetuar o pagamento na data prevista, de acordo com as condições iniciais ou alteradas de instrumento de dívida. Essas estimativas são definidas com base na experiência e no julgamento da Administração da Eletrobras. As taxas recebidas são reconhecidas com base no método linear ao longo da vida da garantia. Para fazer frente a uma eventual execução de garantia a Eletrobras provisiona 1% do saldo devedor garantido para as investidas controladas e não controladas. Qualquer aumento de obrigações em relação às garantias é apresentado, quando ocorrido, nas despesas operacionais (Nota 41.1).

NOTA 27 – ARRENDAMENTOS

O passivo de arrendamento refere-se principalmente a contratos de compra de energia firmados com os PIEs que possuem a transferência de parcela significativa de riscos e benefícios ao final dos contratos. Estes contratos já eram classificados como arrendamentos financeiros anteriormente à adoção do CPC 06 - R2 /IFRS 16 – Arrendamentos pois foram firmados com os PIEs em 2005, por um prazo de 20 anos, da Amazonas Energia S.A que foram repassados para Amazonas GT (incorporada pela Eletronorte, vide nota 2.4) durante o processo de desverticalização. Além destes, também estão inclusos imóveis, veículos e equipamentos.

A movimentação do passivo é demonstrada no quadro a seguir:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial em 31 de dezembro 2020 e 2019	1.053.194	1.207.189
Novos contratos/Remensurações	60.824	37.285
Juros incorridos	377.482	365.596
Pagamentos	(588.016)	(556.876)
Saldo final em 31 de dezembro 2021 e 2020	903.484	1.053.194
	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	209.774	217.321
Não Circulante	693.710	835.873
Total	903.484	1.053.194

Os aluguéis fixos e variáveis, bem como aqueles relacionados a contratos de curto prazo e de baixo valor, foram os seguintes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020
Arrendamentos de curto prazo	3.667	23.552
Arrendamentos de baixo valor	23.827	23.452
Despesas variáveis de arrendamento	885	824

Os vencimentos dos passivos não circulantes estão demonstrados no quadro a seguir:

	CONSOLIDADO
	31/12/2021
2023	210.031
2024	205.718
2025	150.177
2026	36.794
2027	27.699
Após 2027	63.291
Total	693.710

Relatório da Administração/Comentário nho

A seguir é apresentado o quadro indicativo do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme o período previsto para pagamento.

	CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020
Contraprestação do arrendamento	588.016	556.876
PIS/COFINS potencial (9,25%)	54.391	51.511

Prática contábil

A Companhia reconhece os passivos de arrendamentos mensurados pelo valor presente dos pagamentos dos arrendamentos sem refletir a inflação futura projetada. Os pagamentos são descontados pela taxa incremental sobre empréstimos da Companhia, visto que as taxas de juros implícitas nos contratos de arrendamento com terceiros normalmente não podem ser prontamente determinadas.

Remensurações refletem alterações oriundas de índices ou taxas contratuais, bem como nos prazos dos arrendamentos devido a novas expectativas de prorrogações ou rescisões do arrendamento (com correspondente ajuste no direito de uso relacionado). As remensurações são reconhecidas no passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

Os juros e outras despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período, enquanto os pagamentos reduzem o seu valor contábil. O direito de uso adquirido por meio de arrendamento financeiro está classificado no Ativo Não Circulante sendo depreciado pelo prazo do arrendamento.

NOTA 28 – EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO

a) Compulsório não quitado

O Empréstimo Compulsório sobre o consumo de energia elétrica foi criado pela Lei nº 4.156/1962, com a finalidade de expansão e melhoria do setor elétrico brasileiro, tendo sido arrecadado somente a partir de 1964. Inicialmente, o tributo recaiu sobre todos os consumidores de energia elétrica, e sua devolução foi assegurada até o ano de 1976 pela emissão de títulos ao portador (Obrigações).

Com o advento do Decreto nº 1.512/1976, a incidência do empréstimo compulsório passou, durante o período de 1977 a 1993, a recair somente sobre os grandes consumidores industriais de energia elétrica, assim, considerados aquelas industriais com consumo mensal superior a 2.000 Kwh.

Nesta 2ª fase, o Empréstimo Compulsório era representado por créditos escriturais, e não mais por Obrigações. A arrecadação ocorreu no período de 1977 a 1993 e a devolução dos créditos foi realizada por meio da entrega de ações preferenciais da Eletrobras, tendo sido realizadas 4 assembleias de conversão em ações dos créditos arrecadados.

A maior parte dos créditos arrecadados pela Eletrobras à época de vigência da lei já foram devolvidos aos contribuintes. Porém, ainda existem créditos a serem devolvidos, pois alguns contribuintes, questionando a constitucionalidade do Empréstimo Compulsório, ingressaram em juízo com ações consignatórias para discutir sua cobrança pela Eletrobras, depositando judicialmente esses valores do tributo.

À medida que a Eletrobras teve êxito nessas ações e foi autorizada a levantar os valores depositados, mediante expedição de alvará judicial, a obrigação de devolver esses tributos foi registrada no passivo. Esses créditos não foram convertidos nas 4 assembleias realizadas pela Eletrobras citadas acima, pois ingressaram no caixa da Controladora após a última assembleia de conversão ocorrida em 2008.

Relatório da Administração/Comentário nho

A Eletrobras, após o levantamento dos referidos depósitos, assume a obrigação de devolução do valor principal em até 20 anos e do pagamento de juros anuais de 6% ao ano, conforme o Decreto nº 1.512/1976. Portanto, esses créditos estão registrados no passivo circulante e não circulante e são remunerados à taxa de 6% ao ano até a data da sua conversão em ações, acrescidos de atualização monetária desde o levantamento do depósito judicial com base na variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E.

Ressalte-se que os juros de 6% ao ano, neste caso, são devidos durante o período de carência, pois se trata de Empréstimo Compulsório ainda não convertido em ações, e não de débito judicial, como é o caso dos processos judiciais de correção monetária do tributo já convertido em ações e tratado na nota 34 que trata de provisões e passivos contingentes.

b) Provisão para ações a entregar

Existe ainda um passivo da Controladora referente ao montante equivalente ao valor de ações preferenciais B, utilizadas como pagamento em processos judiciais que envolvem correção monetária dos créditos de Empréstimo Compulsório convertidos através das quatro assembleias realizadas pela Eletrobras.

Considerando que os contribuintes precisam se cadastrar junto ao procedimento administrativo de Solicitações de Ações - SAC da Eletrobras, demonstrando, através dos documentos jurídicos adequados, sua legitimidade ao recebimento dessas ações, existem muitos contribuintes que ainda não tiveram as ações convertidas implantadas em seu nome, ficando as referidas ações registradas no patrimônio líquido da Eletrobras, assim como no Banco Custodiante, sob a rubrica de "ações com acionistas a identificar".

Registra-se que não se trata de ações em tesouraria, mas sim ações objeto das conversões dos créditos de Empréstimo Compulsório, com o objetivo de quitação de tais créditos, conforme prerrogativa franqueada à Eletrobras pela legislação de regência do tributo. Ademais, não se trata de ações despojadas de titularidade, sendo o SAC um procedimento que atribui ao acionista identificado a plenitude dos direitos políticos e econômicos inerentes à propriedade acionária na forma da Lei nº 6.404/1976 e normativos da CVM.

A partir de 2008, em decisão embasada em posicionamento jurídico, a Eletrobras utilizou-se do saldo de ações de acionistas ainda não identificados, decorrente da conversão do Empréstimo Compulsório, para o pagamento dos processos judiciais de diferenças de correção monetária dos créditos do Empréstimo Compulsório. Em contrapartida, a Eletrobras registrou uma provisão em montante equivalente ao valor de ações preferenciais B, que deverá entregar aos contribuintes que comprovarem sua legitimidade no âmbito do SAC.

Contudo, à luz de novo parecer jurídico, consolidou-se entendimento de que a Eletrobras poderá quitar a obrigação de entregar ações preferenciais B, por meio de aumento de capital ou pela aquisição de idênticas ações no mercado, observadas, nesse caso, a Lei nº 6.404/1976 e normas editadas pela CVM.

Desta forma, a Eletrobras pode atualizar o montante equivalente ao valor de ações preferenciais B, que deverá entregar aos contribuintes que comprovarem sua legitimidade no SAC, com base no valor de mercado da ação ou pelo seu valor patrimonial, relativo ao último exercício social, o que for mais vantajoso.

A Companhia reclassificou os montantes referentes às obrigações de Empréstimo Compulsório anteriormente apresentadas no não circulante, para o circulante, tendo em vista que a exigibilidade do pagamento pode vir a ser exercida a critério dos detentores de tais direitos.

Relatório da Administração/Comentário 2021

	CONTROLADORA / CONSOLIDADO	
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2020 e 2019	1.047.109	485.756
Ingresso de recursos	-	7.263
Provisão para Implantação de Ações	107.652	376.433
Encargos sobre dívida	30.791	39.243
Pagamento de juros	(1.328)	(2.282)
Atualização monetária	32.111	140.696
Saldo final em 31 de dezembro de 2021 e 2020	1.216.335	1.047.109

Prática contábil

A Eletrobras registra a obrigação com remuneração à taxa de 6% ao ano até a data da sua conversão em ações, acrescidos de correção monetária com base no Índice de Preço ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E, conforme o Decreto-lei nº 1.512/76. No caso da provisão para implantação de ações, o valor é corrigido pelo preço da ação.

NOTA 29 – TRIBUTOS A RECOLHER

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Passivo circulante				
PIS/ COFINS	133.085	223.121	372.631	840.750
IRRF/ CSRF	112.372	96.222	265.956	155.341
ICMS	-	-	22.843	37.598
INSS/ FGTS	5.452	5.174	82.170	55.147
PAES/ REFIS	-	-	23.362	23.340
ISS	-	-	14.168	13.658
Outros	8.427	10.915	23.355	68.208
Total	259.336	335.432	804.485	1.194.042
Passivo não circulante				
PAES/ REFIS	-	-	145.448	168.394
PASEP/ COFINS	-	-	13.936	13.573
IR / CS parcelamento	-	-	101.016	-
Outros	-	-	212	212
Total	-	-	260.612	182.179

NOTA 30 – ENCARGOS SETORIAIS

	CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020
Circulante		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	235.492	371.364
Quota RGR	196.584	67.810
Compensação pelo Uso de Recursos Hídricos	80.617	101.565
Quota CDE	13.809	19.256
Quota PROINFA	7.438	15.998
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica	8.973	10.852
	542.913	586.845
Não circulante		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	649.303	744.395
Quota RGR	38	47
	649.341	744.442
Total	1.192.254	1.331.287

Relatório da Administração/Comentário nho

30.1 - Reserva Global de Reversão - RGR

A contribuição para a formação da RGR é de responsabilidade das empresas concessionárias do serviço público de energia elétrica, mediante uma quota denominada Reversão e Encampação de Serviços de Energia Elétrica, de até 2,5% do valor dos investimentos dos concessionários e permissionários, limitado a 3% da receita anual. O valor da quota é computado como componente do custo do serviço das concessionárias. As transmissoras licitadas a partir de 12 de setembro de 2012 e as transmissoras e geradoras que tiveram suas concessões prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/2013, são desobrigadas do recolhimento deste encargo.

30.2 - Compensação Financeira pelo Uso de Recursos Hídricos

A compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica foi instituída pela Constituição Federal de 1988 e trata-se de um percentual de 6,75% que as concessionárias de geração hidrelétrica pagam pela utilização de recursos hídricos.

30.3 - Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Eficiência Energética - PEE

As concessionárias de energia elétrica estão obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% de sua receita operacional líquida ajustada, em projetos de pesquisa e desenvolvimento e programa de eficiência energética do setor elétrico, nos termos da Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000.

Prática contábil

A Companhia reconhece seus encargos setoriais como obrigações a recolher, derivados dos encargos estabelecidos em lei, sendo registrados na rubrica de passivo circulante e não circulante de acordo com a competência.

Desta forma, são registrados nesta rubrica os recursos destinados ao pagamento/aplicação em P&D e PEE arrecadados na tarifa de fornecimento de energia elétrica, as obrigações relativa à Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE e à Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH. Além disso, das obrigações relativas à Quota para a RGR, à CDE e PROINFA.

NOTA 31 - REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Dividendos do exercício de 2021	1.340.958	-	1.366.726	-
Dividendos do exercício de 2020	-	1.507.139	-	1.518.767
Dividendos não reclamados	40.153	23.579	40.164	28.391
Total	1.381.111	1.530.718	1.406.890	1.547.158

Em janeiro de 2021, o Conselho de Administração deliberou pelo pagamento, a título de dividendos intermediários, do valor total de R\$ 2.291.889, à conta da reversão da integralidade do saldo da Reserva Especial de Dividendos Retidos, que foi constituída mediante a aprovação pela 59ª Assembleia Geral Ordinária que deliberou sobre a destinação do resultado do exercício. A decisão de distribuição dos Dividendos Intermediários decorre da revisão da situação financeira da Eletrobras e de sua liquidez. Os dividendos intermediários foram pagos em fevereiro de 2021.

Em agosto de 2021, a Eletrobras realizou o pagamento dos dividendos relativos ao exercício de 2020, às pessoas físicas e jurídicas registradas como proprietários ou usufrutuários de ações ordinárias e preferenciais classes "A" e "B" na data base de 27 de abril de 2021. Sobre os dividendos incidiram atualização monetária baseada na variação da Taxa Selic, divulgada pelo Banco Central do Brasil *pro rata temporis* a partir de 01 de janeiro de 2021 até a data de seu respectivo pagamento.

Relatório da Administração/Comentário nho

Prática contábil

A Eletrobras possui Política de Distribuição de Dividendos que, alinhada ao Estatuto Social, assegura a seus acionistas o direito, em cada exercício, a dividendos e/ou juros de capital próprio não inferiores a 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e alterações posteriores e não autoriza que a reserva de capital possa ser usada para pagamento de dividendos.

O valor dos dividendos, que representa o mínimo obrigatório estabelecido em Lei, é reconhecido no passivo e o valor dos dividendos acima do mínimo obrigatório é reconhecido no patrimônio líquido, na conta de dividendos adicionais propostos, até a aprovação em Assembleia Geral.

As ações preferenciais das classes A e B possuem prioridade no recebimento dos dividendos distribuídos em cada exercício social, estes incidentes à razão de de 8% e 6%, respectivamente, ao ano sobre o capital pertencente a essa espécie e classe de ações, a serem entre elas rateados igualmente.

As ações preferenciais participarão, em igualdade de condições, com as ações ordinárias na distribuição dos dividendos distribuídos em cada exercício social, depois de assegurado às ações ordinárias um dividendo cujo valor seja o menor daqueles atribuído às classes preferenciais. É garantido às ações preferenciais o direito ao recebimento de dividendos distribuídos no exercício social, por cada ação, pelo menos 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária no respectivo exercício.

NOTA 32 – CONTRATOS ONEROSOS

	CONSOLIDADO			
	Saldo em 31/12/2020	Constituições	Reversão	Saldo em 31/12/2021
Geração				
Jirau	129.672	51.145	(33.695)	147.122
Funil	225.727	54.800	-	280.527
CoaracyNunes	99.502	-	(88.470)	11.032
	<u>454.901</u>	<u>105.945</u>	<u>(122.165)</u>	<u>438.681</u>
Total	<u>454.901</u>	<u>105.945</u>	<u>(122.165)</u>	<u>438.681</u>

	CONSOLIDADO			
	Saldo em 31/12/2019	Constituições	Reversão	Saldo em 31/12/2020
Geração				
Jirau	39.150	124.871	(34.349)	129.672
Funil	222.881	13.925	(11.079)	225.727
CoaracyNunes	99.757	36.283	(36.538)	99.502
	<u>361.788</u>	<u>175.079</u>	<u>(81.966)</u>	<u>454.901</u>
Transmissão				
LT Eunápolis-T. Freitas	4.059	-	(4.059)	-
	<u>4.059</u>	<u>-</u>	<u>(4.059)</u>	<u>-</u>
Total	<u>365.847</u>	<u>175.079</u>	<u>(86.025)</u>	<u>454.901</u>

	31/12/2021	31/12/2020
Passivo Circulante	-	40.196
Passivo Não Circulante	438.681	414.705
Total	<u>438.681</u>	<u>454.901</u>

Prática contábil

Obrigações presentes resultantes de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. Um contrato oneroso existe quando os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do mesmo excedem os benefícios econômicos que se esperam que sejam recebidos ao longo tempo.

Relatório da Administração/Comentário nho

NOTA 33 – BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

A Eletrobras e suas controladas patrocinam planos de previdência aos seus empregados, bem como planos de assistência médica e seguro de vida pós-emprego em determinados casos. Esses benefícios são classificados como Benefícios Definidos – BD, Contribuição Definida – CD, Contribuição Variável – CV e Benefício Saldado.

Devido à estrutura descentralizada da Companhia, cada segmento patrocina seu próprio pacote de benefícios a empregados. De forma geral, a Eletrobras e suas controladas oferecem aos seus atuais e futuros aposentados e aos seus dependentes benefícios do tipo previdenciário, de assistência à saúde e seguro de vida pós-emprego, conforme apresentado na tabela a seguir:

Empresa	Tipos de benefícios pós-emprego patrocinados pelas empresas da Eletrobras				
	Planos de benefícios previdenciários			Outros benefícios pós-emprego	
	Plano BD	Plano Saldado	Plano CD	Seguro de Vida	Plano de Saúde
Eletrobras	X		X		X
CGT Eletrosul	X		X		X
Chesf	X	X	X		
Eletronorte	X		X	X	X
Eletronuclear	X		X		X
Furnas	X		X		X

O plano de benefício previdenciário normalmente expõe a Companhia a riscos atuariais, tais como risco de investimento, risco de taxa de juros, risco de longevidade e risco de salário.

- **Risco de investimento:** O valor presente do passivo do plano de benefício definido previdenciário é calculado usando uma taxa de desconto determinada em virtude da remuneração de títulos privados de alta qualidade; se o retorno sobre o ativo do plano for abaixo dessa taxa, haverá um déficit do plano. Atualmente, o plano tem um investimento relativamente equilibrado em ações, instrumentos de dívida e imóveis. Devido à natureza de longo prazo dos passivos do plano, o conselho do fundo de pensão considera apropriado que uma parcela razoável dos ativos do plano deva ser investida em ações e imóveis para alavancar o retorno gerado pelo fundo;
- **Risco de taxa de juros:** Uma redução na taxa de juros dos títulos aumentará o passivo do plano. Entretanto, isso será parcialmente compensado por um aumento do retorno sobre os títulos de dívida do plano;
- **Risco de longevidade:** O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência à melhor estimativa da mortalidade dos participantes do plano durante e após sua permanência no trabalho. Um aumento na expectativa de vida dos participantes do plano aumentará o passivo do plano; e
- **Risco de salário:** O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência aos salários futuros dos participantes do plano. Portanto, um aumento do salário dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.

As tabelas abaixo apresentam a conciliação do valor presente das obrigações de benefício definido e do valor justo dos ativos com os valores registrados no balanço patrimonial para os benefícios previdenciários e para os demais benefícios pós-emprego. A seguir estão apresentados os resultados consolidados.

Relatório da Administração/Comentário nho

Obrigações de benefício pós-emprego - valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2021	2020	2021	2020
Planos de benefícios previdenciários	849.766	1.129.241	5.839.349	6.791.370
Planos de saúde e seguro de vida	35.689	2.756	245.457	225.471
Total das obrigações de benefício pós emprego	885.455	1.131.997	6.084.806	7.016.841
Circulante	-	-	233.304	192.209
Não circulante	885.455	1.131.997	5.851.502	6.824.632
	885.455	1.131.997	6.084.806	7.016.841

a) Conciliação dos passivos dos planos de previdência e planos de saúde e seguro de vida:

Planos de benefícios definidos previdenciários - Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2021	2020	2021	2020
Valor presente das obrigações atuariais parcial ou totalmente cobertas	2.772.801	3.191.662	32.654.956	37.523.363
Valor justo dos ativos do plano	(1.923.035)	(2.062.421)	(27.983.826)	(31.394.339)
Teto do ativo	-	-	1.168.219	662.346
Passivo/(Ativo) líquido	849.766	1.129.241	5.839.349	6.791.370
Custo de serviço corrente líquido	(4.023)	(320)	72.507	80.782
Custo de juros líquidos	45.950	77.623	381.672	323.488
Despesa/(Receita) atuarial reconhecida no exercício	41.927	77.303	454.179	404.270

Planos de saúde e seguro de vida - Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2021	2020	2021	2020
Valor presente das obrigações atuariais parcial ou totalmente cobertas	35.689	2.756	245.457	225.471
Passivo/(Ativo) líquido	35.689	2.756	245.457	225.471
Custo de serviço corrente líquido	247	215	5.214	3.679
Custo de juros líquidos	183	302	14.467	9.651
Despesa/(Receita) atuarial reconhecida no exercício	430	517	19.681	13.330

b) Divulgação de Benefícios Definidos Previdenciários

Resultados consolidados de benefícios definidos previdenciários - conciliação do valor presente das obrigações de benefício definido.

Planos de benefícios definidos previdenciários - Movimentação do valor presente das obrigações atuariais:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2021	2020	2021	2020
Valor das obrigações atuariais no início do ano	3.191.662	2.810.325	37.523.363	33.303.765
Custo de serviço corrente	(4.023)	(320)	72.507	80.782
Juros sobre a obrigação atuarial	168.191	206.233	2.438.460	2.275.724
Benefícios pagos durante o exercício	(262.294)	(245.615)	(2.554.573)	(2.310.773)
Contribuições Normais do Participante	1.882	5.546	33.707	38.280
Custo de Serviço Passado	(90.972)	-	(90.972)	-
(Ganho)/Perda sobre as obrigações atuariais decorrentes de remensuração	(231.645)	415.493	(4.767.536)	4.135.585
Perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	(605.276)	406.979	(8.481.160)	3.491.997
Perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	373.631	8.514	3.713.625	643.588
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	2.772.801	3.191.662	32.654.956	37.523.363

Resultados consolidados de benefícios definidos previdenciários - conciliação do valor justo dos ativos dos planos.

Relatório da Administração/Comentário nho

Planos de benefícios definidos previdenciários - Movimentação e composição do valor justo dos ativos:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2021	2020	2021	2020
Valor justo dos ativos no início do ano	2.062.421	1.977.285	31.394.339	29.687.699
Benefícios pagos durante o exercício	(262.294)	(245.615)	(2.554.573)	(2.310.773)
Contribuições de participante vertidas durante o exercício	1.882	5.546	33.707	38.280
Contribuições do empregador vertidas durante o exercício	23.368	15.238	294.489	245.127
Rendimento esperado dos ativos no ano	122.240	128.610	2.040.363	2.016.536
Ganho sobre os ativos do plano (excluindo as receitas de juros)	(24.582)	181.357	(3.224.499)	1.717.470
Valor justo dos ativos ao final do ano	1.923.035	2.062.421	27.983.826	31.394.339
Rendimento efetivo dos ativos no ano	97.658	309.967	(1.184.136)	3.734.006

Resultados consolidados de benefícios definidos previdenciários, planos de saúde e seguros de vida - Montantes reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2021	2020	2021	2020
Ganhos (perdas) atuariais reconhecidos em ORA no exercício - Planos de benefícios previdenciários, planos de saúde e seguro de vida	211.030	(222.164)	1.154.355	(2.304.304)

c) Divulgação dos planos de saúde e seguro de vida

Resultados consolidados de outros benefícios pós-emprego - conciliação do valor presente das obrigações de benefício definido.

Planos de saúde e seguro de vida - Movimentação do valor presente das obrigações atuariais:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2021	2020	2021	2020
Valor das obrigações atuariais no início do ano	2.756	4.347	225.471	196.181
Custo de serviço corrente	247	215	5.214	3.679
Juros sobre a obrigação atuarial	183	302	14.467	9.651
Benefícios pagos no ano	(96)	(1.028)	(22.085)	(46.586)
Desreconhecimento de benefício	-	-	(26.005)	(29.248)
Custo de Serviço Passado	41.378	-	52.662	-
Perda sobre as obrigações atuariais decorrentes de remensuração	(8.779)	(1.080)	(4.267)	91.794
Perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	(1.045)	(972)	146.397	80.593
Perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	(8.526)	(79)	(111.260)	743
Perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	792	(29)	(39.404)	10.458
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	35.689	2.756	245.457	225.471

d) Hipóteses Atuariais e Econômicas

As premissas atuariais apresentadas abaixo foram utilizadas na determinação da obrigação de benefício definido e da despesa do exercício.

Hipóteses Econômicas		
	2021	2020
Taxa de juros real de desconto atuarial anual	2,87% a 5,47%	2,69% a 3,80%
Projeção de aumento médio dos salários	1,00% a 2,01%	0,25% a 2,01%
Taxa média de inflação anual	4,00%	3,27%
Expectativa de retorno dos ativos do plano (i)	3,27%	3,27%

(i) representa as taxas máximas e mínimas de retorno de ativos dos planos.

Relatório da Administração/Comentário



Hipóteses Demográficas		
	2021	2020
Taxa de rotatividade	Nula; 0,00%; Experiência Nucleos 2018	0% a.a; Ex-Nucleos 2018; Tábua de rotatividade nula
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-2000 Segregada por sexo e suavizada em 10%; AT-2000 Feminina (Agravada em 15%); AT-2000 Segregada por sexo; AT-2000 Basic, segregada por sexo; AT-2000 Masculina	AT-2000 (segregada por sexo) suavizada em 10%; AT-2000 (segregada por sexo) suavizada em 15%; AT-83 Basic Feminina (Suavizada em 10%); AT-2000 Basic suavizada em 5%, segregada por sexo; AT-2000 Masculina
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB-1983; AT-49 Desagravada em 2 anos; AT-49 Basic Segregada por sexo; MI-2006 Segregada por sexo e suavizada em 10%; MI-85 por sexo; AT-83 (IAM) Masculina	RRB-1983; AT-49 segregada por sexo; AT-49 Desagravada em 2 anos Masculina; MI-2006 (segregada por sexo) suavizada em 10%; AT-83 IAM (masculina)
Tábua de invalidez	Light Fraca; Álvaro Vindas Suavizada em 50%; Álvaro Vindas; TASA 1927; TASA 1927 agravada em 20%; Light (Média)	LIGHT (FRACA); ALVARO VINDAS (suavizada em 50%); Álvaro Vindas; TASA 1927; ALVARO VINDAS (desagravada em 50%); LIGHT (MÉDIA)

A definição da taxa global de retorno dos ativos do plano considerou a prática de mercado dos títulos do Governo Federal, conforme critério recomendado pelas normas nacionais e internacionais, para prazos similares aos dos fluxos das obrigações do programa de benefícios, no chamado conceito de *Duration*.

A taxa global de retorno esperada corresponde à média ponderada dos retornos esperados das várias categorias de ativos do plano. A avaliação do retorno esperado realizada pela Administração tem como base as tendências históricas de retorno e previsões dos analistas de mercado para o ativo durante a vida da respectiva obrigação. O atual retorno dos ativos do plano BD em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 97.658 positivo (R\$ 309.967 positivo em 2020) na Controladora e R\$ 1.184.136 negativo (R\$ 3.734.006 positivo em 2020) no Consolidado.

e) Contribuições patronais

Em 31 de dezembro de 2021, as contribuições feitas pela Controladora, para a constituição das provisões matemáticas de benefícios do Plano CD atingiram R\$ 2 (R\$ 2 em 2020) e R\$ 12.495 (R\$ 2.756 em 2020) no Consolidado.

Em 31 de dezembro de 2021, as contribuições feitas pela Controladora, para a constituição das provisões matemáticas de benefícios do Plano BD atingiram R\$ 23.365 (R\$ 15.236 em 2020) e R\$ 281.994 (R\$ 242.370 em 2020) no Consolidado.

A Controladora espera contribuir com R\$ 236.406 com o plano de benefício definido durante o próximo exercício e R\$ 2.246.956 no Consolidado.

A duração média ponderada da obrigação de benefício definido da Controladora é de 67 anos e a média do Consolidado ponderada pelas obrigações é de 64 anos.

Análise dos vencimentos esperados de benefícios não descontados de planos de benefício definido pós-emprego para os próximos 10 anos:

Programa Previdenciário	CONTROLADORA						
	2022	2023	2024	2025	2026	2026 em diante	Total
Em 31 de dezembro de 2021	236.406	221.269	206.519	192.293	181.313	1.735.001	2.772.801

Programa Previdenciário	CONSOLIDADO						
	2022	2023	2024	2025	2026	2026 em diante	Total
Em 31 de dezembro de 2021	2.227.379	2.087.182	2.173.124	2.036.627	4.045.226	20.085.418	32.654.956

f) As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação dos planos de benefícios definidos são: taxa de desconto, aumento salarial esperado e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Relatório da Administração/Comentário nho

Controladora

- Se a taxa de desconto da obrigação fosse 1% mais alta ou mais baixa, a obrigação de benefício definido teria redução de R\$ 197.407 ou aumento de R\$ 171.203, respectivamente; e
- Se a expectativa de crescimento salarial sobre as obrigações aumentasse ou diminuísse em 1%, a obrigação de benefício definido teria um aumento de R\$ 4.877 ou teria uma redução de R\$ 4.402, respectivamente.

Consolidado

- Se a taxa de desconto da obrigação fosse 1% mais alta ou mais baixa, a obrigação de benefício definido teria redução de R\$ 2.820.978 ou aumento de R\$ 2.359.615, respectivamente; e
- Se a expectativa de crescimento salarial sobre as obrigações aumentasse ou diminuísse em 1%, a obrigação de benefício definido teria um aumento de R\$ 258.063 ou teria uma redução de R\$ 227.180, respectivamente.

A análise de sensibilidade apresentada pode não ser representativa da mudança real na obrigação de benefício definido, uma vez que não é provável que a mudança ocorra em premissas isoladas, considerando que algumas das premissas podem estar correlacionadas.

Além disso, na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial.

Não houve alteração em relação a exercícios anteriores nos métodos e nas premissas usados na preparação da análise de sensibilidade.

g) Montantes incluídos no valor justo dos ativos dos planos

Os valores justos dos instrumentos de capital e de dívida são determinados com base em preços de mercado cotados em mercados ativos enquanto os valores justos de investimentos imobiliários não são baseados em preços de mercado cotados em mercados ativos.

Categoria de Ativo	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2021	2020	2021	2020
Valores Disponíveis Imediatos	78	26	1.189	1.176
Realizáveis	128.249	106.785	504.955	788.598
Investimentos em Renda Fixa	1.791.664	2.006.142	27.222.524	30.197.616
Investimentos em Renda Variável	774.396	967.708	6.366.796	7.570.489
Investimentos Imobiliários	195.015	217.408	872.022	1.019.850
Investimentos Estruturados	98.392	54.839	1.957.898	1.019.744
Empréstimos e Financiamentos	93.919	99.178	779.374	867.657
Investimentos no Exterior	93.890	-	429.010	-
Outros	-	-	32.038	17.819
Fundo coletivo de benefício de risco	-	-	-	22.201
(-) Ativos dos planos de contribuição definida	(1.094.692)	(1.215.243)	(9.107.431)	(9.005.558)
(-) Exigíveis Operacionais	(21.758)	(31.809)	(176.735)	(146.169)
(-) Exigíveis Contingenciais	(14.452)	(13.030)	(178.198)	(247.337)
(-) Fundos de Investimentos	(14.300)	(13.302)	(207.267)	(202.366)
(-) Fundos Administrativos	(78.293)	(85.135)	(399.858)	(387.349)
(-) Fundos Previdenciais	(29.072)	(31.146)	(112.491)	(122.032)
Total dos ativos	1.923.036	2.062.421	27.983.826	31.394.339

Relatório da Administração/Comentário nho

Prática contábil

Obrigações de aposentadoria

A Eletrobras e suas controladas patrocinam planos de pensão, os quais são geralmente financiados por pagamentos a estes fundos de pensão, determinados por cálculos atuariais periódicos. A Companhia possui planos de benefício definido e, também, de contribuição definida e variável. Nos planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. Adicionalmente, não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições, se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar, a todos os empregados, os benefícios relacionados com os serviços prestados nos exercícios correntes e anteriores atrelados a essa modalidade de plano. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida, visto que, em tais planos de benefício definido, é estabelecido um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração. Nesse tipo de plano, a Companhia tem a obrigação de honrar com o compromisso assumido, caso o fundo não possua ativos suficientes para pagar, a todos os empregados, os benefícios relacionados com os serviços prestados nos exercícios correntes e anteriores atrelados a essa modalidade de plano.

O passivo reconhecido no Balanço Patrimonial, com relação aos planos de benefício definido, é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa. As taxas de juros utilizadas nesse desconto são condizentes com os títulos de mercado, os quais são denominados na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e as perdas atuariais são decorrentes substancialmente de ajustes, nas mudanças das premissas atuariais e nos rendimentos dos ativos do plano, e são debitados ou creditados em outros resultados abrangentes.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado no exercício de ocorrência de uma alteração do plano.

Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia efetua o pagamento das contribuições de forma obrigatória, contratual ou voluntária. A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

Outras obrigações pós-emprego

Algumas empresas da Companhia oferecem benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados, além de seguro de vida para ativos e inativos. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço, ou à sua invalidez enquanto funcionário ativo.

Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período do emprego, dispendo da mesma metodologia contábil que é usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são debitados ou creditados em outros resultados abrangentes, no período esperado de serviço remanescente dos funcionários. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

Relatório da Administração/Comentário 2021

Benefícios de Rescisão

Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o vínculo empregatício é encerrado pela Companhia antes da data normal de aposentadoria, ou sempre que um empregado aceitar a demissão voluntária em troca desses benefícios. A Eletrobras e suas controladas reconhecem os benefícios de rescisão na primeira das seguintes datas: (i) quando não mais puderem retirar a oferta desses benefícios; e (ii) quando a entidade reconhecer custos de reestruturação que estejam no escopo do CPC 25/IAS 37 e envolvam o pagamento de benefícios de rescisão. No caso de uma oferta efetuada para incentivar a demissão voluntária, os benefícios de rescisão são mensurados com base no número de empregados que, segundo se espera, aceitarão a oferta. Os benefícios que vencerem após 12 meses da data do balanço são descontados a valor presente.

NOTA 34 – PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

A Eletrobras e suas controladas são partes envolvidas em diversas ações em andamento no âmbito do judiciário, principalmente nas esferas trabalhista e cível, que se encontram em vários estágios de julgamento.

34.1 – Provisões

A Eletrobras e suas controladas constituem provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada nos seguintes valores:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Circulante				
Cíveis	2.262.622	1.329.814	2.262.622	1.719.597
Trabalhistas	5.027	2.965	5.027	2.965
	2.267.649	1.332.779	2.267.649	1.722.562
Não Circulante				
Cíveis	23.479.694	16.142.357	28.338.928	21.775.547
Trabalhistas	186.581	384.604	2.233.654	2.079.618
Tributárias	-	-	569.640	252.913
	23.666.275	16.526.961	31.142.222	24.108.078
Total	25.933.924	17.859.740	33.409.871	25.830.640

Estas provisões tiveram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a seguinte evolução:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31 de dezembro de 2020	17.859.740	25.830.640
Constituição de provisões	12.426.890	15.709.822
Reversão de provisões	(1.524.648)	(2.677.253)
Atualização Monetária	527.440	578.306
Depósitos judiciais	-	196.966
Pagamentos	(3.355.498)	(6.228.610)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	25.933.924	33.409.871

A movimentação da constituição de provisões na Controladora e no Consolidado está relacionada à revisão de estimativas em razão da evolução de decisões na fase de execução e liquidação dos processos judiciais em sua maioria relacionado a causas cíveis referentes ao empréstimo compulsório.

Dentre os pagamentos ocorridos no período, destacamos o montante de R\$ 3.339.862 relacionado ao empréstimo compulsório pago pela Eletrobras, e o montante de R\$ 1.419.935 registrado pela Controlada Chesf, referente ao pagamento da provisão do GSF, em contrapartida à renúncia feita, em julho de 2021, de ação judicial, nos termos da repactuação do risco hidrológico na forma, condições e prazos estabelecidos pela Lei nº 14.052/2020. Em contrapartida à tal renúncia, a Chesf obteve o direito de extensão dos prazos de outorgas de determinadas usinas hidroelétricas.

Relatório da Administração/Comentário 2021

Resumo dos principais processos:

34.1.1 - Cíveis

Em 31 de dezembro de 2021 a Eletrobras e suas controladas possuem ações judiciais cíveis de R\$ 30.601.550 (R\$ 23.495.144 em 31 de dezembro de 2020), sendo esta a estimativa provável de saída de recursos para liquidar estes processos.

Nos processos cíveis discutem-se principalmente reclamação de correção monetária sobre o Empréstimo Compulsório, processos decorrentes de pagamentos, multas e encargos por supostos atrasos e inadimplementos, ações coletivas de títulos putativos, e ações cíveis ligadas à relação de consumo, relativas a indenizações por danos morais e materiais decorrentes principalmente de irregularidades na medição de consumo e cobranças indevidas conforme principais processos descritos abaixo:

Controladora

- Empréstimo Compulsório

Existe um contencioso judicial expressivo envolvendo a Eletrobras, no qual o maior número de ações tem por objeto impugnar os critérios de atualização monetária dos créditos escriturais do Empréstimo Compulsório sobre o consumo de energia elétrica, determinados pela legislação que rege o Empréstimo Compulsório e aplicada pela Controladora, e a aplicação dos expurgos inflacionários decorrentes de planos econômicos implantados no Brasil. Em 31 de dezembro de 2021, a Eletrobras possuía 3.689 processos provisionados relativos a este tema (3.624 processos em 31 de dezembro de 2020). Para maiores informações, vide nota 28.

Os créditos do Empréstimo Compulsório foram substancialmente pagos pela Eletrobras por intermédio de conversões em ações realizadas através de assembleias de acionistas, em 20 de abril de 1988, 26 de abril de 1990, 28 de abril de 2005 e 30 de abril de 2008, respectivamente.

A divergência sobre os critérios de atualização monetária dos referidos créditos foi levada ao do Superior Tribunal de Justiça - STJ, tendo a questão de mérito sido decidida por aquela Corte, através de recursos repetitivos consubstanciados nos Recurso Especial 1.003.955/RS e Recurso Especial 1.028.592/RS e Embargos de Divergência em Recurso especial 826.809/RS. Após o julgamento e publicação da decisão colegiada sobre o tema repetitivo pelo STJ, a Eletrobras entende que mesma solução deve ser aplicada aos demais processos que tiverem teses idênticas.

A matéria, entretanto, é atualmente objeto de recursos junto ao Supremo Tribunal Federal - STF, que se encontram pendentes de julgamento.

A despeito da questão ter sido submetida ao STF, face aos precedentes do STJ, as demandas ajuizadas têm tido seu curso normal e, por conseguinte, vêm ocorrendo diversas condenações ao pagamento de diferenças de correção monetária e dos juros remuneratórios de 6% ao ano, este último como reflexo das diferenças de correção monetária. Em decorrência das mesmas e de laudos periciais e de contadoria judiciais emitidos em desfavor da Eletrobras, temos sido alvo de execuções, sendo que há dissenso com os autores quanto à forma de apuração do valor devido, em especial no que se refere à aplicação dos juros remuneratórios de 6% a.a. após a Assembleia Geral de conversão desses créditos em ações e o prazo quinquenal para cobrança dos referidos juros.

A Eletrobras, no âmbito desses processos, tem registrado provisões referentes a: (i) diferença de principal decorrente de critério de correção monetária, (ii) juros remuneratórios reflexos; e (iii) aplicação de juros moratórios (substancialmente a taxa SELIC).

Relatório da Administração/Comentário 2020

	31/12/2021	31/12/2020
Principal	6.403.710	5.860.592
Correção dos juros pagos	47.316	-
Juros remuneratórios	4.748.235	1.875.942
Juros moratórios	13.116.760	9.444.919
Honorários advocatícios	747.994	-
Outras verbas	646.213	271.716
Total	25.710.228	17.453.169

- Lapso temporal para aplicação dos juros remuneratórios

Através do recurso Embargo de Divergência em Agravo em Recurso Especial nº 790.288/PR, pelo STJ, um contribuinte obteve, em 12 de junho de 2019, decisão favorável, por voto de 5 ministros, do total de 9 ministros votantes, para, no processo específico, ter a incidência dos juros remuneratórios de 6% ao ano, de forma continuada a partir da 143ª Assembleia Geral Extraordinária, de 30 de junho de 2005, até o efetivo pagamento, cumulando com a taxa SELIC. Sobre esta decisão, a Eletrobras interpôs o recurso denominado de embargos declaratórios, esclarecendo a impossibilidade de cumulação de juros remuneratórios com a taxa SELIC e também informando que o julgamento acima mencionado, desfavorável à Eletrobras, não tinha efeito de recurso repetitivo, nos termos do artigo 1.036 do Código de Processo Civil, ou seja, não tinha efeito vinculante para os demais processos judiciais que tratam do tema, ao contrário do precedente proveniente do Recurso Especial nº 1.003.955/RS e dos Embargos de Divergência em Recurso Especial nº 826.809/RS. Esses dois últimos recursos, que são aqueles adotados pela Eletrobras para estimar sua provisão, foram julgados pelo STJ como recursos repetitivos, de repercussão geral, e, portanto, devem ser considerados para os demais processos judiciais que tratam deste tema específico, de acordo com a legislação brasileira.

Em 10 de novembro de 2021, a Primeira Seção do STJ deu provimento ao recurso de embargos de declaração da Eletrobras, nos autos dos Embargos de Divergência em Recurso Especial – EREsp nº 790.288/PR, revertendo-se julgado desfavorável de 2019, confirmando a tese de que tais créditos foram pagos nos termos da legislação própria, sendo que, os valores em discussão tratam de débitos judiciais e não mais de tributos, devendo ser corrigidos apenas com encargos próprios dos débitos judiciais, em observância aos recursos repetitivos nº 1.003.955/RS e nº 1.028.592/RS. Portanto, com o provimento do referido recurso, a Eletrobras entende que o STJ ratificou o posicionamento de que os juros remuneratórios devem incidir sobre os créditos apenas até a data das assembleias. O acórdão deste julgamento foi publicado em 14 de dezembro de 2021. O autor interpôs recurso (embargos de declaração) em 01 de fevereiro de 2022, ainda pendente de julgamento.

Neste contexto, foi mantido o entendimento de restrição da aplicação de juros remuneratórios de 6% até a data da Assembleia, o que reforça o entendimento da Eletrobras acima citado.

- Inclusão de créditos de compulsório não previstos na demanda inicial

Sobre a discussão da exequibilidade de créditos não mencionados na petição inicial do processo judicial, em dezembro de 2020, a Eletrobras teve uma decisão desfavorável com relação ao processo nº 0023102-98.1990.8.19.0001. Este processo foi iniciado em 1990, anteriormente à terceira e quarta Assembleias de Conversão. Apesar do juízo de primeira instância ter ratificado o relatório pericial que indica um valor devido aproximado de R\$ 1.400.000 (que pode atingir aproximadamente R\$ 1.800.000 considerando a correção monetária e aplicação de multa e despesas requeridas pelos autores), a Eletrobras recorreu da decisão, por entender que a discussão envolve, reivindicações não mencionadas na petição inicial, bem como pelo fato do laudo pericial homologado conter uma série de vícios. Em sede de recurso, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – TJRJ deferiu decisão liminar concedendo efeito suspensivo para suspender o cumprimento da sentença até o julgamento daquele recurso. Entretanto, em 10 de agosto de 2021, o referido recurso foi negado, por maioria simples, pela 8ª Câmara Cível do TJRJ. O acórdão em questão, por sua vez, foi impugnado pela Eletrobras por meio da interposição de recursos especial e extraordinário ao Superior Tribunal de Justiça, ainda pendente de julgamento definitivo.

Apesar dos esforços realizados pela Eletrobras que apresentou outros recursos para suspender a obrigação da parcela da execução que entende indevida, esses foram indeferidos, de modo que a Controladora se viu na contingência de depositar em juízo, a título de garantia o valor que se acredita ser controvertido para evitar a realização de medidas constritivas - penhores - de seus bens.

Relatório da Administração/Comentário nho

Em 21 de setembro de 2021, portanto, a Eletrobras depositou em juízo o valor total de R\$ 1.681.224, compreendendo as seguintes parcelas: (i) R\$ 422.539, referente ao valor incontroverso nos autos, a título de pagamento; (ii) R\$ 1.048.904, referente ao valor contestado, a título de garantia; e (iii) R\$ 209.781, para garantia de eventual multa e honorários por descumprimento de sentença nos termos do art. 523, §1º, CPC. Adicionalmente, a Eletrobras apresentou impugnação à execução da sentença. Não obstante, as partes contrárias solicitaram a retirada do valor de R\$ 1.471.443, pretensão que, apesar de indeferida em primeira instância, acabou sendo acolhida por decisões monocráticas proferidas pelo Desembargador Relator do Agravo de Instrumento nº 0075057-87.2021.8.19.0000, em parte mediante apresentação de seguro garantia. O saque desse valor acabou sendo realizado por meio da emissão de salvas de pagamento em 25 de outubro de 2021 e 15 de dezembro de 2021, enquanto o valor remanescente de R\$ 209.781 permanece depositado em conta judicial. Tendo em vista o estado avançado da disputa, cujas decisões em vigor são desfavoráveis, a Eletrobras realizou no ano de 2020 uma provisão de R\$ 1.630.282.

Outros julgados, como no Agravo interno nos embargos de declaração nos Embargos de Divergência em Recurso Especial nº 799.113-SC, já entenderam que as filiais não têm legitimidade para executar título judicial referente a diferença de correção monetária de empréstimo compulsório proferido em favor da matriz por não terem participado do processo de conhecimento. Contudo, caso ocorram casos semelhantes ao caso Gerdau acima mencionado, a Eletrobras poderá ter que ajustar sua provisão em valores que podem vir a ser relevantes.

É importante salientar que todos os valores citados nesta nota, incluindo os valores possíveis envolvendo compulsório, configuram uma estimativa e sempre dependerão de avaliações de impacto quando ocorrerem e se ocorrerem.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi reconhecida uma provisão, líquida de reversão, no montante aproximado de R\$ 10.896.956, perfazendo um montante total de R\$ 25.710.228, referente aos processos do empréstimo compulsório.

Revisão de critérios de provisionamento do empréstimo compulsório

Ao longo do exercício de 2021, a Eletrobras promoveu sucessivos ajustes de provisionamento referente ao empréstimo compulsório que ensejaram na necessidade da Administração em visitar e revisar seus critérios e premissas de classificação de risco. A Eletrobras continuará envidando todos os esforços possíveis para ter suas teses jurídicas reconhecidas judicialmente.

Em conformidade com o disposto no CPC 23/IAS 08, como consequência das incertezas inerentes às atividades empresariais, muitos itens nas demonstrações contábeis não podem ser mensurados com precisão, podendo apenas ser estimados. As estimativas envolvem julgamentos baseados na última informação disponível e confiável. Adicionalmente, se faz necessária a revisão das estimativas se ocorrerem alterações nas circunstâncias em que se basearam ou em consequência de novas informações ou de maior experiência.

Desta forma, baseada no desenvolvimento jurisprudencial e nas recentes homologações de laudos desfavoráveis no exercício de 2021, a Eletrobras revisitou, no trimestre encerrado em 30 de setembro de 2021, suas estimativas de provisionamento de empréstimo compulsório. Desta revisão das estimativas foram elencados dois itens principais referentes ao contingenciamento do empréstimo compulsório que seguem abaixo:

- Prescrição dos juros remuneratórios reflexos

No que se refere à classificação de risco da prescrição dos juros remuneratórios reflexos, previamente à revisão do critério adotado pela Eletrobras, havia o entendimento de que a questão restou endereçada no item 5.2, "a" dos *leading cases* Recurso Especial nº 1.003.955/RS e Recurso Especial nº 1.028.592/RS, de forma que a Eletrobras classificava o risco de perda como remoto, suportado pela conjunção de 3 fatores principais: (i) os juros remuneratórios reflexos deveriam seguir o mesmo regime prescricional dos juros remuneratórios pagos, portanto, com marco inicial em julho de cada ano, quando o pagamento pelos contribuintes era compensado nas contas de energia; (ii) incidência da Súmula 85 do STJ, para relações de trato sucessivo, de forma que a prescrição atingiria as prestações vencidas

Relatório da Administração/Comentário nho

antes do quinquênio anterior à propositura da ação; (iii) decisão Agravo Regimental no Recurso Especial nº 1.017.019/PR, da 1ª Turma do STJ, julgado em 25 de agosto de 2016, favorável à tese da Eletrobras.

Entretanto, em 2020, mediante decisão desfavorável à Eletrobras nos Embargos Declaratórios no Agravo Regimental no Recurso Especial nº 1.251.194/PR, a Eletrobras ingressou com Embargos de Divergência nº 1.251.194/PR, ainda pendente de julgamento.

Apesar do ingresso com os referidos Embargos de Divergência, à vista sobretudo de recente julgado da 2ª Turma do STJ, no Agravo Interno no Recurso Especial nº 1.734.115/PR, a Controladora entende que a perspectiva de sucesso recursal é desfavorável. Pois, o julgado de junho de 2021 trouxe: (i) a adoção do entendimento de que, para fins de contagem do prazo prescricional dos juros remuneratórios reflexos, o marco inicial é a assembleia de conversão dos créditos em ações preferenciais da Eletrobras, não se aplicando o limitador da Súmula 85 do STJ, ou seja, blindando-se da prescrição todos os créditos convertidos na assembleia perseguida pelo credor – para aferir todo o período dos juros remuneratórios reflexos, bastando portanto, que o credor ingresse com a demanda dentro do quinquídio posterior à assembleia de conversão; (ii) o recurso enfrentou expressamente a divergência trazida pela Eletrobras, frente aos *leading cases*, nos Embargos de Divergência nº 1.251.194/PR; (iii) o recurso foi decidido por unanimidade, com votos de 5 dos 10 ministros, incluído o Presidente da Seção, que ora compõem a 1ª Seção do STJ, competente para julgamento dos Embargos de Divergência nº 1.251.194/PR, sendo que o Presidente só vota em caso de empate.

Nesse sentido, apesar do entendimento defendido pela Eletrobras, considerando o cenário jurisprudencial vigente, em especial o recente julgado de junho 2021, a Controladora revisitou o prognóstico de perda dessa controvérsia jurídica de remoto para provável, desde que as demandas tenham sido ajuizadas em até 5 anos contados da Assembleia de conversão representando um montante de R\$ 5.253.444 provisionado no exercício de 2021.

- Inclusão de um novo marco temporal

Como resultado da revisão dos critérios de provisionamento do empréstimo compulsório, a Eletrobras incluiu um novo marco temporal para o contingenciamento das controvérsias jurídicas classificadas com risco de perda provável, baseado na verificação do acréscimo de novos laudos homologados com entendimento diverso ao que a Eletrobras vinha adotando a respeito dos *leading cases*, em especial no exercício de 2021. Desta forma, agregou-se um marco intermediário de provisionamento, qual seja, a coisa julgada na ação de conhecimento, quando expressamente determine à Eletrobras o pagamento de contingência específica do empréstimo compulsório, relativa à parcela considerada controversa pela Eletrobras, objetivando um aprimoramento na percepção dos marcos temporais adequados à captura da provisão, eis que a tendência processual é de que a decisão de homologação de laudo respeite a coisa julgada no ponto em que expressamente determina a condenação em contingência específica do empréstimo compulsório, assim minorando os incrementos com base em laudos periciais homologados com entendimento diverso da Eletrobras. Como resultado da alteração desse critério de provisionamento e também de acréscimos de reconhecimento de parâmetros de laudos judiciais homologados judicialmente, a provisão de empréstimo compulsório foi acrescida em R\$ 2.180.535 em 31 de dezembro de 2021.

Provisionamento de empréstimo compulsório decorrentes de decisões desfavoráveis

Além da revisão dos parâmetros globais acima mencionados, o provisionamento também foi substancialmente acrescido, no trimestre encerrado em 30 de setembro de 2021, em decorrência de resultados desfavoráveis oriundos de homologações judiciais de laudos com tratamento da incidência dos juros remuneratórios após a assembleia de conversão dos créditos, em dissonância com o entendimento adotado pela Eletrobras, de acordo com o Recurso Especial nº 1.003.955/RS, bem como com a inclusão de créditos cobrados por determinados autores em nome de suas filiais e empresas incorporadas, conforme desdobramentos processuais.

Relatório da Administração/Comentário nho

Incremento de laudos periciais

Em 31 de dezembro de 2021, em decorrência de continuidade de revisão de laudos periciais, homologados judicialmente, a partir dos novos parâmetros revisados nos termos explicados acima, a Eletrobras adicionou o valor aproximado de R\$ 137.000 a provisão de empréstimo compulsório

Adicionalmente à constituição acima mencionada, houve incidência de atualização monetária no montante de R\$ 286.010 e pagamentos no montante de R\$ 1.462.000.

Consolidado

Chesf

- Nulidade parcial de aditivo (Fator K de correção analítica de preços)

A Chesf é autora de uma ação na qual pede a declaração de nulidade parcial de aditivo (Fator K de correção analítica de preços) ao contrato de empreitada das obras civis da Usina Hidrelétrica Xingó, firmado com o consórcio formado pela Companhia Brasileira de Projetos e Obras - CBPO, Construções e Comércio e Mendes Júnior Engenharia S.A. - CONSTRAN S.A. (rés neste processo) e a devolução de importâncias pagas, a título de Fator K, no valor de aproximadamente R\$ 350.000 (valores da época, convertidos em reais), em dobro. As rés, além de contestarem o feito, pleitearam a condenação da Chesf a pagamentos vencidos decorrentes do mesmo aditivo contratual, não tempestivamente liquidados pela Chesf (glosa parcial do Fator K entre julho de 1990 e dezembro de 1993 e suspensão integral do pagamento do Fator K, no período de janeiro de 1994 a janeiro de 1996).

O processo está em tramitação no STJ por força de recurso da Chesf. Em agosto de 2010 foi julgado majoritariamente improcedente, o qual foi posteriormente objeto de primeiros Embargos de Declaração de todas as partes, agora já julgados (improcedentes os da Chesf; parcialmente procedentes, em matéria de honorários de sucumbência, os das autoras), e também de segundos Embargos de Declaração de todas as partes, por iguais agora julgados e novamente foram opostos Embargos de Declaração pela Chesf, que foram rejeitados com aplicação de multa de 0,01% do valor da causa. Posteriormente, a Chesf, apresentou no prazo legal recurso de Embargos de Divergência e Recurso Extraordinário: os Embargos de Divergência, por suas particularidades específicas, depende de apreciação em parte pela Corte Especial e em parte pela primeira seção, ambas do mesmo STJ – perante a Corte Especial do STJ houve julgamento de improcedência em fevereiro de 2016, e atualmente os mesmos Embargos de Divergência aguardam apreciação pelo STJ; interposto na mesma oportunidade mas destinado ao STF, apenas será oportunamente apreciado após o esgotamento da apreciação dos Embargos de Divergência em todas as suas instâncias internas do STJ.

Por outro lado, tramita em primeira instância, procedimento de “Cumprimento provisório de sentença”, proposto pelas mesmas partes adversas à Chesf no caso, onde:

- Houve cálculo do contador judicial homologado pelo juízo (ainda que aplicando critérios de atualização manifestamente equivocados para o caso) fixando (provisoriamente) o valor da condenação principal (para abril de 2015) em aproximadamente R\$ 1.035;
- Houve a apresentação pela Chesf de “seguro garantia” originalmente acolhido pelo juízo processante, mas, em sede recursal, recusado pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE;
- Até dezembro de 2016 houve a penhora de ativos financeiros bancários da Chesf em montante aproximado de R\$ 500 milhões; e
- A Chesf apresentou recursos de agravo e reclamação pendentes de apreciação pelo TJPE.

Em dezembro de 2016, em face de nova iniciativa recursal da Chesf em trâmite no STJ e referido àquele mesmo processo ordinário (ação de liquidação), obteve-se decisão que apresenta como consequência a extinção/suspensão da ação de liquidação e da ação de execução provisória (está por ser originária da ação de liquidação), consequentemente liberando-se na íntegra, em favor da Chesf, a totalidade do valor até então bloqueado/penhorado. Foi iniciado o julgamento definitivo com um único voto proferido em desfavor da Chesf (o julgamento foi posteriormente suspenso).

Relatório da Administração/Comentário nho

A Chesf atualizou a provisão no montante de R\$ 1.749.709 (R\$ 1.500.395 em 31 de dezembro de 2020) e outros adicionais de R\$ 175.071 (R\$ 151.235 em 31 de dezembro de 2020) relativamente ao valor da condenação em honorários de sucumbência em favor dos patronos das partes adversas à Chesf. Tomando especialmente por referência, a decisão manifestada pelo TJPE em ação de liquidação, atualmente em curso perante o STJ, aguardando processamento e julgamento com atribuição de efeito suspensivo no recurso conforme acima referido, e os valores em torno dos quais há a convicção de descabimento/inaplicação ao caso. Inexiste previsão de tempo para o desfecho desta lide.

- GSF

Em agosto de 2021, a Chesf realizou o pagamento do valor retido na CCEE de R\$ 1.419.935, sendo este composto por um débito de R\$ 1.824.795 menos um crédito de R\$ 404.860, conforme comunicado ao mercado de fato relevante.

Em novembro a ANEEL peticionou informando ciência do pedido de desistência. Em 24 de novembro de 2021 a União peticionou no sentido de não se opor ao pedido de desistência da ação.

34.1.2 - Tributárias

Em 31 de dezembro de 2021 a Eletrobras e suas controladas possuem ações tributárias de R\$ 569.640 (R\$ 252.913 em 31 de dezembro de 2020), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estes processos.

Nos processos tributários discutem-se principalmente compensações não homologadas de PIS e COFINS, cobrança de contribuição previdenciária indevida, autuações pela escrituração extemporânea de créditos de ICMS, exigências de estorno de crédito de ICMS sobre perdas de energia, aproveitamento de crédito de ICMS em razão dos subsídios CCC, além de execuções fiscais diversas e processos em que os consumidores buscam ressarcimento da taxa de iluminação pública paga.

34.1.3 - Trabalhista

Em 31 de dezembro de 2021 a Eletrobras e suas controladas possuem ações judiciais trabalhistas de R\$ 2.238.681 (R\$ 2.082.583 em 31 de dezembro de 2020), sendo esta a estimativa provável de desembolso de recursos para liquidar estes processos.

Nos processos trabalhistas discutem-se principalmente em ações movidas por empregados de quadro próprio de empresas prestadoras de serviço, vinculadas a questões ligadas às relações de trabalho e emprego.

Consolidado

CGT Eletrosul

Ao longo dos exercícios de 2020 e 2021, a CGT Eletrosul promoveu sucessivos ajustes de provisionamento referente ao contencioso trabalhista que ensejaram necessidade da Administração visitar e revisar seus critérios e premissas de classificação de risco. Desta forma, a CGT Eletrosul revisitou suas estimativas de provisionamento de contencioso trabalhista, e foram elencados dois itens principais: a inclusão de novo marco temporal e a análise por teses, com destaque para a responsabilidade subsidiária.

A CGT Eletrosul utilizava marcos temporais para indicar provisionamento dos valores de contencioso trabalhista que consideravam as fases processuais, em geral, em razão de etapas mais adiantadas do processo de conhecimento, assim como a jurisprudência. Derivado da verificação dos andamentos processuais com entendimento diverso ao da CGT Eletrosul, a regra geral passa a contar com novo marco, qual seja, a prolação da sentença, se parcial ou totalmente desfavorável à CGT Eletrosul. Agregado ao novo marco houve, análise de teses envolvendo responsabilidade subsidiária e histórico de decisões judiciais. Como resultado da alteração das estimativas, houve acréscimo de R\$ 295.542 na provisão de perda do contencioso trabalhista.

Relatório da Administração/Comentário nho

Destaca-se que embora o registro em provisão, a CGT Eletrosul continuará envidando todos os esforços possíveis para ter suas teses jurídicas reconhecidas judicialmente.

34.2 – Passivos Contingentes

Adicionalmente, a Eletrobras e suas controladas possuem processos avaliados com perda possível nos seguintes montantes:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Cíveis	28.137.284	23.343.361	46.513.692	34.839.649
Trabalhistas	1.409.079	1.865.727	3.473.210	4.500.051
Tributárias	462	417	8.755.786	8.818.294
	<u>29.546.825</u>	<u>25.209.505</u>	<u>58.742.688</u>	<u>48.157.994</u>

34.2.1 - Cíveis

Em 31 de dezembro de 2021 a Eletrobras e suas controladas possuem ações judiciais cíveis de R\$ 46.513.692 (R\$ 34.839.649 em 31 de dezembro de 2020), sendo possível sua probabilidade de perda, onde não é realizada provisão.

Controladora

Não obstante o efeito restrito ao Embargo de Divergência em Agravo em Recurso Especial nº 790.288/PR mencionado na nota 34.1.1 (Caso Decoradora Roma), a depender do seu resultado final, ele poderia gerar discussões judiciais reflexas sobre o recurso repetitivo vigente (Recurso Especial nº 1.003.955/RS), no qual a Eletrobras se baseia para realizar suas estimativas de provisão para correção monetária de empréstimo compulsório. Se, porventura, houver alteração da jurisprudência vigente do STJ em desfavor da Eletrobras, no que tange especificamente à aplicação de juros remuneratórios de 6% a.a., após a assembleia de conversão, a mensuração da provisão poderia vir a ser acrescida, na melhor estimativa da Eletrobras, com base nos atuais processos provisionados e informações disponíveis, em R\$ 12.077.894 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 11.458.690 em 31 de dezembro de 2020). A Eletrobras não efetuou provisão neste montante, por entender que a probabilidade de perda destes pedidos é possível.

No que tange ao tema discutido no Processo Judicial nº 0023102.98.1990.8.19.0001 (Caso Gerdau), a Eletrobras acredita que julgados anteriores decidiram que filiais de empresas não têm legitimidade para executar título judicial no que tange à diferença na correção monetária de empréstimo compulsório concedida favoravelmente à matriz, quando tal filial não foi incluída na petição inicial. Contudo, considerando esta decisão desfavorável em um caso recente, a Eletrobras estima que sua provisão poderia aumentar em aproximadamente R\$2.200.000, caso todos os créditos de filiais de empresas não mencionadas na petição inicial, que são objeto de ações judiciais movida pelas matrizes sejam consideradas executáveis. Na data deste formulário, entretanto, a Eletrobras acredita que o risco de perda com relação a este tema é possível e, assim, não registrou qualquer provisão a este respeito.

Consolidado

Eletronorte

- Cobrança pelo Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores S.A. – CNEC de correção monetária e juros por atraso de pagamento

Ação Judicial de cobrança ajuizada pelo CNEC, objetivando o recebimento de correção monetária e juros por atraso de pagamentos de faturas, em virtude da correção monetária desproporcional ao valor real da moeda, pela supressão e utilização de índices divorciados da realidade contratual. A Eletronorte sustenta que as partes realizaram composição de todas suas pendências firmando "Contrato de Reconhecimento, Consolidação e Pagamento de Débitos e outras avenças", e que o direito reclamado se encontra prescrito e quitado. Em 31 de dezembro de 2021 o valor atualizado da causa é de R\$ 587.894,

Relatório da Administração/Comentário nho

visto que os cálculos periciais apuraram o valor de R\$ 587.894 (R\$ 529.833 em 31 de dezembro de 2020).

CGT Eletrosul

- Cobrança das obrigações oriundas dos empréstimos - Banco KfW

Esse processo versa sobre a cobrança pelo banco KfW das obrigações oriundas de empréstimos em desfavor da controlada CGT Eletrosul, a qual foi considerada como avalista do referido empréstimo. A cobrança inclui as amortizações vencidas (contabilizadas as multas contratuais), juros de empréstimo vencidos, juros de mora sobre amortizações vencidas e indenização por danos. Essas cobranças são referentes a garantias de 4 contratos da Usina Termelétrica Winimport S.A.

A CGT Eletrosul não reconhece a validade dos avais concedidos, haja vista a inobservância de regras de governança corporativa previstas no Estatuto Social da então CGTEE (atualmente denominada CGT Eletrosul) e a violação da legislação brasileira, que, por sua vez, veda a concessão de garantias por entidades da administração indireta, exceto quando prestadas por instituições financeiras (art. 96 do Decreto Federal n.º 93.872/86).

Em 2016 foi proferida sentença condenatória, em favor de KfW, no valor estimado equivalente de EUR 74.330. No mesmo ano a CGT Eletrosul interpôs recurso de apelação.

Em segunda instância, depois de realizadas audiências, a Corte Regional Superior da Alemanha decidiu obter um parecer de um perito em legislação brasileira, em especial o Decreto 93.872/1986 e a necessidade de anuências do Conselho de Administração para tal gravame, como determina a Lei 6.404/1976. Atualmente, o processo está na etapa de manifestação das partes em face dos pontos objeto de prova pericial. Não há ainda uma decisão em segunda instância.

A CGT Eletrosul mantém o montante de R\$ 681.027 (R\$ 613.767 em 31 de dezembro de 2020) classificado como contingências cíveis de risco possível.

- Processo Administrativo – ANEEL

A Companhia mantém o montante de R\$ 309.916 (R\$ 279.308 em 31 de dezembro de 2020) classificado como contingências cíveis de risco possível decorrente de uma ação administrativa relativa à declaração de caducidade da concessão nº 001/2015 (Lote A), atinente a incorporada Eletrosul Centrais Elétricas S.A.

Chesf

- Danos ambientais – Associação de Pescadores do Povoado Cabeço e Saramém

Ação civil pública proposta contra a controlada Chesf pela Associação Comunitária do Povoado do Cabeço e Adjacências, no valor de R\$ 368.548, com o objetivo de obter compensação financeira em decorrência de alegados danos ambientais causados aos pescadores do Cabeço, à jusante da UHE Xingó e provocados pela construção desta Usina.

Foram incluídos no polo passivo da ação o Instituto Brasileiro Do Meio Ambiente E Dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, o IMA-AL, o Conselho Regional de Administração da Bahia - CRA-BA, a União Federal e a Adema-SE. Por outro lado, também tramitava ação civil pública proposta contra a Chesf pela Associação de Pescadores do Povoado Cabeço e Saramém, à qual foi atribuído o valor de R\$ 309.114 com os mesmos propósitos da demanda anteriormente comentada. Em abril de 2008 foi proferida sentença reconhecendo a competência da Justiça Federal para processar e julgar o feito. Em fevereiro de 2009 as duas ações foram consideradas processualmente conexas e passaram a tramitar juntas. Os dois laudos periciais foram disponibilizados para a Chesf em dezembro de 2015.

O parecer dos assistentes técnicos da Chesf, que impugnou os laudos periciais, foi apresentado em ambos os processos judiciais em maio de 2016. Por sua vez, as alegações finais da Chesf foram protocolizadas em setembro de 2016, estando os processos, em dezembro de 2018, conclusos para sentença e tendo sido providenciada a migração do processo para o sistema PJe em 24 de janeiro de

Relatório da Administração/Comentário nho

2019. Em 21 de maio de 2019, após a digitalização, juízo determinou que o feito fosse novamente concluso para sentença. Em 2021 houve despacho de inspeção anual indicando que o processo estava em ordem e em 29.07.2021 houve juntada de petição do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - INEMA solicitando que seja intimado via carta precatória e publicação no diário oficial.

A Chesf classificou o risco de perda desta ação como possível, no montante estimado de R\$ 624.777 (R\$ 559.699 em 31 de dezembro de 2020).

- Nulidade do acordo sindical

Ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal - MPF onde, em síntese, persegue a obtenção de decreto judicial que declare a inexistência do Aditivo ao Acordo de 1986, celebrado no ano de 1991, firmado entre a Chesf e os representantes do Polo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco. O valor atribuído à causa foi de R\$1.000.000. Foi proferida sentença que declarou a nulidade do acordo de 1991, entre a Chesf e o Polo Sindical, que alterou a forma de cálculo da Verba de Manutenção Temporária - VMT) para o equivalente a 2,5 salários mínimos; bem como para determinou o pagamento das diferenças apuradas, desde 1991, entre a verba efetivamente paga e o valor de 2,5 salários mínimos, monetariamente corrigidos e acrescidos de juros moratórios para cada família que recebeu ou ainda recebe a VMT, pelo respectivo período que tenha recebido e que pertençam à competência territorial desta Subseção Judiciária, ressalvados os casos dos reassentados que celebraram os termos de acordos extrajudiciais e a escritura pública de doação com a requerida, renunciando aos benefícios da VMT, assim como afastou o direito dos interessados à percepção das parcelas atingidas pela prescrição quinquenal, a contar do ajuizamento da ação. Contra a sentença foram opostas apelações pela Chesf e pelo MPF, recursos esses que aguardam julgamento, sendo distribuídos por dependência em novembro de 2016 ao relator Desembargador Federal.

Em dezembro de 2016 encontrava-se concluso para relatório e voto. Em 21 de fevereiro de 2020, o processo foi migrado para o sistema PJe. Com base na avaliação de seus procuradores jurídicos, a Chesf classificou o risco de perda desta ação como possível, no montante atualizado de R\$ 3.732.691 (R\$ 1.000.000 em 31 de dezembro de 2020).

- Ação Civil Pública – Ministério Público Federal da Bahia

Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público Federal da Bahia, cujo objeto consiste no reconhecimento da existência de ocupantes da área inundada que não foram reassentados em projetos de irrigação, fazendo jus a todo o previsto no Acordo de 1986 entre a Chesf e as comunidades envolvidas na construção da Barragem de Itaparica. O processo tramita perante a Vara Federal em Paulo Afonso-BA, estando atualmente em fase recursal no TRF 1ª Região (TRF1). Houve liminar deferida em favor do Ministério Público, que foi cassada pelo TRF1. A sentença foi favorável à tese de decadência e existe precedente no STJ contrário à pretensão do MPF. Com base na avaliação de seus procuradores jurídicos, a Chesf classificou o risco de perda desta ação como "possível", e tem como valor pedido atualizado o montante de R\$ 3.361.748 (R\$ 1.000.000 em 31 de dezembro em 2020).

- Cobrança de supostos prejuízos aos consumidores finais

Trata-se de ação civil pública manejada pela ANEEL com o intuito de cobrar da Chesf supostos prejuízos que os consumidores finais de energia elétrica teriam tido com os atrasos das obras referentes às chamadas Instalações de Geração Compartilhada - ICGs. Esse prejuízo remontaria a R\$ 1.471 milhões. A Chesf recebeu a citação, tendo apresentado contestação ao feito em dezembro de 2015. Apresentada réplica pela ANEEL, o juiz indeferiu produção de provas requeridas pela Chesf. O MM. Juízo determinou a intimação do MPF para manifestação a qual foi realizada. A Chesf peticionou para suspensão do processo, face estratégia de levar o caso à Conciliação da Administração Pública Federal da Advocacia-Geral da União - CCAF/AGU. Em dezembro de 2017 o pedido de suspensão foi deferido, pelo prazo de 6 meses. Foi protocolado requerimento para a CCAF/AGU em março de 2018. Houve audiência de conciliação, na qual as partes não demonstraram interesse em conciliar. O processo encontrava-se concluso para sentença desde dezembro de 2018. Em setembro de 2019, foi proferida sentença por meio da qual a demanda foi julgada parcialmente procedente para condenar a Chesf ao ressarcimento dos valores pagos pela CCEE. O Juízo sentenciante consignou que teria havido culpa da União pelo atraso, de modo que a referida responsabilidade da Chesf estaria limitada ao percentual de sua culpa pelos atrasos, o que seria aferido por perícia em fase de liquidação de sentença. Em novembro de 2019, foi

Relatório da Administração/Comentário Anho

interposta apelação pela ANEEL. No mesmo mês, foi determinada a migração do processo para o PJe, não tendo sido ainda iniciada a contagem de prazo para recurso da Chesf, em virtude da ausência de publicação da sentença.

Em 26 de março de 2020 as partes foram intimadas a se manifestar sobre a conformidade dos autos digitais com os autos físicos e o cumprimento de eventual ato já praticado nos autos físicos. Em 08 de maio de 2020 a Chesf interpôs embargos de declaração. Em 31 de dezembro de 2020, a ANEEL apresentou impugnação aos embargos de declaração opostos pela Chesf.

Em outubro de 2021 o Ministério Público Federal pugna pelo acolhimento da preliminar de julgamento extra petita. No mérito, a manifestação é pelo não provimento dos recursos. Não há condições de se avaliar, no presente momento, qual seria o desfecho da causa, vez que essa é a primeira ação no País a tratar do tema (não existe histórico no Brasil de ingresso de ações coletivas com conteúdo semelhante).

Com base na avaliação de seus procuradores jurídicos, a Chesf classificou o risco de perda desta ação como possível, no montante estimado de R\$ 1.470.885 (R\$ 1.470.885 em 31 de dezembro de 2020).

- Ação ordinária para indenização em danos materiais

Trata-se de ação ordinária proposta pela Energia Potiguar Geradora Eólica S.A., Torres de Pedra Geradora Eólica S.A., Ponta do Vento Leste Geradora Eólica S.A., Torres de São Miguel Geradora Eólica S.A., Morro dos Ventos Geradora Eólica S.A., Canto da Ilha Geradora Eólica S.A., Campina Potiguar Geradora Eólica S.A., Esquina dos Ventos Geradora Eólica S.A., Ilha dos Ventos Geradora Eólica S.A., Pontal do Nordeste Geradora Eólica S.A., e Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A. tendo por objeto a indenização em danos materiais (danos emergentes e lucros cessantes), no valor de R\$ 243.067, e que seriam decorrentes de suposto atraso na entrada em operação comercial da LT Extremoz II – João Câmara II e da SE João Câmara II. Oferecida contestação e deferida produção de prova pericial em 10 de março de 2016, laudo apresentado pelo perito do juízo desfavorável à Chesf, com consequente pedido de esclarecimentos.

Em 29 de janeiro de 2018, foi proferida sentença condenatória em desfavor da Chesf no valor de R\$ 432.313, da qual foram interpostos embargos de declaração pela Chesf, aos quais foi negado provimento aos 28 de fevereiro de 2018, tendo sido interposto recurso de apelação pela Chesf aos 26 de março de 2018.

Julgamento iniciado em 13 de março de 2019, mas suspenso por pedido de vista formulado por um dos Desembargadores que compõem a 5ª Turma do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDF. Julgamento retomado em 28 agosto de 2019, no qual o recurso de apelação da Chesf foi provido por 4 votos a 1 e o acórdão foi publicado em 10 de outubro 2019.

Foi apresentada Interposição de embargos de declaração por ambas as partes, sendo todos desprovidos. Interpostos novos embargos de declaração por parte da parte autora em 29 de janeiro de 2020, ainda pendentes de julgamento. Em 18 de fevereiro de 2020 determinou-se a digitalização dos autos a fim de que estes sejam incluídos no sistema PJe. Em 18 outubro de 2020, publicada a pauta de julgamento dos embargos de declaração para o dia 28 de outubro 2020. Essa posição, se mantém inalterada em 31 dezembro 2020. Em 17 de novembro 2021 a presidente da 5ª Turma, Presidente da turma Desembargadora Maria Ivatonia Barbosa dos Santos, proferiu decisão rejeitando o agravo interno e determinando a Secretaria da Turma para que restabeleça a classe processual de Embargos de Declaração e faça os autos conclusos ao Relator, Desembargador Josaphá Francisco, para que elabore voto quanto aos embargos de declaração ainda pendentes de julgamento.

Com base na avaliação de seus consultores jurídicos, a Chesf classificou o risco de perda desta ação como possível, no montante estimado de R\$ 512.152 (R\$ 512.152 em 31 de dezembro de 2020).

Relatório da Administração/Comentário nho

- Ação ordinária AES Sul Distribuidora de Energia S.A.

Ação ordinária proposta pela AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia (proc. 0026448-59.2002.4.01.3400 – 15ª Vara Federal-DF) visando à contabilização e liquidação pela ANEEL das transações do mercado, relativa à exposição positiva (lucro) verificada em razão da não opção pelo alívio (seguro) feita em dezembro de 2000. Decisão interlocutória proferida no bojo do Agravo de Instrumento da AES SUL (Processo nº 2002.01.00.040870-5) interposto contra a ANEEL, resultou num débito de aproximadamente R\$ 110.000, com pagamento estipulado para o dia 07 de novembro de 2008.

Em 31 de dezembro de 2012, haviam sido oferecidos contrarrazões pela Chesf, estando pendente de apreciação a remessa para o TRF 1.ª Região. Em 31 de março de 2013 – TRF1 julgou procedente o MS interposto pela Chesf (medida 2). REsp da AES, julgado. Mantida a Segurança. Ação julgada improcedente. Embargos Declaração rejeitados. Em 26 de março de 2014 o Recurso de Apelação interposto pela AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia foi julgado e provido pelo TRF1. Contra o acórdão que deu provimento à Apelação a Chesf opôs embargos de declaração, os quais foram rejeitados. Tendo sido publicado o acórdão em 14 de janeiro de 2016, a Chesf e as demais rés interpuseram recurso de embargos infringentes, com o objetivo de fazer prevalecer o voto vencido.

Em 26 de outubro de 2021 a AES Tieste e Aes Uraguaiana reiteram pedido para que as publicações sejam feitas em nome dos novos advogados. Com base na avaliação de seus procuradores jurídicos, a Chesf classificou o risco de perda desta ação como “possível”, no montante atualizado de R\$ 451.894 (R\$ 86.000 em 31 de dezembro de 2020).

- Pedido de recuperação judicial - Wind Power Energia S.A.

Pedido de recuperação judicial, apresentada como defesa contra pedido de falência contido no processo 0006703-65.2014.8.17.0370 (processo ao qual está distribuído por dependência), em razão da requerente (Wind Power Energia S.A.) ser parte de grupo líder de mercado, e com investimentos e contratos que possibilitam a referida recuperação. A lide tramita na 1ª Vara Cível da Comarca do Cabo de Santo Agostinho-PE, estando em fase decisória. Principais andamentos do processo: Apresentação de Plano de recuperação; apresentação de aditivo ao plano de recuperação; novo aditivo ao Plano de recuperação; realização de assembleia geral de credores com análise da última versão do plano de recuperação. Com base na avaliação de seus procuradores jurídicos, a Chesf classificou o risco de perda desta ação como “possível”, e tem como valor pedido atualizado o montante R\$ 889.819 (R\$ 320.565 em 31 de dezembro de 2020).

Furnas

- Processo indenizatório

Trata-se de processo indenizatório realizado pela ABB Ltda., no valor de R\$ 401.962 (R\$ 385.500 em 31 de dezembro de 2020), referente ao contrato de fornecimento de estações conversoras para o sistema de transmissão de Itaipu.

34.2.2 - Tributárias

Em 31 de dezembro de 2021 a Eletrobras e suas controladas possuem ações judiciais tributárias com probabilidade de perda possível no montante de R\$ 8.755.786 (R\$ 8.818.294 em 31 de dezembro de 2020).

CGT Eletrosul

- Aspectos tributários da lei 12.783/2013

Ação fiscal no valor de R\$ 602.748 (R\$ 575.998 em 31 de dezembro de 2020), referente cobrança de imposto de renda e contribuição social sobre a indenização recebida por conta da renovação das concessões, conforme medida provisória 579/2012, convertida em lei 12.783/2013. Em julho de 2020 houve julgamento do Recurso de Apelação interposto pela empresa em face da sentença da ação declaratória. Foi desprovido, por unanimidade, o recurso da empresa sob o entendimento de que:

Relatório da Administração/Comentário nho

- a) Incidência tributária independeria da denominação do rendimento. Ainda que se trata-se de acréscimo indenizatório, poderia haver a incidência dos tributos;
- b) A empresa e a União firmaram mera repactuação contratual, para prorrogar a concessão. Não teria ocorrido propriamente a reversão, pois isso pressuporia a extinção da concessão; e
- c) A reversão seria instituto essencialmente, distinto da desapropriação, pois não haveria transferência compulsória dos bens ao Poder Público.

Apesar do julgamento desfavorável, não pode a Fazenda intentar atos de cobrança, haja vista a vigente decisão proferida no Mandado de Segurança nº 50163442320184047200, suspendendo a exigibilidade do crédito tributário até o trânsito em julgado da ação declaratória. Aguarda-se apreciação de recurso especial.

Furnas

- Processo administrativo

Trata-se de processo judicial, no valor de R\$ 1.774.328 (R\$ 1.903.685 em 31 de dezembro de 2020), que visa discutir a cobrança decorrente do Auto de Infração lavrado em função de supostas irregularidades na apuração do IRPJ e CSLL, no qual foi excluída do Lucro Real a reversão do passivo atuarial da Fundação Real Grandeza - FRG, discussão administrativa travada no processo administrativo nº 16682.720517/2011-98. Por tratar-se de superávit atuarial, o valor foi excluído da base de cálculo e foi oferecido à tributação à medida de sua realização. Também foi apontada exclusão indevida de saldos negativos referentes a 2007, 2008 e 2009 sem apresentação do Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação – PER/DCOMP. Após a decisão administrativa desfavorável, Furnas impetrou ação para ter seu direito reconhecido judicialmente, sendo que, em 31 de dezembro de 2020, não havia sido prolatada sentença no processo. União Federal ajuizou Execução Fiscal para cobrar o débito, mas o juiz suspendeu o seu andamento até que a questão seja definitivamente analisada na Ação Anulatória proposta por Furnas.

- PIS/COFINS

Auto de infração, no valor de R\$ 1.551.613 (R\$ 1.282.226 em 31 de dezembro de 2020), lavrado em função de suposta insuficiência de recolhimento ou declaração para o PIS/COFINS. Compensação realizada sem apresentação do documento hábil PER/DCOMP; o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF julgou improcedente o Recurso Voluntário de Furnas, que intentou Recurso Especial de Divergência que foi parcialmente admitido. Apenas a matéria relativa à exclusão da RGR permanece em análise no CARF no processo originário. As demais matérias foram definitivamente julgadas em sede administrativa. Furnas apresentou garantia para possibilitar a emissão de Certidão e levar a discussão para a esfera judicial.

- IRPJ e CSLL – Crédito tributário

Execução Fiscal ajuizada pela União, no valor de R\$ 756.706 (R\$ 818.334 em 31 de dezembro de 2020), para cobrança de crédito tributário constituído em razão de diferenças de IRPJ e CSLL apuradas em decorrência do procedimento de compensação contábil efetuado pela controlada Furnas sem apresentação de instrumento hábil a tanto. Foi proferida sentença nos Embargos à Execução Fiscal julgando parcialmente procedente a mesma, para excluir a incidência da multa isolada que fora aplicada concomitantemente à multa de ofício. Na mesma sentença foi mantida a cobrança quanto às compensações procedidas sem PER/DCOMP. Furnas apresentou recurso de apelação contra a sentença, que aguarda julgamento. Importante informar que a multa fora aplicada de forma abusiva e a sentença a excluiu. A multa representa aproximadamente 83% da cobrança.

- Auto de infração – prejuízo fiscal

Auto de Infração no valor de R\$ 832.589 (R\$ 815.434 em 31 de dezembro de 2020), lavrado em função da utilização de despesa ocorrida em 2000 como prejuízo fiscal registrado em 2009 e, por conseguinte, compensado nos anos-calendário de 2009, 2010 e 2011. Foram glosadas pela autoridade fiscal as despesas deduzidas no ano-calendário de 2010. O Recurso Voluntário interposto por Furnas foi julgado parcialmente procedente para reduzir a multa isolada aplicada. Contra a decisão a Fazenda Nacional

Relatório da Administração/Comentário nho

interpôs Recurso Especial de Divergência que aguarda julgamento. Processo foi desmembrado para cobrança judicial da parcela relativa aos tributos não pagos em razão da empresa ter efetuado compensações sem a utilização do PER/DCOMP, por ter tido decisão final administrativa quanto a esse ponto, de modo que esse montante foi excluído do presente processo, seguindo no CARF a discussão quanto à possibilidade de utilização como prejuízo fiscal de despesa tida em 2000, mas registrada diretamente na parte B do LALUR em 2009.

- IRPJ e CSLL – Processo administrativo

Processo Administrativo no valor de R\$ 625.206 (R\$ 507.989 em 31 de dezembro de 2020), relativo ao lançamento de ofício de valores de IRPJ e CSLL, do período de 01/2012 a 12/2012, acrescidos de multas de estimativa e de ofício. O referido lançamento decorreu da glosa, pela Receita Federal, da exclusão realizada por Furnas da base de cálculo do tributos acima mencionados referentes ao valor recebido por Furnas em razão da prorrogação por adiantamento ao Contrato de Concessão para transmissão de energia elétrica nº 062/2001 – ANEEL, de 04/12/2012. Furnas, naquele momento, entendeu que este montante possuía caráter indenizatório e, por esta razão, estaria isenta de tributação. Por entender tratar-se de montante percebido com caráter indenizatório, que permitiria a exclusão realizada, Furnas garantiu o juízo e apresentou defesa, por meio dos Embargos à Execução nº 5048320-89.2021.4.02.5101. A União apresentou sua contestação e, após a apresentação de réplica por Furnas, o feito encontra-se pendente de julgamento em 1ª instância.

- ICMS – UTE Santa Cruz

Furnas ajuizou ação anulatória, no valor de R\$ 546.522 (R\$ 447.662 em 31 de dezembro de 2020), para discutir a cobrança de ICMS sobre o gás adquirido pela UTE Santa Cruz para geração de energia. Em sua defesa, Furnas discute a natureza do benefício fiscal (condicionado), na medida em que o diferimento de ICMS nas aquisições de gás deu-se em troca da criação e/ou expansão de Usinas/UTE's com o objetivo de incrementar a geração de energia termoeletrica para enfrentamento da crise energética da época. Argumenta, ademais, a impossibilidade de o Estado vincular o pagamento do tributo a uma operação imune. O Estado do Rio de Janeiro apresentou contestação alegando que o diferimento é prorrogação do momento do pagamento do imposto e ainda não houve sentença.

34.2.2.1 – ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IFRIC 23 - *Uncertainty over Income Tax Treatments*)

Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre o tratamento do imposto de renda sobre o lucro. A interpretação requer que a Eletrobras: (1) determine se posições fiscais incertas são avaliadas separadamente ou como um grupo; e (2) avalie se é provável que a autoridade fiscal aceite a utilização de tratamento fiscal incerto, ou proposta de utilização pela Companhia. Em caso positivo, a entidade deve determinar sua posição fiscal e contábil em linha com o tratamento fiscal utilizado ou a ser utilizado nas suas declarações de imposto de renda. Em caso negativo, a Companhia deve refletir o efeito da incerteza na determinação da sua posição fiscal e contábil.

Com base nos requerimentos da norma ICPC 22/IFRIC 23, a Eletrobras avaliou as operações das suas controladas que envolveram reestruturações societárias e aquisição do controle de participações em outras empresas, e concluiu que sua posição fiscal e contábil está em conformidade com o tratamento fiscal utilizado.

34.2.3 - Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2021 a Eletrobras e suas controladas possuem ações judiciais trabalhistas de R\$ 3.473.210 (R\$ 4.500.051 em 31 de dezembro de 2020), sendo possível sua probabilidade de perda, onde não é realizada provisão.

Relatório da Administração/Comentário nho

Eletronuclear

- Sindicato dos Engenheiros do Estado do RJ – SENGE

A controvérsia principal cujo valor envolvido em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 624.300 (R\$ 574.020 em 31 de dezembro de 2020) reside na interpretação da coisa julgada que delimitou o pagamento do índice da Unidade de Referência de preços - URP apenas do mês de fevereiro de 1989. Contudo, em fase de liquidação a outra parte alegou que deve ser aplicado o índice de 26,05% mês a mês até sua incorporação na remuneração dos substituídos ou até sua demissão. Há possibilidade de ter decisão judicial homologando o valor histórico de R\$ 359.671, calculado pelo perito judicial em 2014. Ressalte-se que a Advocacia Geral da União – AGU ingressou nos autos.

A AGU tem tese jurídica que se alinha à defesa da controlada Eletronuclear, ao explicitar que:

- a) A decisão em fase de liquidação/execução que estabelece direito à incorporação da URP/1989 na remuneração dos substituídos ofende a decisão já transitada em julgado;
- b) O valor exigido com base na decisão transitada em julgado já foi adimplido, por conta da existência de Acordo Coletivo pactuado em 1989, entre as partes da presente ação judicial, cujo conteúdo trata especificadamente da quitação da URP/1989. No momento há laudo emitido pelo perito do Juízo, nesse laudo o Perito do Juízo, por amostragem, destacou que os valores indicados no acordo coletivo especificam da URP de fevereiro de 1989 foram pagos.

Em março de 2018 foi publicado, destinada à parte autora, para que oferte manifestação em relação a petição apresentada pela parte Ré.

Em 29 de janeiro de 2019 foi publicada decisão para a Eletronuclear pagar o débito ou ofertar defesa, o que inaugurou a fase de execução do processo. De toda forma, na decisão a Eletronuclear foi isentada de ofertar bens à penhora para ajuizar eventual defesa. Foram interpostos embargos de declaração pela Eletronuclear, sem decisão de julgamento publicada. Foi publicada decisão em julho de 2019 para a Eletronuclear pagar honorário do perito do Juízo, o que já foi realizado.

Prática contábil

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados, cuja liquidação seja provável e que seja possível estimar os valores de forma confiável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

As provisões para contingências judiciais são reconhecidas para obrigações presentes (legais ou não formalizadas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. Nesse caso, tal contingência ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e os montantes envolvidos seriam mensuráveis com suficiente segurança, levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento de tribunais (jurisprudência).

NOTA 35 – OBRIGAÇÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS

A obrigação para desmobilização de ativos destina-se ao custeio dos gastos com a desmobilização das usinas nucleares, quais sejam: o desmantelamento e a descontaminação dos materiais, equipamentos e instalações, os quais incorrerão no término da vida útil econômica das usinas, tendo como contrapartida o imobilizado.

Relatório da Administração/Comentário Anho

Usina	31/12/2021		31/12/2020	
	Estimativa Total de Custo	Ajuste a Valor Presente	Estimativa a Valor Presente	Estimativa a Valor Presente
Angra 1	3.017.913	(1.176.570)	1.841.343	1.717.823
Angra 2	3.457.180	(2.030.222)	1.426.958	1.322.188
Total	6.475.093	(3.206.792)	3.268.301	3.040.011

A Companhia reconhece obrigações para descomissionamento de usinas term nucleares de sua controlada Eletronuclear, que se constituem em um programa de atividades exigidas pela Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, que permite dismantelar com segurança e mínimo impacto ao meio ambiente essas instalações nucleares, ao final do ciclo operacional. Os valores correspondentes aos passivos totais de desmobilização de ativos ajustados a valor presente são referentes à Angra 1, com validade da licença até 31 de dezembro de 2024 (em novembro de 2019, foi solicitado à CNEN a extensão de vida útil de Angra 1 de 40 para 60 anos) e referentes à Angra 2, com validade da licença até 31 de agosto de 2040. A provisão foi estimada a preços correntes e com base no fluxo de caixa projetado utilizando a taxa de desconto de 7,57% a.a..

Prática contábil

A Companhia reconhece esse passivo com base no valor estimado para a sua realização, atualizado ao longo da vida útil econômica das usinas, considerando os avanços tecnológicos. O objetivo é alocar ao respectivo período de competência da operação, os custos a serem incorridos com a desativação técnico-operacional das usinas, ao término da sua vida útil, estimada em quarenta anos. Sendo assim a Companhia reconhece os valores das estimativas aprovadas no Ativo Imobilizado, em contrapartida ao Passivo Não Circulante.

A Companhia revisa anualmente os valores da provisão do passivo para descomissionamento e realiza a mensuração pelo valor presente dos gastos e classificada no passivo não circulante.

NOTA 36 – OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Circulante				
Provisão de férias	60.896	20.445	360.525	263.157
Processos de desligamento	-	-	155.046	181.174
Folha de pagamento	649	57.874	193.170	191.780
Encargos sobre férias	14.441	11.884	193.940	142.359
Provisão 13º salário	-	26.679	11.116	31.497
Participações nos Lucros/Resultados	28.409	38.567	526.105	504.995
Encargos sobre 13º salário	1.663	1.662	78.848	33.844
Contribuição Previdenciária	46.277	8.876	52.849	70.317
Outros	1.233	1.357	31.348	35.025
	153.568	167.344	1.602.947	1.454.148
Não circulante				
Processos de desligamento	-	-	63.024	214.283
Total	153.568	167.344	1.665.971	1.668.431

Prática contábil

Os pagamentos de benefícios tais como salário ou férias, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios são reconhecidos mensalmente no resultado, respeitando o regime de competência.

Relatório da Administração/Comentário Anho

NOTA 37 – COMPROMISSOS OPERACIONAIS DE LONGO PRAZO

Os compromissos de longo prazo da Companhia, relacionados, principalmente, a contratos de compra de energia elétrica e combustível são:

37.1- Compra de energia

Empresas	2023	2024	2025	2026	2027	Após 2027
Eletronorte	1.003.458	1.003.458	355.622	-	-	-
Furnas	1.403.614	1.429.391	1.355.859	1.360.693	1.352.101	4.970.139
CGT Eletrosul	709.293	448.771	436.941	437.117	428.525	3.052.629
Chesf	245.302	245.974	245.302	245.302	-	2.016.446
Total	3.361.667	3.127.594	2.393.724	2.043.112	1.780.626	10.039.214

37.2- Fornecedores de combustíveis

Empresas	2023	2024	2025	2026	2027	Após 2027
Eletronorte	14.336	16.628	16.628	16.628	16.628	33.296
Eletronuclear	-	-	235.579	357.860	90.097	14.838.384
Total	14.336	16.628	252.207	374.488	106.725	14.871.680

A controlada Eletronuclear que possui contratos assinados com as Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB para aquisição de Combustível Nuclear para produção de energia elétrica, destinadas as recargas das usinas UTN Angra 1 e UTN Angra 2, bem como a carga inicial e futuras recargas de UTN Angra 3.

Na Eletronorte existe o compromisso de longo prazo referente à compra de gás natural para fins de geração de termoelétrica com a Companhia de Gás Natural do Amazonas – CIGÁS. O prazo final do contrato é 30 de novembro de 2030.

37.3- Venda de Energia

Empresas	2023	2024	2025	2026	2027	Após 2027
Eletronuclear	4.672.327	4.672.327	4.672.327	4.672.327	4.672.327	9.344.654
Furnas	2.546.196	2.565.081	2.562.601	2.562.090	2.273.223	31.767.612
CGT Eletrosul	1.077.413	1.080.191	499.065	499.065	499.170	5.543.836
Chesf	854.338	865.516	873.525	883.313	-	7.061.618
Total	9.150.274	9.183.115	8.607.518	8.616.795	7.444.720	53.717.720

37.4- Compromissos socioambientais

Empresas	2023	2024	2025	2026	2027	Após 2027
Eletronuclear	86.806	99.514	94.574	82.895	69.938	-
Furnas	44.667	16.052	5.394	2.226	641	-
Eletronorte	86.670	86.670	86.670	86.670	86.670	409.564
CGT Eletrosul	3.006	2.230	1.692	787	575	-
Total	221.149	204.466	188.330	172.578	157.824	409.564

Angra 3

Termos de compromissos assumidos com os Municípios de Angra dos Reis, Rio Claro e Paraty, nos quais, a Eletronuclear se compromete a celebrar convênios socioambientais específicos vinculados a UTN Angra 3, visando à execução dos programas e projetos em consonância com as condicionantes estabelecidas pelo IBAMA.

37.5- Aquisição de Imobilizado e Intangível

Empresas	2023	2024	2025	2026	2027
Eletronuclear	221.137	318.078	46.965	10.535	-
CGT Eletrosul	364.615	202.181	27.703	-	-
Chesf	286.883	261.313	309.851	124.531	6.564
Total	872.635	781.572	384.519	135.066	6.564

Relatório da Administração/Comentário nho

Contratos assinados com fornecedores diversos para aquisição de equipamentos para substituição no ativo imobilizado, principalmente, das usinas Angra 1, Angra 2 e Angra 3, necessários à manutenção operacional desses ativos.

37.6- Aquisição de insumos

Empresas	2023	2024
CGT Eletrosul	246.943	257.548

A controlada CGT Eletrosul adquire cal para controle das emissões de resíduos da UTE Candiota III.

37.7- Compromissos – Empreendimentos controlados em conjunto

Os valores dos compromissos dos empreendimentos controlados em conjunto estão apresentados a seguir pela proporção das participações das companhias.

37.7.1 - Uso do bem público

Empresas	2023	2024	2025	2026	2027	Após 2027
SINOP	2.235	2.153	2.075	2.075	2.075	33.033
UHE Simplicio/UHE Batalha	1.776	1.776	1.776	1.776	1.776	59.900
Total	4.011	3.929	3.851	3.851	3.851	92.933

37.7.2 - Aporte de capital

A Companhia possui compromissos futuros firmados relativo à participação acionária em SPE, relativos a AFAC, conforme apresentado abaixo:

Empresas	2023	2024	2025	2026	2027	Após 2027
Teles Pires	38.024	36.668	35.124	33.576	32.026	112.032
Brasil Ventos	644.591	195.263	-	-	-	-
Energia Sustentável do Brasil S.A.	34.340	-	-	-	-	-
Jirau	34.000	-	-	-	-	-
Total	750.955	231.931	35.124	33.576	32.026	112.032

Prática Contábil

A Companhia reconhece, os compromissos para aquisição de imobilizado e os compromissos relacionados com seus empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) separadamente do valor de outros compromissos, de acordo com os requerimentos das normas contábeis CPC 27/IAS 16 – Ativo imobilizado e CPC 45/IFRS 12 - Divulgação de Participações em outras Entidades. Além disso, também são reconhecidos os compromissos de compra e venda de energia, compromissos socioambientais, e compras com fornecedores de combustíveis.

NOTA 38 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social da Eletrobras, em 31 de dezembro de 2021, é de R\$ 39.057.271 (R\$ 39.057.271 em 31 de dezembro de 2020) e suas ações não têm valor nominal. As ações preferenciais têm direito a voto e não são conversíveis em ações ordinárias. Entretanto, gozam de prioridade no reembolso do capital e na distribuição de dividendos às taxas anuais de 8% para as ações de classe "A" (subscritas até 23 de junho de 1969) e 6% para as de classe "B" (subscritas a partir de 24 de junho de 1969), calculados sobre o capital correspondente a cada classe de ações.

O capital social está distribuído, por principais acionistas e pelas espécies de ações, em 31 de dezembro de 2021, conforme a seguir:

Relatório da Administração/Comentário Anho

ACIONISTA	31/12/2021							
	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS				CAPITAL TOTAL	
	QUANTIDADE	%	Série A	%	Série B	%	QUANTIDADE	%
União	667.888.884	51,82	-	-	494	0,00	667.889.378	42,56
BNDESPAR	141.757.951	11,00	-	-	18.691.102	6,68	160.449.053	10,23
BNDES	74.545.264	5,78	-	-	18.262.671	6,52	92.807.935	5,92
FIA Dinâmica e Banclass	65.536.875	5,09	-	-	-	-	65.536.875	4,18
Fundos 3G Radar	-	-	-	-	30.890.676	11,03	30.890.676	1,97
American Depositary Receipts – ADR's	52.065.112	4,04	-	-	5.340.887	1,91	57.405.999	3,66
Outros	287.048.510	22,27	146.920	100,00	206.755.564	73,86	493.950.994	31,48
Total	1.288.842.596	100,00	146.920	100,00	279.941.394	100,00	1.568.930.910	100,00

ACIONISTA	31/12/2020							
	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS				CAPITAL TOTAL	
	QUANTIDADE	%	Série A	%	Série B	%	QUANTIDADE	%
União	667.888.884	51,82	-	-	494	0,00	667.889.378	42,57
BNDESPAR	141.757.951	11,00	-	-	18.691.102	6,68	160.449.053	10,23
BNDES	74.545.264	5,78	-	-	18.262.671	6,52	92.807.935	5,91
FIA Dinâmica e Banclass	65.536.875	5,09	-	-	-	-	65.536.875	4,18
Fundos 3G Radar	190.045	0,01	-	-	31.437.673	11,23	31.627.718	2,01
American Depositary Receipts – ADR's	38.663.271	3,00	-	-	5.235.367	1,87	43.898.638	2,80
Outros	300.260.306	23,30	146.920	100,00	206.314.087	73,70	506.721.313	32,30
Total	1.288.842.596	100,00	146.920	100,00	279.941.394	100,00	1.568.930.910	100,00

Do total das 599.084.509 ações em poder dos minoritários, 261.989.390, ou seja, 44% são de propriedade de investidores não residentes, sendo 170.517.578 ações ordinárias, 28 de preferenciais ações classe "A" e 91.471.784 ações preferenciais da classe "B".

38.1. Reserva de Capital

Essa reserva representa o excedente de capital acumulado da empresa. Os montantes destinados a esse objetivo são permanentemente investidos e não podem ser usados para pagar dividendos.

38.2 Reservas de lucros

38.2.1 - Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com a Lei 6.404/1976.

38.2.2 - Reserva de Retenção de Lucros

Conforme a Lei 6.404/1976, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado.

38.2.3 - Reservas Estatutárias

A Assembleia Geral destinará, além da reserva legal, calculados sobre os lucros líquidos do exercício: I - 1% a título de reserva para estudos e projetos; e II - 50%, a título de reserva para investimentos.

38.2.4 - Reserva Especial de Dividendos

A Eletrobras constituiu, em 31 de dezembro de 2018, R\$ 2.291.889 em reserva especial de dividendos, com base nos §§ 4º e 5º do art. 202 da Lei nº 6.404/1976, e em fevereiro de 2021 foi realizado o pagamento, a título de dividendos intermediários.

38.3 Remuneração aos acionistas

O estatuto da Eletrobras estabelece como dividendo mínimo obrigatório 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária, respeitada a remuneração mínima para as ações preferenciais das classes A e B, de 8% e 6%, respectivamente, do valor nominal do capital social relativo a essas espécies e classes de ações, prevendo a possibilidade de pagamento de juros sobre capital próprio.

Relatório da Administração/Comentário nho

A seguir a distribuição dos resultados, imputados aos dividendos mínimos, nos termos da legislação aplicável, bem como o valor total da remuneração proposta aos acionistas, a ser deliberada em Assembleia Geral Ordinária:

Destinação do Exercício	31/12/2021	31/12/2020
Saldo para destinação do exercício	5.646.141	6.338.688
Reserva Legal	(282.307)	(316.934)
Realização de reserva de reavaliação	2.351	2.757
Dividendos prescritos	-	4.044
Ajustes reflexos da cisão da CEEE GT	(33.534)	-
Ajustes CPC 47/IFRS 15	-	182.523
Dividendos Obrigatórios	(1.340.958)	(1.507.139)
Subtotal a distribuir	3.991.693	4.703.939
Constituição de reservas estatutárias e retenção de lucros	(3.991.693)	(4.703.939)
Saldo a Distribuir do exercício	-	-

Prática contábil

Representa as ações ordinárias e as ações preferenciais integralizadas e é classificado no patrimônio líquido.

Outros resultados abrangentes

Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa que não são reconhecidos na demonstração do resultado. Os componentes dos outros resultados abrangentes incluem:

- Ganhos e perdas atuariais em planos de pensão com benefício definido;
- Ganhos e perdas derivados de conversão de demonstrações contábeis de operações no exterior;
- Ajuste de avaliação patrimonial relativo aos ganhos e perdas na remensuração de ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes;
- Ajuste de avaliação patrimonial relativo à efetiva parcela de ganhos ou perdas de instrumentos de *hedge* em *hedge* de fluxo de caixa; e
- Impacto de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os itens registrados em outros resultados abrangentes.

Subvenções governamentais

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas. As subvenções governamentais são reconhecidas, sistematicamente, no resultado durante os exercícios nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar. As subvenções governamentais recebíveis como compensação por despesas já incorridas, com a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato à Companhia, sem custos futuros correspondentes, são reconhecidas no resultado do exercício em que forem recebidas e apropriadas à reserva de lucros e não são destinadas à distribuição de dividendos.

NOTA 39 – RESULTADO POR AÇÃO

(a) Básico

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão entre o lucro atribuível aos acionistas da Eletrobras e sua quantidade de ações emitidas, excluindo aquelas compradas pela Eletrobras e mantidas como ações em tesouraria. As ações preferenciais possuem direito assegurado (por ação) de superioridade de pelo menos 10% na distribuição de Dividendos e/ou Juros Sobre Capital Próprio – JCP quanto às ações ordinárias.

Relatório da Administração/Comentário nho

31/12/2021				
Numerador	Ordinárias	Preferencial A	Preferencial B	Total
Lucro atribuível a cada classe de ações	4.556.833	571	1.088.737	5.646.141
Lucro do Exercício	4.556.833	571	1.088.737	5.646.141
Denominador				
	Ordinárias	Preferencial A	Preferencial B	
Média ponderada da quantidade de ações	1.288.843	147	279.941	
% de ações em relação ao total	82,15%	0,01%	17,84%	
Resultado por ação básico (R\$)	3,54	3,89	3,89	

31/12/2020				
Numerador	Ordinárias	Preferencial A	Preferencial B	Total
Lucro atribuível a cada classe de ações	5.097.535	657	1.240.496	6.338.688
Lucro do Exercício	5.097.535	657	1.240.496	6.338.688
Denominador				
	Ordinárias	Preferencial A	Preferencial B	
Média ponderada da quantidade de ações	1.254.102	147	277.444	
% de ações em relação ao total	81,88%	0,01%	18,11%	
Resultado por ação básico (R\$)	4,06	4,47	4,47	

(b) Diluído

Em 31 de dezembro de 2021, com base no saldo passivo referente ao empréstimo compulsório, foi simulada a diluição com incremento de 25.069.829 ações preferenciais B no lucro por ação, conforme apresentado abaixo.

31/12/2021					
Numerador	Ordinárias	Preferencial A	Preferenciais B Convertidas	Preferencial B	Total
Lucro atribuível a cada classe de ações	4.479.305	562	96.059	1.070.214	5.646.141
Lucro do Exercício	4.479.305	562	96.059	1.070.214	5.646.141
Denominador					
	Ordinárias	Preferencial A	Preferenciais B - Convertidas	Preferencial B	
Média ponderada da quantidade de ações em mil	1.288.843	147	25.127	279.941	
% de ações em relação ao total	80,85%	0,01%	1,58%	17,56%	
Resultado por ação diluído (R\$)	3,48	3,82	3,82	3,82	

31/12/2020					
Numerador	Ordinárias	Preferencial A	Preferenciais B Convertidas	Preferencial B	Total
Lucro atribuível a cada classe de ações	5.018.390	647	98.415	1.221.236	6.338.688
Lucro do Exercício	5.018.390	647	98.415	1.221.236	6.338.688
Denominador					
	Ordinárias	Preferencial A	Preferenciais B - Convertidas	Preferencial B	
Média ponderada da quantidade de ações em mil	1.254.102	147	22.358	277.444	
% de ações em relação ao total	80,99%	0,01%	1,41%	17,59%	
Resultado por ação diluído (R\$)	4,00	4,40	4,40	4,40	

Prática contábil

Para a obtenção do resultado básico por ação, a Eletrobras divide o lucro ou prejuízo atribuível aos titulares de ações ordinárias da Eletrobras pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas (excluídas as mantidas em tesouraria) durante o período. No caso de balanço consolidado, o lucro ou prejuízo atribuível à Companhia se refere à parcela da Controladora. Desta forma, é excluído as participações dos não controladores.

Já para a obtenção do resultado diluído por ação, a Eletrobras presume o exercício de opções, bônus de subscrição e outros potenciais efeitos diluidores. Sendo seu único efeito diluidor, a conversão do empréstimo compulsório. Os valores presumidos provenientes desses instrumentos são considerados como recebidos da emissão de ações ao preço médio de mercado das ações durante o exercício.

Relatório da Administração/Comentário nho

De acordo com a política de dividendos, as ações preferenciais possuem direito assegurado (por ação) de superioridade de pelo menos 10% na distribuição de Dividendos e/ou Juros Sobre Capital Próprio quanto às ações ordinárias.

NOTA 40 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Geração				
Suprimento	-	-	15.261.475	14.425.819
Fornecimento	-	-	3.334.527	2.661.499
CCEE (a)	1.426.062	204.379	3.090.100	1.176.156
Receita de operação e manutenção	-	-	4.220.474	3.982.409
Receita de construção	-	-	82.205	37.800
Repasse Itaipu	65.831	(13.566)	65.831	(13.566)
	1.491.893	190.813	26.054.612	22.270.117
Transmissão				
Receita de operação e manutenção	-	-	5.967.866	5.443.107
Receita de construção (b)	-	-	1.535.840	778.202
Receita financeira contratual (c)	-	-	9.946.626	6.026.214
	-	-	17.450.332	12.247.523
Outras receitas	145.773	77.540	925.906	710.591
	1.637.666	268.353	44.430.850	35.228.231
(-) Deduções à Receita Operacional				
(-) ICMS	-	-	(1.124.432)	(995.304)
(-) PASEP e COFINS	(271.841)	28.683	(3.657.952)	(3.310.459)
(-) Encargos setoriais	-	-	(2.022.289)	(1.832.748)
(-) Outras Deduções (inclusive ISS)	-	-	(9.936)	(9.207)
	(271.841)	28.683	(6.814.609)	(6.147.718)
Receita operacional líquida	1.365.825	297.036	37.616.241	29.080.513

- (a) No exercício de 2021, a Eletrobras comercializou R\$ 1.426.062 correspondente a 1.116 GWh (234 GWh no exercício de 2020) no mercado de curto prazo da CCEE a título de importação de energia.
- (b) A elevação da receita de construção no segmento de transmissão em 2021, em comparação com a do mesmo exercício de 2020, se deve, principalmente, às reestimativas de evolução da execução dos empreendimentos de transmissão em curso e às autorizações da ANEEL, realizadas no exercício, de RAPs para empreendimentos de transmissão concluídos.
- (c) A elevação da receita financeira contratual decorre, majoritariamente, do aumento dos indexadores de correção dos contratos com atualização baseado no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA. Em 2021 a correção pelo IPCA alcançou 9,63% e em 2020, alcançou 4,38%.

Prática contábil

Os contratos de concessão de transmissão foram considerados como ativos contratuais e registrados de acordo com a norma CPC 47/IFRS 15. As receitas operacionais são reconhecidas conforme as orientações do CPC 47/IFRS 15 – Receita de contrato com clientes.

A norma estabelece que a receita deve ser reconhecida quando a entidade transfere o controle de bens ou serviços para os clientes, pelo valor que a entidade espera ter direito a receber.

Receita do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA

Na relação estabelecida entre a Eletrobras e os agentes/fornecedores do PROINFA, a Companhia conclui que os fornecedores detêm o controle da energia que geram ou têm capacidade de gerar e transferem diretamente para os consumidores o controle da energia, sem interferência significativa da Eletrobras. Portanto, neste caso, a Eletrobras não tem condições de determinar ou de interromper o fornecimento

Relatório da Administração/Comentário Anho

de energia, exceto se o fornecedor não atender as condições de credenciamento estabelecidas pela regulação que criou o PROINFA. Neste sentido, com base nos requerimentos contidos no CPC 47/IFRS 15, a Companhia concluiu que atua como agente, pois não chega a obter o controle dos bens ou serviços que são subsequentemente vendidos ao consumidor, conforme apresentado acima, havendo assim uma modificação no papel da Eletrobras. Considerando as mudanças conceituais no modelo de "riscos e benefícios" da norma CPC 30/IAS 18, principalmente a desconsideração do risco de crédito e a menor ênfase quanto à responsabilidade da Eletrobras pela aceitação quanto à fonte de energia gerada e capacitação do fornecedor credenciado por ela, a partir de 1º de janeiro de 2018, as receitas, custos e receitas financeiras dessas operações estão sendo apresentadas líquidas na mesma linha na demonstração de resultados, não impactando o resultado da Eletrobras.

Venda de energia e serviços

Geração

A receita de venda de energia é reconhecida quando é provável que os benefícios econômicos associados às transações fluirão para a Companhia; o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; os riscos e os benefícios relacionados à venda foram transferidos para o comprador; os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade; e a Companhia não detém mais o controle e a responsabilidade sobre a energia vendida.

Para as concessões de geração prorrogadas à luz da Lei nº 12.783/2013, houve a alteração do regime de preço para tarifa, com revisão tarifária periódica nos mesmos moldes já aplicados à atividade de transmissão até então. A tarifa é calculada com base nos custos de operação e manutenção, acrescidos da taxa adicional de receita de 10%, sendo contabilizada a receita para cobertura dos gastos de operação e manutenção com base no custo incorrido.

Transmissão

De acordo com o contrato de concessão, uma transmissora de energia é responsável por transportar a energia elétrica até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho:

- a) construir; e
- b) manter e operar a infraestrutura.

À medida que são cumpridas as obrigações de desempenho, a companhia registra as receitas de acordo com a natureza da obrigação concluída. A companhia entende que a obrigação de construir o empreendimento de transmissão é satisfeita no decorrer da fase de construção, com isso, as receitas de construção são registradas de acordo com os custos de construção incorridos.

NOTA 41 – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	CONTROLADORA					
	31/12/2021			31/12/2020		
	Custos	Despesas	Total	Custos	Despesas	Total
Pessoal	-	(326.349)	(326.349)	-	(417.369)	(417.369)
Material	-	(504)	(504)	-	(1.155)	(1.155)
Serviços	-	(224.573)	(224.573)	-	(238.680)	(238.680)
Energia comprada para revenda	(1.273.156)	-	(1.273.156)	(175.124)	-	(175.124)
Depreciação e amortização	-	(11.852)	(11.852)	-	(12.813)	(12.813)
Doações e contribuições	-	(87.399)	(87.399)	-	(105.174)	(105.174)
(Provisões)/Reversões operacionais (41.1)	-	(12.254.011)	(12.254.011)	-	(3.608.305)	(3.608.305)
Outros	-	(257.986)	(257.986)	-	(169.354)	(169.354)
Total	(1.273.156)	(13.162.674)	(14.435.830)	(175.124)	(4.552.850)	(4.727.974)

Relatório da Administração/Comentário



	CONSOLIDADO					
	31/12/2021			31/12/2020		
	Custos	Despesas	Total	Custos	Despesas	Total
Pessoal	(2.292.487)	(2.980.557)	(5.273.044)	(2.105.497)	(2.637.355)	(4.742.852)
Material	(262.336)	(40.971)	(303.307)	(228.815)	(44.849)	(273.664)
Serviços	(973.358)	(976.731)	(1.950.089)	(975.210)	(987.662)	(1.962.872)
Energia comprada para revenda	(4.259.957)	-	(4.259.957)	(2.400.358)	-	(2.400.358)
Recuperação de custos - adesão ao risco hidrológico (a)	4.265.889	-	4.265.889	-	-	-
Encargos sobre uso da rede elétrica	(2.461.443)	-	(2.461.443)	(2.500.315)	-	(2.500.315)
Combustível para produção de energia elétrica	(2.338.395)	-	(2.338.395)	(2.092.135)	-	(2.092.135)
Construção	(1.395.066)	-	(1.395.066)	(966.443)	-	(966.443)
Depreciação e amortização	(1.908.548)	(172.911)	(2.081.459)	(1.697.005)	(165.864)	(1.862.869)
Doações e contribuições	-	(164.696)	(164.696)	-	(167.408)	(167.408)
(Provisões)/Reversões operacionais (41.1)	177.482	(15.070.521)	(14.893.039)	(302.563)	(7.070.988)	(7.373.551)
Indenizações perdas e danos	-	-	-	-	(651.407)	(651.407)
Outros	(512.830)	(1.135.154)	(1.647.984)	(158.679)	(1.219.043)	(1.377.722)
Total	(11.961.049)	(20.541.541)	(32.502.590)	(13.427.020)	(12.944.576)	(26.371.596)

(a) A variação no exercício corresponde, principalmente, à extensão dos prazos das concessões de usinas/complexos hidrelétricos, em razão da repactuação do risco hidrológico, nos termos da Lei nº 14.052/2020, registrada em recuperação de custos, em contrapartida ao ativo intangível. Mais informações vide notas 3 e 22.

41.1 - Provisões/Reversões Operacionais

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Contingências (a)	(10.902.242)	(2.642.394)	(13.046.713)	(4.187.904)
(Provisão)/Reversão para perdas em investimentos	(66.760)	(513.817)	(20.712)	(679.801)
Provisão para Implantação de Ações - Empréstimo Compulsório (b)	(107.652)	(345.393)	(107.652)	(345.393)
PECLD - Financiamentos e empréstimos (c)	(638.894)	(139.237)	(638.894)	(139.237)
PECLD - Consumidores e revendedores (d)	-	-	110.282	(804.865)
Provisão ANEEL - CCC (e)	(580.342)	(63.525)	(498.630)	(63.525)
Provisão para passivo a descoberto (f)	-	119.223	(705.864)	-
Garantias	25.976	12.395	25.976	12.395
Contratos onerosos	-	-	16.219	(89.053)
Usina Candiota III - Inflexibilidade	-	-	(10.308)	(50.582)
Usina Candiota III - Carvão	-	-	-	(76.345)
Parcela de ajuste RAP (g)	-	-	-	(223.881)
Provisão para redução de estoques de Combustíveis (h)	-	-	(126.286)	-
GAG melhoria	-	-	(29.268)	(177.588)
Impairment de ativos de longo prazo (i)	-	-	475.406	(441.664)
Provisão para depósitos judiciais (j)	-	-	(233.908)	-
Outras	15.903	(35.557)	(102.687)	(106.108)
	(12.254.011)	(3.608.305)	(14.893.039)	(7.373.551)

(a) A variação no exercício refere-se, principalmente, a uma provisão no montante de R\$ 10.896.956 referente aos processos relacionados ao empréstimo compulsório. Vide nota 34.

(b) A variação no montante de R\$ 237.741, refere-se à Provisão para Implantação de Ações de Empréstimo Compulsório é devido à atualização do valor do passivo pelo valor de mercado das ações preferenciais B e do montante equivalente aos proventos não prescritos, para maiores detalhes nota explicativa 28.

(c) A variação refere-se substancialmente a provisão realizada no exercício de 2021, no valor de R\$ 620.089 relacionada aos contratos de serviço da dívida com a Amazonas Energia, maiores detalhes na nota 11.

(d) A variação no exercício corresponde, principalmente, à reversões de provisão para créditos de liquidação duvidosa dos recebíveis da Roraima Energia S.A. no montante de R\$ 520.757, da CEA no valor de R\$ 134.129 e a constituição de provisão adicional no valor de R\$ 450.223, dos recebíveis da Amazonas Energia S.A., mais informações vide nota 10.

(e) A variação no exercício refere-se ao complemento de provisão em conexão com emissão das notas técnicas da ANEEL nº 106/2021, 111/2021 e 152/2021 referente ao resultado do segundo período de fiscalização dos créditos de CCC assumidos das empresas Energisa Rondonia - Distribuidora de Energia S.A., Energisa Acre - Distribuidora de Energia S.A. e Roraima Energia S.A. no processo de privatização das distribuidoras, vide nota 15.

(f) A variação no exercício refere-se ao reconhecimento da provisão para passivo a descoberto em

Relatório da Administração/Comentário Anho

Furnas no montante de R\$ 705.864, oriundo do valor futuro de aporte na proporção da sua participação na investida Madeira Energia S.A. – MESA, controladora integral da Santo Antonio Energia impactada pelo procedimento arbitral. Maiores informações, vide nota 20.

- (g) A variação refere-se à conclusão da revisão dos custos de administração, operação e manutenção, de 1º de julho de 2018 para 1º de julho de 2020, ocorrido no processo de revisão tarifária do contrato de concessão 057/2001 pela controlada CGT Eletrosul.
- (h) A constituição da provisão do estoque de carvão, no exercício de 2021, no valor de R\$ 126.286, refere-se a perspectiva de não recuperabilidade até o término do atual contrato. Vide nota 16.
- (i) No exercício de 2021 destacamos como principais eventos o reconhecimento do *impairment* no montante de R\$ 258.261 na UTE Candiota e as reversões no valor de R\$ 149.105 na UHE Batalha, R\$ 123.390 na UTE Santa Cruz e R\$100.428 no Complexo Eólico Pindai. Maiores informações, vide nota 23.
- (j) A constituição de provisão para perdas no montante de R\$ 233.908 por parte da Chesf, no qual a controlada revisitou seu processo de análise e conciliação dos saldos de depósitos judiciais em relação às informações emitidas pelas instituições financeiras. No processo, não foi possível identificar a totalidade dos montantes registrados referentes aos depósitos, sendo necessário a constituição de provisão retificando o saldo dos depósitos registrados no ativo.

NOTA 42 – RESULTADO FINANCEIRO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receitas Financeiras				
Receitas de juros, comissões e taxas	937.275	1.367.694	692.767	863.828
Receita de aplicações financeiras	291.494	695.384	637.001	972.602
Acréscimo moratório sobre energia elétrica	69.273	1.525	325.943	341.672
Receita de juros sobre dividendos	224.481	202.548	-	-
Outras receitas financeiras	215.680	177.028	482.707	343.688
	<u>1.738.203</u>	<u>2.444.179</u>	<u>2.138.418</u>	<u>2.521.790</u>
Despesas financeiras				
Encargos de dívidas	(1.445.438)	(1.700.741)	(2.740.371)	(2.853.532)
Encargos sobre arrendamentos	(4.859)	(5.562)	(449.295)	(367.234)
Remuneração para Fundo de Descomissionamento de Usinas Termonucleares	(78.680)	(405.281)	-	-
Encargos sobre recursos de acionistas	(3.276)	(23.814)	(3.826)	(81.766)
Outras despesas financeiras	(935.710)	(636.777)	(1.161.874)	(962.160)
	<u>(2.467.963)</u>	<u>(2.772.175)</u>	<u>(4.355.366)</u>	<u>(4.264.692)</u>
Itens financeiros, líquidos				
Variações monetárias	(99.149)	148.200	(161.648)	283.376
Variações cambiais	(306.439)	21.099	(403.569)	(544.137)
Derivativos	-	-	725.826	332.017
	<u>(405.588)</u>	<u>169.299</u>	<u>160.609</u>	<u>71.256</u>
Resultado Financeiro	<u>(1.135.348)</u>	<u>(158.697)</u>	<u>(2.056.339)</u>	<u>(1.671.646)</u>

Prática Contábil

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando a taxa de câmbio vigente na data das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da conversão pela taxa de câmbio do fim do período são reconhecidos no resultado como despesa ou receita financeira.

São registrados também os juros dos passivos de arrendamentos, os efeitos dos encargos dos títulos de dívidas sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, e os ganhos e perdas referente as aplicações financeiras. Maiores informações sobre as práticas contábeis das transações citadas podem ser observadas nas respectivas notas explicativas.

Relatório da Administração/Comentário nho

NOTA 43 – OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ressarcimento do ativo imobilizado em curso - AIC (a)	588.786	-	588.786	-
Reembolso da ineficiência - CCC (b)	621.968	-	621.968	-
Outras receitas e despesas operacionais	-	-	-	16.134
Total	1.210.754	-	1.210.754	16.134

(a) Ressarcimento do ativo imobilizado em curso – AIC

Quando da realização da modelagem de venda das distribuidoras, somente os ativos imobilizados em serviço – AIS contidos no laudo de avaliação de ativos, na data base de fevereiro de 2017, foram utilizados no *valuation* da nova concessão de 30 anos. No entanto, na mesma data base, as distribuidoras da Eletrobras continham AIC, que não foram precificados. Dessa forma, o TCU determinou a inclusão, no Edital de Venda e no Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, de dispositivo que permitisse o compartilhamento com a Eletrobras de benefícios futuros do reconhecimento, pela ANEEL, desse AIC na Base de Remuneração Líquida das distribuidoras. Ficou assegurado à Eletrobras o direito a ser ressarcida no valor correspondente a 50% do saldo do AIC, existente na data-base de fevereiro de 2017, e reconhecido pela ANEEL na Base de Remuneração Regulatória Líquida - BRR das distribuidoras na primeira revisão tarifária após a desestatização.

Em setembro de 2021, o Conselho de Administração da Eletrobras deliberou pela aprovação do valor apurado do AIC ressarcível da Energisa Acre, Amazonas Energia S.A. e Roraima Energia S.A., somadas às aprovações ocorridas em abril de 2021, do valor apurado do AIC ressarcível da Equatorial Alagoas e Equatorial Piauí. Posteriormente, as cinco distribuidoras, tiveram seus Contratos de Ressarcimento assinados entre os meses de setembro e novembro de 2021.

Considerando o reconhecimento do AIC na BRR das distribuidoras pela ANEEL citada anteriormente e as assinaturas dos contratos de ressarcimento, a Eletrobras reconheceu o montante de R\$ 588.786, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Empresas	Montante	Condições de recebimento
Equatorial Alagoas	61.327	Parcela única, em até 30 dias da celebração do Contrato; ou Parcelas mensais, com amortizações no prazo de 60 meses, sendo a primeira paga no dia 30 após celebração do Contrato.
Equatorial Piauí	44.939	Parcela única, em até 30 dias da celebração do Contrato; ou Parcelas mensais, com amortizações no prazo de 60 meses, sendo a primeira paga no dia 30 após celebração do Contrato.
Energisa Acre	43.524	Parcelas mensais com amortizações no prazo de 60 meses, sendo a primeira paga no dia 20 do mês subsequente a celebração do Contrato.
Amazonas Energia	419.959	Em parcelas mensais, com amortizações no prazo de 36 meses, sendo a primeira paga no dia 16 do mês subsequente ao da celebração do Contrato e as demais parcelas no dia 16 de cada mês subsequente ao pagamento da primeira parcela.
Roraima Energia	19.037	Em parcelas mensais, com amortizações no prazo de 36 meses, sendo a primeira paga no dia 16 do mês subsequente ao da celebração do Contrato e as demais parcelas no dia 16 de cada mês subsequente ao pagamento da primeira parcela.
Total	588.786	

Relatório da Administração/Comentário 2021

(b) Reembolso da ineficiência – CCC

Em novembro de 2018, foi promulgada a Medida Provisória nº 855 que traz no *caput* do artigo 5º que a ANEEL deverá reconhecer, para fins de reembolso da CCC, o custo total da infraestrutura de transporte dutoviário, conectada a empreendimentos de geração termelétrica. Adicionalmente, ainda na vigência da citada Medida Provisória, a Diretoria Colegiada da ANEEL deliberou através do Despacho nº 898/2019 o pagamento relativo às despesas, de julho de 2009 até abril de 2016, comprovadas e não reembolsadas pro força das exigências de eficiência econômica e energética da Lei nº 12.111/2009 no montante histórico de R\$ 1.357.795. Em julho de 2021 foi sancionada a Lei nº 14.182 que, para fins de apuração do valor adicionado dos novos contratos de concessão de geração de energia decorrentes do processo de desestatização da Eletrobras, serão consideradas a dedução dos referidos créditos da ineficiência do combustível incorridos até 30 de junho de 2017. Vide as notas 1 e 15.

Em outubro de 2021, foi emitida a nota técnica nº 202/2021-SFF-SFG-SRG/ANEEL que detalhou o montante dos créditos relativos às despesas comprovadas com aquisição de combustível pela distribuidora Amazonas Energia S.A., quanto ao período de maio de 2016 a junho de 2017 (combustível líquido) e de julho de 2016 a junho de 2017 (combustível gás), porém não reembolsados pela CCC, decorrentes das exigências de eficiência econômica e energética, em atendimento à Lei nº 14.182/2021, que trata da desestatização da Eletrobras. A nota técnica apurou os custos das competências restantes da distribuidora, ou seja, de maio de 2016 até junho de 2017 quanto ao combustível líquido e de julho de 2016 até junho de 2017 quanto ao combustível gás, resultando no reconhecimento nesse exercício do montante de R\$ 620.263.

Adicionalmente, a Boa Vista Energia remensurou os valores a serem reembolsados pela CCC a título de ineficiência econômica e energética com base no prazo adicional de 14 meses instituído pela Lei nº 14.182/2021, resultando no reconhecimento nesse exercício do montante de R\$ 1.705.

NOTA 44 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

44.1- Gestão do Risco de Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. As aquisições e vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à exposição líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos, apresentados na nota 26, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - TVM (sem considerar o caixa restrito e TVM restrito), apresentados nas notas 6 e 8. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

	CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020
Total dos empréstimos, financiamentos e debêntures	44.015.645	47.002.033
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(192.659)	(286.607)
(-) Títulos e Valores Mobiliários	(15.873.853)	(13.993.294)
Exposição líquida	27.949.133	32.722.132
(+) Total do Patrimônio Líquido	76.244.552	73.751.294
Total do Capital	104.193.685	106.473.426
Índice de Alavancagem Financeira	27%	31%

Relatório da Administração/Comentário nho

44.2 – Classificação por categoria de instrumentos financeiros

Os saldos contábeis de certos ativos e passivos financeiros representam uma aproximação razoável do valor justo. A Companhia usa a seguinte classificação para enquadrar os seus instrumentos financeiros e seus respectivos níveis:

	Nível	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
ATIVOS FINANCEIROS					
Custo amortizado		17.887.165	23.678.987	21.126.404	26.388.667
Empréstimos e financiamentos		10.455.906	17.134.396	5.843.527	10.924.899
Direitos de Ressarcimento		6.270.571	5.583.447	6.396.234	5.588.131
Ativo Financeiro - Geração		-	-	2.172.162	2.096.717
Ativo Financeiro - Itaipu		428.865	455.820	428.865	455.820
Clientes		719.906	481.109	6.088.056	7.033.556
Caixa e equivalentes de caixa		7.384	21.630	192.659	286.607
Títulos e Valores Mobiliários		4.533	2.585	4.901	2.937
Valor justo por meio do resultado		8.475.825	9.814.177	19.268.020	16.371.727
Títulos e Valores Mobiliários	2	6.420.112	8.060.350	15.868.952	13.990.357
Fundo para descomissionamento	2	2.055.713	1.753.827	2.055.713	1.753.827
Instrumentos Financeiros Derivativos	2	-	-	1.343.355	627.543
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes		1.774.539	2.011.911	1.878.609	2.093.279
Investimentos (Participações Societárias)	1	1.774.539	2.011.911	1.878.609	2.093.279
PASSIVOS FINANCEIROS					
Custo amortizado		26.842.699	30.133.767	50.491.870	53.687.417
Empréstimos, financiamentos e debêntures		24.605.138	27.998.275	44.015.645	47.002.033
Passivo Financeiro - Itaipu		578.626	-	578.626	-
Obrigações de ressarcimento		836.744	1.373.656	859.003	1.640.767
Fornecedores		773.858	705.908	4.048.087	3.920.607
Arrendamentos		48.333	55.928	903.484	1.053.194
Concessões a Pagar UBP		-	-	87.025	70.816
Valor justo por meio do resultado		-	-	-	10.014
Instrumentos Financeiros Derivativos	2	-	-	-	10.014

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora. E os preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Eletrobras e suas controladas é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais classificados como valor justo por meio de resultado ou através de outros resultados abrangentes anteriormente classificados como títulos para negociação ou disponíveis para venda.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde estão disponíveis e confia o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Relatório da Administração/Comentário nho

Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros (nível 2) incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- O valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado; e
- O valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente.

Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, que são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes (nível 3), e o risco de crédito das contrapartes das operações de *swaps*.

44.3 - Gestão de Riscos Financeiros

No exercício de suas atividades a Companhia é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Companhia.

Para a gestão de riscos financeiros, a Eletrobras definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela Administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida definidos para os fluxos econômico-financeiros.

As análises de sensibilidade abaixo foram elaboradas tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Tratam-se, portanto, de projeções baseadas em avaliações de cenários macroeconômicos, não significando que as transações terão os valores apresentados no prazo de análise considerado.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

44.3.1 - Risco de taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia ter seus demonstrativos econômico-financeiros impactados por flutuações nas taxas de câmbio. A Companhia apresenta exposição a riscos financeiros que causam volatilidade nos seus resultados bem como em seu fluxo de caixa. A Companhia apresenta exposição entre ativos e passivos indexados à moeda estrangeira, em especial ao dólar norte americano.

A Companhia possui uma Política de *Hedge* Financeiro cujo objetivo é monitorar e mitigar a exposição às variáveis de mercado que impactem ativos e passivos da Eletrobras e de suas controladas, reduzindo assim os efeitos de flutuações indesejáveis destas variáveis em suas demonstrações financeiras.

A referida política, portanto, visa que os resultados da Companhia reflitam fielmente o seu real desempenho operacional e que o seu fluxo de caixa projetado apresente menor volatilidade.

Considerando as diferentes formas de se realizar o *hedge* dos descasamentos apresentados pela Companhia, a Política elenca uma escala de prioridades, priorizando a solução estrutural, e, apenas para os casos residuais, adoção de operações com instrumentos financeiros derivativos.

As operações com derivativos financeiros, quando realizadas, não podem caracterizar alavancagem financeira ou operação de concessão de crédito a terceiros.

Relatório da Administração/Comentário nho

a) Composição dos saldos em moeda estrangeira e análise de sensibilidade

Risco de apreciação das taxas de câmbio

		CONSOLIDADO				
		Saldo em 31/12/2021		Efeito no resultado		
		Moeda Estrangeira	Reais	Cenário I - Provável 2021 ¹	Cenário II (+25%) ¹	Cenário III (+50%) ¹
	Empréstimos e financiamentos	(1.439.182)	(8.031.354)	(272.726)	(2.348.746)	(4.424.766)
USD	Empréstimos concedidos	123.445	688.883	23.395	201.464	379.533
	Ativo financeiro - Itaipu	125.006	697.587	23.698	204.019	384.340
	Impacto no resultado	(1.190.731)	(6.644.884)	(225.633)	(1.943.263)	(3.660.893)
	EURO					
	Empréstimos e financiamentos	(45.592)	(288.187)	(14.339)	(89.970)	(165.602)
	Impacto no resultado	(45.592)	(288.187)	(14.339)	(89.970)	(165.602)
	Impacto no resultado das taxas de câmbio			(239.972)	(2.033.233)	(3.826.495)
(1) Premissas adotadas:		31/12/2021	Provável	+25%	+50%	
	USD	5,58	5,77	7,21	8,66	
	EURO	6,32	6,64	8,29	9,95	

44.3.2 - Risco de taxa de juros

Esse risco está associado à possibilidade da Companhia de contabilizar perdas em razão de oscilações das taxas de juros de mercado, impactando seus demonstrativos pela elevação das despesas financeiras, relativas a contratos de captação externa, principalmente referenciados à taxa *Libor*.

A Companhia monitora a sua exposição à taxa *Libor* e contrata operações de derivativos para minimizar esta exposição, conforme Política de *Hedge* Financeiro.

Composição dos saldos por indexador e análise de sensibilidade

Nos quadros a seguir foram considerados cenários para índices e taxas, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Para a análise de sensibilidade utilizou-se como cenário provável para 31 de dezembro de 2021 previsões e/ou estimativas baseadas fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do Relatório Focus, divulgado pelo Banco Central, e *Economic Outlook*, publicado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE.

Em todos os cenários foi utilizada a cotação provável do dólar para converter para reais o efeito no resultado dos riscos atrelados à oscilação da *LIBOR*. Nesta análise de sensibilidade está sendo desconsiderado qualquer efeito cambial em decorrência de eventual apreciação ou depreciação do cenário provável da cotação do dólar. O impacto da apreciação do cenário provável da cotação do dólar está apresentado no item (a.1) desta nota.

a.1) *LIBOR*

Risco de apreciação das taxas de juros

		CONSOLIDADO				
		Saldo da dívida/Valor Ncional em 31/12/2021		Efeito no resultado		
		Em USD	Em reais	Cenário I - Provável 2021 ¹	Cenário II (+25%) ¹	Cenário III (+50%) ¹
LIBOR	Empréstimos e financiamentos	(75.530)	(421.496)	(1.040)	(1.300)	(1.559)
	Impacto no resultado	(75.530)	(421.496)	(1.040)	(1.300)	(1.559)
(1) Premissas adotadas:		31/12/2021	Provável	25%	50%	
	LIBOR	0,34%	1,38%	1,72%	2,06%	

Relatório da Administração/Comentário nho

a.2) Indexadores nacionais

Risco de apreciação das taxas de juros

		CONSOLIDADO			
		Saldo em 31/12/2021	Efeito no resultado		
			Cenário I - Provável 2021 ¹	Cenário II (+25%) ¹	Cenário III (+50%) ¹
CDI	Empréstimos, financiamentos e debêntures	(13.219.492)	(1.671.842)	(2.089.803)	(2.507.763)
	Impacto no resultado	(13.219.492)	(1.671.842)	(2.089.803)	(2.507.763)
SELIC	Empréstimos, financiamentos e debêntures	(5.583.969)	(711.956)	(889.945)	(1.067.934)
	Ressarcimento AIC	588.786	75.070	93.838	112.605
	Impacto no resultado	(4.995.183)	(636.886)	(796.107)	(955.329)
TJLP	Empréstimos, financiamentos e debêntures	(5.168.140)	(314.223)	(392.779)	(471.334)
	Impacto no resultado	(5.168.140)	(314.223)	(392.779)	(471.334)
IGPM	Empréstimos concedidos	241.090	13.395	16.744	20.093
	Passivo de arrendamento	(903.484)	(50.198)	(62.747)	(75.297)
	Impacto no resultado	(662.394)	(36.803)	(46.003)	(55.204)
Impacto no resultado dos índices			(2.659.754)	(3.324.692)	(3.989.630)
(1) Premissas adotadas:		31/12/2021	Provável	+25%	+50%
	CDI	9,15%	12,65%	15,81%	18,97%
	SELIC	9,25%	12,75%	15,94%	19,13%
	TJLP	5,32%	6,08%	7,60%	9,12%
	IGPM	16,58%	5,56%	6,95%	8,33%

Risco da depreciação das taxas de juros

		CONSOLIDADO			
		Saldo em 31/12/2021	Efeito no resultado		
			Cenário I - Provável 2021 ¹	Cenário II (-25%) ¹	Cenário III (-50%) ¹
IPCA	Empréstimos, financiamentos e debêntures	(4.885.610)	272.392	204.294	136.196
	Empréstimos concedidos	116.253	(6.482)	(4.861)	(3.241)
	Direito de ressarcimento	5.813.512	(324.126)	(243.095)	(162.063)
	Impacto no resultado	1.044.155	(58.216)	(43.662)	(29.108)
Impacto no resultado dos índices			(58.216)	(43.662)	(29.108)
(1) Premissas adotadas:		31/12/2021	Provável	-25%	-50%
	IPCA	9,63%	5,58%	4,18%	2,79%

44.3.3 - Risco de crédito

Esse risco decorre da possibilidade de a Eletrobras e suas controladas incorrerem em perdas resultantes da dificuldade de realização de seus recebíveis de clientes, bem como da inadimplência de instituições financeiras contrapartes em operações.

A Eletrobras, através de suas controladas, atua nos mercados de geração e transmissão de energia elétrica amparada em contratos firmados em ambiente regulado. A Companhia busca minimizar seus riscos de crédito através de mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes e, quando aplicável, através de fianças bancárias.

Em relação aos recebíveis de empréstimos concedidos, vide nota 11, exceto pelas operações financeiras com a controlada em conjunto Itaipu, cujo risco de crédito é baixo em função da inclusão dos custos dos empréstimos na tarifa de comercialização de energia da controlada em conjunto, conforme definido nos termos do Tratado Internacional firmado entre os Governos do Brasil e do Paraguai, a concentração de risco de crédito com qualquer outra contraparte individualmente não foi superior a 39% do saldo em aberto.

Relatório da Administração/Comentário Anho

As disponibilidades excedentes de caixa são aplicadas em fundo extra mercado, conforme normativo específico do Banco Central do Brasil. Esse fundo é composto na sua totalidade por títulos públicos custodiados na SELIC, havendo exposição a risco de crédito menor em relação aos demais instrumentos.

Em eventuais relações com instituições financeiras, a Companhia tem como obrigação a realização de aplicações das suas disponibilidades financeiras somente com a Caixa Econômica Federal e com o Banco do Brasil S.A., seguindo a Resolução nº 3.284 do Banco Central do Brasil. Esses bancos possuem baixo risco, e com seus *ratings* revisados por agências de classificações de risco de crédito.

A Companhia possui a norma sobre credenciamento de instituições financeiras para fins de realização de operações com derivativos. Esta norma define critérios em relação a porte, *rating* e *expertise* no mercado de derivativos, para que sejam selecionadas as instituições que poderão realizar operações com a Companhia.

A Companhia monitora o risco de crédito de suas operações de *swap*, mas não contabiliza este risco de descumprimento (*non-performance*) no saldo de valor justo de cada derivativo porque, com base na exposição líquida ao risco de crédito, a Companhia pode contabilizar o seu portfólio de *swaps* dado uma transação não forçada entre as partes na data de avaliação. A Companhia considera o risco de descumprimento apenas para a análise do teste retrospectivo para cada relação designada para Contabilidade de *Hedge*.

Adicionalmente, a Companhia está exposta ao risco de crédito com relação a garantias financeiras concedidas a Bancos pela Controladora e controladas. A exposição máxima da Companhia corresponde ao valor máximo que a Companhia terá de pagar caso a garantia seja executada e consta na Nota 26.3.

44.3.4 - Risco de liquidez

As necessidades de liquidez da Eletrobras e suas controladas são de responsabilidade das áreas financeira e de captação de recursos, que atuam alinhadas no monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazo, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar obrigações e inclui os respectivos juros contratuais relacionados, quando aplicável.

	CONTROLADORA				
	31/12/2021				
	Fluxo de pagamento				
	Até 1 Ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)					
Mensurados ao Custo Amortizado	7.308.413	3.244.713	12.919.852	9.938.965	33.411.943
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.688.004	3.234.164	12.881.673	9.936.517	31.740.358
Obrigações de Ressarcimento	836.744	-	-	-	836.744
Fornecedores	773.858	-	-	-	773.858
Arrendamentos	9.807	10.549	38.179	2.448	60.983

	CONTROLADORA				
	31/12/2020				
	Fluxo de pagamento				
	Até 1 Ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)					
Mensurados ao Custo Amortizado	10.959.365	4.787.289	10.887.782	7.853.030	34.487.466
Empréstimos, financiamentos e debêntures	8.869.828	4.777.082	10.851.556	7.835.998	32.334.464
Obrigações de Ressarcimento	1.373.656	-	-	-	1.373.656
Fornecedores	705.908	-	-	-	705.908
Arrendamentos	9.973	10.207	36.226	17.032	73.438

Relatório da Administração/Comentário



	CONSOLIDADO				
	31/12/2021				
	Fluxo de pagamento				
	Até 1 Ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)					
Mensurados ao Custo Amortizado	14.802.340	9.068.371	20.021.202	19.627.075	63.518.988
Empréstimos, financiamentos e debêntures	9.674.220	8.693.204	19.650.487	19.413.779	57.431.690
Fornecedores	4.031.532	16.555	-	-	4.048.087
Obrigações de Ressarcimento	859.003	-	-	-	859.003
Arrendamentos	232.215	351.395	355.101	75.248	1.013.959
Concessões a Pagar UBP	5.370	7.217	15.614	138.048	166.249

	CONSOLIDADO				
	31/12/2020				
	Fluxo de pagamento				
	Até 1 Ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)					
Mensurados ao Custo Amortizado	19.443.434	8.885.947	15.101.480	16.174.660	59.605.521
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13.678.958	8.798.046	14.756.060	15.580.546	52.813.610
Fornecedores	3.904.051	16.556	-	-	3.920.607
Obrigações de Ressarcimento	1.618.508	22.259	-	-	1.640.767
Arrendamentos	237.055	44.423	332.794	545.449	1.159.721
Concessões a Pagar UBP	4.862	4.663	12.626	48.665	70.816

44.4 – Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos

A análise a seguir estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de *stress* dos principais fatores de risco de mercado que impactam os instrumentos financeiros derivativos.

- Provável: O cenário provável foi definido como o valor justo dos derivativos em 31 de dezembro de 2021;
- Cenário I e II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco associadas; e
- Cenário III e IV: Estimativa do valor justo considerando uma apreciação de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco associadas.

Derivativo embutido	Provável	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV
Fornecimento de energia elétrica	1.343.355	1.007.516	671.678	1.679.194	2.015.033

As análises de sensibilidade foram elaboradas tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Trata-se, portanto, de projeções baseadas em avaliações de cenários macroeconômicos, não significando que as transações terão os valores apresentados no prazo de análise considerado.

44.4.1 - Fornecimento de energia elétrica

Este instrumento financeiro derivativo refere-se a um contrato de longo prazo para fornecimento de energia elétrica com a Alumínio Brasileiro S.A. – Albrás, a receita desse contrato de longo prazo está associada ao pagamento de um prêmio atrelado ao preço internacional do alumínio, cotado na *London Metal Exchange* – LME), este cálculo inclui o conceito de *cap and floor band*, relacionado ao preço do alumínio cotado na LME, cujo quais foram realizadas análises de sensibilidade dos contratos de fornecimento de energia dos consumidores eletrointensivos.

O prêmio decorrente do contrato de venda de energia, avaliados suas características, pode ser considerado como um componente de um contrato híbrido (combinado), que inclui um contrato não derivativo que o abriga. Esse prêmio faz parte do contrato principal e possui características específicas de correção associadas à flutuação do preço do alumínio no mercado internacional e ainda pela variação na cotação do dólar. Assim, o prêmio é considerado um derivativo embutido, pois a sua precificação deriva do preço do alumínio que é definido neste caso como o ativo básico, também conhecido como ativo subjacente.

O contrato celebrado com a Albrás possui data inicial em 01 de julho de 2004 e seu vencimento está para 31 de dezembro de 2024. O volume médio contratado era de 750 MW e passou para 800MW após janeiro de 2007.

Relatório da Administração/Comentário nho

O cálculo do prêmio do contrato inclui o conceito de *cap and floor band*, relacionado ao preço do alumínio cotado na LME. O preço máximo e mínimo da LME está limitado a US\$ 2.773,21/ton e US\$ 1.450/ton, respectivamente.

Desta forma, foi sensibilizada para tais contratos híbridos uma variação sobre o preço do prêmio auferido, vide item 44.4. Os componentes de volatilidade do prêmio basicamente são: preço do alumínio primário na LME, câmbio e CDI.

Prática Contábil

Reconhecimento e mensuração:

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Eletrobras, ou uma de suas controladas, for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, posteriormente, mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo, seguindo as regras do CPC 48/IFRS 9.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

- Ativos financeiros

Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidos e baixados na data de negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Todos os ativos financeiros reconhecidos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, posteriormente, mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

a) Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao Valor Justo ao Resultado – VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

b) Um instrumento de dívida é mensurado ao Valor Justo a Outros Resultados Abrangentes – VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes – ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Relatório da Administração/Comentário nho

c) Os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como mensurados ao valor justo por meio de resultado. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração.

Avaliação sobre os fluxos de caixa contratuais:

Para fins de avaliação se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamento de principal e de juros, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são compostos somente de pagamentos de principal e juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém termo contratual que poderá mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

- Passivos financeiros

Os passivos financeiros, que incluem os empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar, são mensurados inicialmente pelo valor justo e posteriormente pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidas no resultado.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e prêmios pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

A Companhia baixa passivos financeiros somente quando as obrigações da Companhia são extintas e canceladas ou quando expiram.

Contratos de garantia financeira:

Contrato de garantia financeira consiste em contrato que requer que o emitente efetue pagamentos especificados a fim de reembolsar o detentor por perda que incorrer devido ao fato de o devedor especificado não efetuar o pagamento na data prevista, de acordo com as condições iniciais ou alteradas de instrumento de dívida.

Essas estimativas são definidas com base na experiência e no julgamento da Administração da Eletrobras. As taxas recebidas são reconhecidas com base no método linear ao longo da vida da garantia (Nota 26.2). Qualquer aumento de obrigações em relação às garantias é apresentado, quando ocorrido, nas despesas operacionais (Nota 41).

Instrumentos financeiros derivativos:

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de taxa de juros e câmbio, incluindo contratos *swaps* de taxa de juros.

Relatório da Administração/Comentário Anho

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo, na data de contratação, e são posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de *hedge*; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de *hedge*.

Contabilização de *hedge*:

A Companhia possui política de contabilização de *hedge* e os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo, na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

NOTA 45 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

Os segmentos de negócios da Companhia divulgados separadamente são:

- Geração, cujas atividades consistem na geração de energia elétrica e a venda de energia para empresas de distribuição e para os consumidores livres, e comercialização;
- Transmissão, cujas atividades consistem na transmissão de energia elétrica; e
- Administração, cujas atividades representam principalmente a gestão de caixa da Companhia, o gerenciamento do empréstimo compulsório e a gestão de negócios em SPEs, cujo monitoramento e gestão é feito de forma distinta dos investimentos corporativos.

As informações consolidadas por segmento de negócios, correspondentes a 31 de dezembro de 2021 e 2020, são as seguintes:

	31/12/2021				Total
	Administração	Geração	Transmissão	Eliminações	
Receita Operacional Líquida	368.517	21.964.238	15.731.910	(448.424)	37.616.241
Custos Operacionais	(54.046)	(9.247.244)	(3.089.194)	429.435	(11.961.049)
Despesas Operacionais	(18.035.403)	(1.665.498)	(859.629)	18.989	(20.541.541)
Remensurações regulatórias - Contratos de Transmissão	-	-	4.858.744	-	4.858.744
Resultado Oper. Antes do Resultado Financeiro	(17.720.932)	11.051.496	16.641.831	-	9.972.395
Resultado Financeiro					(2.056.339)
Resultado de Participações Societárias					1.867.546
Outras receitas e despesas					1.210.754
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido					(5.280.723)
Lucro Líquido no Período					5.713.633

	31/12/2020				Total
	Administração	Geração	Transmissão	Eliminações	
Receita Operacional Líquida	305.324	18.708.084	10.438.928	(371.823)	29.080.513
Custos Operacionais	(255.702)	(10.085.165)	(3.435.658)	349.505	(13.427.020)
Despesas Operacionais	(8.982.617)	(2.747.007)	(1.237.270)	22.318	(12.944.576)
Remensurações regulatórias - Contratos de Transmissão	-	-	4.228.338	-	4.228.338
Resultado Oper. Antes do Resultado Financeiro	(8.932.995)	5.875.912	9.994.338	-	6.937.255
Resultado Financeiro					(1.671.646)
Resultado de Participações Societárias					1.670.903
Outras receitas e despesas					16.134
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido					(565.333)
Lucro Líquido do Período					6.387.313

A coluna de eliminação apresenta os ajustes ocorridos entre os segmentos da Companhia, conciliando os saldos divulgados por cada segmento. Não existem reconciliações provenientes de diferenças de prática contábil.

Relatório da Administração/Comentário nho

Receita operacional líquida, após eliminações, por segmento:

	31/12/2021				31/12/2020			
	Geração	Transmissão	Administração	Total	Geração	Transmissão	Administração	Total
Suprimento	15.261.475	-	-	15.261.475	14.425.819	-	-	14.425.819
Fornecimento	3.334.527	-	-	3.334.527	2.661.499	-	-	2.661.499
CCEE	3.090.100	-	-	3.090.100	1.176.156	-	-	1.176.156
Receita de O&M	4.220.474	5.967.866	-	10.188.340	3.982.409	5.443.107	-	9.425.516
Receita de construção	82.205	1.535.840	-	1.618.045	37.800	778.202	-	816.002
Repasse Itaipu	65.831	-	-	65.831	(13.566)	-	-	(13.566)
Receita contratual	-	9.946.626	-	9.946.626	-	6.026.214	-	6.026.214
Outras receitas operacionais	462.473	73.371	390.062	925.906	306.877	79.557	324.157	710.591
Deduções Receitas operacionais	(4.774.857)	(1.999.218)	(40.534)	(6.814.609)	(4.218.416)	(1.888.152)	(41.150)	(6.147.718)
Total da receita operacional líquida	21.742.228	15.524.485	349.528	37.616.241	18.358.578	10.438.928	283.007	29.080.513

Receita Intersegmento

	31/12/2021			31/12/2020		
	Administração	Geração	Total	Administração	Geração	Total
Suprimento (venda) de Energia Elétrica do segmento de geração	-	222.010	222.010	-	349.505	349.505
Receita de juros do segmento de geração	63.628	-	63.628	173.163	-	173.163
Receita de juros do segmento de transmissão	212.976	-	212.976	361.959	-	361.959
Total	276.604	222.010	498.614	535.122	349.505	884.627

Ativos não circulantes por segmento

	31/12/2021				31/12/2020			
	Administração	Geração	Transmissão	Total	Administração	Geração	Transmissão	Total
Imobilizado	1.726.464	31.641.517	-	33.367.981	1.555.229	31.107.683	-	32.662.912
Intangível	517.240	4.472.844	2.092	4.992.176	354.540	294.318	2.092	650.950
Total	2.243.704	36.114.361	2.092	38.360.157	1.909.769	31.402.001	2.092	33.313.862

Itens que não afetam o caixa por segmento

	31/12/2021			31/12/2020			
	Administração	Geração	Total	Administração	Geração	Transmissão	Total
Depreciação e Amortização	135.619	1.945.840	2.081.459	105.866	1.757.003	-	1.862.869
Constituição (Reversão) de Contrato Oneroso	-	(16.219)	(16.219)	-	93.112	(4.059)	89.053
Provisão p/ valor recuperável dos ativos (<i>impairment</i>)	-	475.406	475.406	(62.498)	(379.166)	-	(441.664)
Total	135.619	2.405.027	2.540.646	43.368	1.470.949	(4.059)	1.510.258

Prática contábil

Segmentos operacionais da Companhia são definidos como componentes que:

- exercem atividades das quais podem obter receitas e incorrer em despesas;
- cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração para tomar decisões sobre os recursos a serem alocados aos segmentos e avaliar seu desempenho; e
- para os quais existem informações financeiras.

Na apuração dos resultados segmentados são consideradas as transações realizadas com terceiros, incluindo empreendimentos controlados em conjunto e coligadas, e as transferências entre os segmentos. As transações entre segmentos operacionais são determinadas por preços e condições definidas entre as partes, que levam em consideração os termos aplicados às transações com partes não relacionadas, sendo essas transações eliminadas, fora dos segmentos operacionais, para fins de conciliação das informações segmentadas com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Relatório da Administração/Comentário nho

NOTA 46 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Dentre as principais operações ocorridas com partes relacionadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, destacamos os empréstimos e financiamentos concedidos estabelecidos de acordo com a legislação específica sobre o assunto.

46.1 – Principais transações ocorridas em 2021

Partes Relacionadas	Data da Operação	Objeto do Contrato	Valor da transação
Eletronorte, Furnas, Chesf e Telebras	11/02/2021 (Eletronorte); 12/02/2021 (Furnas e Chesf)	Terceiro termo de aditamento ao contrato de cessão de uso da infraestrutura do sistema de transmissão de energia elétrica e de fibras ópticas, a serem disponibilizadas, e outras avenças, que tem como objeto a cessão de uso, a título oneroso, de infraestrutura do sistema de transmissão de energia elétrica, bem como de fibras ópticas contidas nos cabos OPGW (<i>Optical Ground Wire</i>) instalados nas linhas de transmissão de propriedade da Eletronorte, Chesf e Furnas.	73.082 - Eletronorte; 88.443 - Furnas; e 66.027 - Chesf.
Eletronorte, Petrobras, Breitener Tambaqui e Breitener Jaraqui	07/04/2021	Acordo judicial contemplando 7 ações movidas por Breitener Tambaqui e Breitener Jaraqui, em conjunto ou separadamente, em face de Amazonas Energia e Eletronorte, esta última na qualidade de responsável solidária. Vide nota 26.2.	436.025
Eletronorte, Eletronorte e Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA)	11/05/2021	Novação da Dívida da CEA junto a Eletronorte com a finalidade de auxiliar a viabilização do processo de licitação da concessão de distribuição de energia elétrica associada à transferência de controle da Distribuidora, conforme regulado pela Lei n.º 12.783/2013, pelo Decreto n.º 9.192/2017, e pelas condições aprovadas pela Portaria Interministerial nº 02/2021, emitida em conjunto pelo Ministério de Minas e Energia e Ministério da Economia. Vide nota 10.	306.182
Eletronorte, Banco do Brasil e Banco do Brasil Banco de Investimentos	12/05/2021	Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com esforços restritos, em regime de garantia firme, para a 3ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, da Eletronorte. Vide nota 26.	675.000
Eletronorte e BNDES	21/05/2021	Primeiro termo de aditamento ao contrato de estruturação de projetos que tem por finalidade a prestação de serviços técnicos de estruturação do modelo jurídico, econômico, e operacional de parceria junto à iniciativa privada para construção, manutenção e exploração da Usina Nuclear Angra 3.	129.246
CGT Eletrosul e Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-T)	21/05/2021	Aquisição pela CGT Eletrosul de 49% da participação detida pela CEEE-T na Fronteira Oeste Transmissora de Energia S.A. (FOTE).	83.101
Furnas e Banco da Amazônia (BASA)	17/08/2021	Contratação de operação de crédito através de emissão de Cédula de Crédito Bancário, sendo a taxa de juros 122,84% do CDI a.a., vide nota 26.	200.000
Furnas e Banco do Brasil (BB)	17/08/2021	Contratação de operação de crédito através de emissão de Nota de Crédito à Exportação, sendo a taxa de juros CDI + 2,25% a.a., vide nota 26.	600.000
Eletronorte e SPE Chapada do Piauí II	25/10/2021	Emissão de Fiança bancária por instituição financeira de mercado (Fiador) como uma garantia a ser prestada ao credor do contrato de financiamento da SPE Chapada do Piauí II, de acordo com obrigação previamente estabelecida no âmbito deste contrato de financiamento. A Eletronorte prestará contragarantia corporativa (Garantia Fidejussória) ao Fiador, garantindo as obrigações da SPE Chapada do Piauí II em caso de inadimplemento desta, viabilizando assim a emissão da fiança bancária. Vide nota 26.2	84.280
CGT Eletrosul e Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-T)	25/11/2021	Conforme o Contrato Definitivo de Compra e Venda de Ações (CDCVA), a CGT Eletrosul pagou à CEEE-T o valor de R\$ 217.551, tendo sido realizada a respectiva transferência das ações no Livro de Registro e Transferência de Ações da TSLE.	217.551
Eletronorte, Furnas, CGT Eletrosul, SPE Teles Pires e BNDES	08/12/2021	Aditivo a Contrato de Financiamento com o objetivo de formalizar a adesão da Beneficiária às condições do programa de <i>Standstill</i> promovido pelo BNDES. O programa de <i>standstill</i> supracitado está inserido entre as medidas emergenciais disponibilizadas pelo BNDES ao mercado desde março de 2020 para o enfrentamento dos efeitos adversos financeiros da pandemia do coronavírus.	571.000
Furnas e SPE Mata de Santa Genebra Transmissora S.A. (MSG)	10/12/2021	3ª emissão de debêntures simples e não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em três séries, no montante de até R\$ 1.500.000 da MSG. A Escritura desta emissão de debêntures estabelece que haverá prestação de garantias por Furnas no âmbito desta emissão, no limite de sua participação acionária na Sociedade que corresponde a 49,9%. Vide nota 26.2	748.500
Chesf e Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social (Fachesf).	26/12/2021	Termo de Atualização de Compromisso Atuarial de Saldamento de Plano Fechado (em regime de extinção), tem por objeto determinar que o valor do compromisso atuarial assumido no contrato originário pela Patrocinadora passe a ser de R\$ 1.594.265, a preços de 31 de dezembro de 2020, relativo à parcela da Reserva de Benefícios Concedidos, não coberta pelo patrimônio, nos termos do item 101 e seus subitens do Regulamento do Plano de Benefício Definido (BD) da Fachesf.	1.594.265
Eletronorte e Eletronorte	29/12/2021	Celebração de Termo de Renegociação de Dívidas, oriundas de obrigações financeiras da Eletronorte com a Eletronorte, no valor total de R\$ 1.849.138.	1.849.138

Relatório da Administração/Comentário nho

46.2 - Transações com Entidades Governamentais

Além das operações com a União, a Eletrobras mantém transações com outras entidades governamentais, sob controle comum, no curso de suas operações. Os saldos das principais transações com estas entidades estão resumidos a seguir:

NATUREZA DA OPERAÇÃO	CONSOLIDADO					
	31/12/2021			31/12/2020		
	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
Direito de Ressarcimento						
Poder Público Federal	6.396.234	-	-	5.588.131	-	-
Cauções e depósitos vinculados - Poder Público Federal						
FIDC Infinity DI	29.323	-	-	89.501	-	-
Empréstimos e Financiamentos a Pagar - Poder Público Federal (a)						
Banco do Brasil	-	2.036.300	-	-	2.505.777	-
Caixa Econômica Federal	-	3.878.939	-	-	4.769.371	-
BNDES	-	5.126.501	-	-	5.245.281	-
Reserva Global de Reversão	-	1.950.629	-	-	2.314.672	-
BNB	-	1.053.997	-	-	-	-
Petrobras	-	5.527.830	-	-	7.121.333	-
FINEP	-	52.465	-	-	69.992	-
BASA	-	357.049	-	-	-	-
FIDC Infinity DI	-	28.269	-	-	326.778	-
Obrigações de Ressarcimento - Poder Público Federal (b)						
Tesouro Nacional - Itaipu	-	4.151.585	-	-	5.306.972	-
Despesas Financeiras - Poder Público Federal						
Banco do Brasil	-	-	(60.629)	-	-	(37.113)
Caixa Econômica Federal	-	-	(32.667)	-	-	(40.692)
BNDES	-	-	(45.665)	-	-	(25.718)
BNB	-	-	(63.225)	-	-	-
Petrobras	-	-	(262.797)	-	-	-
BASA	-	-	(5.968)	-	-	-
FINEP	-	-	(2.342)	-	-	(2.822)
FIDC Infinity DI	-	-	(17.678)	-	-	(29.822)
Receitas Financeiras - Poder Público Federal						
FIDC Infinity DI	-	-	3.215	-	-	1.829
Total	6.425.557	24.163.564	(487.756)	5.677.632	27.660.176	(134.338)

A seguir, identificam-se as principais transações com outras entidades governamentais:

(a) Empréstimos e financiamentos a pagar:

- Reforço de caixa e capital de giro

Empréstimo entre Banco do Brasil – BB e Furnas: Os contratos de empréstimos entre Furnas o BB tem como destinação dos recursos o reforço de caixa e do capital de giro.

- Aplicações na Usina Angra 3

Empréstimo entre CEF e Eletronuclear: Contrato entre a Eletronuclear e a CEF (contrato principal) para financiamento complementar de Angra 3, referente à importação de equipamentos e serviços.

Empréstimo entre o BNDES e Eletronuclear: Contrato de financiamento entre o BNDES e a Eletronuclear, com interveniência da Eletrobras destinados à implantação da usina Angra 3.

- Reserva Global de Reversão – RGR:

A Eletrobras era responsável pela gestão de recursos setoriais da RGR e outros. Em conformidade com a Lei nº 13.360/2016, regulamentada pelo Decreto nº 9.022/2017, e com o Despacho da ANEEL nº 1.079, de 18 de abril de 2017, a responsabilidade pelo orçamento, gestão e movimentação desses Fundos Setoriais foi transferida para a CCEE, desde 1º de maio de 2017.

- Operações com Petrobras:

Com a venda da controlada Amazonas Energia S.A, tornou-se eficaz a cessão de direitos da Amazonas Energia S.A. para a Eletrobras, referentes à CCC e a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, reconhecidos nas Demonstrações Financeiras da Distribuidora. A Eletrobras assumiu obrigações em valores equivalentes como empréstimos adquiridos, conforme condições estabelecidas na Resolução nº 20 do CPPI, de 08 de novembro de 2017 e alterações posteriores.

Relatório da Administração/Comentário nho

Garantia dos empréstimos:

A participação da Eletrobras como garantidora de empréstimos tomados por suas controladas pode ser observada em maiores detalhes na nota 26.2.

(b) Obrigações de ressarcimento – Itaipu:

Ativos (passivos) financeiros indenizáveis decorrentes da concessão Itaipu, maiores detalhes na nota 18, item b.

46.3 - Transações com controladas, controladas em conjunto e coligadas - Controladora

Abaixo se encontram resumidas as transações comerciais e respectivos saldos com partes relacionadas da Controladora:

	Saldos e Transações por Natureza - Controladora					
	31/12/2021			31/12/2020		
	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
Empréstimos e financiamentos (a)	5.301.263	-	-	10.506.018	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital (b)	3.932.463	-	-	1.223.108	-	-
Dividendo a receber	5.013.710	-	-	4.683.178	-	-
Créditos com Controladas - CCD's (c)	1.974.022	-	-	2.230.317	-	-
Outros Ativos	114.618	-	-	107.964	-	-
Provisões	-	849.766	-	-	1.129.242	-
Fundo de Descomissionamento	-	2.055.713	(78.680)	-	1.842.034	(405.281)
Outros Passivos	-	62.525	-	-	-	-
Receitas de Juros, Comissões, Taxas e Variação Cambial (d)	-	-	808.438	-	-	3.099.448
Taxas	-	-	(3.783)	-	-	(4.001)
Total	16.336.076	2.968.004	725.975	18.750.585	2.971.276	2.690.166

	Saldos e Transações por Entidade - Controladora					
	31/12/2021			31/12/2020		
	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
Controladas						
Furnas	1.666.119	-	195.093	2.039.113	-	192.291
Eletronorte (e)	6.518.079	-	(113.454)	4.139.400	-	408.757
Amazonas GT (e)	-	-	-	2.270.943	-	130.984
Eletronuclear (f)	4.221.566	2.118.238	11.187	1.784.950	1.842.034	(280.524)
CGT Eletrosul	1.648.759	-	120.129	1.823.618	-	18.092
Chesf	1.299.219	-	143.551	1.801.006	-	78.052
Eletropar	5.330	-	109	9.448	-	88
	15.359.072	2.118.238	356.615	13.868.478	1.842.034	547.740
Controladas em conjunto e coligadas						
Itaipu Binacional	732.954	-	596.346	4.241.949	-	2.120.648
Fundação Eletrobrás de Seguridade Social – Eletros	-	849.766	(3.783)	-	1.129.242	(4.001)
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	-	-	-	157.993	-	19.015
Lajeado Energia S.A.	101.320	-	-	100.280	-	-
CEB Lajeado S.A.	17.270	-	-	12.150	-	-
Paulista Lajeado Energia S.A.	5.371	-	-	15.202	-	-
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D	76	-	406	10.270	-	770
Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT	-	-	-	15.897	-	-
Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T (g)	19.961	-	-	-	-	-
Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica - CEEE-G (g)	18.598	-	-	-	-	-
Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. - CTEEP	81.452	-	1	236.193	-	5.978
Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE	2	-	-	92.173	-	-
Rouar	-	-	342	-	-	16
	977.004	849.766	593.312	4.882.107	1.129.242	2.142.426
Total	16.336.076	2.968.004	949.927	18.750.585	2.971.276	2.690.166

A seguir, identificam-se as condições das principais transações realizadas com partes relacionadas da Controladora:

(a) Empréstimos e financiamentos:

Itaipu Binacional

Conforme convencionado no Tratado de Itaipu, os recursos necessários aos estudos, construção e operação da central elétrica e das obras e instalações auxiliares, serão supridos pela Eletrobras e pela *Administración Nacional De Electricidad* – ANDE, ou obtidos pela Itaipu mediante a operação de crédito. Os principais contratos firmados com a Eletrobras são relativos a:

- Refinanciamento dos saldos devedores vencidos e a vencer de toda a dívida da Itaipu por contratos de financiamentos com a Eletrobras;
- Financiamento do custo dos investimentos remanescentes do Plano de Conclusão de Obras;
- Financiamento da instalação das duas últimas unidades geradoras da Itaipu; e

Relatório da Administração/Comentário nho

- Cobertura do custo total do Programa de Investimentos Complementares – PIC.

CGT Eletrosul

Os financiamentos cedidos pela Eletrobras destinaram-se à viabilização da construção da UTE Candiota III (Fase C) e, também, para viabilizar as compras de energia que a controlada CGT Eletrosul necessitou nos últimos anos.

- (b) Adiantamentos para futuros aumentos de capital: As informações referentes aos AFAC estão demonstradas na nota 19;
- (c) Outros ativos: Cessão de Crédito – Eletronorte: Referente aos créditos da CCC de determinadas distribuidoras transferidos à Eletrobras que serão pagos pela controlada Eletronorte, corrigidos até a data do pagamento. O total atualizado desses créditos em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 1.974.022 (R\$ 2.147.136 em 31 de dezembro de 2020);
- (d) Receitas de juros, comissões, taxas e variação cambial: Partes desses valores são referentes aos encargos financeiros sobre empréstimos de acordo com a nota 26 e parte refere-se à variação cambial decorrente das operações de Itaipu, cujos detalhes encontram-se na nota 18;
- (e) A Eletrobras realizou no exercício aportes na Eletronuclear, por meio de novos adiantamentos para futuro aumento de capital, para posterior integralização de capital. Para maiores informações, vide nota 19;
- (f) Em julho de 2021 a Amazonas GT foi incorporada pela Eletronorte; e
- (g) A Coligada Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – “CEEE GT” foi cindida entre a Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica – “CEEE T” e a Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica – “CEEE G” em abril de 2021.

46.4 - Transações com coligadas e controladas em conjunto – Consolidado

Abaixo se encontram resumidas as transações comerciais e respectivos saldos com partes relacionadas do consolidado:

	Saldos e Transações por Natureza - Consolidado					
	31/12/2021			31/12/2020		
	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
Clientes	72.415	-	-	59.147	-	-
Contas a receber	2.436	-	-	20.628	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	1.540	-	-
Dividendos / JCP a receber	425.888	-	-	333.997	-	-
Empréstimos e financiamentos	688.884	-	-	4.296.503	-	-
Outros Ativos	106.679	-	-	48.649	-	-
Fornecedores	-	46.382	-	-	44.279	-
Provisões	-	849.766	-	-	1.129.242	-
Contribuições previdenciárias	-	18.797	-	-	-	-
Contratos de dívidas atuariais	-	891.726	-	-	-	-
Obrigações diversas	-	9.933	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	17.310	-	-	-	-
Contas a pagar	-	141.914	-	-	29.877	-
Outros passivos	-	216	-	-	1.901	-
Receita de uso de Energia Elétrica	-	-	206.983	-	-	394.725
Receita de venda de energia	-	-	146.987	-	-	85.315
Receitas de prestação de serviços	-	-	111.445	-	-	116.580
Outras receitas	-	-	313.405	-	-	12.649
Compra de Energia Elétrica	-	9.222	(821.623)	-	-	(809.451)
Encargos de Uso da Rede	-	-	(51.517)	-	-	(93.536)
Taxas	-	-	(3.783)	-	-	(4.001)
Outras Despesas	-	-	(438.426)	-	-	(327.528)
Receitas de Juros, Comissões e Taxas e Variação Cambial	-	-	373.142	-	-	2.140.449
Receitas Financeiras	-	-	691	-	-	437
Despesas Financeiras	-	-	(11.679)	-	-	-
Despesas atuariais	-	-	(56.712)	-	-	-
Total	1.296.302	1.985.266	(231.087)	4.760.464	1.205.299	1.515.639

Relatório da Administração/Comentário



	Saldos e Transações por Entidade - Consolidado					
	31/12/2021			31/12/2020		
	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
Associação de Assistência à Saúde - ELOSAÚDE	-	108	(30.248)	-	-	-
Baguari Energia S.A.	6.538	-	101	355	-	450
Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. - BMTE	37.964	3.187	17.672	34.674	2.738	(50.568)
Brasil Ventos Energia S.A.	-	-	92	-	-	-
Caldas Novas Transmissão S.A.	1.905	2	728	483	2	692
CEB Lajeado S.A.	17.270	-	-	12.150	-	-
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D	76	-	406	10.270	-	770
Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica - CEEE-G	18.598	-	-	-	-	-
Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T	19.961	-	-	-	-	-
Chapecoense Geração S.A.	740	-	-	740	-	-
Companhia Energética Sinop S.A. - SINOP	834	411	(1.219)	1.071	772	(5.207)
Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A. - CHTP	4.030	17.906	(161.037)	4.996	17.221	(149.448)
Centro de Soluções Estratégicas S.A.	-	-	-	1.697	-	3.445
Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. - CTEEP	81.452	-	-	-	-	-
Empresa de Energia São Manuel S.A.	1.049	2.738	(6.976)	1.446	3.440	(95.137)
Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE	2	-	-	92.174	-	-
Energia Olímpica S.A.	-	-	-	-	-	(1.673)
Energética Águas das Pedras S.A. - EAPSA	22.187	-	-	-	-	-
Enerpeixe S.A.	420	8.816	(116.938)	12.259	10.249	(112.221)
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	-	-	-	85.838	-	19.015
Energia Sustentável do Brasil S.A. - ESBR	15.121	34.011	(393.843)	15.276	34.380	(368.612)
Foz do Chapecó Energia S.A.	3.356	-	41.712	959	-	11.098
Fronteira Oeste Transmissora de Energia S.A. - FOTE (a)	-	-	473	341	2	428
Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social - ELOS	55	61.091	(46.051)	-	-	-
Fundação CEEE de Seguridade Social	-	-	(2.691)	-	-	-
Fundação Real Grandeza - FRG	934	151.371	(314.129)	-	-	-
Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - Eletros (b)	-	849.766	(3.783)	-	1.129.242	(4.001)
Goiás Transmissão S.A.	10.594	157	(1.744)	8.146	134	(1.607)
Interligação Elétrica Garanhuns S.A. - IE Garanhuns	14.453	480	(3.484)	8.055	263	(3.404)
Interligação Elétrica do Madeira S.A. - IE Madeira	60.238	3.942	(81.643)	5.717	3.719	(139.669)
Itaipu Binacional (c)	732.954	-	372.394	4.241.949	-	2.120.648
Lago Azul Transmissão S.A.	838	10	(4.549)	132	9	6.514
Lajeado Energia S.A.	101.318	-	-	100.280	-	-
Madeira Energia S.A. - MESA	-	-	66.373	-	-	9.796
Manaus Construtora LTDA	31.495	-	-	23.298	-	-
Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.	13.999	663	44.705	438	659	(128.619)
MGE Transmissão S.A.	10.518	112	(898)	5.634	78	(720)
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. - NBTE (d)	-	-	-	80	605	(7.738)
Norte Energia S.A. - NESA	31.549	-	198.154	39.854	-	171.256
NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social	-	849.525	(11.878)	-	-	-
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	4.997	359	(4.116)	6.163	338	(3.834)
Paulista Lajeado Energia S.A.	5.371	-	-	-	-	-
Retiro Baixo Energética S.A.	7.072	-	-	5.083	-	-
Rouar	-	-	342	-	-	16
Santo Antônio Energia S.A.	12.737	-	198.268	19.725	811	230.628
Serra Facão Energia S.A.	2.281	-	(1.983)	-	-	68
Sistema de Transmissão Nordeste S.A. - STN	9.896	368	509	344	365	(1.514)
Tijó Participações e Investimentos S.A.	7.152	-	11.407	1.187	-	12.524
Transenergia Goiás S.A.	50	31	2.459	46	28	2.003
Transenergia São Paulo S.A.	2.691	31	(263)	14.760	24	(272)
Transenergia Renovável S.A.	3.435	44	(510)	520	42	(479)
Transnorte Energia S.A.	143	14	689	134	11	764
Triângulo Mineiro Transmissora S.A.	11	58	(1.077)	11	90	(1.108)
Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. - TSLE	-	-	1.544	4.162	17	1.428
Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.	18	65	(55)	17	60	(73)
Total	1.296.302	1.985.266	(231.087)	4.760.464	1.205.299	1.515.639

A seguir, identificam-se as principais transações realizadas com partes relacionadas do consolidado:

- A CGT Eletrosul incorporou a FOTE em agosto de 2021;
- Eletros – Fundação Eletrobras de Seguridade Social: em 31 de dezembro de 2021, o saldo das provisões de benefícios aos empregados totaliza R\$ 849.766 (R\$ 1.129.242 em 31 de dezembro de 2020);
- Itaipu: Estão atrelados ao empréstimo descritos na nota 11 (a), as receitas de juros, comissões, taxas e variação cambial decorrem principalmente dos encargos financeiros e pela variação cambial das operações de Itaipu, cujos detalhes podem ser observados na nota 18; e
- Em 2021 a Controlada Eletronorte alienou totalmente sua participação na Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.

Relatório da Administração/Comentário Anho

46.4.1 - Abaixo se encontram as principais transações significativas acerca do uso de rede de transmissão, compra de energia ou prestação de serviços:

Enerpeixe S.A.: Contratos de compra de energia como estratégia de mitigação dos efeitos do GSF na Companhia;

Energia Sustentável do Brasil S.A.: Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão e compra de energia, bem como o contrato bilateral de ACL, relativo à compra de energia, com início de vigência em 1º de março de 2013 e fim da vigência em 15 de janeiro de 2035, com volume contratado médio de 107,596 MW méd;

Norte Energia S.A.: Contrato de prestação dos serviços de manutenção e operação das usinas Belo Monte e Pimentel, e disponibilização das redes de transmissão;

Santo Antônio Energia S.A.: Contratos celebrados para disponibilização e uso do sistema de transmissão e compra de energia em decorrência do agravamento do risco hidrológico; e

Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A.: Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão e compra de energia, bem como cobrança do uso da rede do sistema de transmissão.

Informações referentes aos empréstimos cedidos pela Eletrobras às suas controladas, controladas em conjunto e coligadas estão demonstradas na nota 11.

Prática contábil

A Companhia elimina nas demonstrações contábeis consolidadas, as transações e os saldos intercompanhias existentes com partes relacionadas, exceto em relação àqueles entre Eletrobras e suas controladas mensuradas ao valor justo por meio do resultado.

De acordo com sua política, a Companhia pode realizar transações com partes relacionadas para aproveitar sinergias e alcançar eficiência operacional, melhorando assim, seu resultado conjuntamente considerado. Sendo realizadas a preços e condições definidos entre as partes, que levam em consideração as condições que poderiam ser praticadas no mercado com partes não relacionadas, garantindo que não haja negócios que beneficiem exclusivamente uma das parte.

Os processos negocial e decisório devem ser efetivos, independentes e dotados de comutatividade ou de pagamento compensatório adequado. Assim, evita-se o favorecimento indevido da parte relacionada em detrimento do interesse da sociedade.

46.5 - Remuneração do pessoal chave

A remuneração do pessoal chave da Companhia (membros da Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal) é como segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Benefícios de curto prazo	8.894	8.572	37.921	38.903
Benefícios pós-emprego	436	444	436	444
Outros benefícios de longo prazo	1.296	383	1.296	383
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho	-	-	-	41
Total	10.626	9.399	39.653	39.771

Relatório da Administração/Comentário nho

A remuneração máxima, mínima e média dos dirigentes, empregados e conselheiros pode ser observada abaixo:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Remuneração de dirigentes				
Maior remuneração de administradores	52	52	84	72
Menor remuneração de administradores	50	50	25	25
Remuneração média de administradores	51	51	40	38
Remuneração de empregados				
Maior remuneração de empregados	64	58	77	93
Menor remuneração de empregados	5	4	2	2
Remuneração média de empregados	18	16	13	12

Prática contábil

As remunerações totais dos dirigentes e dos empregados da Companhia têm por base as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, do Ministério da Economia, e pelo Ministério de Minas e Energia, nos quais são divulgadas a maior remuneração, a menor remuneração e a remuneração média de cada uma dessas categorias.

NOTA 47 – ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Geração	289.331	289.331	387.690	289.331
Total de ativos classificados como mantidos para venda	289.331	289.331	387.690	289.331
Geração	-	-	168.381	-
Total de passivos classificados como mantidos para venda	-	-	168.381	-

O quadro abaixo demonstra as SPEs classificadas como mantidas para venda em 31 de dezembro de 2021:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Geração				
Chapada Piauí I	124.484	124.484	124.484	124.484
Chapada Piauí II	164.847	164.847	164.847	164.847
Livramento Holding S.A. (a)	-	-	98.359	-
Total Ativo	289.331	289.331	387.690	289.331
Geração				
Livramento Holding S.A. (a)	-	-	168.381	-
Total Passivo	-	-	168.381	-

(a) Em abril de 2021, foi aprovada a adesão da CGT Eletrosul ao Decreto nº 9.188/2017 para desinvestimento da SPE Livramento.

Os principais ativos e passivos classificados como mantido para venda em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão demonstrados a seguir:

Relatório da Administração/Comentário 2021

Geração:

	31/12/2021		
	Eletrobras	CGT Eletrosul	Total
Investimentos	289.331	-	289.331
Outros ativos	-	98.359	98.359
Total de ativos classificados como mantidos para venda	289.331	98.359	387.690
Outros passivos	-	168.381	168.381
Total de passivos classificados como mantidos para venda	-	168.381	168.381
	31/12/2020		
	Eletrobras	CGT Eletrosul	Total
Investimentos	289.331	-	289.331
Total de ativos classificados como mantidos para venda	289.331	-	289.331

47.1 – Alienação da Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. – NBTE

Em junho de 2021, o Conselho de Administração da Eletronorte aprovou a alienação da participação societária na NBTE. Posteriormente, em setembro, foi concluída a operação de venda conjunta (*tag along*) das ações da NBTE, da controlada Eletronorte para a Leovac Participações S.A. - Leovac (pertencente a Ontario Teachers' Pension Plan Board - OTPP). Esta venda conjunta foi originada após a Leovac adquirir 100% das ações da Evoltz Participações S.A., esta última, proprietária de 51% das ações da NBTE. Pela venda, a Eletronorte recebeu o valor de R\$ 740.382, impactando negativamente o resultado em R\$ 108.092.

Prática contábil

Os ativos não circulantes e os grupos de ativos são classificados como mantidos para venda caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando o ativo (ou grupo de ativos) estiver disponível para venda imediata em sua condição atual, sujeito apenas a termos usuais para venda desse ativo (ou grupo de ativos), e sua venda for considerada altamente provável. A Administração deve estar comprometida com a venda, a qual se espera que possa ser concluída dentro de um ano a partir da data de classificação.

Os ativos não circulantes (ou o grupo de ativos) classificados como destinados à venda são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor esperado de alienação.

NOTA 48 – EVENTOS SUBSEQUENTES

48.1. Ressarcimento do ativo imobilizado em curso – AIC

Em janeiro de 2022, o Conselho de Administração da Eletrobras deliberou pela aprovação do valor apurado do AIC ressarcível da Ceron, atual Energisa Rondônia, no montante de R\$ 121.000. Além disso, também foi aprovada a assinatura do Contrato de Ressarcimento do AIC a ser celebrado pela Eletrobras, distribuidora e Energisa. Conforme definido no Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, a Energisa Rondônia irá realizar o pagamento do valor apurado do AIC ressarcível em 60 parcelas, com o saldo devedor sendo corrigido por 111% da taxa Selic.

48.2. Aumento de capital Eletronorte

Em janeiro de 2022, o Conselho de Administração da Eletrobras aprovou a proposta de aumento do capital social da Eletronorte em R\$1.930.115, mediante a emissão de 13.951.250 novas ações ordinárias nominativas, a serem subscritas e integralizadas pela Eletrobras com as ações ordinárias que detém na Norte Energia S.A. – NESA, equivalente a 15% do capital social. Com a operação citada, a Eletrobras deixará de deter participação direta na NESA e permanecerá com a participação indireta de 49,98%, por meio das controladas Eletronorte e Chesf.

Relatório da Administração/Comentário nho

48.3. Convênio Benefício Saúde

Em janeiro de 2022, a Chesf e Fachesf assinaram o 2º Aditivo do Contrato de Convênio CVNE-70.2020.2771.00. O 2º aditivo determina o compartilhamento da estrutura necessária à oferta dos serviços assistenciais, de saúde e de medicina do trabalho, decorrentes do PAP, de responsabilidade da Chesf, e do Fachesf-Saúde, de responsabilidade da Fachesf, bem como dos serviços médicos ambulatoriais. O valor total previsto para execução das atividades discriminadas neste convênio é de R\$ 57.875 e correspondem aos custos inerente às atividades previstas e será despendido durante os 6 meses de execução previstos neste convênio, sendo os valores pagos mensalmente conforme a realização dos serviços contratados.

48.4. Acordo de Leniência

Em fevereiro de 2022, a Companhia aderiu ao Acordo de Leniência para fins de ressarcimento em relação aos empreendimentos dos quais participa, direta ou indiretamente. Abaixo, as empresas da Companhia que estão sendo beneficiadas pelo referido acordo e os respectivos valores a receber, em 16 parcelas anuais a serem corrigidas pela SELIC.

Empresas	Saldo a receber
Eletrobras	9.866
Chesf	9.866
Eletronorte	13.141
Furnas	63.065
Eletronuclear	43.674
Total	139.612

48.5. Retomada das obras - Angra 3

Em fevereiro de 2022, a controlada Eletronuclear assinou o contrato de prestação de serviços que permite a retomada das obras da Usina Nuclear de Angra 3, no âmbito do Plano de Aceleração do Caminho Crítico entre a Eletronuclear e o consórcio formado por Ferreira Guedes, Matricial e ADtranz. Entre as principais medidas que constam no Plano está a conclusão da superestrutura de concreto do edifício do reator de Angra 3. Posteriormente, será realizada a licitação para contratar a empresa ou o consórcio que vai finalizar as obras civis e a montagem eletromecânica da usina.

48.6. Contrato para fornecimento de aerogeradores

Em fevereiro de 2022, a controlada CGT Eletrosul celebrou contratos com a WEG S.A, por meio da WEG Equipamentos Elétricos S.A, para o fornecimento de 72 aerogeradores de 4,2 MW, incluindo logística, montagem e comissionamento, além dos serviços de operação e manutenção, com o valor de aproximadamente R\$ 2.100.000. Estes aerogeradores serão instalados no Parque Eólico Coxilha Negra, totalizando 302,4 MW de capacidade instalada.

48.7. Retificação das Revisões Periódicas de 2018 da RAP

Em fevereiro de 2022, a ANEEL divulgou, por meio da Nota Técnica nº 13/2022-SGT/ANEEL, a retificação dos resultados das revisões periódicas de 2018 da RAP das concessionárias de transmissão prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/2013.

As diferenças financeiras relativas aos ciclos tarifários 2020/2021 e 2021/2022, em função da retificação, serão consideradas na forma de Parcela de Ajuste no ciclo 2022/2023.

Os reflexos das revisões das RAPs serão registrados contabilmente logo após a ANEEL publicar a resolução homologatória para o ciclo 2022/2023, momento em que a Companhia conhecerá os reflexos financeiros definitivos decorrentes da retificação das revisões periódicas de 2018.

Relatório da Administração/Comentário nho

48.8. Guerra Rússia x Ucrânia

Em fevereiro de 2022, a Rússia deu início à invasão da Ucrânia, iniciando o conflito entre os dois países. Além dos efeitos diretos originados pela luta bélica, a guerra naturalmente afeta a economia da região envolvida, atingindo, portanto, as operações das empresas que lá atuam. No entanto, a Companhia atualmente, não tem dependência de bens e serviços com entidades situadas na região do conflito, para cumprimento das suas atividades.

Em setembro de 2021, a Eletronuclear e a estatal russa de energia atômica Rosatom celebraram um memorando de entendimento não vinculante para trocar informações sobre novos projetos de usinas nucleares de larga escala. O acordo também inclui intercâmbio de dados sobre pequenos reatores modulares terrestres e flutuantes, ciclo de combustível nuclear, suporte no ciclo de vida de novas usinas, além de extensão da vida útil e desenvolvimento tecnológico relacionado ao setor nuclear. O acordo não abrange nenhum dos projetos atualmente em curso pela Eletronuclear.

O memorando citado é um instrumento meramente de cooperação e troca de informações, não implicando em qualquer compromisso contratual ou financeiro para qualquer uma das partes.

Considerando os relatos acima, a Companhia avalia que o conflito na Ucrânia não trará impactos para os seus custos de aquisição de combustível nuclear.

Relatório da Administração/Comentário  **anexo**

Rodrigo Limp Nascimento

Presidente

Elvira Cavalcanti Presta

Diretora Financeira e de Relações com Investidores

Luiz Augusto Pereira de Andrade Figueira

Diretor de Gestão e Sustentabilidade

Camila Gualda Sampaio Araújo

Diretora de Governança, Riscos e Conformidade

Márcio Szechtman

Diretor de Transmissão

Pedro Luiz de Oliveira Jatobá

Diretor de Geração

Marcos Lopes

Contador - CRC-RJ 100854/O

Notas Explicativas



CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (“Eletrobras” ou “Controladora”) é uma companhia de capital aberto, com sede em Brasília - DF, registrada na Comissão de Valores Mobiliários – CVM e na *Securities and Exchange Commission* – SEC, com ações negociadas nas bolsas de valores de São Paulo - B3, Madri - LATIBEX e Nova York - NYSE. A Eletrobras é uma sociedade de economia mista controlada pela União Federal.

A Eletrobras exerce a função de *holding*, gerindo investimentos em participações societárias, detendo o controle acionário direto e indireto em empresas de geração e transmissão de energia elétrica (vide nota 4), e ainda detém o controle acionário da Eletrobras Participações S.A. – Eletropar (Em conjunto, “Companhia”) e participações diretas na Itaipu Binacional – Itaipu (nos termos do Tratado Internacional firmado entre os Governos do Brasil e do Paraguai) e na Rouar S.A., além de participações diretas e indiretas em 81 Sociedades de Propósito Específico – SPE.

A Eletrobras é autorizada, diretamente ou por meio de suas controladas, controladas em conjunto e coligadas, a associar-se, com ou sem aporte de recursos, para constituição de consórcios empresariais ou participação em sociedades, com ou sem poder de controle, no exterior, que se destinem direta ou indiretamente à exploração da produção ou transmissão ou distribuição de energia elétrica.

A Companhia atua como agente de comercialização de energia elétrica da Itaipu Binacional e dos agentes participantes do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA.

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração, em 18 de março de 2022.

Capitalização da Eletrobras

Em fevereiro de 2021, foi editada a Medida Provisória - MP nº 1.031/2021, que possibilitou o início dos estudos da modelagem da desestatização da Eletrobras, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, e trouxe algumas modificações em relação ao texto do Projeto de Lei de desestatização da Eletrobras nº 5.877/2019.

Em abril de 2021, foi editado o Decreto nº 10.670/2021, que dispõe sobre a qualificação da Eletrobras no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos – PPI e a sua inclusão no Programa Nacional de Desestatização – PND, para início dos estudos necessários à estruturação do processo de capitalização.

O Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos – CPPI, aprovou a Resolução nº 176/2021, que atribuiu à Eletrobras a emissão e oferta das ações, após a conversão em lei da Medida Provisória nº 1.031/2021. O BNDES é o responsável pela execução e acompanhamento do processo de capitalização até o seu encerramento, devendo prestar apoio à Eletrobras no que for necessário.

Em julho de 2021, foi publicada no Diário Oficial da União, a Lei nº 14.182/2021, decorrente do Projeto de Lei de Conversão - PLV nº 7/2021 e da Medida Provisória nº 1.031/2021, que trata da desestatização da Eletrobras.

O modelo de desestatização prevê que o processo se dará pelo aumento do capital social, por meio de subscrição pública de ações ordinárias com renúncia do direito de subscrição pela União.

Notas Explicativas



Em outubro de 2021, o CPPI aprovou a Resolução nº 203/2021, com alterações promovidas pela Resolução nº 221/2021, que trata da modelagem de desestatização da Eletrobras. A referida resolução detalha os atos da reestruturação societária da Eletrobras a ser realizada para o processo de desestatização. Além disso, exige que, previamente à desestatização, sejam promovidas alterações no Estatuto Social da Eletrobras para incluir mecanismos para:

- a) vedar que qualquer acionista ou grupo de acionistas exerça votos em volume superior a dez por cento do capital votante;
- b) vedar a realização de acordos de acionistas para o exercício de direito de voto, exceto para a formação de blocos com volume inferior a dez por cento do capital votante;
- c) conversão de 1 ação preferencial de classe B de emissão da Eletrobras e de titularidade da União para a criação de 1 ação preferencial de classe especial, *Golden share*, que dará o poder de veto nas deliberações sociais relacionadas às matérias que visem a modificar o estatuto social da Eletrobras para alterar a limitação ao exercício do direito ao voto e à celebração de acordo de acionistas descritas nas alíneas (a) e (b) acima;
- d) estabelecer que qualquer acionista ou grupo de acionistas que ultrapasse, direta ou indiretamente, de forma consolidada, cinquenta por cento do capital votante e que não retorne a patamar inferior a tal percentual em até cento e vinte dias, realize Oferta Pública de Aquisição, por preço pelo menos duzentos por cento superior à maior cotação das ações ordinárias nos últimos quinhentos e quatro pregões, atualizada pela taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC;
- e) estabelecer que qualquer acionista ou grupo de acionistas que ultrapasse, direta ou indiretamente, de forma consolidada, trinta por cento do capital votante e que não retorne a patamar inferior a tal percentual em até cento e vinte dias, realize Oferta Pública de Aquisição, por preço pelo menos cem por cento superior à maior cotação das ações ordinárias nos últimos quinhentos e quatro pregões, atualizada pela taxa SELIC;
- f) estabelecer capital autorizado, nos termos do art. 168 da Lei nº 6.404, de 1976, permitindo aumentar o capital social da Eletrobras em valor, no mínimo, suficiente para perfazer o montante necessário à realização da Oferta Primária, considerando ainda a possibilidade de distribuição das Ações do Lote Suplementar e das Ações Adicionais;
- g) prever a ausência de direito de preferência dos acionistas para subscrição de valores mobiliários dentro do limite do capital autorizado, caso a colocação de tais valores mobiliários seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, nos termos do disposto no art. 172, *caput* e inciso I, da Lei nº 6.404, de 1976; e
- h) aprovar outros ajustes ao estatuto social da Eletrobras, para remover disposições relacionadas à sua condição de sociedade de economia mista e adaptá-lo à sua atuação após liquidação da Oferta.

A Lei nº 14.182/2021 prevê a concessão de novas outorgas de concessões de geração de energia elétrica sob titularidade ou controle, direto ou indireto, da Eletrobras, que:

- a) tenham sido prorrogadas nos termos do art. 1º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 (usinas "cotizadas");
- b) sejam alcançadas pelo disposto no inciso II do § 2º do art. 22 da Lei nº 11.943, de 28 de maio de 2009 (Sobradinho);
- c) sejam alcançadas pelo disposto no § 3º do art. 10 da Lei nº 13.182, de 3 de novembro de 2015 (Itumbiara);
- d) tenham sido outorgadas por meio do Contrato de Concessão nº 007/2004-ANEEL-Eletronorte (Tucuruí e Curuá-Una); e

Notas Explicativas

- e) tenham sido outorgadas por meio do Contrato de Concessão nº 004/2004-ANEEL-Furnas, especificamente para a Usina Hidrelétrica - UHE Mascarenhas de Moraes.

A desestatização também está condicionada à reestruturação societária para manter sob o controle, direto ou indireto da União, empresas, instalações e participações, detidas ou gerenciadas pela Eletrobras, especificamente Eletrobras Termonuclear S.A - Eletronuclear e Itaipu Binacional.

Em dezembro de 2021, por meio da Resolução nº 30/2021, que alterou a Resolução nº 15/2021, o Conselho Nacional de Política Energética - CNPE determinou o valor do benefício econômico dos novos contratos de concessão de geração de energia elétrica em R\$ 67.052.502 para 22 usinas hidrelétricas da Eletrobras atingidas pela Lei nº 14.182/2021.

Sendo concluído o processo de desestatização, do montante de R\$ 67.052.502 serão deduzidos os créditos de R\$ 2.906.499, relativos ao reembolso pelas despesas comprovadas com aquisição de combustível, incorridas até 30 de junho de 2017, pelas concessionárias que foram controladas pela Eletrobras e titulares das concessões de que trata o art. 4º-A da Lei nº 12.111/2009, que tenham sido comprovadas, porém não reembolsadas, por força das exigências de eficiência econômica e energética de que trata o § 12 do art. 3º da referida Lei.

Em relação ao saldo a pagar de benefício econômico, após a dedução acima mencionada, a Eletrobras dará como contraprestação o seguinte:

- a) pagamento de R\$ 25.379.080 à União, a título de bonificação pelas outorgas das 22 usinas hidrelétricas mencionadas acima, das quais 17 sairão do atual regime de cotas, que só remunera operação e manutenção, para o de produção independente de energia.
- b) pagamento de R\$ 71.082.282, correspondente ao valor presente de R\$ 32.073.002 à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, pelo período de vinte e cinco anos, conforme o cronograma estabelecido na Resolução CNPE nº 30/2021:

Pagamentos anuais à CDE	
Em 30 dias da assinatura dos novos contratos de concessão	5.000.000
2023	574.629
2024	1.149.257
2025	1.723.886
2026	2.298.514
2027	2.873.143
De 2028 a 2047 (20 anos)	2.873.143
Total	71.082.282

- c) aportes de recursos anuais, em 10 anos atualizados pelo Índice de Preços para o Consumidor Amplo - IPCA, ou por outro índice que vier a substituí-lo, para desenvolvimento de projetos que comporão: i) revitalização dos recursos hídricos das bacias hidrográficas na área de influência dos reservatórios das usinas hidrelétricas de Furnas, R\$ 230.000; ii) redução estrutural de custos de geração de energia na Amazônia Legal e navegabilidade dos Rios Madeira e Tocantins, R\$ 295.000; e iii) revitalização das Bacias do Rio São Francisco e do Rio Parnaíba, R\$ 350.000. Totalizando o montante anual de R\$ 875.000.

As contraprestações supracitadas se tornarão obrigação efetiva quando for concluído o processo de desestatização.

Notas Explicativas



Em 15 de fevereiro de 2022, no âmbito do processo TC 008.845/2018-2, houve aprovação pelo plenário do Tribunal de Contas da União - TCU, acerca da avaliação do cálculo do valor adicionado com os novos contratos de concessões de energia elétrica, a que alude a Lei nº 14.182/2021, e a consequente definição do valor do bônus de outorga.

No que respeita à segregação de ativos que não poderão ser privatizados, a Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. – ENBpar foi criada para receber os ativos, os programas e contratos que não poderão ser mantidos na Eletrobras após a desestatização.

Em outubro de 2021, foi publicada, no Diário Oficial da União, a Portaria Normativa do Ministério de Minas e Energia - MME nº 556, que designa a ENBpar como órgão operacionalizador do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - “Luz Para Todos” e do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica na Amazônia Legal – “Mais Luz para a Amazônia”.

Além de responsável pelos programas citados, a ENBpar será a acionista controladora da Eletronuclear e receberá a participação atual da Eletrobras em Itaipu Binacional, nos termos da Lei nº 14.182/2021 e da Resolução nº 203, do CPPI, de outubro de 2021, posteriormente alterada pela Resolução nº 221/2021.

A Resolução CPPI nº 203/2021, com alterações promovidas pela Resolução nº 221/2021, prevê que a participação societária detida pela Eletrobras em Itaipu Binacional seja transferida para a ENBpar pela contraprestação de US\$ 233.253 (equivalentes a R\$ 1.212.148, valor este determinado na data base de 31 de dezembro de 2020), observadas a atualização do valor pela variação do dólar americano, dos mecanismos de correção monetária e de remuneração previstos no Tratado de Itaipu, além das demais diretrizes previstas na Resolução.

Além disso, define a forma da transferência do controle societário detido pela Eletrobras na Eletronuclear para a ENBpar, da seguinte forma:

- a) emissão, pela Eletronuclear, de 308.443.302.951 novas ações ordinárias, no valor total de R\$ 7.606.964, e 86.367.502.441 novas ações preferenciais, no valor total de R\$ 2.130.033 sendo que do valor total da emissão, R\$ 2.704.317 serão destinados à formação de reserva de capital a ser utilizada para o pagamento da totalidade dos dividendos prioritários acumulados das ações preferenciais de emissão da Eletronuclear;
- b) subscrição, pela Eletrobras, de 166.379.229.311 ações ordinárias e 86.326.103.046 ações preferenciais dentre aquelas referidas no item anterior, no valor total de R\$ 6.232.329, devendo a respectiva integralização ocorrer na data de liquidação da Oferta Pública Global, sendo:
 - R\$ 2.698.927, utilizando-se prioritariamente os créditos relativos aos dividendos prioritários acumulados contra a Eletronuclear;
 - R\$ 3.529.309, prioritariamente mediante a capitalização de adiantamentos para futuro aumento de capital realizados pela Eletrobras; e
 - o saldo remanescente, em moeda corrente nacional.
- c) cessão, pela Eletrobras à ENBPar, a título gratuito, do direito de preferência de subscrição de parte das ações emitidas conforme primeiro item acima, em volume equivalente a R\$ 3.500.000, correspondente a 141.916.224.437 ações ordinárias;
- d) exercício, pela ENBPar, do direito de preferência a ela cedido, devendo a integralização ocorrer na data da liquidação da Oferta Pública Global;
- e) declaração, pela Eletronuclear, da totalidade dos dividendos mínimos atribuídos às ações preferenciais, a serem pagos à conta de reserva de capital, acumulados até a realização da alteração estatutária prevista nesta modelagem, atualizados pela taxa SELIC desde a data do encerramento do exercício ao qual os dividendos em questão se referem;

Notas Explicativas



- f) alteração do Estatuto Social da Eletronuclear, para, principalmente:
- modificar os direitos das ações preferenciais de emissão da Eletronuclear, extinguindo o direito a dividendos mínimos cumulativos e o direito de voto em deliberações relativas à modificação do Estatuto Social da Eletronuclear, e passando a conferir prioridade no reembolso de capital; e
 - incluir autorização para pagamento de dividendos aos acionistas preferencialistas com direitos a dividendos cumulativos à conta da reserva de capital de que trata o item imediatamente acima, nos termos do disposto no art. 17, § 6º, da Lei nº 6.404, de 1976.
- g) aprovação, pela Assembleia Geral da Eletronuclear, e adesão pela Eletrobras, do programa de conversão facultativa de ações ordinárias de sua emissão em ações preferenciais, à razão de 1:1, respeitado o limite previsto no §2º do art. 15 da Lei nº 6.404/1976, já considerando para este fim a efetivação da subscrição das ações ordinárias a serem emitidas neste processo de reestruturação; e
- h) celebração, entre a Eletrobras e a ENBPar, de acordo de investimentos prevendo, no mínimo, as obrigações das partes de:
- participarem na captação dos novos financiamentos para Angra 3 considerando as respectivas participações no capital social votante da Eletronuclear; e
 - realizarem atos, dentro de suas atribuições, para fins de subscrever novas emissões de ações da Eletronuclear, na forma a ser determinada pelo BNDES, considerando as respectivas participações no capital social votante da Eletronuclear.

Ressalta-se que a transferência do controle das investidas Eletronuclear e Itaipu Binacional está condicionada aos trâmites do processo de desestatização da Eletrobras, nos termos da Lei nº 14.182/2021 e da Resolução CPPI nº 203/2021, com as alterações da Resolução CPPI nº 221/2021.

Os investimentos na subsidiária Eletronuclear e em Itaipu Binacional não foram classificados no balanço patrimonial da Companhia, de 31 de dezembro de 2021, como Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda, pois, com base nas definições do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 31/IFRS 05 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, os critérios para a classificação desses ativos como mantido para venda não foram completamente atendidos, considerando sobretudo os aspectos a serem seguidos para a conclusão do processo de capitalização e que se encontram fora do controle da Companhia.

Em 22 de fevereiro de 2022, como parte do processo de desestatização, a Eletrobras realizou a 181ª Assembleia Geral Extraordinária de acionistas para deliberar sobre as matérias indicadas na Proposta da Administração, integrantes da ordem do dia, relativas à sua desestatização, à luz do disposto na Lei nº 14.182/2021 e nas Resoluções CPPI nº 203 e nº 221, ambas de 2021, sendo os 12 itens da ordem do dia aprovados pela maioria dos acionistas presentes e ressaltando que a União se absteve nas votações, conforme determinado na Lei nº 12.482/2021.

O TCU ainda analisará a modelagem e o formato da capitalização, que envolve ofertas de ações nas bolsas de valores do Brasil e do Estados Unidos. Esta etapa permitirá a sequência do processo de desestatização da Eletrobras.

COVID-19

A Eletrobras e suas Controladas mantêm acompanhamento diligente quanto à potencial materialização de impactos financeiros no que diz respeito à pandemia de COVID 19 sobre a sua capacidade de pagamento de seus compromissos financeiros.

Notas Explicativas



A Companhia monitorou os potenciais impactos nos negócios de comercialização, firmados no Ambiente de Contratação Regulada - ACR e Ambiente de Contratação Livre - ACL, com o acompanhamento das comunicações de caso fortuito ou força maior; pedidos de renegociação; risco de crédito das contrapartes (capacidade de honrar os pagamentos assumidos pelos contratos) e inadimplência. Em 2020, foram realizadas renegociações em 3% dos contratos firmados no mercado livre, sem perda econômica para a Companhia. Com relação à inadimplência, em 2021, não houve registros significativos nos contratos existentes no ACR, no ACL, nas cotas de garantia física, Itaipu e PROINFA.

Em abril de 2021, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, buscando amortecer a pressão tarifária, em razão das estimativas de aumento médio de 15% nos processos tarifários de distribuição para o ano de 2021 e com alto risco de inadimplemento, decorrente da pandemia de COVID-19, optou pelo reperfilamento do componente financeiro da Rede Básica Sistema Existente - RBSE, prevendo uma redução da curva de pagamento desses valores para os ciclos 2021/2022 e 2022/2023 e um aumento no fluxo de pagamentos nos ciclos após 2023, estendendo tais parcelas até o ciclo 2027/2028, preservando, entretanto, a remuneração pelo *Weighted Average Cost of Capital* - WACC. Mais informações vide nota 17.

Jornada EESG - *Economic, Environmental, Social and Governance*

A Eletrobras vem adotando práticas sustentáveis e inovadoras desde a sua fundação, há quase 60 anos. A Companhia contribui substancialmente para fazer a Matriz Elétrica Brasileira ser uma das mais limpas do mundo, dispondo de uma capacidade instalada formada por 97% de fontes de baixa emissão de carbono. Há 16 anos a Eletrobras é signatária do Pacto Global das Nações Unidas, maior iniciativa universal de sustentabilidade empresarial, e prioriza 9 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS da Agenda 2030, tendo o seu compromisso reconhecido como *case* de sucesso pela Rede Brasil do Pacto Global.

Desde 2009 a Companhia emite anualmente seu inventário de gases de efeito estufa, seguindo metodologia do *Greenhouse Gas - GHG Protocol*. A Companhia investe em uma comunicação cada vez mais clara e objetiva sobre os temas relativos à sustentabilidade e estrutura seu *Framework* de Sustentabilidade em quatro pilares: Pessoas, Planeta, Prosperidade e Governança, com base nas iniciativas métricas do Capitalismo dos *Stakeholders*, liderada pelo *World Economic Forum*. Além do relatório anual, que atende aos padrões da *Global Reporting Initiative* - GRI e às diretrizes do *International Integrated Reporting Council* - IIRC, a Eletrobras elabora dois novos documentos a partir da materialidade da *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB) e das recomendações da *Task Force on Climate-Related Financial Disclosures* (TCFD).

A Eletrobras é um dos membros fundadores da *Global Alliance for Sustainable Energy*, que reúne os maiores *players* globais em energia sustentável, com o objetivo de promover a sustentabilidade junto à cadeia de valor, em especial nos temas EESG, nos princípios de economia circular e em modelos e soluções alinhados aos ODS da Agenda 2030. A Eletrobras implementou o Canal da Sustentabilidade, visando o aprimoramento do processo de gestão de demandas de *stakeholders* sobre temas EESG.

O Conselho de Administração aprovou, por meio do Plano Diretor de Negócios e Gestão, o Programa de Sustentabilidade 4.0, que é composto por 12 projetos ligados às dimensões social (Direitos Humanos e Alavancagem do Capital Humano), ambiental (Transição Energética, Meio Ambiente, Biodiversidade e Descarbonização dos Sistemas Isolados da Amazônia), de governança (Reputação e Engajamento, Gestão de Fornecedores, Aprimoramento de Práticas de Governança, EESG *Risks* e Agenda 2030) e econômico-financeira (Gestão Sustentável do Capital Financeiro, Certificação de Energia Limpa e Sinergia com a Indústria 4.0). O programa é resultado da análise de tendências e melhores práticas do mercado em relação à sustentabilidade empresarial e materializa os esforços da Companhia em atender as expectativas de todos os nossos *stakeholders*.

Com relação a eventos climáticos a Companhia encontra-se exposta aos efeitos na hidrologia, o que pode impactar na capacidade de geração, no preço de energia e na necessidade de compra de energia por fontes mais onerosas como usinas térmicas. O Brasil tem sido afetado por reduções em seu nível hidrológico devido a alterações climáticas, sendo que os níveis dos reservatórios que se encontravam abaixo da média em 2021 foram parcialmente reestabelecidos com o período de chuvas. Até o momento

Notas Explicativas



essas alterações não trouxeram efeitos relevantes para a Companhia, sendo que em seus testes de impairment são estabelecidas condições de geração e preço compatíveis com os atuais níveis hidrológico e com os correspondentes reflexos nas tarifas e custos de energia. A Companhia continuará monitorando o impacto desses efeitos nas suas demonstrações financeiras.

NOTA 2 – DESTAQUES DE 2021

2.1. Reserva Especial

Em janeiro de 2021, foi deliberado o pagamento, a título de dividendos intermediários, do valor total de R\$ 2.291.889, à conta da reversão da integralidade do saldo da Reserva Especial de Dividendos Retidos. Maiores detalhes, vide nota 31.

2.2. Aprovação para pagamento de Dividendos

Em abril de 2021, foi aprovado para pagamento os dividendos no valor de R\$ 1.507.139 aos acionistas da Eletrobras titulares de ações preferenciais de classe "A" e classe "B" e de ações ordinárias. A Eletrobras realizou o pagamento dos dividendos relativos ao exercício de 2020 em agosto de 2021. Maiores detalhes, vide nota 31.

2.3. Emissão de Debêntures - Eletrobras

Em abril de 2021, ocorreu a liquidação e encerramento da oferta pública referente à sua 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 2 séries, da espécie quirografária para distribuição pública com esforços restritos, perfazendo o montante total de R\$ 2.700.000 na data de emissão. Maiores detalhes, vide nota 26.

2.4. Incorporação da Amazonas GT pela Eletronorte

Em julho de 2021, foi realizada a incorporação da Amazonas Geração e Transmissão S.A. – Amazonas GT pela controlada Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte. A referida operação está em linha com o Plano Diretor de Negócios e Gestão 2021-2025 – PDNG 2021-2025. Maiores detalhes, vide nota 20.

2.5. Captação de Furnas

Em julho de 2021, a Companhia realizou a captação de recursos no montante de R\$ 1.600.000, por sua controlada Furnas. Os recursos obtidos por meio desta captação foram destinados ao pagamento de dívidas mais onerosas presentes no balanço da Companhia e para o cumprimento do programa de investimentos do biênio 2021/2022. Maiores informações, vide nota 26.

2.6. Repactuação do risco hidrológico - GSF

Em agosto de 2021, a ANEEL realizou a homologação parcial dos prazos de extensão da outorga das usinas do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE. Na relação decorrente da homologação parcial efetivada na deliberação da ANEEL, constam 17 usinas/complexos hidrelétricos das empresas controladas da Eletrobras com direito à extensão de outorga com base na REN nº 895/2020, de um total de 27 usinas/complexos hidrelétricos. Em setembro de 2021, por meio da Resolução nº 2.932, a ANEEL homologou a extensão das outorgas das usinas/complexos hidrelétricos impactadas pela REN nº 930/2021. A Administração da Eletrobras aprovou a repactuação do risco hidrológico e formalizou a desistência das ações judiciais, cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE. Maiores detalhes, vide nota 3.

Notas Explicativas



2.7. Emissão de debêntures – CGT Eletrosul

Em setembro de 2021, a Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil - CGT Eletrosul captou recursos por meio da realização da terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 2 séries, da espécie quirografária, perfazendo o montante total de R\$ 400.000 na data de emissão. Maiores detalhes, vide nota 26.

2.8. Reperfilamento da RBSE

Em setembro de 2021, houve a contabilização do reperfilamento do componente financeiro da RBSE. A decisão da ANEEL provocou redução na curva de pagamento dos valores relativos à revisão periódica das Receitas Anuais Permitidas - RAP associadas às instalações de transmissão para os ciclos 2021/2022 e 2022/2023 e aumento do fluxo de pagamentos nos ciclos posteriores a 2023, prorrogando tais parcelas até o ciclo 2027/2028, preservando, no entanto, a remuneração pelo custo de capital próprio - Ke. Maiores detalhes, vide nota 17.

2.9. Receitas Anuais Permitidas - RAP

Em setembro de 2021, a ANEEL finalizou a fiscalização do laudo de avaliação da Base de Remuneração Regulatória - BRR do Contrato nº 061/2001 da Companhia Hidrelétrica do São Francisco - Chesf. Com isso, foram homologados os valores definitivos da Revisão Periódica do ciclo 2018/2023. Com as alterações na BRR, a RAP revisada da Chesf neste contrato, na data-base de junho de 2018, foi alterada para R\$ 2.900.000 e a Parcela de Ajuste - PA referente à revisão foi alterada para R\$ 240.200, a vigorarem até o ciclo 2022/2023, devidamente atualizadas. Maiores detalhes, vide na nota 17.

2.10. Fiscalização e processo dos benefícios da CCC

Em setembro de 2021, foi aprovado pela ANEEL o resultado final da fiscalização e reprocessamento mensal dos benefícios da Conta de Consumo de Combustíveis - CCC pagos a menor à Eletronorte (de 30 de julho de 2009 a 30 de junho de 2016) e pagos à Energisa Rondonia - Distribuidora de Energia S.A, Energisa Acre - Distribuidora de Energia S.A. e Roraima Energia S.A. (de julho de 2016 a abril de 2017). Com valores atualizados pelo IPCA para agosto de 2021, a Eletrobras irá receber da CCC o montante de R\$ 2.665.077 e a Eletronorte o montante de R\$ 116.273, ambos em 60 parcelas mensais atualizada pelo IPCA, com início de pagamento previsto no orçamento da CDE de 2022. Maiores detalhes, vide nota 15.

2.11. Ressarcimento do ativo imobilizado em curso (AIC)

Em setembro de 2021, o Conselho de Administração da Eletrobras deliberou pela aprovação do valor apurado do AIC ressarcível e celebrou o contrato com as distribuidoras da Energisa Acre, Amazonas Energia S.A. e Roraima Energia S.A.. Adicionalmente, em novembro de 2021, a Eletrobras celebrou o contrato de ressarcimento do AIC com as distribuidoras Amazonas Energia e Roraima Energia e seus novos controladores. O reconhecimento do ressarcimento do AIC gerou um impacto positivo no resultado da Companhia de R\$ 588.786. Maiores detalhes, vide nota 43.

2.12. Empréstimo Compulsório

Em novembro de 2021, a Eletrobras revisitou seus critérios e premissas de classificação de risco e revisou suas estimativas relacionados aos processos do empréstimo compulsório, baseado nos recentes julgados, especialmente ao da 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça - STJ, de 22 de junho de 2021, no Agravo Interno no Recurso Especial nº 1.734.115/PR e às recentes homologações de laudos desfavoráveis no exercício de 2021. Conseqüentemente, no exercício de 2021, foi reconhecida uma provisão, líquida de reversão, no montante de R\$ 10.896.956 referente aos processos do empréstimo compulsório. Maiores detalhes, vide nota 34.

Notas Explicativas



NOTA 3 - CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE ENERGIA ELÉTRICA

A Eletrobras, por meio das suas empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas, detém diversas concessões e autorizações de energia elétrica nos segmentos de geração e transmissão ou participações em SPEs que atuam nos respectivos segmentos, cujo detalhamento, capacidade instalada e prazos de vencimento estão listados a seguir:

I – Concessões e Autorizações de Geração

Contrato	Usinas Hidrelétricas (UHE)	Capacidade Instalada (MW)*	Localização	Ano
001/2010	Belo Monte	11.233	PA	2045
007/2004	Tucuruí (1)	8.535	PA	2026
002/2008	Jirau	3.750	RO	2043
001/2008	Santo Antônio	3.568	RO	2043
006/2004	Xingó (1)	3.162	SE / AL	2043
006/2004	Paulo Afonso IV (1)	2.462	BA	2043
004/2004	Itumbiara (1)	2.082	MG	2042
002/2011	Teles Pires	1.819	MT	2046
006/2004	Luiz Gonzaga (Itaparica) (1)	1.480	PE / BA	2043
004/2004	Marimbondo (1)	1.440	MG	2047
005/2004	Serra da Mesa (1)	1.275	TO	2044
004/2004	Furnas (1)	1.216	MG	2045
006/2004	Sobradinho (1)	1.050	BA	2059
004/2004	Luis Carlos Barreto de Carvalho (1)	1.050	SP	2045
005/1997	Luís Eduardo Magalhães	903	TO	2032
128/2001	Foz do Chapecó	855	RS	2036
003/2014	Três Irmãos	808	SP	2044
006/2004	Paulo Afonso III (1)	794	BA	2043
002/2014	São Manoel	736	PA	2049
130/2001	Peixe Angical	499	TO	2036
004/2004	Mascarenhas de Moraes (1) (2)	476	MG	2025
006/2004	Paulo Afonso II (1)	443	BA	2043
001/2014	Sinop	402	MT	2049
006/2004	Apolônio Sales (Moxotó) (1)	400	AL	2043
004/2004	Corumbá 1 (1)	375	GO	2044
004/2004	Porto Colômbia (1)	320	MG	2047
003/2006	Simplício (1)	306	MG	2043
002/2007	Dardanelos	261	MT	2042
002/2019	Balbina	250	AM	2027
006/2004	Boa Esperança (Castelo Branco) (1)	237	PI / MA	2043
005/2011	Samuel (1)	217	RO	2032
004/2004	Funil (1)	216	RJ	2045
129/2001	Serra do Facão	213	GO	2036
010/2000	Manso (1)	210	MT	2037
006/2004	Paulo Afonso I (1)	180	BA	2043
001/2007	Governador Jayme Canet Júnior (1)	178	PR	2046
001/2006	Baguari	140	MG	2041

Contrato	Usinas Hidrelétricas (UHE)	Capacidade Instalada (MW)*	Localização	Ano
007/2006	Retiro Baixo	82	MG	2041
002/2012	Coaracy Nunes	78	AP	2042
004/2006	Passo São João (1)	77	RS	2046
002/2006	Batalha (1)	53	MG	2043
092/2002	São Domingos (1)	48	MS	2039
007/2004	Curuá-Una (1)	30	PA	2044
006/2004	Funil (1)	30	BA	2043
003/2006	Anta	28	RJ	2041
006/2004	Pedra	20	BA	2042
006/2004	Curemas (1)	4	PB	2026

Contrato	Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH)	Capacidade Instalada (MW)*	Localização	Ano
374/2005	João Borges (1)	19	SC	2039
186/2004	Barra do Rio Chapéu (1)	15	SC	2038

Notas Explicativas



Contrato	Centrais Geradoras Eólicas (EOL)	Capacidade Instalada (MW)*	Localização	Ano
007/2010	Casa Nova I (3) (4)	180	BA	2043
220/2014	Casa Nova II	33	BA	2049
746/2010	Cerro Chato I	30	RS	2045
747/2010	Cerro Chato II	30	RS	2045
748/2010	Cerro Chato III	30	RS	2045
Portaria MME nº 459/2012	FORTIM - Nossa Senhora de Fátima - Energia dos Ventos VI S. A. (5)	30	CE	2047
225/2014	Casa Nova III	28	BA	2049
388/2012	Caçara I	27	RN	2047
Portaria MME nº 458/2012	FORTIM - Jandaia - Energia dos Ventos VII S. A. (5)	27	CE	2047
68/2012	Ibirapuitã (6)	25	RS	2047
399/2012	Junco I	24	RN	2047
417/2012	Junco II	24	RN	2047
81/2012	Cerro Chato VI (6)	24	RS	2047
Portaria MME nº 409/2012	FORTIM - Jandaia I - Energia dos Ventos IX S. A. (5)	24	CE	2047
Portaria MME nº 446/2012	FORTIM - São Clemente - Energia dos Ventos VIII S. A. (5)	21	CE	2047
Portaria MME nº 432/2012	FORTIM - São Januário - Energia dos Ventos V S. A. (5)	21	CE	2047
418/2012	Caçara II	18	RN	2047
219/2014	Coqueirinho II	16	BA	2049
286/2014	Tamanduá Mirim II	16	BA	2049
141/2012	Cerro Chato V (6)	12	RS	2047
152/2014	Angical II	10	BA	2049
154/2014	Caititú II	10	BA	2049
174/2014	Carcará	10	BA	2049
176/2014	Corrupião III	10	BA	2049
177/2014	Caititú III	10	BA	2049
139/2012	Cerro Chato IV (6)	10	RS	2047
153/2014	Teiú II	8	BA	2049
103/2012	Cerro dos (6)	8	RS	2047
150/2014	Acauã	6	BA	2049
151/2014	Arapapá	4	BA	2049

Contrato	Parques Eólicos	Capacidade Instalada (MW)*	Localização	Ano
204/2014	Parque Eólico Coxilha Seca	30	RS	2049
210/2014	Parque Eólico Capão do Inglês	10	RS	2049
192/2014	Parque Eólico Galpões	8	RS	2049

Contrato	Usinas Termelétricas (UTE)	Capacidade Instalada (MW)*	Localização	Ano
Resolução Aneel 4950/2014	MAUÁ III	591	AM	2044
004/2004	Santa Cruz (8)	350	RJ	2026
Portaria MME nº 304/2008	Candiota III (Fase C)	350	RS	2041
207/2019	APARECIDA	166	AM	2030
Portaria MME nº 420/1989	Senador Arnon Afonso Farias de Mello (9)	86	RR	2019
004/2004	Campos (Roberto Silveira)	30	RJ	2027
Resolução Autorizativa 5.682/2016	Araguaia (10)	23	MT	2019
Resolução Aneel 6.883/2018	ANORI	5	AM	2030
Resolução Aneel 6.883/2018	CODAJÁS	5	AM	2030
Resolução Aneel 6.883/2018	CAAPIRANGA	2	AM	2030
Registro CEG: UTE.GN.AM.000092-2.02	Anamá	2	AM	2030

Contrato	Usinas Termonucleares (UTN)	Capacidade Instalada (MW)*	Localização	Ano
Portaria DNAEE Nº 315 de 31/07/97	Angra 3 (3)	1.405	RJ	-
Portaria DNAEE Nº 315 de 31/07/97	Angra 2	1.350	RJ	2040
Portaria DNAEE Nº 315 de 31/07/97	Angra 1 (7)	640	RJ	2024

- (1) O prazo está contemplando a extensão de outorga decorrente da repactuação do risco hidrológico (Lei nº 14.052/2020), homologada pelas Resoluções ANEEL 2.919/2021 e 2.932/2021. O aditamento do contrato de concessão, já com o novo prazo, será assinado tão logo os trâmites administrativos na ANEEL forem concluídos;
- (2) O 3º Termo aditivo ao contrato nº 004/2004 formalizou a extensão do prazo de vigência da concessão da UHE Mascarenhas de Moraes por 90 dias, alterando o termo final de 31 de outubro de 2023 para 29 de janeiro de 2024;

Notas Explicativas



- (3) Empreendimentos ainda em implantação;
- (4) O empreendimento denominado Casa Nova, foi subdividido em 7 parques eólicos (A à G). O empreendimento Casa Nova A se encontra em operação, com uma potência instalada de 27 MW, tendo sido aprovado através da Resolução autorizativa nº 7.907 de 18/06/2019, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, cujo vencimento da autorização se dará em 2054. Os demais 153 MW de potência fazem parte dos parques eólicos B à G que se encontram em construção, e estão em processo de aprovação junto a ANEEL;
- (5) A controlada Furnas detém 100% de participação na Brasil Ventos e esta é acionista majoritária das Eólicas do Complexo Fortim;
- (6) Empreendimento classificado como ativo mantido para venda, vide nota 47;
- (7) A controlada Eletronuclear solicitou formalmente à Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN, em novembro de 2019, a extensão de vida útil da Usina Nuclear Angra I de 40 para 60 anos;
- (8) A UTE de Santa Cruz continua operando com contrato de venda de energia até 2026 e aguardando definição do poder concedente com relação à renovação. Para maiores informações vide nota 3.1;
- (9) A UTE Senador Arnon Afonso Farias de Mello outorgada à Boa Vista Energia S.A. por meio da Resolução nº427, de 1º de novembro de 2000 foi transferida para a Eletronorte de acordo com a Resolução Autorizativa 1018/2007. De acordo com o Parecer nº 00389/2019/PFANEEL/PGF/AGU de 04/09/2019, opina-se pela outorga de nova autorização dessa usina com prazo de 35 anos com início da contagem em 1º de novembro de 2000. A Superintendência de Concessões e Autorizações de Geração - SCG/ANEEL ainda não se manifestou oficialmente;
- (10) Descontratação da usina em sua totalidade, autorizada pela Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 331 de 14/08/2018.
- (*) Não examinado pelos auditores independentes.

- *Generation Scaling Factor – GSF – Lei nº 14.052/2020*

Em setembro 2020, foi publicada a Lei nº 14.052/2020, que alterou a Lei nº 13.203/2015, estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico referente à parcela dos custos incorridos com o GSF, assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE desde 2012, com o agravamento da crise hídrica.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados usinas estruturantes, relacionados à diferença entre a garantia física outorgada na fase de motorização e os valores da agregação efetiva de cada unidade geradora motorizada ao Sistema Interligado Nacional – SIN, (ii) restrições ao escoamento da energia das usinas estruturantes em função de atraso na entrada em operação ou de entrada em operação em condição técnica insatisfatória das instalações de transmissão de energia elétrica destinadas e (iii) por geração termelétrica que exceder aquela por ordem de mérito e importação de energia elétrica sem garantia física. Referida compensação dar-se-á mediante a extensão da outorga, limitada a 7 anos, sem efeito imediato no caixa da Companhia, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela ANEEL.

Nome da Usina	Prazo de extensão da outorga em dias	Empresa
Governador Jayme Canet Junior (Antiga MAUÁ)	1789	CGT Eletrosul
Passo São João	1740	CGT Eletrosul
Barra do Rio Chapéu	1461	CGT Eletrosul
João Borges	1362	CGT Eletrosul
São Domingos	610	CGT Eletrosul
Sobradinho	2555	Chesf
Curemas	446	Chesf
Luiz Gonzaga (Itaparica)	126	Chesf
Xingó	126	Chesf
Boa Esperança (Castelo Branco)	122	Chesf
Complexo Paulo Afonso / Moxotó (UHEs Apolônio Sales (Moxotó), Paulo Afonso I, Paulo Afonso II, Paulo Afonso III e Paulo Afonso IV.	120	Chesf
Funil (Chesf)	44	Chesf
Curúá-Una	2313	Eletronorte
Samuel	1042	Eletronorte
Tucuruí	518	Eletronorte
Itumbiara	2555	Furnas
Serra da Mesa	2048	Furnas
Manso	943	Furnas
Simplicio	867	Furnas
Batalha (Antiga Paulista)	603	Furnas
Marechal Mascarenhas de Moraes (Antiga Peixoto)	366	Furnas
Funil (Furnas), Marimbondo	37	Furnas
Corumbá I, Estreito (LC Barreto de Carvalho), Porto Colômbia	34	Furnas
Furnas	33	Furnas

Notas Explicativas

A ANEEL, por meio das resoluções nº 2.919/2021 e nº 2.932/2021, homologou a extensão das outorgas das usinas/complexos hidrelétricos. A relação acima demonstra as usinas/complexos hidrelétricos das empresas controladas (Chesf, CGT Eletrosul, Eletronorte e Furnas) com direito à extensão de outorga.

Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei nº 14.052/2020, os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE devem: (i) desistir da ação judicial, cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE, (ii) renunciar a qualquer alegação de direito sobre o qual se funda a ação e (iii) não ter repactuado o risco hidrológico para a respectiva parcela de energia.

A Administração da Eletrobras aprovou a repactuação do risco hidrológico e formalizou a desistência pela sua controlada Chesf das ações judiciais, cujo objeto era a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE. As demais controladas não possuíam ações judiciais. Vide nota 34.

Os valores apresentados pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE, que deram base às extensões de outorgas, foram registrados contabilmente de acordo com as determinações do CPC 04(R1) /IAS 38 - Ativo Intangível, em conjunto com o CPC 07/IAS 20 - Subvenção e Assistência Governamentais, mensurados a valor justo, com base nos parâmetros determinados pela regulamentação da ANEEL, considerando os fluxos futuros esperados nesse novo período de concessão, bem como os valores das compensações calculados pela CCEE. Vide notas 22 e 41.

Controladas	Cálculo da CCEE Impacto Financeiro
Eletronorte	3.029.305
Furnas	1.433.611
Chesf	628.674
CGT Eletrosul	81.592
	5.173.182
Perda	(907.293)
Total	4.265.889

Em razão da desistência do processo judicial no qual possuía em seu favor medida liminar que lhe garantia a neutralidade dos efeitos do rateio de liminares de outros agentes e dos efeitos do GSF, quando inferior a 95%, nas contabilizações no Mercado de Curto Prazo, a controlada Chesf efetuou, em 05 de agosto de 2021, o pagamento de R\$ 1.419.935, relativos aos valores retidos na CCEE. Tal pagamento não impactou o resultado de 2021, pois os créditos e os débitos com a CCEE estavam reconhecidos na contabilidade da Companhia.

Com exceção ao pagamento realizado pela Chesf, a repactuação do risco hidrológico não trouxe impactos imediatos para o caixa da Companhia. Os custos com o GSF, que geraram as extensões de outorgas, ocorreram em períodos passados e os benefícios econômicos auferidos fluirão para o caixa durante a extensão do prazo de concessão.

Notas Explicativas



II – Concessões de Transmissão de Energia Elétrica

Contrato	Transmissoras	Extensão (KM)(1)	Participação	Localização	Ano	SE (2)
062/2001	Transmissão Rede Básica - Diversas instalações	20067	100%	RJ/SP/PR/MG/GO/TO/DF/ES/MT	2043	50
061/2001	Transmissão Rede Básica - Diversas instalações	19251	100%	PE/CE/SE/BA/AL/PI/MA/PB/RN	2042	96
058/2001	Transmissão Rede Básica - Diversas instalações	9253	100%	AC, MA, MT, PA, PI, RO, RR, TO	2043	56
057/2001	Transmissão Rede Básica - Diversas instalações	9236	100%	MP/PR/RS/SC/SP	2043	37
013/2009	SPE Interligação Elétrica do Madeira S.A.	4769	25%	RO/SP	2039	-
014/2014	LT Xingu/Estreito e Estações Conversoras junto às respectivas subestações	4152	25%	PA/TO/GO/MG	2044	-
015/2009	LT Coletora Porto Velho / Araraquara II	4859	25%	RO/SP	2039	2
014/2014	LT Xingu/Estreito	2092	25%	PA/TO/GO/MG	2044	2
021/2009	LT Jauru - Vilhena - Pimenta Bueno - Ji-Paraná - Ariquemes - Samuel - Porto Velho	979	100%	MT/RO	2039	7
007/2013	LT Barreiras II - Rio das Águas; Luziânia; Pirapora 2	953	25%	BA/MG/GO	2043	-
004/2012	LT Nova Santa Rita - Camaquã 3; LT Camaquã 3- Quinta; LT Salto Santiago - Itá; LT Itá - Nova Santa Rita	785	100%	PR/RS/SC	2042	1
003/2012	LT Lechuga/Equador/Boa Vista	715	49%	RR/AM	2042	3
009/2009	LT Chapadão - Jataí C1 e C2; LT Barra dos Coqueiros - Quirinópolis C1; LT Palmeiras - Edéia C1	708	49%	MS/GO/MT	2039	5
034/2001	LT Ibiúna - Batéias	664	100%	SP/PR	2031	-
022/2011	LT Luis Gonzaga - Garanhuns; LT Garanhuns II- Campina Grande III; LT Garanhuns - Pau Ferro; LT Garanhuns - Angelim I	633	49%	AL/PE/PB	2041	2
005/2004	LT Teresina II - Sobral - Fortaleza	546	49%	PI/CE	2034	-
022/2009	LT Porto Velho - Abunã - Rio Branco - C2	488	100%	AC/RO	2039	3
002/2010	LT Rio Verde - Trindade; LT Trindade - Xavantes; LT Trindade - Carajás	479	49%	GO	2040	1
020/2012	LT Nova Santa Rita - Povo Novo; LT Povo Novo - Marmeleiro; LT Marmeleiro - Santa Vitória do Palmar	467	100%	RS	2042	3
004/2004	LT Salto Santiago (PR) - Ivaiporã (PR) - Cascavel D'Oeste (PR)	372	100%	PR	2034	-
010/2005	LT Campos Novos - Blumenau	359	100%	SC	2035	1
012/2007	LT Paraíso - Açú II; LT Picos - Tauá II	316	100%	PI/CE/RN	2037	-
019/2010	LT C. Mirim II - João Câmara II; LT Extremoz II - C. Mirim; LT Açú III - Açú II; LT Mossoró II - Açú III - 230 kV, C2; LT Paraíso - Açú II	311	100%	RN	2040	2
004/2013	LT Marimondo II - Assis	298	49%	SP/MG	2043	-
008/2011	LT Ceará-Mirim II- João Câmara II; LT Ceará-Mirim II - Campina Grande III; LT Ceará-Mirim II - Extremoz II; LT Campina Grande III - Campina Grande II	286	100%	RN/PB	2041	3
007/2014	LT Santo Ângelo-Maçambará; LT Pinhalzinho-Foz do Chapecó C1; LT Pinhalzinho-Foz do Chapecó C2	273	100%	RS/SC	2044	1
008/2010	LT Mesquita - Viana 2; LT Viana 2 - Viana	270	49%	MG/ES	2040	1
003/2006	LT Simplicio - Rocha Leão; LT Anta - Simplicio	264	100%	-	2041	-
005/2006	LT Campos Novos (SC) - Nova Santa Rita (RS)	257	100%	RS/SC	2036	-
004/2008	LT Presidente Médici - Santa Cruz	237	100%	RS	2038	-
018/2012	LT Ceará-Mirim II - Touros II; LT Mossoró II - Mossoró IV; LT Russas II - Banabuiu	210	100%	RN	2042	2
007/2005	LT Milagres - Tauá	208	100%	CE	2035	1
028/2009	LT Serra da Mesa - Niquelândia - Barro Alto	187	100%	GO	2039	-
003/2009	LT Bom Despacho 3 - Ouro Preto 2	180	100%	MG	2039	-
014/2013	LT Brasília Leste - Luziânia - C1 e C2; LT Brasília Geral - Brasília Sul - C3; LT Brasília Sul - Samambaia - C3	163	39%	GO/DF	2043	1
014/2008	LT Eunápolis - Teixeira de Freitas II	145	100%	BA	2038	1
018/2009	LT Eunápolis - Teixeira de Freitas II	145	100%	BA	2039	-
010/2000	LT Manso - Nobres; LT Manso - Nobres	136	100%	-	2035	-
019/2010	LT Paraíso - Açú II	123	100%	RN	2040	-
008/2005	LT Milagres - Coremas	120	100%	CE/PB	2035	-
020/2010	LT Bom Jesus da Lapa II - Igarorã II	115	100%	BA	2040	2

Notas Explicativas



Contrato	Transmissoras	Extensão (KM)(1)	Participação	Localização	Ano	SE (2)
005/2008	LT Nossa Senhora do Socorro - Penedo	110	100%	SE/AL	2038	-
017/2009	LT Paulo Afonso III - Zebu II; LT Pau Ferro - Santa Rita II	96	100%	PE/PB/AL/RN	2039	3
001/2008	SPE Madeira Energia S.A. (1) (2)	95	43%	RO	2043	1
001/2009	LT Ribeiro Gonçalves - Balsas	95	100%	MA/PI	2039	2
006/2010	LT Mascarenhas - Linhares	95	100%	ES	2040	-
010/2007	LT Ibicoara - Brumado	95	100%	BA	2037	2
021/2010	LT Acaraú II-Sobral III	91	100%	CE	2040	1
006/2005	LT Campos - Macaé 3	90	100%	RJ	2035	-
002/2006	LT Batalha - Paracatu	85	100%	MG	2041	1
007/2006	LT Tijuco Preto - Itapeti - Nordeste	71	100%	SP	2036	1
003/2014	LT Barro Alto - Itapaci	69	50%	GO	2044	-
446/2012	SPE Brasil Ventos Energia S.A	69	100%	CE	2047	1
220/2014	LT Casa Nova II - Sobradinho - C1	67	100%	BA	2049	1
129/2001	SPE Serra do Facão Energia S.A.	66	49%	GO	2036	1
010/2011	LT Paraíso - Lagoa Nova II	65	100%	RN/CE	2041	2
009/2011	LT Morro do Chapéu II - Irecê	64	100%	BA	2041	1
019/2012	LT Igaporã II - Igaporã III; LT Igaporã III - Pindaí II	60	100%	BA	2042	2
ECE 554/2010	LT Candiota/Melo; LT Presidente Médici	60	100%	RS	2040	-
CCD-1101140002	LT São Domingos - Águas Claras	53	100%	MS	2039	-
014/2011	LT Xavantes - Pirineus C2	50	100%	GO	2041	-
006/2009	LT Pirapama II - Suape II - Suape III; LT Suape III - Suape II	49	100%	PE	2039	2
017/2011	LT Teresina II - Teresina III	46	100%	PI	2041	1
007/2006	SPE Retiro Baixo Energética S.A.	45	49%	MG	2041	1
005/2012	LT Jardim - Nossa Senhora do Socorro; LT Messias - Maceió II	41	100%	SE/AL/BA	2042	3
002/2014	SPE Empresa de Energia São Manoel	40	33%	PA	2049	1
012/2010	LT Monte Claro - Garibaldi	37	100%	RS	2040	-
007/2008	LT São Luís 2 - São Luís 3	36	100%	MA	2038	2
004/2010	LT São Luiz II - São Luiz III	34	100%	MA/CE	2040	5
014/2012	LT Lechuga - Jorge Teixeira, C3	30	100%	AM	2042	2
009/2010	LT Jorge Teixeira - Lechuga (ex-Cariri) - 230 kV	30	100%	AM	2040	2
CCT-1101130082	LT Cerro Chato - Livramento 2	25	100%	RS	2045	-
010/2009	LT Coletora Porto Velho - Porto Velho - C1 e C2 - 230kV	22	100%	RO	2039	2
130/2001	SPE Empresa de Energia São Manoel	20	40%	TO	2036	1
CCD-80100014	LT Barra do Rio Chapéu - Braço do Norte	19	100%	SC	2038	-
002/2011	SPE Teles Pires Participações S.A.	19	24%	MT/PA	2046	1
CCD-80111004	LT João Borges - Itararé	9	100%	SC	2039	-
128/2001	SPE Teles Pires Participações S.A.	6	40%	SC/RS	2036	-
001/2006	LT Marabá - Itacaiunas; LT Itacaiunas - Colinas; LT Itacaiunas - Carajás	3	15%	MG	2041	-
003/2011	SPE Caldas Novas Transmissão S.A.	-	50%	GO	2041	-
015/2009	SPE Interligação Elétrica do Madeira S.A.	-	25%	RO/SP	2039	-
007/2010	SE Camaçari IV - 500/230 kV	-	100%	BA	2040	1
013/2010	SE Arapiraca III - 230/69 kv	-	100%	AL	2040	1
014/2010	SE Pólo 230/69 kv	-	100%	BA	2040	1
017/2012	SE Mirueira II 230/69 kv; SE Jaboatão II 230/69 kv	-	100%	PE	2042	2
150/2014	SE GPEXPAN	-	100%	BA	2049	1
002/2009	SE Miranda II - 500/230 kV (450 MVA)	-	100%	MA	2039	1
012/2009	Estação Retificadora nº 01 CA/CC - 500/±600 kV - 3150 MW · Estação Inversora nº 01 CC/CA ±600/500 kV - 2950 MW	-	100%	RO, SP	2039	2

(1) Não examinado pelos auditores independentes; e

(2) Refere-se a quantidade de subestações.

3.1 - Concessões a indenizar

Indenizações pós Projeto Básico – modernização e melhorias

Geração Hidráulica:

A Lei nº 12.783/2013 garantiu o direito das concessionárias de geração e transmissão de energia elétrica, que prorrogaram suas concessões, à indenização pela parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, cujo valor seria atualizado até a data de seu efetivo pagamento à concessionária.

Em janeiro de 2019, a Diretoria da ANEEL decidiu pela instauração de Audiência Pública, nº 003/2019, a fim de colher subsídios e informações adicionais para aprimorar os critérios e procedimentos de cálculo dos investimentos em bens reversíveis não amortizados e não depreciados, realizados ao longo das concessões de geração, prorrogadas ou não, nos termos da Lei nº 12.783/2013. Adicionalmente no mês de outubro de 2019, a análise das contribuições à Audiência Pública nº 003/2019 foi publicada pela Nota Técnica nº096/2019-SRG-SFF-SCG/ANEEL.

Notas Explicativas

Em julho de 2021, a ANEEL, por meio da resolução nº 942/2021 estabeleceu os critérios e procedimentos de cálculo para indenização dos investimentos em bens reversíveis não amortizados ou não depreciados de concessões prorrogadas ou não, nos termos da Lei nº 12.783/2013, mas sem mencionar a forma de pagamento.

Conforme resolução ANEEL nº 942/2021, as concessionárias deverão comprovar a realização dos investimentos vinculados a bens reversíveis de que trata o art. 3º da referida Resolução até 365 dias após a publicação desta Resolução, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da ANEEL.

A Eletrobras mantém os ativos registrados pelo valor histórico, saldo de dezembro de 2012, cujos valores representam um montante total de R\$ 1.483.540, relacionados abaixo. Maiores detalhes, vide nota 18.

Modernizações e Melhorias	
Paulo Afonso I	92.612
Paulo Afonso II	107.093
Paulo Afonso III	66.259
Paulo Afonso IV	20.832
Apolônio Sales	38.250
Luiz Gonzaga	28.174
Xingó	15.150
Boa Esperança	98.759
Pedra	8.067
Funil	12.626
UHE Furnas	514.825
UHE Estreito	480.893
	<u>1.483.540</u>

Geração Térmica:

A UTE Santa Cruz é uma concessão conforme contrato nº 004/2004. Embora sua concessão tenha vencido em 2015, como não houve ainda manifestação do Poder Concedente sobre sua prorrogação nos termos da Lei nº 12.783/2013 e do Decreto nº 9.187/2017, ela permanece vigente até que haja a referida manifestação. Em 31 de dezembro de 2021 o valor líquido do ativo UTE Santa Cruz é de R\$ 1.174.576 conforme abaixo:

UTE Santa Cruz	
Valor 31 de dezembro de 2021	1.457.038
(-) Redução ao valor recuperável (<i>impairment</i>)	(282.462)
Valor contábil líquido	<u>1.174.576</u>

NOTA 4 – BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**4.1- Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem as demonstrações financeiras individuais da controladora, identificadas como Controladora, e as demonstrações financeiras consolidadas, identificadas como Consolidado, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - IFRSs emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações expedidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela CVM, e as disposições contidas na legislação societária brasileira. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Eletrobras.

Notas Explicativas



Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da Controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas e o patrimônio líquido e resultado da Controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

4.2 – Base de preparação e mensuração

A preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração, no processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia, as quais são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações. Aquelas transações, divulgações ou saldos que requerem maior nível de julgamento, que possuem maior complexidade e para as quais premissas e estimativas são significativas, estão divulgadas na nota 5.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas na data das transações e o valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação.

4.3 - Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Eletrobras. As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais arredondadas para o número mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4.4 – Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, com exceção da implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas a seguir.

4.4.1 - Adoção de novas normas e interpretações

A Companhia não identificou impactos quanto às aplicações das alterações e novas interpretações às IFRSs e aos CPCs emitidos pelo IASB e pelo CPC, respectivamente as quais são divulgados a seguir:

Revisão de Pronunciamento Técnico nº	Normas revisadas	Alteração	Aplicável a partir de
17	CPC 48/IFRS 9; CPC 38/IAS 39; CPC 40/IFRS 7; CPC 11/IFRS 4; e CPC 06(R2)/IFRS 16	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (<i>LIBOR</i>). Esta alteração na norma inclui exceções temporárias aos requerimentos atuais da contabilidade de hedge para neutralizar os efeitos das incertezas causadas pela reforma da taxa de juros referenciais (<i>LIBOR</i>). Esta alteração não gerou impacto relevante nas demonstrações financeiras consolidadas.	01/01/2021
18	CPC 06 (R2)/IFRS 16	O arrendatário deve aplicar o Benefício Relacionado à Covid-19 Concedido em Contratos de Arrendamento, reconhecendo o efeito cumulativo da aplicação inicial como um ajuste no saldo inicial dos lucros acumulados no início do período em que o arrendatário aplicar a revisão pela primeira vez. O arrendatário não precisa divulgar a informação requerida pelo item 28 (f) do CPC 23/IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Esta alteração na norma inclui exceções temporárias aos requerimentos atuais da contabilidade de hedge para neutralizar os efeitos das incertezas causadas pela reforma da taxa de juros referenciais (<i>LIBOR</i>). Esta alteração não gerou impacto relevante nas demonstrações financeiras consolidadas.	01/01/2021

Notas Explicativas



4.4.2- Novas normas e interpretações ainda não vigentes

A partir de 1º janeiro de 2022, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais a Companhia não realizou a adoção antecipada e está acompanhando as discussões. Até o momento a Companhia não espera impactos significativos quando da adoção destas normas.

Revisão de Pronunciamento Técnico nº	Normas revisadas	Alteração	Aplicável a partir de
19	CPC 27/IAS 16	As alterações proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso, isto é, recursos para trazer o ativo ao local e na condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração.	01/01/2022
19	CPC 25/IAS 37	As alterações especificam que o 'custo de cumprimento' do contrato compreende os 'custos diretamente relacionados ao contrato'. As alterações são aplicáveis a contratos para os quais a entidade ainda não cumpriu todas as suas obrigações no início do período anual no qual a entidade aplica as alterações pela primeira vez.	01/01/2022
19	CPC 15/IFRS 3	As alterações fazem a IFRS 3 se referir à Estrutura Conceitual de 2018 em vez da Estrutura de 1989. Além disso, incluem a exigência de que, para obrigações dentro do escopo da IAS 37, o comprador aplica a IAS 37 para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados.	01/01/2022
19	CPC 37/IFRS 1	As alterações indicam que a controlada que usa a isenção do item D16(a) pode escolher, em suas demonstrações contábeis, mensurar as diferenças acumuladas de conversão para todas as operações no exterior no valor contábil que seria incluído na demonstração consolidada da controladora, caso nenhum ajuste seja feito para os procedimentos de consolidação e para os efeitos da combinação de negócios na qual a controladora adquiriu a controlada.	01/01/2022
19	CPC 48/IFRS 9	As alterações esclarecem que ao determinar as taxas pagas líquidas de taxas recebidas, o devedor inclui apenas taxas pagas ou recebidas entre o devedor e o credor, incluindo taxas pagas ou recebidas pelo devedor ou pelo credor em nome do outro.	01/01/2022

4.5 - Bases de consolidação e investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas

Nas demonstrações financeiras individuais, as demonstrações financeiras das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto, assim como das coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidas pelo seu valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da Companhia no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para as demonstrações financeiras consolidadas as controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é detido pela Companhia e a consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas, controladas em conjunto e coligadas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas adotadas pela Companhia.

As controladas, controladas em conjunto e coligadas estão substancialmente domiciliadas no Brasil.

a) Controladas

O controle é determinado quando a entidade está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com outra entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas.

Todas as transações, saldos, receitas, custos e despesas entre as controladas da Companhia são completamente eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas.

Notas Explicativas



	31/12/2021		31/12/2020	
	Participação		Participação	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Controladas				
Eletronuclear	99,95%	-	99,95%	-
CGT Eletrosul	99,89%	-	99,89%	-
Chesf	99,58%	-	99,58%	-
Furnas	99,56%	-	99,56%	-
Eletronorte	99,66%	-	99,66%	-
Eletropar	83,71%	-	83,71%	-
Brasil Ventos Energia S.A.	-	99,56%	-	99,56%
Transenergia Goiás S.A.	-	99,56%	-	99,44%
Amazonas GT (a)	-	-	-	99,48%
Livramento Holding S.A. (b)	-	78,00%	-	78,00%
Operações em conjunto (consórcios)				
Consórcio Energético Cruzeiro do Sul	-	49,00%	-	49,00%
Complexo Eólico Pindaí I (c)				
Angical 2 Energia S.A.	-	-	-	99,96%
Caititu 2 Energia S.A.	-	-	-	99,96%
Caititu 3 Energia S.A.	-	-	-	99,96%
Carcará Energia S.A.	-	-	-	99,96%
Corrupião 3 Energia S.A.	-	-	-	99,96%
Teiú 2 Energia S.A.	-	-	-	99,95%
Acauã Energia S.A.	-	-	-	99,93%
Arapapá Energia S.A.	-	-	-	99,90%
Complexo Eólico Pindaí II (c)				
Coqueirinho 2 Energia S.A.	-	-	-	99,98%
Papagaio Energia S.A.	-	-	-	99,96%
Complexo Eólico Pindaí III (c)				
Tamanduá Mirim 2 Energia S.A.	-	-	-	83,01%

(a) Em julho de 2021, houve a incorporação da Amazonas GT pela Eletronorte;

(b) Empresa classificada como mantida para venda, vide nota 47; e

(c) Em março de 2021, houve a incorporação das SPEs dos Complexos Eólicos Pindaí I, II e III pela Chesf.

A controlada CGT Eletrosul possui uma operação em conjunto, decorrente de uma participação de 49% no Consórcio Cruzeiro do Sul, que opera a UHE Governador Jayme Canet Junior, em Telêmaco Borba/Ortigueira (PR), em operação comercial desde 2012, pelo prazo de 30 anos. A CGT Eletrosul (e a Eletrobras, nas suas demonstrações consolidadas) tem direito a uma participação proporcional nas receitas e assume uma parcela proporcional das despesas da operação em conjunto.

b) Investimentos em coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre os quais a Companhia tem influência significativa, e que não se configura como uma controlada nem em uma controlada em conjunto.

c) Controladas em conjunto

Negócio em conjunto é aquele em que duas ou mais partes têm o controle conjunto estabelecido contratualmente, podendo ser classificado como uma operação em conjunto ou um empreendimento controlado em conjunto, dependendo dos direitos e obrigações das partes.

4.6 - Demonstração do valor adicionado - DVA

A legislação societária brasileira exige para as companhias abertas à elaboração da DVA e sua divulgação como parte integrante do conjunto das demonstrações financeiras. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08. O IFRS não exige a apresentação desta demonstração.

Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas.

Notas Explicativas



NOTA 5 – ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

Na aplicação das políticas contábeis, a Administração da Eletrobras deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações nas notas explicativas.

As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Ainda que estas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Administração da e de suas controladas, a materialização sobre o valor contábil de receitas, despesas, ativos e passivos são inerentemente incertas, por decorrer do uso de julgamento. Como consequência, a Companhia pode sofrer efeitos em decorrência de imprecisão nestas estimativas e julgamentos que sejam substanciais em períodos futuros, que podem ter efeito material adverso na sua condição financeira, no resultado de suas atividades e/ou nos seus fluxos de caixa.

A seguir, são apresentadas as principais premissas das estimativas contábeis avaliadas como as mais críticas pela Administração da Eletrobras e de suas controladas, a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza utilizadas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos nos próximos exercícios:

5.1 - Ativo e passivo fiscais diferidos

As estimativas de lucro tributável futuro, base para a análise de realização de ativos fiscais diferidos líquidos, são baseadas nos orçamentos anuais e no plano estratégico, ambos revisados periodicamente e no histórico de lucratividade. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido (Nota 14.2).

5.2 - Provisão para redução do valor recuperável de ativos de longa duração

A Administração da Eletrobras considera premissas e dados técnicos para elaboração do teste de determinação de recuperação de ativos. Nesta prática são aplicadas premissas, baseadas na experiência histórica na gestão do ativo, conjunto de ativos ou unidade geradora de caixa, e práticas de avaliação comumente utilizadas no mercado. Tais premissas podem, eventualmente, não se verificarem no futuro, inclusive quanto à vida útil econômica estimada. Atualmente, a vida útil adotada pela Companhia está de acordo com as práticas determinadas pela ANEEL, aplicáveis sobre os ativos vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica, que podem variar em decorrência da análise periódica do prazo de vida útil econômica de bens, em vigor.

Diversos eventos incertos também compõem as premissas utilizadas pela Companhia, dentre elas: as tarifas futuras para compra e venda de energia elétrica; data de entrada em operação de empreendimentos em construção; a taxa de crescimento da atividade econômica no país; e disponibilidade de recursos hídricos; além daquelas inerentes ao fim dos prazos de concessão de serviços públicos de energia elétrica, em especial quanto ao valor de sua reversão ao final do prazo de concessão. Neste ponto, foi adotada a premissa de que a indenização está contratualmente prevista.

5.3 - Provisão para desmobilização de ativos

A Companhia reconhece provisão para obrigações com a desativação de ativos relativos às suas usinas termoeletrônicas. Para determinar o valor da provisão, premissas e estimativas são feitas em relação às taxas de desconto, ao custo estimado para a desativação e remoção de todas as usinas dos locais e à época esperada dos referidos custos (Nota 35). A estimativa dos custos é baseada nos requerimentos legais, regulatórios e ambientais para a desativação e remoção de todas as usinas em conjunto assim como os preços de produtos e serviços a serem utilizados no final da vida útil.

Notas Explicativas



5.4 - Obrigações atuariais

As obrigações atuariais registradas são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes com base na expectativa de vida do participante, idade média de aposentadoria e inflação. Contudo, os resultados reais futuros dos benefícios podem ser diferentes daqueles existentes e registrados contabilmente (Nota 33).

5.5 - Provisões e passivos contingentes

As provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis são reconhecidas quando há obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, cuja liquidação seja provável e que seja possível estimarem os valores de forma confiável, com base na avaliação da Administração e dos assessores jurídicos internos e externos. Os valores provisionados são registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos referidos processos judiciais. Riscos contingentes com expectativa de perda possível são divulgados pela Administração, não sendo constituída provisão. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis (Nota 34).

5.6 - Provisão para Perda Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD

A Companhia adotou a abordagem simplificada e calcula a perda esperada, com base na expectativa de risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida útil do instrumento financeiro de acordo com o IFRS 9, que estabeleceu uma matriz de cálculo com base nas taxas de perda esperadas das contrapartes.

Considera-se um ativo financeiro inadimplente quando: (i) é improvável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito com a Companhia sem recorrer a ações como a garantia (se houver); ou (ii) o ativo financeiro expirou de acordo com as regras atuais. Vide notas 10 e 11.

5.7 - Avaliação de instrumentos financeiros

A Administração da Eletrobras utiliza técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros, como fluxos futuros contratuais esperados, prazos de recebimentos destes fluxos e taxas de desconto. A nota 44 apresenta as informações sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas. A Administração da Eletrobras e suas controladas acreditam que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

5.8 - Contratos onerosos

A Companhia e as controladas utilizam-se de premissas relacionadas aos custos e benefícios econômicos de cada contrato para a determinação da existência ou não de um contrato oneroso. No caso de compromissos de longo prazo como compra e venda de energia, uma das estimativas críticas na determinação do montante de provisão para a venda futura do contrato é o Preço de Liquidação de Diferenças - PLD considerado nos fluxos de caixa, sendo que a Companhia utiliza como base o PLD médio histórico aprovado pela Administração da Eletrobras como premissa para o cálculo da provisão do contrato oneroso, assim como a taxa de desconto utilizada para os fluxos de caixa. Os valores reais do PLD e/ou dos elementos considerados dentro da taxa de desconto ao longo dos anos podem ser superiores ou inferiores aos das premissas utilizadas pela Companhia. Adicionalmente, a Companhia avalia se há contratos onerosos em concessões onde o atual custo esperado para a operação e manutenção não é coberto integralmente pelas receitas (Nota 32).

Notas Explicativas



5.9 - Avaliação dos ativos contratuais de transmissão

Os ativos de transmissão da Companhia são tratados no escopo do CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente e classificados como ativos de contrato. Todas as concessões de transmissão da Eletrobras e suas controladas estão classificadas dentro do modelo de ativo contratual, conforme CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual (Nota 17) se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo Contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido.

O valor do ativo contratual da Eletrobras e suas controladas é formado substancialmente por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação e são revisitados a cada Revisão Tarifária Periódica - RTP.

A Administração da Eletrobras utilizou as seguintes principais premissas para avaliar os ativos contratuais de transmissão:

- A RAP estipulada no contrato de concessão (*Bid* leilão ou renovação da concessão);
- Curva de investimento previsto anexado ao contrato de concessão, taxa de depreciação considerada no contrato de concessão;
- Taxa de retorno implícita do contrato obtida após a precificação das margens pelo fluxo de RAP esperado no momento da renovação ou celebração contratual em comparação ao fluxo de investimento esperado ou realizado;
- Atribuição de margens a partir do WACC da Eletrobras com acréscimo de risco por componente de operação e construção; e
- Inclusão da Parcela Variável - PV como critério de risco baseado no histórico apurado.

5.10 - Estimativa da taxa incremental de arrendamentos

Os arrendamentos vigentes não possuem sua taxa de juros implícita prontamente identificável, motivo pelo qual a Companhia considera a taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos de arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao tomar empréstimos, por prazo semelhante, para obter os recursos necessários para a aquisição de ativos com valores similares ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A Companhia obtém as taxas específicas que abrangem o prazo remanescente de cada contrato. Como não é possível determinar a taxa de juros implícita no arrendamento, a Companhia estima o custo de financiamento do arrendatário para determinação da taxa de desconto dos arrendamentos, (Nota 27).

5.11 – Determinação da vida útil dos ativos

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A Companhia considera que a vida útil estimada de cada ativo é semelhante às taxas de depreciação determinadas pela ANEEL, as quais são tidas pelo mercado como aceitáveis por expressar adequadamente o tempo de vida útil dos bens.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

5.12 – Determinação de controle

Em algumas circunstâncias julgamento é exigido para determinar se, depois de considerar todos os fatores relevantes, a Companhia possui controle, controle conjunto ou influência significativa sobre uma entidade.

Notas Explicativas**5.13 – Repactuação dos custos de risco hidrológico**

Os ativos intangíveis relacionados a repactuação do risco hidrológico foram reconhecidos a valor justo pelas controladas da Companhia. O valor justo foi determinado com base nos parâmetros determinados pela regulamentação da ANEEL e os valores das compensações calculados pela CCEE. Os direitos de extensão foram reconhecimentos em contrapartida da rubrica "Custos operacionais – Repactuação do risco hidrológico". A amortização é reconhecida pelo método linear até o final do prazo de concessão, ajustado com a extensão a partir da data de repactuação.

NOTA 6 – CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e Bancos	6.035	21.623	85.608	124.139
Aplicações Financeiras (a)	1.349	7	107.051	162.468
Total	7.384	21.630	192.659	286.607

(a) As aplicações financeiras são de liquidez imediata, substancialmente com remuneração CDI/SELIC. Nenhum título público encontra-se classificado como caixa e equivalentes de caixa.

Prática contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses.

Os saldos considerados como equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de liquidez imediata, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e à gestão de caixa da Companhia.

NOTA 7 – CAIXA RESTRITO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Comercialização - Itaipu (a)	1.038.270	1.314.234	1.038.270	1.314.234
Comercialização - PROINFA (b)	1.041.481	1.471.908	1.041.481	1.471.908
PROCEL	433.268	495.260	433.268	495.260
Conta Garantia - SPEs (c)	-	100.000	-	100.000
Recursos da RGR	31.575	30.890	31.575	30.890
Convênio Itaipu (d)	-	-	-	161.070
Total	2.544.594	3.412.292	2.544.594	3.573.362

(a) Comercialização – Itaipu

A base tarifária e os termos de comercialização estarão vigentes até 2023, quando então deverão ser revistos pelas Altas Partes, que são os Estados Brasileiro e Paraguai. A tarifa de Itaipu é uma tarifa "por custo de serviço" e foi estabelecida de forma preponderante a permitir o pagamento do serviço da dívida e a manter os seus gastos de operação e manutenção. Maiores detalhes, vide nota 18.

(b) Comercialização – PROINFA

O PROINFA, instituído pela Lei nº 10.438/2002, e suas alterações, tem como objetivo a diversificação da matriz energética brasileira com a utilização de fontes renováveis de energia, mediante o aproveitamento econômico dos insumos disponíveis e das tecnologias aplicáveis. As concessionárias de transmissão pagam à Companhia o valor de energia em quotas, equivalente ao custo correspondente à participação dos consumidores cativos, dos consumidores livres e dos autoprodutores conectados às suas instalações. As operações relativas à compra e venda de energia no âmbito do PROINFA não afetam o resultado da Companhia. Maiores detalhes, vide nota 40.

Notas Explicativas



(c) Conta Garantia – SPEs

Com a venda do Complexo Eólico Hermenegildo, alienada em 2020, não se faz mais necessário aportar tal garantia, ocasionando uma redução no saldo da referida rubrica.

(d) Convênio Itaipu

Em dezembro de 2020, foi celebrado um convênio de cooperação técnica e financeira entre Furnas e Itaipu Binacional, cujo objeto é a revitalização do sistema de corrente contínua de Furnas dedicado à Usina Hidrelétrica de Itaipu. Em janeiro de 2021 este saldo foi transferido para títulos e valores mobiliários, vide nota 8.

Prática contábil

O caixa restrito é composto por aplicações financeiras mensuradas ao valor justo, sendo os recursos arrecadados pelos respectivos fundos que são utilizados exclusivamente para atender às suas disposições regulamentares não estando disponíveis para a Companhia.

NOTA 8 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em atendimento a Resolução nº 3.284 do Banco Central do Brasil, as aplicações das disponibilidades oriundas de receitas próprias das empresas públicas e das sociedades de economia mista, integrantes da Administração Federal Indireta, somente podem ser efetuadas em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal – CEF e pelo Banco do Brasil S.A. Logo, a Companhia aplica seus recursos nos fundos extramercados lastreados em títulos públicos substancialmente de vencimento de longo prazo, cuja utilização contempla tanto o programa de investimento corporativo no curto prazo como também, a manutenção do caixa operacional da Companhia.

Em 1º de março de 2022 a referida Resolução foi revogada por meio da Resolução nº 4.986 do Conselho Monetário Nacional – CMN, entretanto a Companhia ainda mantém seus investimentos nas mesmas instituições financeiras.

Os montantes classificados como circulante atendem os critérios exigidos no CPC 26/IAS 01 – Apresentação das Demonstrações Contábeis uma vez que sua realização é esperada no decurso normal do ciclo operacional da Companhia, portanto a Companhia reclassificou os montantes referentes ao Fundo de Energia do Sudeste e Centro-Oeste - FESC e Fundo de Energia do Nordeste - FEN anteriormente apresentados no circulante, para o não circulante, tendo em vista que não há a expectativa de utilização dos mesmos no curto prazo de acordo com suas respectivas restrições de investimento.

O detalhamento dos títulos e valores mobiliários, nos fundos nos quais a Companhia aplica seus recursos, se dá como se segue:

Notas Explicativas



Títulos	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020 (Reclassificado)
Circulante				
Letra do Tesouro Nacional *	5.407.449	6.206.587	9.823.486	8.697.929
Nota do Tesouro Nacional - série F *	49.842	1.230.849	143.768	1.727.775
Letra Financeira do Tesouro Nacional *	-	-	690.470	100.928
Títulos de Renda Fixa *	-	-	3.182.447	1.995.010
Operações Compromissadas	569.074	302.615	1.489.807	641.878
Outros	-	-	145.227	506.538
Títulos Restritos				
Convênio Itaipu (a)	-	-	165.571	-
	6.026.365	7.740.051	15.640.776	13.670.058
Não Circulante				
Partes Beneficiárias (b)	393.747	320.299	393.747	320.299
Fundo de Energia do Sudeste e Centro-Oeste (c)	-	-	554.123	253.731
Fundo de Energia do Nordeste (d)	-	-	140.705	115.569
Outros	4.533	2.585	4.901	2.937
	398.280	322.884	1.093.476	692.536
Total	6.424.645	8.062.935	16.734.252	14.362.594

(*) Títulos com indexador Prefixado.

(a) Convênio Itaipu

Em dezembro de 2020, foi celebrado um convênio de cooperação técnica e financeira entre Furnas e Itaipu Binacional, cujo objetivo é a cooperação para desenvolvimento conjunto do projeto denominado "Revitalização do Sistema HVDC de Furnas Associado à UHE Itaipu" que consiste na modernização de equipamentos na estação conversora em Foz do Iguaçu. A modernização do sistema de transmissão associado à UHE Itaipu, se encontra no Plano Decenal de Expansão de energia – PDE 2030, aprovado pela Portaria Normativa MME nº 2, de 25 de fevereiro de 2021.

(b) Partes Beneficiárias

Títulos adquiridos em decorrência da reestruturação do investimento da Companhia na controlada INVESTCO S.A. Estes ativos garantem rendimentos anuais equivalentes a 10% do lucro das empresas Lajeado Energia S.A., Paulista Lajeado Energia S.A. e CEB Lajeado Energia S.A., pagos juntamente com os dividendos, e serão resgatados no vencimento previsto para outubro de 2032, mediante sua conversão em ações preferenciais do capital social das referidas empresas. Esses títulos são ajustados a valor presente.

(c) Fundo de Energia do Sudeste e Centro-Oeste – FESC

Fundo setorial, criado pela MP nº 677/2015, convertida em Lei nº 13.182/2015, de 03 de novembro de 2015, com o objetivo de prover recursos para suprir as empresas eletrointensivas do Centro-Oeste e do Sudeste, o FESC permite que Furnas negocie energia elétrica a preços competitivos com as indústrias de ferroliga, de silício metálico, ou de magnésio, com ampliação dos investimentos em energia elétrica, especialmente nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste. Furnas usará os recursos deste fundo para a aquisição/formação destas SPEs podendo sua participação acionária ser de até 49% do capital próprio dessas sociedades.

(d) Fundo de Energia do Nordeste – FEN

Fundo setorial, criado pela MP nº 677/2015, convertida em Lei nº 13.182/2015, de 03 de novembro de 2015. Os recursos revertidos para o fundo são calculados pela diferença entre o preço pago pelos grandes consumidores à Chesf e o custo de geração da energia, nos termos da legislação, com o objetivo de prover recursos para a implantação de empreendimentos de energia elétrica na Região Nordeste do Brasil, por meio de SPEs. A Chesf usará os recursos deste fundo para a aquisição/formação destas SPEs podendo sua participação acionária ser de até 49% do capital próprio dessas sociedades.

Notas Explicativas**Prática contábil**

Os títulos e valores mobiliários da Companhia são inicialmente mensurados a valor justo e, posteriormente, mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado por se tratarem substancialmente de investimentos em títulos públicos federais brasileiros, em conformidade com a Resolução nº 3.284 do Banco Central do Brasil.

NOTA 9 – FUNDO PARA DESCOMISSIONAMENTO

O descomissionamento de usinas nucleares constitui-se de um conjunto de medidas tomadas para retirar de serviço, com segurança, uma instalação nuclear, reduzindo a radioatividade residual a níveis que permitam liberar o local para uso restrito ou irrestrito. Para permitir a inclusão dos custos a serem incorridos com o descomissionamento das Usinas Angra 1 e 2, foi constituído contabilmente uma obrigação para desmobilização de ativos, com base em estudos técnicos elaborados pela Companhia, conforme nota 35.

Anualmente, a Eletrobras estabelece o montante a ser recolhido ao fundo financeiro para o descomissionamento das Usinas Angra 1 e Angra 2, considerando como base de cálculo, a parcela considerada pela ANEEL, na receita fixa das mencionadas usinas. Para o exercício de 2021, o valor depositado foi de R\$ 186.781 (R\$ 184.960 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

O mencionado fundo é mantido com o Banco do Brasil, através de um fundo de investimento extramercado de longo prazo, exclusivo para acumular os recursos destinados a custear as atividades de descomissionamento. A titularidade deste fundo pertence à Eletrobras, conforme determinado pelo CNPE.

A seguir, demonstramos o detalhamento de carteira do mencionado fundo:

	CONTROLADORA / CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020
Títulos públicos	1.990.189	1.593.736
Op. Compromissadas	74.551	165.359
Dólar comercial futuro	(9.068)	(5.303)
Outros	41	35
Total	2.055.713	1.753.827

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o fundo para descomissionamento apresenta acréscimo financeiro de R\$ 78.680 (R\$ 405.281 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020), em função da carteira do Fundo Financeiro para descomissionamento conter título público vinculado à variação da moeda dólar norte-americano.

Prática contábil

A Companhia considera o fundo para descomissionamento como um ativo financeiro mensurado a valor justo por meio do resultado, no qual os ganhos e perdas financeiras são reconhecidos na rubrica do resultado financeiro, uma vez que a carteira deste fundo contém títulos públicos vinculados à variação do dólar norte-americano. Além disso, os rendimentos financeiros, incorridos ao longo do exercício, estão sujeitos à devida tributação do imposto de renda na fonte.

Notas Explicativas



NOTA 10 – CLIENTES

	CONSOLIDADO					31/12/2020
	31/12/2021					
	A vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos + de 90 dias	Créditos Renegociados	Total	Total
Circulante						
Suprimento/Fornecimento de Energia (a)	2.365.930	118.645	286.721	22.685	2.793.981	3.317.936
Energia Elétrica de Curto Prazo - CCEE (b)	220.541	76.671	1.950	-	299.162	1.872.261
Uso da Rede Elétrica (c)	795.792	30.302	34.892	-	860.986	844.587
Conexão/Disponibilização ao Sistema de Transmissão PROINFA	386.248	13.197	111.927	-	511.372	757.967
Parcelamento (-) PECLD (d)	524.939	-	-	-	524.939	336.692
	22.739	28.438	-	582.574	633.751	112.212
	(122.676)	(24.948)	(263.613)	(117.978)	(529.215)	(1.269.998)
	4.193.513	242.305	171.877	487.281	5.094.976	5.971.657
Não Circulante						
Suprimento/Fornecimento de Energia (a)	-	-	9.548	1.825.119	1.834.667	2.129.202
Energia Elétrica de Curto Prazo - CCEE (b)	-	-	293.560	-	293.560	293.560
Uso da Rede Elétrica (c)	-	-	4.348	-	4.348	4.348
(-) PECLD (d)	-	-	(307.456)	(832.039)	(1.139.495)	(1.365.211)
	-	-	-	993.080	993.080	1.061.899
Total Clientes	4.193.513	242.305	171.877	1.480.361	6.088.056	7.033.556

(a) Suprimento/Fornecimento de Energia

Créditos a receber decorrentes da venda de energia no Ambiente de Contratação Regulada – ACR e no Ambiente de Contratação Livre – ACL.

Em julho de 2021, a controlada Eletronorte celebrou o 4º Instrumento de Confissão de Dívidas – ICD, cujo objeto é a repactuação da dívida da Amazonas Energia S.A. junto à Eletronorte referente às faturas de Operação e Manutenção - O&M e Potência dos contratos dos Produtores Independentes de Energia - PIEs, localizados na capital de Manaus, vencidos entre novembro de 2020 a julho de 2021. O valor pactuado foi de R\$ 808.750 sendo as condições da pactuação: carência de 12 meses de juros e principal encerrando em 30 de junho de 2022, prazo de amortização de 60 meses, taxa de Certificado de Depósito Interbancário - CDI +2,75% a.a., com vinculação, em garantia, de recebimento de créditos estimados de Sobrecontratação e Mercado de Curto Prazo nos montantes de aproximadamente R\$ 73.000 e R\$ 80.000, respectivamente, que vierem a ser recebidos pela Amazonas Energia S.A. e também com garantia equivalente a uma prestação. O saldo a receber referente aos ICD com a Amazonas Energia S.A. em 31 de dezembro de 2021 corresponde a R\$ 1.713.807.

(b) Energia Elétrica de Curto prazo – CCEE

Créditos a receber decorrentes da liquidação das diferenças entre os montantes de energia elétrica contratados e os montantes de geração ou consumo efetivamente verificados e atribuídos aos respectivos agentes da CCEE.

Em agosto de 2021, a controlada Chesf realizou o pagamento na CCEE do valor de R\$ 1.419.935, sendo este composto por um débito de R\$ 1.824.795 menos um crédito de R\$ 404.860 em virtude do GSF. Adicionalmente, houve o registro da baixa definitiva no valor de R\$ 790.126 em função do resultado da análise da situação de créditos vencidos de longa data.

(c) Uso de Rede Elétrica

Créditos a receber decorrentes do uso da rede de transmissão pelos usuários conectados à rede.

(d) Provisão para Perda Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD

As controladas constituem e mantêm provisões a partir de análise dos valores constantes das contas a receber vencidas e a vencer, analisando o histórico de perdas e a expectativa da Companhia com relação a perdas esperadas sobre os créditos, cujo montante é considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas esperadas na realização desses ativos a vencer e vencidos.

Notas Explicativas

As movimentações na provisão nos exercícios de 12 meses findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são as seguintes:

CONSOLIDADO		
Saldo inicial em 31 de dezembro 2020 e 2019	2.635.209	1.928.072
(+) Constituição	619.232	994.167
(-) Reversão	(738.732)	(189.302)
(-) Baixa	(855.403)	(97.728)
Transferências	8.404	-
Saldo final em 31 de dezembro 2021 e 2020	1.668.710	2.635.209

Em maio de 2021, a controlada Eletronorte assinou com a Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA, o Acordo de Renegociação de Dívidas - ARD, cujo objeto foi a novação da dívida da CEA junto a Eletronorte com a finalidade de: (i) viabilizar o recebimento dos créditos pela Eletronorte em função da atual situação econômica e financeira da CEA; e (ii) auxiliar a viabilização do processo de licitação da concessão de distribuição de energia elétrica associada à transferência de controle da Distribuidora, conforme regulado pela Lei n.º 12.783/2013, pelo Decreto nº 9.192/2017, e pelas condições aprovadas pela Portaria Interministerial nº 2, de 08 de março 2021, emitida em conjunto pelo Ministério de Minas e Energia e Ministério da Economia. Uma das condições de eficácia do referido ARD foi a desestatização da CEA ocorrida em junho de 2021, conforme estabelecido na Lei nº 14.120/2021.

A distribuidora Roraima Energia S.A., antes de ser privatizada, possuía dívidas renegociadas e não pagas com Eletronorte que foram objeto de instrumento de reconhecimento e parcelamento de dívida firmado em fevereiro de 2019, no valor de R\$ 540.583. Durante o período de carência, a devedora manteve adimplência dos juros sobre o principal, não sendo verificado nenhum atraso. Com o fim desse período, iniciou-se o pagamento das parcelas de juros acrescidos de amortização e, até o presente momento, não foi observado inadimplemento.

A controlada Eletronorte, considerando a análise de crédito, capacidade financeiras da contraparte e o histórico de adimplência no pagamento da dívida renegociada, seguindo a política de provisão para crédito de liquidação duvidosa, reverteu provisão para crédito de liquidação duvidosa no montante de R\$ 520.757 com a Roraima Energia S.A e o montante de R\$ 134.129 da Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA.

Em dezembro de 2021 a Eletronorte alterou o risco do cliente Amazonas Energia tendo em vista a recente inadimplência da mesma em relação aos débitos vencidos e não pagos e reconheceu uma provisão adicional de R\$ 450.223. O total provisionado como PECLD da Amazonas Energia em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 916.353.

A controlada Chesf registrou uma baixa no valor de R\$ 790.126 em função do resultado da análise da situação de créditos vencidos de longa data. Este registro não afetará o andamento dos processos relacionados às cobranças judiciais em curso.

A constituição, reversão e baixa da provisão foram registradas no resultado do exercício como despesas operacionais, vide nota 41.1.

Prática contábil

As contas a receber de clientes são contabilizadas com base no regime de competência, reconhecidas inicialmente pelo preço da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado menos a provisão para PECLD.

A Companhia adotou a abordagem simplificada para cálculo da perda estimada em crédito, conforme mencionado na nota 5.6.

A apuração da PECLD é realizada com base em dois critérios, e mensurada dos dois o maior:

- Análise individual por cliente e tempo de relacionamento:

Notas Explicativas



Clientes com mais de dois anos de relacionamento: *Aging list* individualizado por cliente, ou seja, histórico de faturamento versus recebimento considerando um cenário de 2 anos sendo o percentual de inadimplência aplicado no saldo total do contas a receber deste cliente;

Clientes entre 1 ano e 2 anos de relacionamento: *Aging list* individualizado por cliente, ou seja, histórico de faturamento versus recebimento considerando um cenário de tempo de relacionamento (entre 1 e 2 anos) sendo o percentual de inadimplência aplicado no saldo total do contas a receber deste cliente; e

Clientes com menos de 1 ano: *Aging list* médio da carteira integral de clientes. Histórico de faturamento de toda carteira versus recebimento integral considerando cenário de 2 anos sendo o percentual de inadimplência aplicado no saldo do novo cliente.

- Análise por fatura vencida:

Provisionamento do saldo da fatura vencida entre 90 e 119 dias, provisão de 50% da fatura; vencida entre de 120 e 179 dias, acréscimo de 25% na provisão; e vencido há mais de 180 dias, acréscimo de 25% na provisão totalizando 100% da fatura e provisionamento das demais faturas, independente do prazo. Em relação aos créditos renegociados, a Companhia realiza o provisionamento de 100% do saldo do cliente a partir do vencimento de qualquer fatura renegociada e a reversão dos saldos ocorre a partir da adimplência de 3 faturas consecutivas.

Com base na avaliação de perda estimada de clientes adimplentes, as contas a receber são normalmente liquidadas em um período de até 45 dias, motivo pelo qual os valores contábeis representam substancialmente os valores justos nas datas de encerramento contábil. Desta forma, esse grupo de clientes não possuem índice de inadimplência relevante ou significativo que justificassem o provisionamento de risco individual.

Os valores são baixados da provisão e reconhecidos como perda definitiva quando não há mais expectativa de recuperação dos recursos.

Os créditos renegociados são recalculados com base nos fluxos de caixa renegociados, descontados pela taxa de juros efetiva original dos contratos ou pelas taxas de juros revisadas. As diferenças entre os créditos originais e os créditos recalculados são reconhecidos no resultado.

NOTA 11 – FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS A RECEBER

	Taxa Média		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Eletronorte (a)	6,73	5,54	2.072.281	503.913	-	-
CGT Eletrosul	5,76	4,00	1.277.658	1.260.147	-	-
Eletronuclear	5,00	5,00	651.276	715.486	-	-
Fumas	5,83	5,61	611.165	1.459.009	-	-
Amazonas GT (a)	-	3,20	-	2.270.943	-	-
Amazonas Energia S.A.	7,59	5,78	4.009.587	3.998.324	4.009.587	3.998.324
Itaipu Binacional (b)	5,43	6,93	688.884	4.200.471	688.884	4.200.471
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	5,69	3,45	1.135.749	1.505.961	1.135.749	1.505.962
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A	5,34	3,75	687.679	1.008.052	687.679	1.008.052
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	6,29	2,50	411.595	571.127	411.595	571.127
Roraima Energia S.A.	7,02	2,22	143.896	147.764	143.896	147.764
Outras	-	-	154.476	248.201	154.477	248.201
(-) PECLD	-	-	(1.388.340)	(755.002)	(1.388.340)	(755.002)
Total			10.455.906	17.134.396	5.843.527	10.924.899
Principal			2.234.352	5.849.243	1.232.745	4.696.162
Encargos			40.949	88.080	19.021	52.499
Circulante			2.275.301	5.937.323	1.251.766	4.748.661
Não Circulante			8.180.605	11.197.073	4.591.761	6.176.238
Total			10.455.906	17.134.396	5.843.527	10.924.899

(a) A Amazonas GT foi incorporada pela Eletronorte em julho de 2021.

(b) A redução no saldo devedor está diretamente relacionada à amortização no valor de R\$ 3.637.681.

Notas Explicativas

Os financiamentos e empréstimos concedidos são efetuados com recursos próprios da Companhia e de recursos externos captados através de agências internacionais de desenvolvimento, instituições financeiras e decorrentes do lançamento de títulos nos mercados financeiros nacional e internacional.

Todos os financiamentos e empréstimos concedidos estão respaldados por contratos formais firmados com as mutuárias. Quanto ao montante, cerca de 60% dos recebíveis deverão ser amortizados nos próximos cinco anos, em sua maioria em parcelas mensais, sendo a taxa média de juros ponderada pelo saldo da carteira, de 7,90% ao ano.

A Controladora é credora de um empréstimo com Itaipu Binacional com cláusula de atualização cambial que representa 11% do total da carteira consolidada (38% em 31 de dezembro de 2020). Os demais financiamentos e empréstimos preveem atualização com base em índices de IGP-M e IPCA.

11.1 - Provisão para Perda Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD Empréstimos a receber

As movimentações na provisão dos financiamentos e empréstimos concedidos da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são as seguintes:

CONTROLADORA / CONSOLIDADO		
Saldo inicial em 31 de dezembro 2020 e 2019	755.002	632.643
(+) Complemento	633.338	335.762
(-) Reversões	-	(213.403)
Saldo final em 31 de dezembro 2021 e 2020	1.388.340	755.002

A provisão realizada no exercício de 2021 refere-se principalmente à inadimplência da Amazonas Energia relacionada a primeira parcela dos contratos de serviço da dívida vencida em dezembro de 2021. Diante desta inadimplência e avaliando o histórico dessas negociações, a Eletrobras realizou uma provisão adicional no montante total de R\$ 620.089, totalizando R\$ 1.255.761.

Tal volume de provisão é julgado suficiente pela Administração da Eletrobras para fazer face a perdas esperadas nestes ativos, com base em análise do comportamento da carteira.

Prática Contábil

A companhia reconhece inicialmente os financiamentos e empréstimos a receber a valor justo, subsequentemente mensurados a custo amortizado, com pagamentos fixos ou determináveis e taxa média de juros, ponderada pelo saldo da carteira. O valor contábil destes ativos financeiros é reduzido por uma conta redutora de perda esperada de crédito para liquidação duvidosa. A constituição e a reversão da PECLD são registradas no resultado do exercício como Provisões Operacionais.

Notas Explicativas



NOTA 12 – REMUNERAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Os valores apresentados referem-se a dividendos e juros sobre o capital próprio a receber, líquidos de Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, quando aplicável, decorrente de investimentos de caráter permanente mantidos pela Companhia.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Circulante				
Controladas				
Eletronorte	2.471.778	1.405.170	-	-
Chesf	1.293.289	1.799.293	-	-
Fumas	984.621	508.472	-	-
CGT Eletrosul	69.143	470.903	-	-
Eletropar	5.116	8.997	-	-
Coligadas				
Lajeado Energia S.A.	101.318	100.280	101.318	100.280
Interligação Elétrica do Madeira S.A. - IE Madeira	-	-	60.238	2.859
Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. - CTEEP	40.431	195.155	40.431	198.359
Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. - BMTE	-	-	37.964	34.121
Manaus Construtora LTDA	-	-	23.298	23.298
Energética Águas da Pedra S.A. - EAPSA	-	-	21.854	14.034
Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica - CEEE-G	18.522	-	18.522	-
CEB Lajeado S.A.	17.267	12.147	17.267	12.147
Interligação Elétrica Garanhuns S.A. - IE Garanhuns	-	-	14.453	8.055
Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.	-	-	13.560	-
Goiás Transmissão S.A.	-	-	10.594	8.146
MGE Transmissão S.A.	-	-	10.498	5.616
Sistema de Transmissão Nordeste S.A. - STN	-	-	9.428	-
Retiro Baixo Energética S.A.	-	-	7.072	3.858
Paulista Lajeado Energia S.A.	5.371	15.202	5.371	15.202
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	-	-	4.997	6.163
Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T	4.064	-	4.064	-
Transenergia São Paulo S.A.	-	-	2.691	14.760
Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE	-	92.172	-	95.639
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	-	72.155	-	72.155
Enerpeixe S.A.	-	-	-	11.653
Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. - TSLE	-	-	-	4.153
Outros	17.811	40.545	39.522	45.012
Total	5.028.731	4.720.491	443.142	675.510

Prática contábil

Este grupo de contas destina-se à contabilização, dos créditos referentes a dividendos e juros sobre capital próprio, provenientes dos investimentos de acordo com a nota 20. Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro.

NOTA 13 – TRIBUTOS A RECUPERAR

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo circulante				
IRRF	453.927	512.074	518.797	729.591
PIS/COFINS a recuperar	2.798	7.126	191.934	38.571
Contribuição Social	-	-	-	29.365
ICMS a recuperar	-	-	30.290	6.540
Outros	-	-	14.885	29.893
	456.725	519.200	755.906	833.960
Ativo não circulante				
IR/CS	3.365	2.781	180.193	186.791
PIS/COFINS a recuperar	-	-	183.772	180.903
ICMS a recuperar	-	-	64.706	39.694
Outros	-	-	20.587	22.657
	3.365	2.781	449.258	430.045
Total	460.090	521.981	1.205.164	1.264.005

Notas Explicativas



NOTA 14 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

14.1 - Imposto de renda e contribuição social corrente

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo circulante				
Antecipações/ Saldo negativo de IRPJ e CSLL	640.191	829.569	1.487.777	1.292.750
Passivo circulante				
Imposto de Renda corrente	-	-	35	232.716
Contribuição Social corrente	-	-	19.589	86.719
	-	-	19.624	319.435

14.2 - Imposto de renda e contribuição social diferidos

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo não circulante				
IRPJ e CSLL Diferidos	-	-	1.500.987	2.068.894
Passivo não circulante				
IRPJ e CSLL Diferidos	569.816	650.523	7.244.737	3.705.055

14.3 - Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Impostos diferidos por controladas					
	31/12/2021			31/12/2020		
	Ativo	Passivo	Efeito Líquido ativo (passivo)	Ativo	Passivo	Efeito Líquido ativo (passivo)
Ativo diferido						
Eletronorte	-	-	-	2.000.596	(1.718.093)	282.503
CGT Eletrosul	2.946.137	(1.445.150)	1.500.987	2.853.789	(1.213.385)	1.640.404
Chesf	-	-	-	1.848.014	(1.702.027)	145.987
Total	2.946.137	(1.445.150)	1.500.987	6.702.399	(4.633.505)	2.068.894
Passivo diferido						
Eletrobras	-	(569.816)	(569.816)	-	(650.523)	(650.523)
Chesf	1.754.433	(2.424.625)	(670.192)	-	-	-
Furnas	2.324.090	(6.459.602)	(4.135.512)	2.159.704	(5.203.825)	(3.044.121)
Eletropar	-	(9.805)	(9.805)	-	(10.411)	(10.411)
Eletronorte	1.374.181	(3.233.593)	(1.859.412)	-	-	-
Eletronuclear	549.705	(549.705)	-	827.493	(827.493)	-
Total	6.002.409	(13.247.146)	(7.244.737)	2.987.197	(6.692.252)	(3.705.055)
Total	8.948.546	(14.692.296)		9.689.596	(11.325.757)	

Destaca-se a alteração do saldo líquido apresentado pela controlada Eletronorte no valor de R\$ 1.859.412 (passivo), em 31 de dezembro de 2021 (Ativo no valor de R\$ 282.503, em 31 de dezembro de 2020). Tal alteração ocorreu em virtude, principalmente, do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSSL diferidos sobre as reversões de PECLD, na ordem de R\$ 535.366 (redução do ativo) e o IRPJ e CSSL diferidos sobre o resultado das extensões das outorgas das concessões (GSF) de Tucuruí, Samuel e Curuá-Una no valor total de R\$ 971.778 (aumento do passivo).

Notas Explicativas



	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Tributos diferidos ativos				
Provisões Operacionais	-	-	1.015.144	2.642.799
Créd. Tributário s/ Prejuízo Fiscal e Base Negativa	-	-	2.052.298	2.182.759
Provisão para Contingências	-	-	2.370.870	2.176.195
Provisão de créditos de liquidação duvidosa	-	-	1.075.818	1.238.181
Ajuste da Lei 11.638/2007- RTT (IFRS)	-	-	348.481	657.891
Provisão para perdas em investimentos	-	-	234.400	161.127
Impairment	-	-	1.535.144	157.121
Outros	-	-	316.391	473.523
Total Ativo	-	-	8.948.546	9.689.596
Tributos diferidos passivos				
Ativo de contrato	-	-	10.104.705	8.822.661
Repactuação do Risco Hidrológico	-	-	1.344.845	-
AVP sobre Desmobilização de Ativo	-	-	416.620	789.109
Ajuste da Lei 11.638/2007- RTT (IFRS)	-	-	844.659	156.764
Instrumentos Financeiros VJORA	569.816	650.523	569.816	650.523
Ajustes CPC 47	-	-	296.528	157.236
Depreciação acelerada	-	-	273.826	247.127
Outros	-	-	841.297	502.337
Total Passivo	569.816	650.523	14.692.296	11.325.757
Tributos diferidos passivos, líquidos	569.816	650.523	5.743.750	1.636.161

Os montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras são resultantes de nossa melhor estimativa dos lucros tributáveis futuros, sendo a base do valor registrado formada pelas diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social de cada entidade.

A Companhia possui tributos diferidos (líquidos) derivados de diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, cuja realização esperada por exercício futuro é como segue:

	Eletrobras	CGT Eletrosul	Furnas	Chesf	Eletropar	Eletronorte	Total
2022	(189.939)	209.010	(597.571)	(4.005)	(3.268)	(40.124)	(625.897)
2023	(189.939)	176.711	(908.112)	(4.005)	(3.268)	(39.199)	(967.812)
2024	(189.938)	165.540	(998.503)	(13.292)	(3.269)	(98.902)	(1.138.364)
2025	-	27.157	(1.056.357)	(13.407)	-	(189.648)	(1.232.255)
Após 2025	-	922.569	(574.969)	(635.483)	-	(1.491.539)	(1.779.422)
Total	(569.816)	1.500.987	(4.135.512)	(670.192)	(9.805)	(1.859.412)	(5.743.750)

Adicionalmente, a Eletrobras e sua controlada Eletronuclear não apresentam perspectiva de lucro tributável futuro e, desta forma, os créditos tributários diferidos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não registrados nas demonstrações financeiras somam o valor de R\$ 3.565.988 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 2.926.448 em 31 de dezembro de 2020).

	31/12/2021	31/12/2020
Eletrobras	3.205.305	2.470.549
Eletronuclear	360.683	352.817
Amazonas GT (a)	-	103.082
Total	3.565.988	2.926.448

(a) A Amazonas GT foi incorporada pela Eletronorte em julho de 2021.

Além dos créditos tributários diferidos não reconhecidos, derivados de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, conforme demonstrado acima, a Controladora possui em seus livros fiscais diferenças temporárias ativas, que caso existissem os pressupostos para reconhecimento contábil, gerariam ativo fiscal diferido no montante de R\$ 11.204.268, em 31 de dezembro de 2021, cuja composição é apresentada a seguir:

Notas Explicativas



Ativo Fiscal Diferido sobre diferenças temporárias não reconhecido	31/12/2021
Contingências	9.791.418
Provisão atuarial	255.238
PECLD	459.523
Variação cambial passiva	216.209
Outros	481.880
Total	11.204.268

14.4 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
	IRPJ/CSLL		IRPJ/CSLL	
Resultado operacional antes dos tributos	5.646.141	6.338.688	10.994.356	6.952.646
Total do IRPJ e CSLL calculado às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(1.919.688)	(2.155.154)	(3.738.081)	(2.363.900)
Efeitos de adições e exclusões:				
Tributos diferidos não reconhecidos/baixados (a)	(8.333.715)	(2.914.589)	(9.336.783)	(2.541.696)
Variação Cambial	(136.397)	169.228	(136.397)	169.228
Equivalência patrimonial	6.337.852	3.562.531	722.018	568.107
Provisões	4.166.364	1.226.823	5.721.293	826.380
Receita financeira - Ativo de Contrato	-	-	689.880	272.654
Receita de Dividendos	48.435	12.455	322.696	456.147
Constituição de tributo diferido sobre prejuízo fiscal/base negativa	-	-	13.525	1.698.017
Constituição/Reversão de Créditos Tributários	-	-	(887.365)	11.682
Incentivos Fiscais (b)	-	-	732.541	924.200
Doações	(4.377)	(4.408)	(17.830)	(17.889)
Repactuação Risco Hidrológico	-	-	1.317.411	-
Demais adições e exclusões permanentes	(158.474)	103.114	(683.631)	(568.263)
Total da despesa de IRPJ e CSLL	-	-	(5.280.723)	(565.333)
Alíquota efetiva	0,00%	0,00%	48,03%	8,13%

(a) Tributos diferidos ativos não reconhecidos / baixados

São compostos por diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de CSLL apurados no exercício, cujos benefícios tributários não foram reconhecidos devido à ausência de projeção de lucros tributários futuros.

(b) Incentivos Fiscais

A Medida Provisória nº 2.199/14 de 24 de agosto de 2001, alterada pela Lei nº 11.196/2005, possibilita que as empresas situadas nas regiões de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE e da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, que possuam empreendimentos no setor de infraestrutura, considerado em ato do Poder Executivo, um dos setores prioritários para o desenvolvimento regional, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de instalação, ampliação, modernização ou diversificação.

Nesse contexto, a SUDENE e a SUDAM, por meio de laudos constitutivos, reconheceram o direito à redução de 75% do imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis, calculados sobre o lucro da exploração nas atividades de geração e transmissão de energia elétrica, cujo montante de benefício apurado até 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 678.853 (R\$ 669.204 em 31 de dezembro de 2020).

Notas Explicativas



14.5 - Imposto de renda e contribuição social reconhecidos em outros resultados abrangentes

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ajuste ganhos e perdas atuariais	-	-	(359.964)	161.210
Remensuração do valor justo de instrumentos financeiros por meio de ORA	80.706	(21.619)	79.621	(20.417)
Total do imposto de renda e da contribuição social reconhecidos em outros resultados abrangentes	80.706	(21.619)	(280.343)	140.793

Prática Contábil

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício compreendem os tributos corrente e diferido. Os tributos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o tributo também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda - IRPJ, corrente e diferido, é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando-se a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável do exercício.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças ente as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja sendo disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas e sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço, quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, tributos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

NOTA 15 – DIREITOS E OBRIGAÇÕES DE RESSARCIMENTO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Conta de consumo de combustíveis - CCC (a)	6.027.912	7.046.002	6.153.575	7.050.686
Provisão CCC - PECLD (b)	(340.063)	(1.462.555)	(340.063)	(1.462.555)
Ressarcimento do ativo imobilizado em curso - AIC (c)	582.722	-	582.722	-
Total de direito de ressarcimento	6.270.571	5.583.447	6.396.234	5.588.131
Desvio de Angra 2 (d)	-	-	22.259	267.111
PROINFA (e)	836.744	1.373.656	836.744	1.373.656
Total de obrigação de ressarcimento	836.744	1.373.656	859.003	1.640.767

Notas Explicativas



(a) Conta de Consumo de Combustível - CCC

Créditos que representam o direito de reembolso da Conta de Consumo de Combustível, relativos aos custos de geração de energia elétrica nos sistemas isolados, incluindo os custos relativos à contratação de energia e de potência associada à geração própria para atendimento ao serviço público de energia elétrica, aos encargos e impostos do setor elétrico e, ainda, aos investimentos realizados. A Companhia registra provisões com base na expectativa de recebimento, considerando os critérios de avaliação das fiscalizações de asseguarção realizadas pela ANEEL.

Em setembro de 2021, foi aprovado pela ANEEL o resultado final da fiscalização e reprocessamento mensal dos benefícios da CCC pagos a menor no montante de R\$ 116.273 à Eletronorte (de 30 de julho de 2009 a 30 de junho de 2016) e pagos à Energisa Rondonia - Distribuidora de Energia S.A., Energisa Acre - Distribuidora de Energia S.A. e Roraima Energia S.A. (de julho de 2016 a abril de 2017). Foram aprovados os montantes de (i) R\$ 806.574 de crédito da Energisa Rondonia - Distribuidora de Energia S.A. com a CCC a ser recebido pela Eletrobras; (ii) R\$ 97.529 negativo da Energisa Acre - Distribuidora de Energia S.A. referente a uma dívida da Eletrobras com a CCC e (iii) R\$ 29.688 pago a maior à Roraima Energia S.A. sendo necessária a devolução desse valor à CCC pela Eletrobras. Os montantes referem-se à posição em abril de 2021, e estão em linha com o resultado das Notas Técnicas nº 106/2021, 111/2021 e 152/2021, respectivamente. Além disso, foi aprovado crédito no valor histórico de R\$ 21.289 do processo de fiscalização da Roraima Energia S.A., relativo ao período de julho de 2009 a junho de 2017, o qual será utilizado para abater o valor de outorga das novas concessões de geração no processo de capitalização da Eletrobras.

O valor do direito de ressarcimento da Controladora de R\$ 6.270.571 é composto por (i) R\$ 3.364.072 relacionado ao resultado final da fiscalização e reprocessamento mensal dos benefícios da CCC pagos a menor às distribuidoras supracitadas e (ii) R\$ 2.906.499, relativo às despesas comprovadas com aquisição de combustíveis não reembolsados pela CCC, decorrentes das exigências de eficiência econômica e energética. Este último será abatido do valor da outorga, conforme previsto na Lei nº 14.182/2021. Vide nota 1.

A Eletrobras e a Eletronorte receberão os valores supracitados em 60 parcelas mensais atualizadas pelo IPCA, com início de pagamento a partir de janeiro de 2022.

(b) Provisão CCC - PECLD

O saldo acima refere-se à emissão das notas técnicas ANEEL nº 106/2021, 111/2021 e 152/2021 que dispõem sobre o resultado do segundo período de fiscalização (julho de 2016 a abril de 2017) dos créditos de CCC assumidos das empresas Energisa Rondonia - Distribuidora de Energia S.A., Energisa Acre - Distribuidora de Energia S.A. e Roraima Energia S.A. no processo de privatização das distribuidoras. A movimentação no exercício deve-se substancialmente à baixa de provisão.

(c) Ressarcimento do ativo imobilizado em curso - AIC

O TCU determinou a inclusão, no Edital de Venda e no Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, de dispositivo que permitisse o compartilhamento com a Eletrobras de benefícios futuros do reconhecimento, pela ANEEL, do AIC na Base de Remuneração Líquida das distribuidoras, eu não haviam sido considerados no *valuation*. Dessa maneira, ficou assegurado à Eletrobras o direito a ser ressarcida no valor correspondente a 50% do saldo do AIC, existente na data-base de fevereiro de 2017, e reconhecido pela ANEEL na Base de Remuneração Regulatória Líquida das distribuidoras na primeira revisão tarifária após a desestatização. Maiores informações, vide nota 43.

(d) Desvio de Angra 2

O saldo de desvio negativo decorre pelo fato da energia fornecida ter sido menor que a energia garantida para os exercícios de 2021 e 2020. Corresponde à quantidade de energia entregue a menor, valorada ao maior valor entre o PLD médio do ano de referência e a tarifa homologada pela ANEEL na REN nº 2.661/2019.

Notas Explicativas**(e) PROINFA**

As operações de comercialização de energia elétrica no âmbito PROINFA geraram um saldo líquido negativo de R\$ 536.912 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 546.134 positivo no exercício findo em 31 de dezembro de 2020), não produzindo efeito no lucro líquido do exercício da Companhia, sendo este valor incluído na rubrica Obrigações de Ressarcimento.

Prática contábil

Os direitos e obrigações de ressarcimento são mensurados a custo amortizado, e os juros e variações monetárias sobre os valores reconhecidos como direitos e obrigações de ressarcimento são registrados na rubrica de resultado financeiro, apropriados de acordo com a competência. A perda esperada para crédito de liquidação duvidosa é reconhecida quando o crédito vencido é julgado de difícil recebimento, desde que tenham sido esgotados todos os recursos legais de que a Companhia possa se valer.

NOTA 16 – ESTOQUE DE COMBUSTÍVEL NUCLEAR

Abaixo, está apresentada a composição do estoque de combustível nuclear destinado à operação da UTN Angra 1 e UTN Angra 2:

	CONSOLIDADO						31/12/2021
	31/12/2020	Consumo	Adição	Baixa	Transferências	Crédito fiscal	
Circulante							
Elementos prontos	428.340	-	-	-	59.555	-	487.895
	428.340	-	-	-	59.555	-	487.895
Não circulante							
Elementos prontos	657.083	(448.673)	-	(252.354)	760.059	1.271	717.386
Concentrado de urânio	220.135	-	266.230	-	(224.613)	-	261.752
Em curso - combustível nuclear	387.562	-	719.121	-	(595.001)	-	511.682
	1.264.780	(448.673)	985.351	(252.354)	(59.555)	1.271	1.490.820
Total	1.693.120	(448.673)	985.351	(252.354)	-	1.271	1.978.715

a) Formação do combustível nuclear

Na etapa inicial são adquiridos o minério de urânio e os serviços necessários à sua fabricação, e classificados contabilmente no ativo não circulante, nas contas de estoque de concentrado de urânio e serviço em curso - combustível nuclear, respectivamente. Depois de concluído o processo de fabricação, tem-se o elemento de combustível nuclear pronto (Elementos prontos), cujo valor é classificado em dois grupos contábeis: no ativo circulante, é registrada a parcela relativa à previsão do consumo para os próximos 12 meses e, no não circulante, a parcela restante.

b) Parada Angra 2

Em junho de 2020, durante as inspeções realizadas na parada para manutenção e reabastecimento de combustível nuclear na Usina Angra 2, foi detectada, nos elementos combustíveis do lote R carregados no último ciclo de operação, uma oxidação superficial inesperada. Para viabilizar o retorno da operação da Usina Angra 2 no menor tempo possível e seguindo todos os protocolos de segurança, a Eletronuclear substituiu todos os 52 elementos combustíveis.

Em junho de 2021, durante a parada de Angra 2, verificou-se que os elementos combustíveis do lote S carregados na última parada da usina, apresentavam oxidações semelhantes ao ocorrido nos elementos combustíveis do lote R, na parada efetuada no ano de 2020.

Vale destacar que esses eventos, em nenhum momento, comprometeram a segurança e o desempenho da Usina Angra 2, que operou continuamente.

Em dezembro de 2021, foi efetuada a contabilização da baixa dos elementos combustíveis da usina Angra 2, com base nos relatórios técnico-econômico dos Elementos Combustíveis elaborados pela Companhia.

Notas Explicativas



Prática contábil

Os materiais em estoque de combustível são classificados no ativo circulante e realizável a longo prazo, de acordo com o prazo efetivo de consumo. Além de estarem registrados ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado líquido de realização. Composto pelo concentrado de urânio em estoque, os serviços correspondentes e os elementos de combustível nuclear utilizados nas usinas termonucleares Angra I e Angra II.

NOTA 17 – ATIVO CONTRATUAL DE TRANSMISSÃO

As concessões de transmissão da Eletrobras e suas controladas estão classificadas dentro do modelo de ativo contratual, conforme CPC 47/ IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente.

O ativo contratual se origina à medida que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do período de construção do empreendimento, com o recebimento do fluxo de caixa condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção.

O saldo do ativo contratual corresponde aos valores presentes das obrigações de performance de construção já concluídas e ainda não faturados pelo poder concedente. As taxas de descontos utilizadas, estabelecidas no início de cada projeto, são de aproximadamente, em média, 8,07% ao ano, para os contratos renovados e 7,66% para os licitados.

Os valores das obrigações de performance são formados pelos custos de construção mais as margens definidas pela companhia no início dos projetos, ajustadas, anualmente, em função da eficiência ou ineficiência na execução dos empreendimentos de transmissão de energia elétrica.

Em 2021, a companhia obteve margem de construção de 16,98%, com receita de construção da transmissão de R\$ 1.535.840 e custo de construção de R\$ 1.312.861.

Os saldos dos contratos são atualizados substancialmente pelo IPCA, exceto para os contratos 004/2004, 010/2005, 005/2005, 006/2005 e 034/2001, que são atualizados pelo IGPM.

A movimentação destes ativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é como segue:

	Furnas	Chesf	Eletronorte	CGT Eletrosul (a)	Eletrosul (a)	Amazonas GT (b)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	21.097.461	14.970.373	9.157.650	-	4.088.251	195.488	49.509.223
Incorporação	-	-	204.980	4.088.251	(4.088.251)	(204.980)	-
Receita de construção	253.938	326.476	71.871	125.917	-	-	778.202
Receita financeira	2.186.759	970.400	797.024	324.937	-	2.593	4.281.713
Atualização monetária	576.064	469.441	417.313	281.683	-	-	1.744.501
Remensurações regulatórias - Transmissão	2.104.183	476.529	971.325	676.301	-	-	4.228.338
Amortização	(4.174.036)	(2.736.095)	(1.527.371)	(722.850)	-	6.899	(9.153.453)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	22.044.369	14.477.124	10.092.792	4.774.239	-	-	51.388.524
Aquisição do controle de investida (c)	-	-	-	1.022.102	-	-	1.022.102
Receita de construção	764.804	519.125	116.786	135.125	-	-	1.535.840
Receita financeira	1.831.758	1.252.513	799.995	623.172	-	-	4.507.438
Atualização monetária	2.406.815	1.669.778	1.036.480	326.115	-	-	5.439.188
Remensurações regulatórias - Transmissão	1.364.564	2.942.521	312.819	238.840	-	-	4.858.744
Baixas e Transferências (d)	-	-	(241.241)	(53.240)	-	-	(294.481)
Amortização	(3.917.892)	(2.732.905)	(1.510.376)	(781.214)	-	-	(8.942.387)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	24.494.418	18.128.156	10.607.255	6.285.139	-	-	59.514.968

(a) A CGTEE incorporou a Eletrosul e alterou a sua denominação social para CGT Eletrosul em 2020;

(b) A controlada Eletronorte adquiriu as ações da Amazonas GT em 2020, posteriormente em julho de 2021 houve a incorporação;

(c) Em 2021, foi realizada a aquisição de 100% do controle da Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. - TSLE pela CGT Eletrosul ; e

(d) A baixa refere-se principalmente ao encerramento do contrato de concessão de transmissão da incorporada Amazonas GT, a qual foi indenizada no valor de R\$ 239.300.

Notas Explicativas

Em 2020, através da resolução homologatória nº 2.725/2021, a ANEEL estabeleceu as novas RAP para o ciclo 2020-2021, incluindo as receitas correspondentes à RTP de 21 concessões da Companhia. Desta forma, a Companhia, considerando as novas receitas anuais permitidas para os contratos que sofreram RTP, mensurou e registrou os efeitos advindos desta revisão no montante de R\$ 4.228.338 nas receitas no exercício de 2020.

Em 2021, o ativo contratual de transmissão aumentou de forma relevante, em razão, principalmente, do acréscimo da receita financeira, impulsionado pela elevação dos índices de inflação, do acréscimo da receita de construção no período e da remensuração do ativo da concessão referente à RBSE:

A elevação da receita de construção em 2021 se deve, principalmente, às reestimativas de evolução de execução dos empreendimentos de transmissão em curso e às autorizações da ANEEL, realizadas no período, de RAPs para empreendimentos de transmissão concluídos.

A variação do ativo relativo à RBSE se deu em função, basicamente, do seguinte:

- Reperfilamento do componente financeiro da RBSE, aprovado pela ANEEL em abril de 2021. A decisão provocou redução na curva de pagamento dos valores relativos à revisão periódica das RAPs associadas às instalações de transmissão para os ciclos 2021/2022 e 2022/2023 e aumento do fluxo de pagamentos nos ciclos posteriores a 2023, prorrogando tais parcelas até o ciclo 2027/2028, preservando, no entanto, a remuneração pelo custo de capital próprio – Ke para a RBSE;
- Reconhecimento complementar do Ke. Em 2020, a ANEEL homologou apenas a correção pelo IPCA dos montantes da RBSE não pagos entre 2017 e 2020, decorrentes da liminar da ABRACE. No ciclo 2021/2022, atendendo pedido das Transmissoras, a ANEEL reconheceu, além da correção pelo IPCA, a remuneração desse montante pelo Ke; e
- Finalização da fiscalização do laudo de avaliação da BRR do Contrato nº 061/2001 da Chesf. Com isso, foram homologados os valores definitivos da Revisão Periódica do ciclo 2018/2023 da RAP, mediante a publicação da Resolução Homologatória nº 2.935/2021.

O Fluxo, não descontado, do recebimento da RBSE antes e após o reperfilamento, do reconhecimento complementar do KE e da fiscalização da Chesf:

a) Antes do reperfilamento:

Ciclos	CGT Eletrosul	Chesf	Eletronorte	Fumas	Total
21-22	596.864	2.878.312	1.377.853	4.454.977	9.308.006
22-23	596.864	2.878.312	1.377.853	4.454.977	9.308.006
23-24	371.405	1.435.953	886.948	3.346.026	6.040.332
24-25	371.405	1.435.953	886.948	3.346.026	6.040.332
25-26	58.220	-	217.539	1.037.805	1.313.564
26-27	58.220	-	217.539	1.037.805	1.313.564
27-28	58.220	-	217.539	1.037.805	1.313.564
Total	2.111.198	8.628.530	5.182.219	18.715.421	34.637.368

b) Após o reperfilamento:

Ciclos	CGT Eletrosul	Chesf	Eletronorte	Fumas	Total
21-22	348.483	1.730.040	840.549	2.590.286	5.509.358
22-23	402.467	1.976.338	955.493	2.984.048	6.318.346
23-24	429.533	2.301.922	1.010.851	3.770.926	7.513.232
24-25	429.533	2.301.922	1.010.851	3.770.926	7.513.232
25-26	429.533	2.301.922	1.010.851	3.770.926	7.513.232
26-27	429.533	2.301.922	1.010.851	3.770.926	7.513.232
27-28	429.533	2.301.922	1.010.851	3.770.926	7.513.232
Total	2.898.615	15.215.988	6.850.297	24.428.964	49.393.864

Notas Explicativas

As alterações dos fluxos de recebíveis da RBSE impactaram o resultado da companhia, na rubrica Remensurações Regulatórias - Contratos de Transmissão, em R\$ 4.858.744. Além dos valores da RBSE, a ANEEL, em julho de 2021, por meio da Resolução nº 2.895/2021, homologou os valores das RAPs para o ciclo 2021/2022:

Empresas Eletrobras	RAPs homologados
Chesf	1.675.244
CGT Eletrosul	877.862
Eletronorte	1.311.073
Furnas	1.800.862
Total	5.665.041

Prática contábil

De acordo com os contratos de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas obrigações de desempenho, a transmissora de energia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e, em contrapartida, recebe a RAP durante a vigência do contrato. A RAP recebida no exercício remunera a atividade de operação e manutenção e amortiza os investimentos feitos na infraestrutura de transmissão. Quando previsto no contrato de concessão, a transmissora tem direito ao recebimento de indenização decorrente de eventuais investimentos não depreciados/amortizados ao final do contrato.

O direito de recebimento das contraprestações originadas pela execução das atividades de construção, operação e manutenção não dependem somente da passagem do tempo, mas sim da disponibilização completa da estrutura de transmissão, como mencionado anteriormente, com isso, as contraprestações da transmissão da Companhia são classificadas como ativos contratuais.

As principais premissas para mensuração do ativo contratual da transmissão seguem abaixo sumarizadas:

- Receita prevista;
- Taxa de depreciação considerada no contrato de concessão;
- Previsão de indenização de eventual saldo residual após o encerramento do prazo contratual da concessão;
- Projeção de custos de construção;
- Projeção de custos de operação e manutenção;
- Taxa de desconto implícita, obtida após a projeção do fluxo de construção, operação e manutenção, a precificação das margens e a projeção do fluxo de recebíveis (RAPs + Indenização) no momento da celebração contratual;
- Identificação das margens. As margens identificadas refletem a estratégia definida pela Companhia para cada concessão, e variam em função de vários fatores de negócio; e
- Parcela variável – PV, utilizada como critério de risco na formação das margens consideradas na precificação das atividades de construção, operação e manutenção.

Notas Explicativas



NOTA 18 – ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

A Companhia possui contratos de concessão e autorizações no segmento de geração, firmados com o Poder Concedente (União), por períodos que variam entre 20 anos e 35 anos, sendo que todos os contratos possuem semelhanças em termos de direitos e obrigações do concessionário e do poder concedente. Os prazos das principais concessões estão descritos na nota 3.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo Não Circulante				
Concessões de Geração Indenizáveis (a)	-	-	2.172.162	2.096.717
Ativo Financeiro Itaipu (b)	428.865	1.103.034	428.865	1.103.034
Total Ativo Financeiro	428.865	1.103.034	2.601.027	3.199.751
Passivo Circulante				
Passivo Financeiro Itaipu (b)	(578.626)	(647.214)	(578.626)	(647.214)
Total Passivo Financeiro	(578.626)	(647.214)	(578.626)	(647.214)

(a) Concessões de Geração Indenizáveis

Em julho de 2021, a ANEEL estabeleceu os critérios e procedimentos de cálculo para indenização dos investimentos em bens reversíveis não amortizados ou não depreciados de concessões prorrogadas ou não, nos termos da Lei nº 12.783/2013. Decidiu ainda, em sua 25ª Reunião Pública Ordinária de Diretoria de 2021, realizada em 13 de julho de 2021, alterar o texto da REN 596/2013. Nesse sentido, os aproveitamentos hidroelétricos das controladas contemplados na análise para recebimento de indenização complementar são:

- Chesf: Xingó, Paulo Afonso I, II, III e IV, Apolônio Sales (Moxotó), Luiz Gonzaga (Itaparica), Boa Esperança, Pedra e Funil, com potência total instalada de 9.208,5 MW;
- Furnas: Corumbá, Funil, Furnas, Luiz Carlos de Barreto de Carvalho, Marimondo e Porto Colômbia, com potência total instalada de 4.617 MW; e
- Eletronorte: Coaracy Nunes, com potência instalada de 78 MW.

A Companhia esclarece que os valores anteriormente divulgados deverão ser recalculados à luz das novas condições estabelecidas pela revisão da Resolução Normativa nº 596/2013, alterada pela Resolução Normativa nº 942/2021, de 13 de julho de 2021. Assim, inicia-se o processo de avaliação documental comprobatória, a ser executado pela ANEEL, para a homologação dos valores efetivos das indenizações de geração com prazo de 365 dias após a publicação da Resolução Normativa nº 942/2021, vide nota 3.1. Os pleitos da companhia para as indenizações superam os valores atualmente registrados contabilmente.

Vale destacar que os aproveitamentos hidroelétricos das controladas contemplados na análise para o recebimento de indenização complementar acima citados não tiveram suas respectivas potências (MW) auditadas.

(b) Ativo (Passivo) Financeiro de Itaipu

	CONTROLADORA / CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020
Ativo / Passivo Circulante		
Contas a Receber	3.665.620	3.921.488
Direito de Ressarcimento	2.837.610	2.608.840
Fornecedores de Energia - Itaipu	(3.213.830)	(3.314.717)
Obrigações de ressarcimento	(3.868.026)	(3.862.825)
	(578.626)	(647.214)
Ativo / Passivo não circulante		
Contas a Receber	406.085	656.177
Direito de Ressarcimento	306.339	1.891.004
Obrigações de ressarcimento	(283.559)	(1.444.147)
	428.865	1.103.034
Total	(149.761)	455.820

Notas Explicativas

Os efeitos da constituição do ativo financeiro Itaipu estão inseridos acima e detalhados a seguir:

- **Fator de ajuste**

Os saldos decorrentes do fator de ajuste de Itaipu Binacional, inseridos nas rubricas de Ativo e Passivo Financeiros estão apresentados na tabela a seguir:

	31/12/2021		31/12/2020	
	R\$	US\$	R\$	US\$
Ativo regulatório - Ativo circulante	2.837.610	508.487	2.608.839	502.018
Ativo regulatório - Ativo não circulante	306.339	54.895	1.891.004	363.885
Total do ativo	3.143.949	563.382	4.499.843	865.903
Obrigação de ressarcimento - União - Passivo circulante	(2.162.803)	(387.564)	(1.639.568)	(315.502)
Obrigação de ressarcimento - União - Passivo não circulante	(283.559)	(50.812)	(1.444.147)	(277.897)
Total do passivo	(2.446.362)	(438.376)	(3.083.715)	(593.399)
Ativo financeiro líquido	697.587	125.006	1.416.128	272.504
Taxa Adotada:				
		31/12/2021	31/12/2020	
USD		5,58	5,20	

O passivo da Companhia será repassado ao Tesouro Nacional até 2023, como decorrência da operação de cessão de crédito realizada entre a Companhia e o Tesouro Nacional em 1999.

Tais valores serão realizados mediante a sua inclusão na tarifa de repasse a ser praticada até 2023.

- **Comercialização de energia elétrica de Itaipu**

A operação de comercialização não impacta o resultado da Companhia, sendo que nos termos da atual regulamentação o resultado negativo representa um direito incondicional de recebimento e, se positivo, uma obrigação efetiva.

Em 31 de dezembro de 2021, a atividade foi superavitária em R\$ 756.443 (superavitária em R\$ 632.656 em 31 de dezembro de 2020), sendo a obrigação decorrente considerada como parte da rubrica de passivo financeiro.

Prática contábil

A Companhia reconhece um ativo financeiro quando recebe em caixa ou outro ativo financeiro, do poder concedente, em troca da construção ou melhoria, operação e manutenção do ativo do setor público por um período especificado de tempo.

Os ativos com origem nos contratos de concessão do segmento de transmissão da RBSE são mensurados ao valor justo por meio do resultado de acordo com as disposições do CPC 48/IFRS 09.

Dentre os contratos de concessão, enquadram-se como ativos financeiros indenizáveis os contratos de geração, a comercialização da energia elétrica de Itaipu e os contratos de transmissão da RBSE remunerados pela RAP. Os demais contratos de transmissão são enquadrados como ativos contratuais.

Concessões e autorizações de Geração

- Geração hidráulica e térmica – A partir de 1º de janeiro de 2013, as concessões atingidas diretamente pela Lei 12.783/2013, até então fora do escopo do ICPC 01/IFRIC 12, passam a fazer parte do escopo de tais normativos, considerando a alteração no regime de preço, passando a ser tarifa regulada para essas concessões; e

Notas Explicativas

b) Geração nuclear – Possui um sistema de tarifação específico, por ser uma autorização e não uma concessão. E não está no escopo do IFRIC 12 por se tratar de ativos próprios sem previsão de reversão ao período de operação. Ao final do período de operação os ativos devem ser descomissionados.

Itaipu Binacional

É regida por um Tratado Binacional de 1973 em que foram estabelecidas as condições tarifárias, sendo a base de formação da tarifa determinada exclusivamente para cobrir as despesas e o serviço da dívida dessa Companhia.

A base tarifária e os termos de comercialização estarão vigentes até 2023, o que corresponde à parte significativa da vida-útil da planta, quando então a base tarifária e os termos de comercialização deverão ser revistos pelas Altas Partes, que são os Estados Brasileiro e Paraguai. A tarifa de Itaipu é uma tarifa “por custo de serviço” e foi estabelecida de forma preponderante a permitir o pagamento do serviço da dívida, que tem vencimento final em 2023, e a manter os seus gastos de operação e manutenção. De acordo com o Tratado, compete à Companhia atuar como agente na comercialização da energia de Itaipu destinada ao mercado brasileiro.

NOTA 19 – ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

A Eletrobras e suas controladas apresentam no ativo não circulante, valores correspondentes a Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFAC nas seguintes investidas, conforme movimentação abaixo:

	CONTROLADORA				
	Eletronuclear	CGT Eletrosul (a)	Furnas	Eletrosul (a)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	700.000	-	61.705	12.763	774.468
Incorporação	-	12.763	-	(12.763)	-
Adições	1.202.180	132.119	-	-	1.334.299
Capitalizações	(850.000)	-	-	-	(850.000)
Atualização monetária	16.742	-	1.699	-	18.441
Devolução	-	(54.100)	-	-	(54.100)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.068.922	90.782	63.404	-	1.223.108
Adições	2.447.464	300.000	-	-	2.747.464
Atualização monetária	49.861	-	2.812	-	52.673
Devolução	-	(90.782)	-	-	(90.782)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.566.247	300.000	66.216	-	3.932.463

(a) A Eletrosul foi incorporada pela CGT Eletrosul (nova denominação da CGTEE) em 2020.

Em julho de 2020, o Conselho de Administração da Eletrobras aprovou o Plano de Aceleração da Linha Crítica do empreendimento de Angra 3, que prevê o aporte na Eletronuclear, por meio de AFAC para viabilizar a retomada das obras de construção da Usina de Angra 3.

A liberação da terceira tranche, no montante de R\$ 850.000 ocorreu em março de 2021. Em setembro de 2021, ocorreu o desembolso da quarta parcela no valor de R\$ 180.000. No quarto trimestre ocorreu a liberação do valor restante previsto para o ano de 2021, totalizando o montante de R\$ 2.447.464. Foram liberados os seguintes valores nas respectivas datas: R\$ 300.000 em outubro de 2021, R\$ 265.000 em novembro de 2021 e R\$ 852.464 em dezembro de 2021.

Prática contábil

Adiantamentos de recursos concedidos a controladas e destinados a aporte de capital são concedidos em caráter irrevogável. São classificados como ativo não circulante quando a totalidade das condições de capitalização, principalmente tipo e quantidade de ações ainda não foram definidas e são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente atualizados pelo indexador estabelecido contratualmente.

Notas Explicativas**NOTA 20 – INVESTIMENTOS****Avaliados por Equivalência Patrimonial**

Controladas	CONTROLADORA			
	31/12/2021	31/12/2020		
Furnas	26.703.790	23.721.704		
Chesf	20.562.574	16.250.487		
Eletronorte (a)	19.536.381	15.113.339		
CGT Eletrosul (b)	8.132.619	7.884.123		
Eletronuclear	2.568.797	3.500.657		
Eletropar	178.047	170.502		
	77.682.208	66.640.812		

Controlada em conjunto	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Norte Energia S.A. - NESA	1.916.058	1.980.979	6.384.303	6.600.626
Energia Sustentável do Brasil S.A. - ESBR	-	-	3.295.627	3.250.575
Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. - BMTE	-	-	1.895.036	1.702.719
Interligação Elétrica do Madeira S.A. - IE Madeira	-	-	1.409.983	1.375.039
Teles Pires Participações S.A. - TPP	-	-	789.994	746.820
Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.	-	-	634.284	534.167
Chapecoense Geração S.A.	-	-	454.259	373.740
Empresa de Energia São Manoel S.A.	-	-	428.168	434.379
Interligação Elétrica Garanhuns S.A. - IE Garanhuns	-	-	413.106	324.874
Companhia Energética Sinop S.A. - SINOP	-	-	349.256	555.783
Enepeixe S.A.	-	-	266.309	265.711
Sistema de Transmissão Nordeste S.A. - STN	-	-	258.272	217.861
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	-	-	188.675	173.434
Triângulo Mineiro Transmissora de Energia S.A.	-	-	182.828	126.654
Goiás Transmissão S.A.	-	-	177.274	212.431
Retiro Baixo Energética S.A.	-	-	168.726	157.183
MGE Transmissão S.A.	-	-	168.273	137.148
Madeira Energia S.A. - MESA	-	-	-	906.289
Transenergia Renovável S.A.	-	-	97.461	116.395
Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.	-	-	79.406	64.019
Luziania-Niquelandia Transmissora S.A.	38.320	31.179	38.320	31.179
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. - NBTE (c)	-	-	-	795.287
Transnorte Energia S.A.	-	-	-	25.498
Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. - TSLE	-	-	-	171.632
Outros	413.298	388.150	777.449	877.630
	2.367.676	2.400.308	18.457.009	20.177.073

Coligadas	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. - CTEEP	4.357.895	4.235.422	4.451.016	4.314.282
Energética Águas da Pedra S.A. - EAPSA	-	-	291.327	244.444
Lajeado Energia S.A.	99.516	90.340	99.516	90.340
CEB Lajeado S.A.	74.160	67.956	74.160	67.956
Paulista Lajeado Energia S.A.	37.925	38.056	37.925	38.056
Outros	2.346.703	2.053.889	2.358.219	2.064.092
	6.916.199	6.485.663	7.312.163	6.819.170
Total Investimento	86.966.083	75.526.783	25.769.172	26.996.243

(a) A Amazonas GT foi incorporada pela Eletronorte em julho de 2021;

(b) A CGT Eletrosul incorporou a Fronteira Oeste Transmissora de Energia S.A. - FOTE em agosto de 2021 e adquiriu o controle da TSLE em novembro de 2021; e

(c) Foi realizada a venda conjunta das ações da Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. - NBTE pela controlada Eletronorte para a Leovac Participações S.A., em setembro de 2021.

Mensurados a valor justo

Participações	CONTROLADORA				CONSOLIDADO		
	31/12/2021	Valor Patrimonial (a)	Valor Justo		31/12/2021	Valor Justo	
		31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020		31/12/2021	31/12/2021
AES Tietê Energia S.A	7,56%	35.872	333.932	498.636	35.872	333.932	498.636
Companhia Energética do Ceará - COELCE	7,06%	63.019	254.664	291.655	63.019	254.664	291.655
Energisa Holding	2,31%	389.337	354.279	439.887	389.337	354.279	439.887
Companhia Energética de São Paulo - CESP	2,05%	122.284	224.090	238.437	122.284	224.090	238.437
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - CELESC	10,75%	266.636	281.924	226.650	266.636	281.924	226.650
Companhia Paranaense de Energia - COPEL	0,56%	60.413	92.459	107.154	60.413	92.459	107.154
Equatorial Energia Pará	0,99%	16.075	117.671	80.309	16.075	117.671	80.309
Neoenergia Pernambuco	1,56%	10.365	31.941	39.489	10.365	31.941	39.489
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S.A.	0,18%	3.064	32.400	11.960	3.064	32.400	11.960
Rio Parapanema Energia	0,47%	3.924	14.615	19.322	3.924	14.615	19.322
Companhia Energética de Brasília - CEB	2,10%	11.861	23.650	45.854	11.861	23.650	45.854
Outros	Entre 0,06% a 0,31%	368	12.914	12.558	42.433	116.984	93.926
		983.218	1.774.539	2.011.911	1.025.283	1.878.609	2.093.279

(a) Valor patrimonial conforme participação da Eletrobras e das suas controladas sobre o capital social das empresas.

Notas Explicativas



20.1 - Provisões para perdas em investimentos

A Companhia estima o valor recuperável de seus investimentos nas Coligadas com base em seu valor para o acionista, calculado a partir do fluxo de caixa descontado, ou seu valor de mercado, dos dois o maior, de acordo com o CPC 01/IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, para os casos em que tenha havido alguma transação sob condições de mercado para alguma SPE.

As premissas utilizadas consideram a melhor estimativa da Administração da Eletrobras sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como em dados históricos das SPEs. As principais premissas são descritas a seguir:

- Crescimento compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira;
- Taxa de desconto ao ano (após os impostos*) específica para cada SPE, respeitando a estrutura de capital e custo da dívida de cada uma, utilizando o WACC, valendo-se dos mesmos parâmetros, com exceção a estrutura de capital e custo da dívida, utilizados para o cálculo das taxas de desconto dos ativos corporativos mencionadas em maiores detalhes na nota 23;
- Receitas projetadas de acordo com os contratos, sem previsão de prorrogação da concessão/autorização; e
- Despesas considerando o Plano de Negócios de cada investida e os valores históricos realizados.

* O uso de taxas de desconto pós-impostos, na determinação dos valores em uso, não resultaria em valores recuperáveis materialmente diferentes caso taxas antes dos impostos fossem utilizadas.

O saldo das provisões para perda de investimentos é demonstrado a seguir:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020
Energia Sustentável do Brasil S.A. - ESBR	309.617	432.250
Interligação Elétrica do Madeira S.A. - IE Madeira	310.411	210.091
Companhia Energética Sinop S.A. - SINOP	354.900	218.280
Empresa de Energia São Manoel S.A.	177.516	197.467
Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.	73.868	124.623
Transnorte Energia S.A.	133.058	108.937
Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. - BMTE	-	111.374
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. - NBTE (a)	-	78.000
Interligação Elétrica Garanhuns S.A. - IE Garanhuns	-	38.069
Madeira Energia S.A. - MESA	-	66.372
Fronteira Oeste Transmissora de Energia S.A. - FOTE (b)	-	23.881
Outros	7.294	2.531
	1.366.664	1.611.875

(a) Em setembro de 2021 foi realizada a venda conjunta das ações da NBTE pela controlada Eletronorte para a Leovac Participações S.A.; e

(b) A FOTE foi incorporada pela CGT Eletrosul, em agosto de 2021.

20.1.1 - Norte Energia S.A. - NESAs

O Pronunciamento Técnico CPC 01/IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, determina que um ativo deve ser registrado por valor que não exceda o montante a ser recuperado pelo uso ou pela venda desse ativo e define o valor recuperável como o maior valor entre o valor justo líquido de despesas de venda de um ativo ou de unidade geradora de caixa e o seu valor em uso.

O valor justo, de acordo com o CPC 46/IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo, é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. Já o valor em uso, de acordo com o próprio CPC 01/IAS 36, é o valor presente de fluxos de caixa futuros esperados que devem advir de um ativo ou de unidade geradora de caixa.

O valor em uso, conforme o próprio nome sugere, representa o valor esperado pela companhia (visão interna) decorrente do desempenho do ativo ao longo da sua vida útil. Já o valor justo corresponde a mensuração do montante a ser recebido no caso da venda deste ativo (visão externa). A Companhia estima o valor recuperável de seus ativos imobilizados e intangíveis com base em valor em uso. O valor em uso é avaliado com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Notas Explicativas



Conforme previsão normativa, a Companhia deve avaliar ao fim de cada período de reporte, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a Companhia deve estimar o valor recuperável do ativo.

A Companhia estimou o valor em uso da sua participação de 49,98% na NESA, resultando no valor recuperável de R\$ 8.124.808 (R\$ 16.256.118 para 100% da NESA), valor superior ao valor contábil registrado de R\$ 6.384.303.

A Companhia realizou o teste de recuperabilidade da NESA considerando premissas específicas tais como, informações de comercialização de energia e custo de capital. As premissas utilizadas visam a melhor estimativa da Administração a respeito das tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas e internas de informações como dados históricos das unidades geradoras de caixa.

20.2 – Provisão para passivo a descoberto

Arbitragem da Madeira Energia S.A. - MESA

A controlada Furnas possui 43,06% do capital social da MESA, controladora integral da Santo Antonio Energia - SAESA.

Em 16 de março de 2022 foi disponibilizada, pela Câmara de Arbitragem do Mercado, decisão em pedidos de esclarecimentos no âmbito do Procedimento Arbitral nº 115/2018 que determinou a devolução de aporte de capital feito pelos acionistas nessa investida. Nessa arbitragem, os acionistas CEMIG e SAAG buscam a anulação da Assembleia Geral Extraordinária da MESA, de 28 de agosto de 2018, realizada para capitalização da MESA como passo necessário ao reperfilamento das dívidas da SAESA junto ao BNDES e bancos repassadores, firmado em dezembro daquele ano.

Furnas, na qualidade de parte da referida arbitragem, analisa as medidas necessárias a serem adotadas para resguardo e proteção de seus interesses e de sua investida, sempre com respeito aos contratos, garantias, obrigações e compromissos firmados junto aos stakeholders de MESA e SAESA. Essa decisão arbitral não acarreta em efeitos contábeis para a Eletrobras.

Arbitragem da Santo Antonio Energia S.A. - SAESA

Adicionalmente há uma segunda arbitragem da investida que deu ganho de causa ao consórcio construtor relacionado a determinados pleitos requeridos pela investida, sendo o resultado dessa arbitragem publicado em 07 de fevereiro de 2022. Atualmente o cumprimento da sentença apresenta os seguintes estágios:

- a) Foi protocolado pela SAESA, em 09 de março de 2022, pedido de esclarecimentos acerca de determinados pontos da sentença, inclusive relativos a aspectos pecuniários. Somente após apreciação deste pedido e de possíveis esclarecimentos a serem solicitados pelas outras partes envolvidas a sentença se tornará definitiva, apta a produzir efeitos e com a efetiva definição dos valores a serem eventualmente devidos pela SAESA;
- b) Parte dos pedidos foram deferidos, assim como alguns dos pedidos do Consórcio Construtor Santo Antônio ("CCSA") e, conforme o caso, de seus consorciados em face da SAESA, tendo, inclusive, o tribunal arbitral declarado inicialmente a ineficácia do instrumento intitulado "Termos e Condições", que embasava o reconhecimento, pela SAESA, dos "Dispêndios Reembolsáveis", conforme nota explicativa de suas demonstrações financeiras.

Além da procedência em relação aos pedidos do CCSA, dos quais a SAESA discorda veementemente, já provisionados nas suas demonstrações financeiras sob as rubricas "Cauções em Garantia" no valor de R\$ 769.897 e "Outras Provisões" no valor de R\$ 492.017, foram deferidos outros pleitos com valor adicional estimado em R\$ 226.000 a pagar;

Notas Explicativas



- c) De acordo com os contratos de financiamento firmados pela SAESA com o BNDES e contratos de financiamento mediante repasse de recursos do BNDES, os valores a que a SAESA eventualmente vier a ser condenada deverão ser pagos conforme procedimentos definidos nos respectivos contratos de financiamentos.

A SAESA reiterou que permanece avaliando os impactos do Procedimento Arbitral, o qual ainda se encontra em andamento e que, portanto, segue revestido de confidencialidade.

Investimento MESA

Com base nas informações supramencionadas e considerando o CPC 24/IAS 10 - Evento Subsequente no qual cita que ocorrendo eventos favoráveis ou desfavoráveis à companhia (Furnas e Eletrobras) após o encerramento do período contábil a que se referem às demonstrações financeiras até a data da sua aprovação para emissão, referidos eventos deverão ser informados em nota explicativa de eventos subsequentes e/ou as demonstrações financeiras deverão ser ajustadas para refletir os impactos contábeis destes eventos, a Companhia efetuou os ajustes necessários de forma a refletir os resultados preliminares da referida sentença arbitral.

Para fins do ajuste, a Companhia considerou os desembolsos futuros estimados pela SAESA referentes ao procedimento arbitral e seus reflexos na perspectiva de sócio investidor efetuando o ajuste no investimento societário da MESA, que excedeu sua participação na investida, logo, sendo representado pela nulidade do investimento.

Adicionalmente, considerando que os contratos de financiamento firmados pela SAESA, bem como os contratos de suporte de insuficiências dos quais os acionistas são signatários preveem expressamente que os sócios seriam obrigados a aportar na SAESA para fazer frente à dívida do Procedimento arbitral. Portanto, Furnas reconheceu a provisão para passivo a descoberto no montante de R\$ 705.864 referente ao valor de futuro aporte na proporção da sua participação na investida como obrigação legal, nos termos do CPC 18 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.

20.3 - Mutação dos investimentos

Segue abaixo a movimentação dos investimentos mais relevantes da Companhia:

Controladas, coligadas e controladas em conjunto	CONTROLADORA						Saldo em 31/12/2021
	Saldo em 31/12/2020	Outros Resultados Abrangentes	Aumento / Redução de Capital	Ajustes de investidas	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Equivalência patrimonial	
Furnas	23.721.704	586.469	-	-	(1.668.703)	4.064.320	26.703.790
Chesf	16.250.487	159.939	-	-	(1.293.289)	5.445.437	20.562.574
Eletronorte (a)	15.113.339	(24.394)	-	-	(2.970.076)	7.417.512	19.536.381
CGT Eletrosul (b)	7.884.123	80.811	-	-	(69.143)	236.828	8.132.619
Eletronuclear	3.500.657	(401.870)	-	-	-	(529.990)	2.568.797
Norte Energia S.A. - NESA	1.980.979	-	-	-	-	(64.921)	1.916.058
Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. - CTEEP	4.235.422	(3.898)	9.082	-	(829.990)	947.279	4.357.895
Rouar S.A.	128.315	10.990	(5.338)	-	(5.099)	5.396	134.264
Lajeado Energia S.A.	90.340	175	-	-	(126.889)	135.890	99.516
CEB Lajeado S.A.	67.956	18	-	-	(25.769)	31.955	74.160
Paulista Lajeado Energia S.A.	38.056	-	-	-	(19.502)	19.371	37.925
Luziania-Niquelandia Transmissora S.A.	31.179	-	-	-	(5.348)	12.489	38.320
Outros	2.484.226	198.607	-	(31.739)	(334.419)	487.109	2.803.784
Total de Investimentos	75.526.783	606.847	3.744	(31.739)	(7.348.227)	18.208.675	86.966.083

(a) A Eletronorte incorporou a Amazonas GT em julho de 2021.

(b) A CGT Eletrosul incorporou a FOTE, em agosto de 2021 e adquiriu o controle da TSLE em novembro de 2021.

Notas Explicativas



Controladas, coligadas e controladas em conjunto	CONTROLADORA									
	Saldo em 31/12/2019 (Reapresentado)	Ganhos de capital	Outros Resultados Abrangentes	Capitalização de AFAC	Incorporação	Ajustes de investidas	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Equivalência patrimonial	Transferência acionária	Saldo em 31/12/2020
Furnas	21.527.047	-	521.627	-	-	-	(884.126)	2.557.156	-	23.721.704
Chesf	17.616.086	-	(1.665.228)	-	-	-	(1.799.293)	2.098.922	-	16.250.487
Eletrosul (a)	6.070.596	-	-	-	(6.070.596)	-	-	-	-	-
Eletronorte (b)	17.443.316	-	(96.741)	-	-	-	(1.274.158)	2.151.607	(3.110.685)	15.113.339
CGT Eletrosul (a)	333.505	43.401	(15.251)	-	6.070.596	-	(430.233)	1.882.105	-	7.884.123
Eletronuclear	2.000.283	-	(493.980)	1.885.778	-	-	-	108.576	-	3.500.657
Eletropar	147.674	-	(6.060)	-	-	-	(8.997)	37.885	-	170.502
Norte Energia S.A. - NESA	2.110.038	-	-	-	-	-	-	(129.059)	-	1.980.979
Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. - CTEEP	3.613.866	-	(90.454)	-	-	-	(405.271)	1.117.281	-	4.235.422
Rouar S.A.	109.643	-	31.760	-	-	-	(18.622)	5.534	-	128.315
Lajeado Energia S.A.	67.230	-	13	-	-	-	(73.496)	96.593	-	90.340
CEB Lajeado S.A.	63.047	-	4	-	-	-	(19.139)	24.044	-	67.956
Paulista Lajeado Energia S.A.	29.967	-	-	-	-	-	-	8.089	-	38.056
Outros	2.315.313	-	(113.563)	-	-	(3.256)	(372.889)	519.298	-	2.344.903
Total de Investimentos	73.447.611	43.401	(1.927.873)	1.885.778	-	(3.256)	(5.286.223)	10.478.031	(3.110.685)	75.526.783

(a) A Eletrosul foi incorporada pela CGT Eletrosul (nova denominação da CGTEE) em 2020.

(b) O controle da Amazonas GT foi transferido para a controlada Eletronorte em 2020.

Notas Explicativas



CONSOLIDADO

Coligadas e controladas em conjunto	Saldo em 31/12/2020	Integralização de capital	Transferência para ativo mantido para venda (d) / Baixa (e)	Outros Resultados Abrangentes	Capitalização de AFAC	Aquisição de controle	Aumento / Redução de Capital	Ajustes de investidas	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Equivalência patrimonial	Provisão/ Reversão para Perda	Saldo em 31/12/2021
Norte Energia S.A. - NESA	6.600.626	-	-	-	-	-	-	-	-	(216.323)	-	6.384.303
Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. - CTEEP	4.314.282	11.843	-	(4.084)	-	-	9.082	-	(846.968)	966.861	-	4.451.016
Energia Sustentável do Brasil S.A. - ESBR	3.250.575	-	-	-	-	-	-	-	-	(77.581)	122.633	3.295.627
Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. - BMTE	1.702.719	-	-	-	-	-	-	(43.996)	(37.963)	162.902	111.374	1.895.036
Interligação Elétrica do Madeira S.A. - IE Madeira	1.375.039	-	-	-	-	-	-	279	(132.921)	267.906	(100.320)	1.409.983
Madeira Energia S.A. - MESA	906.289	-	-	-	-	-	-	-	-	(972.661)	66.372	-
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. - NBTE (a)	795.287	-	(740.382)	-	-	-	-	29.441	-	23.746	(108.092)	-
Teles Pires Participações S.A. - TPP	746.820	38.679	-	-	-	-	-	-	-	4.495	-	789.994
Companhia Energética Sinop S.A. - SINOP	555.783	-	-	-	-	-	-	-	-	(69.907)	(136.620)	349.256
Empresa de Energia São Manoel S.A.	434.379	-	-	-	-	-	-	-	-	(26.162)	19.951	428.168
Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.	534.167	-	-	-	-	-	-	-	(13.559)	62.921	50.755	634.284
Chapecoense Geração S.A.	373.740	-	-	-	-	-	-	-	(93.861)	174.380	-	454.259
Interligação Elétrica Garanhuns S.A. - IE Garanhuns	324.874	-	-	-	-	-	-	-	(14.532)	64.695	38.069	413.106
Enerpeixe S.A.	265.711	-	-	-	-	-	-	-	1.725	(1.127)	-	266.309
Energética Águas da Pedra S.A. - EAPSA	244.444	-	-	-	-	-	-	-	(50.894)	97.777	-	291.327
Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. - TSLE (b)	171.632	17.194	-	-	-	(200.605)	-	-	(13.041)	24.820	-	-
Sistema de Transmissão Nordeste S.A. - STN	217.861	-	-	-	-	-	-	36.322	(46.226)	50.315	-	258.272
Goiás Transmissão S.A.	212.431	-	-	-	-	-	-	-	(79.724)	44.567	-	177.274
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	173.434	-	-	-	-	-	-	-	(5.732)	20.973	-	188.675
Roural S.A.	128.315	-	-	10.990	-	-	(5.338)	-	(5.099)	5.396	-	134.264
Transnorte Energia S.A.	25.498	-	-	-	9.800	-	-	-	-	(11.177)	(24.121)	-
MGE Transmissão S.A.	137.148	-	-	-	-	-	-	-	(7.332)	38.457	-	168.273
Transenergia Renovável S.A.	116.395	-	-	-	-	-	-	-	(33.401)	14.467	-	97.461
Retiro Baixo Energética S.A.	157.183	-	-	-	1.225	-	-	-	(3.214)	13.532	-	168.726
Triângulo Mineiro Transmissora de Energia S.A.	126.654	-	-	-	-	-	-	34.220	(3.920)	25.874	-	182.828
Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.	64.019	-	-	-	-	-	-	-	-	15.387	-	79.406
Lajeado Energia S.A.	90.340	-	-	175	-	-	-	-	(126.889)	135.890	-	99.516
CEB Lajeado S.A.	67.956	-	-	18	-	-	-	-	(25.769)	31.955	-	74.160
Paulista Lajeado Energia S.A.	38.056	-	-	-	-	-	-	-	(19.502)	19.371	-	37.925
Luziania-Niquelandia Transmissora S.A.	31.179	-	-	-	-	-	-	-	(5.348)	12.489	-	38.320
Fronteira Oeste Transmissora de Energia (c)	79.003	-	-	-	-	(105.018)	-	-	-	2.134	23.881	-
Outros	2.734.404	35.593	(20.831)	196.657	-	-	-	(67.637)	(404.263)	525.216	2.265	3.001.404
Total de Investimentos	26.996.243	103.309	(761.213)	203.756	11.025	(305.623)	3.744	(11.371)	(1.968.433)	1.431.588	66.147	25.769.172

(a) Foi realizada a venda conjunta das ações da NBTE pela controlada Eletronorte para a Leovac Participações S.A., em setembro de 2021.

(b) O controle da TSLE foi transferido para a CGT Eletrosul, em dezembro de 2021.

(c) A FOTE foi incorporada pela CGT Eletrosul, em agosto de 2021.

(d) Saldo de R\$ 740.382 refere-se ao ativo mantido para venda, para maiores informações nota 47.

(e) Saldo de R\$ 20.831 refere-se a baixa ocorrida no exercício no investimento da Manaus Construtora devido a sua liquidação.

Notas Explicativas



Controladas, coligadas e controladas em conjunto	CONSOLIDADO									
	Saldo em 31/12/2019 (Reapresentado)	Integralização de capital	Baixa	Outros Resultados Abrangentes	Capitalização de AFAC	Ajustes de investidas	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Equivalência patrimonial	Provisão para Perda	Saldo em 31/12/2020
Norte Energia S.A. - NESA	7.030.651	-	-	-	-	-	-	(430.025)	-	6.600.626
Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. - CTEEP	3.681.099	-	-	(92.138)	-	-	(412.819)	1.138.140	-	4.314.282
Energia Sustentável do Brasil S.A. - ESBR	2.840.844	-	-	-	144.400	-	-	(123.695)	389.026	3.250.575
Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. - BMTE	1.574.228	-	-	-	-	32.482	(17.124)	144.195	(31.062)	1.702.719
Interligação Elétrica do Madeira S.A. - IE Madeira	1.567.055	-	-	-	-	(279)	(5.717)	24.071	(210.091)	1.375.039
Madeira Energia S.A. - MESA	1.518.931	-	-	-	-	-	-	(622.438)	9.796	906.289
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. - NBTE	920.276	-	-	-	-	(29.443)	(87.579)	70.033	(78.000)	795.287
Teles Pires Participações S.A. - TPP	753.865	28.490	-	-	-	-	-	(35.535)	-	746.820
Companhia Energética Sinop S.A. - SINOP	503.010	-	-	-	-	-	-	69.953	(17.180)	555.783
Empresa de Energia São Manoel S.A.	528.412	-	-	-	-	-	-	(25.260)	(68.773)	434.379
Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.	570.803	39.322	-	-	-	-	-	48.665	(124.623)	534.167
Chapecoense Geração S.A.	409.864	-	-	-	-	-	(148.310)	112.186	-	373.740
Interligação Elétrica Garanhuns S.A. - IE Garanhuns	318.267	-	-	-	-	-	(26.977)	36.913	(3.329)	324.874
Enerpeixe S.A.	254.272	-	-	-	-	-	(35.175)	46.614	-	265.711
Energética Águas da Pedra S.A. - EAPSA	233.604	-	-	-	-	-	(48.248)	59.088	-	244.444
Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. - TSLE	150.375	-	-	-	-	-	-	21.258	-	171.632
Sistema de Transmissão Nordeste S.A. - STN	177.158	-	-	-	-	-	(28.934)	69.637	-	217.861
Goiás Transmissão S.A.	204.859	-	-	-	-	-	(2.358)	9.930	-	212.431
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	153.725	-	-	-	-	-	(6.139)	25.848	-	173.434
Rouar S.A.	109.643	-	-	31.760	-	-	(18.622)	5.534	-	128.315
Transnorte Energia S.A.	39.973	-	-	-	-	-	-	(343)	(14.132)	25.498
MGE Transmissão S.A.	139.176	-	-	-	-	-	-	(2.028)	-	137.148
Transenergia Renovável S.A.	116.471	-	-	-	-	(1)	(9.992)	9.917	-	116.395
Retiro Baixo Energética S.A.	144.796	-	-	-	-	-	(3.858)	16.245	-	157.183
Triangulo Mineiro Transmissora de Energia S.A.	112.865	-	-	-	-	-	(1.470)	15.259	-	126.654
Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.	60.305	357	-	-	-	-	-	3.357	-	64.019
Lajeado Energia S.A.	67.230	-	-	13	-	-	(73.496)	96.593	-	90.340
CEB Lajeado S.A.	63.047	-	-	4	-	-	(19.139)	24.044	-	67.956
Paulista Lajeado Energia S.A.	29.967	-	-	-	-	-	-	8.089	-	38.056
Outros	2.681.493	-	(2.941)	(116.331)	63.315	133.951	(416.536)	519.252	(17.617)	2.844.586
Total de Investimentos	26.956.264	68.169	(2.941)	(176.692)	207.715	136.710	(1.362.493)	1.335.498	(165.985)	26.996.243

Notas Explicativas



20.4 - Resumo das informações dos principais empreendimentos controlados em conjunto e coligadas

Balço Patrimonial	31/12/2021									
	Percentual de participação	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Total do Ativo	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio líquido	Total do passivo	Receita Operacional Líquida	Lucro/(Prejuízo) Líquido
Controladas em conjunto										
Norte Energia S.A. - NESA	49,98%	1.489.913	41.641.146	43.131.059	1.678.941	28.705.845	12.746.273	43.131.059	4.836.435	(432.814)
Energia Sustentável do Brasil S.A. - ESBR	40,00%	567.089	19.816.570	20.383.659	730.876	10.639.673	9.013.110	20.383.659	2.783.506	(193.955)
Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. - BMTE	49,50%	1.073.113	7.438.788	8.511.901	546.168	4.098.559	3.867.174	8.511.901	896.974	326.221
Interligação Elétrica do Madeira S.A. - IE Madeira	49,50%	928.778	6.088.383	7.017.161	610.022	2.896.130	3.511.009	7.017.161	920.715	546.746
Teles Pires Participações S.A. - TPP	49,72%	207.346	4.706.886	4.914.232	293.823	3.005.205	1.615.204	4.914.232	833.258	9.487
Madeira Energia S.A. - MESA	43,00%	927.739	23.286.096	24.213.835	2.309.383	20.412.415	1.492.037	24.213.835	3.757.969	(12.386)
Companhia Energética Sinop S.A. - SINOP	49,00%	192.906	2.785.496	2.978.402	93.089	1.448.258	1.437.055	2.978.402	279.338	(142.665)
Empresa de Energia São Manoel S.A.	33,00%	236.782	3.596.547	3.833.329	191.359	1.824.900	1.817.070	3.833.329	344.337	(73.793)
Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.	50,00%	710.119	2.758.854	3.468.973	123.884	1.925.948	1.419.141	3.468.973	426.573	126.094
Chapecoense Geração S.A.	40,00%	491.037	2.760.867	3.251.904	441.471	1.674.787	1.135.646	3.251.904	1.068.277	435.951
Interligação Elétrica Garanhuns S.A. - IE Garanhuns	49,00%	136.381	1.099.741	1.236.122	79.764	313.284	843.074	1.236.122	185.026	132.028
Enerpeixe S.A.	40,00%	136.118	1.730.856	1.866.974	210.085	991.116	665.773	1.866.974	421.390	(2.817)
Coligadas										
Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. - CTEEP	35,08%	3.747.849	25.228.890	28.976.739	1.229.194	12.954.810	14.792.735	28.976.739	5.534.129	3.037.808
31/12/2020										
Balço Patrimonial	Percentual de participação	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Total do Ativo	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio líquido	Total do passivo	Receita Operacional Líquida	Lucro/(Prejuízo) Líquido
Controladas em conjunto										
Norte Energia S.A. - NESA	49,98%	1.796.877	42.691.891	44.488.768	1.957.228	29.357.442	13.174.098	44.488.768	4.402.647	(860.393)
Energia Sustentável do Brasil S.A. - ESBR	40,00%	989.250	20.088.832	21.078.082	978.648	10.892.330	9.207.104	21.078.082	2.676.045	(309.195)
Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. - BMTE	49,00%	963.497	7.198.219	8.161.716	500.544	4.047.209	3.613.963	8.161.716	833.619	294.278
Interligação Elétrica do Madeira S.A. - IE Madeira	49,00%	868.642	5.789.039	6.657.681	382.701	3.031.839	3.243.141	6.657.681	595.799	49.125
Teles Pires Participações S.A. - TPP	49,72%	274.020	4.918.375	5.192.395	316.956	3.347.957	1.527.482	5.192.395	792.973	(72.291)
Madeira Energia S.A. - MESA	43,00%	945.143	21.369.986	22.315.129	1.149.935	18.906.101	2.259.093	22.315.129	3.200.238	(1.445.667)
Companhia Energética Sinop S.A. - SINOP	49,00%	258.879	2.702.367	2.961.246	87.748	1.437.924	1.435.574	2.961.246	269.647	(105.647)
Empresa de Energia São Manoel S.A.	33,00%	193.508	3.723.477	3.916.985	210.909	1.815.213	1.890.863	3.916.985	360.656	(80.474)
Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.	50,00%	366.390	2.565.115	2.931.505	158.351	1.452.934	1.320.220	2.931.505	364.070	96.994
Chapecoense Geração S.A.	40,00%	265.107	2.624.982	2.890.089	371.413	1.584.327	934.349	2.890.089	935.862	280.465
Interligação Elétrica Garanhuns S.A. - IE Garanhuns	49,00%	113.222	1.008.012	1.121.234	71.093	309.438	740.703	1.121.234	114.343	75.331
Enerpeixe S.A.	40,00%	476.575	1.758.817	2.235.392	793.861	777.254	664.277	2.235.392	303.132	116.532
Coligadas										
Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. - CTEEP	36,05%	5.507.858	19.084.500	24.592.358	1.372.497	9.094.419	14.125.442	24.592.358	3.696.428	3.382.650

Notas Explicativas



20.5 - Valor de mercado das coligadas que possuem cotação em bolsa de valores

Empresas de capital aberto	Participação	Valor Justo (a)	
		31/12/2021	31/12/2020
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial			
Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. - CTEEP	35,80%	5.775.156	6.521.147
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	33,55%	2.238.434	2.624.872
Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT	32,66%	-	1.634.744
Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T	32,65%	1.180.812	-
Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE	40,44%	1.095.497	1.087.136
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D	4,62%	152.108	316.343

(a) Baseado na cotação das ações na data-base.

Em março de 2020, a Administração da CEEE-GT recebeu do Estado do Rio Grande do Sul, a notificação referente à intenção de realizar o processo de cisão parcial da então denominada Companhia, segregando os segmentos de Geração e Transmissão. Em abril de 2021, foram preenchidas as condições precedentes com a respectiva eficácia da cisão.

20.6 - Ações em garantia

Tendo em vista que a Companhia possui diversos processos no âmbito do Poder Judiciário, onde figura como ré (vide nota 34), são oferecidos em garantia, nos recursos dessas ações judiciais, participações societárias, conforme abaixo:

CONTROLADORA			
31/12/2021			
Participações societárias	Valor do Investimento	Percentual de bloqueio	Investimento bloqueado
Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. - CTEEP	4.357.895	99,88%	4.352.715
AES Tietê Energia S.A	333.932	99,13%	331.026
Energisa Holding	354.279	59,55%	210.960
Companhia Energética do Ceará - COELCE	254.664	26,27%	66.906
Companhia Energética de São Paulo - CESP	224.090	96,85%	217.040
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A - CELESC	281.924	53,92%	152.015
Companhia Energética de Brasília - CEB	23.650	100,00%	23.650
Equatorial Energia Pará	117.671	100,00%	117.671
Neoenergia Pernambuco	31.941	100,00%	31.941
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S.A.	32.400	100,00%	32.400
Outros	2.346.703	Entre 78,1% e 100%	1.769.736
Total	8.359.149		7.306.060

20.7 - Capital Circulante Líquido de Controladas e Coligadas

Controladas

a) Eletronuclear – tem por principal objetivo a construção e operação de usinas nucleares e a realização de serviços de engenharia e correlatos no estado do Rio de Janeiro. A controlada apresenta em 31 de dezembro de 2021 um capital circulante líquido positivo de R\$ 17.957 (R\$ 512.826 negativo em 31 de dezembro de 2020).

Coligadas

b) A Companhia também detém participações, através de suas controladas, nas SPEs Madeira Energia S.A., Norte Energia S.A., Teles Pires Participações S.A., Enerpeixe S.A. e Energia Sustentável do Brasil S.A., que apresentaram em 31 de dezembro de 2021 capital circulante líquido negativo de R\$1.381.644, R\$ 189.028, R\$ 86.477, R\$ 73.967 e R\$ 163.787, respectivamente (R\$ 204.792, R\$ 160.351, R\$ 42.936 e R\$ 317.286 negativos e R\$ 10.544 positivo, respectivamente, em 31 de dezembro de 2020). Adicionalmente foram consideradas provisões para os casos em que a Companhia possui obrigação legal nas investidas que estão com investimento reduzido a zero.

Prática contábil

A Companhia avalia seus investimentos pelo método de custo quando não possui influência significativa, e pelo método de equivalência patrimonial, quando detém o poder de influência nas decisões das suas investidas.

Notas Explicativas



No método do custo, inicialmente o reconhecimento é realizado pelo custo, avaliado pelo seu valor justo e em casos de recebimento de dividendos, este é lançado diretamente na receita. No método de equivalência patrimonial, inicialmente o reconhecimento é realizado pelo custo, anualmente atualizado conforme patrimônio líquido da investida proporcionalmente ao percentual da Eletrobras e em caso de recebimento de dividendos é realizado crédito no ativo na conta de investimentos.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem informações da Eletrobras, e das suas controladas, operações controladas em conjunto e entidades estruturadas consolidadas.

As empresas subsidiárias e controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir, utilizando práticas contábeis consistentes às adotadas pela Companhia. As transações e saldos entre as empresas da Companhia, incluindo lucro não realizado oriundo dessas transações, são eliminados no processo de consolidação.

Tal controle é obtido quando a Eletrobras possui:

- i) poder sobre a investida;
- ii) exposição ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- iii) a capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos.

NOTA 21 – IMOBILIZADO

Os itens do ativo imobilizado referem-se substancialmente à infraestrutura para geração de energia elétrica de concessões não prorrogadas e ativos corporativos. As adições de valor mais expressivo são referentes às controladas Eletronuclear e Furnas.

A seguir demonstramos a movimentação do imobilizado:

	CONSOLIDADO						Saldo em 31/12/2021
	Saldo em 31/12/2020	Adição / Constituição	Baixas / Reversões	Depreciação	Transferências	Transferências Mantidas para venda/Incorporação (a)	
Imobilizado em serviço							
Barragens, reservatórios e adutoras	6.689.554	-	-	(305.483)	28.924	-	6.412.995
Edificações, obras civis e benfeitorias	3.124.535	3.447	-	(193.055)	(32.865)	(16.897)	2.885.165
Máquinas e equipamentos	11.928.760	67.914	(179.523)	(1.160.899)	1.692.395	(122.841)	12.225.806
Outros	218.452	23.832	13.851	(16.567)	39.391	12	278.971
Provisão para valor recuperável dos ativos (Impairment)	(3.056.704)	(262.738)	738.730	-	102.110	23.762	(2.454.840)
	<u>18.904.597</u>	<u>(167.545)</u>	<u>573.058</u>	<u>(1.676.004)</u>	<u>1.829.955</u>	<u>(115.964)</u>	<u>19.348.097</u>
Imobilizado em curso (b)	17.159.375	2.432.269	(271.206)	-	(1.729.474)	(106.620)	17.484.344
Provisão para valor recuperável dos ativos (Impairment) (c)	(4.508.764)	-	-	-	-	-	(4.508.764)
	<u>12.650.611</u>	<u>2.432.269</u>	<u>(271.206)</u>	<u>-</u>	<u>(1.729.474)</u>	<u>(106.620)</u>	<u>12.975.580</u>
Direito de Uso							
Imobilizado em serviço							
Edificações, obras civis e benfeitorias	156.901	45.823	2.903	(34.673)	(323)	-	170.631
Máquinas e equipamentos	946.935	-	(43)	(84.911)	(4)	-	861.977
Outros	3.868	7.778	-	(256)	306	-	11.696
	<u>1.107.704</u>	<u>53.601</u>	<u>2.860</u>	<u>(119.840)</u>	<u>(21)</u>	<u>-</u>	<u>1.044.304</u>
Total	<u>32.662.912</u>	<u>2.318.325</u>	<u>304.712</u>	<u>(1.795.844)</u>	<u>100.460</u>	<u>(222.584)</u>	<u>33.367.981</u>

- (a) Em abril de 2021 a CGT Eletrosul classificou os ativos e passivos da SPE Livramento Holding S.A. como mantidos para venda. Em agosto de 2021 incorporou a FOTE e em novembro de 2021 adquiriu 100% do controle da TSLE.
- (b) Em 31 de dezembro de 2021, do valor total do imobilizado em curso de R\$ 17.484.344, o montante de R\$ 14.600.060 refere-se ao empreendimento Angra 3 (R\$ 13.266.022 em 31 de dezembro de 2020).
- (c) Em 31 de dezembro de 2021, o valor de R\$ 4.508.764 do impairment sobre o imobilizado em curso refere-se ao empreendimento Angra 3 (R\$ 4.508.764 em 31 de dezembro de 2020).

Notas Explicativas



	Saldo em 31/12/2019	Adição / Constituição	Baixas / Reversões	Depreciação	Transferências	Saldo em 31/12/2020
Imobilizado em serviço						
Barragens, reservatórios e adutoras	6.931.726	94.218	(37.741)	(377.395)	78.746	6.689.554
Edificações, obras civis e benfeitorias	3.282.430	2.367	(3.999)	(190.430)	34.167	3.124.535
Máquinas e equipamentos	13.067.839	879	(583.797)	(1.076.178)	520.017	11.928.760
Outros	340.105	(152.414)	(2.573)	(32.161)	65.495	218.452
Provisão para valor recuperável dos ativos (<i>Impairment</i>)	(2.643.377)	(913.916)	704.865	-	(204.276)	(3.056.704)
	20.978.723	(968.866)	76.755	(1.676.164)	494.149	18.904.597
Imobilizado em curso (a)						
Provisão para valor recuperável dos ativos (<i>Impairment</i>) (b)	(4.713.040)	-	-	-	204.276	(4.508.764)
	11.081.856	2.283.860	(254.330)	-	(460.775)	12.650.611
Direito de Uso						
Imobilizado em serviço						
Edificações, obras civis e benfeitorias	219.192	99	(18.840)	(43.550)	-	156.901
Máquinas e equipamentos	1.031.839	2.363	(14.424)	(72.843)	-	946.935
Outros	4.264	93	-	(489)	-	3.868
	1.255.295	2.555	(33.264)	(116.882)	-	1.107.704
Total	33.315.874	1.317.549	(210.839)	(1.793.046)	33.374	32.662.912

(a) Em 31 de dezembro de 2020, do valor total do imobilizado em curso, o montante de R\$ 13.266.022 refere-se ao empreendimento Angra 3 (R\$ 12.012.251 em 31 de dezembro de 2019).

(b) Em 31 de dezembro de 2020, o valor de R\$ 4.508.764 do *impairment* sobre o imobilizado em curso refere-se ao empreendimento Angra 3 (R\$ 4.508.764 em 31 de dezembro de 2019).

Taxa média de depreciação e custo histórico:

	CONSOLIDADO							
	31/12/2021				31/12/2020			
	Taxa média de depreciação a.a.	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Taxa média de depreciação a.a.	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Imobilizado em serviço								
Barragens, reservatórios e adutoras	2,18%	15.418.627	(9.005.632)	6.412.995	2,16%	15.389.704	(8.700.150)	6.689.554
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,57%	8.214.167	(5.329.002)	2.885.165	2,67%	8.265.536	(5.141.001)	3.124.535
Máquinas e equipamentos	4,38%	42.054.751	(29.828.944)	12.225.807	4,06%	40.448.965	(28.520.205)	11.928.760
Outros (a)	5,30%	742.900	(463.929)	278.971	5,14%	1.180.992	(962.540)	218.452
		66.430.445	(44.627.507)	21.802.938		65.285.197	(43.323.896)	21.961.301
Imobilizado em curso								
		17.484.344	-	17.484.344		17.159.375	-	17.159.375
Direito de Uso								
		17.484.344	-	17.484.344		17.159.375	-	17.159.375
Imobilizado em serviço								
Edificações, obras civis e benfeitorias	10,97%	239.806	(69.175)	170.631	13,71%	252.640	(95.739)	156.901
Máquinas e equipamentos	3,87%	1.858.559	(996.582)	861.977	4,45%	1.858.606	(911.671)	946.935
Outros (a)	2,40%	13.997	(2.301)	11.696	2,28%	4.455	(587)	3.868
		2.112.362	(1.068.058)	1.044.304		2.115.701	(1.007.997)	1.107.704
Total		86.027.150	(45.695.565)	40.331.586		84.560.273	(44.331.893)	40.228.380

(a) O valor é composto, substancialmente, por terrenos, veículos e móveis e utensílios e obrigações especiais.

Cabe mencionar que os valores apresentados na tabela acima estão brutos da provisão ou seja, não contemplam a provisão para *impairment*. Informações sobre o *impairment* podem ser observadas em maiores detalhes na nota 23.

Prática contábil

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuídos à aquisição dos ativos, e também inclui, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido.

Os itens do ativo imobilizado referem-se substancialmente à infraestrutura para geração de energia elétrica de concessões não prorrogadas e ativos corporativos.

A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso e em operação. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A Companhia considera que a vida útil estimada de cada ativo é semelhante às taxas de depreciação determinadas pela ANEEL, as quais são tidas pelo mercado como aceitáveis por expressar adequadamente o tempo de vida útil dos bens.

Notas Explicativas



Os ativos de Direito de Uso são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

NOTA 22 – INTANGÍVEL

	CONSOLIDADO				
	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2021
Vinculados à Concessão - Geração	428.861	4.046.941	575	(3.533)	4.472.844
Em serviço	405.153	4.021.800	575	(3.297)	4.424.231
Custo	287.179	8.715	(295)	10.468	306.067
Amortização acumulada	(15.697)	(251.785)	-	(13.765)	(281.247)
Provisão p/ valor recuperável dos ativos (<i>Impairment</i>)	(872)	(1.019)	870	-	(1.021)
Repactuação do Risco Hidrológico (a)	134.543	4.265.889	-	-	4.400.432
Em curso	23.708	25.141	-	(236)	48.613
Custo	23.708	25.141	-	(236)	48.613
Vinculados à Concessão - Transmissão	2.092	-	-	-	2.092
Em serviço - Custo	791	-	-	-	791
Em curso - Custo	1.301	-	-	-	1.301
Não Vinculados à Concessão (Outros Intangíveis) - Administração	354.540	107.137	50.407	5.156	517.240
Em serviço	8.658	20.288	50.981	58.294	138.221
Custo	1.027.678	62.514	(2.525)	(172.966)	914.701
Amortização acumulada	(702.732)	(42.226)	-	37.549	(707.409)
Provisão p/ valor recuperável dos ativos (<i>Impairment</i>)	(316.288)	-	53.506	193.711	(69.071)
Em curso	345.882	86.849	(574)	(53.138)	379.019
Custo	345.882	86.849	(574)	(53.138)	379.019
Total	785.493	4.154.078	50.982	1.623	4.992.176

	CONSOLIDADO				
	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2020
Vinculados à Concessão - Geração	466.556	(318)	(36.186)	(1.191)	428.861
Em serviço	444.414	(7.888)	(30.182)	(1.191)	405.153
Custo	301.982	7.999	(7.414)	(15.388)	287.179
Amortização acumulada	(14.450)	(15.444)	-	14.197	(15.697)
Provisão p/ valor recuperável dos ativos (<i>Impairment</i>)	(6.439)	(443)	6.010	-	(872)
Repactuação do Risco Hidrológico (a)	163.321	-	(28.778)	-	134.543
Em curso	22.142	7.570	(6.004)	-	23.708
Custo	22.142	7.570	(6.004)	-	23.708
Vinculados à Concessão - Transmissão	2.092	-	-	-	2.092
Em serviço - Custo	791	-	-	-	791
Em curso - Custo	1.301	-	-	-	1.301
Não Vinculados à Concessão (Outros Intangíveis) - Administração	349.714	84.854	(48.477)	(31.551)	354.540
Em serviço	95.793	(40.274)	(48.477)	1.616	8.658
Custo	1.053.351	6.721	(48.477)	16.083	1.027.678
Amortização acumulada	(641.270)	(46.995)	-	(14.467)	(702.732)
Provisão p/ valor recuperável dos ativos (<i>Impairment</i>)	(316.288)	-	-	-	(316.288)
Em curso	253.921	125.128	-	(33.167)	345.882
Custo	306.852	125.128	-	(33.167)	398.813
Outros	(52.931)	-	-	-	(52.931)
Total	818.362	84.536	(84.663)	(32.742)	785.493

(a) Repactuação do Risco Hidrológico

Com a aprovação da Lei nº 14.052/2020, foram registrados no ativo intangível, em conformidade com o CPC 04/IAS 38 - Ativo Intangível, o valor de R\$ 4.265.889, decorrente da extensão do prazo de concessão das usinas/complexos hidrelétricos objeto das resoluções ANEEL nº 2.919/2021 e 2.932/2021. Maiores informações, vide nota 3.

Notas Explicativas



Prática contábil

Ativos intangíveis, com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzidos das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Os custos relacionados à repactuação do risco hidrológico (GSF) foram reconhecidos com base no CPC 04/IAS 38 (parágrafo 44) e também sob a ótica da compra de intangível por concessão governamental (*government grant*), em conjunto com a norma CPC 07/IAS 20 – Subvenções Governamentais (parágrafo 23), uma vez que tal acordo pode ser considerado, por analogia, a uma concessão de subvenção governamental, representada por um intangível recebido como parte do acordo de repactuação do risco hidrológico. Adicionalmente, o ativo intangível foi reconhecido a valor justo considerando a melhor estimativa, com base nos parâmetros determinados pela regulamentação da ANEEL e os valores das compensações calculados pela CCEE. A amortização é reconhecida pelo método linear até o final do prazo de concessão, ajustado com a extensão a partir da repactuação do risco hidrológico.

NOTA 23 – VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS DE LONGO PRAZO

O Pronunciamento Técnico CPC 01/IAS 36 - Redução ao valor recuperável de ativos, determina que um ativo deve ser registrado por valor que não exceda o montante a ser recuperado pelo uso ou pela venda desse ativo.

O Pronunciamento define o Valor Recuperável como o maior valor entre o valor justo líquido de despesas de venda de um ativo ou de unidade geradora de caixa e o seu Valor em Uso. O Valor Justo, de acordo com o CPC 46/IFRS 13 – Mensuração do Valor Justo, é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. Já o Valor em Uso, de acordo com o próprio CPC 01/IAS 36, é o valor presente de fluxos de caixa futuros esperados que devem advir de um ativo ou de unidade geradora de caixa. O valor em uso, conforme o próprio nome sugere, representa o valor esperado pela companhia (visão interna) decorrente do desempenho do ativo ao longo da sua vida útil. Já o valor justo corresponde a mensuração do montante a ser recebido no caso da venda deste ativo (visão externa). A Companhia estima o valor recuperável de seus ativos imobilizados e intangíveis com base em valor em uso, que é mensurado com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

As premissas utilizadas consideram a melhor estimativa da Administração da Eletrobras sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos das unidades geradoras de caixa.

Foram consideradas as principais premissas definidas a seguir:

- Crescimento compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira;
- Taxa de desconto ao ano, após os impostos, específica para os segmentos testados: 4,70% para geração não renovada, 4,68% para geração renovada, (6,11% para geração não renovada, 6,14% para geração renovada em 2020), levando em consideração o custo médio ponderado de capital;
- A taxa de desconto ao ano, antes dos impostos, para os empreendimentos corporativos testados varia entre 4,44% e 16,48%;
- Receitas projetadas de acordo com os contratos, sem previsão de prorrogação da concessão/autorização;
- Despesas segregadas por unidade geradora de caixa, projetadas com base no PDNG para 5 anos e consistentes com o plano para os demais anos, até o final das concessões e sem considerar renovações/prorrogações futuras; e
- A Companhia tratou cada um dos contratos de seus respectivos empreendimentos como unidades geradoras de caixa independentes.

Notas Explicativas



Seguem abaixo as posições de *impairment* no exercício:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Geração	Administração	Total	Geração	Administração	Total
Imobilizado	6.963.604	-	6.963.604	7.565.468	-	7.565.468
Intangível	1.021	69.071	70.092	872	316.288	317.160
Total	6.964.625	69.071	7.033.696	7.566.340	316.288	7.882.628

A movimentação das provisões é como segue:

Geração

Unidade Geradora de Caixa	31/12/2020	Adições	Reversões	Baixas	Transferências	31/12/2021
UTN Angra 3	4.508.764	-	-	-	-	4.508.764
UTE Candiota	796.045	258.261	-	-	-	1.054.306
UTE Santa Cruz	402.769	-	(123.390)	-	-	279.379
Candiota Fase B	321.020	-	(15.242)	-	-	305.778
UHE Batalha	298.058	-	(149.105)	-	-	148.953
Casa Nova I	292.763	-	(35.184)	-	-	257.579
Livramento (a)	126.294	-	(422)	-	(125.872)	-
Complexo Eólico Pindaí	100.428	-	(100.428)	-	-	-
UHE Samuel	98.804	-	(98.804)	-	-	-
UTE Coaracy Nunes	71.007	-	-	-	-	71.007
PCH João Borges	42.103	-	(42.103)	-	-	-
UTE Mauá Bloco 4	49.372	-	-	-	-	49.372
UTE Aparecida Óleo	46.258	-	-	-	-	46.258
Eólica Coxilha Seca	27.462	-	(26.198)	-	-	1.264
UTE Mauá Bloco 1	41.040	-	-	-	-	41.040
UHE Passo São João	34.987	-	(34.987)	-	-	-
Casa Nova II	49.154	-	(49.154)	-	-	-
PCH Rio Chapéu	32.752	-	(32.752)	-	-	-
Casa Nova III	25.730	-	(25.730)	-	-	-
Outros	201.530	5.496	(5.664)	(437)	-	200.925
Total	7.566.340	263.757	(739.163)	(437)	(125.872)	6.964.625

(a) A SPE Livramento foi classificada como ativo mantido para venda.

Unidade Geradora de Caixa	31/12/2019	Adições	Reversões	Baixas	31/12/2020
UTN Angra 3	4.508.764	-	-	-	4.508.764
UTE Candiota	184.629	611.416	-	-	796.045
UTE Santa Cruz	618.569	-	(215.800)	-	402.769
Candiota Fase B	342.114	-	(21.094)	-	321.020
UHE Batalha	376.680	-	(78.622)	-	298.058
Casa Nova I	345.893	-	(53.130)	-	292.763
Livramento	117.866	8.428	-	-	126.294
Complexo Eólico Pindaí I	-	99.263	-	-	99.263
UHE Samuel	87.603	11.201	-	-	98.804
UTE Coaracy Nunes	71.007	-	-	-	71.007
UTE Camaçari	224.032	-	-	(224.032)	-
UTE Mauá Bloco 4	49.372	-	-	-	49.372
UTE Aparecida Óleo	46.258	-	-	-	46.258
UTE Mauá Bloco 1	41.040	-	-	-	41.040
UHE Passo São João	34.750	-	-	-	34.750
Casa Nova II	16.492	32.662	-	-	49.154
PCH Santo Cristo	14.148	-	-	(14.148)	-
Casa Nova III	-	25.730	-	-	25.730
Outros	283.639	21.610	-	-	305.249
Total	7.362.856	810.310	(368.646)	(238.180)	7.566.340

Notas Explicativas

Abaixo, destacamos os principais impactos decorrentes da avaliação do valor recuperável pela Companhia em dezembro de 2021:

- UTN Angra 3

A Lei nº 14.120/21, estabeleceu as condições gerais para estruturação do empreendimento Angra 3, garantindo ao projeto uma tarifa que assegure a sua viabilidade econômico-financeira, sendo este um marco relevante para conclusão do projeto. Ademais, a Resolução do CNPE 23/21, definiu parâmetros para cálculo da tarifa de equilíbrio pelo BNDES, dentre os quais a data base, 30 de junho de 2020, e o custo de capital próprio real de 8,88% ao ano para remuneração do capital investido.

Além dos pontos acima mencionados, em dezembro de 2021 a Tractebel, empresa contratada pelo BNDES para a análise do Capex remanescente e cronograma, em seu relatório preliminar, ainda em fase de análise pela Eletronuclear, indicou um aumento de R\$ 2.239.000 do Capex em relação ao considerado no teste de *impairment* do exercício de 2020, e a data prevista de entrada em operação passou para novembro de 2027.

A despeito dos significativos avanços acima mencionados, para a realização do teste de recuperabilidade em dezembro de 2021, apesar de todos os parâmetros para o cálculo da tarifa de equilíbrio do projeto estarem disponíveis, a tarifa não é definida pela Companhia, sendo de responsabilidade do CNPE. Portanto, ainda resta pendente a homologação tarifária, que é de grande relevância para a estruturação do projeto.

A fundamentação da manutenção do saldo provisionado de *impairment* no montante de R\$ 4.508.764 é derivada substancialmente da carência da homologação da tarifa do empreendimento, sendo considerada a tarifa de referência aprovada em 2018 atualizada pela inflação.

Ao longo do ano de 2021, foram realizadas atividades relacionadas ao caminho crítico da obra com destaque para seleção de fornecedores para reinício das obras civis, bem como a efetivação de aportes de recursos pela Eletrobras na controlada Eletronuclear no montante de R\$ 2.447.464, vide nota 19.

Em fevereiro de 2022, a Companhia assinou o contrato de prestação de serviços que permite a retomada das obras da Usina Nuclear de Angra 3, no âmbito do Plano de Aceleração do Caminho Crítico entre a Eletronuclear e o consórcio formado por Ferreira Guedes, Matricial e ADtranz. Entre as principais medidas que constam no Plano está a conclusão da superestrutura de concreto do edifício do reator de Angra 3.

- UTE Candiota III

Redução do valor recuperável da unidade geradora de caixa Usina Candiota, no montante de R\$ 276.235, devido a não comercialização de adicional de garantia física no mercado de curto prazo.

- Redução da taxa de desconto

Redução do custo médio ponderado de capital – WACC impactado tanto pelo menor custo do capital de terceiros como do capital próprio.

Administração

Intangível - Administração	31/12/2020	Baixas	Reversões	Transferência	31/12/2021
Ágio de rentabilidade Futura - Livramento (a)	233.989	-	(40.278)	(193.711)	-
Outros	82.299	(13.228)	-	-	69.071
Total	316.288	(13.228)	(40.278)	(193.711)	69.071

(a) A SPE Livramento foi classificada como ativo mantido para venda.

Notas Explicativas



- Unidades Geradoras de Caixa – UGCs que não apresentam provisão para *impairment*

As UGCs que não tiveram *impairment* têm um valor recuperável superior ao valor contábil do ativo imobilizado. Além disso, a Companhia realizou uma análise de sensibilidade aumentando a taxa de desconto em 5% e 10%, para avaliação do risco de *impairment* para cada UGC. Apenas a PCH João Borges da CGT Eletrosul apresentou risco de *impairment*, de R\$ 307 para a variação de +5% da taxa e R\$ 2.032 para a variação de +10%.

Prática contábil

A Companhia avalia periodicamente se há alguma indicação de que seus ativos não financeiros (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs) tenham sofrido alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente por uma taxa que reflete uma avaliação atual de mercado e/ou custo de oportunidade da Companhia, do valor da moeda no tempo e dos riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros foi efetuada.

NOTA 24 – FORNECEDORES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Circulante				
Bens, Materiais e Serviços	63.840	83.077	2.602.086	2.612.668
Energia Comprada para Revenda	710.018	622.831	1.381.544	1.275.170
CCEE - Energia de curto prazo	-	-	47.902	16.213
	<u>773.858</u>	<u>705.908</u>	<u>4.031.532</u>	<u>3.904.051</u>
Não circulante				
Bens, Materiais e Serviços	-	-	16.555	16.556
	-	-	16.555	16.556
Total	<u>773.858</u>	<u>705.908</u>	<u>4.048.087</u>	<u>3.920.607</u>

Prática contábil

A rubrica de fornecedores é mensurada a custo amortizado, sendo os passivos baixados mediante a liquidação do título e as variações monetárias são reconhecidas no resultado financeiro. A Companhia reconhece nesta rubrica as obrigações relacionadas com encargos de uso da rede elétrica, suprimento de energia elétrica, compras de energia elétrica para revenda e compras de bens, mercadorias e de serviços. Além disso, também são reconhecidas as compras de energia elétrica no âmbito da CCEE.

NOTA 25 – ADIANTAMENTOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Circulante				
PROINFA (a)	1.043.978	667.126	1.043.978	667.126
PROCEL (b)	326.968	393.644	326.968	393.644
ALBRAS (c)	-	-	89.509	74.075
	<u>1.370.946</u>	<u>1.060.770</u>	<u>1.460.455</u>	<u>1.134.845</u>
Não Circulante				
ALBRAS (c)	-	-	186.348	290.870
	-	-	186.348	290.870
Total	<u>1.370.946</u>	<u>1.060.770</u>	<u>1.646.803</u>	<u>1.425.715</u>

Notas Explicativas**(a) PROINFA**

O recebimento antecipado das quotas do PROINFA se destina às necessidades de pagamento estabelecidas contratualmente entre a Eletrobras e os empreendedores. As quotas de custeio e as de energia elétrica são resultantes do rateio do custo e da energia elétrica gerada no âmbito do PROINFA. Conforme resolução homologatória nº 2.995/2021 da ANEEL o valor do rateio do PROINFA foi de R\$ 14,13/MWh em dezembro de 2021 (R\$ 9,32/MWh em dezembro de 2020). Além disso, as operações no âmbito do PROINFA não afetam o resultado da Eletrobras.

(b) Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL

Programa do governo federal com o objetivo de aumentar eficiência dos bens e consumos de energia. A Eletrobras atua como agente executor do PROCEL, por meio de contratos, convênios, termos de operação e acordos de cooperação. O recebimento antecipado dos recursos e sua utilização estão condicionados à aprovação do Plano de Aplicação de Recursos Anual (PAR), o qual dispõe das propostas de projetos em eficiência energética e demais dispêndios a serem aplicados no âmbito do programa. Tais projetos são programados e orçados no PAR e ficam condicionados à sua efetiva contratação e realização. Portanto, os recursos financeiros são recebidos de acordo a programação estabelecida e lançados ao resultado do programa na medida da sua efetiva execução. Além disso, as operações no âmbito do PROCEL não afetam o resultado da Eletrobras.

(c) Alumínio Brasileiro S.A. - ALBRAS

Em 2004 a controlada Eletronorte participou do leilão de compra de energia elétrica realizado pelo consumidor industrial ALBRAS, para um período de 20 anos. A ALBRAS efetuou a compra antecipada de créditos de energia elétrica, com pagamento antecipado, a ser amortizado durante o período de fornecimento, em parcelas mensais expressas em MW médios, de acordo com a tarifa vigente no mês de faturamento.

NOTA 26 – EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

A composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures devidos pela Eletrobras e suas controladas é divulgada a seguir:

	31/12/2021					
	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	Taxa Média	Circulante	Não Circulante	Taxa Média	Circulante	Não Circulante
Moeda Estrangeira						
Banco Mundial	2,41%	149.904	148.214	2,41%	149.904	148.214
Banco Interamericano de Desenvolvimento	-	-	-	1,22%	42.349	379.147
Kreditanstalt fur Wiederaufbau - KFW	2,69%	22.239	265.948	4,77%	65.423	542.639
		172.143	414.162		257.676	1.070.000
Moeda Nacional						
RGR Devolução	5,00%	250.802	1.003.208	5,00%	250.802	1.003.208
RGR Controladas	5,00%	83.275	602.157	5,00%	83.275	602.157
RGR CCEE	5,00%	11.187	-	5,00%	11.187	-
BNDES	-	-	-	5,63%	458.015	4.668.486
Caixa Econômica Federal	10,93%	329.989	11.169	8,22%	806.317	3.072.622
Banco do Brasil	10,93%	527.983	17.871	6,92%	957.151	1.079.149
Bradesco (a)	-	-	-	7,18%	265.124	1.077.681
Petrobras	1,91%	2.199.910	3.327.920	1,91%	2.199.910	3.327.920
BR Distribuidora	2,21%	21.941	31.908	2,21%	21.941	31.908
State Grid	-	-	-	5,01%	91.196	647.597
Itaú	-	-	-	9,15%	4.017	500.000
Banco do Nordeste do Brasil	-	-	-	7,18%	66.187	987.810
BASA	-	-	-	8,52%	12.425	344.624
Cigás	-	393.920	193.249	-	393.920	193.249
Outras Instituições Financeiras	-	-	-	6,51%	481.255	506.579
		3.819.007	5.187.482		6.102.722	18.042.990

Notas Explicativas



	31/12/2021					
	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	Taxa	Circulante	Não Circulante	Taxa	Circulante	Não Circulante
Bônus						
Vencimento 04/02/2025	3,63%	41.302	2.767.841	3,63%	41.302	2.767.841
Vencimento 04/02/2030	4,63%	79.043	4.103.680	4,63%	79.043	4.103.680
		120.345	6.871.521		120.345	6.871.521
Debêntures						
Eletrobras - Vencimento 25/04/2022	Taxa DI + 0,70% a.a.	1.113.080	-	Taxa DI + 0,70% a.a.	1.113.080	-
Eletrobras - Vencimento 25/04/2024	Taxa DI + 1,00% a.a.	27.053	2.200.000	Taxa DI + 1,00% a.a.	27.053	2.200.000
Eletrobras - Vencimento 25/04/2026	Taxa DI + 1,20% a.a.	12.567	1.000.000	Taxa DI + 1,20% a.a.	12.567	1.000.000
Eletrobras - Vencimento 15/05/2029	IPCA + 5,18% a.a.	5.447	820.619	IPCA + 5,18% a.a.	5.447	820.619
Eletrobras - Vencimento 15/04/2026	Taxa DI + 1,80% a.a.	24.304	1.200.000	Taxa DI + 1,80% a.a.	24.304	1.200.000
Eletrobras - Vencimento 15/04/2031	IPCA + 4,91% a.a.	16.232	1.601.176	IPCA + 4,91% a.a.	16.232	1.601.176
Furnas - Vencimento 15/11/2024	-	-	-	CDI 117,60% a.a.	95.608	360.000
Furnas - Vencimento 15/11/2029	-	-	-	IPCA + 4,08% a.a.	2.340	897.225
Chesf - Vencimento 15/01/2029	-	-	-	IPCA + 7,03% a.a.	14.474	141.445
CGT Eletrosul - Vencimento 16/09/2024	-	-	-	Taxa DI + 1,78% a.a.	5.245	214.465
CGT Eletrosul - Vencimento 15/09/2028	-	-	-	IPCA + 6,80% a.a.	11.098	110.316
CGT Eletrosul - Vencimento 15/11/2028	-	-	-	IPCA + 3,75% a.a.	597	327.752
CGT Eletrosul - Vencimento 17/09/2029	-	-	-	IPCA + 5,35% a.a.	2.118	187.271
Eletronorte - Vencimento 04/08/2024	-	-	-	CDI + 2,75% a.a.	170.657	277.778
Eletronorte - Vencimento 20/10/2024	-	-	-	CDI + 2,60% a.a.	253.190	458.334
		1.198.683	6.821.795		1.754.010	9.796.381
Total Financiamentos, empréstimos e debêntures		5.310.178	19.294.960		8.234.753	35.780.892

(a) O saldo corresponde ao empréstimo de R\$ 301.409 de Furnas com o Bradesco e de R\$ 1.041.396 da Eletronorte com o Bradesco BBI.

	31/12/2020					
	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	Taxa Média	Circulante	Não Circulante	Taxa Média	Circulante	Não Circulante
Moeda Estrangeira						
Banco Mundial	2,41%	140.572	275.655	2,41%	140.572	275.655
Banco Interamericano de Desenvolvimento	-	-	-	1,79%	39.441	392.300
BNP Paribas	1,17%	182.590	-	1,17%	182.590	-
Kreditanstalt fur Wiederaufbau - KfW	2,69%	20.292	290.760	3,42%	60.561	587.891
		343.454	566.415		423.164	1.255.846
Moeda Nacional						
RGR Devolução	5,00%	250.802	1.254.011	5,00%	250.802	1.254.011
RGR Controladas	5,00%	86.779	688.283	5,00%	86.779	688.283
RGR CCEE	5,00%	34.797	-	5,00%	34.797	-
BNDES	-	-	-	5,15%	454.393	4.790.888
Caixa Econômica Federal	2,27%	416.603	340.592	5,94%	918.979	3.850.392
Banco do Brasil	2,27%	666.564	544.948	2,41%	1.085.373	1.420.404
Bradesco	-	-	-	5,14%	1.006.159	-
Petrobras	1,91%	2.196.011	4.925.322	1,91%	2.196.011	4.925.322
BR Distribuidora	2,21%	157.200	47.224	2,21%	157.200	47.224
State Grid	-	-	-	10,00%	43.935	354.828
Banco do Nordeste do Brasil	-	-	-	10,14%	52.251	901.827
BASA	-	-	-	8,50%	11.346	156.006
Cigás	-	414.264	223.670	-	414.264	223.670
Outras Instituições Financeiras	-	-	-	4,64%	779.996	1.292.845
		4.223.020	8.024.050		7.492.285	19.905.700

	31/12/2020					
	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	Taxa	Circulante	Não Circulante	Taxa	Circulante	Não Circulante
Bônus						
Vencimento 27/10/2021	5,75%	3.284.824	-	5,75%	3.284.824	-
Vencimento 04/02/2025	3,63%	38.461	2.570.741	3,63%	38.461	2.570.741
Vencimento 04/02/2030	4,63%	73.606	3.812.050	4,63%	73.606	3.812.050
		3.396.891	6.382.791		3.396.891	6.382.791
Debêntures						
Eletrobras - Vencimento 25/04/2022	Taxa DI + 0,70% a.a.	3.722	1.100.000	Taxa DI + 0,70% a.a.	3.722	1.100.000
Eletrobras - Vencimento 25/04/2024	Taxa DI + 1,00% a.a.	8.305	2.200.000	Taxa DI + 1,00% a.a.	8.305	2.200.000
Eletrobras - Vencimento 25/04/2026	Taxa DI + 1,20% a.a.	4.035	1.000.000	Taxa DI + 1,20% a.a.	4.035	1.000.000
Eletrobras - Vencimento 15/05/2029	IPCA + 5,18% a.a.	4.767	740.825	IPCA + 5,18% a.a.	4.767	740.825
Furnas - Vencimento 15/11/2024	-	-	-	CDI 117,60% a.a.	1.267	450.000
Furnas - Vencimento 15/11/2029	-	-	-	IPCA + 4,08% a.a.	1.755	808.446
Chesf - Vencimento 15/01/2029	-	-	-	IPCA + 7,03% a.a.	11.224	137.991
CGT Eletrosul - Vencimento 15/09/2028	-	-	-	IPCA + 6,80% a.a.	15.200	101.350
CGT Eletrosul - Vencimento 15/11/2028	-	-	-	IPCA + 3,75% a.a.	2.487	300.000
Eletronorte - Vencimento 04/08/2024	-	-	-	CDI + 2,75% a.a.	-	500.000
Eletronorte - Vencimento 20/10/2024	-	-	-	CDI + 2,60% a.a.	45.649	708.333
		20.829	5.040.825		98.411	8.046.945
Total Financiamentos, empréstimos e debêntures		7.984.194	20.014.081		11.410.751	35.591.282

Notas Explicativas



Captação Eletrobras

Em abril de 2021, foi realizada a sua 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, de 2.700.000 Debêntures, sendo: (i) 1.200.000 Debêntures da primeira série; e (ii) 1.500.000 Debêntures da segunda série observado que a emissão das Debêntures da Segunda Série foi realizada nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.431/2011.

Captação Furnas

Em julho de 2021, a Companhia realizou a captação de recursos no montante de R\$ 1.600.000, por sua controlada Furnas, por meio de 4 operações junto às seguintes instituições: (i) Banco da Amazônia – BASA no valor de R\$ 200.000 e prazo de pagamento em 5 anos; (ii) Banco Itaú no valor de R\$ 500.000 e prazo de pagamento em 5 anos; (iii) Banco do Brasil no valor de R\$ 600.000 e prazo de pagamento em 7 anos e (iv) Banco Bradesco no valor de R\$ 300.000 e prazo de pagamento em 7 anos.

Os recursos obtidos por meio destas captações serão destinados ao pagamento de dívidas mais onerosas hoje presentes no balanço da companhia e para o cumprimento do programa de investimentos do biênio 2021/2022.

Debêntures CGT Eletrosul

Em setembro de 2021, ocorreu o encerramento da oferta pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, de debêntures emitidas pela controlada CGT Eletrosul. Foram subscritas e integralizadas 400.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com valor nominal unitário de R\$ 1, perfazendo o montante total de R\$ 400.000 na data de emissão, sendo (i) R\$ 185.000 na primeira série, nos termos da Lei nº 12.431/2011, caracterizada como “debêntures verdes”, com prazo de vencimento de 8 anos contados a partir da data de emissão, e (ii) R\$ 215.000 na segunda série com prazo de vencimento de 3 anos.

Os recursos líquidos captados pela CGT Eletrosul por meio da Emissão das Debêntures da Primeira Série serão utilizados para alavancagem de Projetos de Investimento em Reforços de Transmissão e os recursos líquidos captados por meio das Debêntures da Segunda Série serão utilizados para reforço de caixa para utilização no curso ordinário dos negócios da Companhia.

Pagamento dos bonds

Em outubro de 2021, a Companhia efetuou o pagamento, dentro da data de vencimento, dos *bonds* emitidos em 2011 no montante de USD 643.691 equivalente a R\$ 3.583.234, convertido pela taxa de câmbio da data do pagamento.

26.1 - Movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures

A movimentação apresentada a seguir compreende os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
Saldo inicial em 31 de dezembro 2020 e 2019	27.998.275	33.318.501	47.002.033	47.899.641
Captação	2.700.000	5.193.319	4.828.697	9.154.852
Juros, encargos, Variações monetária e cambial incorridos	2.391.849	3.906.850	2.936.377	5.367.794
Juros Pagos	(1.327.451)	(1.275.296)	(2.545.458)	(2.074.848)
Amortização do Principal	(7.181.654)	(12.140.166)	(8.429.427)	(12.144.481)
Custos de transação apropriado	-	-	(13.825)	(22.146)
Transferência	-	-	213.129	(173.846)
Desreconhecimento RGR	24.119	(1.004.933)	24.119	(1.004.933)
Saldo final em 31 de dezembro 2021 e 2020	24.605.138	27.998.275	44.015.645	47.002.033

Notas Explicativas



A parcela dos empréstimos, financiamentos e debêntures tem seu vencimento assim programado:

	2022	2023	2024	2025	2026	2027	Após 2027	Total
Controladora	5.310.176	2.187.441	4.309.679	3.240.658	2.531.527	332.272	6.693.385	24.605.138
Consolidado	8.234.752	4.785.443	6.657.723	4.681.094	4.204.094	1.739.095	13.713.444	44.015.645

26.2 – Garantias

A Companhia participa, na qualidade de interveniente garantidora, de diversos empreendimentos de suas investidas controladas e não controladas. A exposição total em garantias é composta pelas garantias fornecidas para coligadas e empreendimentos controlados em conjunto no montante de R\$ 29.935.666 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 30.575.673 em 31 de dezembro de 2020), apresentadas no quadro abaixo:

Garantidora	Modalidade	Empreendimento	Saldo Devedor Garantido em 31/12/2021	Término da Garantia
Eletrobras	SPE	UHE Belo Monte	13.813.246	2042
Eletrobras	SPE	UHE Santo Antônio	5.351.448	2040
Eletrobras	SPE	UHE Jirau	3.240.577	2034
Eletrobras	SPE	UHE Teles Pires	1.128.600	2038
Furnas	SPE	UHE Santo Antônio	1.015.977	2038
Eletrobras	SPE	UHE Santo Antônio	926.256	2024
Eletrobras	SPE	UHE Jirau	887.438	2035
Furnas	SPE	Empreendimentos de Transmissão - Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.	754.187	2041
Eletrobras	SPE	UHE Sinop	556.612	2038
Eletrobras	SPE	UHE São Manoel	525.607	2038
Eletrobras	Corporativo	Amazonas Energia (a)	491.016	2026
Eletrobras	SPE	UHE Teles Pires	267.751	2032
Eletrobras	SPE	UHE Santo Antônio	226.390	2030
Eletrobras	SPE	UHE Santo Antônio	153.342	2022
Furnas	SPE	Empreendimentos de Transmissão - Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.	116.209	2030
Furnas	SPE	UHE São Manoel	108.557	2033
Eletrobras	SPE	Empreendimentos Eólicos - Chapada do Piauí II Holding S.A.	77.700	2032
Eletrobras	SPE	Empreendimentos de Transmissão - Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	75.548	2028
Chesf	SPE	UHE Sinop	72.836	2032
Eletronorte	SPE	UHE Sinop	72.836	2032
Eletrobras	SPE	Empreendimentos Eólicos - Chapada do Piauí I Holding S.A.	70.230	2032
Eletrobras	SPE	Empreendimentos de Transmissão - Caldas Novas Transmissão S.A.	3.303	2028
Garantias empresas não controladas			29.935.666	

- (a) Instrumento particular oriundo de processos judiciais cuja origem é anterior à privatização e desverticalização da Amazonas Energia S.A., com vistas ao equacionamento de dívidas anteriores em que a Eletrobras é parte dada sua condição de garantidora.

As garantias fornecidas para as investidas controladas são apresentadas de forma segregada por já constarem seus saldos registrados em financiamentos e empréstimos a pagar.

O montante garantido para as controladas de R\$ 12.645.279, em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 15.324.770 em 31 de dezembro de 2020) é apresentado no quadro abaixo.

Notas Explicativas



EMPRESAS CONTROLADAS

Garantidora	Modalidade	Empreendimento	Saldo Devedor Garantido em 31/12/2021	Término da Garantia
Eletrobras	Corporativo	Angra III	3.366.852	2036
Eletronuclear	Corporativo	Angra III	3.013.276	2038
Eletrobras	Corporativo	Emissão de Debêntures - Furnas	919.045	2029
Eletrobras	Corporativo	Belo Monte Transmissora de Energia	738.793	2029
Eletrobras	Corporativo	Diversos - Furnas	462.780	2023
Eletrobras	Corporativo	Emissão de Debêntures - Furnas	455.608	2024
Furnas	Corporativo	Modernização da UHE Furnas e UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho	421.495	2031
Eletrobras	Corporativo	UHE Simplício	355.323	2026
CGT Eletrosul	SPE	Transmissora Sul Litorânea de Energia	350.537	2029
Eletrobras	Corporativo	Complexo Eólico Livramento - Entorno II	322.351	2028
Eletrobras	Corporativo	Projetos Corporativos de Transmissão	243.027	2034
Eletrobras	Corporativo	Projetos Corporativos Chesf	237.915	2029
Eletrobras	Corporativo	Reforço à Estrutura de Capital de Giro	185.717	2024
Eletrobras	Corporativo	UHE Mauá	163.333	2028
Eletrobras	Corporativo	Linha Verde Transmissora	156.283	2033
Eletrobras	Corporativo	Eólicas Casa Nova II e III	155.676	2031
Eletrobras	Corporativo	Plano de Investimentos 2012 - 2014	151.704	2029
Eletrobras	Corporativo	Financiamento Corporativo	104.851	2023
Eletrobras	Corporativo	Transmissora Sul Brasileira de Energia	121.415	2028
Eletrobras	Corporativo	UHE São Domingos	110.038	2028
Chesf	Corporativo	Transmissora Delmiro Gouveia	102.598	2032
Eletrobras	Corporativo	Projetos Corporativos Chesf	95.121	2029
Eletrobras	Corporativo	UHE Batalha	78.042	2025
Eletrobras	Corporativo	UHE Passo de São João	75.932	2026
Eletrobras	Corporativo	Projetos Corporativos CGT Eletrosul	55.823	2023
Eletrobras	Corporativo	Projetos de Inovação	45.254	2023
Chesf	Corporativo	Transmissora Delmiro Gouveia	48.224	2031
Eletrobras	Corporativo	Projetos Corporativos CGT Eletrosul	28.607	2022
Eletrobras	Corporativo	UHE Baguari	19.839	2026
Eletrobras	Corporativo	RS Energia	18.260	2027
CGT Eletrosul	Corporativo	Ampliação do Sistema Sul de Transmissão	18.368	2029
CGT Eletrosul	Corporativo	Interligação Brasil x Uruguai	13.787	2029
Eletrobras	Corporativo	RS Energia	9.405	2027
Garantias empresas controladas			12.645.279	

26.3 - Movimentação de Provisão para Garantias

A movimentação das garantias nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram as seguintes:

CONSOLIDADO		
Saldo inicial em 31 de dezembro 2021 e 2020	459.004	463.776
Adições de Garantias	14.869	25.556
Atualizações (a)	(14.408)	15.197
Baixas	(33.656)	(45.525)
Saldo final em 31 de dezembro 2021 e 2020	425.809	459.004

(a) Na atualização consta a redução do saldo devedor em decorrência dos pagamentos de empréstimos e financiamentos.

26.4 - Obrigações Assumidas - Covenants

A Companhia possui cláusulas de *covenants* em alguns de seus contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures. Os principais *covenants* são referentes a: atendimento de certos índices financeiros (Dívida Líquida sobre EBITDA, Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD, entre outros), existência de garantias corporativas, requisitos para alteração de controle societário, conformidade às licenças e autorizações necessárias e limitação à venda significativa de ativos. A Companhia identificou a ocorrência de evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2021, referente à UHE São Manoel e às SPEs Chapadas do Piauí I e II, que não atingiram o nível mínimo do ICSD superior a 1,2.

Notas Explicativas



a) UHE São Manoel:

A UHE São Manoel possui dívidas com o BNDES, além da 4ª emissão de debêntures, com saldos respectivos em dezembro de 2021 de R\$ 1.580.000 e R\$ 325.000, com garantia da Eletrobras e Furnas, respectivamente, correspondente à participação acionária da controlada nesta SPE de 33,33%.

Em face da adesão por esta UHE no último trimestre de 2021 ao programa de *Standstill* promovido pelo BNDES, como uma das medidas emergenciais de enfrentamento aos impactos financeiros da crise hídrica, foi mitigado risco de ocorrência de inadimplemento contratual pelo não cumprimento do ICSD.

No que concerne à emissão de debêntures, o não cumprimento do *covenant* não incorre em vencimento da dívida, uma vez que pelo regramento do contrato é permitido o descumprimento deste indicador por 3 anos consecutivos ou 4 intercalados sem que haja decretação de vencimento antecipado, sendo relevante observar neste contexto que não ocorreu descumprimento no ano de 2020.

De modo então a cumprir com as obrigações/compensações relativas a este descumprimento e manter-se adimplente às obrigações contratuais, a SPE terá somente que, nos termos da Escritura de Emissão, efetuar a complementação financeira da Conta Reserva de Complementação do ICSD em montante suficiente para compensar o não atendimento do indicador. Atualmente há previsão de que a aplicação dos montantes financeiros necessários na referida conta será feito com recursos exclusivos do caixa da própria UHE, sem contar, portanto, com suporte dos acionistas e/ou garantidores.

b) SPE Chapada do Piauí I:

A SPE Chapada do Piauí I solicitou previamente *waiver* ao BNDES pelo descumprimento do ICSD em 2021, obtendo também manifestação similar ao obtido para a SPE Chapada do Piauí II. O saldo devedor desta SPE com o BNDES é de R\$ 471.000 em dezembro de 2021.

Adicionalmente, esta SPE possui uma emissão de debêntures com saldo apurado em dezembro de 2021 de R\$ 103.000. Ambos os instrumentos financeiros possuem garantia da Eletrobras correspondente a 25% da proporção da participação acionária da Eletrobras na SPE (49%), em um total de R\$ 70.230.

Observa-se que, nos termos da escritura de emissão, é preconizado que em face do não atingimento do indicador, será necessário a realização de uma assembleia de debenturistas para deliberar sobre o tema. Um ponto importante a notar é que o fato de não ter sido atingido o ICSD não gera necessariamente vencimento antecipado do contrato.

c) SPE Chapada do Piauí II:

A SPE Chapada do Piauí II possui como seu único credor o BNDES, cujo saldo devedor ao final de dezembro de 2021 foi de R\$ 396.000, dos quais 40% da proporção da participação acionária na SPE (49%) são garantidos pela Eletrobras, ou seja, R\$ 77.700. Destaca-se que, após solicitação prévia efetuada pela SPE, o BNDES absteve-se formalmente em condição resolutiva quanto à declaração de vencimento pelo não atendimento do indicador.

Prática contábil

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos inicialmente pelo valor justo menos os custos de transação diretamente atribuíveis, e subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. Quando os seus termos contratuais são modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do exercício. Quando tal modificação for substancial, o financiamento original é extinto e reconhecido um novo passivo financeiro, com impacto no resultado do exercício.

Notas Explicativas

Contrato com garantia financeira consiste em contratos que requerem que o emitente efetue pagamentos especificados a fim de reembolsar o detentor por perda que incorrer devido ao fato de o devedor especificado não efetuar o pagamento na data prevista, de acordo com as condições iniciais ou alteradas de instrumento de dívida. Essas estimativas são definidas com base na experiência e no julgamento da Administração da Eletrobras. As taxas recebidas são reconhecidas com base no método linear ao longo da vida da garantia. Para fazer frente a uma eventual execução de garantia a Eletrobras provisiona 1% do saldo devedor garantido para as investidas controladas e não controladas. Qualquer aumento de obrigações em relação às garantias é apresentado, quando ocorrido, nas despesas operacionais (Nota 41.1).

NOTA 27 – ARRENDAMENTOS

O passivo de arrendamento refere-se principalmente a contratos de compra de energia firmados com os PIEs que possuem a transferência de parcela significativa de riscos e benefícios ao final dos contratos. Estes contratos já eram classificados como arrendamentos financeiros anteriormente à adoção do CPC 06 - R2 /IFRS 16 – Arrendamentos pois foram firmados com os PIEs em 2005, por um prazo de 20 anos, da Amazonas Energia S.A que foram repassados para Amazonas GT (incorporada pela Eletronorte, vide nota 2.4) durante o processo de desverticalização. Além destes, também estão inclusos imóveis, veículos e equipamentos.

A movimentação do passivo é demonstrada no quadro a seguir:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial em 31 de dezembro 2020 e 2019	1.053.194	1.207.189
Novos contratos/Remensurações	60.824	37.285
Juros incorridos	377.482	365.596
Pagamentos	(588.016)	(556.876)
Saldo final em 31 de dezembro 2021 e 2020	903.484	1.053.194
	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	209.774	217.321
Não Circulante	693.710	835.873
Total	903.484	1.053.194

Os aluguéis fixos e variáveis, bem como aqueles relacionados a contratos de curto prazo e de baixo valor, foram os seguintes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020
Arrendamentos de curto prazo	3.667	23.552
Arrendamentos de baixo valor	23.827	23.452
Despesas variáveis de arrendamento	885	824

Os vencimentos dos passivos não circulantes estão demonstrados no quadro a seguir:

	CONSOLIDADO
	31/12/2021
2023	210.031
2024	205.718
2025	150.177
2026	36.794
2027	27.699
Após 2027	63.291
Total	693.710

Notas Explicativas

A seguir é apresentado o quadro indicativo do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme o período previsto para pagamento.

	CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020
Contraprestação do arrendamento	588.016	556.876
PIS/COFINS potencial (9,25%)	54.391	51.511

Prática contábil

A Companhia reconhece os passivos de arrendamentos mensurados pelo valor presente dos pagamentos dos arrendamentos sem refletir a inflação futura projetada. Os pagamentos são descontados pela taxa incremental sobre empréstimos da Companhia, visto que as taxas de juros implícitas nos contratos de arrendamento com terceiros normalmente não podem ser prontamente determinadas.

Remensurações refletem alterações oriundas de índices ou taxas contratuais, bem como nos prazos dos arrendamentos devido a novas expectativas de prorrogações ou rescisões do arrendamento (com correspondente ajuste no direito de uso relacionado). As remensurações são reconhecidas no passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

Os juros e outras despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período, enquanto os pagamentos reduzem o seu valor contábil. O direito de uso adquirido por meio de arrendamento financeiro está classificado no Ativo Não Circulante sendo depreciado pelo prazo do arrendamento.

NOTA 28 – EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO**a) Compulsório não quitado**

O Empréstimo Compulsório sobre o consumo de energia elétrica foi criado pela Lei nº 4.156/1962, com a finalidade de expansão e melhoria do setor elétrico brasileiro, tendo sido arrecadado somente a partir de 1964. Inicialmente, o tributo recaiu sobre todos os consumidores de energia elétrica, e sua devolução foi assegurada até o ano de 1976 pela emissão de títulos ao portador (Obrigações).

Com o advento do Decreto nº 1.512/1976, a incidência do empréstimo compulsório passou, durante o período de 1977 a 1993, a recair somente sobre os grandes consumidores industriais de energia elétrica, assim, considerados aquelas industriais com consumo mensal superior a 2.000 Kwh.

Nesta 2ª fase, o Empréstimo Compulsório era representado por créditos escriturais, e não mais por Obrigações. A arrecadação ocorreu no período de 1977 a 1993 e a devolução dos créditos foi realizada por meio da entrega de ações preferenciais da Eletrobras, tendo sido realizadas 4 assembleias de conversão em ações dos créditos arrecadados.

A maior parte dos créditos arrecadados pela Eletrobras à época de vigência da lei já foram devolvidos aos contribuintes. Porém, ainda existem créditos a serem devolvidos, pois alguns contribuintes, questionando a constitucionalidade do Empréstimo Compulsório, ingressaram em juízo com ações consignatórias para discutir sua cobrança pela Eletrobras, depositando judicialmente esses valores do tributo.

À medida que a Eletrobras teve êxito nessas ações e foi autorizada a levantar os valores depositados, mediante expedição de alvará judicial, a obrigação de devolver esses tributos foi registrada no passivo. Esses créditos não foram convertidos nas 4 assembleias realizadas pela Eletrobras citadas acima, pois ingressaram no caixa da Controladora após a última assembleia de conversão ocorrida em 2008.

Notas Explicativas



A Eletrobras, após o levantamento dos referidos depósitos, assume a obrigação de devolução do valor principal em até 20 anos e do pagamento de juros anuais de 6% ao ano, conforme o Decreto nº 1.512/1976. Portanto, esses créditos estão registrados no passivo circulante e não circulante e são remunerados à taxa de 6% ao ano até a data da sua conversão em ações, acrescidos de atualização monetária desde o levantamento do depósito judicial com base na variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E.

Ressalte-se que os juros de 6% ao ano, neste caso, são devidos durante o período de carência, pois se trata de Empréstimo Compulsório ainda não convertido em ações, e não de débito judicial, como é o caso dos processos judiciais de correção monetária do tributo já convertido em ações e tratado na nota 34 que trata de provisões e passivos contingentes.

b) Provisão para ações a entregar

Existe ainda um passivo da Controladora referente ao montante equivalente ao valor de ações preferenciais B, utilizadas como pagamento em processos judiciais que envolvem correção monetária dos créditos de Empréstimo Compulsório convertidos através das quatro assembleias realizadas pela Eletrobras.

Considerando que os contribuintes precisam se cadastrar junto ao procedimento administrativo de Solicitações de Ações - SAC da Eletrobras, demonstrando, através dos documentos jurídicos adequados, sua legitimidade ao recebimento dessas ações, existem muitos contribuintes que ainda não tiveram as ações convertidas implantadas em seu nome, ficando as referidas ações registradas no patrimônio líquido da Eletrobras, assim como no Banco Custodiante, sob a rubrica de "ações com acionistas a identificar".

Registra-se que não se trata de ações em tesouraria, mas sim ações objeto das conversões dos créditos de Empréstimo Compulsório, com o objetivo de quitação de tais créditos, conforme prerrogativa franqueada à Eletrobras pela legislação de regência do tributo. Ademais, não se trata de ações despojadas de titularidade, sendo o SAC um procedimento que atribui ao acionista identificado a plenitude dos direitos políticos e econômicos inerentes à propriedade acionária na forma da Lei nº 6.404/1976 e normativos da CVM.

A partir de 2008, em decisão embasada em posicionamento jurídico, a Eletrobras utilizou-se do saldo de ações de acionistas ainda não identificados, decorrente da conversão do Empréstimo Compulsório, para o pagamento dos processos judiciais de diferenças de correção monetária dos créditos do Empréstimo Compulsório. Em contrapartida, a Eletrobras registrou uma provisão em montante equivalente ao valor de ações preferenciais B, que deverá entregar aos contribuintes que comprovarem sua legitimidade no âmbito do SAC.

Contudo, à luz de novo parecer jurídico, consolidou-se entendimento de que a Eletrobras poderá quitar a obrigação de entregar ações preferenciais B, por meio de aumento de capital ou pela aquisição de idênticas ações no mercado, observadas, nesse caso, a Lei nº 6.404/1976 e normas editadas pela CVM.

Desta forma, a Eletrobras pode atualizar o montante equivalente ao valor de ações preferenciais B, que deverá entregar aos contribuintes que comprovarem sua legitimidade no SAC, com base no valor de mercado da ação ou pelo seu valor patrimonial, relativo ao último exercício social, o que for mais vantajoso.

A Companhia reclassificou os montantes referentes às obrigações de Empréstimo Compulsório anteriormente apresentadas no não circulante, para o circulante, tendo em vista que a exigibilidade do pagamento pode vir a ser exercida a critério dos detentores de tais direitos.

Notas Explicativas



CONTROLADORA / CONSOLIDADO

Saldo inicial em 31 de dezembro de 2020 e 2019	1.047.109	485.756
Ingresso de recursos	-	7.263
Provisão para Implantação de Ações	107.652	376.433
Encargos sobre dívida	30.791	39.243
Pagamento de juros	(1.328)	(2.282)
Atualização monetária	32.111	140.696
Saldo final em 31 de dezembro de 2021 e 2020	1.216.335	1.047.109

Prática contábil

A Eletrobras registra a obrigação com remuneração à taxa de 6% ao ano até a data da sua conversão em ações, acrescidos de correção monetária com base no Índice de Preço ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E, conforme o Decreto-lei nº 1.512/76. No caso da provisão para implantação de ações, o valor é corrigido pelo preço da ação.

NOTA 29 – TRIBUTOS A RECOLHER

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Passivo circulante				
PIS/ COFINS	133.085	223.121	372.631	840.750
IRRF/ CSRF	112.372	96.222	265.956	155.341
ICMS	-	-	22.843	37.598
INSS/ FGTS	5.452	5.174	82.170	55.147
PAES/ REFIS	-	-	23.362	23.340
ISS	-	-	14.168	13.658
Outros	8.427	10.915	23.355	68.208
Total	259.336	335.432	804.485	1.194.042
Passivo não circulante				
PAES/ REFIS	-	-	145.448	168.394
PASEP/ COFINS	-	-	13.936	13.573
IR / CS parcelamento	-	-	101.016	-
Outros	-	-	212	212
Total	-	-	260.612	182.179

NOTA 30 – ENCARGOS SETORIAIS

	CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020
Circulante		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	235.492	371.364
Quota RGR	196.584	67.810
Compensação pelo Uso de Recursos Hídricos	80.617	101.565
Quota CDE	13.809	19.256
Quota PROINFA	7.438	15.998
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica	8.973	10.852
	542.913	586.845
Não circulante		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	649.303	744.395
Quota RGR	38	47
	649.341	744.442
Total	1.192.254	1.331.287

Notas Explicativas



30.1 - Reserva Global de Reversão - RGR

A contribuição para a formação da RGR é de responsabilidade das empresas concessionárias do serviço público de energia elétrica, mediante uma quota denominada Reversão e Encampação de Serviços de Energia Elétrica, de até 2,5% do valor dos investimentos dos concessionários e permissionários, limitado a 3% da receita anual. O valor da quota é computado como componente do custo do serviço das concessionárias. As transmissoras licitadas a partir de 12 de setembro de 2012 e as transmissoras e geradoras que tiveram suas concessões prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/2013, são desobrigadas do recolhimento deste encargo.

30.2 - Compensação Financeira pelo Uso de Recursos Hídricos

A compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica foi instituída pela Constituição Federal de 1988 e trata-se de um percentual de 6,75% que as concessionárias de geração hidrelétrica pagam pela utilização de recursos hídricos.

30.3 - Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Eficiência Energética - PEE

As concessionárias de energia elétrica estão obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% de sua receita operacional líquida ajustada, em projetos de pesquisa e desenvolvimento e programa de eficiência energética do setor elétrico, nos termos da Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000.

Prática contábil

A Companhia reconhece seus encargos setoriais como obrigações a recolher, derivados dos encargos estabelecidos em lei, sendo registrados na rubrica de passivo circulante e não circulante de acordo com a competência.

Desta forma, são registrados nesta rubrica os recursos destinados ao pagamento/aplicação em P&D e PEE arrecadados na tarifa de fornecimento de energia elétrica, as obrigações relativa à Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE e à Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH. Além disso, das obrigações relativas à Quota para a RGR, à CDE e PROINFA.

NOTA 31 - REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Dividendos do exercício de 2021	1.340.958	-	1.366.726	-
Dividendos do exercício de 2020	-	1.507.139	-	1.518.767
Dividendos não reclamados	40.153	23.579	40.164	28.391
Total	1.381.111	1.530.718	1.406.890	1.547.158

Em janeiro de 2021, o Conselho de Administração deliberou pelo pagamento, a título de dividendos intermediários, do valor total de R\$ 2.291.889, à conta da reversão da integralidade do saldo da Reserva Especial de Dividendos Retidos, que foi constituída mediante a aprovação pela 59ª Assembleia Geral Ordinária que deliberou sobre a destinação do resultado do exercício. A decisão de distribuição dos Dividendos Intermediários decorre da revisão da situação financeira da Eletrobras e de sua liquidez. Os dividendos intermediários foram pagos em fevereiro de 2021.

Em agosto de 2021, a Eletrobras realizou o pagamento dos dividendos relativos ao exercício de 2020, às pessoas físicas e jurídicas registradas como proprietários ou usufrutuários de ações ordinárias e preferenciais classes "A" e "B" na data base de 27 de abril de 2021. Sobre os dividendos incidiram atualização monetária baseada na variação da Taxa Selic, divulgada pelo Banco Central do Brasil *pro rata temporis* a partir de 01 de janeiro de 2021 até a data de seu respectivo pagamento.

Notas Explicativas



Prática contábil

A Eletrobras possui Política de Distribuição de Dividendos que, alinhada ao Estatuto Social, assegura a seus acionistas o direito, em cada exercício, a dividendos e/ou juros de capital próprio não inferiores a 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e alterações posteriores e não autoriza que a reserva de capital possa ser usada para pagamento de dividendos.

O valor dos dividendos, que representa o mínimo obrigatório estabelecido em Lei, é reconhecido no passivo e o valor dos dividendos acima do mínimo obrigatório é reconhecido no patrimônio líquido, na conta de dividendos adicionais propostos, até a aprovação em Assembleia Geral.

As ações preferenciais das classes A e B possuem prioridade no recebimento dos dividendos distribuídos em cada exercício social, estes incidentes à razão de de 8% e 6%, respectivamente, ao ano sobre o capital pertencente a essa espécie e classe de ações, a serem entre elas rateados igualmente.

As ações preferenciais participarão, em igualdade de condições, com as ações ordinárias na distribuição dos dividendos distribuídos em cada exercício social, depois de assegurado às ações ordinárias um dividendo cujo valor seja o menor daqueles atribuído às classes preferenciais. É garantido às ações preferenciais o direito ao recebimento de dividendos distribuídos no exercício social, por cada ação, pelo menos 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária no respectivo exercício.

NOTA 32 – CONTRATOS ONEROSOS

	CONSOLIDADO			
	Saldo em 31/12/2020	Constituições	Reversão	Saldo em 31/12/2021
Geração				
Jirau	129.672	51.145	(33.695)	147.122
Funil	225.727	54.800	-	280.527
CoaracyNunes	99.502	-	(88.470)	11.032
	<u>454.901</u>	<u>105.945</u>	<u>(122.165)</u>	<u>438.681</u>
Total	<u>454.901</u>	<u>105.945</u>	<u>(122.165)</u>	<u>438.681</u>

	CONSOLIDADO			
	Saldo em 31/12/2019	Constituições	Reversão	Saldo em 31/12/2020
Geração				
Jirau	39.150	124.871	(34.349)	129.672
Funil	222.881	13.925	(11.079)	225.727
CoaracyNunes	99.757	36.283	(36.538)	99.502
	<u>361.788</u>	<u>175.079</u>	<u>(81.966)</u>	<u>454.901</u>
Transmissão				
LT Eunápolis-T.Freitas	4.059	-	(4.059)	-
	<u>4.059</u>	<u>-</u>	<u>(4.059)</u>	<u>-</u>
Total	<u>365.847</u>	<u>175.079</u>	<u>(86.025)</u>	<u>454.901</u>

	31/12/2021	31/12/2020
Passivo Circulante	-	40.196
Passivo Não Circulante	438.681	414.705
Total	<u>438.681</u>	<u>454.901</u>

Prática contábil

Obrigações presentes resultantes de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. Um contrato oneroso existe quando os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do mesmo excedem os benefícios econômicos que se esperam que sejam recebidos ao longo tempo.

Notas Explicativas



NOTA 33 – BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

A Eletrobras e suas controladas patrocinam planos de previdência aos seus empregados, bem como planos de assistência médica e seguro de vida pós-emprego em determinados casos. Esses benefícios são classificados como Benefícios Definidos – BD, Contribuição Definida – CD, Contribuição Variável – CV e Benefício Saldado.

Devido à estrutura descentralizada da Companhia, cada segmento patrocina seu próprio pacote de benefícios a empregados. De forma geral, a Eletrobras e suas controladas oferecem aos seus atuais e futuros aposentados e aos seus dependentes benefícios do tipo previdenciário, de assistência à saúde e seguro de vida pós-emprego, conforme apresentado na tabela a seguir:

Empresa	Tipos de benefícios pós-emprego patrocinados pelas empresas da Eletrobras				
	Planos de benefícios previdenciários			Outros benefícios pós-emprego	
	Plano BD	Plano Saldado	Plano CD	Seguro de Vida	Plano de Saúde
Eletrobras	X		X		X
CGT Eletrosul	X		X		X
Chesf	X	X	X		
Eletronorte	X		X	X	X
Eletronuclear	X		X		X
Furnas	X		X		X

O plano de benefício previdenciário normalmente expõe a Companhia a riscos atuariais, tais como risco de investimento, risco de taxa de juros, risco de longevidade e risco de salário.

- Risco de investimento: O valor presente do passivo do plano de benefício definido previdenciário é calculado usando uma taxa de desconto determinada em virtude da remuneração de títulos privados de alta qualidade; se o retorno sobre o ativo do plano for abaixo dessa taxa, haverá um déficit do plano. Atualmente, o plano tem um investimento relativamente equilibrado em ações, instrumentos de dívida e imóveis. Devido à natureza de longo prazo dos passivos do plano, o conselho do fundo de pensão considera apropriado que uma parcela razoável dos ativos do plano deva ser investida em ações e imóveis para alavancar o retorno gerado pelo fundo;
- Risco de taxa de juros: Uma redução na taxa de juros dos títulos aumentará o passivo do plano. Entretanto, isso será parcialmente compensado por um aumento do retorno sobre os títulos de dívida do plano;
- Risco de longevidade: O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência à melhor estimativa da mortalidade dos participantes do plano durante e após sua permanência no trabalho. Um aumento na expectativa de vida dos participantes do plano aumentará o passivo do plano; e
- Risco de salário: O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência aos salários futuros dos participantes do plano. Portanto, um aumento do salário dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.

As tabelas abaixo apresentam a conciliação do valor presente das obrigações de benefício definido e do valor justo dos ativos com os valores registrados no balanço patrimonial para os benefícios previdenciários e para os demais benefícios pós-emprego. A seguir estão apresentados os resultados consolidados.

Notas Explicativas

Obrigações de benefício pós-emprego - valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2021	2020	2021	2020
Planos de benefícios previdenciários	849.766	1.129.241	5.839.349	6.791.370
Planos de saúde e seguro de vida	35.689	2.756	245.457	225.471
Total das obrigações de benefício pós emprego	885.455	1.131.997	6.084.806	7.016.841
Circulante	-	-	233.304	192.209
Não circulante	885.455	1.131.997	5.851.502	6.824.632
	885.455	1.131.997	6.084.806	7.016.841

a) Conciliação dos passivos dos planos de previdência e planos de saúde e seguro de vida:

Planos de benefícios definidos previdenciários - Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2021	2020	2021	2020
Valor presente das obrigações atuariais parcial ou totalmente cobertas	2.772.801	3.191.662	32.654.956	37.523.363
Valor justo dos ativos do plano	(1.923.035)	(2.062.421)	(27.983.826)	(31.394.339)
Teto do ativo	-	-	1.168.219	662.346
Passivo/(Ativo) líquido	849.766	1.129.241	5.839.349	6.791.370
Custo de serviço corrente líquido	(4.023)	(320)	72.507	80.782
Custo de juros líquidos	45.950	77.623	381.672	323.488
Despesa/(Receita) atuarial reconhecida no exercício	41.927	77.303	454.179	404.270

Planos de saúde e seguro de vida - Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2021	2020	2021	2020
Valor presente das obrigações atuariais parcial ou totalmente cobertas	35.689	2.756	245.457	225.471
Passivo/(Ativo) líquido	35.689	2.756	245.457	225.471
Custo de serviço corrente líquido	247	215	5.214	3.679
Custo de juros líquidos	183	302	14.467	9.651
Despesa/(Receita) atuarial reconhecida no exercício	430	517	19.681	13.330

b) Divulgação de Benefícios Definidos Previdenciários

Resultados consolidados de benefícios definidos previdenciários - conciliação do valor presente das obrigações de benefício definido.

Planos de benefícios definidos previdenciários - Movimentação do valor presente das obrigações atuariais:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2021	2020	2021	2020
Valor das obrigações atuariais no início do ano	3.191.662	2.810.325	37.523.363	33.303.765
Custo de serviço corrente	(4.023)	(320)	72.507	80.782
Juros sobre a obrigação atuarial	168.191	206.233	2.438.460	2.275.724
Benefícios pagos durante o exercício	(262.294)	(245.615)	(2.554.573)	(2.310.773)
Contribuições Normais do Participante	1.882	5.546	33.707	38.280
Custo de Serviço Passado	(90.972)	-	(90.972)	-
(Ganho)/Perda sobre as obrigações atuariais decorrentes de remensuração	(231.645)	415.493	(4.767.536)	4.135.585
Perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	(605.276)	406.979	(8.481.160)	3.491.997
Perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	373.631	8.514	3.713.625	643.588
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	2.772.801	3.191.662	32.654.956	37.523.363

Resultados consolidados de benefícios definidos previdenciários - conciliação do valor justo dos ativos dos planos.

Notas Explicativas



Planos de benefícios definidos previdenciários - Movimentação e composição do valor justo dos ativos:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2021	2020	2021	2020
Valor justo dos ativos no início do ano	2.062.421	1.977.285	31.394.339	29.687.699
Benefícios pagos durante o exercício	(262.294)	(245.615)	(2.554.573)	(2.310.773)
Contribuições de participante vertidas durante o exercício	1.882	5.546	33.707	38.280
Contribuições do empregador vertidas durante o exercício	23.368	15.238	294.489	245.127
Rendimento esperado dos ativos no ano	122.240	128.610	2.040.363	2.016.536
Ganho sobre os ativos do plano (excluindo as receitas de juros)	(24.582)	181.357	(3.224.499)	1.717.470
Valor justo dos ativos ao final do ano	1.923.035	2.062.421	27.983.826	31.394.339
Rendimento efetivo dos ativos no ano	97.658	309.967	(1.184.136)	3.734.006

Resultados consolidados de benefícios definidos previdenciários, planos de saúde e seguros de vida - Montantes reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2021	2020	2021	2020
Ganhos (perdas) atuariais reconhecidos em ORA no exercício - Planos de benefícios previdenciários, planos de saúde e seguro de vida	211.030	(222.164)	1.154.355	(2.304.304)

c) Divulgação dos planos de saúde e seguro de vida

Resultados consolidados de outros benefícios pós-emprego - conciliação do valor presente das obrigações de benefício definido.

Planos de saúde e seguro de vida - Movimentação do valor presente das obrigações atuariais:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2021	2020	2021	2020
Valor das obrigações atuariais no início do ano	2.756	4.347	225.471	196.181
Custo de serviço corrente	247	215	5.214	3.679
Juros sobre a obrigação atuarial	183	302	14.467	9.651
Benefícios pagos no ano	(96)	(1.028)	(22.085)	(46.586)
Desreconhecimento de benefício	-	-	(26.005)	(29.248)
Custo de Serviço Passado	41.378	-	52.662	-
Perda sobre as obrigações atuariais decorrentes de remensuração	(8.779)	(1.080)	(4.267)	91.794
Perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	(1.045)	(972)	146.397	80.593
Perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	(8.526)	(79)	(111.260)	743
Perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	792	(29)	(39.404)	10.458
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	35.689	2.756	245.457	225.471

d) Hipóteses Atuariais e Econômicas

As premissas atuariais apresentadas abaixo foram utilizadas na determinação da obrigação de benefício definido e da despesa do exercício.

Hipóteses Econômicas		
	2021	2020
Taxa de juros real de desconto atuarial anual	2,87% a 5,47%	2,69% a 3,80%
Projeção de aumento médio dos salários	1,00% a 2,01%	0,25% a 2,01%
Taxa média de inflação anual	4,00%	3,27%
Expectativa de retorno dos ativos do plano (i)	3,27%	3,27%

(i) representa as taxas máximas e mínimas de retorno de ativos dos planos.

Notas Explicativas



Hipóteses Demográficas		
	2021	2020
Taxa de rotatividade	Nula; 0,00%; Experiência Núcleos 2018	0% a.a; Ex-Núcleos 2018; Tábua de rotatividade nula
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-2000 Segregada por sexo e suavizada em 10%; AT-2000 Feminina (Agravada em 15%); AT-2000 Segregada por sexo; AT-2000 Basic, segregada por sexo; AT-2000 Masculina	AT-2000 (segregada por sexo) suavizada em 10%; AT-2000 (segregada por sexo) suavizada em 15%; AT-83 Basic Feminina (Suavizada em 10%); AT-2000 Basic suavizada em 5%, segregada por sexo; AT-2000 Masculina
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB-1983; AT-49 Desagravada em 2 anos; AT-49 Basic Segregada por sexo; MI-2006 Segregada por sexo e suavizada em 10%; MI-85 por sexo; AT-83 (IAM) Masculina	RRB-1983; AT-49 segregada por sexo; AT-49 Desagravada em 2 anos Masculina; MI-2006 (segregada por sexo) suavizada em 10%; AT-83 IAM (masculina)
Tábua de invalidez	Light Fraca; Álvaro Vindas Suavizada em 50%; Álvaro Vindas; TASA 1927; TASA 1927 agravada em 20%; Light (Média)	LIGHT (FRACA); ALVARO VINDAS (suavizada em 50%); Álvaro Vindas; TASA 1927; ALVARO VINDAS (desagravada em 50%); LIGHT (MÉDIA)

A definição da taxa global de retorno dos ativos do plano considerou a prática de mercado dos títulos do Governo Federal, conforme critério recomendado pelas normas nacionais e internacionais, para prazos similares aos dos fluxos das obrigações do programa de benefícios, no chamado conceito de *Duration*.

A taxa global de retorno esperada corresponde à média ponderada dos retornos esperados das várias categorias de ativos do plano. A avaliação do retorno esperado realizada pela Administração tem como base as tendências históricas de retorno e previsões dos analistas de mercado para o ativo durante a vida da respectiva obrigação. O atual retorno dos ativos do plano BD em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 97.658 positivo (R\$ 309.967 positivo em 2020) na Controladora e R\$ 1.184.136 negativo (R\$ 3.734.006 positivo em 2020) no Consolidado.

e) Contribuições patronais

Em 31 de dezembro de 2021, as contribuições feitas pela Controladora, para a constituição das provisões matemáticas de benefícios do Plano CD atingiram R\$ 2 (R\$ 2 em 2020) e R\$ 12.495 (R\$ 2.756 em 2020) no Consolidado.

Em 31 de dezembro de 2021, as contribuições feitas pela Controladora, para a constituição das provisões matemáticas de benefícios do Plano BD atingiram R\$ 23.365 (R\$ 15.236 em 2020) e R\$ 281.994 (R\$ 242.370 em 2020) no Consolidado.

A Controladora espera contribuir com R\$ 236.406 com o plano de benefício definido durante o próximo exercício e R\$ 2.246.956 no Consolidado.

A duração média ponderada da obrigação de benefício definido da Controladora é de 67 anos e a média do Consolidado ponderada pelas obrigações é de 64 anos.

Análise dos vencimentos esperados de benefícios não descontados de planos de benefício definido pós-emprego para os próximos 10 anos:

Programa Previdenciário	CONTROLADORA						
	2022	2023	2024	2025	2026	2026 em diante	Total
Em 31 de dezembro de 2021	236.406	221.269	206.519	192.293	181.313	1.735.001	2.772.801

Programa Previdenciário	CONSOLIDADO						
	2022	2023	2024	2025	2026	2026 em diante	Total
Em 31 de dezembro de 2021	2.227.379	2.087.182	2.173.124	2.036.627	4.045.226	20.085.418	32.654.956

f) As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação dos planos de benefícios definidos são: taxa de desconto, aumento salarial esperado e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Notas Explicativas**Controladora**

- Se a taxa de desconto da obrigação fosse 1% mais alta ou mais baixa, a obrigação de benefício definido teria redução de R\$ 197.407 ou aumento de R\$ 171.203, respectivamente; e
- Se a expectativa de crescimento salarial sobre as obrigações aumentasse ou diminuísse em 1%, a obrigação de benefício definido teria um aumento de R\$ 4.877 ou teria uma redução de R\$ 4.402, respectivamente.

Consolidado

- Se a taxa de desconto da obrigação fosse 1% mais alta ou mais baixa, a obrigação de benefício definido teria redução de R\$ 2.820.978 ou aumento de R\$ 2.359.615, respectivamente; e
- Se a expectativa de crescimento salarial sobre as obrigações aumentasse ou diminuísse em 1%, a obrigação de benefício definido teria um aumento de R\$ 258.063 ou teria uma redução de R\$ 227.180, respectivamente.

A análise de sensibilidade apresentada pode não ser representativa da mudança real na obrigação de benefício definido, uma vez que não é provável que a mudança ocorra em premissas isoladas, considerando que algumas das premissas podem estar correlacionadas.

Além disso, na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial.

Não houve alteração em relação a exercícios anteriores nos métodos e nas premissas usados na preparação da análise de sensibilidade.

g) Montantes incluídos no valor justo dos ativos dos planos

Os valores justos dos instrumentos de capital e de dívida são determinados com base em preços de mercado cotados em mercados ativos enquanto os valores justos de investimentos imobiliários não são baseados em preços de mercado cotados em mercados ativos.

Categoria de Ativo	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2021	2020	2021	2020
Valores Disponíveis Imediatos	78	26	1.189	1.176
Realizáveis	128.249	106.785	504.955	788.598
Investimentos em Renda Fixa	1.791.664	2.006.142	27.222.524	30.197.616
Investimentos em Renda Variável	774.396	967.708	6.366.796	7.570.489
Investimentos Imobiliários	195.015	217.408	872.022	1.019.850
Investimentos Estruturados	98.392	54.839	1.957.898	1.019.744
Empréstimos e Financiamentos	93.919	99.178	779.374	867.657
Investimentos no Exterior	93.890	-	429.010	-
Outros	-	-	32.038	17.819
Fundo coletivo de benefício de risco	-	-	-	22.201
(-) Ativos dos planos de contribuição definida	(1.094.692)	(1.215.243)	(9.107.431)	(9.005.558)
(-) Exigíveis Operacionais	(21.758)	(31.809)	(176.735)	(146.169)
(-) Exigíveis Contingenciais	(14.452)	(13.030)	(178.198)	(247.337)
(-) Fundos de Investimentos	(14.300)	(13.302)	(207.267)	(202.366)
(-) Fundos Administrativos	(78.293)	(85.135)	(399.858)	(387.349)
(-) Fundos Previdenciais	(29.072)	(31.146)	(112.491)	(122.032)
Total dos ativos	1.923.036	2.062.421	27.983.826	31.394.339

Notas Explicativas



Prática contábil

Obrigações de aposentadoria

A Eletrobras e suas controladas patrocinam planos de pensão, os quais são geralmente financiados por pagamentos a estes fundos de pensão, determinados por cálculos atuariais periódicos. A Companhia possui planos de benefício definido e, também, de contribuição definida e variável. Nos planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. Adicionalmente, não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições, se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar, a todos os empregados, os benefícios relacionados com os serviços prestados nos exercícios correntes e anteriores atrelados a essa modalidade de plano. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida, visto que, em tais planos de benefício definido, é estabelecido um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração. Nesse tipo de plano, a Companhia tem a obrigação de honrar com o compromisso assumido, caso o fundo não possua ativos suficientes para pagar, a todos os empregados, os benefícios relacionados com os serviços prestados nos exercícios correntes e anteriores atrelados a essa modalidade de plano.

O passivo reconhecido no Balanço Patrimonial, com relação aos planos de benefício definido, é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa. As taxas de juros utilizadas nesse desconto são condizentes com os títulos de mercado, os quais são denominados na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e as perdas atuariais são decorrentes substancialmente de ajustes, nas mudanças das premissas atuariais e nos rendimentos dos ativos do plano, e são debitados ou creditados em outros resultados abrangentes.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado no exercício de ocorrência de uma alteração do plano.

Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia efetua o pagamento das contribuições de forma obrigatória, contratual ou voluntária. A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

Outras obrigações pós-emprego

Algumas empresas da Companhia oferecem benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados, além de seguro de vida para ativos e inativos. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço, ou à sua invalidez enquanto funcionário ativo.

Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período do emprego, dispendo da mesma metodologia contábil que é usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são debitados ou creditados em outros resultados abrangentes, no período esperado de serviço remanescente dos funcionários. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

Notas Explicativas**Benefícios de Rescisão**

Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o vínculo empregatício é encerrado pela Companhia antes da data normal de aposentadoria, ou sempre que um empregado aceitar a demissão voluntária em troca desses benefícios. A Eletrobras e suas controladas reconhecem os benefícios de rescisão na primeira das seguintes datas: (i) quando não mais puderem retirar a oferta desses benefícios; e (ii) quando a entidade reconhecer custos de reestruturação que estejam no escopo do CPC 25/IAS 37 e envolvam o pagamento de benefícios de rescisão. No caso de uma oferta efetuada para incentivar a demissão voluntária, os benefícios de rescisão são mensurados com base no número de empregados que, segundo se espera, aceitarão a oferta. Os benefícios que vencerem após 12 meses da data do balanço são descontados a valor presente.

NOTA 34 – PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

A Eletrobras e suas controladas são partes envolvidas em diversas ações em andamento no âmbito do judiciário, principalmente nas esferas trabalhista e cível, que se encontram em vários estágios de julgamento.

34.1 – Provisões

A Eletrobras e suas controladas constituem provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada nos seguintes valores:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Circulante				
Cíveis	2.262.622	1.329.814	2.262.622	1.719.597
Trabalhistas	5.027	2.965	5.027	2.965
	<u>2.267.649</u>	<u>1.332.779</u>	<u>2.267.649</u>	<u>1.722.562</u>
Não Circulante				
Cíveis	23.479.694	16.142.357	28.338.928	21.775.547
Trabalhistas	186.581	384.604	2.233.654	2.079.618
Tributárias	-	-	569.640	252.913
	<u>23.666.275</u>	<u>16.526.961</u>	<u>31.142.222</u>	<u>24.108.078</u>
Total	<u>25.933.924</u>	<u>17.859.740</u>	<u>33.409.871</u>	<u>25.830.640</u>

Estas provisões tiveram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a seguinte evolução:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31 de dezembro de 2020	17.859.740	25.830.640
Constituição de provisões	12.426.890	15.709.822
Reversão de provisões	(1.524.648)	(2.677.253)
Atualização Monetária	527.440	578.306
Depósitos judiciais	-	196.966
Pagamentos	(3.355.498)	(6.228.610)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>25.933.924</u>	<u>33.409.871</u>

A movimentação da constituição de provisões na Controladora e no Consolidado está relacionada à revisão de estimativas em razão da evolução de decisões na fase de execução e liquidação dos processos judiciais em sua maioria relacionado a causas cíveis referentes ao empréstimo compulsório.

Dentre os pagamentos ocorridos no período, destacamos o montante de R\$ 3.339.862 relacionado ao empréstimo compulsório pago pela Eletrobras, e o montante de R\$ 1.419.935 registrado pela Controlada Chesf, referente ao pagamento da provisão do GSF, em contrapartida à renúncia feita, em julho de 2021, de ação judicial, nos termos da repactuação do risco hidrológico na forma, condições e prazos estabelecidos pela Lei nº 14.052/2020. Em contrapartida à tal renúncia, a Chesf obteve o direito de extensão dos prazos de outorgas de determinadas usinas hidroelétricas.

Notas Explicativas



Resumo dos principais processos:

34.1.1 - Cíveis

Em 31 de dezembro de 2021 a Eletrobras e suas controladas possuem ações judiciais cíveis de R\$ 30.601.550 (R\$ 23.495.144 em 31 de dezembro de 2020), sendo esta a estimativa provável de saída de recursos para liquidar estes processos.

Nos processos cíveis discutem-se principalmente reclamação de correção monetária sobre o Empréstimo Compulsório, processos decorrentes de pagamentos, multas e encargos por supostos atrasos e inadimplementos, ações coletivas de títulos putativos, e ações cíveis ligadas à relação de consumo, relativas a indenizações por danos morais e materiais decorrentes principalmente de irregularidades na medição de consumo e cobranças indevidas conforme principais processos descritos abaixo:

Controladora

- Empréstimo Compulsório

Existe um contencioso judicial expressivo envolvendo a Eletrobras, no qual o maior número de ações tem por objeto impugnar os critérios de atualização monetária dos créditos escriturais do Empréstimo Compulsório sobre o consumo de energia elétrica, determinados pela legislação que rege o Empréstimo Compulsório e aplicada pela Controladora, e a aplicação dos expurgos inflacionários decorrentes de planos econômicos implantados no Brasil. Em 31 de dezembro de 2021, a Eletrobras possuía 3.689 processos provisionados relativos a este tema (3.624 processos em 31 de dezembro de 2020). Para maiores informações, vide nota 28.

Os créditos do Empréstimo Compulsório foram substancialmente pagos pela Eletrobras por intermédio de conversões em ações realizadas através de assembleias de acionistas, em 20 de abril de 1988, 26 de abril de 1990, 28 de abril de 2005 e 30 de abril de 2008, respectivamente.

A divergência sobre os critérios de atualização monetária dos referidos créditos foi levada ao do Superior Tribunal de Justiça - STJ, tendo a questão de mérito sido decidida por aquela Corte, através de recursos repetitivos consubstanciados nos Recurso Especial 1.003.955/RS e Recurso Especial 1.028.592/RS e Embargos de Divergência em Recurso especial 826.809/RS. Após o julgamento e publicação da decisão colegiada sobre o tema repetitivo pelo STJ, a Eletrobras entende que mesma solução deve ser aplicada aos demais processos que tiverem teses idênticas.

A matéria, entretanto, é atualmente objeto de recursos junto ao Supremo Tribunal Federal - STF, que se encontram pendentes de julgamento.

A despeito da questão ter sido submetida ao STF, face aos precedentes do STJ, as demandas ajuizadas têm tido seu curso normal e, por conseguinte, vêm ocorrendo diversas condenações ao pagamento de diferenças de correção monetária e dos juros remuneratórios de 6% ao ano, este último como reflexo das diferenças de correção monetária. Em decorrência das mesmas e de laudos periciais e de contadoria judiciais emitidos em desfavor da Eletrobras, temos sido alvo de execuções, sendo que há dissenso com os autores quanto à forma de apuração do valor devido, em especial no que se refere à aplicação dos juros remuneratórios de 6% a.a. após a Assembleia Geral de conversão desses créditos em ações e o prazo quinquenal para cobrança dos referidos juros.

A Eletrobras, no âmbito desses processos, tem registrado provisões referentes a: (i) diferença de principal decorrente de critério de correção monetária, (ii) juros remuneratórios reflexos; e (iii) aplicação de juros moratórios (substancialmente a taxa SELIC).

Notas Explicativas


Eletrobras

	31/12/2021	31/12/2020
Principal	6.403.710	5.860.592
Correção dos juros pagos	47.316	-
Juros remuneratórios	4.748.235	1.875.942
Juros moratórios	13.116.760	9.444.919
Honorários advocatícios	747.994	-
Outras verbas	646.213	271.716
Total	25.710.228	17.453.169

- Lapso temporal para aplicação dos juros remuneratórios

Através do recurso Embargo de Divergência em Agravo em Recurso Especial nº 790.288/PR, pelo STJ, um contribuinte obteve, em 12 de junho de 2019, decisão favorável, por voto de 5 ministros, do total de 9 ministros votantes, para, no processo específico, ter a incidência dos juros remuneratórios de 6% ao ano, de forma continuada a partir da 143ª Assembleia Geral Extraordinária, de 30 de junho de 2005, até o efetivo pagamento, cumulando com a taxa SELIC. Sobre esta decisão, a Eletrobras interpôs o recurso denominado de embargos declaratórios, esclarecendo a impossibilidade de cumulação de juros remuneratórios com a taxa SELIC e também informando que o julgamento acima mencionado, desfavorável à Eletrobras, não tinha efeito de recurso repetitivo, nos termos do artigo 1.036 do Código de Processo Civil, ou seja, não tinha efeito vinculante para os demais processos judiciais que tratam do tema, ao contrário do precedente proveniente do Recurso Especial nº 1.003.955/RS e dos Embargos de Divergência em Recurso Especial nº 826.809/RS. Esses dois últimos recursos, que são aqueles adotados pela Eletrobras para estimar sua provisão, foram julgados pelo STJ como recursos repetitivos, de repercussão geral, e, portanto, devem ser considerados para os demais processos judiciais que tratam deste tema específico, de acordo com a legislação brasileira.

Em 10 de novembro de 2021, a Primeira Seção do STJ deu provimento ao recurso de embargos de declaração da Eletrobras, nos autos dos Embargos de Divergência em Recurso Especial – EREsp nº 790.288/PR, revertendo-se julgado desfavorável de 2019, confirmando a tese de que tais créditos foram pagos nos termos da legislação própria, sendo que, os valores em discussão tratam de débitos judiciais e não mais de tributos, devendo ser corrigidos apenas com encargos próprios dos débitos judiciais, em observância aos recursos repetitivos nº 1.003.955/RS e nº 1.028.592/RS. Portanto, com o provimento do referido recurso, a Eletrobras entende que o STJ ratificou o posicionamento de que os juros remuneratórios devem incidir sobre os créditos apenas até a data das assembleias. O acórdão deste julgamento foi publicado em 14 de dezembro de 2021. O autor interpôs recurso (embargos de declaração) em 01 de fevereiro de 2022, ainda pendente de julgamento.

Neste contexto, foi mantido o entendimento de restrição da aplicação de juros remuneratórios de 6% até a data da Assembleia, o que reforça o entendimento da Eletrobras acima citado.

- Inclusão de créditos de compulsório não previstos na demanda inicial

Sobre a discussão da exequibilidade de créditos não mencionados na petição inicial do processo judicial, em dezembro de 2020, a Eletrobras teve uma decisão desfavorável com relação ao processo nº 0023102-98.1990.8.19.0001. Este processo foi iniciado em 1990, anteriormente à terceira e quarta Assembleias de Conversão. Apesar do juízo de primeira instância ter ratificado o relatório pericial que indica um valor devido aproximado de R\$ 1.400.000 (que pode atingir aproximadamente R\$ 1.800.000 considerando a correção monetária e aplicação de multa e despesas requeridas pelos autores), a Eletrobras recorreu da decisão, por entender que a discussão envolve, reivindicações não mencionadas na petição inicial, bem como pelo fato do laudo pericial homologado conter uma série de vícios. Em sede de recurso, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – TJRJ deferiu decisão liminar concedendo efeito suspensivo para suspender o cumprimento da sentença até o julgamento daquele recurso. Entretanto, em 10 de agosto de 2021, o referido recurso foi negado, por maioria simples, pela 8ª Câmara Cível do TJRJ. O acórdão em questão, por sua vez, foi impugnado pela Eletrobras por meio da interposição de recursos especial e extraordinário ao Superior Tribunal de Justiça, ainda pendente de julgamento definitivo.

Apesar dos esforços realizados pela Eletrobras que apresentou outros recursos para suspender a obrigação da parcela da execução que entende indevida, esses foram indeferidos, de modo que a Controladora se viu na contingência de depositar em juízo, a título de garantia o valor que se acredita ser controvertido para evitar a realização de medidas constritivas - penhores - de seus bens.

Notas Explicativas



Em 21 de setembro de 2021, portanto, a Eletrobras depositou em juízo o valor total de R\$ 1.681.224, compreendendo as seguintes parcelas: (i) R\$ 422.539, referente ao valor incontroverso nos autos, a título de pagamento; (ii) R\$ 1.048.904, referente ao valor contestado, a título de garantia; e (iii) R\$ 209.781, para garantia de eventual multa e honorários por descumprimento de sentença nos termos do art. 523, §1º, CPC. Adicionalmente, a Eletrobras apresentou impugnação à execução da sentença. Não obstante, as partes contrárias solicitaram a retirada do valor de R\$ 1.471.443, pretensão que, apesar de indeferida em primeira instância, acabou sendo acolhida por decisões monocráticas proferidas pelo Desembargador Relator do Agravo de Instrumento nº 0075057-87.2021.8.19.0000, em parte mediante apresentação de seguro garantia. O saque desse valor acabou sendo realizado por meio da emissão de salvas de pagamento em 25 de outubro de 2021 e 15 de dezembro de 2021, enquanto o valor remanescente de R\$ 209.781 permanece depositado em conta judicial. Tendo em vista o estado avançado da disputa, cujas decisões em vigor são desfavoráveis, a Eletrobras realizou no ano de 2020 uma provisão de R\$ 1.630.282.

Outros julgados, como no Agravo interno nos embargos de declaração nos Embargos de Divergência em Recurso Especial nº 799.113-SC, já entenderam que as filiais não têm legitimidade para executar título judicial referente a diferença de correção monetária de empréstimo compulsório proferido em favor da matriz por não terem participado do processo de conhecimento. Contudo, caso ocorram casos semelhantes ao caso Gerdau acima mencionado, a Eletrobras poderá ter que ajustar sua provisão em valores que podem vir a ser relevantes.

É importante salientar que todos os valores citados nesta nota, incluindo os valores possíveis envolvendo compulsório, configuram uma estimativa e sempre dependerão de avaliações de impacto quando ocorrerem e se ocorrerem.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi reconhecida uma provisão, líquida de reversão, no montante aproximado de R\$ 10.896.956, perfazendo um montante total de R\$ 25.710.228, referente aos processos do empréstimo compulsório.

Revisão de critérios de provisionamento do empréstimo compulsório

Ao longo do exercício de 2021, a Eletrobras promoveu sucessivos ajustes de provisionamento referente ao empréstimo compulsório que ensejaram na necessidade da Administração em revisar e revisar seus critérios e premissas de classificação de risco. A Eletrobras continuará envidando todos os esforços possíveis para ter suas teses jurídicas reconhecidas judicialmente.

Em conformidade com o disposto no CPC 23/IAS 08, como consequência das incertezas inerentes às atividades empresariais, muitos itens nas demonstrações contábeis não podem ser mensurados com precisão, podendo apenas ser estimados. As estimativas envolvem julgamentos baseados na última informação disponível e confiável. Adicionalmente, se faz necessária a revisão das estimativas se ocorrerem alterações nas circunstâncias em que se basearam ou em consequência de novas informações ou de maior experiência.

Desta forma, baseada no desenvolvimento jurisprudencial e nas recentes homologações de laudos desfavoráveis no exercício de 2021, a Eletrobras revisitou, no trimestre encerrado em 30 de setembro de 2021, suas estimativas de provisionamento de empréstimo compulsório. Desta revisão das estimativas foram elencados dois itens principais referentes ao contingenciamento do empréstimo compulsório que seguem abaixo:

- Prescrição dos juros remuneratórios reflexos

No que se refere à classificação de risco da prescrição dos juros remuneratórios reflexos, previamente à revisão do critério adotado pela Eletrobras, havia o entendimento de que a questão restou endereçada no item 5.2, "a" dos *leading cases* Recurso Especial nº 1.003.955/RS e Recurso Especial nº 1.028.592/RS, de forma que a Eletrobras classificava o risco de perda como remoto, suportado pela conjunção de 3 fatores principais: (i) os juros remuneratórios reflexos deveriam seguir o mesmo regime prescricional dos juros remuneratórios pagos, portanto, com marco inicial em julho de cada ano, quando o pagamento pelos contribuintes era compensado nas contas de energia; (ii) incidência da Súmula 85 do STJ, para relações de trato sucessivo, de forma que a prescrição atingiria as prestações vencidas

Notas Explicativas



antes do quinquênio anterior à propositura da ação; (iii) decisão Agravo Regimental no Recurso Especial nº 1.017.019/PR, da 1ª Turma do STJ, julgado em 25 de agosto de 2016, favorável à tese da Eletrobras.

Entretanto, em 2020, mediante decisão desfavorável à Eletrobras nos Embargos Declaratórios no Agravo Regimental no Recurso Especial nº 1.251.194/PR, a Eletrobras ingressou com Embargos de Divergência nº 1.251.194/PR, ainda pendente de julgamento.

Apesar do ingresso com os referidos Embargos de Divergência, à vista sobretudo de recente julgado da 2ª Turma do STJ, no Agravo Interno no Recurso Especial nº 1.734.115/PR, a Controladora entende que a perspectiva de sucesso recursal é desfavorável. Pois, o julgado de junho de 2021 trouxe: (i) a adoção do entendimento de que, para fins de contagem do prazo prescricional dos juros remuneratórios reflexos, o marco inicial é a assembleia de conversão dos créditos em ações preferenciais da Eletrobras, não se aplicando o limitador da Súmula 85 do STJ, ou seja, blindando-se da prescrição todos os créditos convertidos na assembleia perseguida pelo credor – para aferir todo o período dos juros remuneratórios reflexos, bastando portanto, que o credor ingresse com a demanda dentro do quinquídio posterior à assembleia de conversão; (ii) o recurso enfrentou expressamente a divergência trazida pela Eletrobras, frente aos *leading cases*, nos Embargos de Divergência nº 1.251.194/PR; (iii) o recurso foi decidido por unanimidade, com votos de 5 dos 10 ministros, incluído o Presidente da Seção, que ora compõem a 1ª Seção do STJ, competente para julgamento dos Embargos de Divergência nº 1.251.194/PR, sendo que o Presidente só vota em caso de empate.

Nesse sentido, apesar do entendimento defendido pela Eletrobras, considerando o cenário jurisprudencial vigente, em especial o recente julgado de junho 2021, a Controladora revisitou o prognóstico de perda dessa controvérsia jurídica de remoto para provável, desde que as demandas tenham sido ajuizadas em até 5 anos contados da Assembleia de conversão representando um montante de R\$ 5.253.444 provisionado no exercício de 2021.

- Inclusão de um novo marco temporal

Como resultado da revisão dos critérios de provisionamento do empréstimo compulsório, a Eletrobras incluiu um novo marco temporal para o contingenciamento das controvérsias jurídicas classificadas com risco de perda provável, baseado na verificação do acréscimo de novos laudos homologados com entendimento diverso ao que a Eletrobras vinha adotando a respeito dos *leading cases*, em especial no exercício de 2021. Desta forma, agregou-se um marco intermediário de provisionamento, qual seja, a coisa julgada na ação de conhecimento, quando expressamente determine à Eletrobras o pagamento de contingência específica do empréstimo compulsório, relativa à parcela considerada controversa pela Eletrobras, objetivando um aprimoramento na percepção dos marcos temporais adequados à captura da provisão, eis que a tendência processual é de que a decisão de homologação de laudo respeite a coisa julgada no ponto em que expressamente determina a condenação em contingência específica do empréstimo compulsório, assim minorando os incrementos com base em laudos periciais homologados com entendimento diverso da Eletrobras. Como resultado da alteração desse critério de provisionamento e também de acréscimos de reconhecimento de parâmetros de laudos judiciais homologados judicialmente, a provisão de empréstimo compulsório foi acrescida em R\$ 2.180.535 em 31 de dezembro de 2021.

Provisionamento de empréstimo compulsório decorrentes de decisões desfavoráveis

Além da revisão dos parâmetros globais acima mencionados, o provisionamento também foi substancialmente acrescido, no trimestre encerrado em 30 de setembro de 2021, em decorrência de resultados desfavoráveis oriundos de homologações judiciais de laudos com tratamento da incidência dos juros remuneratórios após a assembleia de conversão dos créditos, em dissonância com o entendimento adotado pela Eletrobras, de acordo com o Recurso Especial nº 1.003.955/RS, bem como com a inclusão de créditos cobrados por determinados autores em nome de suas filiais e empresas incorporadas, conforme desdobramentos processuais.

Notas Explicativas



Incremento de laudos periciais

Em 31 de dezembro de 2021, em decorrência de continuidade de revisão de laudos periciais, homologados judicialmente, a partir dos novos parâmetros revisados nos termos explicados acima, a Eletrobras adicionou o valor aproximado de R\$ 137.000 a provisão de empréstimo compulsório

Adicionalmente à constituição acima mencionada, houve incidência de atualização monetária no montante de R\$ 286.010 e pagamentos no montante de R\$ 1.462.000.

Consolidado

Chesf

- Nulidade parcial de aditivo (Fator K de correção analítica de preços)

A Chesf é autora de uma ação na qual pede a declaração de nulidade parcial de aditivo (Fator K de correção analítica de preços) ao contrato de empreitada das obras civis da Usina Hidrelétrica Xingó, firmado com o consórcio formado pela Companhia Brasileira de Projetos e Obras - CBPO, Construções e Comércio e Mendes Júnior Engenharia S.A. - CONSTRAIN S.A. (rés neste processo) e a devolução de importâncias pagas, a título de Fator K, no valor de aproximadamente R\$ 350.000 (valores da época, convertidos em reais), em dobro. As rés, além de contestarem o feito, pleitearam a condenação da Chesf a pagamentos vencidos decorrentes do mesmo aditivo contratual, não tempestivamente liquidados pela Chesf (glosa parcial do Fator K entre julho de 1990 e dezembro de 1993 e suspensão integral do pagamento do Fator K, no período de janeiro de 1994 a janeiro de 1996).

O processo está em tramitação no STJ por força de recurso da Chesf. Em agosto de 2010 foi julgado majoritariamente improcedente, o qual foi posteriormente objeto de primeiros Embargos de Declaração de todas as partes, agora já julgados (improcedentes os da Chesf; parcialmente procedentes, em matéria de honorários de sucumbência, os das autoras), e também de segundos Embargos de Declaração de todas as partes, por iguais agora julgados e novamente foram opostos Embargos de Declaração pela Chesf, que foram rejeitados com aplicação de multa de 0,01% do valor da causa. Posteriormente, a Chesf, apresentou no prazo legal recurso de Embargos de Divergência e Recurso Extraordinário: os Embargos de Divergência, por suas particularidades específicas, depende de apreciação em parte pela Corte Especial e em parte pela primeira seção, ambas do mesmo STJ – perante a Corte Especial do STJ houve julgamento de improcedência em fevereiro de 2016, e atualmente os mesmos Embargos de Divergência aguardam apreciação pelo STJ; interposto na mesma oportunidade mas destinado ao STF, apenas será oportunamente apreciado após o esgotamento da apreciação dos Embargos de Divergência em todas as suas instâncias internas do STJ.

Por outro lado, tramita em primeira instância, procedimento de “Cumprimento provisório de sentença”, proposto pelas mesmas partes adversas à Chesf no caso, onde:

- Houve cálculo do contador judicial homologado pelo juízo (ainda que aplicando critérios de atualização manifestamente equivocados para o caso) fixando (provisoriamente) o valor da condenação principal (para abril de 2015) em aproximadamente R\$ 1.035;
- Houve a apresentação pela Chesf de “seguro garantia” originalmente acolhido pelo juízo processante, mas, em sede recursal, recusado pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE;
- Até dezembro de 2016 houve a penhora de ativos financeiros bancários da Chesf em montante aproximado de R\$ 500 milhões; e
- A Chesf apresentou recursos de agravo e reclamação pendentes de apreciação pelo TJPE.

Em dezembro de 2016, em face de nova iniciativa recursal da Chesf em trâmite no STJ e referido àquele mesmo processo ordinário (ação de liquidação), obteve-se decisão que apresenta como consequência a extinção/suspensão da ação de liquidação e da ação de execução provisória (está por ser originária da ação de liquidação), consequentemente liberando-se na íntegra, em favor da Chesf, a totalidade do valor até então bloqueado/penhorado. Foi iniciado o julgamento definitivo com um único voto proferido em desfavor da Chesf (o julgamento foi posteriormente suspenso).

Notas Explicativas



A Chesf atualizou a provisão no montante de R\$ 1.749.709 (R\$ 1.500.395 em 31 de dezembro de 2020) e outros adicionais de R\$ 175.071 (R\$ 151.235 em 31 de dezembro de 2020) relativamente ao valor da condenação em honorários de sucumbência em favor dos patronos das partes adversas à Chesf. Tomando especialmente por referência, a decisão manifestada pelo TJPE em ação de liquidação, atualmente em curso perante o STJ, aguardando processamento e julgamento com atribuição de efeito suspensivo no recurso conforme acima referido, e os valores em torno dos quais há a convicção de descabimento/inaplicação ao caso. Inexiste previsão de tempo para o desfecho desta lide.

- GSF

Em agosto de 2021, a Chesf realizou o pagamento do valor retido na CCEE de R\$ 1.419.935, sendo este composto por um débito de R\$ 1.824.795 menos um crédito de R\$ 404.860, conforme comunicado ao mercado de fato relevante.

Em novembro a ANEEL peticionou informando ciência do pedido de desistência. Em 24 de novembro de 2021 a União peticionou no sentido de não se opor ao pedido de desistência da ação.

34.1.2 - Tributárias

Em 31 de dezembro de 2021 a Eletrobras e suas controladas possuem ações tributárias de R\$ 569.640 (R\$ 252.913 em 31 de dezembro de 2020), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estes processos.

Nos processos tributários discutem-se principalmente compensações não homologadas de PIS e COFINS, cobrança de contribuição previdenciária indevida, autuações pela escrituração extemporânea de créditos de ICMS, exigências de estorno de crédito de ICMS sobre perdas de energia, aproveitamento de crédito de ICMS em razão dos subsídios CCC, além de execuções fiscais diversas e processos em que os consumidores buscam ressarcimento da taxa de iluminação pública paga.

34.1.3 - Trabalhista

Em 31 de dezembro de 2021 a Eletrobras e suas controladas possuem ações judiciais trabalhistas de R\$ 2.238.681 (R\$ 2.082.583 em 31 de dezembro de 2020), sendo esta a estimativa provável de desembolso de recursos para liquidar estes processos.

Nos processos trabalhistas discutem-se principalmente em ações movidas por empregados de quadro próprio de empresas prestadoras de serviço, vinculadas a questões ligadas às relações de trabalho e emprego.

Consolidado

CGT Eletrosul

Ao longo dos exercícios de 2020 e 2021, a CGT Eletrosul promoveu sucessivos ajustes de provisionamento referente ao contencioso trabalhista que ensejaram necessidade da Administração visitar e revisar seus critérios e premissas de classificação de risco. Desta forma, a CGT Eletrosul revisitou suas estimativas de provisionamento de contencioso trabalhista, e foram elencados dois itens principais: a inclusão de novo marco temporal e a análise por teses, com destaque para a responsabilidade subsidiária.

A CGT Eletrosul utilizava marcos temporais para indicar provisionamento dos valores de contencioso trabalhista que consideravam as fases processuais, em geral, em razão de etapas mais adiantadas do processo de conhecimento, assim como a jurisprudência. Derivado da verificação dos andamentos processuais com entendimento diverso ao da CGT Eletrosul, a regra geral passa a contar com novo marco, qual seja, a prolação da sentença, se parcial ou totalmente desfavorável à CGT Eletrosul. Agregado ao novo marco houve, análise de teses envolvendo responsabilidade subsidiária e histórico de decisões judiciais. Como resultado da alteração das estimativas, houve acréscimo de R\$ 295.542 na provisão de perda do contencioso trabalhista.

Notas Explicativas

Destaca-se que embora o registro em provisão, a CGT Eletrosul continuará envidando todos os esforços possíveis para ter suas teses jurídicas reconhecidas judicialmente.

34.2 – Passivos Contingentes

Adicionalmente, a Eletrobras e suas controladas possuem processos avaliados com perda possível nos seguintes montantes:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Cíveis	28.137.284	23.343.361	46.513.692	34.839.649
Trabalhistas	1.409.079	1.865.727	3.473.210	4.500.051
Tributárias	462	417	8.755.786	8.818.294
	<u>29.546.825</u>	<u>25.209.505</u>	<u>58.742.688</u>	<u>48.157.994</u>

34.2.1 - Cíveis

Em 31 de dezembro de 2021 a Eletrobras e suas controladas possuem ações judiciais cíveis de R\$ 46.513.692 (R\$ 34.839.649 em 31 de dezembro de 2020), sendo possível sua probabilidade de perda, onde não é realizada provisão.

Controladora

Não obstante o efeito restrito ao Embargo de Divergência em Agravo em Recurso Especial nº 790.288/PR mencionado na nota 34.1.1 (Caso Decoradora Roma), a depender do seu resultado final, ele poderia gerar discussões judiciais reflexas sobre o recurso repetitivo vigente (Recurso Especial nº 1.003.955/RS), no qual a Eletrobras se baseia para realizar suas estimativas de provisão para correção monetária de empréstimo compulsório. Se, porventura, houver alteração da jurisprudência vigente do STJ em desfavor da Eletrobras, no que tange especificamente à aplicação de juros remuneratórios de 6% a.a., após a assembleia de conversão, a mensuração da provisão poderia vir a ser acrescida, na melhor estimativa da Eletrobras, com base nos atuais processos provisionados e informações disponíveis, em R\$ 12.077.894 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 11.458.690 em 31 de dezembro de 2020). A Eletrobras não efetuou provisão neste montante, por entender que a probabilidade de perda destes pedidos é possível.

No que tange ao tema discutido no Processo Judicial nº 0023102.98.1990.8.19.0001 (Caso Gerdau), a Eletrobras acredita que julgados anteriores decidiram que filiais de empresas não têm legitimidade para executar título judicial no que tange à diferença na correção monetária de empréstimo compulsório concedida favoravelmente à matriz, quando tal filial não foi incluída na petição inicial. Contudo, considerando esta decisão desfavorável em um caso recente, a Eletrobras estima que sua provisão poderia aumentar em aproximadamente R\$2.200.000, caso todos os créditos de filiais de empresas não mencionadas na petição inicial, que são objeto de ações judiciais movida pelas matrizes sejam consideradas executáveis. Na data deste formulário, entretanto, a Eletrobras acredita que o risco de perda com relação a este tema é possível e, assim, não registrou qualquer provisão a este respeito.

Consolidado**Eletronorte**

- Cobrança pelo Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores S.A. – CNEC de correção monetária e juros por atraso de pagamento

Ação Judicial de cobrança ajuizada pelo CNEC, objetivando o recebimento de correção monetária e juros por atraso de pagamentos de faturas, em virtude da correção monetária desproporcional ao valor real da moeda, pela supressão e utilização de índices divorciados da realidade contratual. A Eletronorte sustenta que as partes realizaram composição de todas suas pendências firmando "Contrato de Reconhecimento, Consolidação e Pagamento de Débitos e outras avenças", e que o direito reclamado se encontra prescrito e quitado. Em 31 de dezembro de 2021 o valor atualizado da causa é de R\$ 587.894,

Notas Explicativas



visto que os cálculos periciais apuraram o valor de R\$ 587.894 (R\$ 529.833 em 31 de dezembro de 2020).

CGT Eletrosul

- Cobrança das obrigações oriundas dos empréstimos - Banco KfW

Esse processo versa sobre a cobrança pelo banco KfW das obrigações oriundas de empréstimos em desfavor da controlada CGT Eletrosul, a qual foi considerada como avalista do referido empréstimo. A cobrança inclui as amortizações vencidas (contabilizadas as multas contratuais), juros de empréstimo vencidos, juros de mora sobre amortizações vencidas e indenização por danos. Essas cobranças são referentes a garantias de 4 contratos da Usina Termelétrica Winimport S.A.

A CGT Eletrosul não reconhece a validade dos avais concedidos, haja vista a inobservância de regras de governança corporativa previstas no Estatuto Social da então CGTEE (atualmente denominada CGT Eletrosul) e a violação da legislação brasileira, que, por sua vez, veda a concessão de garantias por entidades da administração indireta, exceto quando prestadas por instituições financeiras (art. 96 do Decreto Federal n.º 93.872/86).

Em 2016 foi proferida sentença condenatória, em favor de KfW, no valor estimado equivalente de EUR 74.330. No mesmo ano a CGT Eletrosul interpôs recurso de apelação.

Em segunda instância, depois de realizadas audiências, a Corte Regional Superior da Alemanha decidiu obter um parecer de um perito em legislação brasileira, em especial o Decreto 93.872/1986 e a necessidade de anuências do Conselho de Administração para tal gravame, como determina a Lei 6.404/1976. Atualmente, o processo está na etapa de manifestação das partes em face dos pontos objeto de prova pericial. Não há ainda uma decisão em segunda instância.

A CGT Eletrosul mantém o montante de R\$ 681.027 (R\$ 613.767 em 31 de dezembro de 2020) classificado como contingências cíveis de risco possível.

- Processo Administrativo – ANEEL

A Companhia mantém o montante de R\$ 309.916 (R\$ 279.308 em 31 de dezembro de 2020) classificado como contingências cíveis de risco possível decorrente de uma ação administrativa relativa à declaração de caducidade da concessão nº 001/2015 (Lote A), atenuante a incorporada Eletrosul Centrais Elétricas S.A.

Chesf

- Danos ambientais – Associação de Pescadores do Povoado Cabeço e Saramém

Ação civil pública proposta contra a controlada Chesf pela Associação Comunitária do Povoado do Cabeço e Adjacências, no valor de R\$ 368.548, com o objetivo de obter compensação financeira em decorrência de alegados danos ambientais causados aos pescadores do Cabeço, à jusante da UHE Xingó e provocados pela construção desta Usina.

Foram incluídos no polo passivo da ação o Instituto Brasileiro Do Meio Ambiente E Dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, o IMA-AL, o Conselho Regional de Administração da Bahia - CRA-BA, a União Federal e a Adema-SE. Por outro lado, também tramitava ação civil pública proposta contra a Chesf pela Associação de Pescadores do Povoado Cabeço e Saramém, à qual foi atribuído o valor de R\$ 309.114 com os mesmos propósitos da demanda anteriormente comentada. Em abril de 2008 foi proferida sentença reconhecendo a competência da Justiça Federal para processar e julgar o feito. Em fevereiro de 2009 as duas ações foram consideradas processualmente conexas e passaram a tramitar juntas. Os dois laudos periciais foram disponibilizados para a Chesf em dezembro de 2015.

O parecer dos assistentes técnicos da Chesf, que impugnou os laudos periciais, foi apresentado em ambos os processos judiciais em maio de 2016. Por sua vez, as alegações finais da Chesf foram protocolizadas em setembro de 2016, estando os processos, em dezembro de 2018, conclusos para sentença e tendo sido providenciada a migração do processo para o sistema PJe em 24 de janeiro de

Notas Explicativas



2019. Em 21 de maio de 2019, após a digitalização, juízo determinou que o feito fosse novamente concluso para sentença. Em 2021 houve despacho de inspeção anual indicando que o processo estava em ordem e em 29.07.2021 houve juntada de petição do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - INEMA solicitando que seja intimado via carta precatória e publicação no diário oficial.

A Chesf classificou o risco de perda desta ação como possível, no montante estimado de R\$ 624.777 (R\$ 559.699 em 31 de dezembro de 2020).

- Nulidade do acordo sindical

Ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal - MPF onde, em síntese, persegue a obtenção de decreto judicial que declare a inexistência do Aditivo ao Acordo de 1986, celebrado no ano de 1991, firmado entre a Chesf e os representantes do Polo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco. O valor atribuído à causa foi de R\$1.000.000. Foi proferida sentença que declarou a nulidade do acordo de 1991, entre a Chesf e o Polo Sindical, que alterou a forma de cálculo da Verba de Manutenção Temporária - VMT) para o equivalente a 2,5 salários mínimos; bem como para determinou o pagamento das diferenças apuradas, desde 1991, entre a verba efetivamente paga e o valor de 2,5 salários mínimos, monetariamente corrigidos e acrescidos de juros moratórios para cada família que recebeu ou ainda recebe a VMT, pelo respectivo período que tenha recebido e que pertençam à competência territorial desta Subseção Judiciária, ressalvados os casos dos reassentados que celebraram os termos de acordos extrajudiciais e a escritura pública de doação com a requerida, renunciando aos benefícios da VMT, assim como afastou o direito dos interessados à percepção das parcelas atingidas pela prescrição quinquenal, a contar do ajuizamento da ação. Contra a sentença foram opostas apelações pela Chesf e pelo MPF, recursos esses que aguardam julgamento, sendo distribuídos por dependência em novembro de 2016 ao relator Desembargador Federal.

Em dezembro de 2016 encontrava-se concluso para relatório e voto. Em 21 de fevereiro de 2020, o processo foi migrado para o sistema PJe. Com base na avaliação de seus procuradores jurídicos, a Chesf classificou o risco de perda desta ação como possível, no montante atualizado de R\$ 3.732.691 (R\$ 1.000.000 em 31 de dezembro de 2020).

- Ação Civil Pública – Ministério Público Federal da Bahia

Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público Federal da Bahia, cujo objeto consiste no reconhecimento da existência de ocupantes da área inundada que não foram reassentados em projetos de irrigação, fazendo jus a todo o previsto no Acordo de 1986 entre a Chesf e as comunidades envolvidas na construção da Barragem de Itaparica. O processo tramita perante a Vara Federal em Paulo Afonso-BA, estando atualmente em fase recursal no TRF 1ª Região (TRF1). Houve liminar deferida em favor do Ministério Público, que foi cassada pelo TRF1. A sentença foi favorável à tese de decadência e existe precedente no STJ contrário à pretensão do MPF. Com base na avaliação de seus procuradores jurídicos, a Chesf classificou o risco de perda desta ação como "possível", e tem como valor pedido atualizado o montante de R\$ 3.361.748 (R\$ 1.000.000 em 31 de dezembro em 2020).

- Cobrança de supostos prejuízos aos consumidores finais

Trata-se de ação civil pública manejada pela ANEEL com o intuito de cobrar da Chesf supostos prejuízos que os consumidores finais de energia elétrica teriam tido com os atrasos das obras referentes às chamadas Instalações de Geração Compartilhada - ICGs. Esse prejuízo remontaria a R\$ 1.471 milhões. A Chesf recebeu a citação, tendo apresentado contestação ao feito em dezembro de 2015. Apresentada réplica pela ANEEL, o juiz indeferiu produção de provas requeridas pela Chesf. O MM. Juízo determinou a intimação do MPF para manifestação a qual foi realizada. A Chesf peticionou para suspensão do processo, face estratégia de levar o caso à Conciliação da Administração Pública Federal da Advocacia-Geral da União - CCAF/AGU. Em dezembro de 2017 o pedido de suspensão foi deferido, pelo prazo de 6 meses. Foi protocolado requerimento para a CCAF/AGU em março de 2018. Houve audiência de conciliação, na qual as partes não demonstraram interesse em conciliar. O processo encontrava-se concluso para sentença desde dezembro de 2018. Em setembro de 2019, foi proferida sentença por meio da qual a demanda foi julgada parcialmente procedente para condenar a Chesf ao ressarcimento dos valores pagos pela CCEE. O Juízo sentenciante consignou que teria havido culpa da União pelo atraso, de modo que a referida responsabilidade da Chesf estaria limitada ao percentual de sua culpa pelos atrasos, o que seria aferido por perícia em fase de liquidação de sentença. Em novembro de 2019, foi

Notas Explicativas



interposta apelação pela ANEEL. No mesmo mês, foi determinada a migração do processo para o PJe, não tendo sido ainda iniciada a contagem de prazo para recurso da Chesf, em virtude da ausência de publicação da sentença.

Em 26 de março de 2020 as partes foram intimadas a se manifestar sobre a conformidade dos autos digitais com os autos físicos e o cumprimento de eventual ato já praticado nos autos físicos. Em 08 de maio de 2020 a Chesf interpôs embargos de declaração. Em 31 de dezembro de 2020, a ANEEL apresentou impugnação aos embargos de declaração opostos pela Chesf.

Em outubro de 2021 o Ministério Público Federal pugna pelo acolhimento da preliminar de julgamento extra petita. No mérito, a manifestação é pelo não provimento dos recursos. Não há condições de se avaliar, no presente momento, qual seria o desfecho da causa, vez que essa é a primeira ação no País a tratar do tema (não existe histórico no Brasil de ingresso de ações coletivas com conteúdo semelhante).

Com base na avaliação de seus procuradores jurídicos, a Chesf classificou o risco de perda desta ação como possível, no montante estimado de R\$ 1.470.885 (R\$ 1.470.885 em 31 de dezembro de 2020).

- Ação ordinária para indenização em danos materiais

Trata-se de ação ordinária proposta pela Energia Potiguar Geradora Eólica S.A., Torres de Pedra Geradora Eólica S.A., Ponta do Vento Leste Geradora Eólica S.A., Torres de São Miguel Geradora Eólica S.A., Morro dos Ventos Geradora Eólica S.A., Canto da Ilha Geradora Eólica S.A., Campina Potiguar Geradora Eólica S.A., Esquina dos Ventos Geradora Eólica S.A., Ilha dos Ventos Geradora Eólica S.A., Pontal do Nordeste Geradora Eólica S.A., e Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A. tendo por objeto a indenização em danos materiais (danos emergentes e lucros cessantes), no valor de R\$ 243.067, e que seriam decorrentes de suposto atraso na entrada em operação comercial da LT Extremoz II – João Câmara II e da SE João Câmara II. Oferecida contestação e deferida produção de prova pericial em 10 de março de 2016, laudo apresentado pelo perito do juízo desfavorável à Chesf, com consequente pedido de esclarecimentos.

Em 29 de janeiro de 2018, foi proferida sentença condenatória em desfavor da Chesf no valor de R\$ 432.313, da qual foram interpostos embargos de declaração pela Chesf, aos quais foi negado provimento aos 28 de fevereiro de 2018, tendo sido interposto recurso de apelação pela Chesf aos 26 de março de 2018.

Julgamento iniciado em 13 de março de 2019, mas suspenso por pedido de vista formulado por um dos Desembargadores que compõem a 5ª Turma do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDF. Julgamento retomado em 28 agosto de 2019, no qual o recurso de apelação da Chesf foi provido por 4 votos a 1 e o acórdão foi publicado em 10 de outubro 2019.

Foi apresentada Interposição de embargos de declaração por ambas as partes, sendo todos desprovidos. Interpostos novos embargos de declaração por parte da parte autora em 29 de janeiro de 2020, ainda pendentes de julgamento. Em 18 de fevereiro de 2020 determinou-se a digitalização dos autos a fim de que estes sejam incluídos no sistema PJe. Em 18 outubro de 2020, publicada a pauta de julgamento dos embargos de declaração para o dia 28 de outubro 2020. Essa posição, se mantém inalterada em 31 dezembro 2020. Em 17 de novembro 2021 a presidente da 5ª Turma, Presidente da turma Desembargadora Maria Ivatonia Barbosa dos Santos, proferiu decisão rejeitando o agravo interno e determinando a Secretaria da Turma para que restabeleça a classe processual de Embargos de Declaração e faça os autos conclusos ao Relator, Desembargador Josaphá Francisco, para que elabore voto quanto aos embargos de declaração ainda pendentes de julgamento.

Com base na avaliação de seus consultores jurídicos, a Chesf classificou o risco de perda desta ação como possível, no montante estimado de R\$ 512.152 (R\$ 512.152 em 31 de dezembro de 2020).

Notas Explicativas



- Ação ordinária AES Sul Distribuidora de Energia S.A.

Ação ordinária proposta pela AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia (proc. 0026448-59.2002.4.01.3400 – 15ª Vara Federal-DF) visando à contabilização e liquidação pela ANEEL das transações do mercado, relativa à exposição positiva (lucro) verificada em razão da não opção pelo alívio (seguro) feita em dezembro de 2000. Decisão interlocutória proferida no bojo do Agravo de Instrumento da AES SUL (Processo nº 2002.01.00.040870-5) interposto contra a ANEEL, resultou num débito de aproximadamente R\$ 110.000, com pagamento estipulado para o dia 07 de novembro de 2008.

Em 31 de dezembro de 2012, haviam sido oferecidos contrarrazões pela Chesf, estando pendente de apreciação a remessa para o TRF 1.ª Região. Em 31 de março de 2013 – TRF1 julgou procedente o MS interposto pela Chesf (medida 2). REsp da AES, julgado. Mantida a Segurança. Ação julgada improcedente. Embargos Declaração rejeitados. Em 26 de março de 2014 o Recurso de Apelação interposto pela AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia foi julgado e provido pelo TRF1. Contra o acórdão que deu provimento à Apelação a Chesf opôs embargos de declaração, os quais foram rejeitados. Tendo sido publicado o acórdão em 14 de janeiro de 2016, a Chesf e as demais rés interpuseram recurso de embargos infringentes, com o objetivo de fazer prevalecer o voto vencido.

Em 26 de outubro de 2021 a AES Tieste e Aes Uraguaiana reiteram pedido para que as publicações sejam feitas em nome dos novos advogados. Com base na avaliação de seus procuradores jurídicos, a Chesf classificou o risco de perda desta ação como “possível”, no montante atualizado de R\$ 451.894 (R\$ 86.000 em 31 de dezembro de 2020).

- Pedido de recuperação judicial - Wind Power Energia S.A.

Pedido de recuperação judicial, apresentada como defesa contra pedido de falência contido no processo 0006703-65.2014.8.17.0370 (processo ao qual está distribuído por dependência), em razão da requerente (Wind Power Energia S.A.) ser parte de grupo líder de mercado, e com investimentos e contratos que possibilitam a referida recuperação. A lide tramita na 1ª Vara Cível da Comarca do Cabo de Santo Agostinho-PE, estando em fase decisória. Principais andamentos do processo: Apresentação de Plano de recuperação; apresentação de aditivo ao plano de recuperação; novo aditivo ao Plano de recuperação; realização de assembleia geral de credores com análise da última versão do plano de recuperação. Com base na avaliação de seus procuradores jurídicos, a Chesf classificou o risco de perda desta ação como “possível”, e tem como valor pedido atualizado o montante R\$ 889.819 (R\$ 320.565 em 31 de dezembro de 2020).

Furnas

- Processo indenizatório

Trata-se de processo indenizatório realizado pela ABB Ltda., no valor de R\$ 401.962 (R\$ 385.500 em 31 de dezembro de 2020), referente ao contrato de fornecimento de estações conversoras para o sistema de transmissão de Itaipu.

34.2.2 - Tributárias

Em 31 de dezembro de 2021 a Eletrobras e suas controladas possuem ações judiciais tributárias com probabilidade de perda possível no montante de R\$ 8.755.786 (R\$ 8.818.294 em 31 de dezembro de 2020).

CGT Eletrosul

- Aspectos tributários da lei 12.783/2013

Ação fiscal no valor de R\$ 602.748 (R\$ 575.998 em 31 de dezembro de 2020), referente cobrança de imposto de renda e contribuição social sobre a indenização recebida por conta da renovação das concessões, conforme medida provisória 579/2012, convertida em lei 12.783/2013. Em julho de 2020 houve julgamento do Recurso de Apelação interposto pela empresa em face da sentença da ação declaratória. Foi desprovido, por unanimidade, o recurso da empresa sob o entendimento de que:

Notas Explicativas



- a) Incidência tributária independeria da denominação do rendimento. Ainda que se trata-se de acréscimo indenizatório, poderia haver a incidência dos tributos;
- b) A empresa e a União firmaram mera repactuação contratual, para prorrogar a concessão. Não teria ocorrido propriamente a reversão, pois isso pressuporia a extinção da concessão; e
- c) A reversão seria instituto essencialmente, distinto da desapropriação, pois não haveria transferência compulsória dos bens ao Poder Público.

Apesar do julgamento desfavorável, não pode a Fazenda intentar atos de cobrança, haja vista a vigente decisão proferida no Mandado de Segurança nº 50163442320184047200, suspendendo a exigibilidade do crédito tributário até o trânsito em julgado da ação declaratória. Aguarda-se apreciação de recurso especial.

Furnas

- Processo administrativo

Trata-se de processo judicial, no valor de R\$ 1.774.328 (R\$ 1.903.685 em 31 de dezembro de 2020), que visa discutir a cobrança decorrente do Auto de Infração lavrado em função de supostas irregularidades na apuração do IRPJ e CSLL, no qual foi excluída do Lucro Real a reversão do passivo atuarial da Fundação Real Grandeza - FRG, discussão administrativa travada no processo administrativo nº 16682.720517/2011-98. Por tratar-se de superávit atuarial, o valor foi excluído da base de cálculo e foi oferecido à tributação à medida de sua realização. Também foi apontada exclusão indevida de saldos negativos referentes a 2007, 2008 e 2009 sem apresentação do Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação – PER/DCOMP. Após a decisão administrativa desfavorável, Furnas impetrou ação para ter seu direito reconhecido judicialmente, sendo que, em 31 de dezembro de 2020, não havia sido prolatada sentença no processo. União Federal ajuizou Execução Fiscal para cobrar o débito, mas o juiz suspendeu o seu andamento até que a questão seja definitivamente analisada na Ação Anulatória proposta por Furnas.

- PIS/COFINS

Auto de infração, no valor de R\$ 1.551.613 (R\$ 1.282.226 em 31 de dezembro de 2020), lavrado em função de suposta insuficiência de recolhimento ou declaração para o PIS/COFINS. Compensação realizada sem apresentação do documento hábil PER/DCOMP; o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF julgou improcedente o Recurso Voluntário de Furnas, que intentou Recurso Especial de Divergência que foi parcialmente admitido. Apenas a matéria relativa à exclusão da RGR permanece em análise no CARF no processo originário. As demais matérias foram definitivamente julgadas em sede administrativa. Furnas apresentou garantia para possibilitar a emissão de Certidão e levar a discussão para a esfera judicial.

- IRPJ e CSLL – Crédito tributário

Execução Fiscal ajuizada pela União, no valor de R\$ 756.706 (R\$ 818.334 em 31 de dezembro de 2020), para cobrança de crédito tributário constituído em razão de diferenças de IRPJ e CSLL apuradas em decorrência do procedimento de compensação contábil efetuado pela controlada Furnas sem apresentação de instrumento hábil a tanto. Foi proferida sentença nos Embargos à Execução Fiscal julgando parcialmente procedente a mesma, para excluir a incidência da multa isolada que fora aplicada concomitantemente à multa de ofício. Na mesma sentença foi mantida a cobrança quanto às compensações procedidas sem PER/DCOMP. Furnas apresentou recurso de apelação contra a sentença, que aguarda julgamento. Importante informar que a multa fora aplicada de forma abusiva e a sentença a excluiu. A multa representa aproximadamente 83% da cobrança.

- Auto de infração – prejuízo fiscal

Auto de Infração no valor de R\$ 832.589 (R\$ 815.434 em 31 de dezembro de 2020), lavrado em função da utilização de despesa ocorrida em 2000 como prejuízo fiscal registrado em 2009 e, por conseguinte, compensado nos anos-calendário de 2009, 2010 e 2011. Foram glosadas pela autoridade fiscal as despesas deduzidas no ano-calendário de 2010. O Recurso Voluntário interposto por Furnas foi julgado parcialmente procedente para reduzir a multa isolada aplicada. Contra a decisão a Fazenda Nacional

Notas Explicativas



interpôs Recurso Especial de Divergência que aguarda julgamento. Processo foi desmembrado para cobrança judicial da parcela relativa aos tributos não pagos em razão da empresa ter efetuado compensações sem a utilização do PER/DCOMP, por ter tido decisão final administrativa quanto a esse ponto, de modo que esse montante foi excluído do presente processo, seguindo no CARF a discussão quanto à possibilidade de utilização como prejuízo fiscal de despesa tida em 2000, mas registrada diretamente na parte B do LALUR em 2009.

- IRPJ e CSLL – Processo administrativo

Processo Administrativo no valor de R\$ 625.206 (R\$ 507.989 em 31 de dezembro de 2020), relativo ao lançamento de ofício de valores de IRPJ e CSLL, do período de 01/2012 a 12/2012, acrescidos de multas de estimativa e de ofício. O referido lançamento decorreu da glosa, pela Receita Federal, da exclusão realizada por Furnas da base de cálculo do tributos acima mencionados referentes ao valor recebido por Furnas em razão da prorrogação por adiantamento ao Contrato de Concessão para transmissão de energia elétrica nº 062/2001 – ANEEL, de 04/12/2012. Furnas, naquele momento, entendeu que este montante possuía caráter indenizatório e, por esta razão, estaria isenta de tributação. Por entender tratar-se de montante percebido com caráter indenizatório, que permitiria a exclusão realizada, Furnas garantiu o juízo e apresentou defesa, por meio dos Embargos à Execução nº 5048320-89.2021.4.02.5101. A União apresentou sua contestação e, após a apresentação de réplica por Furnas, o feito encontra-se pendente de julgamento em 1ª instância.

- ICMS – UTE Santa Cruz

Furnas ajuizou ação anulatória, no valor de R\$ 546.522 (R\$ 447.662 em 31 de dezembro de 2020), para discutir a cobrança de ICMS sobre o gás adquirido pela UTE Santa Cruz para geração de energia. Em sua defesa, Furnas discute a natureza do benefício fiscal (condicionado), na medida em que o diferimento de ICMS nas aquisições de gás deu-se em troca da criação e/ou expansão de Usinas/UTE's com o objetivo de incrementar a geração de energia termoeletrica para enfrentamento da crise energética da época. Argumenta, ademais, a impossibilidade de o Estado vincular o pagamento do tributo a uma operação imune. O Estado do Rio de Janeiro apresentou contestação alegando que o diferimento é prorrogação do momento do pagamento do imposto e ainda não houve sentença.

34.2.2.1 – ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IFRIC 23 - *Uncertainty over Income Tax Treatments*)

Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre o tratamento do imposto de renda sobre o lucro. A interpretação requer que a Eletrobras: (1) determine se posições fiscais incertas são avaliadas separadamente ou como um grupo; e (2) avalie se é provável que a autoridade fiscal aceite a utilização de tratamento fiscal incerto, ou proposta de utilização pela Companhia. Em caso positivo, a entidade deve determinar sua posição fiscal e contábil em linha com o tratamento fiscal utilizado ou a ser utilizado nas suas declarações de imposto de renda. Em caso negativo, a Companhia deve refletir o efeito da incerteza na determinação da sua posição fiscal e contábil.

Com base nos requerimentos da norma ICPC 22/IFRIC 23, a Eletrobras avaliou as operações das suas controladas que envolveram reestruturações societárias e aquisição do controle de participações em outras empresas, e concluiu que sua posição fiscal e contábil está em conformidade com o tratamento fiscal utilizado.

34.2.3 - Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2021 a Eletrobras e suas controladas possuem ações judiciais trabalhistas de R\$ 3.473.210 (R\$ 4.500.051 em 31 de dezembro de 2020), sendo possível sua probabilidade de perda, onde não é realizada provisão.

Notas Explicativas



Eletronuclear

- Sindicato dos Engenheiros do Estado do RJ – SENGE

A controvérsia principal cujo valor envolvido em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 624.300 (R\$ 574.020 em 31 de dezembro de 2020) reside na interpretação da coisa julgada que delimitou o pagamento do índice da Unidade de Referência de preços - URP apenas do mês de fevereiro de 1989. Contudo, em fase de liquidação a outra parte alegou que deve ser aplicado o índice de 26,05% mês a mês até sua incorporação na remuneração dos substituídos ou até sua demissão. Há possibilidade de ter decisão judicial homologando o valor histórico de R\$ 359.671, calculado pelo perito judicial em 2014. Ressalte-se que a Advocacia Geral da União – AGU ingressou nos autos.

A AGU tem tese jurídica que se alinha à defesa da controlada Eletronuclear, ao explicitar que:

- a) A decisão em fase de liquidação/execução que estabelece direito à incorporação da URP/1989 na remuneração dos substituídos ofende a decisão já transitada em julgado;
- b) O valor exigido com base na decisão transitada em julgado já foi adimplido, por conta da existência de Acordo Coletivo pactuado em 1989, entre as partes da presente ação judicial, cujo conteúdo trata especificadamente da quitação da URP/1989. No momento há laudo emitido pelo perito do Juízo, nesse laudo o Perito do Juízo, por amostragem, destacou que os valores indicados no acordo coletivo especificam da URP de fevereiro de 1989 foram pagos.

Em março de 2018 foi publicado, destinada à parte autora, para que oferte manifestação em relação a petição apresentada pela parte Ré.

Em 29 de janeiro de 2019 foi publicada decisão para a Eletronuclear pagar o débito ou ofertar defesa, o que inaugurou a fase de execução do processo. De toda forma, na decisão a Eletronuclear foi isentada de ofertar bens à penhora para ajuizar eventual defesa. Foram interpostos embargos de declaração pela Eletronuclear, sem decisão de julgamento publicada. Foi publicada decisão em julho de 2019 para a Eletronuclear pagar honorário do perito do Juízo, o que já foi realizado.

Prática contábil

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados, cuja liquidação seja provável e que seja possível estimar os valores de forma confiável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

As provisões para contingências judiciais são reconhecidas para obrigações presentes (legais ou não formalizadas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. Nesse caso, tal contingência ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e os montantes envolvidos seriam mensuráveis com suficiente segurança, levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento de tribunais (jurisprudência).

NOTA 35 – OBRIGAÇÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS

A obrigação para desmobilização de ativos destina-se ao custeio dos gastos com a desmobilização das usinas nucleares, quais sejam: o desmantelamento e a descontaminação dos materiais, equipamentos e instalações, os quais incorrerão no término da vida útil econômica das usinas, tendo como contrapartida o imobilizado.

Notas Explicativas



Usina	31/12/2021		31/12/2020	
	Estimativa Total de Custo	Ajuste a Valor Presente	Estimativa a Valor Presente	Estimativa a Valor Presente
Angra 1	3.017.913	(1.176.570)	1.841.343	1.717.823
Angra 2	3.457.180	(2.030.222)	1.426.958	1.322.188
Total	6.475.093	(3.206.792)	3.268.301	3.040.011

A Companhia reconhece obrigações para descomissionamento de usinas term nucleares de sua controlada Eletronuclear, que se constituem em um programa de atividades exigidas pela Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, que permite dismantelar com segurança e mínimo impacto ao meio ambiente essas instalações nucleares, ao final do ciclo operacional. Os valores correspondentes aos passivos totais de desmobilização de ativos ajustados a valor presente são referentes à Angra 1, com validade da licença até 31 de dezembro de 2024 (em novembro de 2019, foi solicitado à CNEN a extensão de vida útil de Angra 1 de 40 para 60 anos) e referentes à Angra 2, com validade da licença até 31 de agosto de 2040. A provisão foi estimada a preços correntes e com base no fluxo de caixa projetado utilizando a taxa de desconto de 7,57% a.a..

Prática contábil

A Companhia reconhece esse passivo com base no valor estimado para a sua realização, atualizado ao longo da vida útil econômica das usinas, considerando os avanços tecnológicos. O objetivo é alocar ao respectivo período de competência da operação, os custos a serem incorridos com a desativação técnico-operacional das usinas, ao término da sua vida útil, estimada em quarenta anos. Sendo assim a Companhia reconhece os valores das estimativas aprovadas no Ativo Imobilizado, em contrapartida ao Passivo Não Circulante.

A Companhia revisa anualmente os valores da provisão do passivo para descomissionamento e realiza a mensuração pelo valor presente dos gastos e classificada no passivo não circulante.

NOTA 36 – OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Circulante				
Provisão de férias	60.896	20.445	360.525	263.157
Processos de desligamento	-	-	155.046	181.174
Folha de pagamento	649	57.874	193.170	191.780
Encargos sobre férias	14.441	11.884	193.940	142.359
Provisão 13º salário	-	26.679	11.116	31.497
Participações nos Lucros/Resultados	28.409	38.567	526.105	504.995
Encargos sobre 13º salário	1.663	1.662	78.848	33.844
Contribuição Previdenciária	46.277	8.876	52.849	70.317
Outros	1.233	1.357	31.348	35.025
	153.568	167.344	1.602.947	1.454.148
Não circulante				
Processos de desligamento	-	-	63.024	214.283
Total	153.568	167.344	1.665.971	1.668.431

Prática contábil

Os pagamentos de benefícios tais como salário ou férias, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios são reconhecidos mensalmente no resultado, respeitando o regime de competência.

Notas Explicativas



NOTA 37 – COMPROMISSOS OPERACIONAIS DE LONGO PRAZO

Os compromissos de longo prazo da Companhia, relacionados, principalmente, a contratos de compra de energia elétrica e combustível são:

37.1- Compra de energia

Empresas	2023	2024	2025	2026	2027	Após 2027
Eletronorte	1.003.458	1.003.458	355.622	-	-	-
Furnas	1.403.614	1.429.391	1.355.859	1.360.693	1.352.101	4.970.139
CGT Eletrosul	709.293	448.771	436.941	437.117	428.525	3.052.629
Chesf	245.302	245.974	245.302	245.302	-	2.016.446
Total	3.361.667	3.127.594	2.393.724	2.043.112	1.780.626	10.039.214

37.2- Fornecedores de combustíveis

Empresas	2023	2024	2025	2026	2027	Após 2027
Eletronorte	14.336	16.628	16.628	16.628	16.628	33.296
Eletronuclear	-	-	235.579	357.860	90.097	14.838.384
Total	14.336	16.628	252.207	374.488	106.725	14.871.680

A controlada Eletronuclear que possui contratos assinados com as Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB para aquisição de Combustível Nuclear para produção de energia elétrica, destinadas as recargas das usinas UTN Angra 1 e UTN Angra 2, bem como a carga inicial e futuras recargas de UTN Angra 3.

Na Eletronorte existe o compromisso de longo prazo referente à compra de gás natural para fins de geração de termoelétrica com a Companhia de Gás Natural do Amazonas – CIGÁS. O prazo final do contrato é 30 de novembro de 2030.

37.3- Venda de Energia

Empresas	2023	2024	2025	2026	2027	Após 2027
Eletronuclear	4.672.327	4.672.327	4.672.327	4.672.327	4.672.327	9.344.654
Furnas	2.546.196	2.565.081	2.562.601	2.562.090	2.273.223	31.767.612
CGT Eletrosul	1.077.413	1.080.191	499.065	499.065	499.170	5.543.836
Chesf	854.338	865.516	873.525	883.313	-	7.061.618
Total	9.150.274	9.183.115	8.607.518	8.616.795	7.444.720	53.717.720

37.4- Compromissos socioambientais

Empresas	2023	2024	2025	2026	2027	Após 2027
Eletronuclear	86.806	99.514	94.574	82.895	69.938	-
Furnas	44.667	16.052	5.394	2.226	641	-
Eletronorte	86.670	86.670	86.670	86.670	86.670	409.564
CGT Eletrosul	3.006	2.230	1.692	787	575	-
Total	221.149	204.466	188.330	172.578	157.824	409.564

Angra 3

Termos de compromissos assumidos com os Municípios de Angra dos Reis, Rio Claro e Paraty, nos quais, a Eletronuclear se compromete a celebrar convênios socioambientais específicos vinculados a UTN Angra 3, visando à execução dos programas e projetos em consonância com as condicionantes estabelecidas pelo IBAMA.

37.5- Aquisição de Imobilizado e Intangível

Empresas	2023	2024	2025	2026	2027
Eletronuclear	221.137	318.078	46.965	10.535	-
CGT Eletrosul	364.615	202.181	27.703	-	-
Chesf	286.883	261.313	309.851	124.531	6.564
Total	872.635	781.572	384.519	135.066	6.564

Notas Explicativas

Contratos assinados com fornecedores diversos para aquisição de equipamentos para substituição no ativo imobilizado, principalmente, das usinas Angra 1, Angra 2 e Angra 3, necessários à manutenção operacional desses ativos.

37.6- Aquisição de insumos

Empresas	2023	2024
CGT Eletrosul	246.943	257.548

A controlada CGT Eletrosul adquire cal para controle das emissões de resíduos da UTE Candiota III.

37.7- Compromissos – Empreendimentos controlados em conjunto

Os valores dos compromissos dos empreendimentos controlados em conjunto estão apresentados a seguir pela proporção das participações das companhias.

37.7.1 - Uso do bem público

Empresas	2023	2024	2025	2026	2027	Após 2027
SINOP	2.235	2.153	2.075	2.075	2.075	33.033
UHE Simplicio/UHE Batalha	1.776	1.776	1.776	1.776	1.776	59.900
Total	4.011	3.929	3.851	3.851	3.851	92.933

37.7.2 - Aporte de capital

A Companhia possui compromissos futuros firmados relativo à participação acionária em SPE, relativos a AFAC, conforme apresentado abaixo:

Empresas	2023	2024	2025	2026	2027	Após 2027
Teles Pires	38.024	36.668	35.124	33.576	32.026	112.032
Brasil Ventos	644.591	195.263	-	-	-	-
Energia Sustentável do Brasil S.A.	34.340	-	-	-	-	-
Jirau	34.000	-	-	-	-	-
Total	750.955	231.931	35.124	33.576	32.026	112.032

Prática Contábil

A Companhia reconhece, os compromissos para aquisição de imobilizado e os compromissos relacionados com seus empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) separadamente do valor de outros compromissos, de acordo com os requerimentos das normas contábeis CPC 27/IAS 16 – Ativo imobilizado e CPC 45/IFRS 12 - Divulgação de Participações em outras Entidades. Além disso, também são reconhecidos os compromissos de compra e venda de energia, compromissos socioambientais, e compras com fornecedores de combustíveis.

NOTA 38 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social da Eletrobras, em 31 de dezembro de 2021, é de R\$ 39.057.271 (R\$ 39.057.271 em 31 de dezembro de 2020) e suas ações não têm valor nominal. As ações preferenciais têm direito a voto e não são conversíveis em ações ordinárias. Entretanto, gozam de prioridade no reembolso do capital e na distribuição de dividendos às taxas anuais de 8% para as ações de classe "A" (subscritas até 23 de junho de 1969) e 6% para as de classe "B" (subscritas a partir de 24 de junho de 1969), calculados sobre o capital correspondente a cada classe de ações.

O capital social está distribuído, por principais acionistas e pelas espécies de ações, em 31 de dezembro de 2021, conforme a seguir:

Notas Explicativas



ACIONISTA	31/12/2021							
	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS				CAPITAL TOTAL	
	QUANTIDADE	%	Série A	%	Série B	%	QUANTIDADE	%
União	667.888.884	51,82	-	-	494	0,00	667.889.378	42,56
BNDESPAR	141.757.951	11,00	-	-	18.691.102	6,68	160.449.053	10,23
BNDES	74.545.264	5,78	-	-	18.262.671	6,52	92.807.935	5,92
FIA Dinâmica e Banclass	65.536.875	5,09	-	-	-	-	65.536.875	4,18
Fundos 3G Radar	-	-	-	-	30.890.676	11,03	30.890.676	1,97
American Depositary Receipts – ADR's	52.065.112	4,04	-	-	5.340.887	1,91	57.405.999	3,66
Outros	287.048.510	22,27	146.920	100,00	206.755.564	73,86	493.950.994	31,48
Total	1.288.842.596	100,00	146.920	100,00	279.941.394	100,00	1.568.930.910	100,00

ACIONISTA	31/12/2020							
	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS				CAPITAL TOTAL	
	QUANTIDADE	%	Série A	%	Série B	%	QUANTIDADE	%
União	667.888.884	51,82	-	-	494	0,00	667.889.378	42,57
BNDESPAR	141.757.951	11,00	-	-	18.691.102	6,68	160.449.053	10,23
BNDES	74.545.264	5,78	-	-	18.262.671	6,52	92.807.935	5,91
FIA Dinâmica e Banclass	65.536.875	5,09	-	-	-	-	65.536.875	4,18
Fundos 3G Radar	190.045	0,01	-	-	31.437.673	11,23	31.627.718	2,01
American Depositary Receipts – ADR's	38.663.271	3,00	-	-	5.235.367	1,87	43.898.638	2,80
Outros	300.260.306	23,30	146.920	100,00	206.314.087	73,70	506.721.313	32,30
Total	1.288.842.596	100,00	146.920	100,00	279.941.394	100,00	1.568.930.910	100,00

Do total das 599.084.509 ações em poder dos minoritários, 261.989.390, ou seja, 44% são de propriedade de investidores não residentes, sendo 170.517.578 ações ordinárias, 28 de preferenciais ações classe "A" e 91.471.784 ações preferenciais da classe "B".

38.1. Reserva de Capital

Essa reserva representa o excedente de capital acumulado da empresa. Os montantes destinados a esse objetivo são permanentemente investidos e não podem ser usados para pagar dividendos.

38.2 Reservas de lucros

38.2.1 - Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com a Lei 6.404/1976.

38.2.2 - Reserva de Retenção de Lucros

Conforme a Lei 6.404/1976, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado.

38.2.3 - Reservas Estatutárias

A Assembleia Geral destinará, além da reserva legal, calculados sobre os lucros líquidos do exercício: I - 1% a título de reserva para estudos e projetos; e II - 50%, a título de reserva para investimentos.

38.2.4 - Reserva Especial de Dividendos

A Eletrobras constituiu, em 31 de dezembro de 2018, R\$ 2.291.889 em reserva especial de dividendos, com base nos §§ 4º e 5º do art. 202 da Lei nº 6.404/1976, e em fevereiro de 2021 foi realizado o pagamento, a título de dividendos intermediários.

38.3 Remuneração aos acionistas

O estatuto da Eletrobras estabelece como dividendo mínimo obrigatório 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária, respeitada a remuneração mínima para as ações preferenciais das classes A e B, de 8% e 6%, respectivamente, do valor nominal do capital social relativo a essas espécies e classes de ações, prevendo a possibilidade de pagamento de juros sobre capital próprio.

Notas Explicativas

A seguir a distribuição dos resultados, imputados aos dividendos mínimos, nos termos da legislação aplicável, bem como o valor total da remuneração proposta aos acionistas, a ser deliberada em Assembleia Geral Ordinária:

Destinação do Exercício	31/12/2021	31/12/2020
Saldo para destinação do exercício	5.646.141	6.338.688
Reserva Legal	(282.307)	(316.934)
Realização de reserva de reavaliação	2.351	2.757
Dividendos prescritos	-	4.044
Ajustes reflexos da cisão da CEEE GT	(33.534)	-
Ajustes CPC 47/IFRS 15	-	182.523
Dividendos Obrigatórios	(1.340.958)	(1.507.139)
Subtotal a distribuir	3.991.693	4.703.939
Constituição de reservas estatutárias e retenção de lucros	(3.991.693)	(4.703.939)
Saldo a Distribuir do exercício	-	-

Prática contábil

Representa as ações ordinárias e as ações preferenciais integralizadas e é classificado no patrimônio líquido.

Outros resultados abrangentes

Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa que não são reconhecidos na demonstração do resultado. Os componentes dos outros resultados abrangentes incluem:

- Ganhos e perdas atuariais em planos de pensão com benefício definido;
- Ganhos e perdas derivados de conversão de demonstrações contábeis de operações no exterior;
- Ajuste de avaliação patrimonial relativo aos ganhos e perdas na remensuração de ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes;
- Ajuste de avaliação patrimonial relativo à efetiva parcela de ganhos ou perdas de instrumentos de *hedge* em *hedge* de fluxo de caixa; e
- Impacto de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os itens registrados em outros resultados abrangentes.

Subvenções governamentais

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas. As subvenções governamentais são reconhecidas, sistematicamente, no resultado durante os exercícios nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar. As subvenções governamentais recebíveis como compensação por despesas já incorridas, com a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato à Companhia, sem custos futuros correspondentes, são reconhecidas no resultado do exercício em que forem recebidas e apropriadas à reserva de lucros e não são destinadas à distribuição de dividendos.

NOTA 39 – RESULTADO POR AÇÃO**(a) Básico**

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão entre o lucro atribuível aos acionistas da Eletrobras e sua quantidade de ações emitidas, excluindo aquelas compradas pela Eletrobras e mantidas como ações em tesouraria. As ações preferenciais possuem direito assegurado (por ação) de superioridade de pelo menos 10% na distribuição de Dividendos e/ou Juros Sobre Capital Próprio – JCP quanto às ações ordinárias.

Notas Explicativas



31/12/2021				
Numerador	Ordinárias	Preferencial A	Preferencial B	Total
Lucro atribuível a cada classe de ações	4.556.833	571	1.088.737	5.646.141
Lucro do Exercício	4.556.833	571	1.088.737	5.646.141
Denominador				
	Ordinárias	Preferencial A	Preferencial B	
Média ponderada da quantidade de ações	1.288.843	147	279.941	
% de ações em relação ao total	82,15%	0,01%	17,84%	
Resultado por ação básico (R\$)	3,54	3,89	3,89	

31/12/2020				
Numerador	Ordinárias	Preferencial A	Preferencial B	Total
Lucro atribuível a cada classe de ações	5.097.535	657	1.240.496	6.338.688
Lucro do Exercício	5.097.535	657	1.240.496	6.338.688
Denominador				
	Ordinárias	Preferencial A	Preferencial B	
Média ponderada da quantidade de ações	1.254.102	147	277.444	
% de ações em relação ao total	81,88%	0,01%	18,11%	
Resultado por ação básico (R\$)	4,06	4,47	4,47	

(b) Diluído

Em 31 de dezembro de 2021, com base no saldo passivo referente ao empréstimo compulsório, foi simulada a diluição com incremento de 25.069.829 ações preferenciais B no lucro por ação, conforme apresentado abaixo.

31/12/2021					
Numerador	Ordinárias	Preferencial A	Preferenciais B Convertidas	Preferencial B	Total
Lucro atribuível a cada classe de ações	4.479.305	562	96.059	1.070.214	5.646.141
Lucro do Exercício	4.479.305	562	96.059	1.070.214	5.646.141
Denominador					
	Ordinárias	Preferencial A	Preferenciais B - Convertidas	Preferencial B	
Média ponderada da quantidade de ações em mil	1.288.843	147	25.127	279.941	
% de ações em relação ao total	80,85%	0,01%	1,58%	17,56%	
Resultado por ação diluído (R\$)	3,48	3,82	3,82	3,82	

31/12/2020					
Numerador	Ordinárias	Preferencial A	Preferenciais B Convertidas	Preferencial B	Total
Lucro atribuível a cada classe de ações	5.018.390	647	98.415	1.221.236	6.338.688
Lucro do Exercício	5.018.390	647	98.415	1.221.236	6.338.688
Denominador					
	Ordinárias	Preferencial A	Preferenciais B - Convertidas	Preferencial B	
Média ponderada da quantidade de ações em mil	1.254.102	147	22.358	277.444	
% de ações em relação ao total	80,99%	0,01%	1,41%	17,59%	
Resultado por ação diluído (R\$)	4,00	4,40	4,40	4,40	

Prática contábil

Para a obtenção do resultado básico por ação, a Eletrobras divide o lucro ou prejuízo atribuível aos titulares de ações ordinárias da Eletrobras pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas (excluídas as mantidas em tesouraria) durante o período. No caso de balanço consolidado, o lucro ou prejuízo atribuível à Companhia se refere à parcela da Controladora. Desta forma, é excluído as participações dos não controladores.

Já para a obtenção do resultado diluído por ação, a Eletrobras presume o exercício de opções, bônus de subscrição e outros potenciais efeitos diluidores. Sendo seu único efeito diluidor, a conversão do empréstimo compulsório. Os valores presumidos provenientes desses instrumentos são considerados como recebidos da emissão de ações ao preço médio de mercado das ações durante o exercício.

Notas Explicativas

De acordo com a política de dividendos, as ações preferenciais possuem direito assegurado (por ação) de superioridade de pelo menos 10% na distribuição de Dividendos e/ou Juros Sobre Capital Próprio quanto às ações ordinárias.

NOTA 40 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Geração				
Suprimento	-	-	15.261.475	14.425.819
Fornecimento	-	-	3.334.527	2.661.499
CCEE (a)	1.426.062	204.379	3.090.100	1.176.156
Receita de operação e manutenção	-	-	4.220.474	3.982.409
Receita de construção	-	-	82.205	37.800
Repasse Itaipu	65.831	(13.566)	65.831	(13.566)
	1.491.893	190.813	26.054.612	22.270.117
Transmissão				
Receita de operação e manutenção	-	-	5.967.866	5.443.107
Receita de construção (b)	-	-	1.535.840	778.202
Receita financeira contratual (c)	-	-	9.946.626	6.026.214
	-	-	17.450.332	12.247.523
Outras receitas	145.773	77.540	925.906	710.591
	1.637.666	268.353	44.430.850	35.228.231
(-) Deduções à Receita Operacional				
(-) ICMS	-	-	(1.124.432)	(995.304)
(-) PASEP e COFINS	(271.841)	28.683	(3.657.952)	(3.310.459)
(-) Encargos setoriais	-	-	(2.022.289)	(1.832.748)
(-) Outras Deduções (inclusive ISS)	-	-	(9.936)	(9.207)
	(271.841)	28.683	(6.814.609)	(6.147.718)
Receita operacional líquida	1.365.825	297.036	37.616.241	29.080.513

(a) No exercício de 2021, a Eletrobras comercializou R\$ 1.426.062 correspondente a 1.116 GWh (234 GWh no exercício de 2020) no mercado de curto prazo da CCEE a título de importação de energia.

(b) A elevação da receita de construção no segmento de transmissão em 2021, em comparação com a do mesmo exercício de 2020, se deve, principalmente, às reestimativas de evolução da execução dos empreendimentos de transmissão em curso e às autorizações da ANEEL, realizadas no exercício, de RAPs para empreendimentos de transmissão concluídos.

(c) A elevação da receita financeira contratual decorre, majoritariamente, do aumento dos indexadores de correção dos contratos com atualização baseado no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA. Em 2021 a correção pelo IPCA alcançou 9,63% e em 2020, alcançou 4,38%.

Prática contábil

Os contratos de concessão de transmissão foram considerados como ativos contratuais e registrados de acordo com a norma CPC 47/IFRS 15. As receitas operacionais são reconhecidas conforme as orientações do CPC 47/IFRS 15 – Receita de contrato com clientes.

A norma estabelece que a receita deve ser reconhecida quando a entidade transfere o controle de bens ou serviços para os clientes, pelo valor que a entidade espera ter direito a receber.

Receita do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA

Na relação estabelecida entre a Eletrobras e os agentes/fornecedores do PROINFA, a Companhia conclui que os fornecedores detêm o controle da energia que geram ou têm capacidade de gerar e transferem diretamente para os consumidores o controle da energia, sem interferência significativa da Eletrobras. Portanto, neste caso, a Eletrobras não tem condições de determinar ou de interromper o fornecimento

Notas Explicativas

de energia, exceto se o fornecedor não atender as condições de credenciamento estabelecidas pela regulação que criou o PROINFA. Neste sentido, com base nos requerimentos contidos no CPC 47/IFRS 15, a Companhia concluiu que atua como agente, pois não chega a obter o controle dos bens ou serviços que são subsequentemente vendidos ao consumidor, conforme apresentado acima, havendo assim uma modificação no papel da Eletrobras. Considerando as mudanças conceituais no modelo de "riscos e benefícios" da norma CPC 30/IAS 18, principalmente a desconsideração do risco de crédito e a menor ênfase quanto à responsabilidade da Eletrobras pela aceitação quanto à fonte de energia gerada e capacitação do fornecedor credenciado por ela, a partir de 1º de janeiro de 2018, as receitas, custos e receitas financeiras dessas operações estão sendo apresentadas líquidas na mesma linha na demonstração de resultados, não impactando o resultado da Eletrobras.

Venda de energia e serviços**Geração**

A receita de venda de energia é reconhecida quando é provável que os benefícios econômicos associados às transações fluirão para a Companhia; o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; os riscos e os benefícios relacionados à venda foram transferidos para o comprador; os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade; e a Companhia não detém mais o controle e a responsabilidade sobre a energia vendida.

Para as concessões de geração prorrogadas à luz da Lei nº 12.783/2013, houve a alteração do regime de preço para tarifa, com revisão tarifária periódica nos mesmos moldes já aplicados à atividade de transmissão até então. A tarifa é calculada com base nos custos de operação e manutenção, acrescidos da taxa adicional de receita de 10%, sendo contabilizada a receita para cobertura dos gastos de operação e manutenção com base no custo incorrido.

Transmissão

De acordo com o contrato de concessão, uma transmissora de energia é responsável por transportar a energia elétrica até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho:

- a) construir; e
- b) manter e operar a infraestrutura.

À medida que são cumpridas as obrigações de desempenho, a companhia registra as receitas de acordo com a natureza da obrigação concluída. A companhia entende que a obrigação de construir o empreendimento de transmissão é satisfeita no decorrer da fase de construção, com isso, as receitas de construção são registradas de acordo com os custos de construção incorridos.

NOTA 41 – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	CONTROLADORA					
	31/12/2021			31/12/2020		
	Custos	Despesas	Total	Custos	Despesas	Total
Pessoal	-	(326.349)	(326.349)	-	(417.369)	(417.369)
Material	-	(504)	(504)	-	(1.155)	(1.155)
Serviços	-	(224.573)	(224.573)	-	(238.680)	(238.680)
Energia comprada para revenda	(1.273.156)	-	(1.273.156)	(175.124)	-	(175.124)
Depreciação e amortização	-	(11.852)	(11.852)	-	(12.813)	(12.813)
Doações e contribuições	-	(87.399)	(87.399)	-	(105.174)	(105.174)
(Provisões)/Reversões operacionais (41.1)	-	(12.254.011)	(12.254.011)	-	(3.608.305)	(3.608.305)
Outros	-	(257.986)	(257.986)	-	(169.354)	(169.354)
Total	(1.273.156)	(13.162.674)	(14.435.830)	(175.124)	(4.552.850)	(4.727.974)

Notas Explicativas



	CONSOLIDADO					
	31/12/2021			31/12/2020		
	Custos	Despesas	Total	Custos	Despesas	Total
Pessoal	(2.292.487)	(2.980.557)	(5.273.044)	(2.105.497)	(2.637.355)	(4.742.852)
Material	(262.336)	(40.971)	(303.307)	(228.815)	(44.849)	(273.664)
Serviços	(973.358)	(976.731)	(1.950.089)	(975.210)	(987.662)	(1.962.872)
Energia comprada para revenda	(4.259.957)	-	(4.259.957)	(2.400.358)	-	(2.400.358)
Recuperação de custos - adesão ao risco hidrológico (a)	4.265.889	-	4.265.889	-	-	-
Encargos sobre uso da rede elétrica	(2.461.443)	-	(2.461.443)	(2.500.315)	-	(2.500.315)
Combustível para produção de energia elétrica	(2.338.395)	-	(2.338.395)	(2.092.135)	-	(2.092.135)
Construção	(1.395.066)	-	(1.395.066)	(966.443)	-	(966.443)
Depreciação e amortização	(1.908.548)	(172.911)	(2.081.459)	(1.697.005)	(165.864)	(1.862.869)
Doações e contribuições	-	(164.696)	(164.696)	-	(167.408)	(167.408)
(Provisões)/Reversões operacionais (41.1)	177.482	(15.070.521)	(14.893.039)	(302.563)	(7.070.988)	(7.373.551)
Indenizações perdas e danos	-	-	-	-	(651.407)	(651.407)
Outros	(512.830)	(1.135.154)	(1.647.984)	(158.679)	(1.219.043)	(1.377.722)
Total	(11.961.049)	(20.541.541)	(32.502.590)	(13.427.020)	(12.944.576)	(26.371.596)

(a) A variação no exercício corresponde, principalmente, à extensão dos prazos das concessões de usinas/complexos hidrelétricos, em razão da repactuação do risco hidrológico, nos termos da Lei nº 14.052/2020, registrada em recuperação de custos, em contrapartida ao ativo intangível. Mais informações vide notas 3 e 22.

41.1 - Provisões/Reversões Operacionais

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Contingências (a)	(10.902.242)	(2.642.394)	(13.046.713)	(4.187.904)
(Provisão)/Reversão para perdas em investimentos	(66.760)	(513.817)	(20.712)	(679.801)
Provisão para Implantação de Ações - Empréstimo Compulsório (b)	(107.652)	(345.393)	(107.652)	(345.393)
PECLD - Financiamentos e empréstimos (c)	(638.894)	(139.237)	(638.894)	(139.237)
PECLD - Consumidores e revendedores (d)	-	-	110.282	(804.865)
Provisão ANEEL - CCC (e)	(580.342)	(63.525)	(498.630)	(63.525)
Provisão para passivo a descoberto (f)	-	119.223	(705.864)	-
Garantias	25.976	12.395	25.976	12.395
Contratos onerosos	-	-	16.219	(89.053)
Usina Candiota III - Inflexibilidade	-	-	(10.308)	(50.582)
Usina Candiota III - Carvão	-	-	-	(76.345)
Parcela de ajuste RAP (g)	-	-	-	(223.881)
Provisão para redução de estoques de Combustíveis (h)	-	-	(126.286)	-
GAG melhoria	-	-	(29.268)	(177.588)
Impairment de ativos de longo prazo (i)	-	-	475.406	(441.664)
Provisão para depósitos judiciais (j)	-	-	(233.908)	-
Outras	15.903	(35.557)	(102.687)	(106.108)
	(12.254.011)	(3.608.305)	(14.893.039)	(7.373.551)

(a) A variação no exercício refere-se, principalmente, a uma provisão no montante de R\$ 10.896.956 referente aos processos relacionados ao empréstimo compulsório. Vide nota 34.

(b) A variação no montante de R\$ 237.741, refere-se à Provisão para Implantação de Ações de Empréstimo Compulsório é devido à atualização do valor do passivo pelo valor de mercado das ações preferenciais B e do montante equivalente aos proventos não prescritos, para maiores detalhes nota explicativa 28.

(c) A variação refere-se substancialmente a provisão realizada no exercício de 2021, no valor de R\$ 620.089 relacionada aos contratos de serviço da dívida com a Amazonas Energia, maiores detalhes na nota 11.

(d) A variação no exercício corresponde, principalmente, à reversões de provisão para créditos de liquidação duvidosa dos recebíveis da Roraima Energia S.A. no montante de R\$ 520.757, da CEA no valor de R\$ 134.129 e a constituição de provisão adicional no valor de R\$ 450.223, dos recebíveis da Amazonas Energia S.A., mais informações vide nota 10.

(e) A variação no exercício refere-se ao complemento de provisão em conexão com emissão das notas técnicas da ANEEL nº 106/2021, 111/2021 e 152/2021 referente ao resultado do segundo período de fiscalização dos créditos de CCC assumidos das empresas Energisa Rondonia - Distribuidora de Energia S.A., Energisa Acre - Distribuidora de Energia S.A. e Roraima Energia S.A. no processo de privatização das distribuidoras, vide nota 15.

(f) A variação no exercício refere-se ao reconhecimento da provisão para passivo a descoberto em

Notas Explicativas



Furnas no montante de R\$ 705.864, oriundo do valor futuro de aporte na proporção da sua participação na investida Madeira Energia S.A. – MESA, controladora integral da Santo Antonio Energia impactada pelo procedimento arbitral. Maiores informações, vide nota 20.

- (g) A variação refere-se à conclusão da revisão dos custos de administração, operação e manutenção, de 1º de julho de 2018 para 1º de julho de 2020, ocorrido no processo de revisão tarifária do contrato de concessão 057/2001 pela controlada CGT Eletrosul.
- (h) A constituição da provisão do estoque de carvão, no exercício de 2021, no valor de R\$ 126.286, refere-se a perspectiva de não recuperabilidade até o término do atual contrato. Vide nota 16.
- (i) No exercício de 2021 destacamos como principais eventos o reconhecimento do *impairment* no montante de R\$ 258.261 na UTE Candiota e as reversões no valor de R\$ 149.105 na UHE Batalha, R\$ 123.390 na UTE Santa Cruz e R\$100.428 no Complexo Eólico Pindai. Maiores informações, vide nota 23.
- (j) A constituição de provisão para perdas no montante de R\$ 233.908 por parte da Chesf, no qual a controlada revisitou seu processo de análise e conciliação dos saldos de depósitos judiciais em relação às informações emitidas pelas instituições financeiras. No processo, não foi possível identificar a totalidade dos montantes registrados referentes aos depósitos, sendo necessário a constituição de provisão retificando o saldo dos depósitos registrados no ativo.

NOTA 42 – RESULTADO FINANCEIRO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receitas Financeiras				
Receitas de juros, comissões e taxas	937.275	1.367.694	692.767	863.828
Receita de aplicações financeiras	291.494	695.384	637.001	972.602
Acréscimo moratório sobre energia elétrica	69.273	1.525	325.943	341.672
Receita de juros sobre dividendos	224.481	202.548	-	-
Outras receitas financeiras	215.680	177.028	482.707	343.688
	<u>1.738.203</u>	<u>2.444.179</u>	<u>2.138.418</u>	<u>2.521.790</u>
Despesas financeiras				
Encargos de dívidas	(1.445.438)	(1.700.741)	(2.740.371)	(2.853.532)
Encargos sobre arrendamentos	(4.859)	(5.562)	(449.295)	(367.234)
Remuneração para Fundo de Descomissionamento de Usinas Termonucleares	(78.680)	(405.281)	-	-
Encargos sobre recursos de acionistas	(3.276)	(23.814)	(3.826)	(81.766)
Outras despesas financeiras	(935.710)	(636.777)	(1.161.874)	(962.160)
	<u>(2.467.963)</u>	<u>(2.772.175)</u>	<u>(4.355.366)</u>	<u>(4.264.692)</u>
Itens financeiros, líquidos				
Variações monetárias	(99.149)	148.200	(161.648)	283.376
Variações cambiais	(306.439)	21.099	(403.569)	(544.137)
Derivativos	-	-	725.826	332.017
	<u>(405.588)</u>	<u>169.299</u>	<u>160.609</u>	<u>71.256</u>
Resultado Financeiro	<u>(1.135.348)</u>	<u>(158.697)</u>	<u>(2.056.339)</u>	<u>(1.671.646)</u>

Prática Contábil

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando a taxa de câmbio vigente na data das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da conversão pela taxa de câmbio do fim do período são reconhecidos no resultado como despesa ou receita financeira.

São registrados também os juros dos passivos de arrendamentos, os efeitos dos encargos dos títulos de dívidas sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, e os ganhos e perdas referente as aplicações financeiras. Maiores informações sobre as práticas contábeis das transações citadas podem ser observadas nas respectivas notas explicativas.

Notas Explicativas



NOTA 43 – OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ressarcimento do ativo imobilizado em curso - AIC (a)	588.786	-	588.786	-
Reembolso da ineficiência - CCC (b)	621.968	-	621.968	-
Outras receitas e despesas operacionais	-	-	-	16.134
Total	1.210.754	-	1.210.754	16.134

(a) Ressarcimento do ativo imobilizado em curso – AIC

Quando da realização da modelagem de venda das distribuidoras, somente os ativos imobilizados em serviço – AIS contidos no laudo de avaliação de ativos, na data base de fevereiro de 2017, foram utilizados no *valuation* da nova concessão de 30 anos. No entanto, na mesma data base, as distribuidoras da Eletrobras continham AIC, que não foram precificados. Dessa forma, o TCU determinou a inclusão, no Edital de Venda e no Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, de dispositivo que permitisse o compartilhamento com a Eletrobras de benefícios futuros do reconhecimento, pela ANEEL, desse AIC na Base de Remuneração Líquida das distribuidoras. Ficou assegurado à Eletrobras o direito a ser ressarcida no valor correspondente a 50% do saldo do AIC, existente na data-base de fevereiro de 2017, e reconhecido pela ANEEL na Base de Remuneração Regulatória Líquida - BRR das distribuidoras na primeira revisão tarifária após a desestatização.

Em setembro de 2021, o Conselho de Administração da Eletrobras deliberou pela aprovação do valor apurado do AIC ressarcível da Energisa Acre, Amazonas Energia S.A. e Roraima Energia S.A., somadas às aprovações ocorridas em abril de 2021, do valor apurado do AIC ressarcível da Equatorial Alagoas e Equatorial Piauí. Posteriormente, as cinco distribuidoras, tiveram seus Contratos de Ressarcimento assinados entre os meses de setembro e novembro de 2021.

Considerando o reconhecimento do AIC na BRR das distribuidoras pela ANEEL citada anteriormente e as assinaturas dos contratos de ressarcimento, a Eletrobras reconheceu o montante de R\$ 588.786, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Empresas	Montante	Condições de recebimento
Equatorial Alagoas	61.327	Parcela única, em até 30 dias da celebração do Contrato; ou Parcelas mensais, com amortizações no prazo de 60 meses, sendo a primeira paga no dia 30 após celebração do Contrato.
Equatorial Piauí	44.939	Parcela única, em até 30 dias da celebração do Contrato; ou Parcelas mensais, com amortizações no prazo de 60 meses, sendo a primeira paga no dia 30 após celebração do Contrato.
Energisa Acre	43.524	Parcelas mensais com amortizações no prazo de 60 meses, sendo a primeira paga no dia 20 do mês subsequente a celebração do Contrato.
Amazonas Energia	419.959	Em parcelas mensais, com amortizações no prazo de 36 meses, sendo a primeira paga no dia 16 do mês subsequente ao da celebração do Contrato e as demais parcelas no dia 16 de cada mês subsequente ao pagamento da primeira parcela.
Roraima Energia	19.037	Em parcelas mensais, com amortizações no prazo de 36 meses, sendo a primeira paga no dia 16 do mês subsequente ao da celebração do Contrato e as demais parcelas no dia 16 de cada mês subsequente ao pagamento da primeira parcela.
Total	588.786	

Notas Explicativas**(b) Reembolso da ineficiência – CCC**

Em novembro de 2018, foi promulgada a Medida Provisória nº 855 que traz no *caput* do artigo 5º que a ANEEL deverá reconhecer, para fins de reembolso da CCC, o custo total da infraestrutura de transporte dutoviário, conectada a empreendimentos de geração termelétrica. Adicionalmente, ainda na vigência da citada Medida Provisória, a Diretoria Colegiada da ANEEL deliberou através do Despacho nº 898/2019 o pagamento relativo às despesas, de julho de 2009 até abril de 2016, comprovadas e não reembolsadas pro força das exigências de eficiência econômica e energética da Lei nº 12.111/2009 no montante histórico de R\$ 1.357.795. Em julho de 2021 foi sancionada a Lei nº 14.182 que, para fins de apuração do valor adicionado dos novos contratos de concessão de geração de energia decorrentes do processo de desestatização da Eletrobras, serão consideradas a dedução dos referidos créditos da ineficiência do combustível incorridos até 30 de junho de 2017. Vide as notas 1 e 15.

Em outubro de 2021, foi emitida a nota técnica nº 202/2021-SFF-SFG-SRG/ANEEL que detalhou o montante dos créditos relativos às despesas comprovadas com aquisição de combustível pela distribuidora Amazonas Energia S.A., quanto ao período de maio de 2016 a junho de 2017 (combustível líquido) e de julho de 2016 a junho de 2017 (combustível gás), porém não reembolsados pela CCC, decorrentes das exigências de eficiência econômica e energética, em atendimento à Lei nº 14.182/2021, que trata da desestatização da Eletrobras. A nota técnica apurou os custos das competências restantes da distribuidora, ou seja, de maio de 2016 até junho de 2017 quanto ao combustível líquido e de julho de 2016 até junho de 2017 quanto ao combustível gás, resultando no reconhecimento nesse exercício do montante de R\$ 620.263.

Adicionalmente, a Boa Vista Energia remensurou os valores a serem reembolsados pela CCC a título de ineficiência econômica e energética com base no prazo adicional de 14 meses instituído pela Lei nº 14.182/2021, resultando no reconhecimento nesse exercício do montante de R\$ 1.705.

NOTA 44 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS**44.1- Gestão do Risco de Capital**

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. As aquisições e vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à exposição líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos, apresentados na nota 26, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - TVM (sem considerar o caixa restrito e TVM restrito), apresentados nas notas 6 e 8. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

	CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020
Total dos empréstimos, financiamentos e debêntures	44.015.645	47.002.033
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(192.659)	(286.607)
(-) Títulos e Valores Mobiliários	(15.873.853)	(13.993.294)
Exposição líquida	27.949.133	32.722.132
(+) Total do Patrimônio Líquido	76.244.552	73.751.294
Total do Capital	104.193.685	106.473.426
Índice de Alavancagem Financeira	27%	31%

Notas Explicativas



44.2 – Classificação por categoria de instrumentos financeiros

Os saldos contábeis de certos ativos e passivos financeiros representam uma aproximação razoável do valor justo. A Companhia usa a seguinte classificação para enquadrar os seus instrumentos financeiros e seus respectivos níveis:

	Nível	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
ATIVOS FINANCEIROS					
Custo amortizado		17.887.165	23.678.987	21.126.404	26.388.667
Empréstimos e financiamentos		10.455.906	17.134.396	5.843.527	10.924.899
Direitos de Ressarcimento		6.270.571	5.583.447	6.396.234	5.588.131
Ativo Financeiro - Geração		-	-	2.172.162	2.096.717
Ativo Financeiro - Itaipu		428.865	455.820	428.865	455.820
Clientes		719.906	481.109	6.088.056	7.033.556
Caixa e equivalentes de caixa		7.384	21.630	192.659	286.607
Títulos e Valores Mobiliários		4.533	2.585	4.901	2.937
Valor justo por meio do resultado		8.475.825	9.814.177	19.268.020	16.371.727
Títulos e Valores Mobiliários	2	6.420.112	8.060.350	15.868.952	13.990.357
Fundo para descomissionamento	2	2.055.713	1.753.827	2.055.713	1.753.827
Instrumentos Financeiros Derivativos	2	-	-	1.343.355	627.543
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes		1.774.539	2.011.911	1.878.609	2.093.279
Investimentos (Participações Societárias)	1	1.774.539	2.011.911	1.878.609	2.093.279
PASSIVOS FINANCEIROS					
Custo amortizado		26.842.699	30.133.767	50.491.870	53.687.417
Empréstimos, financiamentos e debêntures		24.605.138	27.998.275	44.015.645	47.002.033
Passivo Financeiro - Itaipu		578.626	-	578.626	-
Obrigações de ressarcimento		836.744	1.373.656	859.003	1.640.767
Fornecedores		773.858	705.908	4.048.087	3.920.607
Arrendamentos		48.333	55.928	903.484	1.053.194
Concessões a Pagar UBP		-	-	87.025	70.816
Valor justo por meio do resultado		-	-	-	10.014
Instrumentos Financeiros Derivativos	2	-	-	-	10.014

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora. E os preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Eletrobras e suas controladas é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais classificados como valor justo por meio de resultado ou através de outros resultados abrangentes anteriormente classificados como títulos para negociação ou disponíveis para venda.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde estão disponíveis e confia o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Notas Explicativas



Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros (nível 2) incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- O valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado; e
- O valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente.

Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, que são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes (nível 3), e o risco de crédito das contrapartes das operações de *swaps*.

44.3 - Gestão de Riscos Financeiros

No exercício de suas atividades a Companhia é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Companhia.

Para a gestão de riscos financeiros, a Eletrobras definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela Administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida definidos para os fluxos econômico-financeiros.

As análises de sensibilidade abaixo foram elaboradas tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Tratam-se, portanto, de projeções baseadas em avaliações de cenários macroeconômicos, não significando que as transações terão os valores apresentados no prazo de análise considerado.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

44.3.1 - Risco de taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia ter seus demonstrativos econômico-financeiros impactados por flutuações nas taxas de câmbio. A Companhia apresenta exposição a riscos financeiros que causam volatilidade nos seus resultados bem como em seu fluxo de caixa. A Companhia apresenta exposição entre ativos e passivos indexados à moeda estrangeira, em especial ao dólar norte americano.

A Companhia possui uma Política de *Hedge* Financeiro cujo objetivo é monitorar e mitigar a exposição às variáveis de mercado que impactem ativos e passivos da Eletrobras e de suas controladas, reduzindo assim os efeitos de flutuações indesejáveis destas variáveis em suas demonstrações financeiras.

A referida política, portanto, visa que os resultados da Companhia reflitam fielmente o seu real desempenho operacional e que o seu fluxo de caixa projetado apresente menor volatilidade.

Considerando as diferentes formas de se realizar o *hedge* dos descasamentos apresentados pela Companhia, a Política elenca uma escala de prioridades, priorizando a solução estrutural, e, apenas para os casos residuais, adoção de operações com instrumentos financeiros derivativos.

As operações com derivativos financeiros, quando realizadas, não podem caracterizar alavancagem financeira ou operação de concessão de crédito a terceiros.

Notas Explicativas



a) Composição dos saldos em moeda estrangeira e análise de sensibilidade

Risco de apreciação das taxas de câmbio

		CONSOLIDADO				
		Saldo em 31/12/2021		Efeito no resultado		
		Moeda Estrangeira	Reais	Cenário I - Provável 2021 ¹	Cenário II (+25%) ¹	Cenário III (+50%) ¹
	Empréstimos e financiamentos	(1.439.182)	(8.031.354)	(272.726)	(2.348.746)	(4.424.766)
USD	Empréstimos concedidos	123.445	688.883	23.395	201.464	379.533
	Ativo financeiro - Itaipu	125.006	697.587	23.698	204.019	384.340
	Impacto no resultado	(1.190.731)	(6.644.884)	(225.633)	(1.943.263)	(3.660.893)
	EURO					
	Empréstimos e financiamentos	(45.592)	(288.187)	(14.339)	(89.970)	(165.602)
	Impacto no resultado	(45.592)	(288.187)	(14.339)	(89.970)	(165.602)
	Impacto no resultado das taxas de câmbio			(239.972)	(2.033.233)	(3.826.495)
(1) Premissas adotadas:		31/12/2021	Provável	+25%	+50%	
	USD	5,58	5,77	7,21	8,66	
	EURO	6,32	6,64	8,29	9,95	

44.3.2 - Risco de taxa de juros

Esse risco está associado à possibilidade da Companhia de contabilizar perdas em razão de oscilações das taxas de juros de mercado, impactando seus demonstrativos pela elevação das despesas financeiras, relativas a contratos de captação externa, principalmente referenciados à taxa *Libor*.

A Companhia monitora a sua exposição à taxa *Libor* e contrata operações de derivativos para minimizar esta exposição, conforme Política de *Hedge* Financeiro.

Composição dos saldos por indexador e análise de sensibilidade

Nos quadros a seguir foram considerados cenários para índices e taxas, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Para a análise de sensibilidade utilizou-se como cenário provável para 31 de dezembro de 2021 previsões e/ou estimativas baseadas fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do Relatório Focus, divulgado pelo Banco Central, e *Economic Outlook*, publicado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE.

Em todos os cenários foi utilizada a cotação provável do dólar para converter para reais o efeito no resultado dos riscos atrelados à oscilação da *LIBOR*. Nesta análise de sensibilidade está sendo desconsiderado qualquer efeito cambial em decorrência de eventual apreciação ou depreciação do cenário provável da cotação do dólar. O impacto da apreciação do cenário provável da cotação do dólar está apresentado no item (a.1) desta nota.

a.1) *LIBOR*

Risco de apreciação das taxas de juros

		CONSOLIDADO				
		Saldo da dívida/Valor Ncional em 31/12/2021		Efeito no resultado		
		Em USD	Em reais	Cenário I - Provável 2021 ¹	Cenário II (+25%) ¹	Cenário III (+50%) ¹
LIBOR	Empréstimos e financiamentos	(75.530)	(421.496)	(1.040)	(1.300)	(1.559)
	Impacto no resultado	(75.530)	(421.496)	(1.040)	(1.300)	(1.559)
(1) Premissas adotadas:		31/12/2021	Provável	25%	50%	
	LIBOR	0,34%	1,38%	1,72%	2,06%	

Notas Explicativas



a.2) Indexadores nacionais

Risco de apreciação das taxas de juros

		CONSOLIDADO			
		Saldo em 31/12/2021	Efeito no resultado		
			Cenário I - Provável 2021 ¹	Cenário II (+25%) ¹	Cenário III (+50%) ¹
CDI	Empréstimos, financiamentos e debêntures	(13.219.492)	(1.671.842)	(2.089.803)	(2.507.763)
	Impacto no resultado	(13.219.492)	(1.671.842)	(2.089.803)	(2.507.763)
SELIC	Empréstimos, financiamentos e debêntures	(5.583.969)	(711.956)	(889.945)	(1.067.934)
	Ressarcimento AIC	588.786	75.070	93.838	112.605
	Impacto no resultado	(4.995.183)	(636.886)	(796.107)	(955.329)
TJLP	Empréstimos, financiamentos e debêntures	(5.168.140)	(314.223)	(392.779)	(471.334)
	Impacto no resultado	(5.168.140)	(314.223)	(392.779)	(471.334)
IGPM	Empréstimos concedidos	241.090	13.395	16.744	20.093
	Passivo de arrendamento	(903.484)	(50.198)	(62.747)	(75.297)
	Impacto no resultado	(662.394)	(36.803)	(46.003)	(55.204)
Impacto no resultado dos índices			(2.659.754)	(3.324.692)	(3.989.630)
(1) Premissas adotadas:		31/12/2021	Provável	+25%	+50%
	CDI	9,15%	12,65%	15,81%	18,97%
	SELIC	9,25%	12,75%	15,94%	19,13%
	TJLP	5,32%	6,08%	7,60%	9,12%
	IGPM	16,58%	5,56%	6,95%	8,33%

Risco da depreciação das taxas de juros

		CONSOLIDADO			
		Saldo em 31/12/2021	Efeito no resultado		
			Cenário I - Provável 2021 ¹	Cenário II (-25%) ¹	Cenário III (-50%) ¹
IPCA	Empréstimos, financiamentos e debêntures	(4.885.610)	272.392	204.294	136.196
	Empréstimos concedidos	116.253	(6.482)	(4.861)	(3.241)
	Direito de ressarcimento	5.813.512	(324.126)	(243.095)	(162.063)
	Impacto no resultado	1.044.155	(58.216)	(43.662)	(29.108)
Impacto no resultado dos índices			(58.216)	(43.662)	(29.108)
(1) Premissas adotadas:		31/12/2021	Provável	-25%	-50%
	IPCA	9,63%	5,58%	4,18%	2,79%

44.3.3 - Risco de crédito

Esse risco decorre da possibilidade de a Eletrobras e suas controladas incorrerem em perdas resultantes da dificuldade de realização de seus recebíveis de clientes, bem como da inadimplência de instituições financeiras contrapartes em operações.

A Eletrobras, através de suas controladas, atua nos mercados de geração e transmissão de energia elétrica amparada em contratos firmados em ambiente regulado. A Companhia busca minimizar seus riscos de crédito através de mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes e, quando aplicável, através de fianças bancárias.

Em relação aos recebíveis de empréstimos concedidos, vide nota 11, exceto pelas operações financeiras com a controlada em conjunto Itaipu, cujo risco de crédito é baixo em função da inclusão dos custos dos empréstimos na tarifa de comercialização de energia da controlada em conjunto, conforme definido nos termos do Tratado Internacional firmado entre os Governos do Brasil e do Paraguai, a concentração de risco de crédito com qualquer outra contraparte individualmente não foi superior a 39% do saldo em aberto.

Notas Explicativas



As disponibilidades excedentes de caixa são aplicadas em fundo extra mercado, conforme normativo específico do Banco Central do Brasil. Esse fundo é composto na sua totalidade por títulos públicos custodiados na SELIC, havendo exposição a risco de crédito menor em relação aos demais instrumentos.

Em eventuais relações com instituições financeiras, a Companhia tem como obrigação a realização de aplicações das suas disponibilidades financeiras somente com a Caixa Econômica Federal e com o Banco do Brasil S.A., seguindo a Resolução nº 3.284 do Banco Central do Brasil. Esses bancos possuem baixo risco, e com seus *ratings* revisados por agências de classificações de risco de crédito.

A Companhia possui a norma sobre credenciamento de instituições financeiras para fins de realização de operações com derivativos. Esta norma define critérios em relação a porte, *rating* e *expertise* no mercado de derivativos, para que sejam selecionadas as instituições que poderão realizar operações com a Companhia.

A Companhia monitora o risco de crédito de suas operações de *swap*, mas não contabiliza este risco de descumprimento (*non-performance*) no saldo de valor justo de cada derivativo porque, com base na exposição líquida ao risco de crédito, a Companhia pode contabilizar o seu portfólio de *swaps* dado uma transação não forçada entre as partes na data de avaliação. A Companhia considera o risco de descumprimento apenas para a análise do teste retrospectivo para cada relação designada para Contabilidade de *Hedge*.

Adicionalmente, a Companhia está exposta ao risco de crédito com relação a garantias financeiras concedidas a Bancos pela Controladora e controladas. A exposição máxima da Companhia corresponde ao valor máximo que a Companhia terá de pagar caso a garantia seja executada e consta na Nota 26.3.

44.3.4 - Risco de liquidez

As necessidades de liquidez da Eletrobras e suas controladas são de responsabilidade das áreas financeira e de captação de recursos, que atuam alinhadas no monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazo, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar obrigações e inclui os respectivos juros contratuais relacionados, quando aplicável.

	CONTROLADORA				
	31/12/2021				
	Fluxo de pagamento				
	Até 1 Ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)					
Mensurados ao Custo Amortizado	7.308.413	3.244.713	12.919.852	9.938.965	33.411.943
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.688.004	3.234.164	12.881.673	9.936.517	31.740.358
Obrigações de Ressarcimento	836.744	-	-	-	836.744
Fornecedores	773.858	-	-	-	773.858
Arrendamentos	9.807	10.549	38.179	2.448	60.983

	CONTROLADORA				
	31/12/2020				
	Fluxo de pagamento				
	Até 1 Ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)					
Mensurados ao Custo Amortizado	10.959.365	4.787.289	10.887.782	7.853.030	34.487.466
Empréstimos, financiamentos e debêntures	8.869.828	4.777.082	10.851.556	7.835.998	32.334.464
Obrigações de Ressarcimento	1.373.656	-	-	-	1.373.656
Fornecedores	705.908	-	-	-	705.908
Arrendamentos	9.973	10.207	36.226	17.032	73.438

Notas Explicativas



	CONSOLIDADO				
	31/12/2021				
	Fluxo de pagamento				
	Até 1 Ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)					
Mensurados ao Custo Amortizado	14.802.340	9.068.371	20.021.202	19.627.075	63.518.988
Empréstimos, financiamentos e debêntures	9.674.220	8.693.204	19.650.487	19.413.779	57.431.690
Fornecedores	4.031.532	16.555	-	-	4.048.087
Obrigações de Ressarcimento	859.003	-	-	-	859.003
Arrendamentos	232.215	351.395	355.101	75.248	1.013.959
Concessões a Pagar UBP	5.370	7.217	15.614	138.048	166.249

	CONSOLIDADO				
	31/12/2020				
	Fluxo de pagamento				
	Até 1 Ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)					
Mensurados ao Custo Amortizado	19.443.434	8.885.947	15.101.480	16.174.660	59.605.521
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13.678.958	8.798.046	14.756.060	15.580.546	52.813.610
Fornecedores	3.904.051	16.556	-	-	3.920.607
Obrigações de Ressarcimento	1.618.508	22.259	-	-	1.640.767
Arrendamentos	237.055	44.423	332.794	545.449	1.159.721
Concessões a Pagar UBP	4.862	4.663	12.626	48.665	70.816

44.4 – Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos

A análise a seguir estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de *stress* dos principais fatores de risco de mercado que impactam os instrumentos financeiros derivativos.

- Provável: O cenário provável foi definido como o valor justo dos derivativos em 31 de dezembro de 2021;
- Cenário I e II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco associadas; e
- Cenário III e IV: Estimativa do valor justo considerando uma apreciação de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco associadas.

Derivativo embutido	Provável	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV
Fornecimento de energia elétrica	1.343.355	1.007.516	671.678	1.679.194	2.015.033

As análises de sensibilidade foram elaboradas tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Trata-se, portanto, de projeções baseadas em avaliações de cenários macroeconômicos, não significando que as transações terão os valores apresentados no prazo de análise considerado.

44.4.1 - Fornecimento de energia elétrica

Este instrumento financeiro derivativo refere-se a um contrato de longo prazo para fornecimento de energia elétrica com a Alumínio Brasileiro S.A. – Albrás, a receita desse contrato de longo prazo está associada ao pagamento de um prêmio atrelado ao preço internacional do alumínio, cotado na *London Metal Exchange* – LME), este cálculo inclui o conceito de *cap and floor band*, relacionado ao preço do alumínio cotado na LME, cujo quais foram realizadas análises de sensibilidade dos contratos de fornecimento de energia dos consumidores eletrointensivos.

O prêmio decorrente do contrato de venda de energia, avaliados suas características, pode ser considerado como um componente de um contrato híbrido (combinado), que inclui um contrato não derivativo que o abriga. Esse prêmio faz parte do contrato principal e possui características específicas de correção associadas à flutuação do preço do alumínio no mercado internacional e ainda pela variação na cotação do dólar. Assim, o prêmio é considerado um derivativo embutido, pois a sua precificação deriva do preço do alumínio que é definido neste caso como o ativo básico, também conhecido como ativo subjacente.

O contrato celebrado com a Albrás possui data inicial em 01 de julho de 2004 e seu vencimento está para 31 de dezembro de 2024. O volume médio contratado era de 750 MW e passou para 800MW após janeiro de 2007.

Notas Explicativas



O cálculo do prêmio do contrato inclui o conceito de *cap and floor band*, relacionado ao preço do alumínio cotado na LME. O preço máximo e mínimo da LME está limitado a US\$ 2.773,21/ton e US\$ 1.450/ton, respectivamente.

Desta forma, foi sensibilizada para tais contratos híbridos uma variação sobre o preço do prêmio auferido, vide item 44.4. Os componentes de volatilidade do prêmio basicamente são: preço do alumínio primário na LME, câmbio e CDI.

Prática Contábil

Reconhecimento e mensuração:

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Eletrobras, ou uma de suas controladas, for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, posteriormente, mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo, seguindo as regras do CPC 48/IFRS 9.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

- Ativos financeiros

Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidos e baixados na data de negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Todos os ativos financeiros reconhecidos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, posteriormente, mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

a) Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao Valor Justo ao Resultado – VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

b) Um instrumento de dívida é mensurado ao Valor Justo a Outros Resultados Abrangentes – VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes – ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Notas Explicativas



c) Os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como mensurados ao valor justo por meio de resultado. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração.

Avaliação sobre os fluxos de caixa contratuais:

Para fins de avaliação se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamento de principal e de juros, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são compostos somente de pagamentos de principal e juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém termo contratual que poderá mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

- Passivos financeiros

Os passivos financeiros, que incluem os empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar, são mensurados inicialmente pelo valor justo e posteriormente pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidas no resultado.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e prêmios pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

A Companhia baixa passivos financeiros somente quando as obrigações da Companhia são extintas e canceladas ou quando expiram.

Contratos de garantia financeira:

Contrato de garantia financeira consiste em contrato que requer que o emitente efetue pagamentos especificados a fim de reembolsar o detentor por perda que incorrer devido ao fato de o devedor especificado não efetuar o pagamento na data prevista, de acordo com as condições iniciais ou alteradas de instrumento de dívida.

Essas estimativas são definidas com base na experiência e no julgamento da Administração da Eletrobras. As taxas recebidas são reconhecidas com base no método linear ao longo da vida da garantia (Nota 26.2). Qualquer aumento de obrigações em relação às garantias é apresentado, quando ocorrido, nas despesas operacionais (Nota 41).

Instrumentos financeiros derivativos:

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de taxa de juros e câmbio, incluindo contratos *swaps* de taxa de juros.

Notas Explicativas



Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo, na data de contratação, e são posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de *hedge*; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de *hedge*.

Contabilização de *hedge*:

A Companhia possui política de contabilização de *hedge* e os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo, na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

NOTA 45 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

Os segmentos de negócios da Companhia divulgados separadamente são:

- Geração, cujas atividades consistem na geração de energia elétrica e a venda de energia para empresas de distribuição e para os consumidores livres, e comercialização;
- Transmissão, cujas atividades consistem na transmissão de energia elétrica; e
- Administração, cujas atividades representam principalmente a gestão de caixa da Companhia, o gerenciamento do empréstimo compulsório e a gestão de negócios em SPEs, cujo monitoramento e gestão é feito de forma distinta dos investimentos corporativos.

As informações consolidadas por segmento de negócios, correspondentes a 31 de dezembro de 2021 e 2020, são as seguintes:

	31/12/2021				Total
	Administração	Geração	Transmissão	Eliminações	
Receita Operacional Líquida	368.517	21.964.238	15.731.910	(448.424)	37.616.241
Custos Operacionais	(54.046)	(9.247.244)	(3.089.194)	429.435	(11.961.049)
Despesas Operacionais	(18.035.403)	(1.665.498)	(859.629)	18.989	(20.541.541)
Remensurações regulatórias - Contratos de Transmissão	-	-	4.858.744	-	4.858.744
Resultado Oper. Antes do Resultado Financeiro	(17.720.932)	11.051.496	16.641.831	-	9.972.395
Resultado Financeiro					(2.056.339)
Resultado de Participações Societárias					1.867.546
Outras receitas e despesas					1.210.754
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido					(5.280.723)
Lucro Líquido no Período					5.713.633

	31/12/2020				Total
	Administração	Geração	Transmissão	Eliminações	
Receita Operacional Líquida	305.324	18.708.084	10.438.928	(371.823)	29.080.513
Custos Operacionais	(255.702)	(10.085.165)	(3.435.658)	349.505	(13.427.020)
Despesas Operacionais	(8.982.617)	(2.747.007)	(1.237.270)	22.318	(12.944.576)
Remensurações regulatórias - Contratos de Transmissão	-	-	4.228.338	-	4.228.338
Resultado Oper. Antes do Resultado Financeiro	(8.932.995)	5.875.912	9.994.338	-	6.937.255
Resultado Financeiro					(1.671.646)
Resultado de Participações Societárias					1.670.903
Outras receitas e despesas					16.134
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido					(565.333)
Lucro Líquido do Período					6.387.313

A coluna de eliminação apresenta os ajustes ocorridos entre os segmentos da Companhia, conciliando os saldos divulgados por cada segmento. Não existem reconciliações provenientes de diferenças de prática contábil.

Notas Explicativas



Receita operacional líquida, após eliminações, por segmento:

	31/12/2021				31/12/2020			
	Geração	Transmissão	Administração	Total	Geração	Transmissão	Administração	Total
Suprimento	15.261.475	-	-	15.261.475	14.425.819	-	-	14.425.819
Fornecimento	3.334.527	-	-	3.334.527	2.661.499	-	-	2.661.499
CCEE	3.090.100	-	-	3.090.100	1.176.156	-	-	1.176.156
Receita de O&M	4.220.474	5.967.866	-	10.188.340	3.982.409	5.443.107	-	9.425.516
Receita de construção	82.205	1.535.840	-	1.618.045	37.800	778.202	-	816.002
Repasse Itaipu	65.831	-	-	65.831	(13.566)	-	-	(13.566)
Receita contratual	-	9.946.626	-	9.946.626	-	6.026.214	-	6.026.214
Outras receitas operacionais	462.473	73.371	390.062	925.906	306.877	79.557	324.157	710.591
Deduções Receitas operacionais	(4.774.857)	(1.999.218)	(40.534)	(6.814.609)	(4.218.416)	(1.888.152)	(41.150)	(6.147.718)
Total da receita operacional líquida	21.742.228	15.524.485	349.528	37.616.241	18.358.578	10.438.928	283.007	29.080.513

Receita Intersegmento

	31/12/2021			31/12/2020		
	Administração	Geração	Total	Administração	Geração	Total
Suprimento (venda) de Energia Elétrica do segmento de geração	-	222.010	222.010	-	349.505	349.505
Receita de juros do segmento de geração	63.628	-	63.628	173.163	-	173.163
Receita de juros do segmento de transmissão	212.976	-	212.976	361.959	-	361.959
Total	276.604	222.010	498.614	535.122	349.505	884.627

Ativos não circulantes por segmento

	31/12/2021				31/12/2020			
	Administração	Geração	Transmissão	Total	Administração	Geração	Transmissão	Total
Imobilizado	1.726.464	31.641.517	-	33.367.981	1.555.229	31.107.683	-	32.662.912
Intangível	517.240	4.472.844	2.092	4.992.176	354.540	294.318	2.092	650.950
Total	2.243.704	36.114.361	2.092	38.360.157	1.909.769	31.402.001	2.092	33.313.862

Itens que não afetam o caixa por segmento

	31/12/2021			31/12/2020			
	Administração	Geração	Total	Administração	Geração	Transmissão	Total
Depreciação e Amortização	135.619	1.945.840	2.081.459	105.866	1.757.003	-	1.862.869
Constituição (Reversão) de Contrato Oneroso	-	(16.219)	(16.219)	-	93.112	(4.059)	89.053
Provisão p/ valor recuperável dos ativos (<i>impairment</i>)	-	475.406	475.406	(62.498)	(379.166)	-	(441.664)
Total	135.619	2.405.027	2.540.646	43.368	1.470.949	(4.059)	1.510.258

Prática contábil

Segmentos operacionais da Companhia são definidos como componentes que:

- exercem atividades das quais podem obter receitas e incorrer em despesas;
- cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração para tomar decisões sobre os recursos a serem alocados aos segmentos e avaliar seu desempenho; e
- para os quais existem informações financeiras.

Na apuração dos resultados segmentados são consideradas as transações realizadas com terceiros, incluindo empreendimentos controlados em conjunto e coligadas, e as transferências entre os segmentos. As transações entre segmentos operacionais são determinadas por preços e condições definidas entre as partes, que levam em consideração os termos aplicados às transações com partes não relacionadas, sendo essas transações eliminadas, fora dos segmentos operacionais, para fins de conciliação das informações segmentadas com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Notas Explicativas



NOTA 46 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Dentre as principais operações ocorridas com partes relacionadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, destacamos os empréstimos e financiamentos concedidos estabelecidos de acordo com a legislação específica sobre o assunto.

46.1 – Principais transações ocorridas em 2021

Partes Relacionadas	Data da Operação	Objeto do Contrato	Valor da transação
Eletronorte, Furnas, Chesf e Telebras	11/02/2021 (Eletronorte); 12/02/2021 (Furnas e Chesf)	Terceiro termo de aditamento ao contrato de cessão de uso da infraestrutura do sistema de transmissão de energia elétrica e de fibras ópticas, a serem disponibilizadas, e outras avenças, que tem como objeto a cessão de uso, a título oneroso, de infraestrutura do sistema de transmissão de energia elétrica, bem como de fibras ópticas contidas nos cabos OPGW (<i>Optical Ground Wire</i>) instalados nas linhas de transmissão de propriedade da Eletronorte, Chesf e Furnas.	73.082 - Eletronorte; 88.443 - Furnas; e 66.027 - Chesf.
Eletrobras, Petrobras, Breitener Tambaqui e Breitener Jaraqui	07/04/2021	Acordo judicial contemplando 7 ações movidas por Breitener Tambaqui e Breitener Jaraqui, em conjunto ou separadamente, em face de Amazonas Energia e Eletrobras, esta última na qualidade de responsável solidária. Vide nota 26.2.	436.025
Eletrobras, Eletronorte e Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA)	11/05/2021	Novação da Dívida da CEA junto a Eletronorte com a finalidade de auxiliar a viabilização do processo de licitação da concessão de distribuição de energia elétrica associada à transferência de controle da Distribuidora, conforme regulado pela Lei n.º 12.783/2013, pelo Decreto n.º 9.192/2017, e pelas condições aprovadas pela Portaria Interministerial nº 02/2021, emitida em conjunto pelo Ministério de Minas e Energia e Ministério da Economia. Vide nota 10.	306.182
Eletrobras, Banco do Brasil e Banco do Brasil Banco de Investimentos	12/05/2021	Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com esforços restritos, em regime de garantia firme, para a 3ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, da Eletrobras. Vide nota 26.	675.000
Eletronuclear e BNDES	21/05/2021	Primeiro termo de aditamento ao contrato de estruturação de projetos que tem por finalidade a prestação de serviços técnicos de estruturação do modelo jurídico, econômico, e operacional de parceria junto à iniciativa privada para construção, manutenção e exploração da Usina Nuclear Angra 3.	129.246
CGT Eletrosul e Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-T)	21/05/2021	Aquisição pela CGT Eletrosul de 49% da participação detida pela CEEE-T na Fronteira Oeste Transmissora de Energia S.A. (FOTE).	83.101
Furnas e Banco da Amazônia (BASA)	17/08/2021	Contratação de operação de crédito através de emissão de Cédula de Crédito Bancário, sendo a taxa de juros 122,84% do CDI a.a., vide nota 26.	200.000
Furnas e Banco do Brasil (BB)	17/08/2021	Contratação de operação de crédito através de emissão de Nota de Crédito à Exportação, sendo a taxa de juros CDI + 2,25% a.a., vide nota 26.	600.000
Eletrobras e SPE Chapada do Piauí II	25/10/2021	Emissão de Fiança bancária por instituição financeira de mercado (Fiador) como uma garantia a ser prestada ao credor do contrato de financiamento da SPE Chapada do Piauí II, de acordo com obrigação previamente estabelecida no âmbito deste contrato de financiamento. A Eletrobras prestará contragarantia corporativa (Garantia Fidejussória) ao Fiador, garantindo as obrigações da SPE Chapada do Piauí II em caso de inadimplemento desta, viabilizando assim a emissão da fiança bancária. Vide nota 26.2.	84.280
CGT Eletrosul e Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-T)	25/11/2021	Conforme o Contrato Definitivo de Compra e Venda de Ações (CDCVA), a CGT Eletrosul pagou à CEEE-T o valor de R\$ 217.551, tendo sido realizada a respectiva transferência das ações no Livro de Registro e Transferência de Ações da TSLE.	217.551
Eletrobras, Furnas, CGT Eletrosul, SPE Teles Pires e BNDES	08/12/2021	Aditivo a Contrato de Financiamento com o objetivo de formalizar a adesão da Beneficiária às condições do programa de <i>Standstill</i> promovido pelo BNDES. O programa de <i>standstill</i> supracitado está inserido entre as medidas emergenciais disponibilizadas pelo BNDES ao mercado desde março de 2020 para o enfrentamento dos efeitos adversos financeiros da pandemia do coronavírus.	571.000
Furnas e SPE Mata de Santa Genebra Transmissora S.A. (MSG)	10/12/2021	3ª emissão de debêntures simples e não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em três séries, no montante de até R\$ 1.500.000 da MSG. A Escritura desta emissão de debêntures estabelece que haverá prestação de garantias por Furnas no âmbito desta emissão, no limite de sua participação acionária na Sociedade que corresponde a 49,9%. Vide nota 26.2.	748.500
Chesf e Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social (Fachesf).	26/12/2021	Termo de Atualização de Compromisso Atuarial de Saldamento de Plano Fechado (em regime de extinção), tem por objeto determinar que o valor do compromisso atuarial assumido no contrato originário pela Patrocinadora passe a ser de R\$ 1.594.265, a preços de 31 de dezembro de 2020, relativo à parcela da Reserva de Benefícios Concedidos, não coberta pelo patrimônio, nos termos do item 101 e seus subitens do Regulamento do Plano de Benefício Definido (BD) da Fachesf.	1.594.265
Eletrobras e Eletronorte	29/12/2021	Celebração de Termo de Renegociação de Dívidas, oriundas de obrigações financeiras da Eletronorte com a Eletrobras, no valor total de R\$ 1.849.138.	1.849.138

Notas Explicativas



46.2 - Transações com Entidades Governamentais

Além das operações com a União, a Eletrobras mantém transações com outras entidades governamentais, sob controle comum, no curso de suas operações. Os saldos das principais transações com estas entidades estão resumidos a seguir:

NATUREZA DA OPERAÇÃO	CONSOLIDADO					
	31/12/2021			31/12/2020		
	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
Direito de Ressarcimento						
Poder Público Federal	6.396.234	-	-	5.588.131	-	-
Cauções e depósitos vinculados - Poder Público Federal						
FIDC Infinity DI	29.323	-	-	89.501	-	-
Empréstimos e Financiamentos a Pagar - Poder Público Federal (a)						
Banco do Brasil	-	2.036.300	-	-	2.505.777	-
Caixa Econômica Federal	-	3.878.939	-	-	4.769.371	-
BNDES	-	5.126.501	-	-	5.245.281	-
Reserva Global de Reversão	-	1.950.629	-	-	2.314.672	-
BNB	-	1.053.997	-	-	-	-
Petrobras	-	5.527.830	-	-	7.121.333	-
FINEP	-	52.465	-	-	69.992	-
BASA	-	357.049	-	-	-	-
FIDC Infinity DI	-	28.269	-	-	326.778	-
Obrigações de Ressarcimento - Poder Público Federal (b)						
Tesouro Nacional - Itaipu	-	4.151.585	-	-	5.306.972	-
Despesas Financeiras - Poder Público Federal						
Banco do Brasil	-	-	(60.629)	-	-	(37.113)
Caixa Econômica Federal	-	-	(32.667)	-	-	(40.692)
BNDES	-	-	(45.665)	-	-	(25.718)
BNB	-	-	(63.225)	-	-	-
Petrobras	-	-	(262.797)	-	-	-
BASA	-	-	(5.968)	-	-	-
FINEP	-	-	(2.342)	-	-	(2.822)
FIDC Infinity DI	-	-	(17.678)	-	-	(29.822)
Receitas Financeiras - Poder Público Federal						
FIDC Infinity DI	-	-	3.215	-	-	1.829
Total	6.425.557	24.163.564	(487.756)	5.677.632	27.660.176	(134.338)

A seguir, identificam-se as principais transações com outras entidades governamentais:

(a) Empréstimos e financiamentos a pagar:

- Reforço de caixa e capital de giro

Empréstimo entre Banco do Brasil – BB e Furnas: Os contratos de empréstimos entre Furnas o BB tem como destinação dos recursos o reforço de caixa e do capital de giro.

- Aplicações na Usina Angra 3

Empréstimo entre CEF e Eletronuclear: Contrato entre a Eletronuclear e a CEF (contrato principal) para financiamento complementar de Angra 3, referente à importação de equipamentos e serviços.

Empréstimo entre o BNDES e Eletronuclear: Contrato de financiamento entre o BNDES e a Eletronuclear, com interveniência da Eletrobras destinados à implantação da usina Angra 3.

- Reserva Global de Reversão – RGR:

A Eletrobras era responsável pela gestão de recursos setoriais da RGR e outros. Em conformidade com a Lei nº 13.360/2016, regulamentada pelo Decreto nº 9.022/2017, e com o Despacho da ANEEL nº 1.079, de 18 de abril de 2017, a responsabilidade pelo orçamento, gestão e movimentação desses Fundos Setoriais foi transferida para a CCEE, desde 1º de maio de 2017.

- Operações com Petrobras:

Com a venda da controlada Amazonas Energia S.A, tornou-se eficaz a cessão de direitos da Amazonas Energia S.A. para a Eletrobras, referentes à CCC e a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, reconhecidos nas Demonstrações Financeiras da Distribuidora. A Eletrobras assumiu obrigações em valores equivalentes como empréstimos adquiridos, conforme condições estabelecidas na Resolução nº 20 do CPPI, de 08 de novembro de 2017 e alterações posteriores.

Notas Explicativas



Garantia dos empréstimos:

A participação da Eletrobras como garantidora de empréstimos tomados por suas controladas pode ser observada em maiores detalhes na nota 26.2.

(b) Obrigações de ressarcimento – Itaipu:

Ativos (passivos) financeiros indenizáveis decorrentes da concessão Itaipu, maiores detalhes na nota 18, item b.

46.3 - Transações com controladas, controladas em conjunto e coligadas - Controladora

Abaixo se encontram resumidas as transações comerciais e respectivos saldos com partes relacionadas da Controladora:

	Saldos e Transações por Natureza - Controladora					
	31/12/2021			31/12/2020		
	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
Empréstimos e financiamentos (a)	5.301.263	-	-	10.506.018	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital (b)	3.932.463	-	-	1.223.108	-	-
Dividendo a receber	5.013.710	-	-	4.683.178	-	-
Créditos com Controladas - CCD's (c)	1.974.022	-	-	2.230.317	-	-
Outros Ativos	114.618	-	-	107.964	-	-
Provisões	-	849.766	-	-	1.129.242	-
Fundo de Descomissionamento	-	2.055.713	(78.680)	-	1.842.034	(405.281)
Outros Passivos	-	62.525	-	-	-	-
Receitas de Juros, Comissões, Taxas e Variação Cambial (d)	-	-	808.438	-	-	3.099.448
Taxas	-	-	(3.783)	-	-	(4.001)
Total	16.336.076	2.968.004	725.975	18.750.585	2.971.276	2.690.166

	Saldos e Transações por Entidade - Controladora					
	31/12/2021			31/12/2020		
	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
Controladas						
Furnas	1.666.119	-	195.093	2.039.113	-	192.291
Eletronorte (e)	6.518.079	-	(113.454)	4.139.400	-	408.757
Amazonas GT (e)	-	-	-	2.270.943	-	130.984
Eletronuclear (f)	4.221.566	2.118.238	11.187	1.784.950	1.842.034	(280.524)
CGT Eletrosul	1.648.759	-	120.129	1.823.618	-	18.092
Chesf	1.299.219	-	143.551	1.801.006	-	78.052
Eletropar	5.330	-	109	9.448	-	88
	15.359.072	2.118.238	356.615	13.868.478	1.842.034	547.740
Controladas em conjunto e coligadas						
Itaipu Binacional	732.954	-	596.346	4.241.949	-	2.120.648
Fundação Eletrobrás de Seguridade Social – Eletros	-	849.766	(3.783)	-	1.129.242	(4.001)
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	-	-	-	157.993	-	19.015
Lajeado Energia S.A.	101.320	-	-	100.280	-	-
CEB Lajeado S.A.	17.270	-	-	12.150	-	-
Paulista Lajeado Energia S.A.	5.371	-	-	15.202	-	-
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D	76	-	406	10.270	-	770
Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT	-	-	-	15.897	-	-
Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T (g)	19.961	-	-	-	-	-
Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica - CEEE-G (g)	18.598	-	-	-	-	-
Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. - CTEEP	81.452	-	1	236.193	-	5.978
Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE	2	-	-	92.173	-	-
Rouar	-	-	342	-	-	16
	977.004	849.766	593.312	4.882.107	1.129.242	2.142.426
Total	16.336.076	2.968.004	949.927	18.750.585	2.971.276	2.690.166

A seguir, identificam-se as condições das principais transações realizadas com partes relacionadas da Controladora:

(a) Empréstimos e financiamentos:

Itaipu Binacional

Conforme convencionado no Tratado de Itaipu, os recursos necessários aos estudos, construção e operação da central elétrica e das obras e instalações auxiliares, serão supridos pela Eletrobras e pela *Administración Nacional De Electricidad* – ANDE, ou obtidos pela Itaipu mediante a operação de crédito. Os principais contratos firmados com a Eletrobras são relativos a:

- Refinanciamento dos saldos devedores vencidos e a vencer de toda a dívida da Itaipu por contratos de financiamentos com a Eletrobras;
- Financiamento do custo dos investimentos remanescentes do Plano de Conclusão de Obras;
- Financiamento da instalação das duas últimas unidades geradoras da Itaipu; e

Notas Explicativas



- Cobertura do custo total do Programa de Investimentos Complementares – PIC.

CGT Eletrosul

Os financiamentos cedidos pela Eletrobras destinaram-se à viabilização da construção da UTE Candiota III (Fase C) e, também, para viabilizar as compras de energia que a controlada CGT Eletrosul necessitou nos últimos anos.

- (b) Adiantamentos para futuros aumentos de capital: As informações referentes aos AFAC estão demonstradas na nota 19;
- (c) Outros ativos: Cessão de Crédito – Eletronorte: Referente aos créditos da CCC de determinadas distribuidoras transferidos à Eletrobras que serão pagos pela controlada Eletronorte, corrigidos até a data do pagamento. O total atualizado desses créditos em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 1.974.022 (R\$ 2.147.136 em 31 de dezembro de 2020);
- (d) Receitas de juros, comissões, taxas e variação cambial: Partes desses valores são referentes aos encargos financeiros sobre empréstimos de acordo com a nota 26 e parte refere-se à variação cambial decorrente das operações de Itaipu, cujos detalhes encontram-se na nota 18;
- (e) A Eletrobras realizou no exercício aportes na Eletronuclear, por meio de novos adiantamentos para futuro aumento de capital, para posterior integralização de capital. Para maiores informações, vide nota 19;
- (f) Em julho de 2021 a Amazonas GT foi incorporada pela Eletronorte; e
- (g) A Coligada Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – “CEEE GT” foi cindida entre a Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica – “CEEE T” e a Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica – “CEEE G” em abril de 2021.

46.4 - Transações com coligadas e controladas em conjunto – Consolidado

Abaixo se encontram resumidas as transações comerciais e respectivos saldos com partes relacionadas do consolidado:

	Saldos e Transações por Natureza - Consolidado					
	31/12/2021			31/12/2020		
	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
Clientes	72.415	-	-	59.147	-	-
Contas a receber	2.436	-	-	20.628	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	1.540	-	-
Dividendos / JCP a receber	425.888	-	-	333.997	-	-
Empréstimos e financiamentos	688.884	-	-	4.296.503	-	-
Outros Ativos	106.679	-	-	48.649	-	-
Fornecedores	-	46.382	-	-	44.279	-
Provisões	-	849.766	-	-	1.129.242	-
Contribuições previdenciárias	-	18.797	-	-	-	-
Contratos de dívidas atuariais	-	891.726	-	-	-	-
Obrigações diversas	-	9.933	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	17.310	-	-	-	-
Contas a pagar	-	141.914	-	-	29.877	-
Outros passivos	-	216	-	-	1.901	-
Receita de uso de Energia Elétrica	-	-	206.983	-	-	394.725
Receita de venda de energia	-	-	146.987	-	-	85.315
Receitas de prestação de serviços	-	-	111.445	-	-	116.580
Outras receitas	-	-	313.405	-	-	12.649
Compra de Energia Elétrica	-	9.222	(821.623)	-	-	(809.451)
Encargos de Uso da Rede	-	-	(51.517)	-	-	(93.536)
Taxas	-	-	(3.783)	-	-	(4.001)
Outras Despesas	-	-	(438.426)	-	-	(327.528)
Receitas de Juros, Comissões e Taxas e Variação Cambial	-	-	373.142	-	-	2.140.449
Receitas Financeiras	-	-	691	-	-	437
Despesas Financeiras	-	-	(11.679)	-	-	-
Despesas atuariais	-	-	(56.712)	-	-	-
Total	1.296.302	1.985.266	(231.087)	4.760.464	1.205.299	1.515.639

Notas Explicativas



Saldos e Transações por Entidade - Consolidado

	31/12/2021			31/12/2020		
	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
Associação de Assistência à Saúde - ELOSAÚDE	-	108	(30.248)	-	-	-
Baguari Energia S.A.	6.538	-	101	355	-	450
Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. - BMTE	37.964	3.187	17.672	34.674	2.738	(50.568)
Brasil Ventos Energia S.A.	-	-	92	-	-	-
Caldas Novas Transmissão S.A.	1.905	2	728	483	2	692
CEB Lajeado S.A.	17.270	-	-	12.150	-	-
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D	76	-	406	10.270	-	770
Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica - CEEE-G	18.598	-	-	-	-	-
Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T	19.961	-	-	-	-	-
Chapecoense Geração S.A.	740	-	-	740	-	-
Companhia Energética Sinop S.A. - SINOP	834	411	(1.219)	1.071	772	(5.207)
Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A. - CHTP	4.030	17.906	(161.037)	4.996	17.221	(149.448)
Centro de Soluções Estratégicas S.A.	-	-	-	1.697	-	3.445
Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. - CTEEP	81.452	-	-	-	-	-
Empresa de Energia São Manuel S.A.	1.049	2.738	(6.976)	1.446	3.440	(95.137)
Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE	2	-	-	92.174	-	-
Energia Olímpica S.A.	-	-	-	-	-	(1.673)
Energética Águas das Pedras S.A. - EAPSA	22.187	-	-	-	-	-
Enerpeixe S.A.	420	8.816	(116.938)	12.259	10.249	(112.221)
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	-	-	-	85.838	-	19.015
Energia Sustentável do Brasil S.A. - ESBR	15.121	34.011	(393.843)	15.276	34.380	(368.612)
Foz do Chapecó Energia S.A.	3.356	-	41.712	959	-	11.098
Fronteira Oeste Transmissora de Energia S.A. - FOTE (a)	-	-	473	341	2	428
Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social - ELOS	55	61.091	(46.051)	-	-	-
Fundação CEEE de Seguridade Social	-	-	(2.691)	-	-	-
Fundação Real Grandeza - FRG	934	151.371	(314.129)	-	-	-
Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - Eletros (b)	-	849.766	(3.783)	-	1.129.242	(4.001)
Goiás Transmissão S.A.	10.594	157	(1.744)	8.146	134	(1.607)
Interligação Elétrica Garanhuns S.A. - IE Garanhuns	14.453	480	(3.484)	8.055	263	(3.404)
Interligação Elétrica do Madeira S.A. - IE Madeira	60.238	3.942	(81.643)	5.717	3.719	(139.669)
Itaipu Binacional (c)	732.954	-	372.394	4.241.949	-	2.120.648
Lago Azul Transmissão S.A.	838	10	(4.549)	132	9	6.514
Lajeado Energia S.A.	101.318	-	-	100.280	-	-
Madeira Energia S.A. - MESA	-	-	66.373	-	-	9.796
Manaus Construtora LTDA	31.495	-	-	23.298	-	-
Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.	13.999	663	44.705	438	659	(128.619)
MGE Transmissão S.A.	10.518	112	(898)	5.634	78	(720)
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. - NBTE (d)	-	-	-	80	605	(7.738)
Norte Energia S.A. - NESA	31.549	-	198.154	39.854	-	171.256
NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social	-	849.525	(11.878)	-	-	-
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	4.997	359	(4.116)	6.163	338	(3.834)
Paulista Lajeado Energia S.A.	5.371	-	-	-	-	-
Retiro Baixo Energética S.A.	7.072	-	-	5.083	-	-
Rouar	-	-	342	-	-	16
Santo Antônio Energia S.A.	12.737	-	198.268	19.725	811	230.628
Serra Facão Energia S.A.	2.281	-	(1.983)	-	-	68
Sistema de Transmissão Nordeste S.A. - STN	9.896	368	509	344	365	(1.514)
Tijó Participações e Investimentos S.A.	7.152	-	11.407	1.187	-	12.524
Transenergia Goiás S.A.	50	31	2.459	46	28	2.003
Transenergia São Paulo S.A.	2.691	31	(263)	14.760	24	(272)
Transenergia Renovável S.A.	3.435	44	(510)	520	42	(479)
Transnorte Energia S.A.	143	14	689	134	11	764
Triângulo Mineiro Transmissora S.A.	11	58	(1.077)	11	90	(1.108)
Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. - TSLE	-	-	1.544	4.162	17	1.428
Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.	18	65	(55)	17	60	(73)
Total	1.296.302	1.985.266	(231.087)	4.760.464	1.205.299	1.515.639

A seguir, identificam-se as principais transações realizadas com partes relacionadas do consolidado:

(a) A CGT Eletrosul incorporou a FOTE em agosto de 2021;

(b) Eletros - Fundação Eletrobras de Seguridade Social: em 31 de dezembro de 2021, o saldo das provisões de benefícios aos empregados totaliza R\$ 849.766 (R\$ 1.129.242 em 31 de dezembro de 2020);

(c) Itaipu: Estão atrelados ao empréstimo descritos na nota 11 (a), as receitas de juros, comissões, taxas e variação cambial decorrem principalmente dos encargos financeiros e pela variação cambial das operações de Itaipu, cujos detalhes podem ser observados na nota 18; e

(d) Em 2021 a Controlada Eletronorte alienou totalmente sua participação na Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.

Notas Explicativas

46.4.1 - Abaixo se encontram as principais transações significativas acerca do uso de rede de transmissão, compra de energia ou prestação de serviços:

Enerpeixe S.A.: Contratos de compra de energia como estratégia de mitigação dos efeitos do GSF na Companhia;

Energia Sustentável do Brasil S.A.: Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão e compra de energia, bem como o contrato bilateral de ACL, relativo à compra de energia, com início de vigência em 1º de março de 2013 e fim da vigência em 15 de janeiro de 2035, com volume contratado médio de 107,596 MW méd;

Norte Energia S.A.: Contrato de prestação dos serviços de manutenção e operação das usinas Belo Monte e Pimentel, e disponibilização das redes de transmissão;

Santo Antônio Energia S.A.: Contratos celebrados para disponibilização e uso do sistema de transmissão e compra de energia em decorrência do agravamento do risco hidrológico; e

Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A.: Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão e compra de energia, bem como cobrança do uso da rede do sistema de transmissão.

Informações referentes aos empréstimos cedidos pela Eletrobras às suas controladas, controladas em conjunto e coligadas estão demonstradas na nota 11.

Prática contábil

A Companhia elimina nas demonstrações contábeis consolidadas, as transações e os saldos intercompanhias existentes com partes relacionadas, exceto em relação àqueles entre Eletrobras e suas controladas mensuradas ao valor justo por meio do resultado.

De acordo com sua política, a Companhia pode realizar transações com partes relacionadas para aproveitar sinergias e alcançar eficiência operacional, melhorando assim, seu resultado conjuntamente considerado. Sendo realizadas a preços e condições definidos entre as partes, que levam em consideração as condições que poderiam ser praticadas no mercado com partes não relacionadas, garantindo que não haja negócios que beneficiem exclusivamente uma das parte.

Os processos negocial e decisório devem ser efetivos, independentes e dotados de comutatividade ou de pagamento compensatório adequado. Assim, evita-se o favorecimento indevido da parte relacionada em detrimento do interesse da sociedade.

46.5 - Remuneração do pessoal chave

A remuneração do pessoal chave da Companhia (membros da Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal) é como segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Benefícios de curto prazo	8.894	8.572	37.921	38.903
Benefícios pós-emprego	436	444	436	444
Outros benefícios de longo prazo	1.296	383	1.296	383
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho	-	-	-	41
Total	10.626	9.399	39.653	39.771

Notas Explicativas

A remuneração máxima, mínima e média dos dirigentes, empregados e conselheiros pode ser observada abaixo:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Remuneração de dirigentes				
Maior remuneração de administradores	52	52	84	72
Menor remuneração de administradores	50	50	25	25
Remuneração média de administradores	51	51	40	38
Remuneração de empregados				
Maior remuneração de empregados	64	58	77	93
Menor remuneração de empregados	5	4	2	2
Remuneração média de empregados	18	16	13	12

Prática contábil

As remunerações totais dos dirigentes e dos empregados da Companhia têm por base as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, do Ministério da Economia, e pelo Ministério de Minas e Energia, nos quais são divulgadas a maior remuneração, a menor remuneração e a remuneração média de cada uma dessas categorias.

NOTA 47 – ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Geração	289.331	289.331	387.690	289.331
Total de ativos classificados como mantidos para venda	289.331	289.331	387.690	289.331
Geração	-	-	168.381	-
Total de passivos classificados como mantidos para venda	-	-	168.381	-

O quadro abaixo demonstra as SPEs classificadas como mantidas para venda em 31 de dezembro de 2021:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Geração				
Chapada Piauí I	124.484	124.484	124.484	124.484
Chapada Piauí II	164.847	164.847	164.847	164.847
Livramento Holding S.A. (a)	-	-	98.359	-
Total Ativo	289.331	289.331	387.690	289.331
Geração				
Livramento Holding S.A. (a)	-	-	168.381	-
Total Passivo	-	-	168.381	-

(a) Em abril de 2021, foi aprovada a adesão da CGT Eletrosul ao Decreto nº 9.188/2017 para desinvestimento da SPE Livramento.

Os principais ativos e passivos classificados como mantido para venda em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

Geração:

	31/12/2021		
	Eletrobras	CGT Eletrosul	Total
Investimentos	289.331	-	289.331
Outros ativos	-	98.359	98.359
Total de ativos classificados como mantidos para venda	289.331	98.359	387.690
Outros passivos	-	168.381	168.381
Total de passivos classificados como mantidos para venda	-	168.381	168.381

	31/12/2020		
	Eletrobras	CGT Eletrosul	Total
Investimentos	289.331	-	289.331
Total de ativos classificados como mantidos para venda	289.331	-	289.331

47.1 – Alienação da Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. – NBTE

Em junho de 2021, o Conselho de Administração da Eletronorte aprovou a alienação da participação societária na NBTE. Posteriormente, em setembro, foi concluída a operação de venda conjunta (*tag along*) das ações da NBTE, da controlada Eletronorte para a Leovac Participações S.A. - Leovac (pertencente a Ontario Teachers' Pension Plan Board - OTPP). Esta venda conjunta foi originada após a Leovac adquirir 100% das ações da Evoltz Participações S.A., esta última, proprietária de 51% das ações da NBTE. Pela venda, a Eletronorte recebeu o valor de R\$ 740.382, impactando negativamente o resultado em R\$ 108.092.

Prática contábil

Os ativos não circulantes e os grupos de ativos são classificados como mantidos para venda caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando o ativo (ou grupo de ativos) estiver disponível para venda imediata em sua condição atual, sujeito apenas a termos usuais para venda desse ativo (ou grupo de ativos), e sua venda for considerada altamente provável. A Administração deve estar comprometida com a venda, a qual se espera que possa ser concluída dentro de um ano a partir da data de classificação.

Os ativos não circulantes (ou o grupo de ativos) classificados como destinados à venda são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor esperado de alienação.

NOTA 48 – EVENTOS SUBSEQUENTES**48.1. Ressarcimento do ativo imobilizado em curso – AIC**

Em janeiro de 2022, o Conselho de Administração da Eletrobras deliberou pela aprovação do valor apurado do AIC ressarcível da Ceron, atual Energisa Rondônia, no montante de R\$ 121.000. Além disso, também foi aprovada a assinatura do Contrato de Ressarcimento do AIC a ser celebrado pela Eletrobras, distribuidora e Energisa. Conforme definido no Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, a Energisa Rondônia irá realizar o pagamento do valor apurado do AIC ressarcível em 60 parcelas, com o saldo devedor sendo corrigido por 111% da taxa Selic.

48.2. Aumento de capital Eletronorte

Em janeiro de 2022, o Conselho de Administração da Eletrobras aprovou a proposta de aumento do capital social da Eletronorte em R\$1.930.115, mediante a emissão de 13.951.250 novas ações ordinárias nominativas, a serem subscritas e integralizadas pela Eletrobras com as ações ordinárias que detém na Norte Energia S.A. – NESA, equivalente a 15% do capital social. Com a operação citada, a Eletrobras deixará de deter participação direta na NESA e permanecerá com a participação indireta de 49,98%, por meio das controladas Eletronorte e Chesf.

Notas Explicativas



48.3. Convênio Benefício Saúde

Em janeiro de 2022, a Chesf e Fachesf assinaram o 2º Aditivo do Contrato de Convênio CVNE-70.2020.2771.00. O 2º aditivo determina o compartilhamento da estrutura necessária à oferta dos serviços assistenciais, de saúde e de medicina do trabalho, decorrentes do PAP, de responsabilidade da Chesf, e do Fachesf-Saúde, de responsabilidade da Fachesf, bem como dos serviços médicos ambulatoriais. O valor total previsto para execução das atividades discriminadas neste convênio é de R\$ 57.875 e correspondem aos custos inerente às atividades previstas e será despendido durante os 6 meses de execução previstos neste convênio, sendo os valores pagos mensalmente conforme a realização dos serviços contratados.

48.4. Acordo de Leniência

Em fevereiro de 2022, a Companhia aderiu ao Acordo de Leniência para fins de ressarcimento em relação aos empreendimentos dos quais participa, direta ou indiretamente. Abaixo, as empresas da Companhia que estão sendo beneficiadas pelo referido acordo e os respectivos valores a receber, em 16 parcelas anuais a serem corrigidas pela SELIC.

Empresas	Saldo a receber
Eletrobras	9.866
Chesf	9.866
Eletronorte	13.141
Furnas	63.065
Eletronuclear	43.674
Total	139.612

48.5. Retomada das obras - Angra 3

Em fevereiro de 2022, a controlada Eletronuclear assinou o contrato de prestação de serviços que permite a retomada das obras da Usina Nuclear de Angra 3, no âmbito do Plano de Aceleração do Caminho Crítico entre a Eletronuclear e o consórcio formado por Ferreira Guedes, Matricial e ADtranz. Entre as principais medidas que constam no Plano está a conclusão da superestrutura de concreto do edifício do reator de Angra 3. Posteriormente, será realizada a licitação para contratar a empresa ou o consórcio que vai finalizar as obras civis e a montagem eletromecânica da usina.

48.6. Contrato para fornecimento de aerogeradores

Em fevereiro de 2022, a controlada CGT Eletrosul celebrou contratos com a WEG S.A, por meio da WEG Equipamentos Elétricos S.A, para o fornecimento de 72 aerogeradores de 4,2 MW, incluindo logística, montagem e comissionamento, além dos serviços de operação e manutenção, com o valor de aproximadamente R\$ 2.100.000. Estes aerogeradores serão instalados no Parque Eólico Coxilha Negra, totalizando 302,4 MW de capacidade instalada.

48.7. Retificação das Revisões Periódicas de 2018 da RAP

Em fevereiro de 2022, a ANEEL divulgou, por meio da Nota Técnica nº 13/2022-SGT/ANEEL, a retificação dos resultados das revisões periódicas de 2018 da RAP das concessionárias de transmissão prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/2013.

As diferenças financeiras relativas aos ciclos tarifários 2020/2021 e 2021/2022, em função da retificação, serão consideradas na forma de Parcela de Ajuste no ciclo 2022/2023.

Os reflexos das revisões das RAPs serão registrados contabilmente logo após a ANEEL publicar a resolução homologatória para o ciclo 2022/2023, momento em que a Companhia conhecerá os reflexos financeiros definitivos decorrentes da retificação das revisões periódicas de 2018.

Notas Explicativas



48.8. Guerra Rússia x Ucrânia

Em fevereiro de 2022, a Rússia deu início à invasão da Ucrânia, iniciando o conflito entre os dois países. Além dos efeitos diretos originados pela luta bélica, a guerra naturalmente afeta a economia da região envolvida, atingindo, portanto, as operações das empresas que lá atuam. No entanto, a Companhia atualmente, não tem dependência de bens e serviços com entidades situadas na região do conflito, para cumprimento das suas atividades.

Em setembro de 2021, a Eletronuclear e a estatal russa de energia atômica Rosatom celebraram um memorando de entendimento não vinculante para trocar informações sobre novos projetos de usinas nucleares de larga escala. O acordo também inclui intercâmbio de dados sobre pequenos reatores modulares terrestres e flutuantes, ciclo de combustível nuclear, suporte no ciclo de vida de novas usinas, além de extensão da vida útil e desenvolvimento tecnológico relacionado ao setor nuclear. O acordo não abrange nenhum dos projetos atualmente em curso pela Eletronuclear.

O memorando citado é um instrumento meramente de cooperação e troca de informações, não implicando em qualquer compromisso contratual ou financeiro para qualquer uma das partes.

Considerando os relatos acima, a Companhia avalia que o conflito na Ucrânia não trará impactos para os seus custos de aquisição de combustível nuclear.

Notas Explicativas



Rodrigo Limp Nascimento

Presidente

Elvira Cavalcanti Presta

Diretora Financeira e de Relações com Investidores

Luiz Augusto Pereira de Andrade Figueira

Diretor de Gestão e Sustentabilidade

Camila Gualda Sampaio Araújo

Diretora de Governança, Riscos e Conformidade

Márcio Szechtman

Diretor de Transmissão

Pedro Luiz de Oliveira Jatobá

Diretor de Geração

Marcos Lopes

Contador - CRC-RJ 100854/O

Proposta de Orçamento de Capital

CONSELHO FISCAL
527ª Reunião

18.03.2022

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL**ELETROBRAS****Proposta de orçamento de capital para o exercício de 2022.**

O orçamento de capital da Eletrobras no valor total de R\$ 5.712 milhões para o exercício de 2022 foi parte integrante do Plano Diretor de Negócios e Gestão 2022 – 2026 ("PDNG"), aprovado pelo Conselho de Administração em 17 de dezembro de 2021. Dessa forma, a Companhia está propondo a retenção de R\$ 1.112 milhões com base no artigo 196 da Lei 6.404/1976. Como pode ser observado, a aplicação do capital se refere ao reforço de capital de giro consolidado da Companhia, adequando-o ao fluxo de caixa, velocidades e prazos de realização de ativos e liquidação dos passivos, neutralizando eventuais pressões sobre pontualidade e adimplemento de obrigações, inclusive considerando o esforço de redução do endividamento (financiamentos bancários).

Aplicações de Capital e Fontes de Recursos	
	R\$ milhões
Aplicações de Capital	5.712
Fontes de Recursos	5.712
Geração operacional de caixa após impostos	504
Recursos do saldo de caixa e equivalentes existente	4.096
Retenção de Lucros do art. 196 da LSA	1.112

Este Conselho Fiscal, no uso de suas atribuições, opina favoravelmente pelo encaminhamento desta proposta à deliberação da 62ª Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2022.

DOMINGOS ROMEU ANDREATTA
Presidente do Conselho Fiscal

ANTÔNIO EMILIO BASTOS DE AGUIAR FREIRE
Conselheiro

CARLOS EDUARDO TEIXEIRA TAVEIROS
Conselheiro

RAFAEL REZENDE BRIGOLINI
Conselheiro

THAÍS MÁRCIA F. MATANO LACERDA
Conselheira

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independentesobre as demonstrações financeirasindividuais e consolidadasAos Administradores e AcionistasCentrais Elétricas Brasileiras S.A. - EletrobrasOpiniãoExaminamos as demonstrações financeiras individuais da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras e da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).Base para opiniãoNossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.ÊnfaseSituação operacional das empresas controladas em conjuntoConforme mencionado nas Notas 20.3 e 20.7 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as controladas em conjunto Madeira Energia S.A., Norte Energia S.A., Teles Pires Participações S.A., Enerpeixe S.A. e Energia Sustentável do Brasil S.A. apresentam excesso de passivos sobre ativos circulantes em 31 de dezembro de 2021. As circunstâncias das controladas em conjunto demonstram a necessidade de manutenção do suporte financeiro por parte de terceiros, da Companhia e/ou demais acionistas, havendo circunstâncias específicas em que estão previstas obrigações dos sócios estabelecidas em acordos de acionistas. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto. Principais Assuntos de AuditoriaPrincipais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.Porque é um PAA Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria Avaliação do valor recuperável do ativo imobilizado (Notas 21 e 23) e dos investimentos em coligadas e controladas em conjunto (Nota 20) Os relevantes saldos do ativo imobilizado consolidados são compostos, principalmente, pelos custos de construção de usinas de geração hidroelétrica, termoelétrica e nuclear, para os quais uma provisão para redução ao valor recuperável pode ser necessária sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indicarem que seu valor contábil pode não ser recuperável. A avaliação de recuperabilidade é realizada com base em projeções de fluxos de caixa futuros esperados de cada unidade geradora de caixa - UGC à qual os saldos se relacionam.As projeções de fluxo de caixa foram preparadas com base no plano de negócios aprovado pela administração e consideram premissas relacionadas aos resultados das atividades de cada UGC, bem como outras premissas que subsidiam essas projeções.Adicionalmente a Companhia e suas controladas possuem saldos relevantes em investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, para os quais também é feita uma avaliação de valor recuperável com base nas projeções de fluxo de caixa descontados para os respectivos investimentos. Adicionalmente, para os casos em que o saldo contábil da participação é reduzido a zero é feita uma provisão para perdas adicionais nos casos em que a Companhia possui obrigação legal.A utilização de diferentes premissas poderia modificar significativamente os valores recuperáveis apurados pela Companhia e por suas controladas para o ativo imobilizado e os investimentos. Além dos fatores citados acima, e considerando as deficiências de controles identificadas, foi necessário executar testes adicionais a fim de avaliar a integridade e a precisão das informações geradas internamente. Por essa razão, consideramos essa área como foco em nossa auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e a avaliação do ambiente de controles internos dos processos de mensuração do valor recuperável dos investimentos e do ativo imobilizado da Companhia.Avaliamos a governança em torno desse processo, incluindo a aprovação dos orçamentos utilizados nesse cálculo.Avaliamos a razoabilidade das principais premissas operacionais e financeiras utilizadas pela administração, a coerência lógica e aritmética das projeções e envolvemos nossos especialistas em projeções financeiras para revisão da taxa de desconto e do modelo de fluxo de caixa descontado. Adicionalmente, comparamos as projeções anteriores com os resultados auferidos, bem como verificamos os registros contábeis relacionados com a constituição e/ou reversão de perdas do valor recuperável dos ativos.Efetuosos leitura das divulgações efetuadas nas notas explicativas.Avaliamos a existência e mensuração das obrigações legais nos casos em que a Companhia constitui provisão para perdas adicionais para os investimentos em coligadas cujo saldo contábil de participação é reduzido a zero.Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração na mensuração do valor recuperável dos ativos são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidos. Mensuração do ativo contratual de transmissão (Nota 17) O ativo contratual de transmissão refere-se ao direito da Companhia à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão. A mensuração desse ativo requer o exercício de julgamento significativo por parte da administração sobre o cumprimento das obrigações de performance satisfeitas ao longo do tempo.Adicionalmente, por se tratar de ativos de longo prazo, a determinação das margens de lucro esperadas em relação às obrigações de performance e a identificação das taxas de remuneração, que representam o componente financeiro embutido nos fluxos de recebimentos futuros, também requerem o uso de julgamento significativo por parte da administração e afetam a mensuração do valor presente com base nos fluxos de caixa futuro. Consideramos essa área como foco de auditoria pois a utilização de diferentes premissas e sua revisão a partir das melhores práticas no mercado pode modificar significativamente o valor do ativo mensurado pela Companhia. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do ambiente de controles internos relacionados com o processo de mensuração do ativo contratual de concessões das linhas de transmissão de energia elétrica.Efetuosos a leitura dos contratos de concessão e respectivos aditivos (quando aplicável) e discutimos com a administração os principais aspectos, entre eles os componentes variáveis do preço do contrato.Efetuosos teste de consistência dos dados informados da Receita Anual Permitida ("RAP") nos controles auxiliares com os dados constantes nos contratos de transmissão. Adicionalmente, avaliamos as premissas relevantes relacionadas aos fluxos financeiros dos respectivos

contratos, tais como: (i) definição da taxa de remuneração utilizada; e (ii) margem do contrato. Consideramos que as premissas e critérios adotados pela administração são consistentes com as divulgações em notas explicativas e as informações obtidas em nossos trabalhos. Porque é um PAA Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria Contingências cíveis, trabalhistas e fiscais (Nota 34) A Companhia e suas controladas são partes passivas em processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e fiscal originados no curso normal dos negócios. A determinação do valor das provisões e das demais divulgações requeridas, bem como a classificação das probabilidades de perda, exigem julgamento significativo da Companhia e de suas controladas, sendo reavaliados periodicamente conforme o andamento dos processos, nas diversas instâncias judiciais, e da jurisprudência aplicável. Devido à complexidade e incertezas relacionadas aos aspectos legais e constitucionais envolvidos em temas cíveis, trabalhistas e fiscais e a seus possíveis impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, bem como os testes adicionais necessários em decorrência das deficiências de controles internos identificadas, consideramos essa como uma área de foco na nossa auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e avaliação do ambiente de controles internos relacionados à identificação, avaliação, mensuração e divulgação das provisões. Obtivemos confirmação de assessores jurídicos, internos e externos, que patrocinam as causas da Companhia e suas controladas, para obtenção dos dados relacionados à avaliação do prognóstico, completeza das informações e adequação do valor da provisão constituída ou do valor divulgado. Avaliamos, ainda, a governança em torno desse processo e a experiência dos assessores jurídicos internos e externos envolvidos nas ações. Para determinadas causas, com o apoio dos nossos especialistas, obtivemos as opiniões legais dos consultores jurídicos internos e externos, com o objetivo de avaliar a razoabilidade dos prognósticos determinados pelos advogados patronais das respectivas causas, bem como a argumentação e a existência de jurisprudências. Por fim, efetuamos leitura das divulgações apresentadas em nota explicativa. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração para a determinação das provisões são razoáveis e consistentes com as divulgações efetuadas e os dados e informações obtidos. Benefício pós emprego (Nota 33) Em 31 de dezembro de 2021, as obrigações atuariais relacionadas aos planos de benefícios pós emprego patrocinados pela Companhia e suas controladas, líquidas dos ativos do plano, totalizam R\$ 6.085 milhões. A Companhia e suas controladas possuem planos vitalícios de benefício pós emprego, concedidos a funcionários e ex-funcionários, relativos substancialmente a complemento previdenciário. Os planos possuem características de "benefício definido", "contribuição variável" e "benefício saldado", os quais geram passivos relevantes, líquidos dos ativos do plano. Os cálculos das obrigações são efetuados com suporte de atuário independente e consideram premissas atuariais que incluem taxa de desconto, aumento salarial esperado, mortalidade, entre outros, aplicada sobre a base de assistidos total dos referidos planos. Devido ao fato de se tratarem de valores relevantes e que envolvem alto grau de julgamento pela Administração na definição das premissas envolvidas na mensuração das obrigações atuariais dos planos, bem como os testes adicionais necessários em decorrência das deficiências de controles internos identificadas, consideramos este assunto relevante para nossa auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) o entendimento e avaliação do ambiente de controles internos relacionados à identificação dos benefícios pós-emprego, (ii) testes, em base amostral, da consistência dos dados dos participantes que foram utilizados pelo atuário responsável pelo cálculo atuarial de 2021; (iii) a avaliação dos principais critérios para a determinação da reserva individual de participantes selecionados e; (iv) a avaliação das hipóteses atuariais e premissas adotadas pelo atuário, tais como: tábua de mortalidade, taxa de desconto e aumento salarial esperado. Os procedimentos foram executados com a assistência de nossos especialistas atuariais e incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração na mensuração dos benefícios pós emprego são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidos. Outros assuntos Demonstrações do Valor Adicionado As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo

profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2022
PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP00160/O-5
Guilherme Naves Valle Contador CRC 1MG070614/O-5

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS31.12.2021O Conselho Fiscal das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, no âmbito de suas atribuições legais e estatutárias, conheceu o Relatório da Administração e procedeu ao exame das demonstrações financeiras individuais e consolidada da Eletrobras, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, compostas do Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração dos Fluxos de Caixa e das notas explicativas às demonstrações financeiras, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, bem como se inteirou da proposta relativa à destinação do resultado do exercício. Este Conselho Fiscal, considerando o trabalho de acompanhamento da Empresa, controladora e consolidado, as informações prestadas pela Companhia ao longo do exercício, a análise da documentação apresentada e o Relatório dos Auditores Independentes – PWC, entende que os referidos documentos, destacada a ênfase contida no Relatório dos Auditores Independentes, estão em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Empresa. Rio de Janeiro, 18 de março de 2022. DOMINGOS ROMEU ANDREATA ANTÔNIO EMILIO BASTOS DE AGUIAR FREIRE Presidente do Conselho Fiscal
Conselheiro CARLOS EDUARDO TEIXEIRA TAVEIROS RAFAEL REZENDE BRIGOLINI
Conselheiro THÁIS MÁRCIA F. MATANO LACERDA
Conselheira

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

Relatório Anual Resumido – março 2021 a março 2022 | Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário das empresas Eletrobras¹. Base legal: artigo 31-E da Instrução Normativa CVM n.º 308, de 14 de março de 1999• artigo 9º, parágrafo único da Instrução Normativa n.º 481, de 17 de dezembro de 2009• inciso xli do item 5.1 do Regimento Interno do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário (RICAE).² Escopo e período de abrangência: trabalhos desenvolvidos pelo Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário (CAE), de forma unificada e mediante assessoramento aos Conselhos de Administração (CAs) da Eletrobras e de suas sociedades controladas, no período de 19.03.2021 a 18.03.2022, equivalente ao ciclo de acompanhamento, monitoramento e análise das demonstrações financeiras trimestrais e anuais da Eletrobras, individuais e consolidadas, referentes ao exercício social findo em 31.12.2021.3. Principais focos de atuação: Controles internos e Compliance com a legislação norte-americana (Sarbanes-Oxley); Segurança da Informação, Gestão de riscos, Conformidade/Integridade e ética; Ouvidoria e Canal de denúncias; Auditoria interna; Transações com partes relacionadas; Operações societárias e financeiras; Processo de elaboração das demonstrações financeiras; Auditoria independente; e Saúde e Previdência Complementar (Resoluções CGPAR).4. Composição atual• 5 (cinco) membros, todos independentes, sendo: 3 (três) conselheiros e 2 (dois) membros externos – item 2.1 RICAE.

março/2022	Nome	Qualidade	Composição do CAE – março/2021 a 19/mar/21 a 18/mar/22
Antunes	Conselheiro independente e Coordenador do CAE	Tomou posse em 17.05.2021	Felipe Villela Dias
	Conselheiro independente e coordenador substituto	?Daniel Alves Ferreira	Conselheiro independente
	?Luiz Carlos Nannini	Membro externo independente	
	?Luís Henrique Bassi Almeida	Membro externo independente	?Mauro Rodrigues da Cunha

Conselheiro independente e ex-Coordenador do CAE Renunciou em 24.03.2021• Todos os membros do CAE atendem aos critérios de independência estabelecidos no artigo 22, §1º, da Lei nº 13.303 de 30/06/2016 e no artigo 31-C, §2º, da Instrução CVM nº 308 de 14/05/1999, alterada pela Instrução CVM nº 509 de 16/11/2011, bem como aos critérios de independência exigidos pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC e pela legislação norte-americana, no que são aplicáveis à Eletrobras.5. Do Regimento Interno• Disponível em: <https://eletrobras.com/pt/Paginas/Estatuto-Politicas-e-Manuais.aspx>6. Do Plano de Trabalho• Anualmente, o CAE submete ao CA da Eletrobras seu plano de trabalho para o exercício social, abrangendo sua atuação unificada perante a holding e suas sociedades controladas.7. Comunicação do CAE com os CAs da holding e de suas sociedades controladas • A atuação profícua e proativa do Comitê proporcionou maior segurança e confiabilidade ao processo decisório dos CAs das empresas Eletrobras. • O Comitê reportou mensalmente nas reuniões do Conselho de Administração da holding os temas abordados em suas reuniões. • O CAE se reuniu bianualmente com conselhos e diretorias das sociedades controladas para aprofundar-se nos temas que lhes são afetos.8. Estrutura da Secretaria de Governança • A Eletrobras vem aprimorando constantemente seu sistema de governança corporativa e a aderência de seus documentos aos ambientes legal, regulatório e voluntário, fruto do comprometimento da alta administração com uma cultura ética e transparente. • A estrutura de apoio ao CA, ao CAE e aos demais comitês estatutários de assessoramento acima referidos conta hoje com o Secretário de Governança Bruno Klapper Lopes - advogado, o Assessor do Conselho de Administração Fernando Khoury Francisco Junior – advogado, além de um administrador e uma secretária-executiva. • O Secretário de Governança e o Assessor do Conselho são responsáveis por auxiliar técnica e juridicamente o CAE, inclusive na comunicação com as Secretarias Gerais das empresas Eletrobras.9. Reuniões • De 19.03.2021 a 18.03.2022, o CAE realizou 73 (setenta e três) reuniões, o que equivale a aproximadamente 6,1 reuniões por mês e a 261 horas totais de reunião (sem contabilizar reuniões em circuito de deliberação eletrônica). • O Comitê realizou 2 (duas) reuniões institucionais com as empresas Eletrobras, com presença dos respectivos membros dos CAs, Conselhos Fiscais e Diretorias de cada companhia.9.1 Incidência de temas em reuniões – março/2021 a março/2022• Os 10 (dez) itens de maior incidência no período foram: Top 10 temas Operações Financeiras, Societárias e temas correlatos Fechamento contábil e ITRs Análise de TPRs Auditoria Interna Gestão de Riscos Previdência e Saúde - CGPAR SPEs - Riscos, Investimentos, Desinvestimentos Controles Internos e Remediação de Deficiências Geração Auditores Independentes 10. Planilha de Acompanhamento de Demandas e Pendências• No período, o CAE realizou 53 (cinquenta e três) demandas a diversas áreas técnicas e órgãos de direção superior da Eletrobras e de suas sociedades controladas.11. Descritivo das Atividades e Recomendações• O CAE deu enfoque ao monitoramento e acompanhamento de temas relacionados a operações societárias e financeiras, fechamento contábil, elaboração de demonstrações financeiras anual e trimestrais, contingências e passivos contenciosos, Sociedades de Propósito Específico (SPEs), auditoria interna, ouvidoria e apuração de denúncias, gestão de riscos, controles internos, segurança da informação, conformidade e integridade, revisão de políticas e normativos, formulação do plano estratégico (PDNG), bem como atuou em diversas frentes relevantes para a Companhia, sob a ótica do risco. • Abaixo, seguem elencadas as principais atividades do Comitê no período:i. Acompanhou, discutiu e manifestou opinião sobre informações trimestrais e demonstrações financeiras consolidadas– exercício social 2021 (1ITR, 2ITR, 3ITR e DFs).ii. Empréstimos compulsórios e contingências jurídicas.Realizou acompanhamento periódico sobre gestão dos passivos contenciosos, com enfoque em empréstimos compulsórios e trabalhista e aprimoramento dos controles internos.Solicitou à Diretoria de Governança, Riscos e Conformidade – DC da Eletrobras a contratação de especialistas externos independentes para realização de due diligence envolvendo o contencioso passivo de empréstimo compulsório da Eletrobras e o contencioso passivo das controladas. As conclusões e proposições de ajustes nos registros contábeis e nos controles internos mantidos pelas áreas jurídicas, foram avaliadas e incorporadas pela gestão da Eletrobras e suas sociedades controladas.iii. Analisou operações financeiras e societárias das empresas Eletrobras.iv. Analisou a concessão de empréstimos e garantias intragrupo a controladas e coligadas.v. Auditores Independentes.Realizou reuniões periódicas com os auditores independentes, com enfoque no plano de trabalho anual, cronograma de implementação, demonstrações financeiras trimestrais e anual e monitoramento dos apontamentos de deficiências dos controles internos, sob a ótica da lei Sarbanes-Oxley (SOX).Procedeu à avaliação dos serviços dos auditores independentes para o Grupo Eletrobras em relação ao exercício social findo em 31.12.2020 e discutiu os resultados com esses profissionais.vi. Acompanhou e emitiu recomendações qualitativas sobre o projeto de otimização tributária.vii. Analisou o Relatório da Administração e Proposta da Administração para a 61ª AGO.viii. Monitorou fatores de risco afetos a controles internos (SOX).ix. Acompanhou os principais riscos associados aos maiores projetos – segmentos de geração, transmissão e SPEs.x. Sugeriu reformulação do processo de monitoramento e análise de iniciativas de investimento.xi. Realizou monitoramento físico e financeiro detalhado das obras e projetos corporativos.xii. Monitorou trabalhos e reportes da auditoria interna.xiii. Analisou os RAINTs 2021 – Relatórios Anuais de Auditoria Interna das empresas Eletrobras.xiv. Analisou os PAINTs 2022 – Planos Anuais de Auditoria Interna das empresas Eletrobras.xv. Acompanhou aplicação do deflator de RVA e PLR por não atendimento de recomendações da Auditoria Interna.xvi. Participou do processo seletivo de Auditor Interno e de Ouvidor-Geral – Eletrobras.xvii. Participou de recondução e do processo seletivo de Auditor Interno e de Ouvidor-Geral – sociedades controladas.xviii. Acompanhou trabalhos e reportes da Ouvidoria e Canal de denúncias, incluindo reporte da Comissão de Ética.xix. Acompanhou

trabalhos e relatórios de gestão e apuração de denúncias.xx. Acompanhou o processo de desestatização da Eletrobras.xxi. Monitorou trabalhos e reportes da área de gestão de riscos.xxii. Aprimorou a governança de instrução de matérias perante o CAE.xxiii. Monitorou questões afetas à segurança de barragens e revisou sua Política.xxiv. Acompanhou trabalhos e reportes periódicos de integridade.xxv. Acompanhou trabalhos e reportes periódicos de segurança da informação.xxvi. Opinou sobre Ativo Imobilizado em Curso – AIC “ressarcível” das antigas distribuidoras.xxvii. Acompanhou revisão da Política e Análise de Transações com Partes Relacionadas – TPRs.xxviii. Acompanhou temas afetos a fundos de pensão e planos de saúde das empresas Eletrobras – Resoluções CGPAR n.º 09, 22 e 23.xxix. Tomou ciência de contratações envolvendo firmas de auditoria “Big Four” (EY, Deloitte, KPMG e PwC)”, em atendimento à recomendação do CA da Eletrobras. xxx. Acompanhou oportunidades de negócio e de investimento.xxxi. Analisou o Plano Diretor de Negócios e Gestão – PDNG 22-26 e os Resultados do PDNG 2020-2024.xxxii. Opinou sobre Reprogramação do Programa de Dispêndios Globais – PDG 2021, Programação 2022 do PDG e Reprogramação do PDG 2022.xxxiii. Acompanhou e opinou sobre temas relevantes envolvendo Angra 3 – Eletronuclear.xxxiv. Acompanhou status do risco corporativo de indisponibilidade de combustível – Angra 1 e 2 – Eletronuclearxxxv. Acompanhou temas afetos à comercialização de energia.xxxvi. Acompanhou temas regulatórios e demandas e autuações do agente regulador ANEEL – segmentos de geração e transmissão.xxxvii. Acompanhou a confecção e opinou sobre o Formulário 20-F e Formulário de Referência – exercício social 2020.xxxviii. Opinou sobre o Relatório Anual da Eletrobras – exercício social 2020xxxix. Opinou sobre a Carta Anual de Política Pública e Governança da Eletrobras – exercício social 2020.xl. Opinou sobre Participação nos Lucros/Resultados – PLR e Remuneração Variável Anual – RVA.xli. Atuou em temas afetos à governança do próprio CAE.xlii. Validou metas e avaliou competência dos gestores vinculados ao Conselho de Administração da Eletrobras.xliii. Atuou de forma unificada perante sociedades controladas Realizou 2 (duas) reuniões específicas, no exercício social de 2021, com cada sociedade controlada, incluindo membros dos Conselhos de Administração, das Diretorias, do Conselho Fiscal e das Unidades Técnicas de Apoio de cada Companhia.12. Do Monitoramento dos Trabalhos das Informações Trimestrais – 1ITR, 2ITR e 3ITR – exercício social findo em 31.12.2021O Comitê recebeu reportes periódicos sobre o andamento dos trabalhos de finalização das demonstrações financeiras trimestrais e anuais, individuais e consolidadas, a fim de nivelar as informações e proporcionar adequada interação entre o CAE e a gestão da companhia, notadamente, quanto ao fluxo de informações e ao atendimento a esclarecimentos relacionados ao processo de fechamento contábil, incluindo reuniões com os auditores independentes e reunião com o Conselho Fiscal.O Comitê acompanhou pari passu o assunto relativo aos respectivos fechamentos contábeis trimestrais do 1ITR, 2ITR e 3ITR de 2021 da Eletrobras, tendo: (a) formulado sugestões de aprimoramento nas Notas Explicativas; (b) constatado evoluções positivas no processo de fechamento a partir da atuação do Comitê; (c) opinado pela autorização da publicação Demonstrações Financeiras intermediárias da Eletrobras (1ITR, 2ITR e 3ITR), relativas aos períodos findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2021, nos termos aprovados pela Diretoria Executiva.13. Parecer do Comitê sobre as Demonstrações Financeiras – exercício social findo em 31.12.2021O Comitê acompanhou pari passu os trabalhos e principais pontos críticos relativos ao fechamento das demonstrações financeiras anuais, individuais e consolidadas, do exercício social de 2021, incluindo reuniões com auditores independentes e reunião com o Conselho Fiscal da Eletrobras.No dia 18 de março de 2021, o Comitê se reuniu para analisar de forma final as Demonstrações Financeiras e o Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.13.1 Conclusão da manifestação opinativaOs membros do CAE, no exercício de suas atribuições e em atendimento ao item 5.1, vii do Regimento Interno do Comitê, à luz do material de suporte disponibilizado e da proposta aprovada pela Diretoria Executiva da Eletrobras, procederam ao exame e análise, de forma final, das demonstrações financeiras individuais e consolidadas anuais da Eletrobras, acompanhadas da minuta de relatório dos auditores independentes, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, com vistas a assessorar o Conselho de Administração da Eletrobras quanto à aprovação das suas demonstrações financeiras.Considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados pelo CAE quanto ao fechamento das demonstrações financeiras, incluindo-se as informações prestadas pela gestão da Companhia e seus auditores independentes, o Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário das empresas Eletrobras julgou que todos os fatos relevantes estão adequadamente divulgados nas demonstrações financeiras auditadas relativas a 31.12.2021, razão pela qual, por unanimidade, recomendou a aprovação de sua divulgação pelo Conselho de Administração da Eletrobras.Rio de Janeiro, 18 de março de 2022.JERÔNIMO ANTUNES DANIEL ALVES FERREIRAConselheiro de Administração e Coordenador Conselho de AdministraçãoFELIPE VILLELA DIAS LUIS HENRIQUE BASSI ALMEIDAConselheiro de Administração Membro externoLUIZ CARLOS NANNINIMembro externo

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaramos, em atendimento à Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revisamos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Rio de Janeiro, 18 de março de 2022. Diretoria Executiva Eletrobras Rodrigo Limp Nascimento – Presidente Elvira Cavalcanti Presta – Diretora Financeira e de Relações com Investidores Camila Gualda Sampaio Araújo – Diretora de Governança, Risco e Conformidade Pedro Luiz de Oliveira Jatobá – Diretor de Geração Márcio Szechtman – Diretor de Transmissão Luiz Augusto Pereira de Andrade Figueira - Diretor de Gestão e Sustentabilidade

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaramos, em atendimento à Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revisamos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia – PWC, emitido sobre as demonstrações financeiras da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Rio de Janeiro, 18 de março de 2022. Diretoria Executiva Eletrobras: Rodrigo Limp Nascimento – Presidente; Elvira Cavalcanti Presta – Diretora Financeira e de Relações com Investidores; Camila Gualda Sampaio Araújo – Diretora de Governança, Risco e Conformidade; Pedro Luiz de Oliveira Jatobá – Diretor de Geração; Márcio Szechtman – Diretor de Transmissão; Luiz Augusto Pereira de Andrade Figueira - Diretor de Gestão e Sustentabilidade